A silhouette of a woman in a patterned jacket and dark trousers walking on a balcony with a railing. The background is a bright, hazy sky.

Organizadores

Elen Cristina Geraldês  
Tânia Regina Oliveira Ramos  
Juliano Domingues da Silva  
Liliane Maria Macedo Machado  
Vanessa Negrini

# MÍDIA, MISOGINIA E GOLPE



Universidade de Brasília



# Mídia, Misoginia e Golpe

**Organizadores**

Elen Cristina Geraldes • Tânia Regina Oliveira Ramos  
Juliano Domingues da Silva • Liliane Maria Macedo Machado • Vanessa Negrini



# **Mídia, Misoginia e Golpe**

# Mídia, Misoginia e Golpe

## **ORGANIZADORAS**

Elen Cristina Geraldês, Tânia Regina Oliveira Ramos, Juliano Domingues da Silva, Liliane Maria Macedo Machado e Vanessa Negrini.

## **ENTREVISTADORAS E ENTREVISTADORES**

Adriano Warken Floriani, Alice Lima, Alice Mitika Koshiyama, Aline da Silva Souza, Álvaro Benevenuto Jr., André Bonsanto Dias, Bárbara de Oliveira, Caio Cardoso de Queiroz, Carine Felkl Prevedello, Carla Montuori Fernandes, Carlos Golembiewski, Carlos Peres de Figueiredo Sobrinho, Carolina Vicentin, Christianne Alcântara, Cláudia Regina Lahni, Criselli Montipó, Denise Teresinha da Silva, Dione Moura, Dorivândia Ribeiro Torres, Érica Daiane da Costa Silva, Fabíola Orlando Calazans Machado, Fernanda Eda Paz Leite, Fernanda Martinelli, Gabriela Santos Alves, Genira Chagas, Gerson Luiz Scheidweiler Ferreira, Gislene Moreira, Heloisa Bayerl, Ismália Afonso da Silva, Janara Kalline Leal Lopes de Sousa, Juliana Magalhães, Kátia Maria Belisário, Laís Ferreira Oliveira, Lauana Sento Sé Vieira Santos, Lizely Borges, Liziane Guazina, Luana Rosário, Luciana de Oliveira, Luciana de Souza Ramos, Luciana Salazar Salgado, Luiz Cláudio Ferreira, Luiza Montenegro, Marcela Prado Mendonça, Marcelle Cristine de Souza, Mariana Martins de Carvalho, Mariana Prandini Assis, Michelly Santos de Carvalho, Muriel E. P. Amaral, Natália Oliveira Teles, Noêmia Félix da Silva, Pâmela Rocha Vieira, Patrícia Bandeira de Melo, Patrícia Cunegundes Guimarães, Paula Lopes, Rosamaria Carneiro, Rose May Carneiro, Ruth de Cassia dos Reis, Samária Araújo de Andrade, Sheila Borges, Taís Coutinho Arruda, Ursula Betina Diesel, Viviane dos Santos Brochardt e William de Araújo Correia.



Copyright © 2016 by FAC-UnB

**Fotografias** Capa e contracapa, Lula Marques; no mosaico, fotos da Agência Brasil, pelos fotógrafos Antonio Cruz, Daniel Isaia, José Cruz, Rovena Rosa, Tânia Rêgo, Valter Campanato e Wilson Dias.

**Apoio** Luísa Montenegro, Natália Oliveira Teles, Rosa Helena Santos.



**FACULDADE DE COMUNICAÇÃO DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – FAC-UNB**  
Endereço: Campus Universitário Darcy Ribeiro - Via L3 Norte, s/n - Asa Norte,  
Brasília - DF, CEP: 70910-900, Telefone: (61) 3107-6627  
E-mail: fac.livros@gmail.com

**DIRETOR**  
Fernando Oliveira Paulino

**VICE-DIRETORA**  
Liziane Guazina

**CONSELHO EDITORIAL EXECUTIVO**  
Dácia Ibiapina, Elen Geraldles, Fernando Oliveira Paulino, Gustavo de Castro e  
Silva, Janara Sousa, Liziane Guazina, Luiz Martins da Silva.

**CONSELHO EDITORIAL CONSULTIVO (NACIONAL)**  
César Bolaño (UFS), Círcia Peruzzo (UMES), Danilo Rothberg (Unesp), Edgard  
Rebouças (UFES), Iluska Coutinho (UFJF), Raquel Paiva (UFRJ), Rogério  
Christofoletti (UFSC).

**CONSELHO EDITORIAL CONSULTIVO (INTERNACIONAL)**  
Delia Cровi (México), Deqiang Ji (China), Gabriel Kaplún (Uruguai), Gustavo  
Cimadevilla (Argentina), Herman Wasserman (África do  
Sul), Kaarle Nordestreng (Finlândia) e Madalena Oliveira (Portugal).

Catálogo na Publicação (CIP)  
Ficha catalográfica

---

S725m

Mídia, Misoginia e Golpe / Janara Kalline Leal Lopes de Sousa ... [et al.];  
organização Elen Cristina Geraldles ... [et al.]. – 1. ed. – Brasília: FAC-UnB, 2016.  
316 p.

ISBN 978-85-93078-04-0

1. Comunicação. 2. Misoginia. I. Título. II. Direito.

CDD: 305.4

CDU: 305-055.2

---

DIREITOS CEDIDOS PARA ESTA EDIÇÃO PARA A FAC-UNB.  
Todos os direitos reservados. Proibida a reprodução total ou parcial, por  
qualquer meio, sem a expressa autorização da Editora e dos autores.

***À memória da Democracia.***

*O golpe é contra o povo e contra a Nação. O golpe é misógino. O golpe é homofóbico. O golpe é racista. É a imposição da cultura da intolerância, do preconceito, da violência.*

**DILMA ROUSSEFF**, em seu primeiro pronunciamento após a aprovação do impeachment pelo Senado Federal

## |SUMÁRIO

<b>  APRESENTAÇÃO .....</b>	<b>9</b>
<b>  AS ENTREVISTAS.....</b>	<b>10</b>
Amélia Tereza Santa Rosa Maraux.....	11
Amelinha Teles .....	17
Ana Cláudia Farranha .....	21
Bianca Santana .....	24
Camila Valadão .....	36
Carla Preciosa Braga Cerqueira .....	39
Carlos Roberto Winckler .....	45
César Ricardo Siqueira Bolaño .....	52
Christian Dunker.....	56
Cíntia Schwantes .....	66
Claudia Mayorga.....	69
Cynara Moreira Menezes .....	76
Daniela Auad .....	79
Delaídes Rodrigues Paixão.....	83
Emerson Urizzi Cervi.....	90
Eneida Desiree Salgado .....	94
Erika Kokay .....	97
Flávia Biroli .....	101
Gabriella Barbosa Santos .....	108
Heloisa Buarque De Almeida.....	116
Heloisa Dias Bezerra .....	123
Iriny Lopes .....	131
Ivana Bentes .....	142
Jacira Vieira De Melo.....	146
Jandira Feghali .....	150
Jessé Souza .....	152
João Pedro Stédile .....	162

José Geraldo De Sousa Jr.....	166
Line Bareiro .....	172
Liv Sovik.....	176
Lola Aronovich.....	179
Lúcia Murat .....	182
Luciana Panke.....	187
Maíra Carvalho .....	193
Márcia Cristina Bernardes Barbosa .....	199
Márcia Tiburi.....	201
Maria Helena Weber .....	204
Maria Do Socorro De Souza.....	210
Marina Rocha .....	214
Marlise Matos .....	220
Micheline Ramos De Oliveira .....	233
Nilma Lino Gomes .....	237
Rachel Moreno .....	242
Rita Freire .....	246
Rosângela Piovezani Cordeiro .....	251
Samantha Viz Quadrat .....	255
Silke Weber.....	259
Sírio Possenti .....	269
Tânia Maria Bessone.....	291
Vanessa Graziotin.....	294
Vera Lucia Michalany Chaia.....	296
Viviane Vergueiro .....	301
<b>  AS ORGANIZADORAS .....</b>	<b>304</b>
<b>  AS ENTREVISTADORAS E OS ENTREVISTADORES .....</b>	<b>306</b>
<b>  A CAPA, por Lula Marques.....</b>	<b>316</b>

## | APRESENTAÇÃO

**A**tenderam à chamada do Laboratório de Políticas de Comunicação – LaPCom, do Programa de Pós-graduação da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília – FAC/UnB, e do Grupo de Trabalho Políticas e Estratégias de Comunicação da Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 94 propostas de entrevistas para o livro “Mídia, Misoginia e Golpe”.

Ao final, efetivamente 53 trabalhos foram selecionados e concretizados, por pesquisadores de todo o País. Foram ouvidas personalidades acadêmicas e políticas com importantes contribuições neste debate, seja na mídia ou em outros palanques, convidadas a responder: Foi golpe? A mídia apoiou? A misoginia impactou?

De maneira geral, os entrevistados e entrevistadas foram contundentes ao afirmar que, sim, o processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff foi um golpe, embora com características bastante distintas do que houve anteriormente na história política do País.

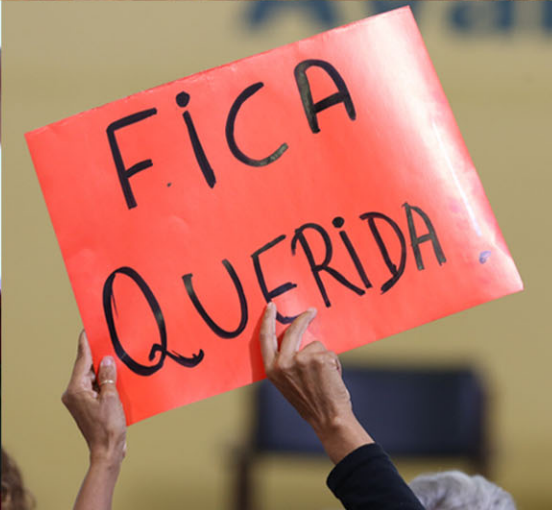
Também foi consenso entre a maioria dos entrevistados e entrevistadas que a mídia teve um papel fundamental e ativo na arquitetura do golpe, atuando de forma articulada com os grupos beneficiários do processo.

As questões de gênero, a misoginia, o sexismo, a herança de uma cultura que se forjou no patriarcado, foram ingredientes apontados como de grande relevância para influenciar a opinião pública durante a cobertura do processo de impeachment.

Por fim, os entrevistados e entrevistadas observaram que a derrubada de Dilma representa um duro golpe na participação feminina na política brasileira, que já era considerada uma das mais baixas no mundo, com reflexos e ameaças ao processo de conquistas sociais e culturais em construção nos últimos anos.

Pela gravidade dos desdobramentos, a Academia não poderia se furtar a este debate, mesmo correndo o risco de não haver o distanciamento histórico buscado na ciência. Neste caso, se calar equivaleria anuir com o processo. Que este livro seja fonte de reflexão sobre o papel e o poder da mídia, sobre a necessidade renovada de se resistir ao machismo, ao sexismo e à misoginia, com vistas à construção de uma sociedade plural, justa e democrática.

A Organização



*“Nós, feministas, fizemos essa leitura de como esse processo de impeachment de Dilma teve um componente de gênero imenso, de sexismo imenso, de machismo imenso.”*

## **AMÉLIA TEREZA SANTA ROSA MARAUX**

Cláudia Regina Lahni

---

Amélia é formada em Ciências Sociais pela UFBA, com mestrado em História pela PUC-SP. Professora do Departamento de Educação da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), foi vice-reitora da UNEB (2006-2011), e diretora do Campus XIV/Conceição do Coité (2002-2005). Entre 2011-2014, foi superintendente de Desenvolvimento da Educação Básica, da Secretaria da Educação do Estado da Bahia. É coordenadora do Centro de Estudos em Gênero, Raça/Etnia e Sexualidade – Diadorim/UNEB, membro da Linha de Pesquisa Educação, Gênero e Interseccionalidade de Gênero, Raça e Classe e doutoranda do Doutorado Multi-institucional e Multidisciplinar em Difusão do Conhecimento - DMMDC/Ufba, Uneb, Uefs, IFBA, Senai-Cematec, LNNCC. Negra, lésbica, feminista, é vice-presidenta do Conselho Estadual de Direitos LGBT, na Bahia. Atua no movimento feminista e de lésbicas, articulando projetos institucionais em parceria com movimentos sociais de mulheres e LGBTT.

---

### **|Você define o impeachment de Dilma Rousseff como um golpe? Por quê?<sup>1</sup>**

Olha, eu defino como um golpe sim. Não restam dúvidas a todas nós, que elegemos Dilma e que elegemos um projeto e uma proposta de governo voltada para demandas de inclusão das populações historicamente excluídas. Embora ela não tenha feito o papel, cumprido aquilo que foi acordado e pactuado no período da eleição por todas nós que apoiamos a reeleição dela. Mas foi um golpe principalmente por não ter havido nenhum crime dela. Isto foi notório, foi vastamente colocado, inclusive pelo Ministério Público, por auditorias internacionais, que foram feitas, reuniões de juristas que viram. Então, este é um ponto importante, a afirmação de que não houve um crime de responsabilidade, não houve nenhum crime. Portanto, a forma como o processo de impeachment dela se deu demonstrou claramente a intenção de um golpe de forças reacionárias, conservadoras e fascistas que, através de um complô midiático e

---

<sup>1</sup> Esta entrevista foi feita por telefone, no dia 22 de outubro de 2016, quando foi gravada. Agradeço à Rafaela Dornellas pela transcrição.

do Judiciário, articularam a saída dela. Então eu acho que, para a primeira pergunta que você me fez, foi golpe sim e, para nós, foi uma perda para a democracia; para nós, que lutamos por direitos, foi um golpe que atingiu a todas.

**|Qual a participação da mídia nesse processo? Dê exemplos.**

A mídia teve um papel fundamental. Ela alicerçou a base para a revolta, para a construção de um imaginário nacional sobre a presidenta Dilma Rousseff e sobre o Partido dos Trabalhadores. E a Rede Globo foi uma das expoentes da arquitetura do golpe, junto com as outras mídias, como a Folha de São Paulo, o Estadão, o jornal A Tarde, aqui na Bahia, a revista Veja, Isto É, Época, enfim, todas estas empresas midiáticas comandadas pelas grandes famílias no Brasil e nos estados. Elas tiveram um papel importante de criar a dimensão de uma crise nacional sem resolução. [A mídia] construiu a imagem de fraqueza diante da articulação política que poderia dar sustentação ao governo. Fortaleceu – com certeza – uma imagem, um discurso e uma prática misógina com relação à Dilma Rousseff. Ou seja, eles estamparam, corroboraram com toda uma construção sexista e machista desse processo do golpe. Basta ver como foram televisionadas todas as manifestações construídas [contra o governo de Dilma Rousseff], porque não foram manifestações espontâneas simplesmente, foram manifestações induzidas a partir de ideias construídas de uma derrocada do País, de uma crise econômica e da incompetência de Dilma de tomar as rédeas do processo. E a imagem do PT foi relacionada a todo o processo de corrupção vivenciado pela Petrobrás neste período. Portanto, eu tributo à mídia parte muito significativa desse processo de derrubada da democracia no Brasil.

**|Você considera a cobertura sobre os casos de corrupção na Petrobrás e a cobertura dos protestos contra o governo Dilma como exemplos da influência da mídia nesse processo de impeachment?**

Sim, sem dúvida. Eu acho que isso pode ser visto nas reportagens com relação à Petrobrás realizadas pelos jornalões e revistas, pela veiculação ao mesmo tempo na televisão, em todos os jornais, em todos os canais, sejam abertos ou fechados, e a forma como isso foi conduzido, para que o Partido dos Trabalhadores estivesse como o grande mentor e articulador desse processo de corrupção na Petrobrás. Como se antes não houvesse corrupção. Uma parte inclusive desses agentes, que agiam dentro da Petrobrás, já estava lá na Petrobrás no período de Fernando Henrique Cardoso, porque o PMDB nunca deixou de estar, infelizmente, na base de sustentação de governos. Ele é o braço dos esquemas, dos grandes esquemas de corrupção e ele [PMDB] nunca esteve no poder, efetivamente, através do voto do povo, das eleições diretas. E agora é a prova disso, com esse golpe, com Michel Temer assumindo o governo do Brasil. Isso já existia antes, a Petrobrás já estava lá, já vinha servindo aos interesses dos barões, dos corruptos, dos grandes caras que articulam com o capital.

**|Quando começou a mencionar o papel da mídia em relação ao golpe, você citou vários jornais e TVs que têm abrangência nacional e um de abrangência localizada no estado da Bahia. Você considera que a forma como a Comunicação está organizada no Brasil também influenciou nessa situação?**

Eu não tenho dúvidas que elas [as empresas de comunicação] se articulam em rede, se articularam e continuam se articulando em rede para dar sustentação a esse governo golpista. E naquele momento elas se articularam em rede, porque eram todos os jornais [de abrangência nacional] e jornais locais. Eu tive a oportunidade de viajar pelo interior da Bahia e ouvir as rádios locais e ouvir os discursos, porque me pareceu um discurso organizado, um discurso padronizado que todos repetiam com a mesma linearidade. Foi uma construção interessantíssima do ponto de vista do imaginário simbólico e pensar como a mídia faz a cabeça. Eu me lembro de que já na época da universidade a gente discutia muito sobre isso, mas sempre levando em conta que o sujeito tem autonomia para pensar e escolher o que deseja e como deseja conduzir. Mas sem sombra de dúvidas, o papel de repetição articulado, ou seja, o conjunto e a forma como se articulou o discurso, como esse discurso foi montado e reproduzido foi algo inacreditável. Era uma coisa tão organizada que se você entrasse nos prédios tinha aquelas *televisõezinhas* passando *Uol, Terra*, nos elevadores. Ou seja, você assistia o jornal de manhã e era aquele discurso; você saía de casa, entrava no carro e ligava o rádio e o discurso repetido; você chegava ao seu destino e a televisão estava lá no site *Uol, Terra*, com a mensagem repetida; você chega em um restaurante ao meio-dia e está lá, todos eles ligados na TV Globo, no *Jornal Hoje* e a mensagem exaustivamente repetida. Portanto, foi algo muito bem articulado. A única alternativa que a gente tinha era basicamente pela internet, onde a gente discutia e tinha acesso a outros sites da imprensa livre, onde a gente tinha uma opinião diversa, um contraponto a essa ideia construída, hegemônica que a imprensa veiculava.

**| Amélia, mas isso tem a ver também com o oligopólio e a falta de democratização da mídia no Brasil, não é?**

Sem dúvida nenhuma. Eu acho que isso é algo bastante grave e eu acredito que essa foi, digamos, a resposta que o Partido dos Trabalhadores teve e os partidos de esquerda, que mantiveram a base de sustentação do governo de Lula e Dilma, tiveram por não enfrentar o oligopólio da mídia, por não fazer aquilo que todos nós esperávamos, que era uma discussão sobre o papel da mídia, sobre as concessões, sobre a democratização da mídia no Brasil. Eu fico pensando, porque a gente teve agora o exemplo da Argentina [Ley de Medios, de 2009], em que a Cristina Kirchner [presidenta da Argentina entre 2007-2015] enfrentou esse processo e desestabilizou a oligarquia midiática, desfavorecendo, ou seja, não a alimentando com dinheiro. E agora, com a eleição [em 22 de novembro de 2015] do [Mauricio] Macri, isso tudo parece que caiu por terra. Então, em que medida esse processo de democratização pode não ser perene, que é isso que a gente tem que pensar agora, já que isso não foi feito antes como deveria ter sido feito. Como a gente assegura que esse processo de democratização [da mídia] de fato possa acontecer. Agora, é uma situação meio complicada, porque nós perdemos a possibilidade de fazer isso. Os donos estão no poder, os barões estão no poder, a mídia está no poder novamente e não sei se nunca tiveram na verdade, porque recebiam recursos absurdos em publicidade e agora continuam recebendo muito mais. Eu vi recentemente, divulgado nas redes, o valor que a Globo, a *Veja* e a *Folha de São Paulo* receberam pelo golpe.

**|Em algum aspecto você acha que a questão de gênero foi relevante junto à imprensa e à opinião pública para influenciar a cobertura do processo de impeachment? Dê exemplos.**

Sim, eu acho que foi sem sombra de dúvidas. Eu acho que todas nós, feministas, fizemos essa leitura de como esse processo de impeachment de Dilma teve um componente de gênero imenso, de sexismo imenso, de machismo imenso. Mas como isso foi muito radical, como isso foi construído pela mídia e, eu volto a dizer, como esse discurso de incapacidade e de incompetência foi largamente construído e largamente divulgado, que era incompetência dela e não era dele, era dela e esse dela sendo muito enfaticamente colocado. Isso terminou por favorecer o desenvolvimento de expressões de machismo absurdas em relação à Dilma. Se a gente for lembrar aqueles adesivos que foram largamente divulgados e colocados nos carros, com a Dilma aberta [uma imagem de estupro da presidenta, com uma mangueira de posto de gasolina], enfim, aquela coisa horrenda, horrorosa. Se a gente lembrar aquela matéria que a *Isto É* protagonizou no período de impeachment, chamando Dilma de histérica, fazendo uma correlação de Dilma com uma mulher destemperada, enfim, trazendo elementos que são muito associados ao feminino, às mulheres, que é a histeria, a incompetência, a falta de condições de fazer a gestão, foi comprovado [o sexismo a influenciar a cobertura]. Enfim, eu acho que no primeiro momento foi muito sutil, mas gradativamente esse componente de gênero foi amplificado e a expressão da matéria da *Isto É* foi decisiva; e a *Veja*, foram várias matérias que a *Veja* protagonizou com forte viés sexista e misógeno. Então, eu não tenho dúvidas que isso foi radical. E é interessante observar que esse discurso colocado, essa imagem produzida com relação à Dilma, teve um efeito devastador sobre as outras minorias, como por exemplo, as lésbicas e mulheres bissexuais, LGBTTs [Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transgêneros] de uma forma geral. A quantidade de discursos de ódio foi amplificada com esse processo do impeachment de Dilma, numa correspondência inimaginável. É só a gente recordar e pegar, fazer uma pesquisa na rede que a gente vai vendo como isso se amplia com relação às mulheres, às lésbicas, mulheres bissexuais e LGBTTs de uma forma geral. Então eu acho que foram discursos muito bem montados e que a construção do golpe teve um componente de gênero absurdo, muito absurdo. E eu não tenho dúvidas também de como isso fortaleceu os setores conservadores que estão no Congresso Nacional e fora dele, principalmente fundamentalistas religiosos, porque foi um processo que foi pari passu às aprovações dos planos estaduais e municipais de Educação e como isso tudo, nesse momento, ajudou a construir e promover os discursos que fortaleceram toda a ação contra os conteúdos que estavam sendo propostos nos planos estaduais e municipais com relação a gênero e sexualidade e todo discurso com relação à questão da “ideologia de gênero” surgiu a partir daí. Então eu acho que tem tudo a ver.

**|E com relação ao Judiciário, você identificou algum aspecto de misoginia?**

É que o Judiciário é meio difuso, porque ele não é explícito, embora a gente tenha pessoas emblemáticas que fazem esse discurso, que é dado a fazer esse discurso, como é o caso do Gilmar Mendes, mais precisamente. Ele e vários outros juízes que a gente viu aí, no período da nomeação de Lula para ministro da Casa Civil. Aquele juiz que entrou no Supremo Tribunal, o Catta Preta, ele participou em vários momentos

declarando no Facebook e no Twitter, enfim, foi público; depois, ele até retirou as considerações dele com relação ao governo Dilma. E o Gilmar Mendes, em vários momentos, se posicionou muito claramente com relação à adesão ao golpe e embora ele não tenha dito, não tenha colocado expressões mais diretas, como aconteceu com a revista *Isto É* e também a *Veja*, mas, sem sombra de dúvida, quem aderiu ao golpe, aderiu à construção discursiva dele, e a construção discursiva estava impregnada de misoginia, além das questões ideológicas e políticas. Então, eu acho que, sem sombra de dúvidas, o Judiciário teve uma participação fundamental nesse processo também, da mesma forma que a imprensa de maneira geral.

**|Você considera que o impeachment de Dilma Rousseff terá algum impacto na participação feminina na política? Em que sentido?**

Eu acho que as eleições agora para vereador e vereadora foram um exemplo disso, de que o impacto foi real. Aqui na Bahia, em uma câmara de vereadores de quarenta e tantas cadeiras, nós tivemos, se não me engano, quatro ou seis vereadoras. Diminuiu em relação ao que era. Ainda hoje, temos um processo enorme de desigualdade com relação à participação das mulheres no espaço de poder. O golpe à Dilma se coloca muito claramente, mais fortemente, e se nós tomarmos como emblemática a composição desse governo golpista e fascista, nós vamos perceber como isso é cabal. Ou seja, está posto ali [pelo governo golpista]: "eu não quero mulheres, negros"; é a reafirmação que se coloca com relação ao poder – sustentar o masculino, branco, heterossexual. Então, eu acho que o golpe, sem sombra de dúvidas, fortaleceu imensamente [o machismo], pelo discurso e como foi construído em contraposição ao fato da Dilma ser uma mulher, e isso teve e vai ter consequências inúmeras em nossas vidas por um bom tempo. A gente tem um longo caminho de luta e resistência para reverter esse processo.

**|No começo da entrevista, você apresentou uma crítica ao governo Dilma. Eu queria que você falasse um pouco mais sobre como isso, de certa forma, desarticulou um pouco a base do governo, do ponto de vista dos movimentos sociais, e contribuiu com o golpe?**

Eu tenho muito claro isso. Ela fez uma opção de governabilidade; eu não sei se poderia ter sido feita outra. No final, a gente não enfrentou a reforma política e nós temos a mesma forma de fazer política que as oligarquias, as classes dominantes ali sempre fizeram, a gente incorpora isso em todos os sentidos. Dilma se afastou bastante dos movimentos sociais no final do seu primeiro governo. Ela nunca foi uma gestora que pactuasse muito com o movimento social. Acho que ela tinha uma visão muito de gestão do processo. Acho que esse foi um problema que, inclusive, só foi remediado no segundo turno das eleições, na reeleição em 2014, quando ela chamou os movimentos sociais. Mas, logo depois, ela assumiu com uma pauta bastante complicada, embora tivesse enfrentado desde o primeiro dia, após as eleições, o processo de articulação do golpe, toda pauta bomba, toda tentativa de transformar o governo em ingovernável. Então, acho que ela se afastou e isso foi um problema; acho que tanto Lula quanto ela terminaram por negociar as nossas pautas para estabelecer a governabilidade, entende? Então, novamente, a gente ficou refém daquilo que não foi feito e que poderia e deveria ter sido feito, que era uma reforma política, que desse conta de

estabelecer critérios mais justos, democráticos e republicanos na condução do processo político no Brasil, o que não ocorreu. Ou seja, a gente caminhou pela mesma lógica que a elite, a oligarquia sempre conduziu o processo político nesse País desde 1500.

**| Como fica a situação especialmente de mulheres negras e lésbicas nesse momento?**

Eu estava até hoje conversando com uma companheira da LBL [Liga Brasileira de Lésbicas] - pelo Facebook - falando sobre isso. Eu acho que a gente está no fio da navalha, sabe? Nós perdemos o pouco que a gente conseguiu, através da implementação de uma Secretaria com *status* de Ministério, que produziu um Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, que tem um eixo sobre sexismo e combate à lesbofobia, sobre a construção de uma coordenação LGBTT, de uma Seppir – que é uma Secretaria de Promoção da Igualdade Racial –, que também se esvaiu, que a gente está vendo aí o Estatuto da Igualdade Racial ser mutilado, as cotas ameaçadas, enfim. As ações de enfrentamento à violência serem cada vez mais diminuídas e não reconhecidas pelo Estado, não ser reconhecida a lesbofobia e a lgbtfobia como uma violência institucional, como uma violência que nos acomete. Então, agora a investida da *Escola sem Partido*, que embora o anteprojeto esteja tramitando e não aconteça na sua integralidade, está sendo implementado aos poucos, com a retirada de disciplinas importantes, que nos fazem refletir e pensar, como o que houve nos planos estaduais e municipais de Educação com relação a gênero e sexualidade. Nós vivemos um momento extremamente difícil de retroação e que, para mim, e conversava isso com a companheira Altamira, nós tínhamos que nos voltar para nossas organizações, para construir o processo de resistência, que é investir na formação e no processo de construção de ações em cada espaço, em cada Estado, em cada município, de enfrentamento à lesbofobia e ao sexismo. E, no meu lugar, que é o lugar da docência, eu tenho que fazer esse enfrentamento dentro da minha universidade, para que a gente possa garantir os currículos, garantir o investimento em pesquisa e em extensão, com recorte de gênero, que leve em conta as interseccionalidades de gênero, raça e sexualidade. Então, eu acho que é um processo que a gente está vivendo e vai ter que encontrar nos lugares que a gente está, para produzir a resistência, que é o que está acontecendo agora com essa meninada, com mais de mil escolas ocupadas em todo o Brasil, mais de 100 instituições federais, universidades públicas, reitorias sendo ocupadas, aqui na Bahia, a Uneb, várias reitorias ocupadas. É isso que a gente vai ter que fazer. Porque já foi, já trincou, nós estamos no fio da navalha, os nossos direitos estão sendo eliminados e não há outra possibilidade, no meu entendimento, que não seja essa. E [sobre o livro] agradeço pela escolha para participar desse momento, eu acho fundamental, isso é uma resistência. Esse livro é uma resistência, é uma luta, é um processo de ajuntamento para o enfrentamento.

*“Um golpe de Estado sempre traz danos para toda a sociedade. No caso, o governo tinha à frente uma mulher com perfil de esquerda e militante da democracia. Embora não fosse feminista, sua presença no poder trazia uma esperança de protagonismo das mulheres e de todo o povo brasileiro.”*

## **AMELINHA TELES**

Patrícia Cunegundes Guimarães

---

Amélia Teles foi militante do Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Presa em 28 de dezembro de 1972, foi torturada em sessões realizadas, pessoalmente, pelo major do exército Carlos Alberto Brilhante Ustra, então comandante do DOI-Codi de São Paulo. Seu marido César Augusto Teles também foi levado ao órgão de repressão, assim como seus filhos, Edson e Janaína, com 4 e 5 anos de idade. As crianças viram os pais serem torturados. Amélia foi responsável pela ação que reconheceu o coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra como torturador. Feminista, participou do Jornal Brasil Mulher, na década de 1970. Amelinha Teles tem se dedicado à militância feminista nos últimos anos. É uma das vozes que denuncia os crimes sexuais cometidos contra militantes durante a ditadura civil-militar no Brasil e tem sido atuante na denúncia do machismo no processo de golpe contra a presidenta Dilma Rousseff.

---

### **| Você define o impeachment de Dilma Rousseff como um golpe? Por quê?**

Mais uma vez o Estado brasileiro foi golpeado pelos grupos de extrema-direita, muitos deles alojados no Judiciário, no Parlamento e demais instituições estatais para cassar o mandato da primeira presidenta da República, Dilma Rousseff, reeleita, de forma legítima, pelo voto popular, com 54 milhões de votos. Assessorados pelos fundamentalistas, religiosos, empresários do agronegócio e de outras áreas, com a participação especial da Federação das Indústrias de São Paulo (FIESP) e da grande mídia, os golpistas prepararam o atentado à democracia, usando de subterfúgios misóginos e evidentemente de cunho patriarcal e racista.

As forças fascistas já vinham sornateiramente acuando a presidenta, com exigências sexistas e racistas. A campanha mais massiva foi a da retirada de gênero do Plano de Educação, nos âmbitos nacional estadual e municipal. As ofensivas fascistas começaram antes da primeira eleição da Dilma, quando os fundamentalistas exigiram

que ela não falasse mais sequer a palavra aborto. Defender o direito inalienável das mulheres de escolher se querem ou não ter filhos, inclusive com o direito a interromper uma gravidez indesejada, nem pensar. A Dilma cedeu à pressão e houve a interdição da palavra aborto. Isto já acontecia, de uma forma velada, no governo Lula. Ao aceitar o silêncio em torno do aborto, a primeira mulher no cargo de presidenta da República, Dilma, acabou por perder sua força política. A esquerda não percebeu ou não quis perceber o que estava acontecendo. Em nome da “governabilidade”, admitiu-se o recuo (tático?) e ampliou-se a aliança com a extrema direita.

Em 2011, a exigência dos conservadores era a de proibir e recolher imediatamente o kit anti-homofobia, o que foi feito de pronto. O programa do Ministério da Saúde *Rede Cegonha* significou retrocesso da proposta em defesa da saúde integral das mulheres, em todas as fases da vida. Significou a reedição de políticas de saúde numa perspectiva materno-infantil, limitando o papel social das mulheres em mães. Por último, ela aceitou fechar os ministérios da Mulher, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos.

Nós mulheres temos conquistado espaços que alargam as ideias de autonomia, de justiça e de estímulo ao protagonismo. Só assim foi possível vencer o conservadorismo e consagrar a vitória da primeira eleição histórica de uma mulher na Presidência da República. Empenhadas na construção social, considerando os aspectos fundamentais como raça/etnia, orientação sexual e diferenças sexuais, desigualdades de classe, econômicas e políticas, não poderíamos admitir tamanho recuo.

O cerco à presidenta e ao seu governo foi respondido com ampliação de aliança com a extrema direita e o governo Dilma tornou-se contraditoriamente machista. A esquerda continuou em silêncio. Parte da esquerda concordou que ela não teria mesmo habilidades políticas e aí residiam os problemas cruciais. Não era nada disso. Enganara-se. A mídia cumpriu seu papel de defender os interesses da elite e assim se deu o golpe. O golpe mais sinistro da história. Porque veio revestido de “impedimento”. Impediram o governo Dilma Rousseff, por quê? Não conseguiram explicar. Mas não teve importância. A bandeira contra a corrupção foi usada pelos golpistas para encobrir seus atos ilegais, anti-éticos e mentirosos. É o golpe do capital, do neo-liberalismo que não suporta mulheres, população negra, indígena, e principalmente que haja protagonismo dessa gente.

O momento mais cruel, que afrontou diretamente os direitos humanos da sociedade brasileira e, em particular da Dilma, foi o pronunciamento do deputado Jair Bolsonaro que, antes de votar “sim”, parabenizou o presidente da Câmara Eduardo Cunha e dedicou seu voto ao coronel que torturou Dilma durante o regime militar.

Ao fazer sua homenagem à memória do Coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra (1932 -2015) o deputado assim manifestou: [...] *Pela família, pela inocência das crianças [...] em homenagem ao Coronel Ustra, o pavor da Dilma Rousseff.* Ele ofendeu a nação brasileira, aviltou Dilma Rousseff, sequestrada e torturada durante a ditadura militar. A sessão da Câmara dos Deputados deveria ter sido interrompida naquele momento, em nome do estado democrático de direito que não autoriza que se faça a apologia da tortura, como estratégia de ação do Estado, como foi realizada pelo coronel Ustra na época da ditadura. Vale registrar que Carlos Alberto Brilhante Ustra foi o único torturador declarado pelo estado brasileiro em resposta a ação da Família Teles.

**|Qual a participação da mídia nesse processo? Dê exemplos.**

A mídia participou ativamente em favor do golpe ao divulgar todo o tempo ao falar sobre os danos causados à sociedade pelo governo petista da Dilma, sem nenhum argumento plausível. Disseminou-se um ódio antipetista, carregado de misoginia. A própria Dilma declarou à revista americana *Time*, em 29/07/2016 que:

O fato de uma mulher se tornar presidente dá espaço para uma avaliação que é muito comum, muito estereotipada. Que mulheres são históricas e, quando não são históricas, são calejadas, frias e insensíveis. De um lado, fui pintada como uma pessoa fria, dura e insensível. De outro, como uma pessoa histórica.

A mídia divulgou sem nenhum comentário crítico o “adeus, querida!” ou “tchau, querida” num tom de deboche e machismo. Aqui estou me referindo à grande mídia porque o que rolou nas redes sociais foi de uma agressão tão desproporcional que não vou comentar. A sessão da Câmara dos Deputados que mencionei na resposta anterior dá conta do que a filósofa Márcia Tiburi chamou de “estupro político”. Ali se consagrou o golpe misógino. Tudo isso a mídia tradicional corroborou, divulgando e reforçando os estereótipos femininos sem nenhum olhar crítico.

A revista *Veja*, com a apresentação da Marcela Temer como “bela, recatada e do lar” indicou que as mulheres devem permanecer na submissão e em busca de agradar e depender de homens; o mundo é dos homens e, em particular, o mundo da política. Este foi o recado da mídia misógina e racista, uma forma de insultar a todas nós mulheres.

**|Em algum aspecto você acha que a questão de gênero foi relevante junto à imprensa e à opinião pública a influenciar a cobertura do processo de impeachment? Dê exemplos.**

Penso que o auge do processo ideológico sexista/patriarcal para impactar a opinião pública se deu ao excluir gênero da educação: quando o então ministro da Educação Renato Janine foi obrigado a alterar a portaria no D.O.U., em 22/09/2015, para retirar a palavra “gênero” do Plano Nacional de Educação e o Comitê de Gênero do MEC é substituído por Comitê de Combate à Discriminação. Acho que os golpistas agiram para desmoralizar o governo Dilma e os movimentos sociais identitários que fizeram protestos contra Cunha, Feliciano e Malafaia por defenderem as ideias mais retrógradas contra LGBT, feministas, mulheres e outros segmentos discriminados. Estes movimentos davam uma sustentação ideológica ao governo petista, que naquele momento não percebeu. Ao excluir gênero da educação, o governo Dilma se isolou de sua base de apoio e daí pra frente tomou conta a ingovernabilidade.

**|Você identificou algum aspecto de misoginia – aqui definido como ódio ou aversão às mulheres – na relação que a mídia, os políticos e o Judiciário estabeleceram com Dilma Rousseff?**

A mídia deu seu tom misógeno. Um exemplo é a Revista IstoÉ do dia 1º de abril de 2016, que colocou na capa a foto da presidenta Dilma Rousseff com a boca escancarada (poderia estar fazendo um discurso, por que não?) com a seguinte manchete: “As Explosões Nervosas da Presidente”. A reportagem “Presidente fora de si” diz que a Dilma sofreu “perda de condições emocionais” e não teria mais condições de se manter no governo.

Pelo contrário, na realidade, a Dilma mostrou todo o tempo, mesmo sofrendo os ataques diários de todos os lados, equilíbrio e capacidade de governar. Haja vista seu discurso final, uma verdadeira aula de política, de ética e dignidade.

Numa das sessões do Senado, o presidente Renan Calheiros respondeu a uma questão de ordem solicitada pela senadora Vanessa Grazziotin, da seguinte maneira: “Eu vou dar a palavra à senhora. Meu pai me ensinou três coisas: a primeira, dormir cedo, a segunda comer pouco e a terceira não cria caso com mulher, que dá azar”. Isto nada mais foi do que reforçar a ideologia patriarcal que parte da premissa de que o problema é sempre a mulher.

**|Você considera que o impeachment de Dilma Rousseff terá algum impacto na participação feminina na política? Em que sentido?**

Claro que sim. Principalmente nos direitos das mulheres, com a retirada de gênero na educação, com o fim das políticas de igualdade racial, com o fim do sistema único de saúde, com a drástica redução dos direitos previdenciários. Criou-se um clima propício para acentuar o “familismo”, no qual a família passa a ser o centro das atenções na política, sem considerar a hierarquia entre seus membros e as desigualdades entre seus integrantes. Tudo isso terá uma repercussão nas políticas públicas reduzindo a autonomia das mulheres e ampliando o cerceamento, o que vai impedir o livre exercício da cidadania.

**|Considerações finais**

Um golpe de Estado sempre traz danos para toda a sociedade. No caso, o governo tinha à frente uma mulher com perfil de esquerda e militante da democracia. Embora não fosse feminista, sua presença no poder trazia uma esperança de protagonismo das mulheres e de todo o povo brasileiro. Sua cassação injusta por meio de um golpe dissimulado em “impeachment” representa um retrocesso histórico que exige da sociedade brasileira resistência e oposição aos golpistas e principalmente às políticas neoliberais. Isto porque o vencedor neste momento é o capital neoliberal.

*“Na política há homens e mulheres. Homens e mulheres que têm espaços e lugares em um mundo marcado pelas desigualdades de gênero.”*

## **ANA CLÁUDIA FARRANHA**

Katia Maria Belisário

---

Formada em Direito pela Universidade Federal do Espírito Santo, mestre em Ciência Política pela Universidade Estadual de Campinas e doutora em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas. Professora adjunta da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília, é coordenadora adjunta do Programa de Pós-Graduação em Direito - PPGD/UnB. Atua nas áreas de direito e gestão pública e orienta pesquisas em igualdade de gênero e raça. É pesquisadora do Centro de Estudos Avançados de Governo e Administração Pública e coordenou a pesquisa Administração Pública e Redes Sociais, financiada pelo CNPq. Temas de interesse: Estado, Marco Regulatório e políticas públicas; Equidade e Estudos de Participação; Política, Direito e Internet. Publicou diversos artigos que tratam de políticas públicas de gênero. Sua experiência em gestão pública e gênero contribui para reflexões sobre *Mídia, Misoginia e Golpe*.

---

### **| Você define o impeachment de Dilma Rousseff como um golpe? Por quê?**

Sim, na verdade a grande controvérsia em torno desta matéria é que o senso comum costuma identificar a dimensão do golpe com violência armada. Nesse caso, ainda que houvesse um funcionamento das instituições e todo processo tenha cumprido o rito formal, observa-se que, do ponto de vista dos requerimentos de um julgamento por crime de responsabilidade não houve uma materialidade fática. As provas produzidas foram muito, muito frágeis. Havia uma enorme controvérsia em relação aos mecanismos que autorizavam as operações de crédito. Enfim, o princípio do direito penal *in dubio pro réu* não foi respeitado. Houve a construção de uma narrativa em torno de uma possível responsabilização do governo Dilma, no qual misturam-se elementos do julgamento penal – cabível nos crimes de responsabilidade-, da visão forjada pela mídia de que corrupção e crise econômica eram as marcas do governo Dilma e de uma base política que abandonava o projeto e os compromissos de campanha que outrora levava a Presidenta Dilma ganhar as eleições de 2014.

**| Qual a participação da mídia nesse processo? Dê exemplos.**

Na política pública os aspectos que sempre tomamos em conta são os atores políticos: ou seja, quem tem algum interesse em questão. Nesse caso, a mídia teve um papel fundamental, pois ela ajudou a construir a narrativa de que as marcas do governo Dilma eram corrupção e crise econômica. Não houve uma politização do debate na mídia. Na verdade, os grandes veículos de comunicação se colocaram em uma posição de divulgar as ações que criminalizavam o governo. Não foi mostrado o acampamento pela democracia que aconteceu em Brasília nos dias que antecederam a votação da Câmara – 17 de abril de 2016 – esse acontecimento, por exemplo, não teve repercussão nos grandes veículos de comunicação. A análise sobre as manifestações que se contrapunham ao processo de impedimento foram tratadas como manifestações de militantes e não cidadãos.

**| Em algum aspecto você acha que a questão de gênero foi relevante junto à imprensa e à opinião pública a influenciar a cobertura do processo de impeachment? Dê exemplos.**

Do ponto de vista da cobertura jornalística dos grandes veículos da mídia, pode-se notar que houve uma enorme dissimulação. Um jornal escrito ou televisionado não diz assim: “Essa mulher é uma anta”. A linguagem que ele usa é culta, se propõe neutra, com análise de fatos, flertando com certa neutralidade. Mas, é aí que está o pulo do gato. Na política há homens e mulheres. Homens e mulheres que têm espaços e lugares em um mundo marcado pelas desigualdades de gênero. E, veja, não estou inventando isso da minha cabeça. Os indicadores e estatísticas mostram os lugares diferenciados que homens e mulheres ocupam no espaço público. Então, ocorre o uso da linguagem neutra, a narrativa dos fatos como se a dimensão de gênero não fosse um componente importante na análise jornalística.

**| Você identificou algum aspecto de misoginia – aqui definido como ódio ou aversão às mulheres – na relação que a mídia, os políticos e o Judiciário estabeleceram com Dilma Rousseff?**

Como eu falei acima, o fato de tratar com neutralidade a dimensão de gênero e não questionar em nenhum momento: será que o fato da Presidenta Dilma ser mulher não favorece o preconceito contra ela?, faz com que a abordagem não tenha um componente discriminatório direto, mas, sim indireto, descriminalizante do ponto de vista institucional. Sem reconhecer as questões que subjazem ao lugar de homens e mulheres.

Na verdade, o “serviço sujo” do discurso de ódio não ficou no colo da grande imprensa, mas, ele foi disseminado por uma cultura machista que permeia a nossa sociedade e pela grande imprensa ao não questionar o lugar de homens e mulheres nesse processo, ao dar um ar de “neutralidade”, ajuda a reforçar preconceitos e estigmas contra as mulheres.

**| Você considera que o impeachment de Dilma Rousseff terá algum impacto na participação feminina na política? Em que sentido?**

Eu acho difícil precisar isso. Enfim, a política é muito dinâmica, mas, uma coisa me ocorre os setores progressistas da sociedade civil precisam continuar a pautar a

dimensão de gênero nos debates públicos. Estatísticas, condições de vida, desigualdades no mercado de trabalho, trajetórias e oportunidades nas carreiras, cuidado com as crianças, violências no espaço público e privado, enfim, toda sorte de dimensões em que o processo de desigualdade entre homens e mulheres fique claro.

**| Considerações finais**

Eu agradeço a oportunidade e desejo que o nosso desejo de transformação política e das condições cotidianas da vida não seja impedido pelo processo antidemocrático que vivemos no Brasil em 2016.

*“Você falou do ritual e da relação do corpo e eu lembrei muito da capa da ISTO É que tem a Dilma pegando fogo. Ou é do Estadão? Acho que essa foto é do Estadão. Você joga Ela na fogueira!”*

## **BIANCA SANTANA**

Rosamaria Carneiro  
Barbara de Oliveira

---

Jornalista, militante feminista negra e mãe do Lucas, do Pedro e da Cecília. Professora da Faculdade Cásper Líbero – SP. Mestre em Educação pela USP e Doutoranda na ECA-USP, com o projeto "Mulheres negras e redes sociais: apropriação social da informação e construção de identidades". Uma das fundadoras da Casa de Cultura Digital e da Casa de Lua Organização Feminista. É colaboradora da Revista Cult. Ministrou diversos cursos e oficinas sobre formação de leitores, cultura digital, novas narrativas, comunicação em redes digitais, feminismo e mulheres negras, edição de conteúdos digitais e recursos educacionais abertos. Autora do livro "Quando me descobri negra" (Sesi-SP Editora), do "Aprender para Contar" (Hedra Educação) e co-autora do livro "Recursos Educacionais Abertos: práticas colaborativas e políticas públicas" (Casa da Cultura Digital/ Edufba). Desponta como uma mulher ímpar para refletir sobre mídia, misoginia e golpe, por conta da atualidade de seu pensamento; de sua militância feminista negra pulsante e por sua leitura crítica, tanto como docente como jornalista, da produção da notícia na sociedade brasileira, mas também por sua sensibilidade ao mágico e ao genuíno.

---

### **| Você define o impeachment de Dilma Rousseff como um golpe? Por quê?**

Sim. Não é um golpe militar como é o que a gente tá acostumado a estudar e a ver, mas é um golpe jurídico. Porque numa defesa de argumentação jurídica a gente tem uma quebra de ato constitucional e porque não foi provado nenhum crime contra a Dilma. E a gente tem um golpe midiático porque todo esse golpe parlamentar e jurídico está muito galgado numa construção de narrativa das grandes mídias. E a gente sabe como isso acontece no Brasil, né? Da concentração midiática, o quanto poucas famílias controlam o que é a informação aqui, como a informação circula, dos interesses econômicos que essas famílias têm, dos interesses econômicos, muitas vezes casados com os desses grupos de parlamentares que articularam esse golpe junto com o judiciário. A gente tem um judiciário hoje que aqui em São Paulo é grotesco olhar,

mas isso se manifesta não só entre juízes, mas também no Ministério Público e na Defensoria Pública. Semana passada a defensoria fez uma homenagem ao Governador do Estado Geraldo Alckmin. Olha o que é a PM paulista! A PM foi condenada pelo o que faz com manifestante de rua, a PM assassina jovens negros. Estou falando da PM como instituição porque eu não gosto muito de falar do soldado ou do cabo que está na rua, porque eu acho que eles também são assim. Tudo bem, ele é quem está aí, executando algo que é do Estado, mas ele também é vítima da violência do Estado e do que é a PM. Agora, a forma como isso se articulou é um golpe, é um golpe a forma como isso é casado com uma narrativa midiática, também para justificar um golpe. A corrupção, cadê a corrupção? Prova disso? No Estado de São Paulo, que a gente tem muitas provas de corrupção, no caso do metrô, por exemplo, a gente tem uma série de empresas estrangeiras, empresas falando que, sim, pagaram propina ao governo do Estado, e o Estado falou que tudo bem: não vou mais contratar essa empresa. Se você recebeu o dinheiro, seu governo recebeu o dinheiro. Agora, a narrativa da corrupção... Ela não gera investigação ou encobre investigação em determinados casos. E, em outros, você pode levantar a bandeira do impeachment. Então, não tem critério, né? Aquele símbolo da justiça ser cega não faz nenhum sentido nesse caso porque ela está com os olhos sem nenhuma venda e olhando bem quem vai ser investigado e quem vai ser condenado. Quantas vezes políticos do PSDB foram citados na “Operação Lava-Jato”? Quantas pessoas foram denunciadas em crimes de corrupção ou em outros crimes? O aeroporto lá de Minas Gerais, o helicóptero carregado de cocaína... Enfim, são tantas evidências, mas isso tudo bem, a gente não precisa investigar. Agora quando a gente fala de outro grupo político; aí, mesmo que não tenha evidência, mesmo que não tenha prova com convicção ... isso basta, né? Então, eu tenho clareza de que é um golpe e a mídia tem um grande papel, esses veículos de comunicação articularam esse golpe.

**| Qual a participação da mídia nesse processo? Dê exemplos.**

Eu tenho exemplos mais gerais e tenho exemplos menores. Vou começar de um menor que é um caso bem específico. Eu dou aula de reportagem, né? Jornalismo básico II. E em uma aula por ano mais ou menos, no máximo duas, gosto de tratar de um tema mais quente e analisar mais de uma publicação. E esse ano a gente teve uma manifestação, não lembro as datas exatamente, mas acho que foi no final de agosto, e em uma das manifestações algumas pessoas foram presas. Agora não tenho o número exato, mas acho que 21, 20 e tantas pessoas foram presas ao final da manifestação; algumas ao final, outras antes da manifestação acontecer. Então, no Centro Cultural São Paulo aqui chegou à polícia e levaram presos alguns manifestantes sem muito argumento. Eles tinham lá um extintor, dizendo que era a prova que as pessoas iam levar aquele extintor para provocar a violência, para provocar algo. Depois, eles até entenderam o absurdo do extintor porque depois o extintor até desaparece como prova nem entra no B.O. Até porque quem é que consegue carregar um extintor? Mas tinha lá também um pedaço de ferro como “prova” em uma das mochilas, tinha vinagre, máscaras e itens de primeiros socorros dizendo que se eles carregavam aquilo é porque queriam algo. Esse grupo de jovens foi levado para o DEIC ( Departamento Estadual de Investigações Criminosas) que é a Delegacia Especializada de Crime de Organização Criminosa. Olha, eles foram presos no Centro Cultural São Paulo e, nos

arredores, tem assim, no raio de lá até o DEIC, que é na Zona Norte, umas 10 delegacias. Por que eles levaram esses manifestantes para o DEIC? Essas pessoas ficaram presas lá, sem acesso aos advogados e à família. Então, os advogados e a família não podiam entrar. Isso não aconteceu nem no regime militar e essas pessoas ficaram lá presas dessa forma. Na madrugada, grupos dos advogados ativistas chegaram lá, depois chegaram os Jornalistas Livres e começaram a registrar o que estava acontecendo e, quando chegou a Rede Globo, o delegado deixou a Rede Globo entrar para conversar, mas os pais (porque tinha menor de idade, né?) que queriam falar com as pessoas, não deixaram. Quando os pais quiseram falar com a Globo, a Globo não quis filmar. A Globo pediu pra entrar na delegacia. Então, se você vai fazer uma cobertura dessas, você tem que ouvir diversas pessoas, ouvir os familiares e ouvir os advogados. Eles não fizeram isso, nem com essas pessoas querendo falar com eles. Então, é tão evidente, tão evidente. Bom, então, as pessoas presas e chegaram alguns parlamentares do PT. Então, tinha o Paulo Teixeira, do PT de São Paulo, tinha alguém do Rio. Eu não me lembro quem estava por aqui. Talvez o Lindberg Farias e o Eduardo Suplicy. Quando eles chegaram, eles conseguiram uma negociação com os advogados. No dia seguinte, as pessoas estavam presas, ia ter uma audiência e aí chamaram uma manifestação no Fórum da Barra Funda, que é um Fórum de audiência criminal, para o meio-dia, porque ia ter uma audiência de custódia para decidir se essas pessoas iam ficar presas até o julgamento ou se elas poderiam responder em liberdade. Os menores foram levados e iam responder outra audiência e eu fui observar o que estava acontecendo no fórum. Tinha muitos jornalistas de diversas mídias e observei muito, por muito tempo, a jornalista da Folha de São Paulo. Eu vi quando a Globo chegou, Rede TV, Jornalistas Livres, Mídia Ninja ... tinha ali vários veículos. Eu passei ali a tarde inteira, as pessoas foram soltas por volta das 7, 7:30 da noite, mas era um clima muito tenso. Normalmente, em um fórum você não tem carro da polícia, mas a polícia veio em um clima de tensão muito forte. Muitos estudantes secundaristas estavam ali fora. Estavam definindo o que fazer porque eles têm sofrido muita represália da polícia, tem tido muitos relatos de estudantes que se sentem observados, que percebem os mesmos policiais ao redor deles onde quer que eles estejam. Então, esse clima tem crescido muito e isso era evidente ali. Bom, os jovens foram libertados. No dia seguinte, eu comprei a Folha, o Estado de São Paulo e fui olhar um pouco da cobertura da televisão e foi "o caso" que levei para sala de aula nas minhas turmas da manhã. A chamada de capa da Folha era "Blackblocs de 2013 ainda não foram julgados". Qual era a notícia? Qual é a notícia? Se você olha para o critério jornalístico diário, ele tem um critério noticioso do atual muito forte. Eu vi a fotografia da Folha lá, eu aposto que eles tinham muitas imagens, mas eles não colocaram. Então, você tinha uma coluna com a notícia de que as pessoas tinham sido julgadas, que a audiência de custódia tinha acontecido e as pessoas tinham sido liberadas. Ou seja, tinha ali uma série de informações de fato, mas, do lado, a foto maior da página era de um anúncio de um carro enorme. Uma propaganda com essa nota. O Estado de São Paulo fez algo melhor. Na capa do jornal, falava da audiência de custódia, que as pessoas tinham sido presas e soltas, e, dentro, numa página interna, tinha um texto até menos informativo que o da Folha, mas com uma foto grande. Tinha uma foto de duas pessoas se abraçando. Era uma menina que foi solta abraçando um familiar. Uma foto grande com algumas pessoas ao redor.

Eu circulei o jornal e pedi para os alunos analisarem. Enquanto o jornal circulava em uma das turmas, um aluno falou: “Professora você viu esse Brasil ame-o ou deixe-o?”. Falei: “não!” Na mesma página em que tem aquela coluna da Folha, na parte de cima, tinha duas fotos das manifestações aí de Brasília. E aí tem uma foto que eles colocaram uma espécie de legenda. É uma espécie de caixinha, com uma legenda, escrito ame-o com foto do preparativo de quem apoiava o impeachment e outra foto “deixe-o” de uma coisa esquisita pichada com o Fora Temer. Eram duas fotos. Brasil ame-o ou deixe-o! Que era o slogan militar! Exatamente. Duas imagens.

Antes dessa aula eu tinha postado no meu Facebook: “Pessoal, porque a gente não coloca as nossas reflexões críticas publicamente?” Existem muitas coisas de jornalistas que só publicam para amigos. Aí eu perguntei: “por que a gente tem medo?” A gente tem medo de perder o emprego? Os jornalistas têm medo de sofrer repressão? Qual é a questão? E até aparece ali nos comentários uma discussão com um colega jornalista e ele comenta: “Olha, eu deixo tudo privado porque eu quero preservar os meus alunos e eu nem aceito aluno como amigo no Facebook”. E eu respondi para ele: “eu deixo tudo público porque me sinto muito confortável com isso porque eu dou aula para adultos, adultos que, além da minha visão tem acesso a muitas outras visões, então me sinto muito confortável e acho até importante que eles possam problematizar compreender o ponto de vista das pessoas etc.”.

E eu não tenho nenhum problema em dizer isso nessa entrevista nem em dizer isso em nenhum outro lugar porque, de fato, acredito bastante nesse trabalho como um trabalho de leitura crítica da mídia que nada tem a ver com esse absurdo de Escola Sem Partido. Porque quando a gente fala de uma Escola Sem Partido, como se a ideologia não estivesse presente na educação ou no jornalismo, é porque a minha ideologia é a que vale, a minha ideologia é a neutra. Então acho muito importante que a gente explicita os pontos de vista para que as pessoas possam entender qual é a base do nosso discurso. Eu sempre falo para os alunos, “aqui a gente não aprende a fazer pão, aqui a gente aprende a fazer discurso”. Jornalismo é palavra. Se a gente não souber que a escolha de uma palavra já tem uma carga ideológica, a gente não vai fazer bem o nosso trabalho. Então, quando eu vou falar dos estudantes secundaristas da escola mencionada, eu vou dizer que eles ocuparam a escola ou que eles invadiram a escola? Eu posso fazer uma longa argumentação de que essa é uma escolha neutra, o que é uma argumentação falaciosa porque essa não é uma escolha neutra. A escolha dessas palavras já diz muito da minha interpretação do que está acontecendo. Quando eu falo que as escolas estão ocupadas pelos estudantes eu digo o quanto é legítimo essa escolha política. Então, essas são discussões de sala de aula a partir de um caso bem específico.

Além desse caso específico os alunos mesmo trouxeram tanto a capa da ISTO É, com a imagem da Dilma furiosa, que tem uma coisa de Dilma descontrolada, que, na realidade, é uma foto da Dilma gritando num gol do Brasil. Isso é um absurdo, para você fazer uma legenda dizendo que alguém é descontrolado e berra com as pessoas, deviam ter uma foto dela gritando com alguém naquele contexto. Eles pegaram uma foto dela gritando num gol, dizendo que funcionários do Palácio dizem que ela é descontrolada e grita com as pessoas; para construir essa imagem da mulher histérica e da mulher descontrolada.

Então, quando isso apareceu, uma das alunas disse que apoiava o impeachment, que não havia votado na Dilma, não gostava do PT, mas quando via essa capa de revista, achava um absurdo, porque ela não é jornalisticamente consistente. É uma invenção, uma construção de narrativa de fato. E outra foto, agora no Estadão, colocou na capa do jornal a Dilma numa fogueira, que remete a queima das bruxas e nos remete a Inquisição.

Então, quando alguém pergunta se essa cobertura é misógina eu olho para o lado e falo: “Minha nossa! Se a pessoa, de fato, não enxerga, a gente tem um trabalho de discussão a fazer. Ou será que essa pessoa é cínica para defender o ponto? Então, eu vou defender o meu ponto com tanta ênfase que eu vou chamar ele de neutro e vou dizer que você não está vendo a teoria da conspiração. Eu não compreendo. E eu vejo muitos jornalistas que trabalham nesses grandes veículos assumindo posturas verdadeiramente críticas nas redes sociais para os amigos e quando vão pro trabalho, quando vão pra redação, produzem essa lógica. Então, tem uma autocensura tem algo regulado dentro das redações, as pessoas saberem o que elas têm que fazer para manterem o próprio emprego e para serem promovidas.

E isso é uma tragédia. É uma tragédia porque a gente não tem nenhuma liberdade de imprensa, mas a gente também não tem casos grandes de jornalistas denunciando eles terem sido constrangidos.

Teve um seminário no Itaú Cultural que a Ivana Bentes, que é professora da ECO da UFRJ, levou essa capa da ISTO É da Dilma furiosa e uma outra capa da Época, com uma ilustração de um homem com essa mesma postura furiosa, dizendo: “Como a nossa raiva pode ser importante para sermos bons líderes”. A mesma postura da “raiva” era importante para que os homens se coloquem, mas no caso das mulheres isso é um absurdo. Você precisa ser uma mocinha comportada ou você é uma louca histérica.

### **| E o “tchau querida”, como é que você faz essa leitura?**

É até difícil dizer, né? Porque tem um desprezo no “tchau, querida”, né? Essa coisa do “querida” brinca com o feminino de um jeito tão cruel, tão cruel. Porque aí esse tchau querida eu acho que traz embutido uma série de construções patriarcais de como a gente vê as mulheres. Como se nós, mulheres, não pudéssemos estabelecer relações de solidariedade, de confiança e de cooperação porque a gente é muito competitiva e porque no fundo tudo que a gente quer é destruir as outras mulheres. Essa é uma construção do patriarcado muito forte. Eu acho que uma grande atuação política do nosso tempo é a gente não precisar competir entre nós, muito pelo contrário, que nós juntas somos muito fortes. E quando o “tchau, querida” tem essa postura de dizer que não concorda com o governo Dilma ou não querer mais o governo Dilma, isso reforça esse simbólico em relação às mulheres. Esse “querida” você não usa para alguém que te é querida, mas para alguém que você quer ver longe. Então, acho que isso reforça uma visão do feminino como sendo um feminino competitivo como se as mulheres fossem muito rancorosas e manipuladoras; isso reforça uma imagem muito negativa da mulher. Eu detesto o “tchau, querida” por isso, como discurso político ele flerta com o misógino, ele é misógino como discurso político.

**| Você identificou algum aspecto de misoginia, aqui definido como ódio ou aversão as mulheres, na relação que a mídia, os políticos e o judiciário estabeleceram com Dilma Rousseff?**

Esse tema é uma coisa que eu também fico impressionada, a gente fez um debate lá na CASPER na Semana de Jornalismo e convidou um grupo de pessoas do Estadão, Carta Capital e El País para falar do impeachment. Bom, aí um aluno fez uma pergunta, um aluno menino perguntou sobre a misoginia no impeachment e o quanto era machista, o quanto as cartas eram machistas e até citou aquela capa da IstoÉ, com a Dilma na fogueira, e todos disseram que não tinha nada a ver com o machismo, até as mulheres da Carta Capital e eu fiquei assim: “Quê?!” E foi um terror, foi um terror aquela mesa. O auditório de 800 pessoas ficou assim estremecido porque foi muito absurdo e quando a gente fez esses convites, a gente tinha expectativa de alguma diversidade naquela mesa que não tinha e aí nos minutos a Helena, que é coordenadora, pediu o microfone para o mediador e me deu. E eu falei: “Olha, eu acho importante dizer que apesar da concordância dessa mesa, de que não teve machismo e misoginia nesse impeachment, essa cobertura foi sim machista e misógina!”. Eu falei as coisas que eu achava que precisavam ser ditas e acho que para os alunos foi muito importante. Na hora que eu pedi o microfone, eles já começaram a aplaudir porque acho que eles sentiram que alguém ia defender esse ponto de vista. Foi importante, mas depois eu falei: “Por que vocês não disseram? Por que vocês não pegaram o microfone para falar?”

É que é assim ... o jeito como a mídia repercute nas pessoas gera, por exemplo, alguém criar um adesivo de carro que, no posto de gasolina, as pessoas colocam, como o adesivo o da bomba nas pernas da presidenta. É esse discurso misógino que aparece de diversas formas e também reverbera nas práticas sociais. Esse adesivo existiu. Esse adesivo existiu: a foto da Dilma de perna aberta e o buraco onde coloca a gasolina era a vagina dela.

Na Zona Sul de São Paulo e de diversas formas. Isso é uma tragédia. Isso é misógino e isso estimula a cultura do estupro. Isso é violento de tantas, tantas, tantas formas e não há como dissociar dessa narrativa construída pela mídia porque é uma narrativa que incita esse ódio nas pessoas, incita essa visão. Então, o slogan dessa foto é o tchau querida. Ou essas fotos de capa que comentei, ou então falar o tempo inteiro da roupa da presidenta. Isso tudo durante o mandato. Quem é que fala do maiô na praia quando vai falar da roupa do presidente? Agora a gente está vendo as pessoas falarem da roupa da Marcela Temer, da roupa primeira dama, mas você só fala da roupa da mulher porque isso é importante, porque é para isso que a gente serve.

Então, a Dilma está ali. Então, ela tem se vestir de determinada forma, esse é um discurso misógino porque você não fala sobre o que está acontecendo politicamente, porque você fala da roupa da pessoa. E isso num veículo que não é um veículo sobre moda. Entende? Então acho que dá pra fazer uma análise de diversas imagens e pautas que olharam pra Dilma isso sendo bastante misóginos. No judiciário e entre os parlamentares. Ela é uma mulher de quase 70 anos de idade, né? Ela ficar em pé defendendo, ou sentada tantas e tantas horas, falando na Câmara, defendendo os pontos dela... Você tinha ali parlamentares exaustos ou desconectados. Ou sei lá, olhando o celular. E ela concentrada, respondendo a tudo por cerca de 15 horas. Será que ninguém podia propor uma pausa? Propor que continuassem no dia seguinte? O

que foi aquilo? Deixar ali aquela mulher tantas horas seguidas respondendo aquelas mesmas perguntas, aquilo além de ser misógeno, tem também muita desumanidade.

Do mesmo jeito que existe o extermínio do jovem negro no Brasil e não existe direito civil para quem é preto e pobre, não existe também se você é mulher e presidenta, a gente vai falar só de direito, a gente vai falar de narrativa e a gente vai fazer o que a gente quiser baseado nisso, porque a gente tem também repercussão midiática. Ninguém também questiona isso na mídia, a gente só escuta um determinado discurso. Então acho que o ódio à mulher está muito evidente, seja ele dizer que a Dilma não tem características da feminilidade, que a Dilma é durona, que ela é mandona, que ela é agressiva. Você tem um padrão de ser mulher, um padrão de feminilidade e esse padrão é você ser doce, falar baixo, não incomodar, quando você constrói esse único padrão é misógeno! As mulheres são seres humanos diversos, com características diversas, se você, no seu discurso, o tempo inteiro diz que as mulheres não podem ter essa diversidade, você promove um ódio contra a mulher porque a mulher não pode ser ela, tem que se ajustar a um padrão pré-estabelecido. Então acho que esse discurso misógeno aparece nas muitas narrativas sobre a Dilma seja que: “ela é muito mandona, muito brigona, muito desequilibrada descontrolada. Ela parece um homem”. Ou seja, no “tchau, querida” e nessas capas que eu já tinha dito antes.

Na votação do impeachment todos os deputados falando eu voto por Deus, pela família, lálalá, eu vou transmitir o tempo inteiro em rede aberta e as pessoas vão assistir isso em casa, pode ser um deputado que fala pela família e tem não sei quantas amantes e mulheres submetidas a prostituição que vão na casa dele de Brasília. Mas o discurso dele é por Deus e pela família, contra corrupção, então, isso eu transmito o tempo inteiro. Quando eu tenho a Presidenta da República respondendo a diversas perguntas em tom irônico, em tom desrespeitoso, eu não transmito isso o tempo inteiro, eu não vou deixar as pessoas assistirem em casa aquilo porque eu controlo essa concessão pública. Na verdade, ela é minha, eu faço o que eu quiser com ela e eu vou pegar pequenos trechos daqueles que eu julgo que ela se saiu pior, vou editar e vou colocar num outro horário e não vou transmitir o tempo inteiro. Eu acho que só aí, de em um caso você ter uma transmissão em tempo real e no outro não, te já diz algo. Já é algo importante sobre a cobertura da mídia. Os tratamentos dos deputados ... é uma coisa assim que muito difícil de você assistir, pessoas assim com muitas acusações com muitas condenações, fazendo um discurso completamente desconectado da realidade, sem precisar de nenhum embasamento concreto. Não tem empiria no que aquelas pessoas diziam e muitas vezes num tom desrespeitoso. Esse desrespeito de muitos parlamentares, nenhuma frase me ocorre aqui porque o que eu assisti era uma coisa que mexia tão no âmago, que eu me sentia tão enjoada, que fui registrando algumas frases mais absurdas, mas depois eu parei de escrever e registrar aquilo, porque me fazia um mal estar físico. Eu não consigo dizer pelas outras mulheres, mas um mal estar físico de você olhar e falar (minha nossa!) é isso mesmo que está acontecendo? Lembrava-me um livro que eu li recentemente de uma pesquisadora do Rio, que pesquisou o que foi a Inquisição no Sertão do Piauí, no Brasil no século XVII e XVIII. Ela teve acesso aos registros dos padres, porque a gente não tem acesso às vozes dessas mulheres. Mas os padres escrevendo sobre a defesa delas e o jeito como elas eram colocadas nos tribunais para serem julgadas aqui no Brasil colonial, têm coisas similares

ao que foi a caça às bruxas na Europa e é tão parecido com o que aconteceu com a Dilma aqui.

É tão parecido com o que se fala sobre, sabe? Quando se faz muita referência a Deus, Deus, Deus, por Deus eu voto tal coisa, por Deus eu voto tal coisa... Nas religiões neopentecostais você tem uma polarização muito grande entre Deus e o Diabo né? Então, por Deus eu voto contra, porque isso traz implícito que o Diabo se vincula a Dilma, que é exatamente a narrativa da Idade Média. Esse grande diabo foi construído na Idade Média, porque você tinha ali os diabretes, você tinha pequenos seres junto com vários outros, mas como você constrói uma narrativa potente o bastante para colocar na fogueira, quem pensa diferente de você, só algo assim, uma magiazinha um diabrete isso não tem força agora. Se for um pacto com o demônio, com o Diabo que é tão poderoso quanto Deus, isso tudo coloca todos em risco. Então, tem que ser queimado, tem que ser destruído porque isso coloca em risco todos nós. Tem duas autoras que escrevem sobre isso de um jeito muito interessante que é a Carolina Rocha, do Rio, e a Silvia Federici, que é uma pesquisadora italiana que vive nos Estados Unidos e estuda a transição do feudalismo para o capitalismo e o quanto a queima às bruxas foi estruturante no capital.

É um livro que se chama *Caliban and the witch*, foi traduzido agora para o português. Caliban é um personagem shakespeariano de um escravo e uma bruxa no final do feudalismo, que como qualquer período histórico que é um período de disputa, tinha ali a burguesia e a acumulação do capital, mas você tinha também modos de vida estruturados no comum, que o que ela chama dos *commons*. Então, você tinha especialmente mulheres, muito focadas no cuidado coletivo da terra e na produção do comum. A Silvia encontra registros de mulheres que se organizavam e iam para os portos queimar grãos porque as pessoas não tinham o que comer na zona rural da Europa e os grandes capitalistas queriam exportar grão por restante do mundo. Esse embate existiu com força antes do capitalismo e ele existe até hoje em várias regiões do planeta, que é o que a Silvia estuda, então, ela olha para a resistência e dominação espanhola nos países andinos e ela olha para mulheres que organizaram comunidades nos Andes. Então, a resistência a dominação espanhola também aconteceram dessa forma, mulheres que pegaram a sua comunidade e foram para o meio das montanhas organizarem uma vida comum. Quando você olha para lei de terras no Equador e na Bolívia essa cultura ancestral indígena é muito importante e está muito conectada com uma resistência a essas forças e uma resistência organizada pelas mulheres. A Silvia fala das mulheres africanas hoje, olha para o *Boko Haram* e diz que esse movimento não tem nenhuma conexão com a terra, não tem nenhuma conexão com o que é popular, é um movimento que surgiu de lugar nenhum, provavelmente incentivado com dinheiro e forças internacionais e o objetivo, para Silvia, de novo é tirar as pessoas da terra. Então, tem uma gente ali cultivando, que querem continuar ali a vida comunitária. Constrói-se um discurso de que elas são atrasadas, retrógradas, de que elas precisam de cidade e de modernização, mas isso não deu certo. O Banco Mundial foi com esses governos fazer política de microcrédito para incentivar o capital, isso deu certo em alguns lugares e em outros não. E agora a gente tem o *Boko Haram* que chega nos lugares, estupra, sequestra, mata, coloca fogo e/ou as pessoas saem daquela terra para fugir ou são assassinadas. Essa prática é uma prática que perdura desde a Idade Média até agora. E quando eu olho o que foi esse processo com a Dilma me remete a

exatamente isso. Forças políticas conservadoras, racistas e misóginas que adorariam que o Brasil continuasse sendo o Brasil do século XIX, que era um lugar em que as pessoas pretas não tinham nenhum espaço, no qual não é para ter Universidade para gente preta e pobre. Eu não quero essas pessoas na faculdade, eu quero essas pessoas submissas com papel de subalterno me servindo ganhando pouco e sem reclamar. A PEC das domésticas. É um absurdo que isso tenha acontecido no Brasil agora, somente na segunda década do século XX, porque não era para ter direito trabalhista quem vem pra minha casa. Eu não quero isso. Direitos? Não é para ter direito. A gente tem essa mentalidade muito forte da escravidão, a gente é escravocrata como sociedade. A nossa mentalidade é racista e ela é misógina. Mulher? A Dilma devia estar em casa, cuidando, no máximo, das empregadas dela. Como assim mulher presidenta, né? É muito conflituoso para essas forças entenderem o que foi a construção de políticas sociais do Brasil nos últimos anos e eu tenho muitas críticas ao governo Dilma, não acho que ele foi bom. A gente teve Belo Monte, a questão indígena é um absurdo, por mais que a gente tenha tido muito investimento da universidade pública, o investimento da universidade privada foi gigante e isso sem ter uma discussão mais profunda. Então, tem muitos pontos negativos no governo Dilma, mas a gente tem sem dúvida uma mudança de estrutura importante nas classes sociais por mais que a gente ainda tenha um genocídio da população negra a gente tem um grande acesso às universidades, grande porque ele é maior do que jamais foi visto, mas precisaria aumentar ainda mais, né? Então, você tem uma mudança estrutural que para a elite econômica do País, que é uma elite ainda com um pensando muito retrógrado, para essa elite tudo isso é inadmissível. Quantas vezes nas eleições passadas a gente não ouviu “ai, mas agora tem pobre no aeroporto!”? Porque é um absurdo ter pobre no aeroporto. E aí as pessoas fazem referência aos Estados Unidos, a Europa como: “nossa, que coisa maravilhosa e isso é primeiro mundo e a gente aqui nessa coisa retrograda!”. Mas a nossa mentalidade nem é capitalista nesse sentido. Por mais lucro que gera para o País o pobre viajar de avião, isso é inadmissível. Nem o lucro compensa esse absurdo. E isso que a gente vê ali na votação da Dilma quando aqueles caras começam a falar e aquilo chega a dar uma dor de estômago, porque parece que é essa força que evoca, essa força escravocrata do grande senhor, de que não é para falar sobre feminismo, de que as mulheres estão aqui para me servir. Ou para ser minha esposa e ficar em casa cuidando dos filhos ou porque serão prostituídas para eu pagar o consumo do corpo delas. Ou porque vou estuprá-las, se eu quiser. E é isso aí. “Contenha-se no seu lugar na sociedade”.

Nas grandes redações do jornalismo os casos de abuso e assédio contra as mulheres são imensos, seja em assédio sexual seja em assédio moral. Quantas mulheres ocupam cargos de chefia em grandes redações? Quantas mulheres fazem grandes coberturas jornalísticas? As mulheres servem para fazer os trabalhos do dia a dia sem muita repercussão, quietinhas. E se elas forem bonitas precisam colaborar comigo também de outra forma ou eu vou assediá-las constantemente. As mulheres são assediadas nas grandes redações. Essa cultura misógina acontece no judiciário; quantas mulheres nós temos? Como a Lei Maria da Penha é julgada? Tem uma campanha que a ONG Ártemis organizou aqui em São Paulo porque casos de violência psicológica e casos de violência patrimonial não têm sido julgados. Eu tenho uma lei que garante, mas o juiz simplesmente fala: “ah que bobagem! Ah, violência

patrimonial? Você não está sabendo conversar direito com seu ex-marido, eu nem vou julgar isso porque isso não é importante”. Então, não considero a voz dessas mulheres, não considero essas denúncias porque elas não são importantes e eu sou o judiciário. Então, o mesmo judiciário que constrói um golpe contra a presidenta e o judiciário que não condena a violência psicológica e a violência patrimonial contra as mulheres é o mesmo judiciário.

A mesma mídia que faz uma cobertura misógina do golpe no Brasil é a mesma mídia feita por homens brancos que colocam dentro das redações as mulheres em posição subalterna e que pratica a violência contra essas mulheres, que pratica assédio sexual contra essas mulheres. Essa é a mídia e esse é o parlamento.

**|Você considera que o impeachment da Dilma terá algum impacto na participação feminina na política? Em que sentido?**

Hoje, na Câmara dos Deputados, a gente tem menos de 10% de mulheres deputadas, aqui em São Paulo, acho que em todos os Estados, a gente tem baixíssima participação de mulheres no Poder Legislativo e no Executivo, se a gente comparar com os homens. Por um lado, tudo isso que aconteceu com a Dilma reforça um discurso de: “Está vendo como não pode ter mulher nesses cargos? Olha o que acontece!”. Eu acho que esse discurso é reforçado para quem é machista na direita e na esquerda. Agora, ao mesmo tempo, tem algo que não é mais controlável - a gente está aqui conversando nessa entrevista, as mulheres estão em diversos espaços. A gente está fazendo uma série de coisas. Aqui em São Paulo, a gente teve eleições na Câmara de Vereadores, que surpreendeu algumas pessoas. Tem, por exemplo, a Sâmia Bonfim do PSOL, que é muito jovem e feminista, muito é nesse feminismo até da rede, que foi eleita vereadora. E muito perto, por pouquíssimos votos, também não foi eleita a Isa Pena, também com um perfil parecido aí com a Sâmia, a Luiza Copir, uma mulher transexual que nunca tinha concorrido a cargo nenhum. Ela teve mais de 10 mil votos, perto de 10 mil votos em São Paulo, isso é bastante coisa, isso é importante. A Juliana Cardoso, que é vereadora e que nem se dizia feminista no primeiro mandato, se aproximou muito do movimento feminista e foi importantíssima no feminismo de São Paulo e foi reeleita e muito bem votada. Quando a gente olha para o Rio, por exemplo, tem a Marielle Franco que é uma mulher negra da favela, é do Complexo da Maré e foi eleita vereadora, a quinta mais votada do Rio. Em uma votação expressiva a Marielle Franco, num discurso feminista e antifascista. Então, tem algo acontecendo que é importante. Tem também a de Áurea de BH num perfil parecido com o da Marielle. Então, a gente tem muitas mulheres eleitas já agora e eu acho que esse número vai crescer bastante. E mesmo o Temer, quando ele não coloca nenhuma mulher no Ministério, ele sofre pressão bastante para tentar recuar e ir atrás de mulheres para tentar compor o governo dele. Não é que essa direita também está se sentindo tranquila de não ter mulher nos espaços, mesmo na direita essa pauta é conflituosa. Você tem ali mulheres exigindo espaço e na esquerda, por outro lado, você tem as mulheres feministas e as mulheres que tem uma participação política importante, mas também tem mulheres que tem um discurso “olha, eu acho que esses movimentos identitários fragmentam a esquerda, eu acho que o feminismo fragmenta a esquerda”. Ah, por favor, né?! Ah, então você tem razão, um negro candidato com essa pauta do genocídio da população negra, uma mulher com a pauta feminista candidata, isso fragmenta a esquerda. Então,

vamos deixar os homens brancos e ricos falarem por nós e a gente une a esquerda novamente. Me poupe né?!” Mas isso acontece assim em todos os lugares. Essa é a minha sensação. E aí o que tem disso, da Dilma, como legado para participação das mulheres na política, eu acho que, por mais que tenha algo de reafirmar que mulher não serve para esse papel, eu acho que isso é ínfimo perto da força crescente que a gente tem na política. Eu acho que, para muitas de nós, isso foi um aviso para gente estar mais fortes e preparadas para aquilo que a gente pode enfrentar, mas eu não acho que isso faça recuar nas nossas conquistas. Pelo contrário, eu acho que isso nos fortalece.

Eu acho que até antes do impeachment isso já acontecia. Então, acho que os grupos de mulheres os coletivos de mulheres têm reverberado em todos os lugares. Isso não é uma novidade, né? Sempre bom a gente reafirmar o slogan do movimento feminista negro: “os nossos passos vêm de longe”. Isso é verdade, isso é verdade não só para as mulheres negras. A gente tem movimento organizado de mulher de muito tempo. Então, a gente já tem uma resistência à escravidão lá no século XIX, século XVII, de mulheres organizadas e essas mulheres organizadas que ganham muita força institucional nos anos 80 do século XX, com movimentos de mulheres e grupos que, agora, vem assumidamente feministas nas universidades, nas periferias, nos movimentos sociais, nos partidos políticos e nas redes, né? Muitas mulheres organizadas também pela internet. Teve o mapeamento de coletivo de mulheres, o MAMU.

Centenas e centenas de grupos mapeados por todo País. As mulheres estão articuladas politicamente e de diversas formas seja numa frente feminista na universidade, seja num círculo de mulheres que busca o autoconhecimento e uma conexão espiritual. Mesmo nesse círculo de mulheres que busca autoconhecimento as mulheres discutem ali o que é patriarcado e como o patriarcado se manifesta na nossa vida. O que é a indústria cosmética querendo me vender um produto para que eu me enquadre num determinado padrão de beleza? O que é eu me alimentar com transgênico e a grande indústria? Então, mesmo o círculo de mulheres que para algumas pessoas pode parecer que não tem nada de político, tem muito de política organizada. Discutindo o cotidiano e transformando o próprio cotidiano. Os grupos de mães, os grupos de mulheres grávidas que não tem quem querem ter uma cesariana e que querem ter um parto natural como uma escolha e colocam isso também numa discussão feminista. Como a gente discute maternidade. Então, para eu ser mãe eu tenho que ter esse acúmulo de função? Para eu ser mãe eu tenho que me submeter a um padrão de terceirização ou de sobrecarga? A gente está discutindo isso nos vários níveis né? Mesmo mulheres... círculo de mulheres que falam da menopausa. Então, será que eu preciso mesmo usar hormônio? Será que a indústria farmacêutica faz isso por nós ou pelo lucro? Vamos problematizar e entender o que são os ciclos da vida? Isso no cotidiano. A menstruação, quando eu uso o coletor menstrual eu estou fazendo política.

Quando eu faço uma opção por amamentar em público eu faço política. Isso reverbera na minha rotina que eu não vou ter vergonha de botar para fora o peito para amamentar porque isso não é sexualizado. Estou ali para amamentar o meu filho e isso reverbera em projetos de lei que garantem mulheres amamentarem em público. Então, isso tem se manifestado muito dentro das mulheres, eu fico com essa sensação. Todo

dia eu converso com mulheres que falam “ah, eu não estou mais aguentando essa vida desse jeito. Eu não quero mais trabalhar 15 horas por dia para gerar lucro para uma empresa que acaba com a vida das pessoas. O que eu estou fazendo com a minha vida?”. E essa mudança interna acaba reverberando nas relações micro, nas relações dos grupos maiores, nas discussões política macro e isso tem muita interlocução com a instituição. Então, eu acho que não tem assim o mais importante e o menos importante, porque essas coisas todas estão em relação. Quando a gente olha, por exemplo, a parlamentar mais votada do Equador, uma mulher que já foi governadora de uma província que é jovem... Ela tem 32 anos, dois filhos e é uma parlamentar importante também sendo mãe, também falando da importância da terra e dos cuidados. Isso também tem acontecido. Então, se a globalização tem um aspecto de nefasto, de colocar as nossas vidas a serviços das grandes corporações, também tem algo de contra cultural e de importante de resistência, a gente também aprende com a forma com que as outras mulheres também existem. Sejam as mulheres andinas, seja nos Estados Unidos, a Silvia pesquisando esse movimento de mulheres... E aí, eu vou te dizer que quando a gente olha esse impeachment, olha o golpe, fala que horror o que está acontecendo, quero sumir. Para mim, fica uma força muito forte de pensar que o Brasil também é quilombola. Então, se o Brasil tem essa força escravocrata e machista e misógina bizarra; como a gente resiste a essas forças? Eu perguntaria para as mulheres! Eu perguntaria para a população negra! Porque a gente é alvo há muito tempo e a gente continua aqui. Então, a gente sabe muito bem resistir, a gente tem que se colocar. Eu acho que vale retomar, sei lá ... Teresa de Benguela, uma líder mulher de um quilombo importante que conseguiu estruturar uma rede de relações e de segurança para uma comunidade quilombola que resistiu por mais de 20 anos. No meio do País, perto do Mato Grosso, Teresa de Benguela.

Tia Ciata que criou inúmeras estratégias, a gente conhece a Tia Ciata só pelo samba, pelo primeiro samba gravado no quintal dela, mas a Jurema Werneck no Rio pesquisou a Tia Ciata no doutorado e entendeu a importância política dessa mulher, de conseguir fazer manifestação da sua religiosidade de matriz africana ali no Rio de Janeiro no começo do século XX. Então, a gente tem que olhar para quantas histórias a gente tem, para quantas mulheres fortes. Luiza Mahin, que muitas vezes se discute se ela é uma figura histórica ou não, independentemente disso, a gente tem a imagem da Luiza Mahin por séculos, uma imagem de uma mulher que contribuiu com resistência para articular a Revolta dos Malês na Bahia, mesmo que ela não tenha existido como uma pessoa, existir no nosso imaginário a Luiza Mahin é importantíssimo.

Então a gente quer saber como que a gente faz nesse período... Eu iria para Luiza Mahin, para Teresa de Benguela, para Tia Ciata porque elas fizeram muito num período ainda mais difícil que esse.

*“A lógica de fazer política é uma lógica machista (...). Nas entrevistas destacavam a fala dos homens e quando era sobre mim, o destaque era a roupa.”*

## **CAMILA VALADÃO**

Gabriela Santos Alves  
Pâmela Rocha Vieira

---

Camila começou a militância política aos 17 anos, no PT, e seu reconhecimento como mulher negra firmou-se como ponto central em sua militância. Mais tarde, na Universidade Federal do Espírito Santo, foi membro do Diretório Central dos Estudantes (DCE). Acompanhou a formação do Fórum de Juventude Negra do estado e do Coletivo de Mulheres Negras Aqualtune. É filiada ao PSOL há 10 anos e, pelo partido, foi candidata à governadora do Espírito Santo e à vereadora da capital, Vitória. Nas últimas eleições municipais, Camila foi a mulher mais votada do Espírito Santo. Atualmente, tem se dedicado à militância na área do Serviço Social.

---

### **| Você define o impeachment de Dilma Rousseff como um golpe? Por quê?**

É um golpe, não nos marcos do golpe militar de 64, mas é um golpe que tem uma característica jurídica-institucional. Dentro da própria institucionalidade havia uma insatisfação com o governo da Dilma, com o governo do PT. É um golpe que rearranja as forças que compõem a institucionalidade no Brasil, mas sobretudo é um golpe contra nós, porque é um golpe contra os nossos direitos, é um golpe contra as políticas sociais, de maneira geral, para colocar em marcha um conjunto de medidas de retrocesso.

### **| Qual a participação da mídia nesse processo? Dê exemplos.**

A participação da mídia sempre respondeu aos interesses de classe, mas nesse período isso ficou mais explícito e mais acentuado. À medida que as contradições no País se ampliam, a mídia se posiciona de forma muito declarada. O discurso da mídia mostrava a crise financeira como um mero problema administrativo do governo federal, sendo que há uma crise internacional, que não impacta só o Brasil. Outro ponto importante é como a mídia transmitiu os processos de mobilizações pró-impeachment, com cobertura exclusiva e diversas entradas ao vivo na TV, muito mais na perspectiva de formar opinião do que na perspectiva de informar. Por outro lado, as

manifestações populares contrárias ao impeachment recebiam uma cobertura ínfima, sempre com uma conotação ruim. Colocou-se a ideia de quem estava na defesa do Brasil eram aqueles que estavam de verde e amarelo, enquanto os outros atos representavam o comunismo, a bandeira vermelha.

**| Em algum aspecto você acha que a questão de gênero foi relevante junto à imprensa e à opinião pública a influenciar a cobertura do processo de impeachment? Dê exemplos.**

A lógica de fazer política é uma lógica machista, uma lógica dos homens. Eu já senti isso, quando fui candidata à governadora do Espírito Santo. Nas coberturas e entrevistas destacavam a fala dos homens e quando era sobre mim, o destaque era a roupa. Eu tenho certeza que a questão de gênero foi relevante no processo do impeachment. A cobertura jornalística contribuiu para colocar em dúvida a competência da Dilma, como se as mulheres não fossem competentes o suficiente para a política. Observei, especialmente nas redes sociais, xingamentos como “vaca”, “vagabunda”, “bruxa”, “fantoche do Lula” – como se uma mulher precisasse sempre da orientação de um homem e não pudesse tomar decisões sozinha. Esses discursos têm a ver com as relações de gênero, por isso eu acredito que o golpe perpassa toda essa construção contra as mulheres. É importante ressaltar que o golpe não é apenas contra a Dilma, mas contra todas as mulheres, à medida que uma mulher é retirada do cargo da presidência e passamos a ter uma primeira-dama “bela, recatada e do lar” que se ocupa da área de assistência social, inclusive descaracterizando as políticas dessa área no Brasil, retomando a ideia de que assistência seria caridade. Tudo isso mostra que ser mulher na política incomoda muito e por isso sofremos pressões para retornar ao ambiente doméstico, ao trabalho do lar. Mulher na política é ousado demais pra essa lógica de sociedade que quer todo mundo “na caixinha”.

**| Você identificou algum aspecto de misoginia – aqui definido como ódio ou aversão às mulheres – na relação que a mídia, os políticos e o Judiciário estabeleceram com Dilma Rousseff?**

Sim, especialmente a mídia, reforçando o sentimento de ódio. Muito do que vimos nas redes sociais reflete a postura das linhas editoriais, com frases como “ela merece apanhar”, “merece morrer”, “merece ser torturada” – essa em alusão à luta política de Dilma contra a ditadura. Essa indução à violência é extremamente preocupante em uma sociedade onde crescem o conservadorismo, o discurso de ódio e a intolerância. Esse discurso ganha força tanto na mídia quanto por meio de agentes públicos, como Jair Bolsonaro e Marco Feliciano. O contexto do processo de impeachment deixou muito visível como o machismo é reproduzido com aparente neutralidade, mas com o objetivo de reforçar a misoginia. Um exemplo concreto, que me recordo, é um adesivo de carro que reproduzia a violência sexual, o estupro. O adesivo mostrava Dilma de pernas abertas sobre o tanque de gasolina do carro. Eu fiquei extremamente assustada com essa imagem porque achei que nós já tivéssemos avançado minimamente no sentido de entender que o estupro não é aceitável, portanto com isso não se faz chacota.

**|Você considera que o impeachment de Dilma Rousseff terá algum impacto na participação feminina na política? Em que sentido?**

O impeachment da Dilma tem um impacto para toda a esquerda brasileira e creio que ainda nem conseguimos mensurar os impactos disso agora. Para as mulheres, ainda mais. Eu acho que traz aquela ideia do tipo: “a primeira presidente mulher não teve capacidade de gerir uma crise. Então mulheres na política representam isso, a incapacidade de gerir”. Outro impacto, que também ainda não temos condição de mensurar, é o retrocesso para a vida das mulheres. Eu acredito que o impacto alcança a participação feminina na política, afinal, nas últimas eleições a candidatura das mulheres não cresceu, apesar da efervescência de debates feministas. Isso não se concretizou nesse processo eleitoral, em termos de participação política. Eu tendo a crer que o cenário em 2018 é pouco promissor e o número de mulheres na Câmara e no Senado pode diminuir.

**|Considerações finais**

Agradeço e parablenizo pela iniciativa de tratar dessa pauta. O cenário político que se avizinha não é bom, em especial para as mulheres, por isso é necessário documentar esse momento histórico e termos base para a nossa reconstrução. O que está colocado no governo Temer é um retrocesso para populações oprimidas: mulheres, negritude, comunidade LGBT... por isso é importante nos fortalecermos e reforçar essa discussão.

*“Embora o ponto central da discussão fosse a questão da corrupção esta perdia sempre força para as questões que se centravam no Gênero e na perpetuação de assimetrias.”*

## **CARLA PRECIOSA BRAGA CERQUEIRA**

Michelly Santos de Carvalho

---

Professora Auxiliar na Universidade Lusófona do Porto (Portugal). Doutora, Pós-graduada e licenciada em Ciências da Comunicação pela Universidade do Minho. Atualmente faz pós-doutorado nessa mesma área. É pesquisadora do Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS) da UMinho. É co-coordenadora do Observatório de Representações de Gênero na Mídia, da União de Mulheres Alternativa e Resposta (UMAR). Representa as ONGs do Conselho Consultivo da Comissão para a Cidadania e Igualdade de Gênero (CIG), no Conselho de Opinião da emissora RTP. Carla Cerqueira constitui uma pesquisadora de referência no âmbito de gênero e cidadania em Portugal, sua atuação principalmente na promoção e defesa dos direitos humanos das mulheres mostra a importância do seu posicionamento no que toca a temática deste livro.

---

### **| Você define o impeachment de Dilma Rousseff como um golpe? Por quê?**

Embora o impeachment esteja previsto na lei brasileira, a forma como todo o processo foi executado e a sua consolidação levam-me a descrevê-lo como um golpe, pois nunca foi clarificado qual crime Dilma Rousseff cometeu. Quem assistiu a tudo do lado de fora, ou seja, noutro continente, e através de fontes muitas vezes diferentes das que a população brasileira tinha acesso, não conseguia perceber, num primeiro momento, o que se estava a passar e porque tudo estava a acontecer. Depois se percebeu que o processo de impeachment foi conduzido por Eduardo Cunha, apresentado como um dos políticos com um dos projetos mais reacionários em relação ao direito das mulheres no Brasil e acusado de crimes fiscais. Portanto, o impeachment foi um golpe, mas foi acima de tudo, um golpe patriarcal, misógino, e que visava retirar a Presidenta do cargo de importância máxima no País. Michel Temer, atual presidente, foi um dos principais atores no que diz respeito a tentar que os direitos das mulheres não tivessem avanços durante o mandato de Dilma Rousseff, e agora só o comprovou quando mostrou o seu leque de ministros. No entanto, é de referir que a mídia corporativa com maior impacto na esfera pública tentou desde o início deslegitimar esta ideia do impeachment como um golpe, procurando justificar todo o processo

dentro do enquadramento jurídico brasileiro e não fazendo uma discussão que levasse ao entendimento do que estava realmente a acontecer.

**|Qual a participação da mídia nesse processo? Dê exemplos.**

A importância da mídia nesse processo foi central, uma vez que esta funciona como mediadora entre os acontecimentos e as/os cidadãs/ãos. A visibilidade dada pela mídia corporativa à questão, as fontes escolhidas, o enquadramento privilegiado, tudo contribuiu para que o golpe fosse consumado. Basta lembrar que muitos órgãos de comunicação social tentavam explicar que o impeachment era legal e estava previsto na Constituição, mas nunca clarificavam qual tinha sido o crime cometido por Dilma Rousseff. O espaço discursivo era dado aos seus opositores, muitos dos quais eram acusados de vários crimes fiscais, mas a mídia tentava focar em Dilma Rousseff e no fato de a Presidenta estar incapaz de governar o País. A própria pediu publicamente o respeito da mídia na cobertura de todo o processo, embora sempre sublinhando a garantia da liberdade de expressão, pois era visível uma campanha midiática contra o governo. Este foi o reflexo que a cobertura no Brasil teve a nível internacional, sendo apenas desconstruída essa narrativa dominante pela mídia digital alternativa e ativista, sobretudo a que se posiciona dentro do enquadramento progressista e feminista.

**|Em algum aspecto você acha que a questão de gênero foi relevante junto à imprensa e à opinião pública a influenciar a cobertura do processo de impeachment? Dê exemplos.**

O meu olhar é o de quem assistiu a toda esta questão a partir de Portugal e do que foi circulando através da mídia corporativa, mas também das redes sociais digitais, nomeadamente daquilo que podemos chamar de mídia alternativa e ativista. Várias foram as imagens e mensagens transmitidas pela mídia que sustentavam um discurso de violência de gênero contra Dilma Rousseff, caracterizando-a como uma mulher descontrolada e incapaz de governar o País. Os principais grupos de comunicação do País tentaram deslegitimar a ideia que o impeachment se tratava de um golpe por estar previsto na Constituição, mas sempre acentuaram aspectos relacionados com a Presidenta que reforçavam os preconceitos de gênero, ao adicionar a esses os discursos de várias figuras públicas, nomeadamente do campo político que referiam a salvaguarda da família no seu sentido mais conservador. Dilma Rousseff sempre foi uma mulher com um posicionamento muito crítico face às desigualdades sociais e concretamente às desigualdades de gênero. Basta lembrar que quis ser tratada por Presidenta porque queria sublinhar a importância da linguagem inclusiva, apresentando-se como a primeira no País, uma fonte inspiradora para outras mulheres que quisessem ocupar cargos políticos partidários. Isto contribuiu para que os discursos de misoginia nunca deixassem de estar presentes desde que foi eleita, umas vezes de forma mais explícita, outras de modo mais sutil. No caso do processo de impeachment os discursos de ódio tendo por base o gênero foram (re)ativados e acabaram por centrar toda a questão no fato de ser uma mulher que sempre fugiu das normas sociais dominantes, fazendo um questionamento destas. Tudo o que é visto como desviante é criticado, e ser uma mulher na política é ainda ser uma exceção, sobretudo quando se tem características que fogem aos estereótipos.

**|Você identificou algum aspecto de misoginia – aqui definido como ódio ou aversão às mulheres – na relação que a mídia, os políticos e o Judiciário estabeleceram com Dilma Rousseff?**

A misoginia enquanto discurso de ódio contra as mulheres tem as suas raízes no patriarcado e por isso no sistema estrutural de dominação dos homens sobre as mulheres. Obviamente que este discurso misógino aparece como marca do processo de impeachment de Dilma Rousseff porque acaba por funcionar como uma das justificações para questionar o sistema democrático e para permitir a execução/materialização de retrocessos. Aliás, a tônica na diferença ressaltou dos discursos (re)produzidos pela mídia corporativa, por uma grande maioria dos políticos e também pelas decisões do judiciário.

Sumariamente, podemos dar como exemplo que a mídia corporativa acabou por veicular discursos verbais e visuais estereotipados (basta lembrar imagens em capas de revistas), que caracterizaram Dilma Rousseff como uma espécie de transgressora e que não estava em condições de continuar no cargo. Além disso, deram voz, sobretudo, aos opositores, ou seja, a quem impulsionava o golpe ou que se mostrava favorável. A imparcialidade jornalística ressaltava muito pouco, apenas tendo como contraponto os discursos transmitidos pela mídia alternativa e ativista, majoritariamente pelas redes sociais digitais.

No que concerne aos políticos, as vozes que sustentavam uma visão apologista da violência e do conservadorismo foram as mais expressivas em termos da opinião pública. Embora o ponto central da discussão fosse a questão da corrupção esta perdia sempre força para as questões que se centravam no Gênero e na perpetuação de assimetrias. Discursos de Cunha e Bolsonaro tornaram-se os expoentes máximos da ideologia misógina. A par destes, no caso do judiciário, podemos lembrar no mesmo Período temporal a situação de Frota, um ator pornô tão midiático, a qual veio reforçar também a presença da violência contra as mulheres como algo que se naturaliza. Aliás, há quem tenha falado do ‘estupro político’ de Dilma para explicar precisamente como é que se exerce esta violência misógina no decorrer deste processo. Violentar o corpo de uma mulher remete nessa ótica para o exercício de uma violência simbólica.

A história diz-nos que o patriarcado revolta-se contra todo o sistema democrático, exerce a opressão contra as mulheres, mas também contra todas as pessoas que são consideradas desviantes face à norma dominante e os vários agentes/instituições de socialização, como a mídia, o Estado, a religião, a escola e a família têm aqui um papel crucial na perpetuação e sedimentação ideológica.

Não se questiona aqui a execução política do mandato de Dilma Rousseff e as falhas que possa ter tido, mas o fato dos discursos apontarem na sua direção para o aspecto de ser uma mulher, uma “exceção”, uma “outsider” e fazerem tudo para retirá-la do cargo que exercia. Isso é misoginia e opera muito eficazmente através da linguagem midiática e de outras instituições consideradas relevantes e que acabam por se fazer ouvir também através da mídia. E isto não começou agora com o processo de impeachment. Há estudos que nos mostram que esta misoginia ocorreu desde que Dilma Rousseff foi eleita em 2010. Imagens que a procuravam denegrir porque não correspondia aos ideais tradicionais de feminilidade, porque não possuía uma família dita tradicional, porque insistiu em ser chamada de Presidenta e por isso questionar a

linguagem excludente que era vigente e que reiterava que as mulheres tinham de estar contempladas pelo falso neutro. Tudo isto sempre gerou ódio baseado no Gênero.

E agora, quem substitui Dilma Rousseff? Um homem branco, com ideais neoliberais e neocoloniais, que defende os valores da família tradicional. Um homem que vem mostrar que a Presidenta era uma *outsider*, e que, inclusive, utiliza a sua esposa para reforçar o estereótipo do que deve ser uma mulher na sociedade brasileira. O sistema patriarcal sempre funcionou como uma estratégia muito eficaz para afastar as mulheres da política e esta situação não foi uma exceção. O que está em causa? O que gera esta misoginia? Uma sociedade antidemocrática que nega as diferenças e por isso impossibilita a discussão e o empoderamento de qualquer minoria social.

**|Você considera que o impeachment de Dilma Rousseff terá algum impacto na participação feminina na política? Em que sentido?**

Considero que, acima de tudo, este processo e a forma como foi conduzido, demonstram um retrocesso democrático, com implicações nos direitos de cidadania e na participação e empoderamento das mulheres no espaço público e na política (partidária) em concreto.

Como já referi, Dilma Rousseff foi a primeira mulher a chegar ao cargo máximo de Estado e isso só aconteceu em 2010, o que demonstra que toda esta questão da participação das mulheres na política, nomeadamente na política partidária, não é nova, mas tem conquistas que ainda são muito recentes.

Se atentarmos para dados recentes vemos que a representatividade das mulheres na política brasileira tem caído. Dados da Folha de São Paulo apontam para um decréscimo de 32,6% nas eleições municipais de 2012 para 31,3% no primeiro turno deste ano. Além disso, uma parte das mulheres que são inscritas pelos partidos surge apenas para cumprir as cotas exigidas. Esta realidade no que concerne às cotas não está muito distante do que também se passa noutros contextos, nomeadamente no caso português, onde se discutido bastante a questão em torno dos discursos de meritocracia. O mérito e a competência colocam-se apenas no cerne da questão quando inserida uma variável de gênero, o que nos remete para a política como uma atividade ainda vista como sendo do domínio masculino e vedada às “intrusas”, as mulheres.

O fato de termos ainda uma percentagem diminuta de mulheres nos cargos políticos demonstra que estes não expressam a realidade da população, pois mais de 50% é composta por mulheres. Além disso, podíamos referir os mais diversos estudos que demonstram que em áreas tradicionalmente associadas ao masculino as mulheres continuam a ser discriminadas, mesmo que por vezes se trate de uma discriminação sutil. Elas têm de fazer mais e melhor para ser consideradas equivalentes, têm de conciliar todas as esferas da vida pessoal, familiar (sendo esta encarada sempre numa ótica tradicional e conservadora) e profissional. Apesar de todas as medidas para incentivar a participação igualitária na política, esta continua a não acontecer, o que explica as assimetrias de gênero vigentes e a repercussão nas escolhas que são feitas. A chegada de Dilma Rousseff à Presidência demonstra a materialização das lutas em prol da igualdade de gênero, mas gera simultaneamente muitas expectativas para as mulheres que pretendiam que ela pudesse ser o reflexo público das suas vozes e

reivindicações. De mencionar igualmente que o Congresso continuava com uma maioria esmagadora de homens. Mais de cinco anos da sua eleição, se olharmos para os avanços em termos do campo da igualdade de gênero, estes se centraram, sobretudo, no combate à violência contra as mulheres, nas lutas pela autonomia econômica das pessoas mais pobres e na representatividade política. Muitos dos temas colocados na agenda pelos movimentos feministas continuaram na penumbra, nomeadamente os que se relacionavam com os direitos reprodutivos e com a diversidade sexual.

O cenário atual tem obviamente consequências porque é a demonstração concreta que o País é dominado por uma mentalidade conservadora e machista, ou seja, o sistema patriarcal está mais vivo do que nunca e pretende aniquilar (simbolicamente) muitas das conquistas em prol da igualdade de gênero e dos direitos humanos de modo mais geral. O fato de se visibilizar que a mulher ideal é a cuidadora do lar e subserviente ao marido, portanto, enquadrada numa família dita tradicional também reforça a dicotomização das “boas” e “más”, das “nossas” e das “outras” mulheres e pode levar ao afastamento de algumas mulheres da esfera política pelo descrédito que esta apresenta e pelo distanciamento dos ideais dominantes que postula. Contudo, temos de pensar que este processo pode igualmente levar os movimentos sociais, nomeadamente de índole feminista, a um questionamento ainda maior do sistema e à criação de uma maior discussão sobre a relevância da igualdade de gênero, interseccionada com outras, na esfera política.

### | Considerações finais

Numa época em que muitos dos discursos dominantes na opinião pública, vindos de vários setores da sociedade, referem que a igualdade de gênero é uma não questão, pois as mulheres já conquistaram as mais variadas esferas do espaço público, assistimos também a muitos paradoxos e retrocessos. Muitas vezes utilizo a terminologia de ilusão de igualdade ou utopia de igualdade para descrever o cenário que temos na atualidade. A aparente igualdade de gênero existente é uma espécie de ponta do *iceberg*, pois muitas das desigualdades estruturais permanecem. Há obviamente muitas conquistas que podem ser enumeradas e percursos dos movimentos feministas nos mais variados contextos que não podem ser esquecidos, mas há igualmente que marcar as novas pautas, sem ignorar que estas arrastam consigo ‘velhas’ lutas.

Atualmente assistimos aquilo que vem sendo designado como pós-feminismo, mas o discurso de empoderamento dominante assenta numa lógica individualista e de meritocracia, as quais sustentam a base do sistema capitalista e neoliberal. Estas não contribuem para desconstruir as assimetrias de poder, as quais são estruturais. As mulheres já conquistaram o domínio público, mas continuam a acumular as tarefas da esfera privada e a ter de se apresentar como uma espécie de supermulheres, sempre prontas a conciliar tudo. Este paradoxo aprisiona as mulheres e as suas trajetórias de vida e contribui para a manutenção da ordem social vigente. Estamos a falar de uma questão de direitos humanos e por isso este questionamento das assimetrias de Gênero vai contribuir para melhorar a vida de todas as pessoas, mulheres e homens.

Esta ideia de subserviência que “deve” ser inerente às mulheres a qual foi levantada neste processo de impeachment e muitas outras vezes desde que Dilma

Rousseff foi eleita e reeleita mostra bem como os discursos misóginos estão presentes. Mostra como quem foge da dita norma continua a ser considerada uma “outsider”, para utilizar a terminologia de Becker, ou seja, uma “Outra”, que por isso tem de ser “vigiada e punida”, como nos lembra Foucault. O que é isto senão um discurso de ódio face à diferença e, neste caso, em que se sustenta uma diferença de Gênero e de ideologia política, as quais se afastam do conservadorismo dominante que sempre esteve presente nos discursos de muitos políticos. Lembremos apenas Eduardo Cunha e Jair Bolsonaro. Além disso, este novo governo veio dizer-nos que quem manda são (ou devem ser) os homens.

O machismo e o conservadorismo caminham de mãos dadas e o Brasil mostrou isso em todo este processo. Em situações de crise a violência contra os grupos considerados mais vulneráveis aumenta. A história tem mostrado sempre isso e as mulheres fazem parte de um dos grupos mais agredidos. E falar de mulher não pode ser falar de um grupo homogêneo, mas implica atentar para a sua diversidade e para a intersecção de categorias identitárias que podem contribuir para aumentar os eixos de opressão. Hoje, urge uma resposta dos movimentos sociais e convergências de diferentes organizações e coletivos no sentido de questionar os retrocessos que estão a ser vivenciados na sociedade brasileira, com o objetivo de contribuir para o restabelecimento da democracia e de uma sociedade mais justa e igualitária.

*“São atos de exceção; não é um golpe no sentido clássico... Eu até diria que é mais perigoso, porque em 1964 havia uma coalizão contra o trabalhismo. Mas também havia nesta coalização contra o trabalhismo, setores de nacionalismo de direita.”*

## **CARLOS ROBERTO WINCKLER**

Álvaro Benevenuto Jr.

---

Graduado em Letras (UFRGS, 1976) e Direito (UFRGS, 1975), com especializações em Alemão (Instituto Goethe Schwäbisch Hall, 1986) e Mídia e Sociedade (PUC-RS, 1995). Mestre em Sociologia (UFRGS, 1978) e doutorado em Sociologia (UFRGS, 2005). Técnico da Fundação de Economia e Estatística, onde edita a Revista da FEE e professor da Fundação Universidade de Caxias do Sul na área de Sociologia, com ênfase em Outras Sociologias Específicas, principalmente nos seguintes temas: Sociologia Política, Políticas de Desenvolvimento, Estado, Federalismo. Winckler, na missão de cientista social, participa efetivamente das lutas dos movimentos sociais, na produção de análises de conjuntura socioeconômica, está na equipe de sócios colaboradores do Centro de Assessoria Multiprofissional (CAMP-ABONG) e é um dos fundadores do PT gaúcho. Na ditadura, foi companheiro de batalha de Dilma Rousseff e, desde lá, acompanha, bem de perto, a trajetória política da presidenta.

---

### **|Você define o impeachment de Dilma Rousseff como um golpe? Por quê?**

Não é um golpe no sentido tradicional. Eles fizeram atos de exceção. E pela omissão do Congresso, pela crescente autonomização da Procuradoria e do juiz Sérgio Moro, depois com a validação de atos que são inconstitucionais pelo Supremo e os próprios deputados. São atos de exceção; não é um golpe no sentido clássico, pois lá apareceu a mão militar desde o início de 1964 e depois se aprofundou em 1968 e depois com o AI 5. Eu até diria que em alguns momentos lembra o período de 1964/68, mas não é a mesma coisa. Eu até diria que é mais perigoso, porque em 1964 havia uma coalizão contra o trabalhismo. Mas também havia nesta coalização contra o trabalhismo, setores de nacionalismo de direita. Isso apareceu no Exército brasileiro. Quem tem um pouco de memória deste período, os militares tinham que criar um bom clima, tinham uma visão de nação. O próprio Geisel tinha. O quê que o Bolsonaro, na

sua profunda misoginia tem, o quê que a direita tem de ideia de nação? Nada, é zero. É submissão aos Estados Unidos. Quem é o grande herói da direita: é o Trump, com todo aquele horror, aquelas barbaridades que a gente escuta. E digo que é congruente, está se constituindo outro bloco, outra história que acho muito perigosa. E eles também percebem que para efetivar tudo o que eles querem, terão que ser muito rápidos. E até diria que o grande sonho deste estado de exceção é transformar o Brasil numa espécie de Estado associado dos Estados Unidos, ter um sistema político com voto distrital, financiamento privado. Do ponto de vista da repressão, criar um sistema repressivo que decapite as forças democráticas. Eu acho que a pressão ao Lula será a culminância deste processo e depois, feito isso, analisada a reação, eles vão partir para a decapitação dos quadros intermediários, que são chamados os quadros organizadores. Aí vai sobrar o que chamamos de classe média assalariada progressista, onde estão os trabalhadores organizados.

Do ponto de vista comportamental, acho que também há uma congruência. Para as classes populares, penso que vai valer o fundamentalismo religioso de mercado, que é congruente com o fundamentalismo de mercado até gnóstico das redes. Uma coisa está casada com a outra. Podem-se fazer os dois movimentos. Para as elites, haverá um gozo individual das coisas e para os pobres, pedem a interseção em Deus, os pastores poderão também gozar sua vida hipocritamente e as classes populares tem que saber exatamente qual é o seu lugar. E se orar a Deus agradecendo pelo pouco que recebe, melhor. Eu acho que é o sonho dourado da direita. Se isso vai dar certo ou não, eu acho que não. Agora, quanto tempo vai durar, pessoalmente eu oscilo entre dois cenários: a visão otimista é de dois anos. Eu tenho minhas sinceras dúvidas se nós vamos ter 2018. Se decapitarem o maior símbolo, e isso vai para homens e mulheres, que é o Lula, vai ser realmente problemático. Ou pode durar vinte anos. Pode ser que a gente entre num circuito mais longo. Pode ser. Eu não gosto assumir o papel de prognosticar algum fenômeno. Eu acho que vai ser muito complicado. Será uma brincadeira pra cinco ou seis anos, no mínimo. É minha impressão.

Agora, tem novidades. Voltando à questão da misoginia, o que fazer com estas mulheres que estudaram, que tiveram acesso às universidades, as mulheres negras, o que nos vamos fazer com estes grupos comportamentais que assumem outra pluralidade. A democracia não é apenas o gozo privado das coisas. A diversidade... o que eles vão fazer com a diversidade? Trancafiar? Botar na prisão? Bater? É o sonho do MBL, o sonho do Bolsonaro, é o sonho do partido biombo do fascismo, o Partido Social Cristão. Eu acho uma situação perigosa, não tenho dúvida.

Os movimentos populares, bem ou mal, em relação a 1964, estão mais organizados. Talvez fragmentados, mas estão mais organizados. E fragmentados não por uma questão de crise de direção. A globalização provocou uma heterogeneidade no corpo social, que exige muito mais para desenvolver um pensamento progressista e muita imaginação para organizar como será a organização para as lutas.

Eu até recomendaria que o pessoal desse uma olhada no que aconteceu com as mulheres nas eleições municipais no Chile, recentemente. Surgiu a terceira força política, muito imaginativa, muito interessante, que está calcada no movimento secundarista e universitário, a revolução dos pinguins. O Chile, claro, é um País

pequeno, tem a população do Rio Grande do Sul, tem um PIB menor que o nosso. Mas ali tem uma promessa muito interessante.

Outra promessa, melhor estabelecida que talvez seja mais interessante para incorporar todas as diversidades - e também interessante - seria a organização de uma frente ampla. Mas isso vai exigir muita generosidade entre as pessoas, umas com as outras, propondo outro mundo, etc.

**| Qual a participação da mídia nesse processo? Dê exemplos.**

A mídia se comportou neste processo como um partido, um quase partido, no sentido gramsciano. Teve um momento que ela se incorporou como um partido organizado. Não é uma questão da teoria da conspiração. A mídia faz sua reunião de pauta e combinam o que vão sacanear amanhã. E fazem isso mesmo. O jogo é esse. É um quase partido e a mídia tem uma participação intensa nas lutas antidemocráticas, no mínimo, desde a década de 1950. Pegaram os anos 50 de Getúlio, pegaram 1964.

Essa mídia tradicional está tentando fazer o trânsito para a digitalização. Acredito que a mídia tradicional está condenada, tanto do ponto de vista econômico, como tecnológico. Isso não quer dizer que o jornal vai desaparecer, que os livros vão desaparecer. Não é nada disso. Mas ela vai ser uma alternativa possível. Mas há uma digitalização da vida.

E o problema vai ser o controle da digitalização. É importante lembrar que transita no Congresso Nacional um projeto de lei para controlar a internet.

No capitalismo, isso é fácil: o controle de preço. Qual o grau de acesso que vou ter aos dados... Isso será uma luta seríssima nos próximos anos, quer dizer, nos próximos meses. Vai ser a luta mais séria porque a gente trabalha em rede, mesmo que empiricamente: usa um celular para enviar mensagem, para acessar a internet. A gente já está em rede e a luta do controle da internet é muito séria.

E uma posição moderadíssima foi a de Wanderley Guilherme dos Santos (cientista político carioca, autor do blog Segunda Opinião), que disse: o problema mais sério no Brasil neste momento é mídia. Como que a gente pode controlar? Temos que fazer associação do que é o dono e o que é o jornal. O profissional está lá e tem que ter autonomia editorial em relação ao proprietário do jornal, que tem que ter o seu lucro com a atividade da empresa. Esse é um comportamento moderadíssimo, que a gente observa na Inglaterra, nos Estados Unidos, em nações desenvolvidas. E é assim. O Murdock tentou quebrar isso, mas não conseguiu. No geral, ainda é assim: tem que haver autonomia editorial em relação ao lucro do empresário. Tem que acabar com a verticalização.

**| Em algum aspecto você acha que a questão de gênero foi relevante junto à imprensa e à opinião pública a influenciar a cobertura do processo de impeachment? Dê exemplos.**

Me chamou muito a atenção o papel das mulheres nas manifestações em defesa da Dilma, foi muito forte, e depois se prestar atenção na presença juvenil, também foi muito intensa a participação das meninas. Eu acompanhei as mobilizações em Porto Alegre com muito cuidado, fui a algumas delas também por questão de ofício, e a gente tinha um recorte muito interessante: eram feministas ou o pessoal ligado aos movimentos LGTB. Era muito curioso. Muito interessante, pois era o espaço

que tinham. Muito libertários, mas muito sensatos. Eu fiquei absolutamente comovido com aquilo. E há a retomada disso nas escolas ocupadas.

Além disso, uma coisa que achei fantástico: na primeira posse da Dilma, quem desfilou no carro aberto com ela? A Paula, sua filha. Isso é um recorte.

Já a pobrezinha da Marcela (Temer), que é um bibelô, é decorativa, a esquerda cai em cima. Eu me nego a atacar a Marcela porque ela é produto dessa coisa. Eu não posto [nas redes sociais] nada que ataque a Marcela, pois ela é a tentativa de retornar aos velhos e bons tempos oligárquicos dos anos 1940-50.

**|Você identificou algum aspecto de misoginia – aqui definido como ódio ou aversão às mulheres – na relação que a mídia, os políticos e o Judiciário estabeleceram com Dilma Rousseff?**

Sim, sem dúvida. Há recortes de misoginia, com certeza. Mas uma coisa que se pôde observar é que houve uma divisão do trabalho. A mídia, que as seis famílias dominam no País, insinuava. Ela não fazia um ataque, por exemplo, à sexualidade. Um ou que outro blog ligado a Veja, por exemplo, fazia isso. Mas era tudo indireto, para não parecer misoginia. Era mais refinado que nos blogs. A misoginia fundamentalmente aparecia na desqualificação da figura da Dilma. E era permanente.

Quando ela se elegeu na primeira vez este já tinha começado este movimento: é o Lula que manda! Na segunda eleição, é o Lula que manda.

Na desqualificação, o que se apontava na mídia normal: que ela era dura, que dizia grosseria para os ministros, gritava com as pessoas, que tinha falta de jeito, que não sabia fazer política... Isso já no primeiro governo...

Mas isso se aprofundou no segundo. Aí eu acho que o papel da Veja foi absolutamente lastimável. Os blogs ligados a Veja atacavam diretamente as questões comportamentais. É interessante, pois, se a gente observar, este ataque misógino camuflado tem que ser compreendido pelo fato de que nesses anos ocorreu a emancipação da mulher.

Essa emancipação tem que ser compreendida por estratos sociais. As mulheres foram empoderadas pelo Bolsa Família, sem dúvida. Achei um lance genial dar o cartão para as mulheres. Isso foi uma coisa feita pelas pastorais católicas, pelo frei Beto, Boff... Tem que dar o cartão para as mulheres... Isso empoderou as mulheres. Ainda que fosse modesta a ajuda, foi o que permitiu que as mulheres cuidassem dos filhos, botá-los na escola e aquilo serviu como um cartãozinho de crédito.

Eu me lembro que o ataque contra o empoderamento das mulheres veio com comentários do tipo: como? Estão usando o cartão para comprar liquidificador? E daí? Eu me recordo muito bem disso da discussão dos liquidificadores.

Tem outro fato: um percentual desse pessoal muito modesto acabou tendo a chance de chegar à universidade. Ou as classes médias mais baixas que nunca puderam estar na universidade, chegaram lá... E tem uma série de mecanismos que foram criados para ampliar o acesso ao ensino superior: o sistema de cotas, o fato de estudar em escola pública, a questão das cotas de raça... Isso também permitiu o ingresso de muitas mulheres jovens na universidade.

Foi outro fator que empoderou as mulheres e obviamente levou a outra qualidade de discussão. Se olharmos os dados estatísticos, só no caso das universidades, em 2003 eram três milhões de matrículas universitárias. Hoje são mais

de 7/8 milhões. É um salto enorme. Mas se pode dizer que há a questão da qualidade e outras coisas, mas o peso das mulheres nestas estatísticas é muito forte.

Não significa que elas têm que ter um discurso de esquerda, mas isso é um sintoma de que algo está a mudar. Você percebe isso em sala de aula: há certo temor dos meninos ao não saber bem o que dizer e a queixa das mulheres.

E eu percebo que o empoderamento das mulheres vem de antes: os títulos de posse das áreas da Reforma Agrária eram dados às mulheres.

Também tem isso. Vem de antes ainda, mas deu uma acelerada. Foram criados conselhos nacionais, toda a incorporação da pauta feminina no governo... Então, a eleição da Dilma, digo assim, não foi porque o Lula quis. Isso é uma visão tradicional!

Votaram nela, claro que teve o peso da indicação do Lula, porque era mulher. As pessoas tinham orgulho de dizer: nós temos uma mulher! Na verdade não quero analisar o caso da Cristina Kirchner, pois a condição social e a história são bem diferentes na Argentina, mas a comparação vale. Foi o mesmo cheque, nossos países vieram o mesmo choque.

E isso foi extraordinário, pois a participação política das mulheres é muito restrita. Até recolhi alguns dados, que são muito interessantes: em 2015 o Brasil estava no 123º lugar no ranking de participação de mulheres no Congresso Nacional. Há uma absoluta sub-representação feminina.

Claro que perguntamos por que sub-representação? Isso tem relação com o conservadorismo nacional, com a divisão sexual do trabalho, a dificuldade da participação neste sentido, os próprios mecanismos partidários, as dificuldades de financiamento de campanha. Tem uma série de coisas que levam à sub-representação, mas a eleição da Dilma foi absolutamente extraordinária. E eu acho que o pessoal da publicidade dela trabalhou numa linha interessante. Diziam que ela era uma mulher decidida – e o que é ser uma mulher decidida no meio de homens? - e por outro lado, tinha o lado maternal – era a mãe do PAC. A publicidade dizia isso e está correto porque ela tinha uma tensão: é uma mulher separada, avó e também tinha sido guerrilheira. E isso na cabeça da direita foi muito complicado.

E é por isso que digo: num primeiro momento tentaram desqualificar na mídia tradicional, enquanto nos blogs e na internet a agressividade era geral. Aí valia tudo. Eu me lembro de adesivos.

Um era impressionante: fixado na tampa do tanque de gasolina de um carro, era a Dilma de pernas abertas e se botava a gasolina entre as pernas da Dilma. E ele se espalhou pelo País. Isso é para se ter ideia do padrão das mensagens. Sem contar os grupos de direita que mostraram a cara e chamavam a Dilma de vaca, vagabunda, puta... de tudo! Valia tudo e eu acho isso bem emblemático: é a figura do Bolsonaro.

O Bolsonaro e a misoginia, do jeito que aparece nos grupos que o apoiam é um pouco reativo a este processo mais amplo de emancipação feminina e aí a presença da Dilma ter acontecido. É assim que eu avalio.

Obviamente que a gente pode perceber o quanto que a sociedade recuou com o golpe, apesar de eu não considerar um golpe. Acredito mais que é um estado de exceção... tem outro jeito, é diferente de um golpe militar.

A figura da mulher, qual que é? É a figura emblemática da Marcela Temer, recatada, bonita e do lar, apresentada na capa Veja. A mesma figura foi apontada para a esposa do novo presidente eleito da Argentina (Macri). É o mesmo estilo. Então, é um

processo reativo e observe bem que na Argentina também há um movimento muito forte das mulheres, especialmente hoje, em função dos assassinatos e outras violências.

Esses grupos de direita nunca conseguiram engolir a Lei Maria da Penha, a criação das Delegacias das Mulheres... É um processo reativo muito forte.

**|Você considera que o impeachment de Dilma Rousseff terá algum impacto na participação feminina na política? Em que sentido?**

O acontecimento, o impeachment formalmente foi um golpe, pois juridicamente foi um negócio absurdamente estapafúrdio, avalizado pelo Supremo Tribunal de Justiça, que se apegou à formalidade e não entrou no mérito da questão e lavou as mãos; a Dilma foi julgada por ato praticado no governo anterior, que não era nem crime de responsabilidade - basta a gente olhar com cuidado os artigos 85 e 86 da Constituição Federal para ver que não é nada disso - e tem um outro sintoma: foi um impeachment construído.

O mais impressionante foi a construção do processo. Em 2015 o Congresso aprovou as contas do Itamar, dos dois governos do Fernando Henrique, dos dois governos do Lula para chegar até a Dilma. Era calculado... Eles fizeram isso. Com base em que? Num relatório do Tribunal de Contas da União (TCU) que não tem valor jurídico. É um relatório orientativo para a avaliação das contas dos mandatos presidenciais, onde se apontam operações que chamaram de pedaladas fiscais.

Agora pergunta-se: houve alguma excepcionalidade nisso? Não. Esse tipo de formalismo, esse tipo de golpe já tinha ocorrido em Honduras, no Paraguai e agora aqui. E aqui se utilizam mecanismos jurídicos/parlamentares.

Nenhuma novidade, pois no ocidente, nos países ricos também se faz isso. Se a gente pensar o caso das chamadas leis de exceção. Nós estamos vivendo um momento de lei de exceção: é o caso da lei antiterrorismo na Europa; o ato patriótico que surgiu nos Estados Unidos após o atentado às torres gêmeas. Também são leis de exceção, que criam um Estado à sombra e vão deslegitimando a democracia. Só que lá estas leis estão focadas a grupos específicos.

Aqui, se utilizam mecanismos pretensamente constitucionais, mecanismos pretensamente parlamentares, entre outros, para legitimar estas ações. Que não é um golpe, uma quartelada, como nós conhecemos e houve uma preparação de longo curso, basta ver a conjuntura no Ocidente. Houve inspiração externa? Não tenho dúvida nenhuma. E isso tem que ser melhor analisado com o passar do tempo. O papel dos Estados Unidos, o papel dos "think tanks" norte-americanos, o papel das agências americanas. Não que houvesse um processo unificado. Isso também foi diferente, mas tudo confluiu para isso e o fato de ter aparecido uma mulher, bom, exigia certo *know-how* de como tratar este assunto. E daí a divisão da imprensa normal de um jeito; os blogs e a internet de outro, as mobilizações de rua de outro...

E sintomas disso muito claros nas manifestações de 2013, em dois momentos: no início de junho de 2013 haviam sintomas de toda uma insatisfação. Eu acompanhei estas mobilizações bem de perto. Em meados de julho, o movimento foi encampado pela mídia e aí a classe média, absolutamente satisfeita, entrou.

E tem um negócio que a Dilma fez que cavou muito fundo o brio da classe média, atingiu o nervo da herança escravocrata brasileira, que foi a regulamentação

das leis trabalhistas para as empregadas domésticas. Isso tocou fundo, muito fundo. As pessoas não conversam, mas à boca pequena, em reuniões de família, quando menos se espera, o tema aparece. Ele está lá.

A misoginia aparece com tudo isso. Aparece com o escravismo, herança escravocrata, aparece o ódio dos homens às mulheres, a emancipação feminina, a ascensão modesta social que ocorreu... eu acho que a misoginia foi um ponto no processo de mobilização dos jovens machos de direita. E não é à toa que saem agredindo as moças.

### **| Considerações finais**

Paciência. Muita paciência. Eu tenho 65 anos e ainda tenho que ter muita paciência. Eu conversava com o Rui, da Palmarinca, e acho que, do jeito que as coisas vão e como a política está sendo realizada, nestes próximos dez anos a gente ainda vai estar nas manifestações, e, no limite, nós vamos estar chutando latas de lixo, bem velhinhos e mortos de raiva.

Eu acho que é uma raiva construtiva, e a gente tem que se manifestar desse jeito. Ou temos que passar o recado a essa gurizada. A formação é essencial. Temos que conversar, saber escutar esses meninos, prestar muita atenção naquilo que está acontecendo nas ruas, saber que tipo de sensibilidades estão surgindo e como que se politiza isso no sentido mais produtivo.

*“Não houve simplesmente uma transição de presidente para o vice, houve todo um plano, todo um projeto reformista que havia sido derrotado nas urnas e que está sendo implantado agora”.*

## **CÉSAR RICARDO SIQUEIRA BOLAÑO**

Aline da Silva Souza  
Carlos Peres de Figueiredo Sobrinho

---

César Ricardo Siqueira Bolaño é jornalista pela Universidade de São Paulo (USP). Doutor em Economia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Mestre em Ciência Econômica também pela Universidade Estadual de Campinas. Atualmente é professor associado IV da Universidade Federal de Sergipe. Tem experiência na área de Economia, com ênfase em Teoria Geral da Economia, atuando principalmente nos seguintes temas: comunicação, economia, economia política, informação e telecomunicações. Possui vários livros publicados, entre eles: “The Culture Industry, Information and Capitalism” (2015); “O Conceito de Cultura em Celso Furtado” (2015); “Campo Aberto para a crítica” (2015); “Mercado Brasileiro de Televisión (2013).

---

### **|Você define o impeachment de Dilma Rousseff como um golpe? Por quê?**

O impeachment foi um golpe por vários motivos. A dinâmica de todo o impeachment mostra que houve uma articulação bastante ampla em determinadas camadas sociais, determinados atores, no sentido de reverter uma política que havia sido aprovada nas urnas. Então não houve simplesmente uma transição de presidente para o seu vice, mas houve todo um plano, todo um projeto reformista que havia sido derrotado nas urnas e que está sendo implantado agora. Acredito que o golpe foi uma opção, uma vez que o projeto não foi aprovado nas urnas, então imediatamente surgiu como opção, uma opção constitucional. Acredito que existia, naquele momento, dois projetos para o Brasil: um representado pelo PT e outro representado pelo PSDB, que perdeu as eleições. Estes projetos, eles têm a simpatia de determinados atores sociais e de determinados setores da população. Aquele que foi derrotado encontrou na Constituição brasileira essa possibilidade de impeachment como forma de inverter a situação. Por isso, entendo que seja um golpe, não em função de uma conspiração, embora haja elementos conspiratórios, evidentemente. Mas o fundamental é que houve um acordo entre os dois partidos no parlamento que decidiram pelo

impeachment, o PMDB e o PSDB. No momento em que o PMDB retirou o apoio ao PT e passou a se articular como o PSDB, então as condições objetivas no plano político estavam dadas. O problema é que não é só isso, mas existem outros elementos que participam desse processo, como existem os diferentes atores sociais, com diferentes capacidades de ação, e essas capacidades foram sendo mobilizadas. Por exemplo, houve todo um movimento social pedindo o impeachment. Então, esse movimento social que chegou a levar no Brasil todo, em um determinado momento, dois milhões de pessoas às ruas, é um movimento bastante forte. Ele foi utilizado amplamente como uma prova de que a população brasileira que tem mais de 200 milhões de habitantes estava apoiando essa saída. Por outro lado, quem apoia o outro projeto, do PT, não teve a capacidade de se mobilizar tanto assim. Acredito que esse movimento exige uma análise muito complexa.

**| Qual a participação da mídia nesse processo? Dê exemplos.**

A participação da mídia nesse processo foi total como sempre. A grande mídia brasileira sempre esteve envolvida em casos desse tipo. Toda vez que acontece um golpe ou toda vez que acontece uma simples eleição, a mídia brasileira, apesar de utilizar sempre o argumento da objetividade e da imparcialidade se envolve até a raiz do cabelo. E neste caso houve de fato uma participação da mídia hegemônica muito forte, defendendo seus interesses, como todos pudemos ver.

**| Em algum aspecto você acha que a questão de gênero foi relevante junto à imprensa e à opinião pública a influenciar a cobertura do processo de impeachment? Dê exemplos.**

Não sou especialista, não posso fazer uma análise acadêmica sobre esse fenômeno. O Brasil é um País machista e, no nível das mídias sociais, as brincadeiras que fizeram com a Dilma foram extremamente desagradáveis.

**| Você identificou algum aspecto de misoginia – aqui definido como ódio ou aversão às mulheres – na relação que a mídia, os políticos e o Judiciário estabeleceram com Dilma Rousseff?**

Eu acredito que se existe em algum setor da população esse tipo de ódio [a misoginia] ele foi utilizado. Essas brincadeiras de mau gosto foram utilizadas contra ela em alguns momentos e eu acho que ajuda a consolidar as posições misóginas que existem na realidade brasileira. A mídia hegemônica não abriu mão disso. Inclusive no último Intercom, no qual tive a oportunidade de estar presente, houve a apresentação de um trabalho sobre esse assunto, em que as autoras analisaram não apenas o caso da Dilma, mas também o da Marcela Temer e mostraram como a figura das duas foi utilizada de forma machista ao longo do processo.

**| Você considera que o impeachment de Dilma Rousseff terá algum impacto na participação feminina na política? Em que sentido?**

Essa questão deveria estar sendo discutida pelas feministas, mas não sei como é que está isso. Eu acredito que o movimento feminista deve se posicionar e seguramente terá o apoio de muitos homens. Eu acho que isso daí seguramente vai ser utilizado pelos adversários. Mas essa ideia de que ela não deu certo é bastante

complicada. Teria que saber quais foram os que deram certo. Ela deu certo no primeiro governo, que todo mundo achava ótimo, e depois de um determinado momento deixou de dar. Acho que mesmo dentro da esquerda existe uma visão um pouco complicada em relação a essa questão de achar, por exemplo, que o Lula teria sido melhor do que ela, porque teria mais jogo de cintura no campo da política, e ela seria pior, porque é uma pessoa que tem mais princípios. Acho tudo isso muito ideológico. Ela foi mal sucedida no segundo governo, mas o que foi mal sucedido na verdade foi o projeto político do PT. É preciso deixar bem claro que o PT esteve treze anos no poder e acabou no impeachment. Por acaso ela era presidente, não acredito que se fosse outra pessoa tivesse sido diferente. O fundamental é que houve a primeira grande crise desse período todo e imediatamente houve uma rearticulação das forças políticas no Congresso Nacional para derrubar o governo do PT. Então, a questão pessoal dela, o fato de ela ser mulher, etc., são fatores que são utilizados no discurso político lamentavelmente.

**|O que você pode falar sobre a manipulação da legalidade onde foram encontradas “brechas” para que o golpe fosse efetuado?**

Na verdade, foi um golpe parlamentar totalmente respaldado pela Constituição brasileira. Acho que o problema principal foi o fato de que o Supremo se preocupou muito em garantir aspectos formais do processo, sem entrar em nenhum momento no mérito. Essa é uma forma constitucional que existe de se derrubar um presidente eleito, não apenas no Brasil, mas em toda a América Latina. Esse não é o primeiro caso. Aconteceram vários casos, o mais importante deles foi o do Manuel Zelaya; o Brasil teve uma posição muito firme na época, o caso do Paraguai também. Essa é uma forma de golpe, que não exige uma solução traumática, como um golpe militar, mas é uma maneira de tirar um governo e colocar outro, sem passar pelo crivo popular.

**|Você acredita na resistência do povo contra o golpe como um possível determinante para o rumo do Brasil?**

Eu acredito, é sempre sim. O problema é que essa resistência tem se mostrado frágil. Nas últimas eleições municipais, os partidos da base aliada do governo Temer foram amplamente vitoriosos, de maneira que existe um respaldo popular importante, talvez até pelos graves erros que o PT cometeu ao longo da sua trajetória. Vamos ver como é que vai se sair agora o governo Temer. Aparentemente, eles estão se sentindo muito vitoriosos depois das eleições municipais, apesar dos bárbaros índices de abstenção, votos brancos e nulos. Do ponto de vista das formalidades, eles têm todas as condições de implantar os projetos que eles estão implantando, no entanto, com muito cuidado. Eu não tenho visto uma reação popular muito forte, talvez porque o povo brasileiro ainda não tenha percebido o quanto ele vai ser afetado por essas medidas. Está começando a se dar conta agora. Como na verdade o povo brasileiro não se manifesta, quem se manifesta é a classe média politizada ou os setores organizados da população, mas o povão mesmo, beneficiado pelas políticas do PT, não tem facilidade para se manifestar, mesmo porque a repressão nas periferias, nas favelas, é diferente da repressão que existe no centro das cidades. Isso, lamentavelmente, é herança da escravidão.

**| Poderia fazer uma breve comparação entre o afastamento de Collor em 1992 e o de Dilma em 2016?**

Há coincidências muito interessantes, mas não é a minha área de estudos. Mas eu vi e ouvi coisas que mostram que, de fato, há coincidências muito importantes. A grande diferença é que Collor de Melo foi uma criação muito artificial, foi uma criação da mídia. Ele tinha uma importância no estado dele, em Alagoas, era de uma família tradicional de políticos, mas, como um fenômeno nacional, foi uma criação da mídia e que teve muito pouco fôlego. O partido dele era um partido praticamente inexistente, muito diferente do que acontece com o PT, que foi um partido com importante penetração em nível social, com uma tradição de centro-esquerda importante. Acredito que o caso atual é mais complexo de análise do que aquele. Mas na mecânica da coisa houve um movimento muito parecido.

*“A violência começa no discurso. Daí minha preocupação com os articulistas que catalisam o ódio e propagam o discurso, afinal, ‘só discurso’, livre, opinativo e inconsequente.”*

## CHRISTIAN DUNKER

Adriano Warken Floriani

---

Christian Dunker é psicanalista e professor titular do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (USP). Coordena, com Vladimir Safatle e Nelson da Silva Jr., o Laboratório de Teoria Social, Filosofia e Psicanálise (Latesfip) da USP. Em 2012 conquistou o prêmio Jabuti de melhor livro em Psicologia e Psicanálise com a obra "Estrutura e Constituição da Clínica Psicanalítica". Um dos mais atuantes intelectuais no Brasil, com diversos livros e artigos publicados, Dunker pesquisa o impacto político da prática psicanalítica e as experiências sociais de sofrimento no Brasil. Para analisar o processo de impeachment de Dilma Rousseff, a visão psicanalítica de Dunker joga luz sobre aspectos subjetivos e objetivos implicados no momento brasileiro e suas consequências na política, na sociedade e no jornalismo.

---

### **| Você define o impeachment de Dilma Rousseff como um golpe? Por quê?**

Tragédias sociais também se renovam. A tirania grega não é a mesma de Kim Jong-Woon, ou a do fracassado “putsch” de Hitler em 1923. Os golpes ostensivos, rodeados de conspirações e interesses internacionais deram lugar ao tipo de golpe que se deve esperar em tempos de neoliberalismo: livre empreendimento de um grupo interessado no poder, manipulação das leis por exageração ou flexibilização contextual, punição seletiva consoante a resultados, criação retrospectiva de razões “práticas” autojustificadoras, cinismo ostensivo das motivações e propósitos. Tudo isso permite falar em um golpe à altura de sua época.

É um golpe, em consonância com as práticas e costumes políticos de nossa época. Não se trata mais de força e violência coercitiva, com tanques nas ruas e prisão de opositoristas. Agora temos a degradação da imagem, a denúncia sem provas, os escândalos de ocasião. Isso ocorre porque o poder mudou de figura em decorrência da reorganização da forma de produção e, principalmente, de nossa relação com a força da lei. É um golpe produzido por síndicos, ou seja, tudo ocorre dentro da lei e da constituição, mas no quadro de uma espécie de manipulação de regras e regulamentos, como por exemplo, a constituição de pautas de prazos e de acordos que

fazem valer uma execução diferencial da lei. Como se estivéssemos em um espaço onde a coisa pública fosse privativamente administrada. O terceiro fator para a caracterização de um golpe são os argumentos efetivamente levantados tanto por ocasião das votações preliminares quanto na opinião pública e nos políticos que sucederam a presidente, que podemos brevemente elencar: a economia estava sendo conduzida desastrosamente. A corrupção revela-se elevada. Havia atos administrativos que seriam irregulares, as pedaladas.

Nenhum destes três argumentos é de fato político, como reza o caso prescrito de afastamento. Os atos administrativos foram afastados de sua ilegalidade por pareceres técnicos, a lei que impedia tais procedimentos foi revogada no dia seguinte ao afastamento, e se levado ao extremo, inúmeros governadores e prefeitos deveriam ser afastados, o que não foi nem mesmo cogitado. Ou seja, encontramos aqui o elemento de seletividade de aplicação de um princípio, ou seja, de eleição de uma exceção à qual a lei será aplicada.

A corrupção tornou-se um princípio geral de suspeita e denúncia aplicado genericamente a um partido, a um grupo de pessoas e que, aparentemente, não se reaplicou aos seus sucessores, igualmente suspeitos ou indiciados em processos assemelhados. E de tal maneira isso se organiza imaginariamente, que aqueles que tentam defender o caráter público e institucional do processo são ouvidos como partidários e defensores da presidente, defensores da corrupção e dos malefícios econômicos.

Temos um fascínio pela ideia de lei, pois ela representa o limite entre o que temos que aceitar e o que é possível mudar, no mundo, nos outros e em nós mesmos. A lei contém dentro de si tudo o que nós repudiamos e interdítamos em nós mesmos, mas ao mesmo tempo condiciona nossa liberdade. Em nome da lei aceitamos violência, poder e força. Contudo, a lei pode tornar-se um fetiche quando se unifica em uma totalidade estática e imóvel e sem história. Isso ocorre com as diferentes formas da lei, como as leis da natureza, a lei da gravidade, as leis de Deus, as leis do Estado e as pequenas leis que regulam nossa vida diária. Cada vez que alguém tem sua razão reconhecida, temos o embrião de uma lei. Por isso, com relação às leis ocorre o mesmo que Descartes dizia do bom senso, ou seja, que ele é a coisa mais bem distribuída do mundo, ninguém se atribui sua falta e, ao mesmo tempo, todos se arrogam possuí-la. Foi também o bom senso que estabeleceu que nada poderia ser pior do que o governo Dilma Rousseff.

Há um conceito psicanalítico de lei que versa justamente sobre o caráter híbrido da lei. Entendida como conjunto de regras, valores e convenções que se transmitem a cada um de nós pela educação, pela cultura e pela família, como uma espécie de mito oral ou de mitologia escrita, a lei é particular porque tem dono, pois seu conteúdo pertence àquele contexto específico de aplicação, determinado pelo pai, pela mãe ou pelas figuras imediatas de autoridade. Foi assim que nos tornamos todos nós juízes caprichosos, fundindo e aplicando a lei em um julgamento coletivo que levou ao afastamento da presidenta, cada qual com seu critério, sua interpretação, sua forma de julgar.

Mas a autonomia, por meio da qual tornamos aquilo que nos é imposto, concorre com dois afetos fundamentais, o amor e o respeito. Ela exige uma concepção e tempo que nos impõe primeiro aceitar regras que não entendemos para, em seguida,

nos apossarmos da herança recebida. Em uma operação de simbolização, substituímos nossa teoria inicial sobre a lei, que a identifica com seu executor e com o conteúdo da regra, pela forma da lei. Desta forma, passamos das regras do espaço privado da família para a liberdade de uso público e impessoal da razão. Daí adveio nossa crença em figuras como Supremo Tribunal Federal, os peritos, os advogados, os professores, ou seja, os especialistas na forma da lei.

A lei formal do Estado não se sobrepõe à lei caprichosa da família porque, entre o privilégio das formas e a resistência material de seus conteúdos, há o princípio fundamental de que ambos têm uma história e esta tende à universalização. A lei não é apenas forma e conteúdo, caso e regra. Quando assimilamos leis particulares, da família ou do Estado, da República ou do Império, estamos assumindo e praticando a relação entre formas e conteúdos no quadro de um universal maior: a linguagem, a razão, a lógica ou a natureza. Por exemplo, aprender a falar uma língua particular, português, russo ou armênio, é simultaneamente assimilar uma cultura e acessar a lei geral da linguagem. A universalidade da lei não é apenas a ampliação de sua aplicação, nem apenas a reforma que integra suas exceções. Há também os momentos de ruptura, nos quais se cria ou se evidencia uma nova “regra do jogo”, uma “nova razão”. Era o que se esperava da presidenta, um novo pacto social, reformas econômicas, políticas e uma mudança estrutural da esfera pública. Isso não realizado, surgiu o fracasso do fracasso, ou seja, o “bom senso” de que nada seria pior do que Dilma. O conteúdo submetendo a forma, a sentença submetendo o processo, a certeza submetendo as evidências do processo. A defesa, dizem os especialistas, foi ruim porque ela se ateu ao particular da acusação, não percebendo que se tratava de um julgamento global, pelo conjunto da obra. Um julgamento “pelo que é” e não “pelo que se fez”.

Aqui emergem duas patologias da relação com a lei. A primeira, afirma que a lei depende do caso, da circunstância, dos interesses particulares, da conotação política do julgamento. Vingança contra a corrupção por meio da qual políticos empreitam a coisa pública com auxílio da iniciativa privada. Juízo negativo que afirma apenas: “isso não!”. Direito dos povos a repudiar seus tiranos sem saber o que virá no lugar. Lógica pragmática de condomínio que afirma: “se não funciona, troca o síndico”. Ocorre que neste caso sabíamos o que viria depois. Não se aplica a cláusula do “tudo, menos isso”, mas a opção, “em vez disso, aquilo”. Sem diferença entre critérios públicos, construídos por todos, e os interesses particulares, administrados por alguns. Isso me permite eleger quem foram estes que elegeram Temer. E acusá-los, um a um, de crime de responsabilidade.

Aqui vem a segunda patologia da lei, representada pela emergência de formas vazias, manipuláveis, na qual o conteúdo e o mérito dobram-se à correção formal do processo. A justiça se reduz ao direito, e o direito aos seus executores. Um ato imoral torna-se legal, de tal modo que o caso anterior de “corrupção fora de lei”, inverte-se para a aceitação da “corrupção dentro da lei”. A certeza de que não há nada pior do que Dilma, e isso justifica Temer. A operação é feita com “mãos limpas” porque ninguém estava apoiando Temer, apenas negando Dilma. Ainda que todos soubessem das consequências, por meio desta mágica é possível desejar os fins, mas não prestar contas dos meios, admitir os meios, mas se desresponsabilizar pelos fins. Onde estão os que queriam a limpeza do País e diziam que Dilma era a primeira e depois viriam os

outros? Onde estão os covardes que se escondem atrás da patologia da lei? Os que se juntam no bom senso desaparecem na hora de assumir que quem quer fora Dilma, quer fora Temer. Caso contrário, golpe.

Um governo que age de forma desastrosa com a gestão de seus recursos, ainda assim não deveria ter sua legitimidade política destituída. Seu conteúdo democrático não é atacado pela inépcia econômica. Inversamente, a pessoa pode ser arrogante, desinteligente ou centralizadora, mas isso não afeta sua posição diante da forma da lei. Percebe-se como este excesso de responsabilidade inverte-se na absolvição do seu contrário: se Temer der errado, ninguém paga a conta. Não queríamos Temer, apenas desejávamos não-Dilma. Como se diz em economia neoliberal: *free lunch* (almoço grátis).

A diferença para Collor é que em Dilma falta um Fiat Elba, um mísero Fiat Elba capaz de dizer: “aqui está o crime”. Aqui o bom senso dirá: “ela pessoalmente não parece corrupta, talvez leniente”. Os peritos dirão: “o dinheiro público não foi destinado ao enriquecimento pessoal, mas para manter o País funcionando na saúde, educação e em suas demais funções vitais”. Os próprios juízes admitem a vacilação de seu gesto por meio de uma sintomática divisão: “cassada, mas com direitos políticos preservados”. Ela torna-se culpada por cercar-se de amigos suspeitos, por ter um passado duvidoso, por pertencer a um partido incapaz de autocrítica, por levar o País à bancarrota. Tudo verdade. Mas será a verdade tão maior que a justiça?

O impeachment da presidenta Dilma conseguiu reunir as duas patologias da lei: justiça com as próprias mãos e higienização de seus executores. O truque consistiu em uma inversão radical entre o formalismo normativo e a intolerância moral com o conteúdo. Primeiro, há o consenso massivo em torno do excesso de conteúdo: o poder pessoal e direto de grandes empresários julgados sem morosidade. Isso aguça o desejo e a indignação por mais “forma da lei”. Tem início o processo, por meio de um exagero máximo da manipulação das formalidades legais, levada a cabo por Eduardo Cunha. Isenta ou duvidosa como são todas as formas da lei, durante o julgamento produz-se a virada para “argumentos de conteúdo”. A prova mais simples desta sequência reside na universalização de seu princípio. Temer, Cunha e todos os outros saíram em fila e ordenadamente, com apoio popular nas ruas, com a colaboração continuada e responsável da imprensa, de sindicatos e empresários. Se esta é a boa lei, ela reunirá esquerda e direita em um novo pacto social. Mas porque então não estamos todos juntos em uma nova rodada de fora Temer, pelo progresso e radicalização da nova regra criada? Por que os outros 16 governadores pedaleiros não estão em pré-impeachment. Onde está a ira que aspirava generalizar-se em uma reforma do País? Um esforço a mais se queremos ser realmente republicanos. Mas se esta for apenas uma justiça de exceção, na qual a forma da lei é usada para encobrir seu conteúdo obscuro, teremos efeitos de outra ordem. *Resultado primeiro*: em vez de um novo pacto social, estaremos diante de uma nova lei soberana, na qual nossa aspiração de universalidade foi substituída e sancionada pelo uso coordenado de uma perversão da forma e pelo fetiche do conteúdo da lei. *Resultado segundo*: estabeleceremos que a regra da eleição geral é menos conveniente do que o arranjo interno, baseado na eficácia da lei, não na justiça da lei. *Resultado terceiro*: a história de nossos desejos e de nossas leis entrará em um hiato em nome do qual qualquer um poderá chantagear

as pessoas com uma nova lei mais conveniente, mais útil, mais vingativa, mais particular em sua forma e em seu conteúdo.

**| Qual a participação da mídia nesse processo? Dê exemplos.**

A cobertura foi acintosamente parcial, com jornais declarando seus interesses, movendo comentaristas em forma de “jogral” e instilando a opinião pública diretamente em apoio à aprovação do afastamento. Grandes jornais e a imprensa televisiva anunciaram explicitamente em editoriais sua posição, sugerindo afastamento. As equipes de comentaristas e juntas de discussão deixaram de procurar um representante de cada lado, estimulando, assim, prós e contras, mas percebia-se uma verdadeira efusão e alegria com as notícias de que o processo avançava. Os que iluminavam outros aspectos do processo não foram exatamente silenciados, como se pode verificar em mídias sociais e mídias alternativas. A divergência entre a cobertura na imprensa “oficial” e o relato narrativo das pessoas, que pela primeira vez podiam opinar sobre o andamento dos fatos, tornou-se gritante. A diferença posicional entre os articulistas das revistas de grande circulação como *Veja*, *IstoÉ* e *Época* tornou-se pequena, o que se pode atribuir a uma espécie de efeito Facebook fora do Facebook, ou seja, em tempos de incerteza e indeterminação preciso aumentar a convicção que possuo sobre um determinado tópico, isso pode ser feito pelo detalhamento e certificação do que se sabe a respeito ou pelo encontro de outras vozes que, pensando de forma consonante, aumentam sua convicção porque incrementam o número de pessoas que imaginariamente pensam da mesma maneira. Formou-se, assim, um sistema de autoconfirmação cruzado, entre esquerda e direita, que funcionou para ensurdecer o País diante de seus problemas reais. O preço, em termos de ressentimento social, por uma derrota que suprime os meios consensualmente empregados para tratar o conflito ainda está por se contabilizar. Em momentos de turbulência política, a função da imprensa, dos intelectuais e agentes culturais é, sobretudo, cuidar dos meios pelos quais a discussão pode continuar. Cuidar do processo não significa isenção angelical, mas reconhecimento da pertinência de todos os atores envolvidos. A barreira que separa adversários de inimigos é sinalizada pela emergência do ódio.

Há muitas incidências do ódio como afeto político, mas a mais perniciosa, que infelizmente encontra-se em ascensão no Brasil de nosso tempo é aquela que utiliza o ódio a um grupo para fortalecer os laços internos de outro. Este funcionamento é problemático porque ele constitui o que se pode chamar de um discurso, propriamente dito, que é capaz de sobreviver e se multiplicar para além da existência real de seus personagens e antagonistas. Lacan dizia que a segregação é uma determinada incidência do real na sociedade e que corresponde à emergência de uma verdade que esta não pode suportar sobre si mesma. O discurso da segregação, infelizmente, pode se desdobrar e se reproduzir entre os próprios segregados, os que sofrem historicamente com os efeitos de algo que ultrapassa o isolamento e o reconhecimento negativo, como na lógica mais banal do preconceito. Neste caso não se trata apenas de recusar ou de negar as razões que um determinado grupo aloca para reivindicar uma transformação, mas de destituir seus agentes ou enunciadores. É o que vemos no fulcro desta nova direita, que, em vez de apresentar razões ou críticas, caracteriza seus inimigos como doentes mentais, (“esquerdopatas”), criminosos (“petralhas”) e

destituídos de autonomia moral ou cognitiva (“débeis” e “vagabundos” presos a crenças arcaicas). No fundo, o argumento aqui é que os ativistas e intelectuais que deveriam ser pensados como oponentes ou adversários não têm direito à liberdade de expressão. Afinal, estas são as três condições pelas quais perdemos nossa cidadania como capacidade de uso da razão no espaço público: a loucura, a criminalidade e a infantilidade.

O discurso do ódio, que curiosamente emerge depois da incapacidade para lidar com uma derrota eleitoral, insiste que estes “outros”, que não pensam como “nós” não deveriam ter direito à existência, eles deveriam estar fora de nosso “condomínio”. Digo condomínio porque é assim que, para este discurso, é pensada a coisa pública: ela é uma concessão que o Estado me entregou e com ela nós fazemos o que é de melhor para nós. Por isso, sempre digo a meus leitores e alunos, sigam os textos e intervenções destes como Rodrigo Constantino, Jair Bolsonaro e Reinaldo Azevedo, mas atentem, sobretudo, para o que estes discursos causam para além de sua rarefação de ideias. Atentem para os comentários de seus apoiadores. Tais como os carrascos voluntários de Hitler, o bom pensamento burocrático tenta adivinhar um passo à frente do que seu mestre disse. E isso se revela nas declarações explícitas de apelo à violência que aparecem nos comentários de leitores destes “luminares” do pensamento liberal brasileiro: *bater, eliminar, matar, apedrejar*, são verbos usados sem constrangimento por aqueles que se sentem protegidos pela massa imaginária de apoiadores (em geral com uso de pseudônimos). Os ativistas de movimentos sociais são os primeiros a sofrer com este discurso, porque ele é um discurso que precisa de inimigos, que precisa modificar o que dizem seus adversários em uma versão que se adapte ao ódio que já se encontra latente na relação com o outro. Feito este “espantinho”, em seguida é só mover a turba para mais um linchamento.

**|Em algum aspecto você acha que a questão de gênero foi relevante junto à imprensa e à opinião pública a influenciar a cobertura do processo de impeachment? Dê exemplos.**

Eu entendo a luta dos movimentos ligados a gêneros em dois planos distintos e em nenhum dos casos reduziria esta luta à reivindicação de direitos. Entendo que ela é muito mais uma luta em torno da produção de uma experiência de reconhecimento. Uma verdadeira experiência de reconhecimento é muito mais do que tolerância, adequação e leis de conformidade. Ela passa pelo âmbito institucional, mas é muito mais interessante e, de certa forma, muito mais produtiva do que isso. No primeiro plano está a articulação de práticas em torno da identidade de grupos que sofrem discriminação histórica, persistente e generalizada. Grupos que sofrem porque estão excessivamente determinados por certas narrativas que qualificam gays, lésbicas, transgêneros como unidades patológicas, moralmente individualizadas ou moralmente repudiadas. Neste plano o discurso de ódio sempre os tomará como exemplos maiores daquilo que desestabiliza a ordem, daquilo que é o exemplo de uma contrariedade da norma. Sempre me pareceu bastante curioso, e insuficientemente estudado, o fato de que todos os regimes totalitários perseguissem de uma forma ou outra as pessoas, para as quais não se verifica a unidade heterossexual entre sexo, gênero e modalidade de gozo. Então, em um primeiro plano, é muito importante defender e reconhecer a unidade destas experiências que mostram como o gênero é uma construção paródica e

performativa, para falar com Judith Butler. É muito importante forçar a inclusão desta rede de diferenças. Contudo, em um segundo plano, esta permanece ainda como uma política representativa e identitária, senão como uma política de gozo, na qual os particulares se agrupam e se antagonizam segundo seu regime de força e de lei. A graça da questão de gênero é que ela representa um horizonte de dissolução da forma representacional e identitarista de fazer corpo, e, portanto, de fazer política. Eu desconfio que é contra esta intuição que a militância de gênero tem que lutar mais fortemente e de que é esta a origem do discurso de ódio que lhe é dirigido. O gênero odiado é sempre o gênero que eu mesmo não posso reconhecer em mim. Daí a pertinência da resposta de Laerte. Ao encenar uma resposta “lúbrica” diante do preconceito ele mostra como o preconceito banal é apenas uma fantasia mal assumida. Ocorre que a gramática da fantasia não é apenas contingente para cada um, ela também pode se estabelecer como obrigação a “gozar” todos como “Um”, como uma espécie de lei obscena cuja enunciação é “nesta família se goza do modo X” ou “para fazer parte desta empresa é preciso gozar do modo Y”, ou ainda “para ser um verdadeiro macho é preciso gozar do modo Z”. O que esta elevação do particular à condição de um falso universal encobre é que o universal são as exceções, os modos contingentes e, às vezes, abjetos de gozo. Isso até o ponto em que o universal seja formado apenas por exceções. Isso requer, quero crer, uma reconfiguração do conceito de gênero para além de apenas um grupo identitário formado por traços comuns, sejam elas mais *cis*, sejam eles mais *trans*. Este segundo plano requer uma noção mais advertida e menos simples do que vem a ser um “gênero”.

**|Você identificou algum aspecto de misoginia – aqui definido como ódio ou aversão às mulheres – na relação que a mídia, os políticos e o Judiciário estabeleceram com Dilma Rousseff?**

Quando vemos a ascensão de uma civilização em forma de condomínio, organizada por muros e síndicos, por regulamentos, cujo afeto fundamental é o medo e a inveja, geralmente temos esta atitude de perguntar, como a bela alma hegeliana: “mas como isso foi acontecer?”. Isso foi acontecer porque fomos nos tornando parcialmente seletivos ao que chamamos de violência, fomos comprando uma mentalidade legalista e judicialista de violência. Então se o sujeito não comete um ato e infringe o Código Penal nós consideramos que ele está “livre” para fazer e falar e se portar sem restrições. Se durante a colonização dizia-se que o Brasil era um terra sem rei e sem lei, hoje parece que nós só conseguimos pensar regulação social como um assunto de força e de lei. Daí que diante de qualquer evento traumático nossa resposta seja uníssona e infantilizadora: mais leis, leis mais duras, mais aplicação da lei e assim por diante. Com isso nos esquecemos que raramente a violência começa com o ato, em geral ela vem antes como discurso. E este é o discurso da ordem, ou seja, a violência não começa quando perdemos o plano das palavras, o plano político; ela já está ali no plano político como violência “na palavra”: a maledicência, a fofoca, a segregação discursiva, a desqualificação, a incitação da turba contra as minorias, a tipificação. Mas o discurso não nos preocupa, e quando o faz vem logo a reação de que a liberdade de expressão não pode ser tocada, ou seja, leis de novo, desta feita uma das mais constitucionais e importantes.

Mas será mesmo que só temos o campo da lei para pensar a violência? Será mesmo que só podemos pensar a violência como monopólio do Estado – aliás, quem faz as leis – e como transgressão dos criminosos? Pensar a violência entre direitos e deveres, entre o que posso e o que algo ou alguém me impede de fazer é de um primarismo incompatível com nosso tempo. A violência começa no discurso, ela é anunciada e ensaiada no discurso, ela é planejada e testada simbolicamente como um discurso. Daí minha preocupação com os articulistas que catalisam o ódio e propagam o discurso, afinal, “só discurso”, livre, opinativo e inconsequente.

Exemplos de incidência negativa da palavra nas cercanias da violência:

- Nossa polícia precisa começar a falar, a formação do policial é pífia neste sentido.

- O discurso violento de certas igrejas, que agora começam a organizar milícias do “altar”.

- A atitude institucionalista diante da segregação escolar e laboral como uma espécie de ignorância forçada, percebendo o “risco” de certos discursos, para em seguida acordar de nosso sono judicialesco proclamando: “precisamos de mais uma lei para coibir isso!”.

- A mulher ou o jovem negro de periferia que é primeiro silenciado, depois oprimido discursivamente e, em seguida, quando a violência acontece, reagimos indignados como se não soubéssemos de nada. Vem o grito “alguém tem que fazer alguma coisa”, cuja tradução psicanalítica é “você viu muito bem tudo isso acontecendo e não fez nada”, agora chama por alguém (que é você mesmo) e culpa alguém (para fingir que não foi você que não fez nada antes).

Entendo que há uma especificidade na violência de gênero, assim como no sofrimento de gênero. Neste caso há uma articulação entre exercício de poder, que recorta transversalmente a relação entre sexo, gênero e modalidade de gozo. Isso tem que ver com nossas teorias sobre a gênese do poder, que são sincrônicas, algumas vezes, com nossas teorias sobre a gênese do sexo, enquanto referência para o desejo, do gênero, como referência para a identidade ou de nossas modalidades preferenciais de gozo. O poder, como o sexo, não deve se reduzir às suas grandes instituições, ou aos seus rituais consagrados. Eles estão por toda parte. O poder está para o espaço público assim como o sexo está para o espaço privado. Ocorre que se as coisas fossem assim estaria quase tudo resolvido, mas também quase tudo muito chato. O sexo se infiltra na cena pública e o poder na alcova privada. Entre eles temos a incidência do amor, que nos deixa a todos de joelhos diante da amante, do amado ou da amada e a incidência do gozo, que nos deixa de joelhos diante de nós mesmos. Dito isso podemos definir a violência como uma espécie de efeito das relações inconciliáveis e também inseparáveis da equação sexo-poder.

Os rituais de humilhação, o discurso do ódio, a retórica da intolerância e a gramática da indiferença são todos exemplos de como podemos fracassar em reconhecer o regime contingente de articulação entre os termos de nosso problema. Exemplos de como a negação da diferença é uma maneira de manter a diferença operando como iniquidade social, preconceito, segregação ou desigualdade. Violar é transgredir fronteiras, que neste caso, às vezes, são litorais. Ou seja, a psicanálise, mas também boa parte da teoria social crítica percebeu que sexualidade, gênero e modalidades de gozo precisam de uma teoria do reconhecimento que vá além do

contratualismo individualista baseado no sujeito racional com respeito a fins. Esta teoria deve reservar algum lugar para o que ainda não pode ser reconhecido, para o que ainda não tem nome ou figura. Sem isso ela não conseguirá entender a violência senão como transgressão da norma e reconfiguração da norma de maneira melhor e mais forte. Esta teoria do reconhecimento nos ajudaria a entender porque a violência de gênero se apoia na reificação de certas narrativas sobre o sofrimento, que interpretam nossa impotência e nossa impossibilidade como “raptos de gozo pelo outro”, como intrusão de um objeto estrangeiro (que não deveria ter direito de existência), como ameaça à nossa integridade narcísica e demais justificativas discursivas que estão na gênese social da violência.

**|Você considera que o impeachment de Dilma Rousseff terá algum impacto na participação feminina na política? Em que sentido?**

Uma experiência primeira sempre envolve a sua força inaugural, a referência que ela cria a partir de uma ausência que a precedeu. Que a primeira mulher presidente do Brasil tenha sido afastada trará muitos efeitos ruins, nem tanto em curto prazo, mas para o progresso das relações de gênero em um futuro de média distância. A participação de mulheres na política caiu nas últimas eleições municipais de 2014, e isso não se pode atribuir apenas ao ressentimento com o Partido dos Trabalhadores e à esquerda em geral, que tradicionalmente acolheu as demandas feministas, LGBTQs e as questões de gênero. A reflexão política trazida por este contexto envolve uma capilarização das relações de poder de tal forma que a política se torna parte mais próxima de nós mesmos, envolvendo escolhas cotidianas, modos de relação e decisões cotidianas. Independente da adesão às suas pautas formais e a sua consecução no plano do direito está aqui uma metamorfose importante e necessária do que entendemos por política, com a conseqüente problematização da forma representativa, institucional e partidária. Ou seja, o reconhecimento do diferente e uma forma diferente de reconhecimento. O feminismo não é uma bandeira, mas uma maneira de pensar, e esta maneira foi seriamente derrotada pela forma como se destituiu a presidente.

**|Considerações finais**

Assim como a esquerda deve fazer seu caminho de autocrítica, a política feminista que se formou em torno de Dilma sofrerá uma revisão. Ela não deve operar pela lógica binária de que se Temer se elegeu corruptamente, criticar-se e rever erros significa apoiá-lo ou sancionar o sucedido. Como ocorre em muitas brigas de casal, e o discurso que se viu emergente lembra em muito esta forma prosaica de convivência, em muitas situações a verdade de um não corresponde ao erro do outro e o erro de um não corresponde à verdade do outro. O mais comum é que ambos estejam equivocados, mas não da mesma maneira e pelos mesmos motivos. Aqui conta tanto a forma como se interpreta a derrota como a maneira como se estabelecem os vencedores. Ocorre que a história contada pelos vencedores está se tornando uma narrativa furada. Onde estão os defensores da luta contra a corrupção, agora que temos que dar as mãos e afastar Temer e os 12 outros governadores envolvidos em atos mais culposos e comprovados que a presidente Dilma? Aqueles que trabalhavam com a lógica polar do se não está comigo está contra mim, agora se retiram

humildemente dizendo que na verdade não apoiavam Temer, apenas queriam a saída de Dilma. Repentinamente os vitoriosos são incapazes de assumir a responsabilidade diante da PEC-241 e assim por diante. Voltamos ao nosso estado básico de política desimplicada na qual vamos nos queixar dos políticos que estão lá longe no Congresso, fazendo coisas que não aprovamos, da escolha ministerial do presidente e de tudo o mais como se ninguém fosse realmente pagar a conta do golpe.

*“O primeiro-damismo está levando o Brasil de volta para a década de 1950”*

## **CÍNTIA SCHWANTES**

Luiz Claudio Ferreira

---

A professora gaúcha de literatura Cintia Schwantes é pesquisadora das questões de gênero desde a década de 1980, quando estudou no mestrado o tema. Como “cria” do estruturalismo, entende que acontecimentos não devem ser analisados isoladamente. Reúne, na profissão, a paixão de poder pesquisar sobre lutas sociais e padrões de interdição do feminino, que fazem parte da literatura, mas excedem o campo. Atualmente, ela é professora da graduação e da pós-graduação da Universidade de Brasília. Ela é formada em letras e fez o doutorado na Universidade Federal do Rio Grande do Sul e em Indiana University (1998). Tem quatro livros e 18 capítulos publicados sobre o tema. Em entrevista, Cíntia disse que a participação da mídia no golpe de 2016 foi "horrorosa".

---

### **| Você define o impeachment de Dilma Rousseff como um golpe? Por quê?**

Com certeza, defino como um golpe porque o próprio Ministério Público declarou que, no mandato subsequente à eleição de 2014, não houve pedalada. A presidenta Dilma não poderia sofrer impeachment por ações do mandato anterior. Ela foi afastada pelo "conjunto da obra"? Isso não é Prêmio Nobel para ser escolhida pelo conjunto da obra. O próprio Congresso Nacional reconheceu que não houve crime ao não retirar dela os direitos políticos.

### **| Qual a participação da mídia nesse processo? Dê exemplos.**

A participação foi terrível, horrorosa. A primeira imagem que me vem à mente é aquela capa da IstoÉ ("As explosões nervosas da presidente", de abril de 2016), que trazia uma foto feita durante o jogo do Brasil contra a Alemanha (para dar suposto flagrante de descontrole de Dilma). Foi surreal. Eu estava comentando com meu filho, que tem 26 anos, estudante de física, sobre isso. Ele e os amigos são politizados, têm noção do que ocorreu e também são críticos à imprensa. Fico angustiada, claro. Meu pai foi membro-fundador do Partido Comunista do Brasil no Rio Grande do Sul. Foi preso e depois absolvido. Nos outros dois golpes, do Estado Novo (em 1937) e dos militares (1964), houve papel da mídia. Dessa vez, também. Meu pai me faz muita falta, mas ainda bem que ele não está aqui pra ver o terceiro golpe. Esse pessoal não se deu

conta que o muro de Berlim já caiu? A maior parte da população se informa pela mídia. A maioria ainda assiste à Rede Globo. Durante e depois do período do julgamento do impeachment, vi que canais Brasil, Curtas e Arte 1 estavam passando documentários sobre a ditadura. Virava a madrugada assistindo. E aí meu filho me lembrou: “você se dá conta que é a minoria que assiste a esses canais, né?”.

**|Em algum aspecto você acha que a questão de gênero foi relevante junto à imprensa e à opinião pública a influenciar a cobertura do processo de impeachment? Dê exemplos.**

Sabe que a primeira coisa que me vem à cabeça são os adesivos com a imagem de um desenho da Dilma de pernas abertas que eram colocados na abertura no tanque de gasolina. Nunca isso foi feito com um homem. Eu me lembro bem do destaque que sempre foi dado na mídia a uma ideia de que a Dilma seria histérica, descontrolada, e que circulou muito na opinião pública. Claro, essas pessoas que falavam isso não eram vizinhos, amigas ou conhecidos da presidenta. Elas ficaram sabendo pela mídia. As pessoas falaram isso na fila de banco, no supermercado...

**|Você identificou algum aspecto de misoginia – aqui definido como ódio ou aversão às mulheres – na relação que a mídia, os políticos e o Judiciário estabeleceram com Dilma Rousseff?**

Na mídia, certamente isso acontece. Os políticos são um pouco mais velados. Em uma coisa esse golpe foi revelador: caíram as máscaras. Tudo o que algumas pessoas não diziam antes passaram a falar sem receio. Sem qualquer vergonha. Lógico que aqueles que estavam sob os holofotes, durante a concretização do golpe, mediam mais as palavras. Em relação ao Judiciário, eu me lembro da Cármen Lúcia (hoje presidente do STF) criticando o termo presidenta. Ela deveria saber que o termo presidenta precede a palavra presidente para ambos os sexos e que Sergio Milliet, um dos nossos melhores tradutores, quando traduziu "As relações perigosas" (de Chordelos de Laclos), chamou a personagem de "presidenta". Ele traduziu dessa forma porque sabia que a língua portuguesa comporta.

**|Você considera que o impeachment de Dilma Rousseff terá algum impacto na participação feminina na política? Em que sentido?**

Já teve sim impacto.... no sentido de que menos mulheres tiveram coragem de concorrer nas últimas eleições. Houve menos mulheres contundentes. Foi um recado contundente para as mulheres. "Vão esquentar a barriga no fogão e esfriar no tanque porque esse é o lugar de vocês. Não é o da política". Isso é lamentável.

**|Considerações finais**

O primeiro damismo está levando o Brasil de volta para a década de 1950. Todo o conceito de feminilidade por intermédio do primeiro damismo é daquela época: caridade, industriiosidade, de volta para valores cristãos... Ao mesmo tempo, o Temer cortou dinheiro para as creches incluírem crianças deficientes. Acho que isso mostra claramente que não há nenhuma inclusão. É retrocesso. A ideia do "bela, recatada e do lar" reforça o modelo de feminilidade da mulher que se devota à família. Manda um recado para o que a mulher deve aspirar. Não à toa inauguraram "Escola de Princesas".

É uma tentativa de levar o rebanho para a "gaiola dourada". A minha geração aprendeu regras de polidez, de vestuário. Mas esses tipos de regras se perderam. Só existem para sustentar os conceitos de feminilidade e também de masculinidade, mas que tem pouca operacionalidade. Com as cidades grandes que temos hoje, a mulher no trabalho não tem como se devotar a modelos conservadores.

*“É preciso que essas gerações de jovens mulheres saibam dessa versão da história e que elas saibam também que nós, mulheres, resistimos a ela”.*

## CLAUDIA MAYORGA

Luciana de Oliveira  
Paula Lopes

---

Professora do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), coordena o Núcleo Conexões de Saberes, é pró-reitora Adjunta de Extensão e coordenadora da Rede de Direitos Humanos da UFMG (gestão 2014-2018). Trabalha a partir de uma reflexão sobre a democratização da universidade e a importância de se pensar mulheres e sujeitos em situação de subalternidade na ciência. Tem atuado no campo de ensino, de pesquisa e de extensão, a partir de uma perspectiva crítica, feminista e dedicada a entender e enfrentar a desigualdade social brasileira, sob a perspectiva de gênero, de raça, território e geração. Por sua atuação e reflexão com ênfase em questões de gênero, política e feminismos, foi convidada a contribuir para este diálogo sobre mídia, misoginia e golpe.

---

### **| Você define o impeachment de Dilma Rousseff como um golpe? Por quê?**

Sim, eu defino como um golpe. Embora várias pessoas digam que quando nomeamos os acontecimentos como golpe estamos sendo partidários e usando uma retórica vazia, eu pude acompanhar todo o processo do *impeachment* e os discursos de diversos atores envolvidos - da acusação, da defesa, de instituições da sociedade que se posicionaram e que se dedicaram a analisar toda situação, da imprensa internacional (que apoiou bastante, no sentido de dar visibilidade ao que estava acontecendo no nosso País), cientistas políticos, sociólogos, analistas sociais das áreas mais diversas. Vários deles justificaram, argumentaram e, na minha avaliação, comprovaram que o que aconteceu no nosso País foi um golpe.

E por que foi um golpe? Eu acho que um dos primeiros argumentos, que inclusive foi apresentado pela defesa da presidenta Dilma, passou por mostrar que o que estavam levantando e apontando como inconstitucional – as famosas pedaladas fiscais – não aconteceram. Os procedimentos que ela utilizou estavam todos dentro de uma legalidade, inclusive com os cuidados para que essa legalidade fosse garantida. Ainda assim, houve toda uma insistência, toda uma retórica, toda uma construção amplamente fortalecida pela mídia hegemônica, pela Rede Globo, pelas revistas e jornais, que divulgaram e difundiram essa versão da história: a da ilegalidade das

decisões fiscais da presidenta. Tais discursos deixaram muito claro que a presidenta estava sendo condenada não pelo que errou, mas pelo que acertou, tanto nos anos em que trabalhou com Lula (nos dois mandatos dele 2003-2010), quanto nos seus próprios mandatos, embora, certamente, tenha sido um governo com muitas contradições.

Acho que isso é muito importante de ser dito: nossa reflexão sobre os acontecimentos que os nomeia como golpe não quer dizer que estamos defendendo um governo incondicionalmente. Não é disso que se trata. Entendo que os argumentos contra a presidenta e a forma como esse *impeachment* foi orquestrado tiveram Eduardo Cunha como um ator fundamental. Sua posição de vingança em relação à presidenta, por não ter topado determinado acordo que ele propôs, foi muitas vezes discutida. Penso, então, que toda a forma como esse processo foi conduzido nos indica que tem um setor da nossa sociedade brasileira, dominante há quinhentos anos, que, em alguma medida, teve que dividir o poder. Pensando nas lutas populares, nas lutas por democratização, certamente, essa divisão de poder está muito longe do que a gente gostaria, mas talvez tenha se deslocado um pouquinho, dado uma pequena guinada. Ainda assim, essa pequena guinada, essa pequena mudança, impactou enormemente. Desde um pouco mais de distribuição em termos materiais, de uma redistribuição econômica da qual, talvez, o Bolsa Família seja o grande exemplo, até no nível das lutas por reconhecimento. É inegável que atores, sujeitos, vozes que até então eram totalmente desqualificadas, não reconhecidas como humanas, sub-representadas, ganharam força e espaço nesses últimos anos, tanto no governo Lula quanto no governo Dilma.

A emergência ou o fortalecimento dessas vozes incomodou, porque o Brasil, infelizmente, se organiza e se orienta a partir de alguns mitos. Um primeiro mito é o de que não somos um País violento, mas um País da harmonia, onde as diferenças convivem, o que se associa a outro mito: o da democracia racial – ideia que durante tanto tempo os intelectuais negros e as intelectuais negras denunciaram. Essa ideia de que somos um País que se constituiu com uma grande harmonia já foi desmontada pelos movimentos sociais e por intelectuais, afinal, esse encontro celebrado entre negros, brancos e indígenas, não foi um encontro sem violência. Foi um encontro marcado pelo estupro, pelo genocídio de determinadas etnias, práticas que não pertencem ao passado, mas permanecem em nosso País em pleno século XXI.

Nós, em certa construção hegemônica, fizemos a identidade brasileira, nomeando-a como País da diversidade e tamponando, escondendo a violência que está por trás da nossa própria constituição como País, digo, como sociedade brasileira. A própria ideia de identidade nacional se articula muito a essa perspectiva. E esses mitos que marcam nosso País, que organizam nossa sociedade, foram problematizados ao longo desses últimos anos. Não é um movimento que aconteceu somente com o Estado, com a presidenta ou o presidente, ou ligado ao estado formal, mas isso tem a ver com uma posição de diálogo, de interlocução com os movimentos sociais que há anos pautam suas lutas, suas histórias, memórias, identidades, etc.

#### **| Qual a participação da mídia nesse processo? Dê exemplos.**

Acredito que as famosas capas da Veja, as coisas que víamos nas redes sociais, as mesmas falas nos jornais, dos horários nobres, da televisão, a forma como Dilma era relatada, era apresentada, como mulher raivosa, mulher que não topa dialogar, mulher

que, por estar no poder, era vista como autoritária. Muito semelhante com o que vemos nas imagens de mulheres que acessam lugares de poder, como se elas fossem menos mulheres, ou seja, há uma desqualificação a partir dessa dimensão específica da experiência de ser mulher. Observamos que foi sendo construída na sociedade, com participação expressiva da mídia, esse lugar e essa visão da presidenta Dilma.

Um dos símbolos mais violentos que vi em todo o processo do golpe, foi aquele adesivo da Dilma, para ser colocado nos carros, onde ela estaria de pernas abertas e no meio das suas pernas o lugar para a bomba de gasolina. Na minha avaliação, essa imagem revela muito do que foi esse processo. Aquela mulher que transgride, de alguma maneira, o pacto patriarcal, esse pacto masculino, precisa voltar para o seu lugar. O processo que, como eu repito, historicamente, nosso País já conhece – não só nosso País, outros também, mas estamos falando do Brasil – é esse do estupro corretivo, que as lésbicas conhecem tão bem. Assim, retoma-se a ideia de “deixa eu te mostrar o que é ser mulher mesmo”, ou “o seu lugar é esse”, uma imagem de um buraco, de um objeto, de alguém que deve estar a serviço numa certa lógica objetificante. As capas da Revista Veja, com aquelas falas extremamente ambíguas, mascaradas de uma objetividade jornalística, de uma neutralidade jornalística, de forma a parecer uma revista séria e isenta, acredito que também revelaram o desagrado de uma certa elite com essa mulher no poder. Com essa mulher no poder que também se vincula a um projeto de sociedade, a um projeto de governo, repito, com suas contradições, mas que pautava coisas que essa elite de fato não queria ver, não queria se haver, sobretudo na sua responsabilização, na manutenção de tantas violências, hierarquias e desigualdades na nossa sociedade.

**|Em algum aspecto você acha que a questão de gênero foi relevante junto à imprensa e à opinião pública a influenciar a cobertura do processo de impeachment? Dê exemplos.**

Como eu disse anteriormente, há muitos mitos que permeiam nossa sociedade brasileira e, entre eles, há um que me parece que se relaciona diretamente com esse golpe misógino, que é o mito da mulher cordial. Tenho trabalhado um pouco com essa ideia de mulher cordial no Núcleo de Conexões e Saberes, no grupo de pesquisa e nas disciplinas que tenho desenvolvido. Se, por um lado, há o homem cordial, ideia que a sociedade brasileira vai difundir e pautar algumas de suas autoanálises, por outro lado, faz parte da constituição do nosso País uma socialização, uma ideia da mulher brasileira como mulher “bela, recatada e do lar”. Essa ideia até virou chacota nesse processo do golpe, aqui fazendo referência a uma matéria da Veja, que descrevia a esposa do Michel Temer num movimento de desqualificação de outras experiências, de outras possibilidades de ser mulher. A mulher no poder, a mulher que enfrenta, a mulher forte, a mulher que não cede a certo jogo de linguagem masculino que se reproduz nas instituições, nos acordos, nos conchavos, de tapinhas nas costas, é uma mulher como Dilma, que não topou fazer isso. Diante dessa postura, dessa negação da presidenta Dilma de ter a ousadia de estar no poder, de ter a ousadia de não topar os acordos patriarcais de séculos, de ter a ousadia de peitar uma pessoa como Eduardo Cunha, qual é o contra movimento que vem à sua posição? É o que já se viu na história inúmeras vezes, ou seja, o estupro corretivo - fazendo um paralelo ao que muitas feministas alertaram depois do golpe, especificamente, após aquela sessão na câmara

dos deputados, na qual o *impeachment* foi aprovado para ir para segunda instância. As falas daqueles deputados revelaram muito claramente que tinha uma dimensão misógina, que tinha uma dimensão de um projeto de sociedade onde a diversidade e certa desconstrução do patriarcado estavam em jogo. Naquela seção, os deputados retomaram esse discurso que as feministas vão chamar de um estupro corretivo, institucional, político. Quando traçamos, de fato, um paralelo com a cultura do estupro, estamos pensando em como que nós mulheres somos socializadas a lugar de objetos, no qual se a gente reivindica algum tipo de autonomia, é como se colocar à disposição do outro. Estamos admitindo a negação da nossa posição, da nossa possibilidade de escolha, do nosso direito de decidir sobre a nossa vida, sobre o nosso corpo, sobre a nossa sexualidade, sobre o nosso futuro, sobre o nosso presente. As mulheres que historicamente transgrediram esses lugares foram penalizadas, criminalizadas, muitas vezes foram mortas, estupradas de fato, a partir daquela imagem de “ponha-se no seu lugar!”, “deixa eu te mostrar qual é o seu lugar de verdade!”. Por isso, faço esse paralelo. Esse mesmo movimento do estupro que as mulheres ao longo da história viveram e que ainda hoje vivem quando buscam transgredir, é o tipo de reação que rapidamente vão encontrar quando questionam as lógicas patriarcais que orientam nossa sociedade, quando tentam construir um lugar de maior autonomia. Seja dos seus maridos, pais, irmãos, ou mesmo de outras mulheres que também incorporam essas perspectivas e que reproduzem discursos muito semelhantes. Foi esse mesmo movimento que aconteceu então naquela votação, quando aqueles homens diziam “pela minha família”, “pela família honesta”, “pela família, meu pai, meu filho...”, remetendo a certo modelo de família, no qual a mulher teve, historicamente, um lugar muito bem definindo, da “bela, recatada e do lar”, ou de certa passividade, ou daquela que se submete à voz do homem. O que eles faziam ali, com aquelas falas, era como “colocar a Dilma em seu lugar”, era como dizer: “volte para seu lugar!”, ou seja, muito semelhante de fato com o que se chamou aí de um estupro político-institucional.

**| Você identificou algum aspecto de misoginia – aqui definido como ódio ou aversão às mulheres – na relação que a mídia, os políticos e o Judiciário estabeleceram com Dilma Rousseff?**

Nunca me esquecerei de uma cena de uma criança conhecida, uma criança de minha convivência, que na primeira eleição da Dilma, contra o José Serra, me fez a seguinte pergunta, “Cláudia, você vai votar na Dilma?” e, quando eu disse que iria, me respondeu “mas meu pai falou que ela usa arma na calcinha. Você vai votar nela mesmo assim?”. Vale lembrar que a primeira campanha eleitoral da Dilma, foi muito em cima dessa questão de ela ter lutado contra a ditadura, ter participado da luta armada, e toda desqualificação que já se iniciava naquele momento, de questionamento de como uma mulher correta, uma mulher confiável, poderia se envolver nesse tipo de atividade. A meu ver, a fala dessa criança, remetendo a um diálogo com o pai, revela muito aquele momento. Um dos elementos que também pairou sobre sua campanha foi o tema do aborto, que inclusive ela optou por recuar na sua posição posteriormente.

Na segunda eleição, apareceu muito o discurso de como a Dilma é essa que não sabe dialogar, que não consegue administrar bem, a ideia de uma mulher que não consegue falar em público. Ou seja, essa ideia de que ela não dá conta. Embora se

estivesse falando para a presidenta Dilma, esse discurso vai ter repercussão. Afinal, os adjetivos, as expressões utilizadas, são expressões que a gente vive como mulheres, que a gente ouve no nosso cotidiano desde crianças. Essa ideia de “você não dá conta”. Eu acredito muito que essa posição toda, essa reação toda contra a Dilma deixa um legado de influências e ressonâncias na nossa sociedade.

**|E antes mesmo de ela ser eleita, muita gente dizia que era o Lula que ficaria a controlando, como uma marionete. Depois que aflorou ainda mais essa ideia de incapacidade, mas, mesmo na primeira eleição, já víamos esse discurso emergir.**

Exatamente. Mas uma das coisas mais bonitas para mim como cidadã e como mulher foi ter visto ela se defendendo no Senado. Aquela defesa lavou minha alma. Porque era uma mulher, dando uma aula de economia, de política, de história, de direito, com dignidade, com força, com todos aqueles homens, com todos aqueles jargões de “tchau querida”, toda aquela cena, aquele olhar de desdém. Nós, que somos mulheres, conhecemos aqueles olhares no nosso cotidiano. Aquele olhar de desprezo, como se fôssemos objetos, então, talvez, nós consigamos mais claramente identificar que há uma dimensão sexista e misógina nesse processo. Nós reconhecemos, nessas cenas, vivências do nosso próprio cotidiano. Hoje, eu estou em uma Pró-Reitoria de Extensão, em um cargo administrativo na Universidade, que, obviamente, não é como um cargo da presidência da república, mas que possui certa dimensão de poder. Nessa minha caminhada eu já vivenciei muitas coisas semelhantes. Então, a gente certamente reconhece naqueles olhares, naquelas falas, coisas que a gente também vivencia no nosso cotidiano.

**|Você considera que o impeachment de Dilma Rousseff terá algum impacto na participação feminina na política? Em que sentido?**

Tem muitas coisas muito preocupantes nesse processo todo: ser contra a Constituição, ser um golpe institucional, ou seja, que não precisou de militar, não precisou de tanque, não precisou de arma, foi dentro da instituição, foi seguindo todo o ritual, todas as formalidades. Então isso é muito importante, inclusive para uma reflexão que hoje eu tomo, profundamente, por estar envolvida na gestão da universidade. Acredito haver uma necessidade de fortalecermos os processos democráticos dentro das instituições. Se há uma coisa que precisamos aprender nesse processo todo é que as instituições precisam ser democratizadas. O sexismo e o racismo se reproduzem nelas. Da mesma forma que o movimento negro vai chamar de um racismo institucional, também podemos falar de um sexismo institucional, em que dentro da própria letra dos regimentos institucionais são reproduzidas as desigualdades. Eu acredito que esse é um primeiro cuidado muito importante que a gente deve ter. Porém, uma preocupação grande é, justamente, o impacto nas mulheres. Eu tenho pra mim que, aqui em Belo Horizonte tivemos algo extremamente importante, que foi a eleição da vereadora Áurea Carolina, uma mulher, negra, da periferia, feminista, pautando uma forma de fazer política mais horizontal, mais dialogada, não só uma agenda importante, mas também uma forma diferente de fazer política. No entanto, quando a gente vai pensar no Brasil mais amplamente, o número de mulheres eleitas, tanto como prefeitas, mas também como vereadoras, é um número ínfimo. Nós sabemos que o Brasil, em termos de participação das mulheres

nos parlamentos, está abaixo do Paraguai, dos países árabes. É preciso problematizar isso, porque e como acontece.

Além disso, não só impacta nas mulheres a terem coragem de se candidatar, mas para as pessoas votarem nas mulheres futuramente. Acredito que há, portanto, um duplo efeito. Primeiro, de alguma maneira, nessa ideia de uma mulher na política com uma imagem desqualificada. Além disso, o medo dessas mulheres ocuparem esses lugares. Pra mim, o fato dessa abstenção ampla que tivemos no primeiro e no segundo turno das eleições em 2016, de uma forma geral, em várias partes do País, se relaciona com um sério questionamento: “por que votar?”. Se o nosso voto para a presidência não valeu de nada, vou votar para quê? Entendo que as opções não sejam as melhores, de fato, mas qual o valor do meu voto? Penso que isso seja um dos efeitos do estupro político que começamos a viver.

Por outro lado, a gente vive o que está sendo chamado de “Primavera feminista”, das jovens, mulheres, meninas, se posicionando como feministas, indo pras ruas, ocupando as escolas, também reagindo a todos esses acontecimentos. Acredito que isso é importante e é o que nos dá esperança. Afinal, quando olhamos para a história da sociedade, pra a história das mulheres, todo tipo de violência, desqualificação e opressão veio junto com muita resistência. Então, as mulheres não ficaram caladas diante disso, elas se organizaram – clandestinamente ou não, via as instituições ou fora delas – e a forma como essas mulheres fizeram isso foram muito diversificadas e são muito diversificadas. Portanto, isso também nos dá certa esperança.

Ainda assim, eu penso que também há esse outro lado muito potente de “aqui não é o seu lugar”. Essa ideia de “ponha-se no seu lugar”, “a política não é o seu lugar, mulher, mulheres”. Então, embora haja tanta resistência das mulheres que estão problematizando isso, ela não se dá sem efeitos, pois se associa a todo um argumento moral, na qual há estreita relação com o fortalecimento de posições muito fundamentalistas, das religiões pentecostais, principalmente. É importante fazer essa pontuação das posições fundamentalistas, porque em muitas dessas igrejas também existe resistência a esses discursos. Nesses locais, por vezes, retoma-se o discurso da mulher como naturalmente inferior, naturalmente submissa, aquela que tem que obedecer, aquela que tem que se submeter. Então é muito sério nesse sentido. Ao mesmo tempo em que a gente vê uma guinada anti-patriarcal e antissexista, a gente vê um contra movimento, que é muito forte, que vem com muita violência querendo, repito, “colocar as mulheres no seu devido lugar”.

Aquela cena do “tchau, querida” foi uma das mais doloridas. Quando eu via tantas mulheres fazendo esse mesmo movimento, eu ficava refletindo, “amanhã a querida pode ser você”. Amanhã esse tchau, essa desqualificação de alguém, essa perseguição, pode ser qualquer mulher, quando tiver alcançando um lugar, ascendido no seu emprego, se destacado na sua produção acadêmica. Ou seja, é de fato um desafio quando a gente pensa em um enfrentamento às logicas patriarcais e misóginas. Muitas mulheres vão reproduzir essas mesmas ideias, buscando se diferenciar dessas desqualificações, mas, se hoje elas estão lá junto a eles, amanhã essa querida pode ser também qualquer uma delas.

### | Considerações finais

Recentemente, eu estava em um congresso falando, justamente, sobre o golpe misógino, e alguém me parou na plateia pra perguntar se a gente não deveria seguir em frente com essa história e apenas se unir contra o governo golpista. Eu respondi que não tenho dúvidas de que devemos nos unir contra ele, mas que, em nome da continuidade dos processos, como a esquerda brasileira comumente faz, não podemos deixar o golpe misógino de lado, apenas para não nos dividirmos. É muito importante nomear, dar ênfase, explicar o que foi esse processo todo, porque é, inclusive, um compromisso que temos com as gerações das jovens mulheres. É preciso que essas jovens saibam dessa versão da história e que elas saibam também que nós, mulheres, resistimos a ela. Quando a Dilma foi afastada e ficou no Palácio da Alvorada e o governo interino suspendeu sua água, luz e até comida, a presidenta conta que foram as mulheres que a acolheram. Com rosas, com flores, com abraços. Não podemos nos esquecer dessa imagem. Da mesma forma que não podemos nos esquecer da imagem do “tchau querida”, que é uma violência de tamanha brutalidade e muito séria, também não podemos nos esquecer da imagem daquelas mulheres, com rosas, homenageando a presidenta por tudo que ela passou e entregando todo apoio naquele momento. Para concluir, eu gostaria de deixar a força dessa imagem: as mulheres com Dilma.

*“Tratavam Dilma como se fosse a bruxa que era preciso queimar”.*

## **CYNARA MOREIRA MENEZES**

Caio Cardoso de Queiroz

---

Cynara Moreira Menezes é baiana, formou-se em jornalismo pela UFBA trabalhou em diversos veículos, como o extinto Jornal da Bahia, Folha de S. Paulo, Estadão, revistas IstoÉ/Senhor, Veja, VIP e Carta Capital. Atualmente é responsável pelo blog “Socialista Morena”, que tem cerca de 200 mil acessos diários, sendo a mulher jornalista com mais seguidores na “blogosfera progressista”. No blog e na sua página do Facebook, com quase 400 mil seguidores, a jornalista produz conteúdo jornalístico, faz leituras críticas de mídia e política. É autora dos livros Zen Socialismo (os melhores posts do blog), pela Geração Editorial, e O Que É Ser Arquiteto, com João (Lelé) Filgueiras, e O Que É Ser Geógrafo, com Aziz Ab’Saber, ambos pela editora Record.

---

### **| Você define o impeachment de Dilma Rousseff como um golpe? Por quê?**

Sim, defino como um golpe político-jurídico-midiático. Segundo a Constituição, para sofrer impeachment um presidente precisa ter cometido crime de responsabilidade. Não ficou comprovado que a presidenta Dilma tenha cometido crime de responsabilidade, portanto o processo foi anômalo. O próprio desmembramento da votação, que possibilitou a manutenção dos direitos políticos de Dilma, sinaliza que não havia motivos suficientes, em termos jurídicos, para cassá-la. Foi como se dissessem: “sabemos que a senhora não cometeu crime, mas temos de tirá-la daí e por isso vamos lhe dar um prêmio de consolação”. Político-jurídico-midiático porque contou com a estreita colaboração destas três instâncias de poder.

### **| Qual a participação da mídia nesse processo? Dê exemplos.**

Para mim os dois maiores exemplos da participação ativa da mídia no processo de impeachment de Dilma Rousseff foi, em primeiro lugar, a ampla divulgação e o estímulo dado às manifestações da oposição. Cada vez que um protesto era anunciado, revistas, jornais, rádios e TVs, sobretudo pertencentes às organizações Globo, passavam a noticiar ininterruptamente a data e o local dos protestos em todo o País, o que jamais aconteceu nas manifestações favoráveis a Dilma. Além da parca cobertura, os manifestantes contra o impeachment eram chamados de “petistas”, “militantes” ou “simpatizantes de Dilma”, enquanto os verde-amarelos recebiam o nome de “povo”. Ou

seja, apenas os contrários a Dilma podiam ter a honra de ser chamados pela mídia de “brasileiros”, colocando quem era contra o impeachment como cidadãos de segunda classe, deslegitimando-os. O segundo fator que corrobora a tese de adesão da mídia ao golpe é o fato de absolutamente nenhum jornal ter sido capaz de defender a presidenta em editorial, mesmo com todos os indicativos de que era inocente e com tantos veículos internacionais questionando o impeachment e a incoerência de substituí-la por suspeitos de corrupção.

**|Em algum aspecto você acha que a questão de gênero foi relevante junto à imprensa e à opinião pública a influenciar a cobertura do processo de impeachment? Dê exemplos.**

A questão de gênero foi definitiva na oposição a Dilma Rousseff. Desde o começo do governo Dilma, em 2011, que a imprensa se posicionou com um viés de gênero em relação a ela. Primeiro, dizendo que ela nada mais era do que “um fantoche” do ex-presidente Lula, um “poste”, mesmo tendo desempenhado papéis importantes na política, desde ministra de Minas e Energia até chefe da Casa Civil. Lula era apresentado como sua eminência parda e quem de fato iria mandar no governo. Houve uma colunista que chegou a comparar Dilma a uma “princesa” que o “príncipe Lula” teria que salvar... Depois, quando Dilma começou a demitir envolvidos em corrupção, a imprensa criou para ela a figura da “faxineira”, que iria fazer “uma faxina” no governo. Durante todo o tempo, no primeiro e segundo mandatos, colunistas homens e mulheres se comportaram como velhas mexeriqueiras, que comentavam as roupas usadas pela presidenta, sempre fazendo troça, como aconteceu com o vestido que Dilma usou para tomar posse no segundo mandato, comparado por jornalistas (!!!), entre risos, a uma capa de botijão de gás. O resultado deste tipo de visão é que muitas das críticas feitas à presidenta nas ruas continham preconceitos de gênero, com cartazes onde se liam ofensas como “vaca”, “puta”, “feia”, “quenga” e que culminaram com o estádio gritando “vá tomar no c...” para Dilma diante dos olhos de todo o mundo, durante a Copa.

**|Você identificou algum aspecto de misoginia – aqui definido como ódio ou aversão às mulheres – na relação que a mídia, os políticos e o Judiciário estabeleceram com Dilma Rousseff?**

Me chamou muito a atenção ver a nova presidente do STF, ministra Carmen Lúcia, se referir de forma jocosa ao termo dicionarizado “presidenta” que Dilma utilizou para denominar a si mesma, como se a palavra não existisse. Também me chamava atenção, nos bastidores, que mesmo entre partidários da presidenta, os homens se referissem a ela como “tia”. Este tipo de tratamento comprova cabalmente a diferença de gênero. Nunca vi ninguém se referir a Lula como “tio”.

**|Você considera que o impeachment de Dilma Rousseff terá algum impacto na participação feminina na política? Em que sentido?**

Acho que já teve na última eleição municipal: apenas uma mulher foi eleita prefeita de capital no País, em Porto Velho. Qual a mulher que vai querer se lançar na política sabendo que poderá ser arrancada do cargo a qualquer momento por um bando de homens corruptos? O exemplo que o impeachment de Dilma e a

consequente ascensão de Michel Temer deram às brasileiras é que mulher não serve para ocupar cargos públicos, a não ser que seja como primeira-dama. Não é à toa que no primeiro escalão do governo ilegítimo não há nenhuma mulher. É absolutamente frustrante.

### **| Considerações finais**

Coube aos manifestantes de direita que ocuparam as ruas contra Dilma o papel mais baixo na misoginia reinante: nas ruas e nas redes, atacavam a presidenta o tempo inteiro com palavras de baixo calão e insultos em relação à sua forma física. À semelhança da Inquisição, tratavam Dilma como se fosse a bruxa que era preciso queimar. Para isso, contavam com o apoio de sites apócrifos que tratavam de disseminar toda espécie de preconceito de gênero. A velha mídia, por sua vez, desmerecia a perspectiva de gênero envolvida no impeachment, enquanto os blogs progressistas a expunham, para escárnio da direita: “mimimi”, “vitimismo”... Para verificar o viés de gênero no ódio a Dilma é fácil: basta dar uma busca no twitter por “Dilma vaca”, “Dilma puta”, “Dilma gorda”, “Dilma vagabunda”... São milhões de ataques assim. Eu escrevi um post a respeito, comparando o bullying a Dilma com o bullying à personagem Monica, de Mauricio de Sousa (<http://www.socialistamorena.com.br/cebolinha-e-cascao-viraram-uns-machistinhas/>).

*“Arrancar a misoginia das nossas construções discursivas, subjetivas, das nossas práticas, (...) requer enxergá-la nos ódios e nos amores que nos endereçam e que nós endereçamos até para nós mesmas.”*

## DANIELA AUAD

Denise Teresinha da Silva

---

Daniela Auad é feminista, professora, pesquisadora, mãe de Leila. É lésbica política, como bem nomeia sua amiga Eide Paiva. Casada com Cláudia Lahni, tem histórico bissexual, sem qualquer paciência atual para homens na cama e fora dela. É líder do Flores Raras, Coletivo Feminista e Grupo de Pesquisa Educação, Comunicação e Feminismos (FACED-UFJF/CNPq). Orienta Mestrados e Doutorados na área de Educação e é autora de artigos e livros sobre Feminismos, Educação, Lesbianidades e Política, atuando na Universidade e em variados Movimentos Sociais como pesquisadora e militante feminista. Recentemente foi eleita como mulher de notório saber para o Conselho Estadual da Mulher de Minas Gerais. É paulistana, e, justamente por isso, vive, com saudade, mas feliz, pelo Brasil a trabalhar, celebrar e debater.

---

### **| Você define o impeachment de Dilma Rousseff como um golpe? Por quê?**

O impeachment da Presidenta Dilma Rousseff foi um golpe basicamente porque os crimes que a ela foram imputados não apenas não foram provados, como, de fato não ocorreram. E mesmo as alegações que foram feitas, como o caso das ‘pedaladas’, deixaram de ser consideradas crimes pela legislação dias depois do impeachment. O que assistimos foi uma intensa, degradante e criminoso perseguição, na qual de modo cínico e debochado um grupo de homens usurpou de toda a Nação o Direito ao Voto. Esse grupo de homens, aparentemente brancos, aparentemente heterossexuais e, sem dúvida, detentores de poder econômico e político, ao votar, por exemplo, em nome da família, deixava claro que pensava que a Presidenta não tinha algo que pudesse ser considerado enquanto tal, como uma família, como se a filha, que com ela desfilou na sua posse, não fosse assim suficiente, em uma sociedade na qual ainda se percebe a mulher como aquela que precisa de homem, para gozar, para ter filho, para ter respeito e para ter qualquer elemento que seja prazeroso, prestigioso ou realmente necessário para ter algum status. Esses homens que, ao votarem pelo impeachment, diante do ato sendo televisionado, evocavam a Família, a Fé e o combate à Corrupção, foram e estão

sendo investigados e condenados em práticas de corrupção, peculato e variadas formas de abuso de poder. A Presidenta Dilma foi absolvida e aqueles e aquelas que roubaram nosso voto foram e estão sendo condenados nos tribunais, nas urnas e na História.

**|Qual a participação da mídia nesse processo? Dê exemplos.**

Desde o início do primeiro mandato, quando, nas manchetes, líamos, por exemplo, “Dilma faz faxina nos Ministérios...”, era possível sentir o uso de linguagem que relacionava as ações de gestão da Presidenta a funções percebidas como tipicamente femininas, nada prestigiosas e para as quais se pensa não exigir preparo algum. Por outro lado, também se ouvia muito o quanto a Presidenta Dilma era “gestora” e que, por isso, não tinha “carisma”, como se fosse destacada figura do ajuste, do acerto, mas não com a aprovação que Lula goza, com seu efeito *teflon*, de macho que tudo pode dizer e, ainda assim, ser perdoado, pois, como homem, é taxado de distraído, ou aquele que pode escorregar, mas que segue impávido sem ter seu capital político arranhado por uma declaração infeliz ou mal interpretada na mídia. Nesse sentido, tanto na mídia, quanto em variados setores do chamado campo da esquerda, a Presidenta Dilma era percebida como fora do lugar. Grande parte da mídia e grupos conservadores de variados setores a viam como uma improvável Presidenta exitosa pelo fato de ser mulher, pelo fato, segundo esses olhares, de não ter capital político ou simpatia ou carisma. Parte da esquerda e variados grupos das militâncias a percebiam com poucas chances de sucesso, se se comparar com todo o carinho e aprovação do Presidente Lula, em razão de não ser percebida como carismática, expressar estar distante das bandeiras de luta dos variados Movimentos Sociais e ainda, segundo variadas opiniões, não ser historicamente do Partido dos Trabalhadores. Nesse sentido, tanto esquerda quanto direita parecem, ao dizer que a Presidenta Dilma era gestora, estar colocando um grave defeito na Mulher então Eleita, mas como se descrevesse sonsamente uma característica, sem querer ofender... “ela é gestora...”.

**|Em algum aspecto você acha que a questão de gênero foi relevante junto à imprensa e à opinião pública a influenciar a cobertura do processo de impeachment? Dê exemplos.**

A questão de gênero, como nessa pergunta está nomeada, é relevante e estruturante. O golpe é misógeno porque as instituições, práticas e contextos de construção de nossas subjetividades e identidades, assim como produção e reprodução do viver, são misóginos. Logicamente que há o acirramento da expressão dessa misoginia em razão do atual fortalecimento da direita no contexto do golpe. Mas é importante jamais esquecer que o machismo, a lesbofobia, a transfobia e, portanto, a misoginia se apresentam fortemente de variadas formas tanto naquilo que reconhecemos como direita quanto no campo da esquerda, onde, nós, mulheres, sofremos seguidamente tentativas de silenciamento por parte dos companheiros que historicamente vomitam que debater gênero enfraquece o debate da luta de classes, que debocham do feminismo e que desmerecem a categoria gênero nos Programas de Pós, na organização das disciplinas nos diferentes cursos e outras searas. Ocorre que é comum que se pense que a mulher deve se sentir homenageada sendo desejada por um homem. Como mulher, feminista, lésbica, o desejo de um homem não interessa a

mim, e imediatamente percebo que deixo de ser percebida como um insumo para muitos deles, seja nas relações afetivas entre ‘amigos’ seja nas relações no trabalho e na militância. As lésbicas não têm, não querem e não desejam aquilo que os homens, sejam gays ou heterossexuais, mais apreciam: o pênis. Isso nos coloca no lugar do não desejo, em meio onde o desejo é percebido comumente de modo heteronormativo. Recolocar o desejo como algo que não precisa de um pênis, assim como recolocar o poder como algo que não precisa de um homem carismático, é o que as Lésbicas fazem ao existir e o que a Presidenta Dilma fez ao governar. Talvez por isso tantas pessoas coloquem em questão, ora com mais galhofa ora com menos, a possível lesbianidade da Presidenta. A esquerda mais conservadora pode dizer “isso não tem nada a ver”, “com quem e se ela se deita não deve estar em questão”... Pois digo que às Lésbicas não precisa interessar que a Presidenta Dilma se diga Lésbica, mas a ela seria, sem dúvida, empoderador, como liderança, dizer, quando diante da insinuação, que SOMOS TODAS LESBIANAS. E quem se horroriza diante disso que aqui respondo, e pensa como algo de loucura ou pouca seriedade isso que digo, bem deveria repensar seus critérios de percepção quanto à própria lesbofobia, machismo e misoginia.

**|Você identificou algum aspecto de misoginia – aqui definido como ódio ou aversão às mulheres – na relação que a mídia, os políticos e o Judiciário estabeleceram com Dilma Rousseff?**

Além do impeachment propriamente dito, é expressão grosseira do ódio e da aversão às mulheres o adesivo colocado em carros, no qual para abastecer, se colocava a mangueira de combustível no meio das pernas da Presidenta adesivada. Isso é tão misógino quanto às tentativas, de um lado, de colocar Marcela Temer como “bela, recatada e do lar”, mas também dos enojantes ataques que homens e mulheres do campo da esquerda tem feito tanto à Mulher que cometeu o crime de se casar com Temer, e por isso, é colocada na berlinda (como jovem, incompetente e interesseira), quanto à Marta Suplicy, quando esta se filiou a outro partido para concorrer à eleição municipal; ou à Erundina quando foi praticamente expulsa do Partido dos Trabalhadores. O que aqui quero esclarecer com esses exemplos de variados tempos e com variadas mulheres é o seguinte: tanto a esquerda quanto a direita não reservam bons lugares, justo debate e respeito às mulheres. E se não se encontra isso no que reconhecemos como campo da esquerda, não encontraremos de modo algum quando os conservadores políticos da antiga direita brasileira estão no comando.

**|Você considera que o impeachment de Dilma Rousseff terá algum impacto na participação feminina na política? Em que sentido?**

Um exemplo desse impacto é o Movimento Escola Sem Partido e como quem luta contra esse Movimento se coloca a silenciar as questões de gênero. É importante lembrar que o combate ao debate de gênero na escola, que motivou a eliminação do termo gênero nos Planos de Educação, foi o primeiro embate dessa espiral ditatorial de retrocessos que parece não ter fim. Ocorre que agora, pós-impeachment, o debate da Escola Sem Partido foi assumido pelos pesquisadores, políticos de esquerda e variados grupos. Noto que há colegas nossos, docentes, que pensam ser possível se colocarem como Machos Alfa a nos explicar – para nós, feministas, há décadas nessa luta – quais “ações concretas” devem ser tomadas para seguir debatendo de modo crítico nas

escolas e nas universidades, sem acatar os planos do Movimento Escola Sem Partido. Esses homens, aparentemente brancos, aparentemente heterossexuais e detentores da voz e do voto nos Colegiados, nos Conselhos Superiores, nas Direções Partidárias, silenciam as práticas de lutas de lésbicas, negras, transexuais, que desde sempre lutamos contra essas forças conservadoras que desejam mandar na nossa voz em aula, na nossa pena em textos, na nossa reflexão em pesquisa, no nosso gozo na cama. Os colegas, Machos dos Departamentos e dos Partidos, descobriram, de repente, que os mesmos algozes, que perseguem os corações, as mentes e as bucetas das lésbicas, podem persegui-los por causa do seu marxismo e por causa das suas aulas de sociologia e de filosofia. Resta, portanto, risível por um lado e empoderador por outro ter de nos unirmos com esses sujeitos, que mais parecem uma versão em negativo daqueles mesmos homens que votaram SIM, diante do Impeachment da Presidenta Dilma. São, de modo geral, homens que estranham, para dizer o mínimo, os feminismos, as lésbicas e qualquer debate que fuja ao seu importante e tradicional falo, digo, ao seu referencial teórico bem demarcado por suas peculiares perspectivas marxistas, que percebem as questões Feministas e LGBT ainda como desarticuladoras da revolução que é deles e na qual e para a qual, nós mulheres devemos ser instrumentos, jamais beneficiárias e sujeitas.

#### **| Considerações finais**

O Golpe é misógeno. As instituições são misóginas, assim como aquilo que percebemos como esquerda e direita, na seara da política partidária. Arrancar a misoginia das nossas construções discursivas, subjetivas, das nossas práticas, das nossas maneiras de sentir, requer enxergá-la nos ódios e nos amores que nos endereçam e que nós endereçamos até para nós mesmas. A presente publicação proposta, com a realização de entrevistas, é um importante movimento no desmonte da misoginia, que não se fez durante o impeachment, mas que pode tê-lo como mote para debatê-la.

*“A partir do momento que a mulher passou a enxergar de fato seu poder, provocou o sentimento dessa nossa sociedade que é machista e isso foi comprovado com o golpe”.*

## **DELAÍDES RODRIGUES PAIXÃO**

Gislene Moreira  
Érica Daiane da Costa Silva

---

Natural de Curaçá, negra, mãe, 36 anos. Assim se autodescreve a entrevistada, que é graduada em Comunicação social - Jornalismo em Múltiplos Meios pela Universidade do estado da Bahia - UNEB. Há dez anos, Delaídes é comunicadora da Associação Curaçaense Comunitária de Radiodifusão, a Acorde, a Rádio Comunitária do município de Curaçá, que fica situado no norte da Bahia, às margens do Rio São Francisco. Em 2016, Delaídes recebeu o diploma universitário e se tornou mãe de Antônio. Sua militância vem de longe, congregando seu amor pela comunicação e pela caatinga, pelo Semiárido, pela cultura popular desta região. Filiada ao Partido Comunista do Brasil (PCdoB), esta curaçaense se lança diariamente ao desafio de ser mulher sertaneja, negra, mãe solteira e militante social e partidária. Sua trajetória é de contestação, ousadia e conquistas e da certeza de que a luta é como círculo, começa em qualquer ponto e não termina nunca.

---

### **| Você define o impeachment de Dilma Rousseff como um golpe? Por quê?**

Com certeza foi um golpe, um golpe porque a presidente Dilma foi eleita pela maioria do povo brasileiro, era um governo legítimo, onde o povo escolheu... e foi tirada a força por homens que na verdade não aceitaram, eu acho que nunca aceitaram de fato ser governados por uma mulher e apesar do fato dela ser uma mulher de fibra, de muita força... o fato dela ser mulher fez com que esses homens covardes tirassem ela dessa maneira do poder. Ou seja, tomasse o poder do povo, porque foi o povo que elegeu Dilma e foi a grande maioria que a elegeu, que a fez presidente, mas infelizmente foi dessa forma, por homens que na verdade nunca ficaram felizes pelo fato de serem governados por uma mulher. De fato, nós mulheres perdemos quando essa mulher foi tirada do jeito que foi. Ela foi tirada do mais alto cargo à força. Porque ela não foi tirada pelo povo, que a colocou lá. Ela foi tirada à força.

**| Qual a participação da mídia nesse processo? Dê exemplos.**

A imprensa, na verdade, a gente falava que a imprensa era o quarto poder. Mas no momento do golpe contra a presidenta Dilma ela foi o primeiro poder. Ela foi protagonista do golpe. A forma como a mídia maculou a presidenta Dilma foi proposital. Eles trouxeram fatos como, por exemplo, o vazamento daquele áudio da presidenta falando com o ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva. Queriam mostrar que a presidente tinha culpa, de que a presidente tinha desviado dinheiro... E o que a gente vê é que até hoje de fato não foi comprovado nenhum envolvimento dela com a corrupção. De fato a ação da mídia nesse processo foi essencial para que se desse o golpe.

A mídia, ela ainda carrega muito preconceito, ódio contra a mulher. Na verdade ela é muita carrasca mesmo. Tanto nas novelas, por exemplo, preconceito à mulher solteira: a maneira com que traz a mulher solteira, como a coitada. É até um crime, *né* na sociedade seu filho não ter um pai, você não ter um companheiro com você. A questão da mulher negra que é colocada só com a que vai pra cozinha, como empregada. O gay como sempre o oprimido, aquele que deve apanhar. A mídia vai de fato diminuindo o ser humano. Seja na novela, seja na programação, seja a maneira da propaganda covarde no acesso ao consumo porque se você não usa o sapato tal, você não é digno de estar na sociedade. Se você não veste a roupa tal você não é digna. A mulher tem que star sempre muita bonita, muito maquiada, acordar de fato maquiada. A mídia traz uma mulher e um ser humano que a gente não conhece e a gente vive outra realidade no nosso dia a dia. Traz o nordestino sempre como coitado que foi pra São Paulo, mas existe muita gente no Nordeste fazendo a diferença, que cresceu aqui, que hoje é dono do seu próprio negócio, mulheres de negócio. A mídia continua com esse trabalho de diminuir o nordestino, o gay, a lésbica, o negro. A violência com que muitas vezes a mídia traz de que sempre tem que ser o negro aquele que matou, que roubou. Enfim, a mídia continua de fato reforçando o ódio, seja às classes ou ao ser humano. E todo esse discurso faz parte do cenário que fabricou o golpe.

Considero que nunca foi tão importante a palavra democratizar os meios. A gente viu que, apesar das grandes redes de televisão aberta desse País estar fazendo um jogo sujo, toda aquela coisa para incitar o ódio, de achar provas contra a mulher presidenta desse País, existe uma campanha também muito bonita nas redes sociais. Essas novas tecnologias eram o contraponto. Era onde se via outras verdades, onde se via discussão. Existia um grupo de pessoas muito preocupado em mostrar outra realidade ao povo brasileiro.

Então a luta deve ser para democratizar os meios, de fazer trazer uma comunicação que também é um direito garantido na Constituição para que todos possam falar e para que todos possam de fato ter direito à informação, mas a informação verdadeira, a informação onde apresente os dois fatos, os dois lados. Então vamos nos apropriar dos meios que a gente tem. Em Curaçá a gente se apropria da rádio comunitária para informar, para levar debate através dos programas que a gente tem. Mas aí tem o *Facebook*, o *WhatsApp*, tem tantas outras coisas, as redes sociais... Só que a gente ainda não sabe se apropriar direito dessa luta.

**|Em algum aspecto você acha que a questão de gênero foi relevante junto à imprensa e à opinião pública a influenciar a cobertura do processo de impeachment? Dê exemplos.**

Sim, é o fato de ela ser uma mulher que provocou todo esse ódio. Apesar da sua história, apesar de sua luta, de ter lutado contra a Ditadura, de todo sofrimento que ela passou por amor ao Brasil o que prevaleceu foi o fato dela ser mulher. E que a gente sabe, se o presidente fosse Luís Inácio Lula da Silva ainda, o processo seria diferente, mas o fato dela ser mulher e dos homens serem muito machistas na verdade, de achar que a mulher precisa ser frágil, isso com certeza foi essencial para que a presidente saísse.

**|Você identificou algum aspecto de misoginia – aqui definido como ódio ou aversão às mulheres – na relação que a mídia, os políticos e o Judiciário estabeleceram com Dilma Rousseff?**

Houve misoginia. Essa palavra misoginia veio para de fato a gente juntar todo esse processo de ódio, de maculação que sofreu a presidente Dilma, mas que sofrem muitas mulheres no seu dia a dia, na verdade. Essa questão de gênero, toda essa discussão. Sofrem e a gente precisa abrir os olhos, a gente precisa lutar e a gente precisa falar de fato o que é essa misoginia, o que ela foi para o País e o que a gente perdeu com isso.

Eu acho que a misoginia veio para definir o ódio com que foi conduzido esse processo. Quando eu falo de macular a imagem de presidente é macular a imagem de mulher que também era mãe, avó, de uma mulher que também lutou para que nós mulheres e todo o povo brasileiro tivessem melhores dias. A forma que você via a forma daquelas manifestações contra o governo Dilma, os cartazes, a ação daquelas pessoas, o ódio nas mensagens dos cartazes. Eu vi cartazes em manifestações contra Dilma que lembravam o fato de todo sofrimento que ela passou na ditadura militar. O fato do próprio deputado federal Jair Bolsonaro no momento de dizer seu voto a favor do impeachment da Dilma, ele convocou o general que torturou a Dilma, que espancou aquela mulher que nada mais estava fazendo que lutar por melhores dias pelo seu País. Então o ódio com que a mídia maculou e o ódio com que esses representantes que se elegeram para representar um povo e que na verdade estavam lá era para tirar a presidente Dilma fez com que se desse... Então com certeza houve sim esse ódio, esse ódio contra essa mulher, esse ódio a essa guerreira, mas que era nossa presidente que foi eleita por uma grande maioria do povo, por homens e mulheres desse País.

No nosso município, eu costumo dizer que Curaçá se destaca; hoje, graças a Deus, a gente tem mulheres ocupando cargos e já tivemos mais. Secretária de Educação, assessoria de Comunicação... a rádio, de que faço parte, a gente tem uma mulher como vice-presidente, a maioria das comunicadoras são mulheres. De fato, em Curaçá, no sertão da Bahia, a gente tem se ocupado do poder e de cargos que eram só de homens. Mas é claro que a gente sente o impacto desse golpe.

A gente sentiu que esse ódio contra o poder feminino estava meio escondido, e que a partir do golpe a gente viu quanto há o ódio quanto ao fato da mulher se destacar, o fato da mulher estar se apropriando do seu poder de fato. Eu acho que em Curaçá a gente tem se apropriado e eu acho que o golpe não fez com que a gente desistisse de ocupar esse cargo. Muito pelo contrário, o golpe fez com que eu continue

com a mesma vontade de ocupar esses espaços, de ir atrás do que de fato a mulher tem de direito e isso a gente tem lutado. Eu acho que foi a prova maior, o ensinamento maior que a presidente Dilma deixou como figura feminina de luta, de fibra e que lutou para que o Brasil fosse livre.

A origem dessa misoginia vem de muito tempo, ela vem desde a maneira que os homens acham que as mulheres devem ser criadas para servir, para obedecer, para trabalhar, mas trabalhar em casa, continuar no serviço doméstico: “A mulher não nasceu para ocupar cargos, a mulher tem que ficar em casa, cuidando dos filhos, cuidando da casa”.

A partir do momento que a mulher se libertou, a partir do momento que a mulher teve direito ao voto, a partir do momento que a mulher passou a enxergar de fato seu poder, é claro que isso provocou o sentimento dos mais machistas, dos homens mais machistas e dessa nossa sociedade é que machista e isso foi comprovado com o golpe. Então com certeza se deve ao fato desse passado nosso, dessa sociedade machista que acha que a mulher só deve ser para o fogão, para a lavanderia, enfim... Então isso provoca: “as mulheres estão tomando nosso lugar que antes era só de nós homens” e isso com certeza provoca o ódio, isso faz com que essa sociedade lute para que as mulheres não cheguem aonde nossa presidenta chegou. É isso.

**|Você considera que o impeachment de Dilma Rousseff terá algum impacto na participação feminina na política? Em que sentido?**

Com o processo agora das eleições a gente estava discutindo isso, com a questão de 30% destinado a candidatura de mulheres que tem que compor a chapa, né e a gente dizia que lei obrigava esses partidos a mentirem. Mas não, a lei está aí para que as mulheres se apropriem de fato desse cargo. Por que não Delaídes ser uma futura vereadora, uma futura deputada estadual, uma futura deputada federal? Sim. Está aí para a gente ocupar de fato esses cargos.

Eu acredito que, com o impeachment, algumas mulheres desistiram, se desanimaram, porque elas de fato sentiram que a presidenta Dilma só foi destituída daquele cargo por ser mulher. E a forma com que isso veio, o ódio que isso provocou, as mulheres com certeza ficaram mais desanimadas para concorrer a um cargo político. Eu acho que nacionalmente isso não foi bom, apesar de que durante o processo quem mais se destacou na defesa da mulher, da defesa de gênero foi mulheres de outros partidos. Isso também nos encoraja. Ver poucas mulheres, quatro ou cinco mulheres fazendo um discurso defendendo as mulheres desse País. A gente perde um pouco, mas que isso também nos reforce e nos dê coragem para continuar a luta para defender o direito que a mulher tem de ocupar cargos, porque nós podemos.

Mas as políticas sociais, as políticas desse último governo, o governo que eu falo é o governo Lula e do governo Dilma até deu poder às mulheres. Tanto a mulher do campo quanto a mulher da cidade. A questão do “Bolsa Família” enfim, dos programas sociais, do acesso a universidade, de uma preta como eu estar numa universidade, de ter acesso à universidade fez com que a gente se apoderasse de fato. De fato essas políticas ajudaram a mulher do campo e a mulher da cidade. De fato a gente tem se apropriado, mas ainda existem casos de mulheres submissas que ainda não se reconhecem como protagonistas, que pode ser mãe, que pode ser do lar, mas que também pode ocupar espaços importantes na sociedade. Existem sim, tanto no campo

quanto na cidade. Mas em sua grande maioria tem se destacado, tem se tornado a cabeça da família seja na condição da roça, seja na condição de sua própria casa, do seu lar, tem se destacado sim em sua grande maioria.

O dia do golpe coincidiu com a data da entrega do meu TCC (Trabalho de Conclusão de Curso). Eu estava almoçando, fazendo os últimos ajustes do meu TCC que era sobre a rádio comunitária e nesse meio me deu um medo, um pânico e eu de frente a TV vendo a Dilma saindo do Palácio [do Planalto] daquela forma, eu cai em lágrimas na verdade. Mas cai em lágrimas porque eu sou prova viva do quanto os programas sociais, o acesso à educação dos programas de Dilma e de Lula foram importantes, afinal eu sou cotista. Eu entrei na Universidade do Estado da Bahia (UNEB) através das cotas. O meu sonho era ser jornalista e cheguei aos 30 anos na universidade, mas por conta dessas políticas de acesso à educação. Nesse momento eu me deparei com o medo, apesar de ser sempre uma mulher de muita força, mas e agora, qual vai ser o futuro dos negros, das mulheres, dos gays, das lésbicas? Eu comecei na verdade a entrar em pânico porque eu sei que essas políticas que geram toda a discussão do respeito, do não preconceito, do acesso à universidade, elas vão acabar com esse novo governo que está ai. No momento eu parei para pensar porque, além de estar saindo da universidade... Qual vai ser meu futuro como jornalista? Negra, mulher, mãe solteira... Como vai ser a partir de agora já que o governo que tinha esse olhar, que tinha essas políticas sociais direcionadas a essas classes ela foi destituída, ela foi expulsa na verdade. Ela foi colocada para fora da maneira mais covarde por aqueles homens covardes que se diziam defensores do povo e que nunca foram. Nesse momento eu senti que a sociedade perdeu e perdeu principalmente essas classes e principalmente nós mulheres. E como é que ficam as políticas sociais para ajudar a mãe solteira a garantir educação para seus filhos daqui para frente? Como é que fica um negro? Como é que fica a UNIVASF? Em Curaçá as pessoas dependem da universidade em Juazeiro [a 100 km]. Depende da UNEB, da UNIVASF, do IF e foi a partir do governo Lula e Dilma que esses jovens de Curaçá passaram a ter acesso a educação, onde hoje tem um ônibus para transportar mais de 50 estudantes todos os dias para Juazeiro e Petrolina. Mas por que esses jovens hoje têm acesso? Por conta dessas políticas de acesso à educação que fizeram o pobre, o negro chegar até essas universidades. Antes era um sonho.

Eu sonhava, mas a partir dos programas, das políticas de acesso à educação do governo Lula e Dilma é que chegamos de fato à universidade. Então como é que fica? A gente perdeu. O Brasil perdeu. O negro perdeu. A mulher perdeu. Infelizmente por conta, como eu disse, desses homens covardes. Esses homens covardes que foram eleitos para defender o povo e que, o que estão fazendo agora é cortando os seus direitos. Cortando o direito, cortando as ajudas para universidade e fazendo com que os nossos sonhos, os sonhos dos nossos filhos fiquem ainda mais distantes.

### **| Considerações finais**

Eu acho que o caminho é a gente protestar. É a gente usar os meios que a gente tem... Eu falo isso porque hoje a gente tem uma conquista que é a rádio comunitária, é a gente usar os meios de comunicação que a gente tem para falar da PEC 241, dos direitos que estão sendo cortados. É a gente discutir, é fazer chegar à sociedade que está dormindo e na hora que acordar, infelizmente, todos os seus direitos já foram

embora. Os movimento sociais precisam de fato se unir, se dar as mãos para que os nossos direitos não vão embora. A sociedade de fato está dormindo e o que eu temo é que, na hora que acordar, acabou. Acabaram nossos direitos, acabou o acesso à educação, acabou tudo. Então eu acho que a sociedade, aquelas pessoas que de fato acordaram, devem se apropriar desses meios alternativos para de fato acordar os companheiros que ainda estão dormindo.

O Nordeste foi a região que mais cresceu, que mais se desenvolveu. Quantas universidades vieram pra cá? As políticas de acesso à Educação chegaram ao Nordeste, chegaram ao pobre que até então não conhecia, não tinha acesso e que os governos passados não tinham interesse. O governo passado, de Fernando Henrique, não queria que ninguém chegasse à universidade, que a educação melhorasse ao povo. Porque o povo ficando sabido é ruim para eles, o povo mais esclarecido era ruim para o FHC. Então de fato vieram outros ódios. O ódio ao gay. A gente viu episódios durante o processo de impeachment, o companheiro Jean Wyllys, o que ele sofreu durante todo o processo. De ser chamado de gay... Era muito ódio.

A gente sente que o direito de ir e vir acabou. Essa sensação de insegurança nos toma conta de fato. A gente não pode protestar, a gente não ode ocupar universidade porque vamos ser punidos, sem falar que já cortaram bolsas de estudantes que na verdade mantém o estudante na universidade, porque é uma ajuda de custo e que foram tirados seus direitos. Na verdade a gente tem que lutar, mas a gente sente que já era a nossa liberdade. O direito de ir e vir do ser humano está acabando, a gente não pode mais protestar e infelizmente nossa realidade hoje é essa.

Eu acho que [o caminho] é a gente protestar. É a gente usar os meios que a gente tem... Eu falo isso porque hoje a gente tem uma conquista que é a rádio comunitária, é a gente usar os meios de comunicação que a gente tem para falar da PEC 241, dos direitos que estão sendo cortados. É a gente discutir, é fazer chegar à sociedade que está dormindo e na hora que acordar, infelizmente, todos os seus direitos já foram embora. Os movimento sociais precisam de fato se unir, se dar as mãos para que os nossos direitos não vão embora. A sociedade de fato está dormindo e o que eu temo é que, na hora que acordar, acabou. Acabaram nossos direitos, acabou o acesso à educação, acabou tudo. Então vamos nos apropriar dos meios que a gente tem. Lá em Curaçá a gente se apropria da rádio comunitária para informar, para levar debate através dos programas que a gente tem. Mas aí tem o *Facebook*, o *WhatsApp*, tem tantas outras coisas, as redes sociais... Para a gente discutir o que é a PEC, por exemplo, que direitos estão nos sendo tirados. Então eu acho que a sociedade, aquelas pessoas que de fato acordaram, [devem] se apropriar desses meios para de fato acordar os companheiros que ainda estão dormindo.

E a questão do Nordeste foi o que mais cresceu, foi o que mais se desenvolveu. Quantas universidades vieram ao Nordeste? As políticas de acesso chegaram ao Nordeste, chegaram ao pobre que até então não conhecia, não tinha acesso e que os governos passados não tinham interesse. O governo passado Fernando Henrique [Cardoso] não queria que ninguém chegasse à universidade, que a educação melhorasse ao povo. Porque o povo ficando sabido é ruim para eles, o povo mais esclarecido era ruim para o FHC. Então de fato vieram outros ódios. O ódio ao gay. A gente viu episódios durante o processo de impeachment o companheiro Jean Wyllys o que ele sofreu durante todo o processo. De ser chamado de gay... Era muito ódio. Essa

palavra misoginia veio para de fato a gente juntar todo esse processo de ódio, de maculação que sofreu a presidente Dilma, mas que sofrem muitas mulheres no seu dia a dia, na verdade. Essa questão de gênero, toda essa discussão. Sofrem e a gente precisa abrir os olhos, a gente precisa lutar e a gente precisa falar de fato o que é essa misoginia, o que ela foi para o País e o que a gente perdeu com isso.

A mídia, ela ainda carrega, na verdade ela é muita carrasca mesmo. Tanto nas novelas, por exemplo, preconceito à mulher solteira: a maneira com que traz a mulher solteira, como a coitada. É até um crime, *né* na sociedade seu filho não ter um pai, você não ter um companheiro com você. A questão da mulher negra que é colocada só com a que vai pra cozinha, como empregada. O gay como sempre o oprimido, aquele que deve apanhar. A mídia vai de fato diminuindo o ser humano. Seja na novela, seja na programação, seja a maneira da propaganda covarde no acesso ao consumo porque se você não usa o sapato tal, você não é digno de estar na sociedade. Se você não veste a roupa tal você não é digna. A mulher tem que star sempre muita bonita, muito maquiada, acordar de fato maquiada. A mídia traz uma mulher e um ser humano que a gente não conhece e a gente vive outra realidade no nosso dia a dia. Traz o nordestino sempre como coitado que foi pra São Paulo, mas existe muita gente no Nordeste fazendo a diferença, que cresceu aqui, que hoje é dono do seu próprio negócio, mulheres de negócio. A mídia continua com esse trabalho de diminuir o nordestino, o gay, a lésbica, o negro. A violência com que muitas vezes que a mídia traz de que sempre tem que ser o negro aquele que matou, que roubou. Enfim, a mídia continua de fato reforçando o ódio, seja às classes ou ao ser humano.

A gente sente que o direito de ir e vir acabou. Essa sensação de insegurança nos toma conta de fato. A gente não pode protestar a gente não ode ocupar universidade porque vamos ser punidos, como você reforçou, a gente não pode nem fazer o Enem, sem falar que já cortaram bolsas de estudantes que na verdade mantêm o estudante na universidade, porque é uma ajuda de custo e que foram tirados seus direitos Na verdade a gente tem que lutar, mas a gente sente que já era a nossa liberdade. O direito de ir e vir do ser humano está acabando, a gente não pode mais protestar e infelizmente nossa realidade hoje é essa. Onde está a questão da liberdade? Se de fato a gente está sendo penalizado, a gente tem que protestar, ir pras ruas, ocupar. Estão nos está sendo tirados direitos garantidos na Constituição. O direito à educação é um direito e a gente tem que lutar por ele. E como esse governo repreende? E repreende de forma muito violenta e vem a violência contra a mulher, a violência contra todo tipo de ser humano, hoje a polícia já chega batendo e prende.

O importante nesse momento é a gente se apropriar dos meios de comunicação, de toda essa discussão. Nós mulheres não podemos desanimar, de se apropriar daquilo que a gente pode se apropriar e ir atrás do que é nosso direito. Vamos democratizar os meios, vamos acessar, vamos ocupar o que a gente tem que ocupar, não vamos deixar que o medo, que esse ódio, que essa misoginia pare os nossos sonhos. Vamos continuar lutando e vamos continuar ocupando o que é de direito.

*“Foi um autogolpe, um golpe dentro do governo.”*

## **EMERSON URIZZI CERVI**

Criselli Montipó  
Tafs Coutinho Arruda

---

Emerson Urizzi Cervi é jornalista, doutor em Ciência Política pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ) e mestre em Sociologia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Pesquisa sobre o sistema político brasileiro e suas relações com a imprensa. É professor do departamento de ciência política e dos programas de pós-graduação em Ciência Política (PPGCP) e em Comunicação (PPGCOM) da UFPR. Coordena o grupo de pesquisa em Comunicação Política e Opinião Pública (Cpop), com publicações sobre eleições, agenda da mídia durante o período eleitoral, entre outros. Publicou, em 2016, a obra PSDB e PT em eleições nacionais: fatores geográficos, políticos e socioeconômicos na polarização partidária no Brasil (1994 e 2014), pela FLACSO, Espanha. Foi repórter e editor de Política nos paranaenses Jornal da Manhã, Folha de Londrina e Jornal do Estado.

---

### **| Você define o impeachment de Dilma Rousseff como um golpe? Por quê?**

Não foi golpe, não defino como golpe. Precisamos especificar. Quando se fala em golpe político não pode ser algo abstrato. Não foi um golpe constitucional: todas as regras constitucionais foram respeitadas. Não foi um golpe parlamentar: todos os estágios do processo dentro do parlamento foram respeitadas. Não foi um golpe militar, evidentemente. Podemos procurar outros tipos de golpes que não vamos enquadrar o impeachment da Dilma como um golpe. O que eu costumo dizer é que foi um autogolpe, um golpe dentro do governo. Eu tenho um problema em aceitar a narrativa de golpe porque, para ser golpe, você precisava ter duas coisas, primeiro um congresso fraco e, segundo, uma oposição forte. Nós não tivemos nenhum dos dois. Nós tivemos um congresso que se levantou contra o executivo, por motivos que não são motivos nada, nada, republicanos. Mas ele mostrou força. Até o último momento o executivo tentou reverter os votos no congresso e não conseguiu. A segunda é a que me preocupa mais, porque dá impressão que se foi um golpe, foi a oposição que tirou o governo. Quando na verdade foi uma parte do governo que tirou a outra parte do governo. Foi o PMDB que tirou o PT. E colocou no lugar do PT o PSDB e o DEM. Então foi um autogolpe. Foi um golpe dentro do governo. Foi um golpe que saiu do executivo,

onde um partido que fazia parte da coalizão, partido majoritário dentro da coalizão, partido do vice-presidente, decidiu por motivos que, repito, nada republicanos: não são motivos políticos, são motivos criminais. A cúpula do PMDB estava fazendo de tudo para fugir da cadeia. Precisava do impeachment para tentar fugir da cadeia. O que eles fizeram, foi pegar uma presidente que estava fraca, do ponto de vista político (ela estava muito debilitada em função da crise econômica e da crise política), e conseguiram articular uma substituição da presidenta pelo vice-presidente, com o objetivo de tentar limitar ou constranger ou pelo menos deixar delimitadas as ações de investigação criminais só contra o PT. Basicamente trata-se de um autogolpe, um golpe dentro do governo. E um governo fraco politicamente em função de crises econômicas e crises políticas.

**| Qual a participação da mídia nesse processo? Dê exemplos.**

Foi grande. Não há possibilidade de pensar a ação política, atividade política em democracias de massa do final do século XX, início do século XXI, e em países continentais, como é o caso brasileiro sem, em alguma medida, uma participação dos meios de comunicação. Então, o tipo de enquadramento que os meios de comunicação dão à intensidade da presença de determinado tema nos meios de comunicação, é o que explica a importância dos meios de comunicação para o evento impeachment. Evidentemente, que os meios de comunicação tinham lado, eles tomaram parte, eles adotaram um lado: um lado contra a presidenta e contra o PT. Ao adotar esse lado eles assumiram uma postura pró-impeachment. Após o impeachment eles agora não assumem mais que eram pró, os beneficiados pelo impeachment. Voltam à postura anterior, uma postura de suposta neutralidade, o que não coaduna com a realidade. Eles foram importantes por quê? Eles enquadraram o tema de determinada maneira e deram alta intensidade na cobertura.

**| Em algum aspecto você acha que a questão de gênero foi relevante junto à imprensa e à opinião pública a influenciar a cobertura do processo de impeachment? Dê exemplos.**

Eu não diria que foi central. A questão de gênero no noticiário do impeachment equivale à questão de gênero em qualquer noticiário que existe no Brasil. Há sim um tratamento desigual quando se trata de mulher. Na presença da mulher em espaços públicos. Há sempre, por parte da mídia, uma desconfiança. Há maior confiança quando se trata de homem. No caso do impeachment, trata-se da presidenta, então, a principal mandatária do país, uma mulher, reeleita por uma diferença muito pequena de votos, sem um apoio político que ela tinha tido no primeiro mandato, e quem é o apoio político? É Lula, é homem. Então você não tem só apenas uma mulher no cargo majoritário. Você tem uma mulher sozinha, sem estar na sombra de alguém. Isto para os meios de comunicação foi um prato cheio. Eu não diria que foi especificamente no caso dela, eu diria que é mais grave do que isso. Porque isso tende a ocorrer muito. A opinião pública brasileira tende a ser machista. A sociedade brasileira é machista. E não é o homem brasileiro: a sociedade brasileira. Quando você olhava as manifestações, boa parte das posições mais radicais, aquelas mais exacerbadas, eram de mulheres. Os xingamentos mais machistas vinham de mulheres. As faixas mais misóginas estavam nas mãos de mulheres. Então a sociedade brasileira é machista. E quando você tem

uma mulher em um espaço público, fragilizada, em uma posição fragilizada, a presidência estava fragilizada, há uma vontade maior de criticar, e de avançar nas críticas.

**|Você identificou algum aspecto de misoginia – aqui definido como ódio ou aversão às mulheres – na relação que a mídia, os políticos e o Judiciário estabeleceram com Dilma Rousseff?**

Pelo menos nos dados que eu tenho, das pesquisas que eu tenho visto, nas relações institucionais, não. Não há a presença de misoginia dentro do congresso. Não há dentro do judiciário. Não há dentro dos meios de comunicação. Agora, eles fomentam, oferecem conteúdos, para que conteúdos misóginos sejam difundidos em outros espaços do debate público, em especial nas redes digitais, que foram os grandes propagadores desses conteúdos. Então, ainda que não haja nada explícito – é a submensagem, a mensagem subliminar – levava àqueles que não têm nenhum vínculo institucional, portanto, nenhuma responsabilidade (se sentiam livres de qualquer responsabilização). Levavam eles a fazer, a distribuir, a fomentar mensagens misóginas.

**|Você considera que o impeachment de Dilma Rousseff terá algum impacto na participação feminina na política? Em que sentido?**

Precisamos dividir isso em duas partes. Primeiro, a quantidade de representação feminina e, segundo, a qualidade de representação feminina. A quantidade de representação feminina sempre é a que está mais presente no debate, porque nós temos uma quantidade baixa. Então nós temos no legislativo algo em torno de cotas de 30% de candidatas, mas essas 30% de candidatas resultam em 10% de eleitas. No executivo não há cotas. E agora nós temos uma eleição para prefeito e nós não tivemos sequer 20% de candidatas, às prefeituras. Porque somente temos cotas para as câmaras de vereadores. Então, a quantidade é baixa porque o nosso legislador optou em não gerar distorção na representação. Há outros países em que a quantidade de representação é alta. Por quê? Porque gera distorção. Eles optaram por gerar distorção. Ao invés de dar cota na lista de candidatos, deram cota no parlamento. Então tem “X” cadeiras para mulheres. O que isso faz? Faz com que independente da quantidade de votos, aquelas cadeiras serão ocupadas por mulheres. Então isso faz com que haja uma distorção muito grande entre os que estão eleitos, homens e mulheres. As mulheres entram com menos votos e isso também gera uma sub-representação, tratamento desigual dentro do parlamento. Então o simples fato de ter quantidade não significa que tem representação. Mas a meu ver, tem outro problema, que é um problema que eu chamo de qualidade da representação feminina, mesmo esses 10% que nós temos hoje, em média, no congresso, nas assembleias legislativas (um pouco mais, chega a 12%), e nas câmaras de vereadores, nós não temos necessariamente mulheres representando demandas de mulheres. Nós temos filhas, esposas, netas e sobrinhas de políticos que por não terem outra opção na família, colocam a mulher da família para ser candidata, para ocupar o espaço dele. Estas mulheres não vão necessariamente representar as demandas femininas. Ao contrário, elas reforçam as demandas porque elas são frutos da representação desses clãs, dessas famílias, que tem continuidade também com suas mulheres. Então, mais do que discutir como é que nós fazemos para aumentar a quantidade – isso é com o tempo,

com os partidos dando condições – é preciso pensar quem é que nós estamos colocando lá como mulheres, porque não estão necessariamente atendendo às demandas femininas.

*“Deputados, líderes partidários mostram todos os dias - e não apenas em face da presidenta - o seu desconforto com o protagonismo das lutas de gênero”.*

## ENEIDA DESIREE SALGADO

Lizely Borges

---

Mestre e doutora em Direito do Estado pela Universidade Federal do Paraná. Professora do Departamento de Direito Público e dos Programas de Pós-Graduação em Direito e em Políticas Públicas da UFPR. Coordenadora de projetos de pesquisas nos temas relacionados à democracia, eleições e representação política, com destaque para a pesquisa *Política de/por/para as mulheres*, desenvolvida pela mesma universidade desde 2015, com participação de estudantes e pesquisadores de graduação, mestrado e doutorado. A pesquisa atua tanto na dimensão de investigação e diagnóstico, com a verificação de quem são e o que pretendem as mulheres que ocupam cargos no legislativo e executivo, bem como realiza oficinas com mulheres para compreensão dos Sistemas Político e Jurídico Brasileiros. Autora de livros sobre princípios constitucionais eleitorais, democracia brasileira e Lei de Acesso à Informação.

---

### **| Você define o impeachment de Dilma Rousseff como um golpe? Por quê?**

A definição do impeachment da presidenta Dilma é um espaço de lutas sem tréguas. Há quem chame de momento democrático, há quem chame golpe, há quem diga que se está previsto na Constituição não se pode chamar de exceção. A utilização do termo "golpe", em meu ver, repele uma parcela da sociedade, que relaciona o termo com a interrupção violenta da normalidade institucional. De fato, não houve violência real durante o afastamento da presidenta (ao menos em relação a ela); no entanto, é notória a violência simbólica. Ainda, houve um "desprendimento" em relação à Constituição: não se configurou crime de responsabilidade e nenhuma das casas legislativas conseguiu justificar adequadamente o pretense ilícito. Não houve comissão de inquérito nem produção de relatório substancial, como aconteceu no caso do impeachment do ex-presidente Collor. Como a Constituição prevê o afastamento da chefia do Poder Executivo por decisão das casas legislativas apenas nos casos de crime de responsabilidade, me parece clara a ofensa à Constituição, com ruptura da normalidade democrática.

**| Qual a participação da mídia nesse processo? Dê exemplos.**

O papel dos meios de comunicação no processo foi indireto, em minha opinião. A imagem da presidenta e de seu partido foi destruída por imagens e reportagens, nem sempre fiéis à realidade ou dando conta de todas as suas nuances, preparando o espírito público para receber o afastamento como inevitável. Há que se ressaltar que a parcialidade de algumas empresas de comunicação não é recente, mas se intensificou ao final do segundo mandato do ex-presidente Lula e na cobertura da disputa eleitoral de 2010. A capa da revista semanal mais irresponsável às vésperas da eleição do segundo turno (inclusive com antecipação da publicação e distribuição da revista e liberação do seu conteúdo pela internet) revela essa postura. As sucessivas "reportagens" com utilização de apenas algumas informações (e as delações são um exemplo da seletividade) mostram que a influência da mídia na construção do discurso do impeachment é bastante relevante.

**| Em algum aspecto você acha que a questão de gênero foi relevante junto à imprensa e à opinião pública a influenciar a cobertura do processo de impeachment? Dê exemplos.**

A questão de gênero foi presente desde a campanha eleitoral, e não apenas em relação à presidenta Dilma. Todas as mulheres no campo político sofrem pela misoginia, sequer disfarçada pelos meios e pelos atores políticos. A representação da presidenta como histérica e ao mesmo tempo grosseira tentava, na minha leitura, evidenciar a opinião que mulheres não sabem mesmo atuar no campo político da mesma forma que os homens, são indesejadas outsiders. Os adesivos com a figura da presidenta em referência ao preço dos combustíveis são clara manifestação da influência do gênero na avaliação da sua capacidade política. O "tchau, querida" é outro indício. Novamente as capas das revistas semanais são exemplos dessa influência da questão de gênero, assim como os frequentes comentários sobre sua roupa, seu cabelo e sua postura pessoal (inclusive sua sexualidade e seu comportamento sexual). Isso não se vê em relação aos homens. Aliás, se fosse a presidenta Dilma que fosse casada com alguém muito mais novo e o tivesse colocado em uma posição subalterna, com um figurino e um penteado que representasse o desejado papel de seu gênero na esfera pública, penso que teríamos inúmeros especialistas e formadores de opinião fazendo amplas discussões sobre a moralidade e a aceitabilidade da conduta. Mas não é o caso quando o agente principal do contexto é um homem. Isso diz muito sobre nós e sobre nossa sociedade.

**| Você identificou algum aspecto de misoginia – aqui definido como ódio ou aversão às mulheres – na relação que a mídia, os políticos e o Judiciário estabeleceram com Dilma Rousseff?**

A misoginia em relação à presidenta Dilma esteve presente, em minha opinião, na cobertura midiática e entre os atores políticos. Deputados, líderes partidários mostram todos os dias - e não apenas em face da presidenta - o seu desconforto com o protagonismo das lutas de gênero, ainda que seja um protagonismo compartilhado com pautas determinadas por homens. Parte da sociedade também acompanha esse desconforto, o que reflete uma mentalidade contrária à igualdade de gênero. O mesmo aconteceu (e continua acontecendo) com outras mulheres de destaque na política em

toda a América Latina, mostrando que o desafio da igualdade extrapola fronteiras. Em relação ao Poder Judiciário, ao menos até onde eu acompanhei, não houve manifestações misóginas em relação à presidenta. No entanto, não são raros os exemplos de magistrados que são agentes de reforço da cultura machista violenta, como mostram muitas decisões sobre estupro, sobre interrupção voluntária da gravidez e sobre relações de trabalho.

**|Você considera que o impeachment de Dilma Rousseff terá algum impacto na participação feminina na política? Em que sentido?**

O impeachment da presidenta certamente influenciará a participação da mulher na política. A formação do governo interino revela que os espaços para mulheres (e para outras minorias) foram drasticamente reduzidos. É possível que o discurso que desconstruiu a imagem da presidenta tenha seus elementos extrapolados para outras mulheres e que o exemplo (fabricado, como visto) seja utilizado como fator de repulsa. Os resultados das eleições municipais de 2016 mostram como os efeitos foram sentidos também nas urnas. Novamente, apesar das cotas de candidaturas, os parlamentos têm um número bastante reduzido de mulheres e algumas eleitas são agentes de reforço de capital político de homens (normalmente seus cônjuges ou pais). Em minha opinião, seria necessário garantir - por algumas legislaturas - cotas de representação, com a reserva de cadeiras nos parlamentos para cada gênero, em paridade. Uma ação afirmativa forte, que provoque a inclusão necessária de mulheres, parece ser indispensável para a participação efetiva das mulheres na política e assim, quem sabe, não tenhamos mais que enfrentar obstáculos extras nas disputas eleitorais e políticas, nem enfrentarmos pautas conservadoras e restritivas de direitos reprodutivos nas casas legislativas. Ao menos um pouco de constrangimento a presença de mulheres nas comissões e no plenário iria causar.

**|Considerações finais**

O inconstitucional e ilegítimo afastamento da presidenta Dilma, a meu ver, é reflexo (não exclusivo, por certo) e causa (tampouco exclusiva) de uma mentalidade que diminui as mulheres e suas capacidades na esfera pública. A construção social e cultural que nos restringe e nos oprime tem efeitos mais dramáticos quando uma mulher ousa ocupar um lugar de destaque. É preciso denunciar essa situação e lutar contra sua permanência, pela desconstrução de seus argumentos e pelo enfrentamento político. É preciso resistir.

*“Eu não tenho dúvida de que houve não só uma discriminação de gênero, mas uma misoginia, para mostrar às mulheres que elas têm um lugar e que esse lugar não são os espaços de decisão e de poder.”*

## **ERIKA KOKAY**

Dorivândia Ribeiro Torres

---

Natural de Fortaleza, Ceará, Erika Kokay tem mais de 39 anos de militância política, em defesa dos direitos dos trabalhadores, dos direitos humanos e dos direitos das parcelas mais vulnerabilizadas e minorizadas da população brasileira. Foi a primeira mulher a se tornar presidente do Sindicato dos Bancários do Distrito Federal; presidiu a CUT/DF, de 2000 a 2002. Erika atuou como deputada distrital, por dois mandatos 2003/2006 e 2007/2010 e hoje cumpre o seu segundo mandato como deputada federal. Atuante na luta em defesa das mulheres e dos direitos humanos, a deputada Erika Kokay sempre declarou em seus discursos sobre o processo de impeachment, que se tratava de um golpe e que a presidenta Dilma Rousseff estava sendo vítima de machismo.

---

### **| Você define o impeachment de Dilma Rousseff como um golpe? Por quê?**

Eu não tenho nenhuma dúvida que foi um golpe. Primeiro, porque não havia crime de responsabilidade e impeachment sem crime de responsabilidade é golpe. Dilma foi afastada por dois aspectos: Os créditos suplementares, que depois do próprio impeachment foram largados e flexibilizados e quando foram feitos não eram considerados crime. E também pelas ditas pedaladas fiscais, que na verdade não foram pedaladas fiscais, foram atrasos no cumprimento de convênios. Portanto, Dilma não pode ser considerada criminoso em função de ter cometido crime de responsabilidade.

Nós comentemos alguns erros no governo, inclusive o erro de não termos feito as reformas necessárias, reformas mais estruturantes: A reforma política, uma revolução cultural.

O País ainda “fulaniza” as nossas dores e as nossas alegrias, ou seja, as pesquisas indicam que as pessoas que melhoraram a vida durante o governo Lula e Dilma, atribuem 50% ao seu próprio mérito, 40% a Deus e 10% apenas a sujeitos coletivos. Então, nós não fizemos uma revolução cultural para que as pessoas pudessem se perceber enquanto pessoas e pudessem dialogar com a sua capacidade de transformação, que é o que nos caracteriza enquanto seres humanos.

O ser humano potencialmente pode ter consciência da sua vida, pegá-la pelas mãos e transformá-la. Por isso, a nossa humanidade é reconhecida na liberdade e na

condição de sujeito. E as pessoas ao atribuírem a Deus e não a uma construção coletiva as suas melhorias, elas foram incluídas enquanto consumidores, mas não foram incluídas enquanto sujeito ativo da sua própria história numa construção coletiva. Então, ela se exime, “fulaniza” as suas alegrias, e as dores também.

**| Qual a participação da mídia nesse processo? Dê exemplos.**

A mídia teve a mesma participação que teve no golpe militar. A mídia moveu o dedo de Getúlio Vargas ao apertar o gatilho do revólver quando do seu suicídio, a mídia colocou em curso os militares e a ela - com outros atores - estruturou o golpe contra a Dilma Rousseff. Primeiro porque a Dilma não foi destituída do poder pelos seus erros, ela foi destituída pelos seus acertos. Mas nós não conseguimos resistir ao golpe ou impedir o golpe pelos nossos próprios erros na ausência das reformas política, de comunicação e tal. Eu penso que nos vivenciamos um processo de pactos ditatórios através da própria mídia, porque foi um processo muito profundo.

Quando você tem um vazio de políticas públicas, um vazio da condição de sujeito e falta de espaços de construção das consciências críticas, porque nós não fizemos uma revolução cultural, a mídia entra nas casas, invade a cidadania na intimidade. É um processo muito cruel. Ela captura os desejos, essa captura de desejos é o que mais me incomoda sobremaneira.

Eu penso que a mídia é um desafio para a construção democrática. Eu não digo que a gente não construirá uma democracia de alta intensidade sem uma democratização dos meios de comunicação. Para mim, a democracia de alta intensidade é uma democracia com a participação direta, com participação da população, com a construção de instrumentos de democracia participativa.

**| Em algum aspecto você acha que a questão de gênero foi relevante junto à imprensa e à opinião pública a influenciar a cobertura do processo de impeachment? Dê exemplos.**

A violência de gênero está presente em todas as violências à Democracia. Nas salas escuras de tortura havia a violência da ruptura, mas sempre houve o recorte da violência de gênero. As mulheres não só eram torturadas como os homens, elas eram estupradas também. Elas eram atingidas na sua construção de gênero e nós vencemos isso.

De repente se construiu uma imagem da Dilma que tinha um componente associado a uma construção de gênero feminino. Ela foi agredida por ser mulher, ela foi agredida por ser do gênero feminino, ela foi considerada histérica, ela foi considerada atrapalhada, ela foi considerada sem condições de governar o Brasil. E na hora que ela governava com firmeza era considerada ditatorial, enfim, a construção de gênero que permeia o imaginário do povo brasileiro e é estimulada pela própria mídia, que quer uma construção de subalternização do gênero feminino, ela teve presente em todo o processo de impeachment.

Desde o início a imprensa tentou colocá-la como o espelho do desejo do Lula e não como uma governante.

**|Você identificou algum aspecto de misoginia – aqui definido como ódio ou aversão às mulheres – na relação que a mídia, os políticos e o Judiciário estabeleceram com Dilma Rousseff?**

Eu não tenho dúvida de que houve não só uma discriminação de gênero, mas uma misoginia mesmo, para mostrar às mulheres que elas têm um lugar e que esse lugar não são os espaços de decisão e de poder. E isso, a cada dia, fica mais claro.

As roupas das mulheres incomodam os homens, as mulheres se colocarem enquanto mulheres incomodam de sobremaneira os homens, porque ameaçam a estrutura de poder, que é arcaica. E a Dilma quando ganhou as eleições, o que ela disse: “sim nós, mulheres, podemos”. Com isso houve uma tentativa de desconstrução, de desconstrução mesmo. O que se quis dizer com o impeachment também foi: “Não mulheres, vocês não podem”.

Então, eu penso que vamos ter períodos muito duros, porque os direitos não vivem sem democracia. E essa construção misógina que atingiu a Dilma atinge as mulheres no parlamento, atinge as mulheres em todos os lugares. É como se nós incomodássemos muito.

A gente não incomoda enquanto está nos espaços da casa, particularmente nas alcovas, a serviço dos próprios homens. Nós somos importantes cuidando dos filhos, dos homens e trabalhando para que os homens se elejam e para que eles possam assumir os espaços de poder.

A própria expressão da primeira dama, da defesa da criança, da mulher bela e recatada e do lar, essa alcunha é um retorno do homem dirigente que tem uma mulher que está atrás dele para dar suporte, para cuidar do lar para que ele possa desenvolver as suas atividades. E a mulher, quanto menos fale, quanto menos haja. Basta que ela seja bela, recatada e do lar.

**|Você considera que o impeachment de Dilma Rousseff terá algum impacto na participação feminina na política? Em que sentido?**

Primeiro não basta ser mulher é preciso entrar na política como mulher. Eu digo isso porque a representação feminina tem que passar por uma análise qualitativa para além da quantitativa. Nós temos 9,9% de mulheres aqui na Câmara, mais de 51 mulheres eleitas, por volta de 20 foram eleitas não por sua história nem por suas ideias, mas foram eleitas como títeres dos seus próprios maridos, pais, irmãos ou das suas famílias.

Nós já temos uma sub-representação feminina no parlamento, e quando as mulheres ousam disputar os espaços culturalmente ocupados por homens, elas sofrem a ditadura da perfeição, ou seja, elas não podem errar. Se erram, erram porque são mulheres e os erros são das mulheres. Quando elas ocupam os espaços culturalmente ocupados por homens, não podem errar, porque se erram, erram porque estão no lugar indevido. E isso a Dilma enfrentou muito.

E o fato de ela ter sido arrancada do poder, ter sido vítima de um golpe enfraquece por um lado e por outro não, porque a reação da Dilma, de muita firmeza, de muita coragem, de muita segurança, estimulou muitas mulheres. Tanto é que nós tivemos movimentos de resistência ao golpe que foi um movimento essencialmente feminino. Foi a juventude e as mulheres que foram às ruas. Isso é uma demonstração de que ainda que não se tenha avançado substancialmente nas políticas para as

mulheres, só o fato de termos uma mulher na presidência da república resgata a autoestima e faz com que nós possamos repetir: “sim, nós podemos”.

### | Considerações finais

Eu penso que nós estamos vivenciando, com a PEC 241, o conteúdo de um golpe, e é um golpe que retira direitos. Os direitos, eles não sobrevivem sem a democracia, da mesma forma que também os direitos reafirmam e fortalecem a democracia, eles não sobrevivem fora do terreno democrático.

Então, nós estamos vivenciando um momento de muitas trevas. Nesse instante eles estão concentrados em impor esse programa derrotado nas urnas, que eu chamo do conteúdo do golpe ou o AI-5 do golpe, ou o coração do golpe, que é congelar os gastos financeiros, congelar os gastos com políticas públicas, vender o País. Isso vai puxar a reforma da previdência. Então tem um script desenhado, esse script pressupunha destruir a Dilma, fazer essa arqueologia do golpe nos subterrâneos da república e da democracia, tomar o poder, tomar o governo de assalto e, a partir daí, impor esse programa contando com uma base parlamentar sólida.

Porque essa base parlamentar é uma base fisiológica, mas ela também tem muito mais unidade programática. Hoje, a base parlamentar do governo Temer é uma base de direita, ela é de acordo com as privatizações, de acordo com o Estado mínimo para a população. Isso pode levar a fissuras na base, porque pode haver disputas de cargos e de poder.

Mas a unidade programática também impõe outro nível de coesão. Eles vão ter coesão, penso eu, para as questões que são centrais do ponto de vista do programa da direita, que passa pela privatização, pela reforma trabalhista, pela retirada de direitos, para isso eles vão ter muita coesão, mas quando disser respeito a outros aspectos que não sejam tão centrais, pode aparecer e predominar a postura fisiológica.

Por isso, eu penso que o governo tem muita pressa para impor esse programa para que a população não perceba que ele está em curso.

As primeiras vítimas de qualquer processo de ruptura democrática são as mulheres, porque são as mulheres que, historicamente, estão sendo providas de direitos.

*“A agenda em implementação por aqueles que chegaram ao poder por meio do impeachment é uma agenda impopular que jamais teria respaldo nas urnas”*

## FLÁVIA BIROLI

Gerson Luiz Scheidweiler Ferreira

---

Flávia Biroli é doutora em História pela Unicamp e, desde 2005, professora do Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília, onde coordena o Grupo de Pesquisas sobre Democracia e Desigualdades (Demodê). É pesquisadora do CNPq, coordenadora da área “Gênero, Democracia e Políticas Públicas” da Associação Brasileira de Ciência Política e membro do Grupo de Assessoras da Sociedade Civil da ONU-Mulheres no Brasil. Publicou dezenas de artigos sobre meios de comunicação e democracia, gênero e política e teoria política feminista. Dentre seus livros destacam-se *Caleidoscópio Convexo: mulheres, política e mídia* (Unesp, 2011, com Luis Felipe Miguel); *Feminismo e Política* (Boitempo, 2014, com Luis Felipe Miguel); *Autonomia e desigualdades de gênero* (Eduff e Horizonte, 2013); *Família: novos conceitos* (Ed. Fund. Perseu Abramo, 2014).

---

### **| Você define o impeachment de Dilma Rousseff como um golpe? Por quê?**

Eu entendo que houve um golpe no Brasil e a maneira mais clara de entendermos esse golpe é compreender que houve uma mudança das regras do jogo enquanto o jogo estava em andamento. Mudanças promovidas por aquelas pessoas e grupos que estavam em desvantagem sendo essas as regras da competição democrática. Em minha opinião, o principal motivo do golpe é o fato de que a agenda em implementação por aqueles que chegaram ao poder por meio do impeachment é uma agenda impopular que jamais teria respaldo nas urnas. Não teve e não teria caso fosse testada novamente em 2018.

Não acho que a gente ganhe anulando ou suspendendo nas nossas compreensões os erros do Partido dos Trabalhadores e da Presidenta Dilma em seu governo. Mas para mim, o ponto central do problema é que existe um conjunto de medidas que prevalecem hoje na agenda de quem passou a ocupar o governo após o impeachment que não teriam aprovação nas urnas, como a pauta pela redução do Estado, implicando redução dos direitos sociais; e a política ampla de privatização, sem de fato mexer no modo como a relação entre interesses privados e Estado se configura, ocasionando uma corrupção sistêmica. Essas duas medidas, em conjunto, são exemplos

daquilo que não ganharia apoio popular e acabou tendo sua implantação forçada por meio de uma ruptura no processo democrático brasileiro.

**| Qual a participação da mídia nesse processo? Dê exemplos.**

Esse processo foi sendo construído ao longo do tempo. Ele começou - a gente pode pensar em diferentes começos - mas o processo específico de organização desse impeachment começou assim que a candidata Dilma Rousseff venceu as eleições em 2014 por meio da construção de um enquadramento para essa vitória e para os problemas existentes hoje na política brasileira. Nesse sentido, os meios de comunicação têm sido fundamentais na construção de um entendimento, para nós, do que está em jogo na política brasileira hoje. Eles têm sido fundamentais na definição da corrupção como a temática central, deixando à margem toda a problemática de direitos e de redistribuição de renda. A mídia foi muito importante na construção do entendimento de que seria preciso afastar Dilma Rousseff para se retomar aquilo que seria o mais importante nesse momento, ou seja, o equilíbrio das contas do Estado brasileiro e a retomada do crescimento econômico.

Quando discutimos mídia, acabamos focando nossas atenções no apoio das empresas de comunicação a um ou outro candidato, seu alinhamento a um ou outro partido, mas como mostram muitos estudos, o que garante à imprensa um poder fundamental é a sua capacidade de construção de enquadramentos sobre as disputas. No caso do contexto político pelo qual passamos, foi um enquadramento desfavorável à própria democracia. Houve por parte da imprensa a construção de uma narrativa na qual a corrupção foi tema central, mas que não foi abordada como um problema sistêmico e sim como algo que se devia exclusivamente a um partido político.

Também houve a construção, por parte da mídia, de um roteiro no qual a economia prevalecia como imperativo sobre a problemática dos direitos sociais e da redistribuição de renda. Nós chegamos ao que chegamos por meio da construção de um ambiente político no qual os meios de comunicação foram atores fundamentais.

**| Em algum aspecto você acha que a questão de gênero foi relevante junto à imprensa e à opinião pública a influenciar a cobertura do processo de impeachment? Dê exemplos.**

Entendo que em processos como esse em que estamos vivendo há várias motivações e várias representações da disputa política constituindo ao mesmo tempo os resultados que tivemos. Há desdobramentos que são uma convergência de disposições diferentes e de motivações diferentes. Não acredito que Dilma Rousseff foi derrubada do poder por ser uma mulher, mas acredito que é fundamental o fato de que ela é uma mulher - a primeira mulher a ser eleita Presidenta da República - que foi deposta da maneira como tudo ocorreu. Digo com isso o seguinte: o sexismo e a misoginia foram o que levou ao golpe? Não. Mas o sexismo e a misoginia estiveram presentes no golpe? Sim, sem dúvida.

O sexismo e a misoginia atravessaram toda a construção do entendimento de quem era Dilma Rousseff nesse processo, do entendimento de que ela não teria competência para conduzir o País em meio a essa crise econômica e política que vivemos. Toda a forma de reação assumida pelos atores políticos e sociais passava por um rebaixamento da capacidade política dela como mulher. E nos meios de

comunicação comerciais houve uma forte retomada de discursos sexistas sobre a atuação de mulheres na política que vinham se tornando cada vez mais fracos ou mesmo ausentes nos últimos anos.

**|Você identificou algum aspecto de misoginia – aqui definido como ódio ou aversão às mulheres – na relação que a mídia, os políticos e o Judiciário estabeleceram com Dilma Rousseff?**

O sexismo atravessa quase todas as relações em uma sociedade como a nossa, mas os discursos misóginos - que anulam as mulheres como sujeitas igualmente competentes na política, que as definem como portadoras de características que não seriam adequadas para a atuação na política - vinham ao longo do tempo tornando-se mais fracos e muitas vezes quase desaparecidos da programação da mídia empresarial. As narrativas enunciadas durante o processo de impeachment nos mostraram que os discursos misóginos não estavam, de maneira alguma, neutralizados. Houve várias reportagens na qual a presidenta Dilma Rousseff foi caracterizada de acordo com os estereótipos mais convencionais de gênero, aqueles que recusam a condição de atrizes políticas às mulheres. Exemplos são os discursos sobre a incapacidade das mulheres terem equilíbrio ao tomar decisões; incapacidade de reagirem de maneira racional às pressões; incapacidade de liderança porque estariam sempre atreladas a projetos de outros atores políticos homens. Então isso permeou, imagética e discursivamente, o que esteve presente na construção desse ambiente político.

Dilma Rousseff foi atacada como mulher dentro do Congresso Nacional por diferentes atores políticos que compuseram o espectro da direita e também no material que circulou nos meios de comunicação, o que contribuiu sobremaneira para a construção de um enquadramento que definia caminhos específicos para a solução da crise e que definia Dilma Rousseff como incapaz de trilhar esses caminhos. Não houve uma discussão sobre no que esses caminhos implicavam em termos de projeto para o Brasil. É como se houvesse apenas uma solução e alguns agentes competentes para executá-la. Nesse sentido, Dilma – enquanto mulher, petista – não seria capaz de liderar esse processo.

“Tchau, querida” é um exemplo de slogan que representava essa campanha pelo impeachment, muito presente e desdobrado em imagens, charges e outros suportes. Há uma que me chamou muito a atenção que é Dilma saindo do Palácio do Planalto e andando em direção ao Palácio da Alvorada, nua, com a marca de um chute nas nádegas acompanhada dos dizeres “Tchau, querida”. É interessante que, para além das formulações das charges e das reportagens, as próprias imagens, as próprias fotografias do processo de impeachment, mostravam a composição masculina do Congresso Nacional a olho nu e a ironia marcada no “Tchau, querida” como uma forma de expressar o que seria um modo coloquial de tratamento entre mulheres colocado contra uma mulher quando ela se desloca do espaço das relações cotidianas e assume uma centralidade na política.

Por outro lado, não tenho uma análise sobre casos de misoginia no Judiciário durante esse processo, embora se trate de um Poder que se configurou, assim como em outros contextos semelhantes em nossa história, como peça fundamental para o estabelecimento dos registros e das balizas da nova ordem política instituída no Brasil.

**|Você considera que o impeachment de Dilma Rousseff terá algum impacto na participação feminina na política? Em que sentido?**

Nós devemos pensar essa questão em duas frentes complementares entre si. A primeira é o tipo de diálogo que pode haver entre um governo como esse (Temer-PSDB) e os movimentos de mulheres e movimentos feministas. A segunda é referente à dimensão simbólica do fato e diz respeito ao modo como a política é vista e ao pertencimento ou não das mulheres nessa configuração.

Começarei então pela primeira. O que nós tivemos nas últimas décadas foi mais do que a chegada de uma mulher à Presidência da República. A chegada de Dilma à Presidência em 2010 é um elemento importante, sobretudo do ponto-de-vista simbólico, mas é um elemento que se insere em um conjunto de avanços relativos aos direitos das mulheres no Brasil. Mencionarei rapidamente dois, que são a legislação relativa à violência doméstica contra as mulheres e a legislação que equipara os direitos das trabalhadoras domésticas aos de outras trabalhadoras e trabalhadores. São três marcos. Há outros elementos na construção de políticas públicas que trazem a problemática da desigualdade de gênero como uma problemática central, como a compreensão da maneira pela qual a ação ou a inação do Estado impacta especificamente as mulheres. Então, o Estado brasileiro ganhou, nos últimos anos, uma perspectiva mais forte de gênero na formulação de suas políticas.

Isso tem a ver com o fato de que, embora não tenhamos tido um aumento significativo no número de mulheres eleitas, tivemos uma maior presença de mulheres junto ao Estado, construindo políticas públicas e marcos de balizamento a partir das Conferências Nacionais de Políticas para Mulheres, do Ministério da Saúde e da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, mas não restritas a esses espaços. Quero dizer que as mulheres estiveram presentes, ainda que em uma posição relativamente marginal, mas estiveram presentes de uma maneira muito mais capilar do que em governos anteriores. Numa ação muito limitada, claro, pelos imperativos da governabilidade, do próprio Partido dos Trabalhadores, pelo modo como as alianças foram construídas dentro do Congresso Nacional, mas que foi ainda assim muito mais qualificada e muito mais singular frente ao que tivemos em governos anteriores.

Quando Michel Temer assume o governo, a composição ministerial sem mulheres e sem pessoas negras ou LGBT é a expressão mais clara da ruptura de diálogo com os movimentos sociais. Então esses grupos, que estiveram presentes na construção de políticas públicas, ainda que em uma posição não central e de não protagonismo, mas que tiveram a oportunidade de estar presentes ao longo desses anos, são imediatamente excluídos do diálogo e da possibilidade de serem sujeitos atuantes no contexto político emergente do Executivo. Dessa perspectiva, o golpe contra Dilma Rousseff é um golpe contra o movimento de mulheres, contra os movimentos negros e outros movimentos organizados. É uma redução da possibilidade de uma representação dos interesses de mulheres, da população negra, assim como da população LGBT, na formulação de políticas de Estado. Há hoje uma absoluta marginalização, especialmente com o avanço conservador que se intensifica com a chegada de Temer ao poder. Temos, então, um alijamento desses atores políticos.

A outra frente, de dimensão mais simbólica, diz respeito ao fato de que a primeira mulher que chega à Presidência da República termina com uma campanha

ostensiva de desconstrução da sua competência política como presidenta, como mulher de centro-esquerda, como mulher política. Então, aquele recado que foi dado quando uma mulher se elegeu a Presidência da República, que era “vejam meninas de todo o Brasil, uma mulher pode ser até Presidenta da República”, foi desconstruído nesse processo. E o maior exemplo é a composição ministerial sem mulheres, o que representa o recado inverso, dizendo a todo o País: “vejam, a política é um espaço de homens, um espaço de homens brancos, em que as negociações são feitas de forma a excluir as mulheres, sua possibilidade de expressão e sua atuação de maneira que podem ser idênticas às dos homens”. Isso representa a exclusão física e simbólica dos corpos das mulheres de maneira muito concreta. A dimensão simbólica da presença dos corpos das mulheres na política é uma dimensão muito importante, porque nós temos um processo histórico em que a política é feita de homens, ou seja, de corpos, da perspectiva e da vivência masculina.

Existe, inclusive, uma reconfiguração que retoma a visão convencional do papel das mulheres, que é um papel de apoio e de retaguarda a partir do seu lugar tradicional na esfera privada, ou seja, enquanto mulheres e como mães, representado na figura de Marcela Temer. O interessante é que Marcela Temer reforça simbolicamente a presença na sociedade brasileira de um lugar feminino restrito à esfera doméstica e significado pelos valores da vida familiar. E esse conjunto de valores é justamente o que permite que se julgue como sendo desviante a presença de mulheres na esfera pública. Há uma retomada da visão conservadora de que a mulher não pode atuar de maneira autônoma e desatrelada do seu papel como mãe e esposa.

Então a gente tem de fato, de maneira muito rápida, pistas de como está se dando essa reorganização que reage às mudanças nos papéis de gênero, repondo papéis convencionais. Nesse sentido, Marcela Temer e toda a perspectiva relativa à família e à infância que hoje prevalece na política brasileira significa uma retomada daquilo que vem sendo justamente reorganizado e deslocado ao longo dos anos. O que precisamos pensar é que os deslocamentos ocorrem no âmbito social. Nós não tivemos uma mulher chegando à Presidência da República e um fortalecimento das mulheres de maneira descolada de mudanças no cotidiano da sociedade. Então eu vejo esse processo político como uma reação às mudanças que estão presentes no cotidiano da sociedade no que diz respeito às condições de gênero e ao papel das mulheres. Isso prejudica de forma simbólica, material e nos recursos políticos necessários para que mudanças continuem a acontecer em direção a uma maior igualdade.

### **| Considerações finais**

Eu tenho pontuado muito a importância de entendermos o que existe de comum entre o projeto neoliberal - como esse que está sendo retomado no Brasil, de redução dos investimentos do Estado em equipamentos públicos e de redução dos direitos sociais - e o chamado conservadorismo moral, que hoje vem aparecendo na reação ao feminismo, ao que está sendo chamado de “ideologia de gênero”, que é justamente a problematização das desigualdades de gênero, que apareceu na forma de misoginia nas campanhas pró-impeachment, contra Dilma Rousseff. Nesse processo, ficou evidenciado todo o registro do conservadorismo moral na reação à presença de uma mulher na política.

A mudança nos papéis sociais de gênero depende de uma reorganização das relações no que diz respeito à divisão das responsabilidades, à divisão do trabalho entre mulheres e homens. E isso não se dá só no âmbito da casa, da intimidade, da vida doméstica, porque se não há algum tipo de apoio ou amparo do Estado na forma de políticas e equipamentos públicos como creches e escolas de qualidade, dados os arranjos atuais, as mulheres ficam muito fragilizadas. Isso porque, na ausência de equipamentos públicos, o que é ativado é a responsabilidade de alguém ter que cuidar dos filhos nos mais diferentes horários, cuidar das pessoas que estão doentes na família e de cuidar das pessoas idosas. A ideia de que a gente resolve isso na esfera privada é uma ideia muito equivocada. É preciso uma redefinição pela presença mais substantiva do Estado na divisão das responsabilidades sobre a infância, sobre a condição das pessoas idosas, sobre o cuidado dos doentes. Do modo como o arranjo é feito, dada a divisão sexual do trabalho e a divisão sexual do cuidado, quando o Estado recua, chama-se novamente as mulheres a assumirem a sua posição tradicional de cuidadoras, de trabalhadoras em funções não remuneradas, o que implica em uma maior dificuldade para se colocarem na esfera pública, no mundo do trabalho e na política.

Há uma questão sobre a qual se fala muito pouco que é o entendimento do tempo como um recurso fundamental para a política. Se as pessoas não têm tempo para participar de reuniões, para conversar com outras pessoas, compartilhar os seus problemas e entender que há interesses comuns, a atuação política se torna muito mais improvável.

Como as mulheres não apenas trabalham muito mais do que os homens, como não são remuneradas por boa parte do trabalho que realizam, a gente tem no tempo um fator de desvantagem, porque o tempo livre das mulheres é menor. O tempo para algo que não o trabalho doméstico ou o trabalho remunerado fora de casa é menor do que o dos homens. Então esse é um fator político importante.

Quando o Estado se encolhe, há uma pressão para que as mulheres assumam mais responsabilidades que poderiam e deveriam ser partilhadas, especialmente em sociedades mais igualitárias.

Ao mesmo tempo em que todo o eixo da agenda do novo governo é alterar a Constituição para o encolhimento dos direitos sociais e de investimentos de Estado, portanto, de recuo na construção de equipamentos públicos que poderiam significar uma divisão melhor do trabalho entre homens e mulheres, vemos aflorar também um discurso conservador de retomada da família, que implica uma retomada do modo convencional de funcionamento das relações internas ao núcleo familiar. Há mais do que homofobia e sexismo no sentido dos valores. Há uma recolocação da família como unidade privada e responsável por tudo aquilo de que o Estado se esquiva. E quando se constrói o ideal de família como unidade privada e responsável por atuar nas esferas em que o Estado deixa de atuar, está se trazendo de volta um funcionamento familiar em que as mulheres são aquelas que irão assumir essa sobrecarga do trabalho.

Menos investimento na Saúde significa redução de programas relativos à população idosa. Quem vai cuidar de idosos que terão menor possibilidade de serem atendidos ou de terem uma internação necessária nos hospitais? Dada a divisão sexual do trabalho atual, se esse cuidado se der no âmbito familiar, pelos dados que nós temos, a probabilidade de que serão mulheres é enorme.

Então a gente tem no discurso moral de defesa da família um complemento ao recuo do Estado na forma de equipamentos públicos. É nessa complementariedade entre neoliberalismo e discurso moral conservador familista que está a ação para se recolocar as mulheres no seu papel convencional de mães e esposas, reduzindo a possibilidade da sua atuação no ambiente público e na esfera da política. Nesse sentido, o golpe foi um grande facilitador.

*“É um golpe misógeno porque foi a retirada abrupta, violenta e ilegítima da primeira mulher na Presidência da República. E foi sua condição de mulher que tornou as coisas piores. Essa foi a marca do patriarcado.”*

## **GABRIELLA BARBOSA SANTOS**

Gislene Moreira  
Lauana Sento Sé Vieira Santos

---

Baiana, nascida na cidade de Boquira e criada em Ibitiara, foi líder juvenil, professora primária e militante do movimento estudantil. Em 2006 se formou em Direito pela Universidade Católica de Salvador. Ajudou a criar o Movimento Direito Alternativo na Universidade e estagiou na Associação de Advogados dos Trabalhadores Rurais (AATR), entidade não governamental que presta assessoria jurídica popular na Bahia. Como advogada sempre atuou na área dos Direitos Humanos e Direito da Criança e Adolescente. Pesquisadora da Ditadura Militar (1964/1985) há mais de 15 anos, concluiu o mestrado em Direito Público pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) em 2015, cuja tema de dissertação foi “O direito à memória e à verdade e seus efeitos na formação identitária brasileira: o legado da ditadura na presentificação do passado”. Militante dos direitos das mulheres e apaixonada pela docência, atualmente é professora da Universidade do Estado da Bahia, Campus IV, na cidade de Jacobina (BA) e organiza, junto com outras colegas, o Grupo de Estudos de Gênero e Feminismos do campus. Sua militância ganhou evidência quando, por meio de um áudio compartilhado nas redes sociais, levantou argumentos sobre o caráter golpista e misógeno do processo de impeachment contra a Presidenta Dilma Rousseff, em 2016. Tendo o áudio tomado proporção dentro e fora do Brasil, de maneira muito rápida, a professora passou a ser caluniada por uma parcela dos veículos de comunicação local, mas também, pode fomentar o debate e a participação de pessoas contra o golpe de 2016.

---

### **|Você define o impeachment de Dilma Rousseff como um golpe? Por quê?**

Eu descreveria como um golpe misógeno, parlamentar, midiático e burguês. E a cada dia que passa a gente adiciona mais uma definição. É um golpe porque foi a retirada abrupta, violenta e ilegítima de uma mulher da Presidência da República, da primeira mulher Presidenta. Mas não é um golpe semelhante aos outros que já marcaram a história desse país, já que esteve ausente o questionamento acerca da

sexualidade (leia-se, masculinidade) dos presidentes então depostos desde a inauguração da República. Nenhum dos ex-presidentes, nem Lula, que também está sendo alvo de perseguição, teve sua masculinidade questionada. Essa é a grande diferença, a misoginia. Ninguém questionou a masculinidade de Collor, mas a de Dilma foi estampada em carros e capas de revistas com um discurso machista e patriarcal de que mulheres que tem determinadas emoções ou determinados comportamentos são históricas, esquizofrênicas e precisam de remédio.

Essa definição vai ficar numa escrita feminista que é pauta de minha docência. Eu faço um debate sobre a gramática de gênero (a/o; da/do) e, também, na perspectiva jurídica. Não tolero a utilização da expressão “direito dos homens”, por exemplo, como sinônimo de humanidade. O mundo é feito de mulheres e os homens. É preciso fazer essa demarcação. Então é um golpe misógeno.

Segundo é um golpe parlamentar, que é diferente de 1964, porque ainda não houve adesão das Forças Armadas. Sem esquecer a participação bastante enérgica e violenta da polícia paulista frente às manifestações contra o golpe de 2016. Mas há uma reconfiguração, pois as Forças Armadas não disputam com o poder da mídia, a grande articuladora do golpe junto ao parlamento brasileiro. O Parlamento foi o grande instrumento de toda arquitetura que já tinha sido montada pelos interesses estrangeiros, principalmente norte-americanos.

Esse é um golpe do capital internacional. No Paraguai, a gente viu o golpe acontecer agora. Tiraram o presidente, deram um golpe e no outro dia, instalaram uma base militar americana no País. Existe uma discussão agora sobre o aquífero Guarani, que é uma área estratégica também de fronteira, e que talvez as bases novas irão ser localizadas ali. As pessoas tem que acabar com a inocência, com esse romantismo de achar que golpe é um problema interno. Existe interesse internacional em jogo para retomada do predomínio sobre os países da América do Sul, capitaneado pelos EUA e que encontra no Brasil, terreno fértil para isso, assim como em 1964.

O Parlamento foi o grande instrumento técnico usado para essa retomada de poder, junto com a fundamental atuação do mundo jurídico, com as devidas ressalvas. Mas é um golpe da elite brasileira, executado por setores do Parlamento, por setores da mídia e por setores das instituições que trabalham com a justiça, especialmente o poder judiciário na figura de um juiz, que é pior ainda.

### **| Qual a participação da mídia nesse processo? Dê exemplos.**

Eu acho que essas grandes mídias, os meios de comunicação, de meio aberto, elas são bastante responsáveis pela desinformação, pelo controle que se faz da informação. Ainda temos uma mídia que até hoje foi extremamente agraciada por todos os governos. Desde as concessões que ganhou, ou até os próprios financiamentos, pagamento pela veiculação dos programas oficiais dos governos, em todos os governos, inclusive nos governos Dilma e Lula.

Toda vez que se fala numa pauta de política de regulação e democratização da mídia, lançam-se argumentos levianos em prol da “liberdade de expressão”. Então um dos grandes erros dos últimos anos foi não ter pautado e não ter disputado essa política pública de rádio e comunicação, dos meios de comunicação.

Em Jacobina temos um problema sério com uma parcela da mídia. Aí não se faz uma separação entre liberdade de expressão e discursos de ódio, e se utiliza de uma

ferramenta que é uma concessão pública para praticar violências, violências narrativas. Mas em março eu descobri que as novas mídias tem um poder que não imaginava. Era véspera de uma manifestação e estava difícil mobilizar os alunos. Aí eu fiz o áudio para um grupo com 20 pessoas. No outro dia, tinha gente do Chile, Portugal, Espanha, Argentina mandando mensagem no meu celular. Foi um negócio que eu não consegui entender.

O que eu disse ali foi uma coisa tão óbvia, porque a gente estava passando por um processo que estão querendo chamar de impeachment, mas no fundo é um golpe. Eu acho que eu tenho um mínimo de condições de dialogar sobre isso, porque eu pesquisei o último golpe militar e tem coisas agora que estão se aproximando muito do que aconteceu lá. Eu sempre olhei com vários olhos as manifestações de 2013, das pessoas realmente achando que estavam pautando questões da Democracia, mas a arquitetura da coisa foi bastante semelhante aos movimentos que desestabilizaram Jango e foram financiados por organismos internacionais que tinham interesse no petróleo.

Depois disso, um dos radialistas daqui, que tem certos problemas com a pauta de direitos humanos, veiculou o áudio, de uns 8 minutos, sem minha autorização em um programa na rádio. Depois, ele abriu uma sessão de 40 minutos para poder fazer os comentários, me desqualificando e a toda a universidade. Dizendo que professor é vagabundo, que fica utiliza o aparelho do estado para fazer militância partidária. O problema é que começou entrar na minha vida pessoal, uma pessoa que eu nunca vi na vida, com quem não tenho nenhuma relação. Em outra manifestação, no dia 31 de março, os estudantes foram para rua e simplesmente resolveram parar na frente da rádio. E foi mais um motivo para inflamar o discurso de ódio. Então microfone não é para qualquer pessoa. O seu direito termina quando começa o do outro.

Na década de 1980, muita gente escreveu sobre isso, de como é que a mídia tem um controle sobre a mente das pessoas. Hoje nós construímos uma sociedade de consumo, *homo economicus*, em que você vale o que você tem, o que você pode comprar. Se você não tem, não pode comprar, você não vale nada. Essa sociedade que está na televisão é isso, é o que a gente consome: mentiras, uma farsa de vida que não existe.

Boa parte das pessoas está preocupada em pagar conta, sobreviver, se alimentar e ter o mínimo de educação, o mínimo de saúde. De repente chega a casa, assiste a uma novela que parece outro mundo. Pessoas brancas, de classe média alta, andando de iate, com grandes coberturas. Então é isso, a Rede Globo tem um papel fundamental nesse processo.

**|Em algum aspecto você acha que a questão de gênero foi relevante junto à imprensa e à opinião pública a influenciar a cobertura do processo de impeachment? Dê exemplos.**

Minha afirmação categórica é justamente pela caracterização do impeachment como um golpe misógeno. A forma como a presidenta foi retratada destoa de qualquer debate político, jurídico e institucional. Foi a pessoa dela, a condição de mulher que tornou as coisas muito piores, e isso representa a marca do patriarcado.

Em uma das minhas denúncias que viralizou nas redes sociais, eu analiso capas de revistas com a Dilma. Antes da eleição, ela aparece dura e quase incapaz de

manifestar uma emoção no rosto. Depois ela era uma louca, que precisa tomar remédio, que está descontrolada. Era uma expressão bem parecida com a capa da mesma revista com Dunga, mas com narrativa. No caso dele, era o aguerrido, o guerreiro que vai com fúria e força. No caso dela, era a cara da desequilibrada, a que estava precisando tomar remédio controlado. A gente vê na literatura, a gente vê isso na história. As denúncias contra mim usam esse argumento também. Tentam me desqualificar, patologizar o meu comportamento de mulher na defesa da discussão de gênero.

No Brasil, a luta do direito das mulheres, principalmente na participação política, é muito recente. A gente teve a primeira deputada e o direito de votar só na década de 1930. Hoje você tem uma participação feminina no Parlamento de 13% no Senado e 8% na Câmara. Eu acho que esse sistema representativo já faliu. Essa forma da gente delegar o poder para decidir sobre nossa vida, não deu certo, pelo menos não nesse nível macro.

Eu acredito nos pequenos coletivos, onde cada um coloca um representante que você tenha como cobrar, que esteja mais próximo no dia-a-dia. Outra coisa é você dar um voto em um deputado federal que você nunca viu, que nunca foi na sua casa. Qual é o perfil? Homens, brancos, héteros, ricos, latifundiários, donos de meios de produção. Essas pessoas estão lá, depositados por nós, de quatro em quatro anos, para representar os nossos anseios.

Eu acho que essa é a vez, é a hora, não só da nova geração, da juventude, mas também das mulheres jovens. Quando eu falo da não representatividade das mulheres no Congresso Nacional, eu estou falando de homens decidindo sobre o futuro e direitos das mulheres. Isso é preocupante porque a gente não tem a nossa identidade representativa lá. E esses homens que nunca vimos não podem decidir o que eu posso fazer com meu corpo. Quem tem que decidir isso sou eu! E se eu quiser, eu boto um representante minha lá para fazer isso. Os são parceiros, mas não são donos da narrativa.

Essa questão de gênero, em meus estudos sobre a ditadura e o processo constitucional brasileiro, ficou latente. Eu sabia que tinha uma hora que ia estourar. Essa é uma pauta extremamente necessária, a gente tem uma população grande de mulheres, de mulheres negras, de mulheres pobres, de mulheres trans. E eu acho que a universidade não pode se furtar disso, de discutir a questão. A gente precisa entender que Dilma é uma mulher que tem um passado, uma história, que de novo está se encontrando com seus algozes, uma história que tenta se repetir. E para além de tudo, ela é uma idosa. É praticamente violação de direitos humanos você fazer isso com uma mulher que foi torturada, e que é idosa.

A Dilma quebrou tanta essa lógica que, agora, a primeira dama é um grande contraponto disso. A gente consegue identificar esse discurso de gênero, porque quando a elite volta, volta um homem e volta com a primeira-dama fazendo papel de esposa de político da década de 1910.

Dilma, além de ser a primeira mulher na presidência do Brasil, quebrou essa linhagem, essa cultura de que o chefe de estado tem que ter um companheiro, tem que ser casado, tem que ter maritalmente um compromisso. Ela é uma mulher solteira, avó. Está ali na dela, na boa, uma trabalhadora como outra qualquer.

**|Você identificou algum aspecto de misoginia – aqui definido como ódio ou aversão às mulheres – na relação que a mídia, os políticos e o Judiciário estabeleceram com Dilma Rousseff?**

Sim, com certeza! E acho que para mim o grande momento emblemático foi àquela capa da revista Isto É. Mas primeiro foi a questão do adesivo nos carros agredindo a sexualidade de Dilma. Aquilo de fato chocou muita gente, e me deixou extremamente desmotivada. Depois descobriram que a empresa que gerou esse adesivo era de uma mulher, o que nos deixa mais tristes ainda, mas não surpresas, porque a gente sabe que o patriarcado e o machismo são processos endêmicos. Faz parte de uma estrutura da sociedade que atinge todo mundo, homens e mulheres. Não sejamos ingênuos de achar que as mulheres também não são machistas, que elas não reproduzem esse discurso do patriarcado, até porque muitas delas não tiveram outra perspectiva.

Há algum tempo atrás, fiz uma discussão com filósofos da época moderna. Basicamente estudei filósofos homens que se arvoraram a falar sobre mulheres e eu resolvi buscar um debate de gênero deles. Comecei com uma provocação com Descartes e o nome do artigo era “não penso, logo não existo: a violência contra mulher na epistemologia do silêncio”. A história da filosofia mostra como a mulher foi retirada do processo de produção de conhecimento. Não participamos do processo de produzir o conhecimento sobre as coisas da vida, nem sobre nós mesmas. Não fomos nós que escrevemos os livros de biologia, não fomos nós que escrevemos a gramática da medicina para dizer algo sobre nosso corpo, ou que exames precisamos fazer. Os homens produziram isso, ou se nós produzimos, eles tomaram o produto nas mãos como se deles fossem, porque a gente não podia aparecer.

Um exemplo é o de Marie Curie, que foi uma das grandes cientistas que tivemos na humanidade. Ela foi impedida de entrar para academia de ciências porque era mulher, mas ela tinha ganhado dois prêmios Nobel. Nem isso importou. E é uma coisa que ainda se reproduz. Já existem estudos que, as mulheres, apesar de estarem produzindo mais e ser mais presentes na universidade, ainda existe diferença da avaliação do trabalho feminino. Mas eu acho que é um espaço que chegou para ficar e não tem mais como voltar.

Só estou constatando que uma linguagem foi produzida, que o discurso foi produzido, que todo o conhecimento foi produzido, sem a nossa participação. Que toda uma normatividade foi produzida, sem a gente participar. Quando se pensa em criminalizar aborto, quando se pensa em tudo o que se diz respeito à figura feminina, quem faz são os homens. As mulheres podem até chegar ao mesmo texto que eles chegaram, mas são impedidas de assumir o centro do debate.

E pensar numa Educação Básica que há muito tempo está sendo construída de uma forma tão sofrida, por tanta gente, para que através de uma medida provisória se altere tudo o que conquistamos. Se isso não for golpe, eu sinceramente queimo todos os meus livros, pego minha dissertação digo que não vale de nada, pronto, acabou! Fecha a faculdade de direito porque da forma como está não dá para continuar. Ou abre o debate para a gente conversar sobre o que é que tá rolando ou então 21 anos vai ser pouco para repetir uma história que está aí prestes a começar.

**|Você considera que o impeachment de Dilma Rousseff terá algum impacto na participação feminina na política? Em que sentido?**

No primeiro momento é óbvio que a gente encara isso de uma forma negativa, com muita tristeza. Eu acho que as mulheres que entenderam o motivo principal desse golpe se comoveram. É uma sensação de derrota de mulheres confiscadas do poder, logo no momento em que pela primeira vez talvez a gente tinha conseguido alçar voos mais altos na política brasileira.

Mas apesar desse sentimento de tristeza, eu acho que este mesmo fato gerou uma repercussão muito positiva em termos de conscientização política, de esforços no sentido de emancipação das nossas pautas, da nossa militância. Independentemente de estarmos nas estruturas de poder, nas instituições, disputando cargos, nós somos seres políticos. Qualquer coisa que nós estejamos fazendo é política. Então eu acho que, de certo modo a gente tem que aprender com as lições do nosso tempo, da nossa história, e desse nosso cotidiano mesmo, que já é história. Isso aqui já está sendo registrado, nós já estamos escrevendo sobre isso, sobre um golpe, sobre a misoginia no golpe, sobre o papel que o patriarcado representa dentro desse processo.

Mais uma vez penso no papel designado à mulher pela “nova” e golpista política nacional brasileira, evidenciado na figura da primeira-dama. Neste lugar que os homens sempre nos delegaram. Esse reflexo se fez sentir mais ainda quando o presidente interino golpista iniciou a supressão de pastas fundamentais para as políticas públicas no país, modificando, de imediato todo o aparato governamental. Ele acabou com as pautas de direitos humanos, a pauta negra, a pauta da juventude e a pauta de mulheres. Então dali se percebeu que tinha vindo para ficar, que o golpe já estava todo arquitetado, e era uma aposta muito alta. E tudo faz parte desse apostar alto, inclusive o de colocar as pessoas nos segmentos, o que para ele significa no seu devido lugar, cada um onde sempre deveria ter estado, de onde nunca deveriam ter saído.

Então a mulher agora passa de chefe de estado, chefe de governo e volta a ser a primeira dama, aquela que cuida de programas assistencialistas e representa um perfil, um protótipo de mulher que a própria revista *Veja* rotulou de *Bela, Recatada e do Lar*. Essa é a tentativa de querer nos impor de novo o doméstico e o privado, e não o público. O lugar das mulheres sempre foi o privado, a família, a casa, os cuidados. O público sempre foi dos homens e no momento que a primeira mulher resolve chegar lá, os caras disseram “não dá, tem outros motivos aqui que a gente vai juntar para te derrubar”. É óbvio que muitos homens não toleraram o fato de uma mulher chegar à Presidência da República.

Mas eu acredito mesmo que isso agora não volta mais atrás. Apesar dessa repercussão, apesar da tentativa de gerar o discurso negativo, também têm sido gerados discursos reversos. Então eu acho que é só a gente se organizar, não perder este momento da história, de fato se empoderar, juntas, porque sozinha ninguém vai a lugar algum, e fazer uma história de protagonismo feminino. Por mais que ela tenha caído, nós estávamos aqui para sustentar. É um golpe covarde. Mas eu acho que o grande exemplo que Dilma vai dar para a gente, é de que nós podemos e vamos estar onde nós quisermos estar, porque lugar de mulher é onde ela quer estar.

### | Considerações finais

No primeiro áudio que viralizou, eu falava de minhas angústias, que eram de várias pessoas também, mas que estavam veladas. E de repente foi interessante, porque pouco tempo depois, encontrei várias pessoas que me disseram que começaram a ir para o movimento contra o impeachment depois de escutar meus argumentos.

Eu achei isso muito interessante, mas eu acho que a gente não conseguiu avançar muito desse período para cá, porque as pessoas ficaram muito esperando as coisas acontecerem ou algo acontecer confiando em instituições, confiando em que alguém tivesse o mínimo de vergonha na cara naquele julgamento, naquela sessão da câmara, do senado. Mas já estava tudo pronto, era uma articulação. Já fizeram isso em 1964, fizeram isso com Getúlio Vargas. É o que Marx dizia, “a história se repete, a primeira vez como tragédia e a segunda como farsa”.

Eu acho que apesar desse movimento ter acontecido muito rápido, a gente não tem condições de processar as informações na mesma velocidade que elas têm chegado, e isso é um grande problema. O espírito já está pintado, e todo dia a gente acorda com uma notícia diferente, bombástica. Perdeu na educação, perdeu na saúde. Está tudo dentro de uma narrativa do golpe e da restrição de direitos. De um golpe contra a classe trabalhadora, contra o povo brasileiro. Afinal, não é um golpe contra um partido, não é um golpe contra Dilma, é única e exclusivamente um golpe contra o povo brasileiro. Quem está perdendo somos nós. Então eu vejo com muita preocupação esses tempos, um tempo em que o Direito está legitimando o ilegítimo.

A gente já viu isso em outros momentos da história. É bem preocupante, existem outras coisas para ler da lei, além da letra fria da Lei. Existe o bom senso, existe ética, existe um monte de coisas que se as faculdades de Direito não conseguirem dialogar, estarão reproduzindo uma orbe de burocratas e tecnocratas que se aliam, como alguns, nas alças dos meios de comunicação para autopromoção e defesa de interesses de incorporações interessadas em confisco de poder em países latino-americanos.

Mas eu acredito, ao menos quero muito acreditar, que as coisas vão mudar. Essa geração vai perceber mais rápido do que a nossa, que perdeu possíveis 21 anos. Eu vejo com muita ressalva essa afirmação de Estado Democrático de Direito, porque não acho que materialmente na prática vivamos em um. A gente fala em estado de exceção agora, porque tem outra classe que está sendo atingida, mas estado de exceção sempre existiu na periferia. Eu vi uma faixa na Rocinha que dizia que intervenção das Forças Armadas sempre esteve no cotidiano da periferia. São dois brasis. É preciso que a gente faça uma narrativa desse tempo e guarde a memória de um tempo plural. De forma geral, o golpe vai atingir todo mundo, mas o golpe dói em cada um de forma diferente. Quem já está massacrado, quem já está com intervenção o tempo inteiro, que está sob o jugo do estado de exceção há muito tempo, só vai piorar.

Infelizmente na última ditadura nós tivemos um golpe e boa parte da classe média só conseguiu entender que era uma ditadura em 1968/69/70, quando os filhos estavam sendo presos, deportados ou torturados. Espero que o Brasil não espere isso acontecer para a gente acordar, até porque o mundo todo já está discutindo isso, já

está denunciado em todos os cantos. Agora a nossa geração está com a faca e o queijo na mão. É óbvio que você tem um inimigo externo muito maior, e eu estou falando de uma geopolítica e o Brasil ele é bem estratégico nesse ponto. É a água, são os recursos minerais, o petróleo...

Esses países que disputam os recursos naturais vivem em guerra o tempo todo. Botar base aqui base de lançamento de foguete, eu não vejo com bons olhos. É perder a soberania. E o que está acontecendo com o golpe agora é isso. Estamos entregando a soberania. E me parece que o desenho é este mesmo, mais uma vez, os norte-americanos estão tentando impor a geopolítica deles. Especialmente agora que tem a China fazendo blocos econômicos, participando de bancos, de outras esferas geopolíticas que não as americanas. Então foi muita coisa que aconteceu durante esse tempo e que gerou esse barril de pólvora para estes setores que estão descontentes e que estão aí agora a qualquer custo.

Eu só acredito na mobilização social mesmo, e acho que a gente está em um processo de retração, de falta de esperança. Porque nós não temos formação política, as pessoas têm dificuldade de entender. É mais fácil discutir a novela, o jogo, a revista Veja e ouvir o que William Bonner está falando e replicando. Não conseguem enxergar o óbvio, eles mesmos entram em contradição. Se você pegar um dia da programação da Globo você vai conseguir pegar alguma coisa, é só ouvir sua realidade aqui e ver o que está passando na televisão.

Mas isso é um processo, a gente agora está no momento de retornar um processo bem mais complicado e complexo de formação política, de formação de base, onde a universidade é importante, a escola básica é importante. A história está aberta, nunca foi fechada, na verdade cabe a nós escrevermos essas páginas e as mulheres estão sendo chamadas a ser protagonistas.

*“A nossa luta feminista agora é uma luta para não caminhar para trás, não piorar a situação das mulheres”.*

## **HELOISA BUARQUE DE ALMEIDA**

Marcelle Cristine de Souza

---

Reconhecida por suas pesquisas nas áreas de gênero, mídia e violência de gênero, Heloisa Buarque de Almeida é professora da Universidade de São Paulo (USP), onde coordena o Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, e faz parte da Rede Não Cala, que reúne professoras e pesquisadoras pelo fim da violência sexual e de gênero na USP. É graduada em Ciências Sociais pela USP, mestre em Antropologia pela mesma instituição e doutora em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Coordenou entre 2014 e 2015 o programa USP Diversidade, que visa combater as desigualdades de gênero, sexualidade e raça na universidade. É membro do Comitê de Gênero e Sexualidade da Associação Brasileira de Antropologia.

---

### **|Você define o impeachment de Dilma Rousseff como um golpe? Por quê?**

Sim, eu concordo com essa definição de que o impeachment foi um golpe. Eu acho que, antes de ter propriamente o impeachment, a gente já foi vendo, no final do primeiro governo Dilma e mais claramente no começo do segundo governo Dilma (que praticamente não existiu), claramente os efeitos de um retrocesso político muito grande. Vimos Dilma abrindo mão de pautas importantes com relação aos direitos, direitos das mulheres, direitos das minorias, e já tínhamos a sensação de que o governo Dilma seria de retrocesso em termos de uma democracia mais completa, porque, de certa forma, é esperado de uma democracia que os direitos se ampliem ao longo do tempo. Na História das democracias ocidentais do século XX, há uma percepção, com idas e vindas, de uma ampliação de direitos. Por exemplo, com a Constituição de 88 há uma ampliação de certo leque de direitos, e com o andamento da vida social, os direitos vão se ampliando, mesmo em termos internacionais. Então, por exemplo, a reunião de Beijing, que amplia o direito das mulheres, depois da Convenção do Belém do Pará, que amplia a noção de direitos sexuais e reprodutivos. Tanto no nível local quanto no nível internacional, na segunda metade do século XX e continua no século XXI, vê-se um processo de ampliação de definição de novos direitos. Já sentimos, com o final do governo Dilma, que vinha um retrocesso, que em grande parte se deve ao resultado das últimas eleições parlamentares e a um Parlamento

muito mais conservador, com uma presença crescente de religiosos, muitos pastores, mas não apenas, com uma força crescente religiosa e com um acordo que foi sendo feito entre o que Jean Wyllys [deputado federal pelo PSOL] chamou de bancada BBB (da bala, do boi e da bíblia). Era evidente ali que o próprio governo Dilma já tinha boas relações com a bancada do boi, com o agronegócio, mas essas três bancadas se fecharam em algumas pautas e foram recrudescendo um pouco nas votações, nas propostas de lei, em termos de gênero especificamente bastante assustadoras, como o Estatuto do Nascituro, o Estatuto da Família, propostas que representam retrocessos de direitos notáveis, evidentes, inegáveis. E o processo de impeachment é um golpe em vários sentidos. Primeiro, ele é calcado em uma denúncia de pedalada fiscal, que eu percebi, lendo artigos, que o motivo alegado do impeachment era um *modus operandi* de praxe no governo. Portanto, por que ela vai ser julgada pelas tais das pedalas e não os outros governos? Fica evidente que o impeachment é feito a partir de uma espécie de artimanha jurídica voltada para deslegitimar uma prática que já acontecia e que, obviamente, os motivos reais do impeachment são outros, que não o alegado. Essa é uma das questões. Depois, eu acho que fica evidente que nesse processo do impeachment, se observarmos os momentos da primeira votação do afastamento dela, vemos que aquela votação é muito simbólica. Os votos eram anunciados não pelo problema do impeachment em si, mas pela família, por Deus. Por ser uma pessoa que estuda gênero, toda vez que alguém começa a defender a família, a gente sabe que outro alguém está perdendo direitos, normalmente as mulheres, as crianças e os idosos, nessa ordem. Então, ao dizer ‘em nome da minha família’, aquele Congresso completamente masculino e bastante conservador revelava que votava em nome de si próprio, de seus interesses e não por conta de um delito da presidenta, por exemplo. Um Congresso que não tem o menor compromisso com a democracia, apesar dos deputados terem sido eleitos, deu uma sensação de que não há regras do jogo que são claras, quer dizer, uma pessoa pode sofrer impeachment por uma regra que valia até ontem e não vale mais para ela hoje. Isso ficou muito evidente.

**| Qual a participação da mídia nesse processo? Dê exemplos.**

Eu pesquiso mídia há bastante tempo e na minha pesquisa, quando eu fui estudar recepção de telenovela no meu doutorado na década de 90, o meu pressuposto de partida era de que, embora a mídia, mesmo pensando nessa mídia tão hegemônica que ainda é a rede Globo no Brasil, incentivasse certos comportamentos, os expectadores acionam o seu repertório cultural, de formação e, a partir daí, eles leem e interpretam a mídia. Eu via, por exemplo, no meu campo em Montes Claros [MG], que muita gente falava ‘o Jornal Nacional é meio mentiroso’, as pessoas assistiam, mas criticavam. As que tinham uma formação mais de esquerda, da Teologia da Libertação, tinham uma leitura muito desconfiada, ‘o Jornal Nacional é mentiroso, é alienação’, eles usavam inclusive termos da Escola de Frankfurt para questionar a forma como a mídia era produzida. Eu reconhecia que as pessoas tinham recursos de resistir à mídia, mas ao mesmo tempo eu fui notando que aquilo no que a mídia é mais repetitiva acaba tendo uma influência muito grande. No caso do que eu pesquisava, da novela, era a questão do consumo. Era notável como, por exemplo, as pessoas criticam algumas coisas, mas outras passam sem pensar. Elas falavam ‘a televisão é péssima influência’ para os outros, mas ela não percebia como ela própria era influenciada. No

caso do impeachment, as mídias hegemônicas no Brasil, como a Globo, a Revista Veja, outros canais de TV, jornais de grande circulação, mesmo os portais de internet, UOL, G1, etc., fizeram uma campanha massiva e homogênea contra a Dilma, comprando a ideia de afastar a Dilma e fazer um impeachment. Do ponto de vista de vários pesquisadores que refletem sobre isso, não sou só eu, eu diria que a nossa sensação é que chegou uma hora que tinha a desculpa dos escândalos de corrupção, dizendo ‘olha como o governo do PT é corrupto’, quando foi só no governo do PT que esses casos foram de fato investigados, a corrupção geral foi tendo mais visibilidade, mas ficou muito focada na corrupção ligada aos governos do PT, na imprensa sempre aparecia muito associado ao PT. A mídia hegemônica brasileira é, na verdade, propriedade tradicionalmente de umas poucas famílias. Embora não possa nos canais de TV aberta ter acionistas do estrangeiro pela lei, a gente sabe que não é bem assim que funciona, que tem capital externo, tem TV a cabo, e algumas dessas empresas já não são mais nacionais coisa nenhuma, mas ainda há um grande domínio político de poucas famílias nessa imprensa, mesmo que tenha eventualmente capital externo. Isso tem alguns estudos que mostram que esse mercado de imprensa no Brasil ainda é muito concentrado em pouquíssimas pessoas e são empresas de origem familiar, como Globo, Estadão, Editora Abril, Folha, e os jornais locais, o Estado de Minas é uma empresa familiar, e por aí vai, várias rádios que tem ligações com as oligarquias locais. E essa mídia fechou em uma postura anti-Dilma, fechou em uma postura anti-PT e a gente foi tendo uma campanha muito grande disso. De tal modo que é muito recorrente que a manchete do jornal dê a sensação de que aquela notícia fala de uma corrupção só do PT e, na hora em que você vai ler a matéria, ela mostra a corrupção de vários partidos, mas na manchete, não. A gente sabe, por estudos de mídia, que as pessoas gravam o que está na manchete. A mídia, de fato, tem formas de informar muito enviesadas. É possível, de fato, fazer isso. Eu tenho a impressão de que a gente sentiu como nunca eu tinha sentido no Brasil antes, exceto durante a Ditadura, que a mídia operou com uma espécie de quarto poder mesmo, que eu não imaginava acontecer mais no Brasil. Isso me surpreendeu muito. Teve esse tom de um quarto poder decidindo e “fazendo a cabeça” das pessoas e eu tinha a sensação, lendo os jornais e conversando com pessoas da minha rede de relações, saindo do ambiente da universidade, de como as pessoas “compravam” totalmente aquelas versões, elas não tinham nenhum distanciamento crítico. Eu estou falando de pessoas de diferentes classes sociais, com diferentes backgrounds, formados, com nível superior, que viam no Sérgio Moro [juiz federal que comanda os julgamentos da Operação Lava Jato] uma espécie de justiceiro, como já tinham visto no Joaquim Barbosa [ex-presidente do STF na época do Julgamento do Mensalão], comprando muito esse discurso e tendo uma experiência muito particular. A grande questão do impeachment é como o discurso ficou homogêneo, as mídias hegemônicas falavam todas juntas a mesma coisa. Isso é assustador. E nesse sentido, operou de modo semelhante ao que aconteceu na Ditadura. As vozes dissonantes foram caladas, saíram da pauta. Então, eu acho que a mídia teve um papel muito grande, eu acho que há vários interesses mais ou menos escusos nisso. Acho que tinha um incômodo muito grande com o que tinham sido os governos do PT e com uma situação econômica que não dava mais para manter o tipo de política que tinha sido feita nos governos Lula, porque conseguiu fazer certa distribuição de renda, diminuimos a desigualdade, e isso incomodou muito a

oligarquia, certamente. No fim do primeiro governo Dilma, a situação econômica já não permitia a estratégia que era do governo Lula, ou seja, de um lado, distribuição de renda, algumas políticas redistributivas, ampliação de direitos (por exemplo, política de cotas nas federais), e por outro lado, dar também para o agronegócio, para o capitalismo internacional. Ele foi generoso para cima e para baixo. Isso diminui a desigualdade no País, mas manteve uma casta de ricos muito ricos protegida também. Já não estava dando certo esse sistema e Dilma teve que começar a mexer na política de outro jeito e as formas que o governo tinha conseguido negociar com o Congresso também se corroeram. Eu acho que é preciso dizer que a imprensa foi ficando contra o governo como uma massa homogênea pró-impeachment, um rolo compressor, de uma parcialidade exuberante, mas também isso aconteceu quando eles perceberam que essa política não ia mais dar certo e era o momento que abriu um flanco de fragilidade naquela formação anterior. Para quem pesquisa mídia, foi bastante perturbador a forma com que a mídia atuou. Neste processo, eu parei de assinar jornais convencionais, eu parei de ver televisão, porque eu não consigo mais. Já era uma coisa ‘ossos do ofício’, ficou muito perturbador.

**|Em algum aspecto você acha que a questão de gênero foi relevante junto à imprensa e à opinião pública a influenciar a cobertura do processo de impeachment? Dê exemplos.**

Houve uma conjunção de elementos que favoreceram a criação desse pensamento hegemônico contra o governo em um contexto em que a governante era uma mulher. A questão de gênero não é o disparador inicial, mas ela se junta com o processo do impeachment. Não acho que a Dilma caiu porque ela é mulher, só isso. O fato de ela ser mulher potencializou um descontentamento com uma tradição de governos um pouquinho redistributivos, que mexiam mais na hierarquia em termos de classe social, que mexeu na hierarquia racial no País, é preciso dizer, houve um abalo também das estruturas mais racializadas com o crescimento, por exemplo, nas universidades federais de uma política de cotas. O processo de impeachment começa com um incômodo das oligarquias com as políticas redistributivas e pega carona numa desigualdade de gênero naturalizada.

**|Você identificou algum aspecto de misoginia – aqui definido como ódio ou aversão às mulheres – na relação que a mídia, os políticos e o Judiciário estabeleceram com Dilma Rousseff?**

O início dos desgastes do governo, durante o primeiro mandato Dilma, não é necessariamente misógeno, mas desde aquele momento se junta a conexões preconceituosas naturalizadas, tanto da parte da imprensa quanto da parte do público. As construções de crítica a ela passam não só por uma lógica de crítica ao governo, que independe do sexo do governante, mas por esse filtro de uma naturalização de um modo de xingar as mulheres. A partir desse momento, Dilma foi retratada como louca, as piadas tiveram cunho sexual violento. Então, por exemplo, aquele adesivo que as pessoas colocavam no taque do carro, como se fosse a Dilma de pernas abertas e na hora que você colocasse a gasolina simbolizasse o estupro dela... Aquele adesivo é a prova de como estupro é uma questão de poder, não é de sexo no Brasil. O que eles estão dizendo? ‘Eu quero tirar poder dessa mulher’, ‘ela merece sofrer’, sendo que a

gente sabe que a Dilma foi torturada, que já sofreu esse tipo de violência. E aí o tom é de um ódio dela, da figura dela, mesmo na boca das mulheres, não só na boca de homens. No caso da mídia também, porque obviamente essas mídias hegemônicas têm lugares mais masculinos do que femininos na nossa sociedade. O jornal, por exemplo, é pensado como algo masculino. A gente vê essa imprensa hegemônica usar apelos misóginos, usando recursos de uma violência contra a mulher que é muito naturalizada na sociedade brasileira. O tipo de crítica que se faz à Dilma — ‘ela é uma louca’, ‘ela é uma vaca’, ‘merece ser estuprada’ —, é algo que está muito naturalizado na nossa sociedade. Não quer dizer que toda a sociedade pense igual, mas é algo que faz eco a formas de pensar muito misóginas, que ainda operam no Brasil. O Brasil é muito grande e muito heterogêneo, não estou dizendo que todo mundo concorda com isso, de jeito nenhum, mas eu diria que a mídia pegou carona nesse machismo difuso que nós temos e operou a partir daí. Isso fica mais evidente quando a gente vê o que eles fizeram com a primeira-dama [Marcela Temer] pós-impeachment. Eu acho que a misoginia fica muito marcada, porque tratar a moça como ‘bela, recatada e do lar’, não me importa qual é a história da Marcela Temer, eu estou falando dessa construção absolutamente retrógrada de ‘vamos colocar as mulheres no seu devido lugar’. Do meu ponto de vista, a revista Veja dizendo ‘olha, que linda, que moça bonitinha’ e depois Marcela faz o anúncio do Criança Feliz (quer dizer, ela é infantilizada e ridicularizada no próprio nome do programa) com aquela roupinha de Cinderela. Aquela imagem está dizendo ‘moças, o bom é vocês se comportarem’. Isso quando a gente tem, desde 2014, um crescimento de denúncias de violência contra as mulheres, de estupro, de violência doméstica, um número cada vez maior de violências brutais contra jovens, adolescentes, as meninas assassinadas em viagem, a menina assassinada em Buenos Aires. Tem aparecido mais a violência contra a mulher, porque tem um crescimento do movimento feminista jovem, que está nas universidades, que está nas escolas e que está funcionando pela internet também. No momento em há mais visibilidade de uma luta por igualdade, por respeito, etc., a mídia promover a imagem dessa moça como primeira-dama, com todo o histórico do que é a figura dela, é exatamente o sinal do retrocesso que está materializado em projetos de lei como o Estatuto do Nascituro, que impede o aborto pós-estupro, que é um dos raros casos legalizados, quando nós do movimento feminista estamos lutando para melhorar o atendimento, para garantir este direito que nos parece ainda restrito. O que eu imaginava há cinco anos, ‘estamos lutando para melhorar o Brasil’, agora a gente está lutando só para não voltar atrás na questão de gênero. A nossa luta feminista agora é uma luta para não caminhar para trás, não piorar a situação das mulheres. Infelizmente, a nossa sensação é de que está piorando.

**|Você considera que o impeachment de Dilma Rousseff terá algum impacto na participação feminina na política? Em que sentido?**

Eu não sei se vai ter impacto, qual impacto exatamente tem. O que eu acho é que o Brasil tem muito pouca participação feminina na política. A gente já parte de uma situação muito desvantajosa, muito desigual. Eu vejo dois movimentos acontecendo ao mesmo tempo, tanto essa luta feminista crescendo, e aqui eu estou pensando nessa eleição que a gente teve em São Paulo para vereador, o fato de que pelo menos duas vereadoras se elegeram com uma pauta abertamente feminista, a

Juliana Cardoso (PT) e a Sâmia Bomfim (PSOL), mas poucas mulheres na Casa. Então, são sempre movimentos paradoxais. Eu não tenho certeza de que isso vai aumentar ou diminuir. Porque, eu acho que vem uma onda conservadora, que tende a retroceder, e ao mesmo tempo eu também vejo, e não tem a ver exatamente com o impeachment da Dilma, o crescimento do movimento feminista no Brasil, principalmente nas faixas etárias mais jovens. Nesses dez anos como professora da USP, antes tinha um coletivo feminista, agora não sei mais quantos têm, um monte. Aqui mesmo na FFLCH [Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP] eu vejo o feminismo muito mais ativo e vi o movimento nascer no IME [Instituto de Matemática e Estatística], na FEA [Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da USP], na [Faculdade de] Educação, ele chegar a áreas que foi muito ousado, muito corajoso de abrirem coletivos feminista na Matemática e fazendo isso de um modo que eu acho muito interessante, junto com o movimento LBGT, eu acredito muito nessa parceria, porque a luta é muito parecida, a gente tem muitas coisas em comum para batalhar. E agora, o que a gente está vendo é o crescimento dos coletivos feministas nas escolas, no ensino médio, mas o que está me surpreendendo é que está aparecendo coletivo feminista no ensino fundamental, são as meninas de 13, 12 anos. Quando eu estudei televisão, gênero e sexualidade, eu percebi, e isso me dá grande esperança, que as grandes mudanças sociais são de uma geração para a outra, porque, na questão do gênero, as mudanças de mentalidade são muito difíceis de serem efetuadas, são muito lentas. Houve um feminismo muito visível no Brasil na década de 70, como o movimento social, mas ao longo da década de 80 esses grupos feministas foram entrando nos mecanismos de governo, nos ambientes de trabalho, na promoção de políticas públicas. De fato, duas áreas atacamos mais: saúde e direitos, a gente teve delegacias da mulher, depois mudanças na lei, Lei Maria da Penha. Isso tudo, claro, não caiu do céu, foi resultado da luta feminista, não foi resultado da bondade de governo nenhum. Mas o feminismo tinha sumido, nos anos 80 e 90, da arena pública. Tanto que se você falasse que era feminista, 'ai, sua louca, você não gosta de homem'. Feminismo era quase um palavrão. E agora nos anos 2000, eu não sei exatamente quando, o feminismo foi reaparecendo na cena pública. De tal modo que a própria imprensa hegemônica teve que dar um pouco mais de espaço para o feminismo, modesto ainda, mas teve que dar um pouco de espaço. Então, eu acho que o impeachment da Dilma é um dos fatores que afetam essa participação feminina, mas ele não é o único. Pode ser que ele some como um fator que amplie a luta feminista, não que acabe com ela, mas eu não sei, a gente não sabe para onde vai. Como cientista social, a gente consegue analisar depois do fato, mas não prever antes. Se esses coletivos feministas vão continuar crescendo e vão conseguir ganhar coisas... Sabem as deusas, eu não sei, mas neste momento a sensação que eu tenho é de muita esperança nesse processo.

### | Considerações finais

Eu acho que é sintomático pensar como o impeachment foi retratado fora do País. Podemos perceber como a mídia hegemônica brasileira operou como um bloco quando lemos as notícias de fora, internacionais, em que há mais diversidade. Eu não estou dizendo que toda imprensa de fora concordou que foi um golpe, não é isso. Ela foi heterogênea, olhando pela internet, se nota que não operou de modo homogêneo. Por isso, há uma sensação muito desagradável com o Brasil, de que temos uma mídia

muito pouco variada e muito controlada por um pensamento só, essa mídia mais hegemônica que tem mais audiência, que concentra as verbas publicitárias – não é à toa que o Temer aumentou loucamente as verbas da Globo e da Editora Abril, é uma espécie de pagamento de volta pelos serviços bem feitos. Quando eu fiz a minha pesquisa nos anos 90, pude notar que o Estado, nos diferentes níveis (estadual, federal, municipal) era o grande anunciante do País. Outro ponto que ficou evidente é que o apelo da restrição de gastos, de uma austeridade fiscal que o Temer anunciou quando ele assumiu, era uma farsa, uma piada, se você considerar que ele demitiu funcionários e contratou mais do que ele demitiu, que ele deu aumento para o Judiciário, que ele fez aquele ‘grande baile da ilha fiscal’ para 300 pessoas. Ficou mais evidente que o impeachment não tem a ver só com o momento econômico, mas tem a ver com política e com os interesses da oligarquia. Um terceiro ponto é que quando se trata de mulheres muito poderosas, como Angela Merkel, Dilma, sempre tem a coisa de que dizem ‘ela é um general’, ou seja, o poder masculiniza. Mas eu acho que em alguns lugares a regulação não permite que a mídia faça o que aqui é muito escancarado. Eu acho que em certos países, por exemplo, você tem um patamar mínimo de coisas que você não pode mais falar em termos de machismo, é mais regulado. A mídia tem que operar com o imaginário social hegemônico, quer dizer, tem coisas que se pode dizer no Brasil, que não se diria em qualquer lugar, porque infelizmente somos um País machista e racista. Isso não quer dizer que não tem machismo na Alemanha, mas eu acho que não consegue ser tão escancarado na capa da Veja, na capa do jornal, como é no Brasil. O jeito da Veja operar tem sido de um modo sensacionalista e a imprensa mais sensacionalista, com esses apelos, tende a ser mais preconceituosa.

*“Esse é o golpe que estamos vivendo: a não aceitação do resultado das eleições.”*

## **HELOISA DIAS BEZERRA**

Noêmia Félix da Silva  
William de Araújo Correia

---

Heloisa Dias Bezerra é especialista em mídia e política. Bacharel em Ciências Sociais pela UFRJ, também é Mestre e Doutora em Ciência Política pelo antigo IUPERJ. Para ela, a não aceitação da Presidenta Dilma Rousseff começou logo no início do seu primeiro mandato, se agravou em 2013 e culminou com certo desacato ao resultado das eleições em 2014. Heloisa foi escolhida para essa entrevista porque dedicou praticamente toda sua vida acadêmica até aqui ao estudo de questões eleitorais e, portanto, detém o know-how necessário para compreender as dimensões de poder envolvidas no processo de impeachment e destrinchar a influência dos grandes grupos de mídia para a formação de uma espécie de consenso sobre a sua legitimidade.

---

### **|Você define o impeachment de Dilma Rousseff como um golpe? Por quê?**

Eu defino como um golpe. Sou partidária da tese de que nós tivemos um Golpe de Estado – um Golpe de Estado que não acabou. Pra mim está claríssimo: um golpe nas instituições políticas e jurídicas, um golpe na instituição do voto porque nós tivemos um processo eleitoral cujo resultado, desde que foi proclamado, não foi aceito pelo opositor, pelo derrotado. Um dos princípios mais salutares da democracia é que se trata de um sistema favorável aos derrotados, pois todos podem participar do jogo político enquanto oposição e assim trabalhar para vencer no pleito seguinte. Veja bem, na democracia não se não pode prever o resultado das eleições, mas é importantíssimo aceitá-lo. A campanha eleitoral de 2014 nós vivenciamos um embate seríssimo e havia muitos indicativos de que Aécio Neves poderia vencer. Acontece que ele foi derrotado. Poderia ter sido a Dilma, mas Aécio foi o derrotado. Enquanto derrotado, o princípio democrático prediz que ele deve aceitar as regras; e realmente ele deve aceitar as regras do jogo porque sabe que pode trabalhar e se recandidatar posteriormente e então sair vencedor. Esse é o princípio básico: quem é derrotado tem que aceitar o resultado do jogo, exceto se há uma questão de fraude eleitoral, mas quando não há, ele pode perder por um voto que seja, mas deve aceitar o resultado. O que estou afirmando não é mera especulação: Aécio disse claramente que não aceitava o

resultado; como se diz, ele não foi pra casa. O jornalista da GloboNews, Merval Pereira, afirmou vociferando, ao vivo e em cores, que Dilma não tinha legitimidade, que sua eleição não era legítima, que ela tinha vencido, mas não ia governar. Ora, em que momento o político ganha legitimidade no processo democrático? Não há dúvidas, a legitimação do político ocorre no processo eleitoral, pois é quando a população diz se quer ou não quer aquele programa de governo, aquele grupo político, aquele governante. Mesmo que se tenha uma sociedade dividida, como a gente teve em 2014, há uma parcela superior a 50% que diz que esse é o programa que deve continuar. Naquele momento, quando o candidato derrotado é um proeminente jornalista de um dos maiores grupos de mídia do Brasil dizem que não aceitam o resultado das urnas, então fica claro que o derrotado iria tentar contestar o resultado e caminhar para um impedimento da Presidenta reeleita. Mas a verdade é que o golpe não começou ali na proclamação dos resultados eleitorais em 2014, mas lá atrás. A gente pode lembrar que o final do segundo mandato do governo do ex-presidente Lula foi marcado pela partilha do Pré-Sal e destinação de uma parcela significativa dos royalties para saúde e educação, além da manutenção da Petrobrás como empresa gestora estratégica. Mas a escolha mais decisiva do ex-presidente foi ter escolhido uma mulher para sucedê-lo! E o pior: esta mulher, o “poste feminino” do século, venceu o processo eleitoral. Portanto, não é absurdo supor que a trama do golpe perpetrado em 2016 começou lá no início do primeiro mandato de Dilma Rousseff, caminhou até um processo mais agudo em 2013, e culminou em 2014 com a revolta do candidato derrotado. Esse é o golpe que estamos vivendo: a não aceitação do resultado das eleições que conferiu um segundo mandato a uma mulher à frente da presidência da República. Uma das estratégias adotadas imediatamente pelo PSDB derrotado foi interferir nas votações para não deixar o Congresso andar, para não deixar o Executivo aprovar os projetos e prosseguir, a oposição provocou uma paralisia decisória que sufocou a Presidenta eleita. Era ali o desenrolar de uma trama que já estava sendo planejada com esmero, e a gente viu isto assim que o presidente interino foi empossado: já haviam medidas prontas, projetos desenhados e alinhavados, reformas conservadoras, a exploração do petróleo voltou para as mãos de grandes companhias petrolíferas, direitos sociais foram abolidos, investimentos em saúde, educação e assistência social foram sumariamente cortados.

Mais recentemente, o vazamento de uma conversa entre um importante senador e seu colega deputado federal, nos deu a dimensão desse plano estrategicamente combinado, pois o propósito era tirar a Dilma, empossar o vice, paralisar o STF e deter a famosa operação Lava-Jato!

#### **| Qual a participação da mídia nesse processo? Dê exemplos.**

Há alguns complicadores na mídia no Brasil, pois existe um monopólio de informação. Claro que estamos falando dos grandes conglomerados que abocanham de tudo um pouco: TV, rádio, jornais, revistas, internet etc. Quando analisamos o discurso jornalístico, ou melhor, as estratégias narrativas do jornalismo noticioso, é importante buscar os padrões narrativos. Na minha tese de doutorado e nas publicações dela decorrentes, eu apontei sete categorias de análise fundamentais: formato, conteúdo, interdependência discursiva, complementariedade/continuidade discursiva, persistência discursiva, temporalidade e espacialidade. A análise desses padrões,

nessas pesquisas, me levou a concluir que a estratégia discursiva da mídia é uma matriz discursiva que é tecida acoplada às estratégias políticas desenhando relações adversariais no sentido amigo-inimigo, e, no caso do golpe desferido contra a Presidenta Dilma Rousseff, a inimiga, obviamente, foi sendo executada em praça pública sem constrangimentos. Se analisarmos as manchetes e capas de alguns dos grandes jornais e revistas dos últimos dois anos, descobriremos que são muito semelhantes e que, por vezes, um sustenta ou se torna escada para o discurso do outro. Não há pluralidade na fala, não há polifonia no discurso jornalístico. Esse discurso monofônico acaba por atravessar o que os cidadãos falam e multiplicam nas redes sociais, ou seja, aquela velha ideia de que a Internet iria garantir polifonia, multiplicidade de opiniões, produção hiper-diversificada de conteúdos, não é bem o que ocorre em relação ao fazer político. Afinal, os operadores discursivos dos grandes veículos de informação estão presentes com bastante força nas conversas interpessoais via internet. Por exemplo, durante as manifestações de rua ocorridas em 2013, conhecidas por jornadas de 2013, existem estudos que mostram que durante vários momentos as principais autoridades discursivas foram os grandes veículos de comunicação, tais como O Estado, a Folha e o próprio Jornal Nacional. São operadores discursivos que, digamos assim, estão dando as imagens e as referências do discurso para a população. São evidências sobre o processo de formação discursiva que nos leva a concluir que a participação da mídia foi e está sendo decisiva para o golpe contra a Presidenta Dilma Rousseff. Neste caso nós podemos destacar o papel do próprio Sistema Globo, não somente o Jornal O Globo e a Rede Globo de televisão, também o canal pago GloboNews e emissoras de rádio. Embora não seja algo unilateral, um comportamento jornalístico combativo e feroz contra a Presidenta, o discurso dos veículos Globo têm sido linear no sentido de apontar o Partido dos Trabalhadores como o mais corrupto da história do Brasil (não sabemos por quais indicadores), e de trabalhar com afinco, principalmente a partir de 2013, a ideia de que a política é uma atividade perniciosa para a sociedade. Esta é talvez a parte mais significativa disto, pois, comparativamente, nas pesquisas que realizamos sobre o Jornal O Globo dos anos 1990-2002, todas publicadas, nós encontramos um discurso de crítica à política, mas não de negação da política. Ali existia, claro, uma ideia de política muito amparada no ideário liberal, com defesa das liberdades e da propriedade. Porém, a mudança que podemos apontar é que o discurso recente está bastante contaminado pela ideia de que a política é prejudicial, opera contra os interesses dos cidadãos. E, de certa forma, as pesquisas de opinião tem mostrado que a população está compartilhando deste entendimento. Então, voltando às jornadas de 2013, que acho bastante exemplar e significativo, destacamos a presença de dois discursos que chamam bastante atenção. O primeiro é de que a política não é boa, o que justifica e impulsiona o ataque severo à instituição partidária e aos representantes eleitos. O segundo, intimamente relacionado ao anterior, é negação da representação política e da liderança política. Esta negação é assimilada com força pelos jovens que participam das manifestações. E, pra mim, isso é bastante emblemático, bastante significativo, porque vai ajudar a consolidar os movimentos que se apresentam como “apolíticos”, “apartidários”, como, por exemplo, o Movimento Brasil Livre – que não nasce ali, mas aparece nas manifestações de 2013 como esse lugar da não política. Eles se sobressaem como uma representação da sociedade que não faz política, que descarta a liderança, que

descarta a representação partidária. E estamos vendo agora que isso não é verdade, pois é um movimento com lideranças muito bem organizadas e selecionadas, uma organização vinculada a partidos políticos. Em 2016 esta falsa negação da política elegeu candidatos que afirmava claramente que não eram políticos, embora estivessem ali, disputando cargos políticos por meio de partidos. Então, essa negação da política que é trabalhada pelo discurso jornalístico, que é enfatizada nas Jornadas de 2013 e nas manifestações pró-Golpe de 2016, justificam e servem como base para imputar um emaranhado de culpas no PT e, conseqüentemente, para justificar o julgamento sumário e o afastamento da Presidenta eleita.

**|Em algum aspecto você acha que a questão de gênero foi relevante junto à imprensa e à opinião pública a influenciar a cobertura do processo de impeachment? Dê exemplos.**

Em 2010, a presença marcante do então presidente Lula na arena política define o enfrentamento que ocorre durante o processo eleitoral, e, neste sentido, a candidata Dilma é menos julgada por suas próprias características, e mais por sua relação com o político que endossa a sua candidatura. Neste sentido, a questão do gênero é de certo modo minimizada pela presença do padrinho político. O discurso do ex-presidente Lula e, logicamente, da campanha de Dilma procura usar o fato de ela ser mulher como um diferencial positivo, a primeira mulher a ocupar a Presidência da República. Do ponto de vista da mídia, e de certo modo da oposição, o fato dela ter sido apadrinhada pelo ex-presidente Lula não era avaliado como algo natural da política, mas como uma tentativa do PT de acobertar uma candidata fraca e despreparada para o cargo que pretendia ocupar. Quando ela se coloca na posição de Presidenta da República a marca feminino, do “ser mulher” num cargo tão importante vai influir ainda mais na produção discursiva tanto do jornalismo quanto do eleitorado que não votou nela. Ela quer ser a chefe e não a chefe, Dilma quer ser presidenta e não presidente, uma afronta aos padrões da política brasileira! E quando chega 2014 a disputa fica bem definida entre ela e Aécio, entre uma mulher que foi “colocada” na Presidência por Lula (o que não seria nada demais se fosse um homem, aliás isso é recorrente na política, a presença do padrinho político, da transferência de votos). As questões de gênero marcaram todo o seu primeiro mandato, a disputa de 2014 e, principalmente, o processo de Golpe incluindo as manifestações populares. Dilma Rousseff foi marcada à como a mulher sem força política, grosseira, que não sabia negociar, que não entendia absolutamente nada de economia, de administração, de gestão e, principalmente, de política. Isto foi o que mais me impressionou, pois ela tem uma formação em economia, foi ministra de Minas e Energia, ministra da Casa Civil. Esses atributos que costumam ser tão valorizados na política, a experiência, a formação, tudo foi escondido, esquecido, ela foi transformada numa mulher tola, que dizia asneiras em público e não conseguia governar o País. A paralisia decisória provocada pelos partidos de oposição foi apresentada como um problema decorrente da incapacidade pessoal da Presidente, uma mulher fraca e despreparada. Esta artimanha discursiva me impressionou bastante! Depois que ela foi afastada, a mulher estúpida que ocupava a Presidência deu lugar a outra pessoa, emergiu ali outra personalidade: uma mulher articulada, com formação econômica, que conhece a história do Brasil e de outros países, que compreende o processo de formulação das

políticas públicas, que conhece na íntegra os projetos e programas que havia implementado durante o seu governo. Dilma não-presidente sabe diferenciar as artimanhas da política, sabe onde está o problema. Então é como fosse outra pessoa! Mas onde estava essa pessoa? Onde estava essa gestora entre 2011 e 2016? A política Dilma Rousseff foi obscurecida por uma trama discursiva que desenhava uma mulher que não sabia das coisas. Os aspectos e atributos pessoais valorizados na produção discursiva da mídia são aqueles que mostram uma pessoa atordoada, desclassificada, desqualificada para estar ali ocupando cargo tão importante. Isto é um ataque frontal à dignidade da mulher, de todas as mulheres. Quando chegamos ao processo do golpe, esses atributos que já vinham sendo trabalhados há muito tempo têm um lugar muito importante. Pela lógica dessa trama discursiva tão mesquinha, o País não precisa se preocupar com o problema institucional, pois, afinal, o que estaria acontecendo seria o afastamento de uma pessoa sem capacidade para estar ali ocupando a Presidência da República. Afastar a mulher louca e incompetente é uma causa maior, e justifica a violação de todas as regras da democracia.

**|Você identificou algum aspecto de misoginia – aqui definido como ódio ou aversão às mulheres – na relação que a mídia, os políticos e o Judiciário estabeleceram com Dilma Rousseff?**

Estamos numa sociedade bastante conservadora, esta é a realidade. Nós experimentamos no cotidiano o sentimento de que a mulher é um sujeito limitado a certas funções e, principalmente, que o homem tem certos direitos sobre a mulher. A aceitação da violência contra a mulher, eu acredito, vem deste sentimento profundamente arraigado na sociedade brasileira. Essa persistência da aceitação da violência contra a mulher, da desqualificação da mulher, é um traço da sociedade brasileira que precisa ser objeto de reflexão e de políticas públicas. Quando olhamos para a arena política a nossa situação é ridícula! Que representação feminina nós temos? Baixíssima, em todo o Executivo, Legislativo, de baixo a cima, dos municipais ao federal, as mulheres brasileiras não participam da política. A presença feminina na política é baixa não apenas porque a sociedade não elege mulheres, mas, principalmente, porque o cumprimento daquelas cotas nos partidos políticos é a maior balela da nossa política desde a redemocratização. As candidatas até existem, mas não recebem investimento dos partidos. Quem é que está nas executivas nacionais de partidos? São todos homens! No máximo os partidos criam uma seção-bobagem feminina e colocam uma mulher neste “cargo”, o qual, em muitos casos, é ocupado por esposas e filhas dos caciques do partido. A política, no Brasil, é feita de modo a afastar a mulher. Aliás, todos os partidos políticos, da extrema esquerda à extrema direita, todos reproduzem esta cultura machista. Vamos olhar a história recente de eleições diretas, quantas mulheres candidatas nós tivemos, seja para prefeitas de grandes capitais, governadoras, senadoras, deputadas federais, e finalmente presidenta da República? Em todos os partidos, essa taxa é baixíssima e vergonhosa. O espaço para a mulher na política é insignificante, então isso repercute na forma como nós, eleitores e eleitoras, encaramos as candidatas. E, obviamente, num processo de disputa acirrada, como o que estamos presenciando, isso é explorado de forma lastimável. Não foi à toa que vimos aquele adesivo em que se estuprava a Presidente com uma bomba de gasolina! Gente, isto é inaceitável! Admitir que se possa sugerir o estupro de uma

mulher por discordar dela, por achar que ela fez algo inadequado? Mas a campanha do estupro da Presidenta Dilma não teve nem repercussão judicial, nem repercussão social, o jornalismo aceitou, a sociedade aceitou. Então a cultura da violência contra a mulher repercutiu na política da forma mais vil, mais cruel, perpassando diferentes camadas sociais, homens e mulheres. Este processo foi de uma crueldade ímpar para a mulher Dilma Rousseff. De fato, ela sofreu uma violência de gênero absurda, não foi só um afastamento político.

**|Você considera que o impeachment de Dilma Rousseff terá algum impacto na participação feminina na política? Em que sentido?**

É um impacto grande, negativo para as mulheres na política, porque nós tínhamos uma construção que começava a ser feita. A possibilidade de incentivarmos e valorizarmos a participação da mulher na política sofreu um grande retrocesso. Quando o presidente interino assumiu, apresentou à sociedade um ministério eminentemente masculino. Homens mais velhos, brancos e ricos, seria cômico se não fosse tão trágico. Com o afastamento da Presidenta, caiu por terra também o processo político que incorporava as demandas das mulheres do ponto de vista delas, e não dos machos do ministério interino. Não foi à toa que tivemos, na prova do ENEM de 2015, o problema da persistência da violência de gênero como tema de redação e Simone de Beauvoir e suas teorias como questão de prova. É a velha discussão sobre a cultura política e a institucionalização. Um movimento conservador como esse vai ter um impacto negativo muito violento por anos, e tomara que seja estancada pacificamente. Não tem como não sofrermos com isto nos próximos anos, certamente teremos menos candidatas viáveis, menos candidatas significativas, menos candidatas financiadas corretamente pelos partidos políticos (apoio, dinheiro, tempo na propaganda de rádio e TV). O processo eleitoral de 2016 resultou em mais uma queda no número de mulheres eleitas para ocupar o cargo de prefeitas, ficando em torno de insignificantes 11% do total de chefes do executivo municipal. E isso vai se refletir ainda mais nos partidos políticos. Se o investimento já era mínimo, agora vai piorar. Afinal, por que o partido investiria numa candidata que pode sofrer todo o tipo de revés? Não é interessante. É um cenário muito triste e dramático para as mulheres brasileiras.

**|Considerações finais**

A questão principal é insistirmos e investirmos nos estudos, continuar denunciando e, principalmente, incentivando a presença de candidaturas femininas comprometidas com a valorização da mulher na política, com os direitos das mulheres e com o fim da cultura da violência contra as mulheres. Estamos vivendo um conservadorismo muito grande no Brasil, o que é mais dramático porque estamos tratando de um País de muita desigualdade. Estávamos começando a ter um processo de mudança social, econômica e sócio-política de consolidação de instituições e, de repente, mais uma interrupção.

Não sei se poderíamos falar somente da “misoginia da mídia”, mas, antes disso, da misoginia da própria sociedade. É histórica, está enraizada no âmago da sociedade brasileira. Mais do que uma característica do nosso povo, é uma ideologia que perpassa todas as sociedades, todas as nações. E na política essa ideia da supremacia do masculino, do macho como o melhor, o mais capaz, o que pensa e age mais rápido,

o mais eficiente, mais pragmático, isso é uma doença que tem nos aniquilado desde os primórdios. A cientista Anne Phillips tem um trabalho belíssimo que invoca a importância da participação da mulher na vida política não necessariamente porque a mulher, pelo seu gênero, pode fazer uma política diferente, mais doce, mais afetiva, mas porque representa sim uma parcela da sociedade que é colocada de lado, que é marginalizada, que é discriminada, ou seja, participar é se fazer presente nas arenas decisórias e não adocicar o fazer político. No Brasil, em todos os processos eleitorais envolvendo candidatas com força para disputar os cargos, principalmente no executivo, as questões envolvendo essa perversa ideologia de gênero, negativa para as mulheres, retorna com força, tanto por parte da grande mídia quanto nas próprias campanhas eleitorais. Mas o grande ponto é que a sociedade acolhe esse embate e muitas vezes põe em dúvida a capacidade política e administrativa das candidatas. No caso da eleição de Dilma Rousseff essas questões apareceram logo que ela se apresentou como alternativa política e, desde então, passou a fazer parte de um constructo discursivo que juntava à imagem da Presidenta aquelas dúvidas sobre a capacidade da mulher no fazer político, como se a política não fosse feita para o gênero feminino, ou melhor, como se o gênero feminino não estivesse preparado para a política. Episódios marcantes (e nojentos!) nós temos bastante, mas o que mais me chamou a atenção foram as especulações em torno da vida sexual e afetiva da Presidenta, do “casamento falido”, da “falta de um homem” na sua vida, da masculinização pejorativa do seu modo de ser, de andar, de falar, de administrar, de fazer política. Portanto, Dilma Rousseff não apenas foi constantemente apresentada como despreparada para fazer política, mas como a mulher que não se encaixava no papel que deveria melhor representar, a da mulher bem casada, da mulher que trabalha, mas que prefere o lar. As tramas de um discurso vil, machista, foram urdidas friamente com a constatação de que ela era “descasada” e que isto podia revelar uma mulher na qual ninguém estaria interessado, uma mulher que não é boa o suficiente nem para ter um marido, quanto mais pra fazer política, quanto mais pra dirigir uma nação.

#### **| Qual o projeto político que está por detrás desse processo de construção midiática?**

Não dá para se pensar o Brasil de hoje sem pensar na herança que a gente traz da ditadura. Talvez da própria República Velha. Vivemos períodos de democracia muito frágeis e processos de fechamento das instituições muito severos, com aniquilamento das oposições, dos intelectuais, das lideranças da sociedade civil. A nossa democracia não só é muito recente, mas é uma democracia em que o fortalecimento das instituições se dá com muitos percalços. Não podemos perder de vista o período da ditadura porque ele foi adornado – e a mídia faz parte disso – como um período de instituições que funcionavam bem, um período de bem-estares sociais e econômicos, e, principalmente, um período no qual as pessoas que estão à frente do poder possuem uma ética elevada. Mentiras contadas muitas vezes e que acabaram se tornando verdades! Se observarmos nossa memória política, boa parte da população mais velha ainda se lembra da ditadura como um período sem corrupção. Por isso que, neste momento, a mídia pode chegar e dizer que nós estamos vivendo o período de maior corrupção da história do Brasil porque nós vivemos 30 anos de ditadura em que tivemos uma política feita com ética, com moral, com respeito aos cofres públicos. A história dos vencedores conta apenas uma parte da história. E, claro, se voltarmos

nossos olhos para o endividamento público, para as grandes obras, perceberemos que é um período de corrupção severa. Mas isto não é contado, as novas gerações pouco sabem sobre o período de ditadura recente. Não se diz, portanto, que agora a corrupção tem maior visibilidade, pois existem instituições de combate à corrupção. De certa forma, o argumento de que agora estamos vivendo um tempo pior reforça a ideia de que passamos por um período de fechamento das instituições e isto foi bom para o País. Isto ajuda a justificar o próprio Golpe, pois afrontar as instituições, afrontar o processo político, mais do que passar uma ideia de normalidade, nós temos uma produção discursiva que fala de um retrocesso necessário para que tenhamos, mais a frente, um projeto de nação ética, decente. O projeto político de que estamos falando está sendo desenhado sobre uma matriz que nos remete a um tipo de sociedade de controle em que o rigor da lei é para alguns, enquanto os privilegiados e amigos do poder ficam à sombra da lei; o aperto financeiro recai sobre a maioria da população com destaque para os mais pobres, enquanto a parcela mais rica nada de braçada nos ganhos desmedidos; os direitos das minorias são cassados sem estranheza, com o riso frouxo, e o conservadorismo social, cultural cresce assustadoramente. É lastimável e muito triste, um projeto político inaceitável.

*“O golpe na democracia brasileira não tem apenas motivação econômica. É também pelo controle e garantia de uma hegemonia branca, machista, racista, homofóbica e rica”.*

## IRINY LOPES

Ruth Reis

---

Iriny Lopes, 60 anos, tem sido incansável defensora dos direitos humanos e uma personalidade respeitada regional e nacionalmente por sua determinação, firmeza e coragem. Nasceu em Minas Gerais, mas é no Espírito Santo que vive, trabalha e atua em movimentos sociais e políticos. Exerceu três mandatos como deputada federal pelo Partido dos Trabalhadores (2002/2006, 2006/2010 e 2010/2014), foi ministra da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), a primeira do governo Dilma Rousseff, nos anos de 2010 a 2012. Deixou o cargo para disputar a Prefeitura de Vitória, mas não se elegeu. Na Câmara Federal, teve destacada atuação na área de direitos humanos e foi relatora da Lei Maria da Penha na Comissão de Constituição e Justiça. Presidiu por duas vezes a Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados (2005 e 2010) tendo sido a primeira mulher a ocupar sua presidência desde que foi criada. Foi autora da Lei do Laço Branco, que estabelece 6 de dezembro como Dia Nacional de Luta dos Homens pelo Fim da Violência Contra a Mulher. Foi autora do requerimento sugerindo a realização da I Conferência Nacional de Comunicação (Confecom), em 2006. Hoje é primeira suplente de deputada federal.

---

### **| Você define o impeachment de Dilma Rousseff como um golpe? Por quê?**

Não, não foi golpe. É um golpe e está em curso. Isso porque ainda não está concluído e ninguém sabe muito bem como vai acabar. Cumpriu-se uma primeira etapa afastando Dilma, o PT e as forças populares que dirigiam aquela coalizão. No Brasil essas coalizões dificilmente darão certo. É impossível fazer um governo de coalizão onde os programas e os interesses são tão conflitantes. As experiências de coalizão dentro do sistema parlamentarista até dão certo por um período, mas no sistema presidencialista é bem diferente. O próximo passo do golpe é acabar com os direitos da classe trabalhadora no Brasil e liquidar com a esquerda. Aí, muitas coisas podem acontecer: a possibilidade de prisão do Lula, a intensificação do processo de criminalização dos movimentos e entidades da luta social e democrática. A perseguição aos movimentos e suas lideranças têm sido constantes, mesmo sob os governos do PT. CPIs, inquéritos fraudulentos e prisões arbitrárias de lideranças dos movimentos sociais

(Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, Movimento dos Sem Teto, Central Única dos Trabalhadores, Movimento de Direitos Humanos e outros). Até mesmo colocar o PT na ilegalidade é uma possibilidade. Como a (Operação) Lava Jato<sup>2</sup> tem um alvo fixo, e esse alvo é o PT e o Lula. Como também os métodos da Lava Jato correm à margem da lei, não obedecendo aos ritos, sem precisar de provas substanciais, baseando-se na “convicção”, podem, se quiserem, torná-lo proscrito. Basta que estejam “convencidos” de que o PT foi irrigado com dinheiro de propina, arbitrar uma multa impagável e aí, era uma vez um partido. Além disso, há uma constante disputa interna entre os líderes que promoveram o golpe. Essas disputas são por espaço ou porque individualmente todos fazem um esforço grande para escapar da Lava Jato. Como a grande mídia tem lado e esse lado é o PSDB as demais forças políticas estão sempre com as barbas de molho. É por isso que eu digo que não foi um golpe, mas que é um golpe. A instabilidade institucional e política brasileira é profunda e não parece que essa crise vai acabar tão cedo.

### **| Qual a participação da mídia nesse processo? Dê exemplos.**

Intensa. A grande mídia no Brasil se comporta como um partido político já há bastante tempo. Um bom exemplo disso foi a frase da ex-presidente Associação Nacional de Jornais (ANJ)<sup>3</sup>, segundo quem “(...) os meios de comunicação estão fazendo de fato a posição oposicionista deste País, uma vez que a oposição está profundamente fragilizada”. Ela referia-se à posição dos jornais em relação ao governo do Lula. É acintoso. Nos processos políticos a mídia tem sido sempre imparcial, manipuladora e seletiva. Portanto, a informação está sempre contaminada com o interesse imediato ou de médio prazo das emissoras, jornais e revistas que compõem a grande mídia. Os famosos e criminosos vazamentos das diversas fases de escutas telefônicas realizadas pela Operação Lava Jato, o grampo ilegal e o “vazamento” das ligações da Presidenta Dilma, sendo transmitidas em telejornais, cobertura pirotécnica da “condução coercitiva” do Lula<sup>4</sup>, um ato flagrantemente ilegal, já que ele não havia se negado, e sequer foi solicitado, a prestar espontaneamente os esclarecimentos que a justiça quisesse. Outro aspecto é a estratégia de transmissão em tempo real e constante, transformando o jornalismo uma novela permanente. Eu classifico esse tipo de ação como uma guerra psicológica, que primeiro forma um sentimento nas pessoas, em seguida transforma-se em “opinião”. Foi assim que construíram todas as narrativas que deram origem ao golpe e agora buscam legitimar suas decorrências. Não vemos nenhuma matéria jornalística isenta neste momento, por exemplo, sobre as ocupações das escolas por jovens que lutam contra a PEC 241, a PEC da Morte<sup>5</sup>.

---

<sup>2</sup> A Operação Lava Jato é o nome de uma investigação sobre desvios de dinheiro na empresa estatal de energia, Petrobras, conduzida pelo juiz de primeira instância do Paraná, Sérgio Moro, cujos métodos heterodoxos têm gerado controvérsias no meio jurídico, empresarial e político.

<sup>3</sup> Judith Brito presidiu a ANJ entre 2010 e 2012. É diretora-superintendente do Grupo Folha.

<sup>4</sup> O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva sofreu condução coercitiva autorizada pelo juiz Sérgio Moro, como parte da Operação Lava Jato, em 4 de março de 2016.

<sup>5</sup> As ocupações nas escolas de segundo grau e superior são uma ação de iniciativa do movimento estudantil em protesto contra a reforma do ensino médio decretada pelo presidente Michel Temer, e

**|Em algum aspecto você acha que a questão de gênero foi relevante junto à imprensa e à opinião pública a influenciar a cobertura do processo de impeachment? Dê exemplos.**

Sim, acredito que sim. Ela sentiu e todas nós sabemos que o golpe dado na democracia brasileira tem motivações econômicas, mas não apenas. O golpe também é motivado pelo controle e pela garantia de uma hegemonia branca, machista, racista, homofóbica e rica. Vide o ministério do (Michel) Temer. Isso é motivo de muita preocupação. A classe dominante brasileira é extremamente atrasada. Para além da matriz econômica neoliberal stricto sensu, havia uma preocupação com a evolução de políticas de inclusão social como a de cotas, de gênero, com a ascensão do povo negro entre outros fatos. Com uma população majoritariamente negra como temos no Brasil, isso passou a ser uma fonte constante de preocupação para assegurar uma hegemonia branca de meia idade, composta por ricos e machos. Esse golpe brasileiro de 2016 vem acompanhado de todos esses elementos e é diferente de outros momentos de golpes já ocorridos no Brasil, em que o discurso se baseava no “perigo estrangeiro” (URSS/CUBA nos anos 1960/70/80) com suas experiências socialistas. Também usaram e ainda usam o “bolivarianismo” venezuelano como espantalho para provocar as pessoas, mas neste golpe, há um novo componente muito forte, que são as questões relacionadas a essa mobilidade social provocada pelos diversos e combinados programas de capacitação/ampliação de vagas nas universidades e institutos tecnológicos, de reserva de vagas de acordo com a cor ou etnia, dos programas de transferência de renda, no aumento do valor do salário mínimo, em programas de acesso à habitação como o Minha Casa Minha Vida, ou programas de crédito e micro crédito. Todos esses programas e ações beneficiavam especialmente mulheres de todas as cores, raças e etnias. Mesmo que ainda longe do que gostaríamos em termos de acesso à cidadania e distribuição de renda, essas ações de governo significavam muito mais do que eles, os conservadores, admitiam. Isso é uma coisa que a esquerda vai ficar anos debatendo. Nosso programa estava muito aquém do necessário, mas até onde nós fomos, estava muito além do desejável para este segmento conservador.

O combate realizado pela mídia em suas coberturas sobre o lançamento e o desenvolvimento desses programas, na maioria das vezes subliminar, criticando e levantando suspeições, alimentou o ódio que vimos escancarar nas manifestações de 2015/2016. Foi assim com o ENEM (Exame Nacional de Ensino Médio), sempre colocando os resultados sob suspeição e risco. Foi assim com o Bolsa Família desde o início. Isso quando não recorriam a denúncias infundadas de fraudes, que corroboravam de maneira inteligente e sorrateira a ideia de que estávamos financiando “vagabundos” e que “as famílias tinham novos filhos para ampliar o benefício”.

Esse golpe está mostrando que foi uma ilusão o republicanismo num País como o Brasil de hoje, um País onde a participação sociedade organizada sempre foi frágil. E não me refiro apenas a entidades que têm sempre presença na vida pública como o

---

ao Projeto de Emenda Constitucional (PEC), aprovada pelo Congresso Nacional e em tramitação no Senado, que limita por 20 anos o crescimento dos investimentos em Educação e outras áreas básicas. No final de outubro de 2016, mais de 1 mil escolas e universidades estavam ocupadas pelos estudantes.

Movimento dos Sem Terra. Estou falando da postura que assumiu a OAB, da postura da mídia, que apoiaram abertamente o golpe. Embora as lideranças que estavam à frente do Brasil, Lula e Dilma, considerassem que havia uma sociedade forte que poderia sobreviver e lutar para garantir suas conquistas em embates mais fortes de um processo democrático, nós estamos vendo que isso não ocorreu. Os conflitos e as contradições da sociedade brasileira saltam aos olhos e revelam que a república no Brasil é só um nome. Ela não foi construída efetivamente. A começar pelo parlamento brasileiro, onde a maioria dos parlamentares representa a minoria rica, branca, masculina. As maiorias não estão representadas como as mulheres, os negros e as negras, os trabalhadores urbanos e rurais, a comunidade LGBT e por aí vai. Eu acho que foi extremamente baixa a mobilização da sociedade quando o golpe começou. A sociedade só começa a se mobilizar agora, e para defender os seus direitos que já estão sendo solapados pelo governo do Temer. Sabemos que não há nada sob normalidade política no Brasil. Ninguém pode achar que aquele Congresso é de verdade depois do dia 17 de abril de 2016, nem achar normal a falta de segurança jurídica a que estamos submetidos com as “excepcionalidades” e as “convicções”<sup>6</sup>, muito menos achar que pode haver normalidade baseada num governo ilegítimo que solapou 54 milhões de votos.

**|Você identificou algum aspecto de misoginia – aqui definido como ódio ou aversão às mulheres – na relação que a mídia, os políticos e o Judiciário estabeleceram com Dilma Rousseff?**

A meu juízo sim. A Dilma não foi apenas a primeira mulher a chegar à presidência da República. Ela veio de uma tradição de luta contra a ditadura militar, de esquerda, sem sobrenome familiar que a “legitimasse” no cargo (como infelizmente acontece com grande parte das mulheres que chegam a cargos eletivos), sem cargos eletivos anteriores, com bastante experiência de gestão.

Ela cumpriu os ritos de posse no seu primeiro e segundo mandato de uma forma que bem revela esse aspecto de sua trajetória, ao cumprimentar o povo acompanhada “apenas” pela filha Paula. Não havia nenhum homem acompanhando-a. Isso foi fatal e imperdoável num País como o nosso. Eu estava lá. Ela me empossou junto com os demais colegas de Ministérios. Seu discurso de posse foi voltado para as mulheres. Buscar carimbá-la para criar estereótipos foi o passo seguinte: a imagem da “gerentona/sargento” foi a primeira tentativa de desfeminizá-la, não como glamour, mas como mulher. Ou seja, para deter o poder tem que ser “macho”. Em seguida tentaram a imagem da “chiliquenta/neurótica”, que não respeita as pessoas, que não tem competência, só ganha no grito, “típico de mulheres”. No final, tentaram a imagem da “incompetente/isolada”, que para dar sobrevida ao seu governo precisava de um homem, neste caso o ex-presidente Lula. Tudo subliminar, mas muito eficaz.

---

<sup>6</sup> Referência à denúncia apresentada no dia 14 de setembro de 2016, à Justiça, por procuradores do Ministério Público Federal em São Paulo, que afirmavam, baseados em evidências e convicções, mas não em provas cabais, que o ex-presidente Luiz Inácio Lula Da Silva, era o “comandante máximo do esquema de corrupção identificado na operação Lava Jato”.

**|Você considera que o impeachment de Dilma Rousseff terá algum impacto na participação feminina na política? Em que sentido?**

Sem dúvida. O impeachment inconstitucional da Presidenta Dilma representa uma carga pesada para as mulheres. Em primeiro lugar, temos o corte abrupto de mulheres em espaços de poder no governo federal. O governo golpista não tem mulheres no primeiro escalão. Isso é a materialização do descaso e o machismo no interior desse golpe. Em segundo lugar, temos a extinção sumária da SPM e sua transformação num departamento do agora denominado Ministério de Justiça e Cidadania. As mulheres e seu empoderamento não fazem parte do programa do golpe. Pelo contrário, reduzi-las e criar empecilho para o seu crescimento como pessoas e agentes políticos sim é programático dentro do golpe. Por fim, sempre subliminarmente, se empenham em consolidar a ideia de que o poder não é para mulheres.

**|Vamos falar um pouco de você e da sua atuação. O espaço, a presença e os direitos das mulheres têm sido historicamente colocados e você teve uma participação importante em parte desse processo, como militante, parlamentar e ministra. Como você se coloca perante este tema. Considera-se feminista?**

Eu nunca tive uma militância em movimento específico de mulheres e da luta feminista. Eu sempre travei a discussão sobre essa questão a partir de onde eu estava. Quando presidi o Partido dos Trabalhadores no Espírito Santo (PT/ES) por três mandatos, quando fui secretária geral do PT/ES, como vice-presidente do Diretório Nacional do PT e como deputada federal, eu achava que nós tínhamos que ter uma organização nossa, das mulheres, dentro do partido e fora dele, eu sempre me posicionei contra as arbitrariedades e o preconceito. A minha compreensão da vida das mulheres vem da observação, da vivência, do conceito de luta de classes, de democracia e de direitos humanos. Foi uma consciência que foi chegando pela luta. Por isso eu não me considerava uma feminista no sentido clássico e sim uma mulher de luta. Hoje me sinto mais comprometida do que nunca com a luta pela igualdade entre mulheres e homens, em todas as suas dimensões.

**|A memória do movimento feminista está muita associada às feministas que queimavam seus sutiãs nos anos 1960 e 70, buscando eliminar os signos de opressão. Mas as lutas das mulheres adquirem historicamente várias faces: a mulher já queimou o sutiã, já brigou pelo direito de votar e agora ela quer sair sozinha à noite com segurança, quer ter o direito ao corpo, andar pela rua e não ouvir gracinhas. Há reivindicações que estão mais situadas na classe média, a mulher dos segmentos de renda mais baixos tem, além do direito ao corpo, outras pautas que é viver, ter acesso às coisas. Como você se posiciona diante destas lutas e como o governo as interpretou para construir políticas públicas?**

A preocupação predominante das mulheres mais empobrecidas é com a sobrevivência - a dela e a da família. Nesse segmento reside o maior número de chefes de famílias. Elas estão preocupadas com a fome e o desemprego e também estão preocupadas com a segurança, uma segurança de gênero. O número maior de estupros e de filhos abandonados é lá, nos setores empobrecidos. Elas não fazem muito parte de movimentos, mas falam com muita propriedade sobre essa questão de gênero; falam

do cansaço, da sobrecarga e também de preocupações básicas com a sobrevivência, o emprego, problemas na relação com filhos, quase sempre vinculados à violência policial e o envolvimento com o tráfico de drogas. Há um grupo que eu chamo “as mulheres que cuidam de si”, que se preocupam com essas questões, mas que também querem se divertir, namorar, usar roupas bonitas, ir para o shopping, para o forró, o samba, o funk e serem felizes. Nessa população, o machismo é muito pesado porque vem acompanhado de violência física, sexual, verbal e patrimonial. A mulher recebe o salário dela e o marido ou companheiro, vai lá e pega tudo. Há ainda outro setor que está sob o domínio das igrejas evangélicas e aí é o sofrimento calado, é apanhar calada, e diferente das outras mulheres, elas estão meio que conformadas. Devido às convicções religiosas elas estão convencidas de que lhes está mesmo reservado este destino. Elas vivem uma experiência triplamente machista. Sofrem o domínio da comunidade religiosa machista, do pai ou do irmão e do marido. Acima deles está o absolutismo do pastor. O pastor é a autoridade “abaixo de deus”. Isso é muito preocupante. Refiro-me aqui às igrejas neopentecostais evangélicas, por predominarem nos bairros mais empobrecidos, mas isso ocorre com a maioria das demais religiões.

Recentemente assisti a um vídeo em que o (Marcelo) Crivella, prefeito eleito do RJ, argumentava com seus fiéis que ainda irão eleger um presidente da República evangélico e assim cuidarão dos interesses da religião. O que serão esses interesses? A manutenção da cultura do estupro, em que a vítima é sempre a culpada e em que o debate sobre o aborto será sempre feito sob a ótica religiosa, nunca sob a ótica da saúde pública e do direito ao corpo? As expressões culturais mais diversas, como dança, música, teatro e outras estarão sempre sobre o filtro religioso, acabando com a liberdade de escolha? O rebatimento disso sobre as mulheres e sua luta por igualdade é muito pesado. Na chamada “guerra santa”, o enfoque da mídia sempre presente e subliminar é também inequívoco: nas reportagens sobre estupro ou outro tipo de violência, a vítima, muitas vezes fica sob suspeição. Vimos isso claramente no caso do homicídio da Eliza Samudio, namorada do Bruno, ex-goleiro do Flamengo, e em inúmeros casos de pessoas que não são celebridades. Vemos isso no destaque dado ao deputado (Jair) Bolsonaro (PP-RJ) e suas políticas de criminalização de mulheres e LGBTs, que ele consegue um grande espaço para disseminar seu pensamento preconceituoso e beligerante.

**| Como eram interpretadas as demandas das mulheres dentro da Secretaria de Políticas para a Mulher (SPM) e como se dava o processo de elaboração e definição das políticas públicas ou de estado para a mulher e seu papel na sociedade, na cultura, na vida pessoal?**

A realização de quatro Conferências de Políticas para as Mulheres Conferências ao longo desses 13 últimos anos esteve conectada ao desenvolvimento da agenda e à consolidação da própria da Secretaria de Políticas para as Mulheres. A criação da SPM também foi um compromisso histórico do PT. O Presidente Lula a criou e apesar dos ataques incessantes da direita e da mídia com reportagens e artigos sempre pregando o seu fim, a SPM se manteve até o final do governo Dilma.

Da maneira mais democrática possível, buscamos construir uma pauta junto com as organizações e movimentos de mulheres e com o Conselho Nacional dos

Direitos das Mulheres. Foi desse espaço de interlocução que surgiu o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, sintetizado nos seguintes pontos: Igualdade no mundo do trabalho e autonomia econômica; educação para Igualdade e Cidadania; Saúde integral das mulheres e direitos sexuais e reprodutivos; enfrentamento a todas as formas de violência contra as mulheres; fortalecimento e participação das mulheres nos espaços de poder e decisão; desenvolvimento sustentável com igualdade econômica e social; direito à terra com igualdade para as mulheres do campo e da floresta; cultura, esporte, comunicação e mídia; enfrentamento ao racismo, sexismo e lesbofobia; e igualdade para as mulheres jovens, idosas e mulheres com deficiência. As Conferências organizaram as demandas e é um crime desconstruir o que foi feito, como os golpistas estão fazendo.

Para o bem e para o mal, nos erros e acertos e no que foi realizado ou não, a SPM se vinculou aos resultados das conferências. As quatro ministras que passaram pela SPM, independente do foco e da visão de cada uma, tiveram compromisso e lealdade para com o programa e os resultados dessas conferências. Por isso, a SPM teve, a meu juízo, um desenvolvimento constante e ininterrupto. Todas nós demos prosseguimento ao que foi iniciado por nossas antecessoras. Assim foi com Emília Fernandes, Nilceia Freire, eu e Eleonora Menicucci, respectivamente primeira, segunda, terceira e quarta ministra. Além do conjunto da corajosa e maravilhosa equipe, que mudou pouco no decorrer dos anos.

#### **| Quais foram as principais decisões e realizações do seu período na SPM?**

Podemos citar marcos importantes como o fortalecido do Conselho Nacional de Política para Mulheres, a construção da rede nacional de prevenção e enfrentamento a violência contra as mulheres, preconizada pela Lei Maria da Penha junto com governos municipais e estaduais; articulações com o Judiciário para melhoria da implementação dessa Lei; as políticas de acesso ao mundo do trabalho e ascensão profissional; a valorização e constitucionalização das trabalhadoras e trabalhadores domésticos.

O tema da autonomia econômica com acesso e ascensão das mulheres no mundo do trabalho foi prioridade em nossa gestão. A partir do Prêmio Equidade de Gênero e Raça desenvolvemos um Planejamento a ser executado com empresas privadas, a exemplo do que já ocorria com empresas públicas para garantir acesso aos postos de trabalho, ascensão a cargos de chefia (temos poucas mulheres em cargos de chefia com poder e remuneração idêntica para mesmas funções e temos um desnível salarial que ainda gira em torno de 30% a menos para mulheres), garantia do respeito à licença maternidade, sala de aleitamento e creches, punição para os casos de assédio moral e sexual. Nosso objetivo era conquistar um marco regulatório para garantir esses direitos. Tentamos através de um PL de autoria da deputada Alice Portugal (PC do B/BA), do qual fui relatora de plenário quando retornei à Câmara, e fomos fragorosamente derrotadas pelos machistas que não concordaram com a garantia de estabilidade para membros das comissões por local de trabalho, que são meios importantes para a implementação dessas garantias. Imaginem se alguém sem estabilidade vai denunciar seu superior por assédio moral ou sexual. Avançamos muito neste tema, mas um marco legal ainda está por ser conquistado.

A SPM conseguiu dar visibilidade a imensos contingentes de mulheres, até então invisíveis como as quebradeiras de coco, as mulheres ribeirinhas e pescadoras, as

mulheres das religiões de matriz africana, entre tantas outras. Os programas do Plano Brasil sem Miséria, como o Bolsa Família<sup>7</sup>, o Programa de Cisternas<sup>8</sup>, o Mulheres Mil<sup>9</sup> e o Pronatec<sup>10</sup> tiveram nas mulheres suas principais beneficiárias. A titularidade das unidades do programa Minha Casa Minha Vida são sim um instrumento de empoderamento das mulheres<sup>11</sup>. Há também a Casa da Mulher Brasileira, que agrega no mesmo espaço físico atendimento psicossocial, Delegacia de Mulheres, Ministério Público, abrigo temporário, brinquedoteca para os filhos de mulheres vítimas de violência.

Fortalecemos a rede nacional de enfrentamento e prevenção da violência contra as mulheres. A Lei Maria da Penha, que, a meu ver, muito mais do que uma Lei, é um estatuto que atribui responsabilidades ao Executivo, Judiciário e Ministério Público. Se houvesse um compromisso e engajamento maior das prefeituras municipais e governos estaduais seria de uma eficácia exemplar, e foi toda construída pelas equipes de SPM juntamente com os movimentos de mulheres Brasil afora. Na época em que estava à frente da SPM, promovemos a atualização do Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, que foi um trabalho essencial para buscar eficiência e eficácia na rede de proteção, e atender bem as mulheres vítimas de violência, já que a obrigação constitucional na prevenção e enfrentamento cabe aos estados e municípios. Também assinamos os dois primeiros acordos com outros países para receber denúncias de mulheres brasileiras vítimas de violência no exterior. Elas poderiam fazer ligações telefônicas gratuitas para um número específico de atendimento a casos de violência contra a mulher, relatar sua situação, cabendo a nós encaminhar através de embaixadas e consulados o auxílio necessário. Com isso também poderíamos chegar a informações de casos de cárcere privado, sequestro de crianças ou trabalho escravo. Fizemos esses tratados com Portugal e Itália, depois a SPM continuou com outros países.

Articulamos junto ao Supremo Tribunal Federal para que se colocasse em pauta o julgamento das arguições de inconstitucionalidade de artigos da Lei Maria da Penha. A conclusão deste debate doutrinário era fundamental para que juízes e juízas de 1<sup>a</sup>

---

<sup>7</sup> Programa, criado no Governo Lula, de transferência direta de renda que beneficia famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza.

<sup>8</sup> Programa de financiamento para a construção de cisternas de placas de cimento, existente desde 2003, que passou a contar com um marco legal em 2011, por meio do decreto 7.535, assinado pela ex-presidenta Dilma Rousseff.

<sup>9</sup> O Programa Mulheres Mil foi implantado nacionalmente em 2011 e teve por objetivo promover a inclusão social e econômica de mulheres em situação de vulnerabilidade, por meio da oferta de cursos profissionalizantes com carga horária mínima de 160 horas especificamente para mulheres.

<sup>10</sup> O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) foi criado pelo Governo Federal, em 2011, por meio da Lei 12.513/2011, com o objetivo de expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica no país.

<sup>11</sup> No programa de habitação para população de baixa renda denominado Minha Casa Minha Vida, cujas obras estão suspensas por decisão do atual governo, as mulheres é que prioritariamente recebem o título de propriedade da unidade habitacional, sendo elas hoje proprietárias de 89% das moradias do programa federal.

instância não dessem diversos processos por encerrados pela alegação da tal inconstitucionalidade, ampliando assim a impunidade e favorecendo homicídios que ocorriam depois do arquivamento. Os artigos em questão tratavam da impessoalidade da ação, que é quando a mulher denuncia a violência e o parceiro, que, em geral, é também o agressor, a chantageia ou pede perdão, o que também é comum, e ela acaba retirando a queixa. A impessoalidade se materializa por meio do Ministério Público, que dá prosseguimento à ação, caso a mulher desista. Isso é muito claro e não é inconstitucional.

Também constituímos e promovemos o pleno funcionamento do Fórum Nacional de Gestoras Públicas de Políticas para as Mulheres. A constituição de organismos (secretarias, departamentos, superintendências etc.) para elaborar e gerir políticas para as mulheres foi sempre uma luta nossa. Mas onde existiam alguns desses organismos, as gestoras tinham pouco peso político, quase nenhuma estrutura para execução das políticas e orçamentos pífios na maioria dos casos. Então, o Fórum era um espaço para organizar, articular e fortalecer essas gestoras e seus organismos.

Não é fácil, mesmo em governo de esquerda ou de coalizão, criar a consciência de devemos superar as desigualdades. O convencimento da transversalidade das políticas tem que ser uma diretriz clara e não um desejo. Fazer com que ministérios poderosos e com orçamento, governos municipais e estaduais e parlamento em todos os níveis se envolvam efetivamente e alcancem resultados positivos é um desafio permanente. Sem esquecer a necessidade de trabalharmos a mudança cultural para superar o preconceito, mas essa tarefa é para um conjunto maior de forças na sociedade, um ministério e um governo ainda é muito pouco. Por isso, a SPM sempre foi tão importante para nós e para as mulheres, não só brasileiras, mas aquelas alcançadas pelos tratados e pactos do Mercosul e da ONU, onde o Brasil teve um destacado papel até o golpe. O fim da SPM com visível redução do seu com é um duro golpe sobre as lutas das mulheres.

**| Houve o polêmico caso da peça publicitária de roupas íntimas estrelada pela Gisele Bündchen. Como foi aquela experiência? Eu lembro que vários setores das redes sociais e da mídia foram bem agressivos com você e com o governo.**

Não poderíamos deixar de lembrar essa que foi uma das experiências mais ricas, embora muito sofrida para mim pessoalmente, que foi o caso da publicidade de peças íntimas cuja protagonista era a bela Gisele Bündchen. Aquela propaganda caracterizava claramente uma situação de indução à violência contra a mulher, tema similar a outras que já haviam sido questionadas pela SPM. A partir das denúncias recebidas, demos o encaminhamento de praxe: enviar para o Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária (Conar), solicitando a suspensão da veiculação da peça por induzir violência. Nossa, a casa caiu! Eu vi a força do machismo, especialmente através da grande mídia, com charges truculentas e agressivas, matérias parciais, deboche, escracho. Essa parte foi muito dura de suportar. E como já esperávamos, no julgamento da questão por parte do Conar, perdemos feio. Por unanimidade, o conselho de ética do Conar decidiu manter a veiculação da publicidade. Anunciaram a decisão envergonhadamente, mas a publicidade não foi mais ao ar. Quando veio outra campanha ela estava bem reestruturada.

**| A presidente Dilma foi a primeira mulher a ocupar este cargo e você foi a primeira a ocupar a secretaria com status de ministério. Como v. analisa o olhar dela sobre a questão da mulher e como isso se expressava no governo dela?**

A Dilma teve, desde o início, uma ideia clara de que era a ser a primeira mulher a presidir o Brasil e ela buscou concretizar políticas que alterassem a vida das mulheres, especialmente as mulheres mais pobres. Quando em 2011 – eu era ministra ainda – ela lançou o Plano Brasil Sem Miséria, ali estava materializado um olhar para as mulheres que ainda não havia sido feito no Brasil. Em qualquer estudo sério sobre pobreza e a miséria, a constatação é sempre a mesma: os mais pobres entre os pobres são as mulheres, as crianças, negros e/ou índios, estes últimos a depender da região do planeta. No Brasil, não podia ser diferente. Os estudos que antecederam o Plano confirmaram essa informação. Portanto, os investimentos realizados por meio do Brasil Sem Miséria foram muito importantes para essas mulheres. Ainda com esse olhar, o Programa Mulheres Mil propiciou a muitas mulheres o acesso à educação e capacitação para buscar ampliação de renda, emprego ou outra atividade remunerada; no Pronatec, cerca de 80% das vagas foram ocupadas pelas mulheres. Como as mulheres estudam por mais tempo que os homens, elas também foram beneficiadas com a ampliação de vagas nas universidades e institutos tecnológicos. A 4ª Conferência de Políticas para as Mulheres, que ocorreu nos últimos dias do governo Dilma, foi o último evento público do governo Dilma, portanto, foi com as mulheres que ela teve a última reunião pública como presidenta. Ela foi à abertura e eu estava lá como militante, ex-ministra e como membro da Secretaria de governo da Presidência da República. Foi extremamente emocionante, indescritível, e também um momento de fortalecimento do movimento das mulheres e de reconhecimento da importância dessa mobilização em termos econômicos, políticos e culturais. As mulheres têm um papel muito importante e é preciso que isso seja reconhecido.

### **| Considerações finais**

Compreender o componente machista e misógino que permeia o golpe no Brasil é um desafio que se apresenta para quem se proponha bem interpretar o momento histórico que vivemos. Têm se multiplicado as evidências de que apenas as contradições de classe e renda não são mais elementos suficientes para a compreensão das crises que acontecem. O poder e as contradições que o constituem se encarnam na condição singular de cada um de nós, na nossa dimensão simbólica e não apenas material ou macroestrutural. Isso também faz com que nossas lutas ganhem outro sentido, que é um sentido de proximidade e urgência, porque as contradições, os conflitos, as disputas estão presentes no nosso corpo e, portanto, no nosso cotidiano. É necessário entender isso para que tenhamos uma dimensão mais exata da complexidade dos processos. O fato de Dilma ser mulher, a primeira que ascendeu ao cargo de presidente da República no Brasil, um País cuja cultura ainda é fortemente dominada pelo macho, na qual a mulher ainda é tida como um ser subalterno e subimportante, é um componente de disputa a mais que se interpõe de forma efetiva e contundente. Numa situação de disputa política radical, na qual grandes interesses econômicos e políticos estão em jogo, como o que vivemos hoje, este “detalhe” se torna ainda mais relevante, pois interfere nas condições de disputa. Interfere fortalecendo os inimigos da democracia que viram no fato de Dilma ser mulher uma

facilitação para a obtenção dos seus propósitos, e também no campo da resistência, especialmente no olhar feminino deste segmento, que percebe nas frestas dos inúmeros movimentos realizados durante o golpe as formas da misoginia, vislumbrando também oportunidade de denunciá-la e combatê-la. Observamos que nas macroanálises do processo de golpe que o Brasil está sofrendo, sejam elas oriundas da direita ou da esquerda, insiste-se em esquecer ou subdimensionar esse dado, que, de forma alguma, pode ser deixado de lado. É preciso evidenciá-lo para que não tenhamos ainda mais retrocessos nas lutas que travamos no dia a dia, em nível micro ou macro, para que alcancemos uma sociedade em que os direitos humanos sejam realmente considerados e em que as oportunidades sejam iguais para todos.

*“Os adjetivos utilizados para desqualificar a Presidenta mulher fazem parte de um extenso vocabulário moral, científico, médico e psicanalítico de destituição do feminino como força política, como sujeito social e como modo de ser e existir.”*

## **IVANA BENTES**

Fernanda Martinelli

---

Ivana Bentes é professora associada do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFRJ. Foi diretora da Escola de Comunicação da UFRJ de 2006 a 2013 e Secretária de Cidadania e Diversidade Cultural do Ministério da Cultura do Brasil de janeiro de 2015 a maio de 2016 (gestão interrompida pelo Golpe de 2016). Atua na área de Comunicação e Cultura, com ênfase em Teoria da Comunicação, Políticas Culturais, Cultura de Redes, e nos seguintes campos: estética, mídia, audiovisual, cinema, imaginário social, pensamento contemporâneo e cultura digital. Atualmente se dedica a dois campos de pesquisa: Estéticas da Comunicação, Novos Modelos Teóricos no Capitalismo Cognitivo (CNPq) e Periferias Globais: produção de imagens no capitalismo periférico. Desde 2009 é Coordenadora do Pontão de Cultura Digital da ECO/UFRJ. É curadora na área de arte e mídia, cinema, audiovisual.

---

### **|Você define o impeachment de Dilma Rousseff como um golpe? Por quê?**

Trata-se de um processo jurídico-midiático que tirou um grupo eleito pelo voto do poder e se baseou em argumentação e fatos jurídicos frágeis. Para que ocorra o impeachment, a presidenta só poderia ser afastada após comprovação de crime de responsabilidade. O processo de impeachment acusou a gestão de Dilma Rousseff de “pedaladas fiscais”, atrasos no repasse do Tesouro a bancos públicos encarregados da operação financeira para pagar programas sociais. O processo só foi à frente por um casuísmo do então presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, para escapar do seu próprio processo de cassação. A oposição que perdeu as eleições de 2014 viu nesse casuísmo a possibilidade de chegar ao poder sem passar pelo processo eleitoral. Não havendo crime de responsabilidade foi preciso todo um aparato jurídico-midiático de construção de um ambiente de suspeição, delações premiadas, escândalos, operações anticorrupção como a Lava Jato, que atingiram todos os partidos e campos

políticos, mas que foram direcionados midiaticamente para penalizar um só partido e grupo, o Partido dos Trabalhadores e seus dirigentes.

A construção narrativa do impeachment sem crime de responsabilidade se consumou com a adesão da maioria da Câmara dos Deputados e do Senado da “necessidade” do afastamento, por razões as mais diversas, entre elas a crise econômica e a impopularidade do governo Dilma. Desta forma o afastamento em definitivo de Dilma Rousseff foi um julgamento por seus pares de sua *performance* política e não de qualquer crime e explicitou a aliança jurídico-midiático com seus opositores políticos em um golpe contemporâneo.

**|Qual a participação da mídia nesse processo? Você gostaria de mencionar algum exemplo?**

No período que preparou a opinião pública para o impeachment vivenciamos um apocalipse-Brasil diário com os vazamentos na grande mídia de dados da operação Lava Jato, prisões coercitivas, delações premiadas em série e pautas-bombas lançadas em operações casadas entre o judiciário, a polícia e seu braço comunicacional, a mídia. Uma narrativa histórica, novelizada e em transe, produzindo tempestades emocionais que anunciavam o “Juízo Final”, expressão retomada pelo Estadão no editorial de 31 de agosto celebrando a “profecia” anunciada da destituição da presidenta do Brasil.

A mídia teve assim papel decisivo na construção do impeachment que funcionou como essa “profecia autorrealizável” com a derrota e a retirada do poder e do Estado de um partido e um grupo político. O que estava em questão desde o início ficou explicitado no anúncio do impeachment da presidente Dilma Rousseff, com a manchete “PT deixa o governo após 13 anos”, que foi a frase-slogan de triunfo de um grupo político quatro vezes derrotado nas eleições e estampado nesse 31 de agosto de 2016 no site da Globo, deixando claro o que estava em jogo no impeachment da presidenta Dilma Rousseff.

A operação jurídico-midiática que viabilizou o impeachment também explicitou um fato sabido: o negócio da mídia brasileira não é jornalismo e nem notícias, é construção de crise, instabilidade e “normalidade”. É o que podemos chamar também de novelização das notícias e uma tentativa exaustiva de “direção de realidade”. Foi o que vimos desde o editorial de 1º de janeiro de 2015 de O Globo, que dava um ultimato a então presidenta Dilma Rousseff, eleita por 54 milhões de votos: “Margem de erro para Dilma ficou estreita”, e mais tarde nos editoriais da Folha de S.Paulo e do Estadão que pediam sem rodeios o impeachment e destituição da presidenta. Os jornais e mídias em uníssono falando de uma economia “em coma”, desemprego, insatisfação da FIESP, dos empresários, dos ricos e da classe média em revolta.

A tempestade midiática foi calibrada e modulada, sua velocidade e intensidade foi gerida, sendo desacelerada a partir do dia 13 de maio de 2016, com Dilma já afastada pelo rito do impeachment. No dia da posse de Michel Temer como interino, a narrativa midiática em um passe de mágica se transformou, e já o editorial de O Globo profetiza em suas páginas o retorno a uma súbita normalidade: “Otimismo com o novo tom do Planalto”.

As pautas bombas desaparecem ou diminuem, a histeria e o alarmismo dão lugar a uma mídia de “pacificação” simbólica, como nas operações “pacificadoras” nas favelas cariocas. É a produção de um discurso de segurança artificial e que “acalma”

eleitores, empresários, “acalma o mercado” e diz que “agora” tudo está sob controle com a chegada de um “operador político” confiável.

**|Em algum aspecto você acha que a questão de gênero foi relevante junto à imprensa e à opinião pública influenciando a cobertura do processo de impeachment? Em caso afirmativo, você poderia mencionar alguns exemplos?**

Sim, a mídia sempre tratou as questões de gênero no sentido de desqualificá-la, começando pela opção de Dilma Rousseff utilizar o termo “presidenta”, desde o seu primeiro mandato. A mídia e parte da opinião pública conservadora, com reflexo nas redes sociais criaram um ambiente hostil e pouco acolhedor a essa decisão política de valorização e explicitação da chegada da primeira mulher ao cargo de presidente da República do País. Essa controvérsia acompanhou Dilma até o impeachment.

A misoginia se amplificou e se explicitou no decorrer do processo de impeachment, dentro de um ambiente político extremamente hostil, machista e predador em que a figura histriônica e corrupta de um homem como Eduardo Cunha, por exemplo, se manteve liderando a Câmara dos Deputados e comandando o processo de impeachment até que ele fosse consumado, recebendo um tratamento benevolente enquanto cumpria essa função.

Ao mesmo tempo a misoginia se expressou nas redes sociais de forma brutal, com xingamentos, *memes* que desqualificavam a figura de Dilma Rousseff não como mandatária, mas como mulher, com ofensas vindas do campo dos comportamentos, da sexualidade, do gosto no vestir, na silhueta, etc.

**|Você identificou algum aspecto de misoginia – aqui definido como ódio ou aversão às mulheres – na relação que a mídia, os políticos e o Judiciário estabeleceram com Dilma Rousseff?**

Um momento crítico e síntese da misoginia da mídia foi a capa da Revista IstoÉ com um texto utilizando todos os estereótipos e adjetivos machistas e misóginos, para desqualificar uma mulher na Presidência do Brasil. A estratégia da revista foi a mesma utilizada no vazamento contra o ex-presidente Lula da Silva, que expunha sua fala informal em telefonemas privados usados para desclassificá-lo moralmente.

Mas com Dilma Rousseff foi ainda mais escandaloso, sexista e intolerável no momento que o texto ultrapassou qualquer ética jornalística, com a utilização de aspas sem nenhuma fonte, com acusações de cunho comportamental e moral que faziam uma desqualificação psicológica e emocional da Presidenta da República, que teria “perdido o equilíbrio e as condições emocionais para conduzir o País” e é descrita (sem fontes identificadas) como uma desequilibrada, histérica, furiosa, a beira de um ataque de nervos e propensa a atos violentos.

Trata-se de um ataque genérico que usa da fórmula jornalística para encobrir um texto absolutamente editorializado, sem fontes identificadas (“fontes do Palácio do Planalto”) que usa aspas fantasmas (ninguém é citado) para demolir uma reputação com base em um discurso baseado em clichês, preconceitos e ódio às mulheres que ocupam espaços de poder. Os clichês descrevem a presidenta como uma mulher histérica, desequilibrada, destemperada, com “crises nervosas” sendo “medicada” para aplacar seus rompantes e acessos de violência e histeria.

O texto é uma peça de como a mídia passa a usar da pessoalização, argumentos e análises extra-políticas para demolir a pessoa, o caráter, construindo um personagem de ficção em que a Presidenta é comparada com “Maria, a Louca”, uma “autista” com uma retórica “cretina” e cuja permanência significa uma ameaça de “volta do terror”.

Passam de um estereótipo, “a gerentona masculinizada”, para outro: o da mulher acuada e descontrolada que responde a um ataque político não com articulação, atos, ações e discursos, mas como uma mulher histérica e furiosa quebrando móveis.

Os adjetivos utilizados para desqualificar a Presidenta mulher fazem parte de um extenso vocabulário moral, científico, médico e psicanalítico de destituição do feminino como força política, como sujeito social e como modo de ser e existir: mulheres irascíveis, fora de si, vingativas, destemperadas e moralmente e psicologicamente condenáveis! “Elas” seriam incapazes de conduzir a política e estar no comando de um País.

**|Você considera que o impeachment de Dilma Rousseff terá algum impacto na participação feminina na política? Em que sentido?**

Acho que o impeachment de Dilma Rousseff ativou a preocupação com a baixa representação feminina em todas as esferas de poder e de decisão. Ficou claro que para mudar a cultura política misógina será preciso mais do que a Lei de Cotas que estabelece uma proporção mínima e máxima de candidatura por gênero a cada pleito nos partidos. Ou seja, a Lei de Cotas para as mulheres não é cumprida porque não bastam medidas de cima para baixo (são um avanço, mas a mudança não acontece por lei nem decreto), tem que mudar a mentalidade de uma sociedade patriarcal, de uma mídia que dá pouca visibilidade às mulheres ou as deixa em um lugar secundário e que reforça estereótipos sobre “o lugar das mulheres”, seus papéis sociais e toda uma série de preceitos, etiqueta e comportamentos restritivos para as mulheres, narrados e repetidos cotidianamente. A forma como a mídia e o jornalismo cobrem as ações políticas das mulheres, seu reforço de estereótipos, e o modo como cobriram o processo de impeachment de Dilma Rousseff produziu todo um campo de análise dos discursos e ativou grupos, redes de solidariedade e sororidade entre as mulheres. Uma empatia entre mulheres que ganhou força e visibilidade nas redes sociais e nas ruas e pode se traduzir em um aumento da atenção a questão da participação das mulheres na política.

**|Qual a sua avaliação sobre a forma como a deposição da presidenta repercute nas políticas públicas voltadas para as mulheres e nos protagonismos femininos em diversos campos da sociedade civil?**

A deposição da presidenta e a consolidação do processo do impeachment, comandado por homens, se refletiu negativamente nas primeiras ações do governo Temer, extremamente criticado por compor seu governo com uma maioria de homens, o que foi considerado um retrocesso. Nesse sentido o golpe foi duplamente misógino, contra uma mulher e diminuindo a visibilidade e participação das mulheres no governo ilegítimo. Essa situação, por outro lado, fez emergir muitos movimentos de resistência e ação feministas.

*“A presidenta foi vítima de uma injustiça política. Um golpe, dado com o uso de dispositivos legais e em oposição ao estado democrático de direito.”*

## JACIRA VIEIRA DE MELO

Alice Mitika Koshiyama

---

Jacira Vieira de Melo é militante feminista da década de 70, especialista em Comunicação Social e Política na perspectiva de gênero e raça. Em 2001, foi uma das fundadoras do Instituto Patrícia Galvão, em homenagem à jornalista, escritora, militante política e feminista, Patrícia Rehder Galvão, mais conhecida como Pagu (1910-1962). Surgiu uma organização social sem fins lucrativos para atuar no campo do direito à comunicação e dos direitos das mulheres no Brasil, assessorar jornalistas e contextualizar debates. Em 2009, foi criada a Agência Patrícia Galvão, que atua na produção de notícias e conteúdos sobre os direitos das mulheres brasileiras. Destaques para temas como mídia, direitos humanos, sexuais e reprodutivos, eleições. Campanhas: “epidemia da Zika vírus” (2015) e “Dossiê Femicídio” (2016).

---

### **| Você define o impeachment de Dilma Rousseff como um golpe? Por quê?**

A presidenta foi vítima de uma injustiça política. Um crime político. Um golpe, porque o impedimento significou uma ruptura do estado democrático de direito.

Na Câmara dos Deputados e, em especial no Senado, o tempo todo, houve a intenção de lançar mão de dispositivos legais a fim de fazer crer que todo processo funcionava na mais plena normalidade e dentro das regras legais. Mas em meio à aparência de legalidade estava em curso um atentado, um golpe.

Concretamente: o impedimento da presidenta foi uma ruptura com a legalidade, com a constituição federal de 1988. Foram utilizados todo tipo de pretexto: os questionados decretos de suplementação orçamentária. A maioria dos governadores recorre desta prática. Outros presidentes – FHC e Lula – também fizeram uso de decretos de suplementação orçamentária.

A acusação de a presidenta realizar ajuste recessivo pós-eleição, contrariando seus discursos e promessas de campanha. O fato de Dilma ter uma narrativa eleitoral e depois ter realizado o ajuste exigido, quando se comprometeu a não fazê-lo, é digno de

crítica, mas não justifica o impedimento. Por outro lado, as narrativas e promessas de campanhas da maioria dos candidatos/as infelizmente tendem a perder a validade pós-eleição.

Se fosse justificável esse argumento, Fernando Henrique teria sofrido impedimento em 1999, quando pós-eleição desvalorizou o real em 100% frente ao dólar.

Mas, com a crise econômica, decorrente em parte dos ajustes econômicos que não foram realizados entre 2009 e 2014, com a Lava Jato e com a eleição do deputado Eduardo Cunha a presidência da Câmara, tudo contribuiu para o ambiente favorável para a deposição da presidenta Dilma, feita a partir de artifícios jurídicos.

A presidenta Dilma por seu perfil político de não jogar o jogo da pequena política do Congresso, sempre teve dificuldade de lidar com o Brasil do atraso muito bem representado na Câmara dos Deputados e no Senado – tendo como símbolo José Sarney, Renan Calheiros, Jader Barbalho, Lobão, Eduardo Cunha etc.

Ainda hoje se diz que a presidenta Dilma não tinha perfil político para ser presidenta. Bem, se perfil político significa ter capacidade de negociar cotidianamente em uma lógica do toma lá dá cá, ela realmente não tinha mesmo perfil. A presidenta Dilma relevou-se uma política de princípios, uma presidenta com formação ideológica consistente. Sim, havia conflitos cotidianos com o Congresso e parte da equipe da presidenta de perfil fisiológico.

Condenar a presidenta Dilma pelas chamadas pedaladas fiscais, que foram práticas comuns no governo Fernando Henrique, no governo do Lula, e é prática comum da maioria dos governos estaduais significa um golpe. Significa um artifício político, um golpe contra um governo legitimamente eleito nas urnas.

### **| Qual a participação da mídia nesse processo? Dê exemplos.**

A mídia de referência nacional teve participação ativa no apoio ao processo de impedimento da presidenta Dilma, pois privilegiou narrativas que legitimaram o processo.

Desde o início de 2015, houve por parte da mídia de referência nacional – TV Globo e os jornais O Globo, Estadão e Folha de S. Paulo, uma narrativa construída cotidianamente para legitimar a aprovação de admissibilidade do pedido de impedimento. E essa construção narrativa do noticiário articulava cotidianamente por um lado os escândalos de corrupção da Lava Jato – para deslegitimar a presidenta, e por outro para legitimar o processo de impedimento.

O Jornal Nacional colocou no ar durante meses uma vinheta com a imagem de um duto gigante jorrando dólares – na perspectiva de colar a imagem de corrupção no governo da presidenta Dilma – não era exatamente na pessoa da Dilma que não respondia por nenhum processo e nem era alvo de denúncias, mais na imagem do governo. A presidente assim deveria responder por tudo de ruim que acontecia no País.

Um olhar sobre a cobertura da imprensa internacional contribui para analisar o papel que imprensa brasileira para legitimar o processo de impedimento da presidenta Dilma junto à população.

A diferença de enfoque, ênfase: enquanto, por exemplo, a imprensa americana (*New York Times* e *The Washington Post*) dava destaque a acusações de corrupção

contra o deputado Eduardo Cunha e a 1/3 do Congresso, isto é, aqueles que conduziam o processo. Estes enfoques colocavam dúvidas sobre a legitimidade do processo de impedimento de uma presidenta que não agiu para pressionar a polícia federal a poupar congressistas nas investigações de corrupção. A dar total apoio ao seu ministro da justiça quando este defendia a autonomia da Polícia Federal.

**|Em algum aspecto você acha que a questão de gênero foi relevante junto à imprensa e à opinião pública a influenciar a cobertura do processo de impeachment? Dê exemplos.**

A questão de gênero foi relevante junto à imprensa e à opinião pública. A imprensa desde o final do segundo ano do primeiro mandato passou a caracterizar a presidenta Dilma como pouco hábil para as relações políticas com o Congresso; e uma presidenta que não sabia delegar poderes, isto é, impunha sua visão na economia, na área de infraestrutura, planejamento, banco central etc. Com o argumento de que a presidenta não sabe ouvir; é dura com os ministros etc. Tanto que Dilma sempre disse com ironia que “Sou uma mulher dura cercada de homens meigos”. Fernando Henrique e o Lula foram presidentes sem ter passado por um cargo no Executivo. Dilma foi presidente após ter uma longa trajetória no Executivo estadual e federal, e em posições estratégicas (ministério de minas e energia e casa civil no governo Lula).

Toda essa construção de não experiência política desde o primeiro mandato foi intensificada negativamente no processo eleitoral de 2014 e no início do segundo mandato, em 2015.

**|Você identificou algum aspecto de misoginia – aqui definido como ódio ou aversão às mulheres – na relação que a mídia, os políticos e o Judiciário estabeleceram com Dilma Rousseff?**

Aspectos de misoginia, de aversão a uma mulher no lugar institucional de maior poder no País. No processo de impedimento essas aversões à presidenta mulher de aspectos misóginos se descortinaram. A mim sempre chamou atenção como especialistas da área política e econômica nas entrevistas não falam o nome da presidenta. Alguns cientistas políticos e economistas em entrevistas na TV demonstravam raiva e irritação ao falar da Presidenta. Alguns, ao formularem críticas, chamavam a presidenta de burra repetidas vezes.

A imprensa pouco se falou sobre a defesa de Dilma no Senado Federal. Uma fala de quase uma hora que foi avaliada por alguns poucos especialistas como a mais brilhante que já se ouviu de um presidente da República no senado, pensando no Brasil no período pós-ditadura.

Mas qual foi o destaque na imprensa após a defesa de Dilma no Senado? Que a presidenta Dilma havia sido repetitiva. Como assim? Repetitivos e desinformados foram os senadores que tinham cola na mão para fazer perguntas para a presidenta e não levavam em conta o que já havia sido exposto por ela e debatido com outros senadores.

**|Você considera que o impeachment de Dilma Rousseff terá algum impacto na participação feminina na política? Em que sentido?**

No governo Dilma houve o apoio da Secretaria da Política para Mulheres na construção de políticas públicas, com o apoio direto da ministra Eleonora Menicucci, uma especialista acadêmica e militante histórica pelos direitos de cidadania das mulheres. A difusão e aplicação da Lei Maria da Penha e a difusão da questão de gênero tiveram estímulos importantes. Vimos o impacto do exame de redação do ENEM em 2015, cujo tema a frase de Simone Beauvoir, provocou consultas intensas ao nosso site (<http://agenciapatriciagalvao.org.br/>). Nossa entidade continua em ação com nossos parceiros e parceiras de nossos projetos de trabalho. Estou animada com as jovens comunicadoras e cito as que estão em AzMina e Think Olga, falando dos problemas das mulheres com muita competência.

**|Considerações finais**

Foi uma violência política e sexista contra a presidenta, uma discriminação, um tratamento indigno contra a presidenta que não cometeu nenhum crime, nenhum ato ilícito. Divergência política não pode justificar a violência de gênero sofrida pela presidenta Dilma em todo processo de impedimento.

Dilma pagou um alto preço por ser mulher e defender suas ideias e seu mandato de presidenta de forma inteligente, segura, com conhecimento e experiência nas áreas estratégicas para o País: macroeconomia, infraestrutura, setor energético defendeu seu governo e seus atos com ideias e argumentos. A presidenta demonstrou ao vivo sua competência e capacidade ao debater todos os temas relevantes para o País.

*“Este é um golpe machista, é claro. Em diversos momentos a própria imprensa usou de recursos difamatórios e misóginos para desqualificar e desconstruir a presidenta Dilma.”*

## **JANDIRA FEGHALI**

Fernanda Martinelli  
Heloisa Bayerl

---

Deputada Federal pelo PCdoB no Rio de Janeiro, eleita seis vezes consecutivas. É filiada ao Partido Comunista do Brasil desde 1981, onde fez parte do Comitê Central e passou a atuar no movimento sindical. No ano de 2004 presidiu a Comissão Especial do Ano da Mulher. Foi coordenadora da bancada feminina no Congresso Nacional de 1998 a 2004. No ano de 2005 relatou o projeto de lei Maria da Penha - a redação final é do parecer apresentado por Jandira na comissão de mérito. Foi secretária do Desenvolvimento Econômico da cidade de Niterói e secretária de Cultura na cidade do Rio de Janeiro. Jandira é médica, formada pela UERJ. Em 1983 foi presidenta da Associação Nacional dos Médicos Residentes, e dirigiu o Sindicato dos Médicos de 1984 a 1986.

---

### **|Você define o impeachment de Dilma Rousseff como um golpe? Por quê?**

Foi um impeachment sem crime de responsabilidade, liderado por Eduardo Cunha, Temer e diversos deputados com processo de corrupção no STF. Não havia motivo legal e, sim, político.

### **|Qual a participação da mídia nesse processo? Dê exemplos.**

Total. Os grandes meios de comunicação fizeram sua parte, ao adotar uma postura narrativa de ataque ao Governo e aliados. Nas manifestações da direita, que ocuparam as ruas com fascismo e atitudes repudiáveis, houve apoio intenso. Monopólios midiáticos usando seus braços para dar cobertura quase diária a estas manifestações, por exemplo, como a GloboNews fez durante todo o processo.

### **|Em algum aspecto você acha que a questão de gênero foi relevante junto à imprensa e à opinião pública a influenciar a cobertura do processo de impeachment? Dê exemplos.**

Este é um golpe machista, é claro. Em diversos momentos a própria imprensa usou de recursos difamatórios e misóginos para desqualificar e desconstruir a

presidenta Dilma. Um caso clássico foi a capa da Revista Isto É em que era chamada de louca.

**|Você considera que o impeachment de Dilma Rousseff terá algum impacto na participação feminina na política? Em que sentido?**

Só se for para aumentar a participação delas na política. Veja as eleições municipais e entenda como ainda somos minoria na política. Nas capitais, apenas uma mulher foi eleita. É preciso mudar esse cenário e ampliar a participação feminina nas questões urbanas e políticas.

**|Qual a sua avaliação sobre a forma como a deposição da presidenta repercute nas políticas públicas voltadas para as mulheres e nos protagonismos femininos em diversos campos da sociedade civil?**

Basta pegar o governo ilegítimo de Michel Temer: nenhuma mulher, nenhum negro. A concepção de governo, mesmo que provisório, diz muito sobre o gestor. Além disso, Temer tratou de cortar secretarias importantes, como a das Mulheres, que representa um canal de resistência dessas pautas no governo federal.

*“Houve memes que nós todos tivemos acesso pelas redes sociais, absolutamente absurdos, de uma violência indescritível, uma permissão ao ódio.”*

## JESSÉ SOUZA

Patrícia Bandeira de Melo

---

Professor de Ciência Política da Universidade Federal Fluminense, com doutorado em Heidelberg, Alemanha, e pós-doutorado na *New School for Social Research*, nos Estados Unidos, Jessé Souza foi presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), nomeado pela presidenta Dilma Rousseff em 2015 e demitido no início da gestão provisória de Michel Temer. Autor e organizador de 23 livros, o mais recente deles é “A Radiografia do Golpe”. Souza tem trabalhos sobre sociologia política, teoria da modernização periférica e desigualdade no Brasil. Entre seus temas de pesquisa está a questão da cidadania, com estudos empíricos e teóricos acerca da singularidade da desigualdade brasileira. Souza aponta “a indignação seletiva da imprensa” como um fator que influenciou o golpe jurídico-midiático no País. Ele destaca o que chama de “rentismo perverso” como uma das causas do afastamento da presidenta. O professor considera a tese da Operação Lava-Jato como ponto depurador do País a maior fraude contemporânea em termos de discurso.

---

### **| Você define o impeachment de Dilma Rousseff como um golpe? Por quê?**

Eu defino como golpe porque ele foi montado como um assalto à soberania popular. Esse é o elemento principal do golpe. Ele obviamente foi feito com base em vários pretextos. Houve várias tentativas de golpe antes e esse foi um golpe parlamentar com base num pretexto ridículo, eu diria, como outros antes, como o que foi montado para pegar Getúlio Vargas. Esse agora tem várias monstruosidades jurídicas, e foi um golpe parlamentar. É muito importante saber que a noção de soberania popular no Brasil está ligada, antes de tudo, ao presidente da República. O Congresso, especialmente a Câmara Federal, tem muito menos representatividade, 6% dos seus membros foram eleitos diretamente pelo povo, os outros foram em lista partidária, e a Câmara tem a ver com questões que são locais e regionalizadas, ou seja, só na Presidência da República que nós temos efetivamente dois projetos de sociedade debatendo um contra o outro. Foi exatamente esse projeto de sociedade que foi

derrubado, por meio ilegítimos, e substituído pelo outro que tinha sido derrotado nas urnas. Isso, para mim, com todas as palavras é um golpe!

**| Qual a participação da mídia nesse processo? Dê exemplos.**

A participação da mídia é total, e o que eu tento explicar no livro *A Radiografia do Golpe*<sup>12</sup> é exatamente isso. Ou seja, o golpe foi montado pela elite econômica. Que elite econômica é essa? A fração financeira da classe dos proprietários. Isso tem a ver com o fato de que o capitalismo mundial, embora no Brasil seja muito pior, passou por mudanças importantes. A mudança mais importante é que a classe dominante principal do capital deixa de ser a burguesia industrial, que tinha uma relação com a sociedade nacional muito mais próxima, e inclusive tinha que se identificar com projetos de longo prazo, afinal, ela dependia disso para as suas vendas. Mas aí há a entrada da fração financeira como sendo a mais importante, que não tem nenhuma lealdade nacional, e é mais difícil taxá-la, ou não se pode mais taxá-la no Brasil. Então, o Estado, que não pode mais taxar os ricos, tem que fazer o quê? Tem que pedir dinheiro emprestado a esses ricos, porque só eles têm dinheiro, porque houve um processo de desigualdade monstruosa no País. Por exemplo, 53% da carga tributária é arcada pelas pessoas que ganham menos de três salários mínimos, ou seja, os pobres pagam para que os ricos ganhem sua parte do orçamento. O que essa elite financeira faz? Ela não só não paga imposto, que deveria pagar obviamente, mas também empresta esse dinheiro a juros altíssimos. Então, instaura o quê? O processo que vai combinar a exploração que Marx já havia percebido como a mais-valia, com um tipo de exploração, uma apropriação do excedente econômico da sociedade inteira pelo orçamento. A saúde e a educação juntas são 8% do orçamento, enquanto a dívida [brasileira] é sempre aumentada, sempre! É isso que o público tem que saber, porque as pessoas acham “ah, não, se você deve, você tem que pagar”. Sim! Mas esse dever foi aumentado, e ele é aumentado constantemente, artificial e politicamente para criar uma drenagem de recursos da sociedade inteira para a mão dos rentistas, e esses rentistas são uma pequena elite e a capa superior da classe média. Então, o País é explorado por esses dois mecanismos. Quando a presidenta Dilma Rousseff fez o ataque aos juros, em 2012, ela poupou o coração desse arranjo, que era a política de compromisso do [presidente] Lula. Ou seja, ela [decidiu] “não vou tocar nesse ponto, vou tentar redistribuir o pouquinho que eu posso”. É claro que aí você deveria ter montado um esquema, especialmente, com a mídia pública para você comprar essa briga grande. Não foi montado nada disso e em março de 2013, quando os juros começam a subir, vêm as manifestações de 2013, que foram federalizadas pela mídia. Montou-se depois uma relação com os gastos da Copa do Mundo. A mídia cooptou o “Partido Corporativo da Instância Jurídica-política”, o Aparelho Jurídico-policial do Estado com a ação contra a PEC-37<sup>13</sup>. Isso foi armado em 2013, e eu fiz uma análise

---

<sup>12</sup> SOUZA, J. (2016). *A radiografia do golpe: entenda como e por que você foi enganado*. Rio de Janeiro: Leya.

<sup>13</sup> Proposta de Emenda Constitucional que, se tivesse sido aprovada, restringiria o poder de investigação criminal às Polícias Federal e Cíveis. Com a rejeição da PEC-37, apoiada pela mídia, foi mantido o poder investigativo do Ministério Público, que faz regularmente vazamentos de informações sigilosas que beneficiam as empresas de comunicação.

disso no mês de julho no Jornal Nacional. Depois que você desafiou a elite [financeira], essa elite usou os seus dois braços. Quais são os dois braços dela? O Congresso, em sua maioria, comprado por essa mesma elite, que não deixa passar leis contra ela, como a CPMF de 0,38%, que não passou. O pessoal que não paga imposto não quer pagar 0,38! E a imprensa, que é o outro braço, no fundo, é o partido dessa elite, é o partido da banca, é o partido do rentismo. E partido é quem faz as funções de um partido: arregimentar, convencer. Foi isso que a mídia fez, sob o comando da Rede Globo. E a partir da cooptação do Aparelho Jurídico-policial do Estado, cooptou aquele elemento para dar aparência de legalidade ao golpe. Esses elementos foram responsáveis pelo golpe para mim.

**| Gostaria que explicasse um pouco a lógica de classe que você utiliza para falar da classe média e, por consequência, da mídia.**

Eu estou fazendo um estudo sobre a classe média, ela não é uma coisa só, tem várias frações. Eu estou pesquisando, por enquanto, quatro frações. Uma fração que eu poderia dizer proto-fascista, que é extremamente grande; uma fração que eu poderia chamar liberal, que está assustada com o que está acontecendo agora; e duas frações que são menores, mas são de alto capital cultural, que é a fração que eu gosto de chamar de classe média de Oslo, o pessoal que vota na Marina Silva, por exemplo, pessoal que normalmente a gente conversaria muito bem com eles sobre cinema, mas não percebe afetivamente a miséria do País e se imagina um norueguês. Então, a agenda dele é uma agenda escandinava, ele está preocupado, claro, com temas importantes, como estão sendo tratadas as minorias, são coisas que são extremamente importantes, e não estou negando nenhuma importância dessa agenda, só que num País miserável como o nosso as coisas mais importantes têm que vir primeiro, senão você confunde tudo, e a questão mais importante entre em nós, sem dúvida nenhuma, é a miséria e a dominação de 70% da nossa sociedade, que não têm privilégios. E, por fim, uma pequena parte da classe média, que é a classe média mais crítica e que consegue perceber exatamente o que está acontecendo agora no Brasil. O que eu acho mais importante aí, para a gente entender o golpe, é o comportamento da classe média proto-fascista e, junto com ela, que foi em parte de roldão, a classe média liberal. O que foi que aconteceu? O processo de ascensão social das classes populares do Brasil, que foi histórico, e até poderia ter sido mais intenso, mas de qualquer modo foi o mais importante em 500 anos, dessa classe esquecida dos excluídos entre nós; no fundo, escravos, mas não pela questão da cor, pois os escravos de hoje, embora a maior parte seja escura, são de todas as cores, não é o ponto determinante a cor, são as pessoas excluídas entre nós. Esse processo de ascensão implicou em quê? Que essas pessoas comessem a ter acesso aos mesmos espaços dos burgueses, da classe média. Isso causou muita irritação nessa classe, que é uma classe escravocrata, gosta de ter os serviços desses escravos, se possível, por nada, como eram os escravos, e não gosta que esses escravos ocupem os mesmos espaços, que andem de avião ou que vão ao Shopping Center. Mas era uma irritação que ficava à boca pequena, você dizia para os seus amigos porque não é legítimo você dizer isso no espaço público. Isso é anticristão! Você não pode legitimamente ser contra a igualdade ou contra as pessoas que não tinham uma chance possam tê-la. É aí que entra a imprensa, é aí que entra o Jornal Nacional, é aí que entrou, especialmente, a TV Globo, mas acompanhada de

todas as outras grandes emissoras de TV. O que foi feito aí? Uma canalização pseudo-racional para isso, como em todo fascismo – porque o fascismo não é só Hitler e Mussolini, que foram expressões radicais do fascismo, das quais, diga-se de passagem, ninguém está livre, desde que você instaure o filho do fascismo, como nós instauramos entre nós e que não se pode garantir o que vai acontecer depois. Mas o que é o fascismo? O que é o principal no fascismo? É você pegar esse ódio e esse ressentimento que não pode ser expresso, mas que existe nas pessoas, e dar a ele uma canalização pseudo-racional. Pseudo-racional porque não tem relação um com o outro, mas você dá uma bandeira, uma narrativa para essas pessoas que odeiam os pobres e que tinham medo deles porque, no fundo, o que houve não foi só um processo de ascensão pelo consumo, foi uma ascensão importante pelo capital cultural. Para quem não sabe, o número de alunos pobres quase que triplicou nas universidades, passou de três para oito milhões, uma pequena revolução, e esse golpe veio contra essa revolução. E, então, a classe média começou a ter medo: “Puxa vida! Esse pessoal agora está comprando no lugar onde eu compro. De repente, vão requerer o principal, que é o salário e o prestígio”. Isso fez com que houvesse medo, ressentimento e ódio, sentimentos que a gente, às vezes, até nem sabe que tem, mas tem, porque a reação dessas pessoas indicava isso, e que precisava de uma narrativa. Narrativa para quê? Para que isso pudesse ser palatável. A narrativa foi o moralismo de ocasião, ou seja, a corrupção seletiva. Ela é uma corrupção mentirosa, fraudulenta porque o sistema político brasileiro inteiro é montado para ser corrupto. Então, todo partido que vai acessar ao poder tem que comprar, de algum modo, o apoio dos outros, senão você não consegue governar. E, aí, você tem que entregar a Petrobras, pagar em dinheiro vivo ou fazer o desvio de verba. O fato é que o esquema institucional é montado para ser corrupto, e ele teria que ser mudado, mas a imprensa jamais falou em esquema institucional, só fulanizou a corrupção. Aliás, não se fala sequer em corrupção mais, o que prova que todo o movimento foi criado apenas para expulsar a esquerda, o PT e o processo de ascensão social. E a mídia entrou dando discurso para isso, o discurso da moralidade. Ou seja, o que ela dizia para essa classe média é: “olha, você não é o fascista canalha, que odeia os frágeis. Você é o brasileiro grande, que deve se orgulhar, botar a camisa amarela, por a bandeira do Brasil e sair cantando a plenos pulmões o Hino Nacional na Avenida Paulista ou na Avenida Boa Viagem”. Então a mídia deu o que esse pessoal precisava, uma legitimação, porque o que as pessoas querem e o que a política dá é legitimar a vida que elas levam, e esta legitimação foi montada midiaticamente. Sem isso a gente não teria o golpe. Esse é o aspecto principal do golpe, porque a partir dele você criou uma base social, extremamente engajada, que saía às ruas toda vez que era chamada. Essa base social não existia, por exemplo, na primeira tentativa de golpe, que foi o Mensalão. O Mensalão já foi a primeira tentativa de golpe, um golpe seletivo, ou seja, de novo uma corrupção que só pegava certos políticos e blindava outros, porque a gente sabe que existem políticos que podem ser indiciados 300 vezes e que nunca vai acontecer nada com eles. Especialmente de certo partido, que é o partido ligado à banca, ligado ao mercado financeiro. Esse mecanismo do golpe foi montado midiaticamente, essa legitimação, que no fundo é uma legitimação fraudulenta, mentirosa, porque depois que todos os outros casos em outros partidos surgiram, a gente não viu mais nada dessas pessoas. Então, o ódio não é ao Lula. O ódio não é ao PT. O ódio é ao que Lula e o PT representam, que é a

ascensão dos excluídos, das classes mais pobres. O ódio dessa classe média é à pequena ascensão que esses pobres tiveram entre nós. Só não vê isso quem não quer.

**|Em algum aspecto você acha que a questão de gênero foi relevante junto à imprensa e à opinião pública a influenciar a cobertura do processo de impeachment? Dê exemplos.**

Eu acho que sim. Mas eu tenho uma opinião e sei que eu não vou agradar muita gente dizendo isso. Mas, enfim, meu primeiro compromisso é com a verdade. Eu acho que a questão de gênero é sempre importante nesses casos. Obviamente, o fato de Dilma ser mulher permitiu um determinado tipo de violência, mas isso não foi o aspecto principal e eu acho que retira, inclusive, a clareza do que aconteceu ao ficar-se concentrando nesse aspecto. Eu acho que esse aspecto deu uma virulência adicional ao processo e criou um tipo de ódio peculiar, mas ele não foi decisivo para o ponto principal, que é o quê? Sempre o ponto principal é: distribuição de riqueza e poder. Distribuição de riqueza e poder é classe social, não classe percebido de modo superficial como renda, mas classe como uma criação familiar, escolar, de pessoas que vão ter acesso diferenciado a todos os bens e recursos escassos e que está ligada a uma forma simbólica, ou seja, a gente percebe quem é pobre e quem não é por mil razões, a roupa, por exemplo, e há toda uma hierarquia montada para que a gente perceba isso e trate diferencialmente o pobre e o rico. Então, a classe, para mim, é o elemento principal e o racismo de classe é muito mais importante. Com isso não nego o racismo de cor e a questão de gênero, que dão virulência adicional a isso. Mas eu acho que a gente não conhece o lobo, a gente não percebe o principal se a gente não tocar na questão de classe, é ela que vai estruturar a chance de todos os indivíduos para ter acesso à riqueza e ao poder, que é o que importa, isso é o aspecto essencial. Acho que para clareza da exposição é importante essa hierarquia das causas, porque se a gente confundir a questão machista vira o principal, mas não é. O principal é que esse pessoal quer vender as nossas riquezas, quer deixar a população pobre sem acesso à saúde e à educação, e o que vai acontecer aqui vai ser uma terra arrasada para os mais frágeis socialmente, e aí, claro, as mulheres, os negros vão ser ainda mais penalizados. Mas o aspecto principal é sempre a distribuição de riqueza e poder, onde entra a questão de gênero também, de um modo extremamente importante, mas ela entra subordinada à questão do acesso de classe inteiras, pois obviamente a posição de mulheres que estão em uma classe alta é muito distinta das mulheres que estão em uma classe baixa. As coisas são muito mais complexas e muitas questões são relevantes, não estou negando isso, mas no caso da deposição da presidenta tem aspectos que são mais importantes do que a questão de gênero. Se todas as causas forem importantes, o que a gente tem é uma confusão.

**|Então, você considera que a questão de gênero não foi determinante para o golpe de 2016?**

Claro, aliás, os outros golpes foram dados em cima de homens que estavam defendendo causas sociais semelhantes. Getúlio Vargas era um homem e foi colocado em uma situação que ele teve que se suicidar, digamos assim. Jango [João Goulart] era

um homem e Lula, que está sendo acusado agora, é também um homem. A gente tem que colocar hierarquia nessas questões se não a gente confunde.

**| Como você disse, no caso de Lula, houve a tentativa de golpe quando criaram o discurso do Mensalão, mas faltaram elementos para isso.**

Exatamente. Nesse caso não havia o discurso completo, havia o início de uma narrativa, que eles acreditavam que fosse suficiente para garantir a vitória. Não foi porque os pobres votaram contra [o discurso do mensalão]. E, aí, verificou-se que haveria a necessidade de se criar uma base social que saísse às ruas e que você pudesse manipulativamente dar o nome de povo. A questão não era se as pessoas eram todas brancas e ganhavam muito, pois daria até para a empregada ir, com carrinho de bebê atrás e vestidinha de branco, e aí vocês chamavam isso de povo. E houve o esforço para tentar encontrar um ou outro pobre de direita, que obviamente existe, e é uma pena que exista isso, quer dizer, você votar por puro ódio contra seus próprios interesses. Então, o que foi feito em 2013, que não foi feito em 2005, foi a construção dessa base social e a montagem de um líder carismático, porque a narrativa apenas é algo intelectual, você tem que criar um vínculo afetivo e esse vínculo afetivo teria que ser com a pessoa que tivesse características assépticas para o consumo da multidão, para o consumo da turba. E o juiz Sérgio Moro foi montado midiaticamente para isso, foi blindado, foi o Homem do Ano da Rede Globo, foi criado como a figura a se contrapor ao presidente Lula, quer dizer, um homem incorruptível; esse pessoal realmente conseguiu, com todas as mentiras e fraudes, construir essa falsa oposição entre o moralizador e o cara que foi o campeão da luta contra a desigualdade. Então se criou aí um jogo de forças para um consumo não só mentiroso e fraudulento, porque essa corrupção não é de um partido só e não é de uma pessoa só, mas criou o ódio, as pessoas poderiam odiar Lula agora legitimamente, e esse é o ponto decisivo, mas é, no fundo, uma manipulação para imbecis, porque toda corrupção entre nós é posta como se fosse do Estado. Isso tem a ver com o outro livro que eu fiz, *A Tolice da Inteligência Brasileira*<sup>14</sup>, para tentar mostrar que se criou uma inteligência absurda, tola, que foi conservadora e que a esquerda também assumiu como sendo uma inteligência própria. O que essa inteligência diz? A corrupção é sempre do Estado patrimonial<sup>15</sup>. Patrimonialismo<sup>16</sup> é um conceito absurdo que se pode destruir em cinco minutos argumentativamente, mas que entrou em todas as universidades e em todos os jornais,

---

<sup>14</sup> SOUZA, J. (2015). *A tolice da inteligência brasileira: ou como o país se deixa manipular pela elite*. Rio de Janeiro: Leya.

<sup>15</sup> Conceito debatido a partir de Raymundo Faoro, no livro *Os donos do poder* (1984).

<sup>16</sup> Segundo Souza (2015), o patrimonialismo seria o exercício de dominação do Estado sobre os demais setores da sociedade, numa visão weberiana. Faoro (1984) construiu um sentido próprio para o conceito, dando a ideia de que no Brasil há um Estado controlador em nome de interesses próprios, um Estado interventor, vampiro das forças vitais da sociedade desde o período colonial. Souza (2015) critica o conceito faoriano, sob o argumento de que é falsa a crença liberal clássica de que a ação estatal conduz sempre ao amortecimento das forças vitais da sociedade e lhe impede o desenvolvimento, uma vez que desconsidera as novas instituições e a realidade do mercado, que nada tem de ascético, mas é sim eivado de interesses e sempre pronto a corromper para aumentar os lucros.

foi ensinado para todo o mundo. Isso cria uma espécie de segunda pele em que as pessoas passam a acreditar. E é uma mentira por quê? Porque a corrupção real da sociedade brasileira é a feita por essa elite financeira, que nos rouba, mas é um roubo legal porque comprou os deputados para que se possa roubar e possa colocar no Banco Central as pessoas que são interessantes para aumentar os juros artificialmente, os maiores juros do planeta. Então, nós somos feitos de imbecis e não sabemos que há uma drenagem de recursos via orçamento para o bolso desses *caras*. Isso é corrupção real para mim e não essa residual que existe e claro que tem que ser combatida, mas ela é uma gota no oceano se você compara com essa exploração que em todas as classes são feitas, em nome desse pequeno grupo de banqueiros e investidores, a elite financeira. Essa é, para quem não for imbecil, a real corrupção. A outra é para os tolos ou para os que querem ser tolos para poder odiar de forma legítima. Ou seja, não tem nada a ver com corrupção, tem a ver com ódios e lutas de classe. A corrupção, que ninguém define, pode ser usada sempre ao sabor das conjunturas contra o seu inimigo político.

**|Você identificou algum aspecto de misoginia – aqui definido como ódio ou aversão às mulheres – na relação que a mídia, os políticos e o Judiciário estabeleceram com Dilma Rousseff?**

Obviamente, houve *memes* que nós todos tivemos acesso pelas redes sociais, absolutamente absurdos, de uma violência indescritível, uma permissão ao ódio. O que é muito incrível, porque se criou uma política do ódio a partir desse novo orgulho da direita, a partir desse moralismo de ocasião. Você deu a esses moralistas de ocasião – no fundo, pessoas que não são das melhores entre os seres humanos – toda a motivação e a justificação para isso. E, obviamente, que houve uma misoginia clara, que certamente contribuiu para enfraquecer a figura da própria presidenta. Mas, como eu disse antes, a gente não consegue compreender a sociedade a partir dessas coisas apenas, porque a gente teve também mulheres que exerceram o poder de um modo muito mais ou tão opressivo como os homens fizeram, como Margaret Thatcher<sup>17</sup>. Então, não acho que seja o aspecto principal e não explica o que aconteceu, a gente não entende as causas principais do que aconteceu entrando nessa cena. Essa é a minha opinião e eu espero ser bem compreendido nisso, porque essas questões viram questões afetivas para algumas pessoas e é como se você definisse o mundo a partir dessa questão restrita. O que eu tenho medo é que essas coisas que têm a ver com preconceito fiquem no lugar de uma explicação efetiva dos interesses impessoais que estavam em jogo. Pra gente chegar ao patamar dos interesses impessoais, que é o que efetivamente ajuda para que a gente aprenda, é muito difícil e se a gente ficar nessa pessoalidade a gente fica no nível da fofoca. Claro que pode ter alguma dimensão ali, mas são temas que não me parecem essenciais. Eu acho também que fica muito complicado entrar numa cena desse tipo, embora muita gente se sinta tocado afetivamente. Eu prefiro e eu acho também, como pesquisador, que é importante a gente ter distanciamento para que se percebam os interesses impessoais, que são os vínculos mais importantes que vão definir depois a ação das pessoas efetivamente no

---

<sup>17</sup> Primeira-ministra do Reino Unido de 1979 a 1990.

mundo. E eu acho que a gente tem que pensar acerca disso, senão a gente se perde, fica cego, começa a dar muito importância ao que tem menos importância.

**|Você considera que o impeachment de Dilma Rousseff terá algum impacto na participação feminina na política? Em que sentido?**

Eu espero que tenha, até porque houve várias políticas que foram realizadas pelo Governo Federal que foram políticas de empoderamento das mulheres. A forma como o [Programa] Bolsa Família foi feito é muito óbvio. Tem um livro muito bonito de Walquíria Rego<sup>18</sup>, em que ela conta essa história especialmente do ponto de vista feminino, e nós fizemos *A Ralé Brasileira*<sup>19</sup>. Eu acho que houve nos últimos anos um empoderamento não só das classes baixas, mas o empoderamento da mulher, através de políticas públicas. Houve outro aspecto, e eu estou notando através das entrevistas, que houve uma importante politização dos jovens, entre 15 e 20 anos, especialmente das mulheres, das meninas. Eu estava em São Paulo quando houve aquela mobilização dos 100 mil, que abruptamente foram recebidos por uma extraordinária violência pela Polícia de São Paulo, o que os *coxinhas* não tiveram. Eu vi a polícia atirando nesses jovens. Tinha muitos estudantes, homens e mulheres nessa idade, eu tenho visto que tem havido uma politização desses jovens, tanto que quem saiu às ruas foram eles, não foram pessoas de nossa idade, é muito o que eu tenho visto nas entrevistas com os jovens, adolescentes e muitas mulheres, que tiveram a formação em casa. E se você critica a política de fora, você vai criticar, necessariamente, a política em casa, os papéis nas relações etc., e eu acho que alguma coisa está acontecendo de importante nessa área, o que me deixa, no meio dessa loucura e dessa melancolia e tristeza geral, um pouco de esperança. Eu estava até querendo trazer um ponto que eu tenho visto em várias entrevistas, criar uma figura, um amálgama dessa jovem de 15 e 16 anos que briga tanto em casa quanto na rua e que defende mais do que os meninos. O que a gente nota é que essas mulheres são muito mais ativas, é o que eu tenho notado ao menos, por enquanto, mas quero ter muito cuidado nisso. Mas, enfim, a gente tem essas meninas como sendo uma ponta de lança política e que eu acho muito importante que esteja acontecendo.

**|Fale um pouco sobre o papel do Poder Judiciário no golpe.**

O que eu acho que é importante das pessoas compreenderem aí é o seguinte: o Aparelho Jurídico-policial do Estado é um aparelho extremamente privilegiado, ou seja, as pessoas sequer têm ideia, porque não está mais na Transparência Pública, quanto que ganha os cargos mais elevados e o tipo de privilégio que têm. Obviamente, esse pessoal quer aumentar o seu poder de barganha para isso, inclusive, acabaram de ganhar agora um aumento expressivo, quando ninguém teve nada, as coisas estão sendo cortadas por todo lado, menos para o [Poder] Judiciário. Ou seja, isso tem a ver com a força política e uma espécie de chantagem política que as corporações fazem ao sistema político. A mídia, quando elaborou o discurso da moralidade, deu a brecha

---

<sup>18</sup> REGO, W.; PINZANI, A. (2014). Vozes do Bolsa Família: autonomia, dinheiro e cidadania. São Paulo: ED. UNESP.

<sup>19</sup> SOUZA, J. (2009). A ralé brasileira: quem é e como vive. Belo Horizonte: ED. UFMG.

para que essas pessoas se pusessem como guardiãs da moralidade pública e fossem aceitas desse modo pelo público, aumentando, portanto, ainda mais o seu poder de definir o seu próprio salário, as suas vantagens (porque é isso, no fundo, que está em jogo), e aumentando também o seu poder de se apropriar da agenda do Estado, transformá-lo em um Estado cada vez mais policial, porque isso aumenta o seu poder de barganha. Então, é um partido corporativo, partido que está ali para lutar pela corporação. Sem a PEC-37, aumenta os poderes do Ministério Público, que é só uma dessas organizações, mas não é a única, quando a gente sabe que o único meio de se ter alguma forma de controle sobre essas corporações é separá-las: uma julga, a outra investiga. Quando você tende a por tudo isso numa corporação só, ela fica incontrolável, e é isso que está acontecendo agora. Quando a Rede Globo fez isso no Jornal Nacional, qual foi a mensagem que ela passou? “Olha pessoal, vocês podem contar com a gente para as suas vantagens corporativas, para as suas bandeiras corporativas”. E não é um acaso, eu não acredito em coincidência, que depois você tenha todo tipo de vazamentos ilegais, e que aconteceram grandemente a partir desse fato. Eu, como cientista social, sou obrigado a ver que existe alguma coisa aí, porque essas coisas não acontecem, nunca, por acaso e tem a ver sempre com esses interesses. Como cientista social, estou interessado em saber não o que as pessoas dizem, o que elas fazem, mas nos resultados de suas ações e para onde levam esses resultados. E foi esse tipo de análise que me fez ver a cooptação midiática do aparelho jurídico-policial do Estado para ter vantagens para si própria. E ainda ter uma vantagem de prestígio: *tirar onda* na rua de que você é guardião da moralidade. São vantagens que ficam difíceis de serem explicadas.

### | Considerações finais

Sobre a questão da mídia e sobre todos os outros componentes que entraram no golpe, eu acho que as pessoas ficaram muito desanimadas com o resultado das eleições e o que ela indicou, mas eu acho que a gente tem que ver isso tudo em perspectiva, porque a mentira não fica muito tempo, a mentira pode produzir efeitos como esse que nós vimos, pode acabar com a esquerda, pode mudar o Governo para meia dúzia que tinha sido derrotada em todas as outras eleições. Agora, a mídia, assim como todos esses outros aventureiros que entraram no golpe, investiu capital de confiança; é bem verdade que essas questões, que estão na cabeça dessas instituições e que podem não estar percebendo isso, não veem a longo prazo, não veem antes de tudo que você tem que legitimar as suas ações. Então, eu acho que nos próximos anos o que esse pessoal pode fazer é tentar um fechamento total. Não-democracia, o que também tem um custo. Mas nos próximos anos as ambiguidades e as verdades desse processo vão tender a aparecer cada vez mais. 2017 já vai ser diferente de 2016, e 2018 idem. Então, toda mentira, toda a suja mentira que foi montada para o povo brasileiro tende a ficar cada vez mais exposta. E eu espero só que dessa vez a gente seja menos tolo, menos burro, menos imbecil do que a gente sempre foi e que a gente aprenda de uma vez por todas, finalmente, com isso, a gente tem que ver as forças desse golpe, para que ele serve, daí aquela defesa que fiz de nos preocupar com o principal. São os interesses em jogo, para onde está indo o dinheiro e o poder. E que a gente aprenda de

uma vez por todas com o que nos foi infligido dessa vez. Eu imagino e eu espero que a gente tenha tempo ainda em vida para ver uma retomada.

*“O golpe institucional que derrubou a presidenta Dilma não foi apenas um golpe contra sua pessoa ou o PT. Foi um golpe contra a classe trabalhadora, contra a maioria do povo”.*

## JOÃO PEDRO STÉDILE

Marcela Prado Mendonça

---

João Pedro Stédile é um economista, pós-graduado em economia política pela Universidade Nacional Autônoma do México. É filho de pequenos agricultores italianos. Marxista, é um símbolo vivo da luta pela reforma agrária no Brasil. O apresentador Antônio Abujamra, entrevistando-o no programa Provocações, afirmou que “Stédile é uma voz que precisa ser ouvida, pois ele é uma figura nacional que não tem a possibilidade de aparecer na mídia, como tantas outras personalidades nem tanto nacionais aparecem. Stédile precisa ser ouvido pela juventude”, sentenciou Abujamra. É autor de diversos livros, entre eles os três volumes de A Questão Agrária no Brasil e Leituras da Crise, este último divide a autoria com Marilena Chauí e Leonardo Boff. João Pedro Stédile é membro da direção nacional do Movimento Sem Terra- MST.

---

### **|Você define o impeachment de Dilma Rousseff como um golpe? Por quê?**

Houve um golpe articulado pelo poder econômico, o poder judiciário, o congresso nacional e o poder mediático. Eles tomaram a decisão desde o resultado eleitoral de outubro de 2014 que iriam derrubar o governo e passaram a conspirar de todas as formas possíveis, até que se criaram as condições objetivas, para derrubá-la. Foi um golpe, por que a presidenta não cometeu nenhum crime. A constituição exige que a ação de impeachment somente possa ser executada se o presidente comete um crime. E não houve. Depois de executada a derrubada, vários de seus atores confessaram a verdadeira motivação. O senador Romero Jucá (PMDB-RR) foi explícito, o objetivo era parar a operação Lava-Jato que poderia atingir a todos os políticos de direita. O vice-presidente golpista, em plena Nova Iorque em uma reunião pública com empresários americanos, disse que foi necessário destituir a presidenta porque ela não aceitava o plano neoliberal proposto pelo PMDB, a chamada ponte para o futuro. Os mais renomados juristas desse País se manifestaram de diversas formas, condenando a forma anticonstitucional com a qual os quatro poderes agiram para derrubar a presidenta.

**| Qual a participação da mídia nesse processo? Dê exemplos.**

A participação da mídia burguesa foi fundamental. Foi ela que criou um cenário de desmando, e, apesar dos erros do governo Dilma, levou a que esses erros se transformassem em impopularidade. A presidenta foi eleita com 54% dos eleitores e em seis meses estava com apenas 8% de apoio popular. Esse foi o resultado da campanha diária e sistemática de ataques à presidenta. Ataques sempre de desmoralização, nunca de condenação da sua política econômica, política essa que foi um erro, mas que beneficiava as elites. Ou seja, a mídia criou um bloqueio para que as pessoas não se mobilizassem em defesa da democracia. Porque, afinal, não era defender a pessoa da presidenta, havia necessidade de fazer manifestações para defender o processo democrático das eleições que foi atacado. A manipulação das informações era cotidiana. A mídia jogou também um papel importante para motivar a classe média, de São Paulo e Rio de Janeiro, a irem para a rua, como se ela representasse o povo, repetindo como comédia, o que tinham feito em 64, na marcha com deus e pela pátria exigindo o golpe militar. Quando os jovens e os movimentos populares iam para as ruas, em igual número que a classe média minoritária, a imprensa se calava, ou desdenhava. A imprensa manipulou também os dados sobre a operação Lava a Jato e sobre a corrupção no País. A corrupção é endêmica do capitalismo. É uma pena que o PT também caiu nessa. Mas mesmo em termos de volumes de recursos apropriados pelos partidos das empresas pesquisadas pela operação lava-jato, o PT deve estar em terceiro, o PP e o PMDB receberam quantias superiores e em quarto lugar, o PSDB. Mas sobre os partidos de direita a imprensa fica quieta, calada.

**| Em algum aspecto você acha que a questão de gênero foi relevante junto à imprensa e à opinião pública a influenciar a cobertura do processo de impeachment? Dê exemplos.**

Ouvi e li de diversos companheiros que havia um viés misógeno no ataque da imprensa à presidenta. Acho que essa atitude era mais presente entre os parlamentares que exigiam a sua deposição e se utilizavam publicamente de exemplos, atacando a presidenta como mulher.

**| Você identificou algum aspecto de misoginia – aqui definido como ódio ou aversão às mulheres – na relação que a mídia, os políticos e o Judiciário estabeleceram com Dilma Rousseff?**

A imprensa burguesa, em minha opinião, foi mais cuidadosa, porque sabia que não poderia transformá-la em vítima. A imprensa burguesa centrou mais sua pontaria contra o PT e contra a corrupção.

**| Você considera que o impeachment de Dilma Rousseff terá algum impacto na participação feminina na política? Em que sentido?**

Não acho que o fato isolado tenha impacto. Até porque a presidenta saiu do cargo, altiva, com uma postura elogiável, pelo seu comportamento no senado e na imprensa. Acho que a exclusão das mulheres na política brasileira faz parte do sistema eleitoral, do controle machista e da velharia nos partidos políticos existentes. E o resultado nós já vimos nas eleições municipais. O número de mulheres eleitas foi muito

pequeno e as poucas que se elegeram, foram por méritos pessoais e não por um clima de democratização do processo eleitoral. A composição do congresso brasileiro, que vem das eleições de 2014, antes do impeachment é vergonhosa. O congresso é formado majoritariamente por homens, velhos, brancos e ricos. Em completa dissonância com o que é a população brasileira, formada por 52% de mulheres, por 60% de negros e mulatos, por 60% de jovens e por 80% de trabalhadores pobres.

**|A mulher sem terra como atora social do campo político, como você vê a participação da mulher nas lideranças do MST, o que elas já conquistaram dentro do movimento e o que ainda precisam conquistar?**

O MST é fruto do que acontece na sociedade brasileira. Não podemos ser distintos do que acontece no geral, por todas as influências que a base social do MST sofre. Porém, nos últimos anos, houve uma vontade política maior dentro do nosso movimento em promover, dar espaço e garantir a presença das mulheres em todos os espaços de atuação. Assim todas as instâncias, desde uma comissão de acampamento, até a direção nacional, precisa ter a participação equitativa de homens, mulheres e jovens. Mas isso não é suficiente.

É preciso que nos assentamentos e na sociedade em geral, haja processos de organização da produção e do trabalho, que deem possibilidade para as mulheres participarem de forma igual. Se a mulher não tiver renda própria ela sempre será subordinada ao marido. Por isso precisamos garantir processos em que as mulheres tenham trabalho remunerado e de forma autônoma, mesmo que seja na agricultura. Isso poderia acontecer com a organização de cooperativas, pois no trabalho apenas familiar é mais difícil. Temos que organizar creches, ou como nós chamamos “cirandas infantis”, locais em que as mães possam deixar suas crianças nos assentamentos, esse é um local para aprender, brincar com as outras crianças e assim as mães não precisam ficar cuidando todo dia, podem ir trabalhar. A ciranda infantil na comunidade é a uma verdadeira libertação da mulher do seu trabalho doméstico, subordinado. Em algumas cooperativas e assentamentos temos também os restaurantes comunitários, que servem almoço, e isso também é uma forma de libertar as mulheres da obrigação das panelas, de fazerem comida para os maridos. Da mesma forma as lavanderias coletivas, com máquinas para lavar a roupa, quando não é possível ter máquina em casa.

Enfim, o processo de construção da igualdade entre gênero não é apenas uma vontade política ou uma decisão baseada em nosso idealismo, mas precisa que tomemos medidas concretas, que criemos possibilidades reais de igualdade de mulheres e homens na produção, na escola, no estudo, no lazer e na cultura.

**|Considerações finais**

O golpe institucional que derrubou a presidenta Dilma, não foi apenas um golpe contra sua pessoa ou o PT. Foi um golpe contra a classe trabalhadora, contra a maioria do povo.

E em consequência agora os golpistas estão aplicando um plano neoliberal, pois seu verdadeiro objetivo é poder enfrentar a crise econômica que o País vive, jogando o peso da crise sobre os trabalhadores. Pois eles precisam recuperar sua taxa de lucro e seu processo de acumulação de capital. E não há outra forma de fazê-lo sem aumentar

a exploração dos trabalhadores. Para isso estão mudando as leis, para tirar os direitos dos trabalhadores, conquistados à duras penas, em cem anos de lutas sociais durante todo século XX.

Para isso vão se apropriar, como classe burguesa, dos recursos da união e estão mudando a constituição com a PEC 241, para que os gastos que atendem o povo na educação, saúde, reforma agrária, moradia, sejam congelados por 20 anos!

Para isso, a classe burguesa, precisa se apropriar de forma privada de todos os recursos na natureza como petróleo, os minérios, a água, a biodiversidade e das nossas terras. Para tanto, estão construindo novas leis, para assegurar essa privatização dos bens da natureza que deveriam ser de todos, para que sejam apenas para eles.

Da mesma forma vão aumentar a privatização das empresas públicas estatais, ainda lucrativas.

E, finalmente, está em curso um processo e estado de exceção para criminalizar a luta social, os lutadores sociais e os líderes populares. Não se respeita mais a constituição e os direitos individuais e coletivos de expressão e de organização. E tentam de toda forma criminalizar o Lula, para dar exemplo aos demais, e, sobretudo para impedir sua candidatura em 2018.

*“O Gênero preencheu o imaginário da cultura antifeminista e misógina de um País que ainda precisa de uma Lei Maria da Penha e de uma pedagogia emancipatória da mulher em todos os processos de interpretação legislativa, judicial, administrativa e midiática que limitam a nossa cidadania.”*

## **JOSÉ GERALDO DE SOUSA JR**

Janara Sousa  
Luísa Montenegro  
Natália Oliveira

---

Jurista, pesquisador de temas relacionados aos direitos humanos e cidadania, José Geraldo de Sousa Junior é o líder do grupo de pesquisa “O Direito Achado na Rua”, registrado no CNPq com mais de 45 pesquisadores envolvidos e oito volumes temáticos publicados. Mestre e doutor em Direito, professor da UnB desde 1985, ocupou postos importantes dentro Universidade - foi reitor (2008 a 2012) e diretor do Programa de Mestrado em Direitos Humanos e Cidadania. É membro do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), onde acumula três décadas de atuação na defesa dos direitos civis e de mediação de conflitos sociais, da Comissão de Educação Jurídica do Conselho Federal da OAB e da Comissão Justiça e Paz, da Arquidiocese de Brasília. Entre vários livros organizados, é autor de Para uma Crítica da Eficácia do Direito; Ideias para a Cidadania e para a Justiça; e Direito Como Liberdade - O Direito Achado na Rua.

---

### **|Você define o impeachment de Dilma Rousseff como um golpe? Por quê?**

Para responder a esta pergunta aproveitei considerações que fiz em artigo com o título “Resistência ao Golpe de 2016: Contra a Reforma da Previdência”, incluído no livro “O Golpe de 2016 e a Reforma da Previdência. Narrativas de Resistência”, coordenado por Gustavo Teixeira Ramos, Hugo Cavalcanti Melo Filho, José Eymard Loguércio e Wilson Ramos Filho, Bauru: Canal 6 (Projeto Editorial Práxis/Instituto Defesa da Classe Trabalhadora, 2017.

Ali, lembro que, nas várias manifestações que me foi dado participar, desde que em 2016 deflagrou-se o processo de impedimento da Presidenta Dilma Rousseff, deixei firme a posição de que toda a movimentação conduzida no âmbito institucional-parlamentar-judicial e midiático para o impeachment não disfarçava o caráter golpista

que a caracterizava, nas formas e com as estratégias expostas em todas essas ocasiões: com juristas, levando ao Palácio do Planalto manifestos e pareceres, em mais de uma ocasião; no ambiente universitário, ali onde com a preocupação de salvaguardar o espaço crítico do pensamento acadêmico em face do avanço fascista de interdição da liberdade de cátedra e da autonomia da universidade, histórica, política e portanto, constitucional; na esfera de formação de opinião em debates, seminários, mesas-redondas, entrevistas e artigos.

Sob esse último aspecto, menciono o seminário que por instigação de colegas e de alunos e alunas de pós-graduação organizei na UnB, em três sessões, tal o apelo (deveria ser apenas uma), com o tema “Como Fazer Tese em Tempos de Golpe”. Tratava-se de conferir o protocolo da investigação científica nas circunstâncias de alta volatilidade institucional, com reposicionamentos funcionais e convocação a novas lealdades, abrindo ensejo para a revisão interpretativa de políticas e realização de valores, especialmente os relativos ao cumprimento das finalidades constitucionais, sob a reorientação de critérios flexibilizados pelo que já se chama de “pós-verdade”, algo que delira da realidade, mas se ancora em “convicções”. Uma espécie de antecipação de posicionamento que não repristinasse a angustia de Gustav Radbruch levado a editar a célebre locução “Cinco Minutos de Filosofia do Direito” para indicar o modo legítimo e desvinculado do paroxismo totalitário, de fazer a leitura de sua obra juspositivista editada no momento de afirmação na Alemanha, do estado de exceção nazista.

Em entrevista que concedi para o IHU On-Line, Revista do Instituto Humanitas da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (“Direitos não são quantidades, são relações”, n. 494/ano XV, 3/10/2016, págs. 64-72), reafirmei “estar entre os que, por diversos modos – atos públicos, petições, manifestos, seminários, entrevistas, publicações – conferiram ao processo em curso que se revelou por inteiro com o afastamento da Presidenta da República a interpretação de que ele configurou um golpe institucional armado contra um projeto de sociedade, uma plataforma política e uma concepção de democracia. Por isso, ele se realiza e é conduzido contra a Constituição que representa esses valores e contra os sujeitos que nela se inscrevem, os trabalhadores, os marginalizados, os excluídos, os subalternos emergentes das lutas decoloniais que estão na base da formação social brasileira e das múltiplas lutas por identidade e reconhecimento. A fidelidade a esse projeto emancipatório coloca como tarefa política no pós impeachment defender intransigentemente a Constituição”.

Nessa linha de entendimento, está claro, para mim, a conformação política do golpe, lembrando com Maria Luiza Quaresma Tonelli, na mesma edição 494, da IHU On-Line, págs. 25-33, tal como é o título de seu trabalho ali publicado, que “todas as ditaduras do século 20 foram jurídicas”. E, na experiência brasileira em curso, para repor, contra o projeto emancipatório popular, uma articulação de poder-acumulação, sob a forma de “um estado democrático de direita”. Aludo com esta última expressão, a artigo que escrevi para a Revista Esquerda Petista (n. 5, junho 2016, págs. 52-54), no qual caracterizo a dimensão formal do jurídico para acobertar a funcionalidade de arranjo golpista institucional.

Nessa passagem, registro, bastar lembrar no Brasil, o alcance desse sentido retórico da institucionalização pelo jurídico, pondo em relevo o fato de que todas as experiências autoritárias de nossa formação social, tomaram forma jurídica. Todo o

regime de 1964, com a ditadura que se instalou no País, se representou com forma jurídica, inclusive constitucional, mantendo a Constituição de 1946, promulgando a sua própria de 1967 e afeiçoando-a ao seu recrudescimento autoritário com a emenda plena de 1969 (que muitos denominam de Constituição), todas circunscritas a um sistema normativo sobre determinante, denominado Ato Institucional (como expressão “constituente” do poder “revolucionário”, com todas as aspas possíveis).

Anote-se o quanto, nessa medida, o “sistema” incorporou a expressão formal do Direito, com a linguagem atualizada das garantias fundamentais, indicando em seu texto a vigência do *habeas corpus* e da salvaguarda de exame judicial dos atos administrativos, enquanto no cotidiano de governança, se censurava, se torturava e se praticavam assassinatos políticos, sob a reserva de resguardo à “segurança nacional”, a partir de ações interdidas ao alcance de *habeas corpus* ou à apreciação de sua própria legalidade pelo Poder Judiciário.

É nesse passo que o Estado de Direito Democrático se converte em Estado Democrático de Direita. Esse passo se dá na medida em que a convergência entre os interesses de poder e de acumulação capitalista, já não assimila sequer o discurso democrático, mesmo retórico, como por exemplo, o que se prestou a legitimar a sua emergência hegemônica para se afirmar como expressão dominante (a burguesia patrimonialista francesa afirmando os direitos do homem para arrebatar à aristocracia seus bens dominiais e seu poder político). Ou, no golpe de Luiz Bonaparte (18 Brumário), escancarando situações em que a sua própria legalidade se torna um estorvo: “A legalidade nos sufoca”, proclamava Odilon Barrot, o chefe de governo contra a legalidade “dele”, para por em prática a política reacionária de restrição às liberdades de imprensa e de reunião e de dissolução dos “clubes” e outras formas de organização da oposição política à nova ordem instalada com o golpe.

Ou ainda, o que assistimos agora em nosso próprio País, com a Constituição arguida contra a própria Constituição, para dela extrair-se, com o uso meramente formal de um enunciado, vale dizer, a previsão de aplicação de procedimento de afastamento do Presidente ou da Presidenta da República, uma retórica mobilizadora de engajamentos (sociais, políticos, jurídicos), delirantes de seu necessário fundamento material, a precisa tipificação de conduta que assim possa ser configurada como crime que justifique o afastamento (impeachment). Por isso, a configuração desse processo como um golpe, sem armas, sem quartelada, mas uma ruptura com a base de legitimidade do sistema constitucional-jurídico, um atentado à democracia, uma forma de traduzir, sem nenhuma sutileza, o Estado Democrático da Direita, que se vale da lei para esvaziá-la de suas melhores promessas.

Assim, posso dizer que se o Golpe foi contra a Constituição e contra uma Presidenta legitimamente eleita, o foi principalmente contra um projeto de sociedade e contra o povo e os trabalhadores. Esse o alcance da Emenda Constitucional 241/55, limitando os investimentos sociais pelo prazo de 20 anos, ao mesmo tempo em que cria os fundamentos ideológicos para a recuperação dos pressupostos neoliberais, soterrando a estrutura do estado-providência, do estado agente de desenvolvimento, do estado denominado por Boaventura de Sousa Santos, de “novíssimo movimento social”, exatamente por ser o garante do processo participativo de definição dos investimentos sociais para o distributivismo solidário e, contra isso, reassegurando ao

privado a prerrogativa do acesso aos financiamentos e aos lucros da ganância excludente e desumanizadora.

| Qual a participação da mídia nesse processo? Dê exemplos.

Não é a primeira vez que registro o papel cúmplice e ativo dos grandes meios de comunicação brasileiros em aventuras golpistas. A anotação mais recente consta de trabalho sobre o tema geral da comunicação elaborado para o vol. 8 da Série “O Direito Achado na Rua – Introdução Crítica ao Direito à Comunicação e à Informação” (José Geraldo de Sousa Júnior, Murilo César Oliveira Ramos, Elen Cristina Geraldês, Fernando Oliveira Paulino, Janara Kalline Leal Lopes de Sousa, Helga Martins de Paula, Talita Tatiana Dias Rampin, Vanessa Negrini, orgs. Brasília: FAC-UnB, 2016).

Não se descuida aqui do entendimento de que os meios de comunicação, principalmente os abertos – rádio e TV – mas também os jornais, são indispensáveis para informar e contribuir para a formação de opinião, por isso que, mesmo em sociedades de livre iniciativa, nas quais todo valor acaba sendo o de troca, eles são fundamentais e até os que acabam se tornando alvos selecionados de sua atenção, nem sempre isenta, reconhecem a sua importância. Como lembra Marx em seus libelos sobre a liberdade de imprensa e comunicação, “a primeira condição que precisa ter a liberdade é a autoconsciência” (MARX, 2006, p.12) e, em sua autodefesa, aliás, seguida de absolvição pelo júri, sob aplausos da audiência, derrubou a denúncia à sua condição de editor: “Por que deveria a imprensa fazer qualquer denúncia *post festum*, depois de uma decisão ter sido tomada? A função da imprensa é ser o cão de guarda público, o denunciador incansável dos dirigentes, o olho onipresente, a boca onipresente do espírito do povo que guarda com ciúme sua liberdade” (MARX, 2006, p.103).

Daí o princípio da liberdade de imprensa contra toda forma de censura e de cerceamento de seu papel como veículo da livre expressão. Mesmo em sistemas em que os meios de comunicação se constituem, como tudo o mais, bem de mercado e de apropriação de grandes proprietários, mantém-se a salvaguarda de que há prerrogativas a proteger e de que o controle e a fiscalização de suas atividades não podem ser subterfúgios para reduzir o princípio fundamental que é a liberdade de imprensa. Liberdade de imprensa permeada pela perspectiva de se traduzir enquanto espaço de amplo debate e informação, com responsabilidades éticas balizadoras do cuidado que se deve ter quando se é compreendido como formador de opiniões.

Não é isso, porém, conforme se salientou no texto acima mencionado, o que assistimos no Brasil quando a opinião fica adstrita a uma linha editorial que confere aos meios de comunicação o aparato político de ideologização da opinião única, divulgada como se fosse proselitismo de um partido político. E, principalmente quando se associa ou se articula com estratégias de rotulação estigmatizante que se prestam a forjar uma orientação criminalizadora.

É esse o fenômeno que estamos presenciando no Brasil hoje, com os grandes meios mobilizando a sociedade para assumir pontos de vista sobre os problemas sociais, espetacularizando de forma prestidigitadora, manipulando mesmo, a opinião, para alcançar objetivos que servem as suas alianças políticas e econômicas (em países mais nitidamente constituídos no modelo capitalista, o que acontece no Brasil. Aqui os

grandes meios se comportam como partidos políticos e se associam a projetos que servem aos interesses da acumulação patrimonialista e elitista.

|Em algum aspecto você acha que a questão de gênero foi relevante junto à imprensa e à opinião pública a influenciar a cobertura do processo de impeachment? Dê exemplos.

Tenho a convicção de que o caráter colonialista da formação econômica, política, cultural e jurídica brasileira, tão bem analisada em trabalhos clássicos que nos explicam (Darcy Ribeiro e O Povo Brasileiro; Gilberto Freyre, e Casa Grande e Senzala. Victor Nunes Leal e Coronelismo, Enxada e Voto; Raymundo Faoro e Os Donos do Poder, entre outros), acentuando os traços hierárquicos dessa formação – clientelismo, coronelismo, filhotismo, cunhadismo, nepotismo, prebentismo – mais incidem sob as condições patrimonialistas, racistas e sexistas que trazem para o centro de conhecimento de nossas relações sociais e políticas os elementos de classe, de raça e de gênero que estão em sua raiz.

Estou certo que esses fatores estiveram na mobilização ideológica do Golpe, com seus traços acentuados nas manchetes, nos editoriais, nas caricaturas, nas notas de intriga e de humor e nos artigos de opinião de todos os meios de comunicação. O acúmulo de hostilidade contra a Presidenta Dilma foi incrementado por esses traços rotuladores, estigmatizadores, para forjar estereótipos. Nas paródias da mulher descompensada, irritada, tensa, desequilibrada, despreparada para a política; nos decalques grosseiros traduzindo a imagem da violentação, circulando nos tanques de combustível do automóvel símbolo mais evidente da classe média emergente; na contraposição ao retrato ministerial do pós-golpe, cem por cento masculino, branco, proprietário, cristão, num movimento recatado e doméstico de retorno ao século XIX (em contraste com a explicação do primeiro ministro canadense sobre o seu mistério rigorosamente dividido entre homens e mulheres como tributo por estar no século XXI), o Gênero preencheu o imaginário da cultura antifeminista e misógina de um País que ainda precisa de uma Lei Maria da Penha e de uma pedagogia emancipatória da mulher em todos os processos de interpretação legislativa, judicial, administrativa e midiática que limitam a nossa cidadania.

|Você identificou algum aspecto de misoginia – aqui definido como ódio ou aversão às mulheres – na relação que a mídia, os políticos e o Judiciário estabeleceram com Dilma Rousseff?

Todas as referências que fiz acima se remetem à Presidente Dilma. Todas elas apareceram em capas de grandes revistas, nos comentários das colunas mais reconhecidas e, sobretudo, nos *memes* das redes sociais, muitas delas originadas dos mesmos grandes veículos.

|Você considera que o impeachment de Dilma Rousseff terá algum impacto na participação feminina na política? Em que sentido?

Com certeza. Embora o fenômeno seja global. Há pouco, em artigo crítico sobre a recente eleição de Donald Trump, nos Estados Unidos, a filósofa Judith Butler, importante ensaísta do feminismo, avançou na consideração da “misoginia grosseira e da repulsa contra Obama alimentada pelo racismo latente”, levando a uma “ira

reprimida contra as feministas”, de tal sorte que gerou por parte de eleitor “irado e niilista que prefere ser governado por um homem louco do que por uma mulher” (<http://sxpolitics.org/ptbr/eleicoes-americanas-uma-reflexao-de-judith-butler/6859>).

No Brasil, a consciência acerca dessa atitude misógina, tende a fortalecer o engajamento político das mulheres, cada vez mais mobilizadas para o protagonismo que as convoca. Basta ver no desenrolar do processo de golpe, a mobilização que se organizou para a defesa e a solidariedade à Presidenta Dilma, num movimento que lhe granjeou mais reconhecimento e liderança como jamais alcançou enquanto titular do cargo. E ainda agora, no cumprimento de uma agenda nacional e internacional que realça a sua envergadura ética e sua qualificação técnica, ela se afirma como uma liderança que sai engrandecida para exercer novos papéis num cenário em que o tradicionalismo oligárquico e corporativo se deteriora flagrantemente.

Esse processo animou e fez convergir para uma causa comum – a de defesa da democracia e da legitimidade popular do mandato presidencial – a força de todas as bandeiras do movimento feminista. As mulheres se superaram na ação parlamentar, na resistência popular e ações diretas, como nas ocupações de secundaristas, nas assessorias jurídicas populares, na magistratura, no ministério público e na advocacia pública democráticas, nos movimentos populares, com uma força atualizada da liderança feminina, articulando a pauta de seus movimentos específicos, a agenda da luta pela emancipação da mulher. O 8 de março de 2017 é um marco global da universalização dessas lutas, exteriorizando um movimento inédito, não apenas sob a forma de marchas e manifestações temáticas, mas com o aparato de se ter constituído como a primeira greve mundial de mulheres.

*“Trata-se de um golpe contra democracia e ao melhor funcionamento do Estado para a população. A perda é muito maior do que a de um cargo eletivo.”*

## LINE BAREIRO

Ismália Afonso da Silva

---

Politóloga paraguaia, Line é advogada pela Universidade Nacional de Assunção e mestre em Ciência Política pela Universidade de Heidelberg (Alemanha). Coordena o seminário Democracia/s, cidadania e Estado na América Latina no século 21: análises de gênero dos caminhos percorridos desde a década de 1980 e futuros possíveis, do Programa Regional de Formação em Gênero e Políticas Públicas, da Flacso-Argentina. De 2011 a 2014, integrou o comitê de especialistas da Convenção das Nações Unidas sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW). Fundou, em 1985, o Centro de Documentación y Estudios (CDE), do Paraguai, organização que pesquisa e faz incidência política sobre direitos das mulheres. Foi consultora da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), e desenvolve análises sobre a participação política feminina.

---

### **| Você define o impeachment de Dilma Rousseff como um golpe? Por quê?**

O primeiro que quero dizer é que o impeachment aos presidentes ou à presidenta da República nos regimes presidencialistas é uma instituição democrática. Não existe um ditador que se submeta ao parlamento para que o julgue. Isso é importante, porque, quando falamos de um regime parlamentarista, o parlamento simplesmente retira a confiança do Executivo. Ao passo que, nos regimes presidencialistas, é preciso haver causas para o impeachment e essas causas estão determinadas. Podemos analisar os três casos na região da América Latina como bastante complexos, justamente por haver um vínculo entre governos de esquerda que são depostos de diferentes maneiras nos últimos tempos: Honduras, Paraguai e Brasil. O caso de Honduras não deixa qualquer dúvida de que foi um golpe. Houve inclusive participação militar e a figura do golpe de Estado é clara. O caso do Paraguai é muito interessante, porque não se cumpriu um procedimento mínimo de um bom julgamento. A única certeza era a de que a maioria dos votos do parlamento era contra Fernando Lugo. A votação pela sua destituição trouxe uma violação completa, não apenas na forma. Por exemplo, as provas que se apresentavam eram recortes de

jornais. Foi um processo muito grosseiro. Em 48 horas, fez-se a destituição. O respeito aos procedimentos formais são importantes quando se analisa o caso de Bill Clinton, que conseguiu reverter o impeachment ao longo do processo. No caso de Dilma Rousseff, há um grande problema de fundo. De um lado, cumpriu-se o procedimento formal, que é extraordinariamente complexo, rigoroso. Porém, o que houve foi um espetáculo vergonhoso que se expressou nas razões dos votos contra ela na Câmara dos Deputados. Parlamentares apontaram como causas do impeachment a família, a religião, chegando ao cúmulo de render homenagens a um torturador. Todos esses aspectos em conjunto mostram que, em realidade, não estavam julgando as causas expressadas do impeachment. A diferença em relação ao Paraguai é que todos os procedimentos formais foram cumpridos e não houve forma de reverter a situação política. São três golpes contra a democracia, mas de características distintas.

**| Qual a participação da mídia nesse processo? Dê exemplos.**

Eu creio que nos casos do Fernando Lugo e de Dilma Rousseff, os presidentes tiveram a maior parte dos meios de comunicação contrários. Eles (os meios de comunicação) geraram um clima muito adverso, desenhando cenários de forma pouco clara, desenvolvendo campanha a favor da destituição. Isso não é pouca coisa, porque há um poder e uma influência muito grandes. Essas campanhas junto à opinião pública se basearam em fatos diferentes dos motivos pelos quais Lugo e Dilma eram processados. Faziam crer que havia uma degeneração do sistema político por corrupção. Nos dois casos, é muito impressionante a forma como se leva a antiga propaganda política, que tem mais a ver com agitação que com difusão de ideias e de verdades. Não só a imprensa brasileira, mas também a internacional. Eu considero que a atuação da CNN e outras cadeias também foram muito importantes. E esse não é um tema fácil, porque, ao mesmo tempo em que se pode fazer campanhas como aquelas, somos um continente para o qual a liberdade de expressão é um tesouro valiosíssimo, muito importante. Nós, ao longo do tempo, padecemos de diversas faces da censura.

**| Em algum aspecto você acha que a questão de gênero foi relevante junto à imprensa e à opinião pública a influenciar a cobertura do processo de impeachment? Dê exemplos.**

Eu pensei muito durante o governo Dilma em questões relativas aos direitos das mulheres. Há coisas que ela nunca apoiou, inclusive, questões que ela havia defendido durante toda a vida, como o direito ao aborto, mas que, uma vez no governo, não permitiu avanços. Esse então era um tema de tensão. Todo o movimento feminista a apoiou por uma razão de democracia, mas não necessariamente porque Dilma tenha sido uma grande companheira. Agora é interessante como ela mesma, subjetivamente, disse reiteradamente ter sido atacada como mulher, em sua condição de mulher e que sofreu misoginia. Eu penso que esses três casos que vimos (Honduras, Paraguai e Brasil) eram, muito mais, formas de deslocar do poder uma esquerda que se mostrava com capacidade de governar. Mesmo sem ser uma maravilha, esses governos estavam levando adiante certas reformas importantes. Eu penso que, no caso brasileiro, isso se deu especialmente por conta do Partido dos Trabalhadores (PT) e porque havia prestígio. A primeira vez que Lula venceu a eleição, as pessoas no Paraguai se organizaram em torno de demandas e pedindo que fossem solucionadas. Era uma

liderança que transcendia as fronteiras. Impressionou-me muitíssimo, por exemplo, questões como o Conselho de Segurança das Nações Unidas, para o qual o Brasil se colocou como uma possibilidade de membro permanente. Ou seja, o Brasil pode liderar, naquele momento, uma abertura à democratização das Nações Unidas. Agora, houve uma redução intensa e um empobrecimento considerável dessa liderança.

**|Você identificou algum aspecto de misoginia – aqui definido como ódio ou aversão às mulheres – na relação que a mídia, os políticos e o Judiciário estabeleceram com Dilma Rousseff?**

Eu creio que houve elementos de misoginia. E elementos extremamente conservadores advindos de crenças religiosas. Eu respeito as crenças religiosas, mas o que vimos são manifestações reacionárias, misóginas, conservadoras, mostrando uma só forma de família. Ou seja, não apenas misógeno. Era profundamente patriarcal em sua pior expressão, degradada. Quando penso em Eduardo Cunha e em toda essa Câmara de Deputados foi o que mais me impactou. Nessa mentalidade patriarcal, profundamente corrupta e conservadora, aparecem elementos de misoginia. Porém, creio que não tenham sido eles os que primavam. Primavam as ideias mais conservadoras de uma inclusão de deidades na política e no manejo do Estado alterando as leis e o contrato social. As pessoas que a julgavam eram atores importantes de um esquema de corrupção que lamentavelmente, no governo, o PT não cortou. Isso é um ponto que não é menor. Sobre o Judiciário, eu posso falar menos. Mas reconheço a perseguição que se amplia atualmente contra Lula e para retirar os partidos de esquerda de cena.

**|Você considera que o impeachment de Dilma Rousseff terá algum impacto na participação feminina na política? Em que sentido?**

Tudo isso afeta notavelmente a participação política das mulheres. Não é pouco que o Brasil seja o País com menor participação política das mulheres na região. É uma vergonha ter cerca de 10% de participação feminina no poder legislativo. É um escândalo a situação brasileira. E digo isso porque há tantas mulheres capazes. Eu diria que é uma sociedade com um rosto de liberalidade, mas que demonstrou efetivamente não ter. Creio que o impeachment vai afetar muito a participação feminina, principalmente que se houver um esforço para relacionar os problemas do governo de Dilma ao fato de ela ser mulher. Mas ao que parece não é essa a tendência e espero que não seja. Há um caso no Uruguai, quando um senador contrário ao aumento de cotas para a participação feminina na política, usava a excelência de uma senadora. Segundo ele, se todas fossem como Margarita Percovich, que é responsável, séria, solidária e trabalhadora, ele apoiaria a ampliação das cotas. Mas não são iguais a ela. Então, é possível usar até o bem que as mulheres fazem contra as próprias mulheres. Por outro lado, considero que o que ocorreu pode contribuir para um aumento da massa crítica sobre o manejo do Estado e a participação política das mulheres. Sobre a redução das candidaturas nessas primeiras eleições depois do golpe parlamentar, em 2016, se está medindo o quanto se perdeu. É muito além de um cargo concreto. Com o avanço dos setores conservadores, o que se está mostrando é que se trata de um golpe à democracia, um golpe ao melhor funcionamento do Estado para as pessoas. Dessa forma, eu creio que a perda é muito maior do que a de um cargo eletivo.

### | Considerações finais

É fundamental que repensemos a figura do impeachment. Eu não o eliminaria, mas penso que essa função legislativa deva ser submetida a uma consulta popular. Como um combo: ao final do impeachment no parlamento que se submeta o resultado a um referendo para que a população confirme ou não, já que são cargos eleitos por consulta popular.

Lamento profundamente que as políticas públicas que significaram tirar milhões de pessoas da pobreza não tenham tido um conteúdo de manejo diferente do Estado, dos bens públicos. A Petrobras se converteu em um símbolo de como financiar a política. Uma pessoa como Temer não deveria estar no mundo democrático. No caso do Paraguai, Federico Franco nunca pode sair do País, porque não foi recebido por nenhum outro chefe de Estado. Durante 15 dias, foi reconhecido apenas por dois países. Enquanto Temer foi muito rapidamente reconhecido por outros países. Nesse cenário está também o fato de que o Cone Sul já havia mudado completamente.

Nessa questão de direita e esquerda, há casos diferentes na América Latina. Temos a direita dando golpes contra governos de esquerda que estavam mostrando formação positiva. Mas, na Venezuela e Nicarágua, há uma profunda degradação da própria esquerda. No primeiro, pelo bloqueio ao uso de mecanismos constitucionalmente colocados pela mesma esquerda. Foi o grupo de Chávez que colocou na constituição o recurso da convocatória para eleições. Hoje, como sabem que perderiam, impedem-na por todos os meios. Em caso de Daniel Ortega, é a soma de abusos sexuais e o manejo absolutamente despótico da coisa pública. Notavelmente, no caso da Nicarágua, teremos as piores repressões antifeministas e antidireitos da região. Aqui, são degradações da própria esquerda, o que não se dá nos outros casos.

*“A vitória de forças conservadoras no processo de impeachment incentivou quem quer ‘recuperar valores tradicionais’, isto é, da mulher saber ‘o seu lugar’, de só ter dois gêneros e uma orientação sexual, um projeto autoritário afinado com o projeto golpista.”*

## LIV SOVIK

Fernanda Martinelli  
Liziane Guazina  
Dione Moura

---

Liv Sovik nasceu em Genebra de pais norte-americanos, estudou letras em Yale, fez doutorado em Comunicação na USP, foi professora na UFBA e é professora associada da Escola de Comunicação da UFRJ. É autora do livro “Aqui Ninguém é Branco”, que contribui para uma reflexão sobre o racismo no Brasil e as possíveis formas de combatê-lo, nas palavras de Silvano Santiago, além de inúmeros ensaios. Trabalha sob forte influência dos Estudos Culturais, sobretudo o trabalho de Stuart Hall. Partindo muitas vezes de uma visão histórica da música popular brasileira na busca de entender identidades culturais, raciais e de gênero no Brasil contemporâneo, suas pesquisas versam sobre teorias de comunicação, cultura e poder, passando pelo pós-moderno, a globalização, políticas culturais e questões epistemológicas na área de Comunicação.

---

### **| Você define o impeachment de Dilma Rousseff como um golpe? Por quê?**

Sim, porque os motivos de removê-la da presidência eram espúrios. Não há provas que ela cometeu um crime. A permanência no executivo de seu companheiro de chapa é a comprovação lógica de que os supostos motivos do legislativo realizar o impeachment não se sustentam. Por outro lado, a forma como o governo age contra os interesses da população sem se afetar pelas pressões vindas da sociedade civil ou com as repercussões econômicas e políticas é uma prova da natureza ditatorial do governo.

### **| Qual a participação da mídia nesse processo? Você gostaria de mencionar algum exemplo?**

A mídia começou há algum tempo a pautar a discussão de tal forma que o governo sempre parecia errar, nunca acertar. Adotou o juiz Sérgio Moro como herói, estimulou o moralismo e demonizou o Partido dos Trabalhadores como principal elemento de corrupção no governo, enquanto deixou de recuperar para a memória os

esquemas corruptos de outros partidos. Foi notável a maneira em que a grande mídia esqueceu-se das matérias que publicara alguns anos antes sobre o esquema de corrupção do presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha. Semeou a ideia que a recessão econômica fosse de responsabilidade única do governo petista e deixou de noticiar os efeitos econômicos nefastos do imobilismo do legislativo. Em suma, estimulou uma histeria anticorrupção através da notícia parcial, a amnésia oportunista, a distorção e até a mentira.

**|Em algum aspecto você acha que a questão de gênero foi relevante junto à imprensa e à opinião pública influenciando a cobertura do processo de impeachment? Em caso afirmativo, você poderia mencionar alguns exemplos?**

Assistimos, nos últimos tempos, ao avanço do sistema patriarcal: o ressurgimento de valores tradicionais e suas versões mais violentas de “defesa” da família tradicional de mãe, pai e filhos. Ao mesmo tempo, coisas que antes nem eram mencionadas foram escancaradas. O processo de “alargamento de horizontes” do dizível e do pensável, que geralmente consideramos uma coisa boa, incluiu a crescente aceitação de violência simbólica machista, com a presidente como alvo exemplar do que se pode fazer com mulheres. Isso tomou a forma de crescente alusão à tortura da presidente Dilma Rousseff na mídia. Houve a comercialização pela internet, em julho de 2015, de um adesivo para tanques de gasolina de carros, em que a pistola da bomba parece penetrar a presidente sexualmente – a fotomontagem do *sticker* a mostra em posição de “pau-de-arara”; a foto da presidente, com os dentes à vista lembrando uma caveira e parecendo estar em uma fogueira, foi publicada na capa de *O Estado de S. Paulo* de 4 de maio, depois da cerimônia para acender a tocha olímpica; foram publicadas nos jornais longas notas de óbito de Homero César Machado, que a torturou, em diversos meios de comunicação nos dias 6 e 7 de maio de 2016, como se esse passado lhe tornasse uma pessoa notável: são os casos mais evidentes de uma quebra de tabu. O primeiro uso público desse passado da presidente Dilma Rousseff talvez tenha sido quando foi chamada de “guerrilheira” e uma foto dela quando jovem, encarando um tribunal militar, foi usada como material de campanha em 2014. Mas a reação brutal de quem defende a história do regime militar e também defende a “família tradicional” deixou claro que o machismo e homofobia é a violência socialmente aceitável, mas que está ligada ao conjunto de abusos de direitos humanos.

**|Você considera que o impeachment de Dilma Rousseff terá algum impacto na participação feminina na política? Em que sentido?**

Acho que, na política como no resto da vida social, existem consciência e crítica dos limites tácitos impostos às mulheres, seja pelas expectativas sociais ou pela violência simbólica que os “desviantes da norma” enfrentam. Algumas mulheres na política nos falam disso: Kátia Abreu, Regina Sousa, Jandira Feghali, Gleisi Hoffmann são algumas das que se destacaram durante a produção do impeachment no Congresso, por falar de como, para elas, os ataques à presidente Dilma Rousseff era ataques à mulher. Elas denunciaram um ambiente, uma cultura, uma prática machista na sociedade política. Por outro lado, há mulheres que falam a favor dos valores “tradicionais” por serem de igrejas ou outros setores conservadores, onde antes se deixavam representar por homens. Nesse sentido, tenho a impressão que, por mínimos

que sejam os números de representantes no congresso, há um conflito em torno da mulher na política que é novo. Esse conflito tenderá a crescer, na medida em que setores religiosos e feministas se consolidam: os religiosos com as eleições; as feministas mais tarde, em termos eleitorais, mas beneficiando-se do interesse de jovens mulheres pela igualdade de gênero.

**|Qual a sua avaliação sobre a forma como a deposição da presidenta repercute nas políticas públicas voltadas para as mulheres e nos protagonismos femininos em diversos campos da sociedade civil?**

Como o impeachment de Dilma Rousseff foi injusto, ilegítimo e ilegal, além de condicionado por um machismo rompante, não causa estranhamento que na esteira vieram a ofensiva da igreja católica contra o que ela chama de “ideologia de gênero” e as conotações de repressão à diversidade de gênero da política da “Escola Sem Partido”, reivindicada por setores evangélicos. A vitória de forças conservadoras no processo de impeachment incentivou quem quer “recuperar valores tradicionais”, isto é, da mulher saber “o seu lugar”, de só ter dois gêneros e uma orientação sexual, um projeto autoritário afinado com o projeto golpista. A violência presente na sociedade brasileira virou notícia. As estatísticas de assassinato de jovens negros, que aumentam desde o ano 2000, em termos absolutos e como proporção dos homicídios de jovens em geral, eram um sinal dessa violência, que parecia isolada. Agora, os alvos também são mulheres, homossexuais, pessoas trans, e se explicita a vontade de negar a essas figuras suas diferentes formas de viver. As formas políticas de coibir essa violência encontraram um impasse no campo da política governamental. Não é possível prever o futuro do protagonismo e resistência feministas, antirracistas, mas é a chance que temos, neste momento, de nos agarrar à vida.

*“Dilma não foi derrubada por ser mulher. Se fosse Lula, ele provavelmente teria sido removido também. Mas o fato de Dilma ser mulher e de o Brasil ser um País tão machista atiçou os ânimos.”*

## **LOLA ARONOVICH**

Carolina Vicentin

---

Lola Aronovich é feminista “desde criancinha”. Aos oito anos, incentivada pela família, passou a cultivar diários, nos quais escrevia sobre o poder das mulheres. Hoje, aos 49, é mestre e doutora em Literatura e Língua Inglesa e mantém um dos maiores blogs feministas do Brasil, o *Escreva Lola Escreva*, com quase meio milhão de visualizações por mês. Desde 2010, é professora-adjunta no Departamento de Estudos da Língua Inglesa, suas Literaturas e Tradução da Universidade Federal do Ceará, em Fortaleza. Lola, argentina de nascença, mas brasileira de criação e coração, escreve diariamente no blog, não só sobre igualdade de gênero, mas também sobre homofobia, racismo, representação da mulher na mídia e direitos humanos em geral. Já inspirou milhares de meninas que descobriram o feminismo por meio da internet e sonha com o dia em que o movimento não será mais necessário.

---

### **| Você define o impeachment de Dilma Rousseff como um golpe? Por quê?**

Sim, defino como um golpe. É diferente do golpe de 1964, quando o exército tomou as ruas. Este é um golpe sem militares, mas, ainda assim, é golpe. Não se tira um governante apenas por que ele ou ela está impopular. Ou melhor, tira-se, mas nas urnas, não no Congresso. Como se sabe, as tais “pedaladas fiscais” – justificativa usada para o impeachment – são um recurso comum em todos os governos, inclusive nos estaduais, e nem por isso Alckmin (governador de São Paulo), por exemplo, corre o menor risco de impeachment. O golpe contra Dilma foi a saída de quem nunca aceitou o resultado das urnas em 2014. E a maior parte dos países reconhece que foi um golpe.

### **| Qual a participação da mídia nesse processo? Dê exemplos.**

Muita gente de esquerda ainda acha que a Globo, que obviamente sempre se opôs e continua se opondo ao PT, tem o poder que tinha em 1989. Não há dúvida de que a Globo foi determinante para que Collor vencesse Lula naquela época, mas a audiência da emissora é hoje uma sombra do que foi. A Globo não conseguiu eleger

seu candidato em 2002, em 2006, em 2010, nem em 2014. Ou seja, está longe de ser invencível. Porém, é óbvio que ela tem força. E ela lutou muito pelo impeachment. A mídia como um todo deixou claro que tem lado. Deu grande destaque para as manifestações dos reacionários, exagerou ao noticiar a crise (basta ver as manchetes sobre o País antes e depois do golpe; parece que os problemas foram resolvidos), raramente apontou as contradições de um legislativo tão corrupto empunhar a bandeira anticorrupção.

**|Em algum aspecto você acha que a questão de gênero foi relevante junto à imprensa e à opinião pública a influenciar a cobertura do processo de impeachment? Dê exemplos.**

Eu não acho que Dilma foi derrubada por ser mulher. Se fosse Lula no governo, ele provavelmente teria sido removido também. Mas o fato de Dilma ser mulher e de o Brasil ser um País tão machista serviu como combustível para atizar os ânimos. O machismo contra Dilma não começou no impeachment. Começou já na sua primeira eleição, em 2010, cujo segundo turno foi marcado por um “debate” (mais uma condenação) sobre aborto. Falava-se muito das roupas, do penteado, do peso da candidata. E, na posse, quem “roubou a cena”, segundo a mídia, foi Marcela Temer. Em outras palavras: faixa de miss ainda parece ter mais importância no Brasil do que faixa presidencial. Dilma foi a primeira mulher a ser eleita presidenta e, na posse, só se falava na primeira-dama. Em 2014 houve um embate entre um “homem honrado” (como Aécio se autodefinia) e uma “leviana” (como o candidato do PSDB definia Dilma). As levianas ganharam dos homens honrados. Foi por pouco, mas considero que nós, feministas, tivemos um papel decisivo nesse resultado. No impeachment, é só ver a insistência dos deputados em agradecer “a família” (apenas um modelo de família) que se comprova que a questão de gênero foi relevante. A mídia se encarregou de pintar Dilma como incompetente e descontrolada.

**|Você identificou algum aspecto de misoginia – aqui definido como ódio ou aversão às mulheres – na relação que a mídia, os políticos e o Judiciário estabeleceram com Dilma Rousseff?**

A misoginia ficou escancarada. Nas manifestações dos reacionários pelo impeachment, Dilma foi chamada de vagabunda, vadia, malcomida, baranga – todos termos que ou não existem para os homens, ou que têm significado muito diferente. A capa da revista *IstoÉ* do início de abril de 2016 é icônica. Usando uma foto de um discurso de Dilma de 2013, a manchete dizia: “As explosões nervosas da presidente”, acompanhada do subtítulo “Em surtos de descontrole com a iminência de seu afastamento e completamente fora de si, Dilma quebra móveis dentro do Palácio, grita com subordinados, xinga autoridades, ataca poderes constituídos e perde (também) as condições emocionais para conduzir o País”. Ou seja, a velha pecha de histérica que sobra para as mulheres no imaginário machista. Em 18 de abril de 2016, dois dias depois de o impeachment ser aprovado na Câmara, a *Veja* publicou a infame reportagem “Marcela Temer: bela, recatada e ‘do lar’”, uma mostra do que os conservadores veem como ideal numa mulher. A verdade é que saímos de um governo da primeira presidenta a um governo em que não há mulheres nos ministérios. Isso é

muito significativo. E a mídia continua fazendo a sua parte em valorizar o papel da primeira-dama.

**|Você considera que o impeachment de Dilma Rousseff terá algum impacto na participação feminina na política? Em que sentido?**

Assim como a eleição de Dilma por si só não é determinante para ampliar a participação feminina na política, o impeachment também não é. Mas é uma questão simbólica. Rompeu-se um obstáculo, e as meninas puderam aspirar a serem presidentas, a estarem no poder, a não se contentarem mais apenas com o cargo decorativo de primeira-dama. Essas mesmas meninas que viram que uma mulher pode chegar ao cargo máximo do País também viram como esta mulher foi tratada. Viram que os termos usados contra ela são termos relacionados à sua sexualidade e a sua aparência. Viram nas redes sociais incontáveis *memes* e *hashtags* do tipo “Queremos Dilma na Playboy” e “Lula perdeu o dedo na xota da Dilma”. Quantas meninas realmente vão querer enfrentar isso? A minha esperança no momento é nas jovens que participam nas ocupações das escolas e universidades. São politizadas, destemidas, e estão em papel de liderança. Torço para que elas entrem para a vida política.

*“O movimento de gênero é uma questão muito forte, muito mais forte que na minha época. Esse sim é um movimento que vem crescendo muito.”*

## LÚCIA MURAT

Fernanda Eda Paz Leite  
Laís Ferreira Oliveira

---

Na trajetória da carioca Lúcia Murat, política e cinema são indiscerníveis. Militante da Dissidência Estudantil da Guanabara, posteriormente, Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), Murat foi presa em março de 1971, aos 22 anos, e levada ao DOI-Codi. A cineasta foi torturada com pau de arara, eletrochoques e espancamentos. Na década de 1980, Lúcia passou a se dedicar ao cinema e dirigiu diversos filmes. Alguns deles abordam a temática da ditadura militar, como *Que bom te ver viva* (1989), *Quase dois irmãos* (2004), e *A memória que me contam* (2013), este último inspirado na vida da também militante e amiga de Lúcia, Vera Silva Magalhães. Conversar com Lúcia sobre a política contemporânea é refleti-la a partir da história.

---

### **|Você define o impeachment de Dilma Rousseff como um golpe? Por quê?**

Sim, sim. Quer dizer, é bastante complicado, né? Porque é, e ao mesmo tempo, não acho que foi a mesma coisa do que foi o golpe de 64. Talvez, por eu ter vivido a ditadura no seu afã terrível, eu não consiga identificar os dois golpes... Mas eu acho que sim, foi um golpe institucional, com outras características que o golpe de 64. Mas, com certeza, foi um golpe institucional. Quer dizer, foi uma presidente legitimamente eleita que foi retirada do poder por um grupo opositor que não tinha vencido a eleição anterior e não tem motivo legal para isso, motivo constitucional para isso. De modo que existe várias divergências em relação a isso, tem gente que acha que é constitucional e não, não, não...Mas, no meu entender, eu concordo com as pessoas que juridicamente consideram isso como um golpe constitucional. Mas eu não, não identificaria, vamos dizer, como sendo a mesma coisa que aconteceu em 1964. Até porque eu acho que as realidades mudam, né? Sempre mudam. A história é feita de novas histórias e de novas realidades. Então, não me agrada essa identificação.

Acho que foi um golpe com outras características, entendeu? Eu acho que o terror que foi o golpe de 64, foi o AI-5... Embora a gente também não saiba onde, até onde isso aqui vai dar, mas o próprio golpe de 64, quer dizer, com as prisões, as torturas que ocorreram na época, eu acho que é até injusto você dizer que é a mesma

coisa. Eu acho que foi um golpe com outras características. Principalmente com as características de um golpe constitucional, como tem acontecido na América Latina. É isso que eu falo... Eu, para mim, não identifico como golpe militar em função das características do golpe militar, em função do terror da tortura.

**| Qual a participação da mídia nesse processo? Dê exemplos.**

Muito grande. Aí sim, como foi no de 64 também. Eu acho que, tanto em 64 quanto agora, a participação da mídia foi muito grande. Foi praticamente quem articulou, digamos assim, o apoio da opinião pública para esse golpe. Porque houve um apoio... A sociedade brasileira hoje está totalmente dividida. E, metade dela, sim, apoiou, apoiou o golpe contra a Dilma. Acho que é quem articula esse apoio, acho que é a mídia.

O que a mídia criou? A mídia criou que o PT era corrupto, que a Dilma era corrupta, que o Brasil precisava... Quer dizer, a questão da corrupção também se identifica muito em 64. Identifica-se muito na história do Brasil, e acho que até também na história do mundo, porque é muito fácil você ganhar a classe média dentro de um discurso moralista anticorrupção, e esse discurso moralista anticorrupção existiu em 64, como existiu agora. Então, quem cria as manchetes, quem cria isso tudo é a mídia, que aponta nesse sentido.

Eu acho que hoje você tem a internet, né? Você tem uma oposição que na ocasião de 64 não existia. Você tinha pequenos jornais, e tal, mas você não tinha a força que a internet tem hoje. Pelo bem e pelo mal. Porque, ao mesmo tempo em que a internet é uma área em que você pode discutir, que a oposição, digamos, de hoje, nós que somos opositores ao atual governo, temos um espaço para discutir, também é um espaço da loucura. É o espaço da polarização, é um espaço de denúncias sem qualquer base. É o espaço do ódio muito forte. Mas é verdade que ao mesmo tempo você tem um espaço que antes não existia...

Eu não acho que é só o lugar do espetáculo não. Essa coisa do “fora, Temer”, hoje, já virou um “bom dia”. “Primeiramente, fora, Temer!” Tá legal!? Qual é a importância que isso tem no Festival do Rio, onde praticamente a plateia inteira concorda com isso? Mas a pessoa acha que está ali fazendo uma revolução dizendo “primeiramente, fora Temer!”. Mas eu me lembro de também que na época da ditadura, quando você conseguia fazer as passeatas, você tinha palavras de ordem. As palavras de ordem perduraram... Infelizmente, perduraram por 20 e tantos anos. “Abaixo a ditadura” e tal... A gente até brigava, porque tinham aqueles que eram da luta armada, e os que não eram. Tinha “Abaixo a ditadura”, “Só a luta armada anula a ditadura”, em suma. Tínhamos várias brigas tremendas por causa de uma palavra de ordem que ninguém queria ouvir e ficava todo mundo brigando na passeata. Mas, acho que, fundamentalmente, hoje se está muito perdido na forma de luta mesmo, porque eu, particularmente, óbvio, eu não acredito numa retomada da luta armada hoje, acho que não tem nada a ver. E você dentro do campo democrático está muito perdido. Você não está sabendo o que fazer.

**| Em algum aspecto você acha que a questão de gênero foi relevante junto à imprensa e à opinião pública a influenciar a cobertura do processo de impeachment? Dê exemplos.**

Eu acho que ela foi utilizada, né? Com certeza. Eu acho que muitas das acusações que eram feitas à Dilma eram feitas porque ela era mulher. Se ela fosse homem ninguém se importaria de ser chamado de autoritário, de ser chamado de pedante. Isso aí calçou nela porque ela é uma mulher. Então, foi o fato dela ser mulher, que foi utilizado na campanha. Quando a gente era presa, o fato de a gente ser mulher era utilizado na tortura, né.

Não, não. No caso da opinião pública eu acho que não. Essas informações absolutas são sempre inadequadas, não sei. Não complexas... Eu acho que foi usado, entendeu? Eu não acho que tenha sido porque ela era mulher, não foi um fator determinante na queda. Acho que sim, o fato dela não ter a capacidade política de Lula, para lidar com aquilo, acho que tudo isso foi muito mais determinante que o fato dela ser mulher.

**|Você identificou algum aspecto de misoginia – aqui definido como ódio ou aversão às mulheres – na relação que a mídia, os políticos e o Judiciário estabeleceram com Dilma Rousseff?**

Sim, sim, eles usaram isso o tempo todo. Essa campanha de autoritária, brava e tal, de irascível, foi o tempo todo feita para mulher. Se fosse homem não pegava. Então, eu acho que eles usaram isso o tempo todo, colaboraram. Mas não acho que tenha sido decisivo. Eu acho que, particularmente, a situação que ela enfrentou, talvez, o impeachment... Se ela tivesse negociado mais... Mesmo no mal sentido, quer dizer... Isso é muito irônico porque, ao mesmo tempo em que o impeachment ocorre num momento em que o PT e ela têm uma posição digna de não negociar com Cunha. Então, na verdade, o impeachment ocorre numa coisa muito específica, que foi uma atitude extremamente digna naquele momento de não negociar. Então, se você pensar no conjunto da obra, nos dois governos, acho que realmente faltou uma capacidade de negociação com o congresso. Não vou dizer que esse Congresso é uma gracinha, não é uma gracinha, né? Nosso Congresso tem piorado muito, vem agregando a bancada BBB lá... Da bala, bíblia e boi. Então não é fácil, claro que não é fácil, que a gente perdeu. Eu acho que a gente tá num momento de pensar na educação política, quer dizer, para que a gente tente. Não adianta ter o Executivo e continuar com esse legislativo que a gente tem. Não adianta...

É, a diferença é que, por exemplo, o Lula vem de uma história que a gente não teria. A gente, mulher, não teria. Quer dizer, essa história do sindicalismo, não ia ter nunca uma mulher no sindicato que, imagina, presidente de sindicato, pra ter essa história que ele teve. Isso, nesse sentido, sim. Essa figura, vinda de um sindicato operário, não existia com uma mulher. A mulher não existia nesse papel, uma mulher não teve essa experiência.

**|Você considera que o impeachment de Dilma Rousseff terá algum impacto na participação feminina na política? Em que sentido?**

Não, não. Eu também acho que não. Eu acho que assim, do ponto de vista de gênero, até se a gente for pensar, eu acho que a gente teve um ganho, porque creio que a derrota do Pedro Paulo no Rio se deu muito em função do caso da agressão à mulher. E a oposição das mulheres foi muito forte...

O movimento de gênero é uma questão muito forte, muito mais forte que na minha época. Esse sim é um movimento que vem crescendo muito. Dentro desse caos inteiro, você vê ontem a manifestação e tal... Eu acho que esse movimento sim é um movimento que cresce de forma muito positiva, muito interessante.

Eu acho que no governo Lula e no governo Dilma houve avanços muito grandes. Quer dizer, não somente da questão da mulher, como a existência de ministérios com mulheres, que não existia... O que acho é que esse governo Temer, de direita, misógino, é terrível, em todos os sentidos. No sentido artístico, cultural...

É tudo tão... É muito feio, né? Eu acho que isso tudo faz parte do Golpe. Eu acho que houve crescimento e, agora, houve um retrocesso.

### | Considerações finais

Os anos 1960 foram o segundo momento de explosão do movimento feminista. Foi também um grande momento de mudança comportamental da classe média, pra mulher, com o advento da pílula. Minhas irmãs todas eram virgens, casaram virgens... Quer dizer, é a grande mudança! Particularmente para a mulher, que tem que brigar em casa pra tomar pílula, pra transar e tal, e não ter que casar virgem e sair de casa e tal... Então é uma ruptura muito grande pra nós naquele momento. Só que dentro de uma ditadura, isso tudo se confunde muito. Então, nessa época, nós tínhamos como livro de cabeceira a Simone de Beauvoir, com “O Segundo Sexo”, e Wilhelm Reich, com “A revolução sexual” e tal... Mas, ao mesmo tempo, dentro da discussão, você considerava que a sua luta principal era contra a ditadura, porque a questão política se sobressaía em relação à questão feminina. E era um mundo muito mais machista que hoje, sabe? Dentro da classe média acho que sim. Então acho que foi um momento de explosão do movimento, mas que ele meio que foi abafado pelo que a gente considerava que era uma questão maior, que era a questão política. Eu acho que hoje o movimento feminista tem uma autonomia muito maior... Eu fico muito impressionada com essas manifestações recentes. E fico muito impressionada assim, com duas coisas: a autonomia, que a gente não tinha.... Quer dizer, teve algumas manifestações de mulheres naquela época, mas eram coisas ridículas, de trinta pessoas, nada na dimensão que tem hoje. E tem a questão de gênero também, uma discussão que não existia antigamente. A homossexualidade era uma coisa que não se discutia. Quer dizer, existia, mas era uma coisa mais ou menos escondida. A esquerda escondia e tal... E a questão da mulher ser independente, transar e tal, a gente ainda assumia, mas a questão da homossexualidade não se assumia, ninguém tinha coragem de assumir. Apesar de que isso (independência e liberdade sexual) ainda era muito usado, né... A repressão chamava a gente de puta direto, dava nos jornais e tudo... Para você ter uma ideia, recentemente, quando eu fui pedir o *habeas corpus* no Centro de Informações do governo, veio assim, várias ações que tinha feito na época da ditadura, como assalto à banco, blá blá blá, e embaixo tinha assim: “e teve muitos amantes”, no hall de acusações. (Risos). Então, era a mentalidade, isso a gente achava bonito, ria e tal. Agora, se tivesse uma acusação de homossexual, a gente não assumia, por exemplo. Então acho que esse avanço se deu, e o avanço que está se dando na questão de gênero... Aquela coisa muito mais ampla, muito mais discutida do que era naquela época.

Ah, eu acho que eu tive uma experiência muito particular, porque quando eu comecei a fazer cinema, eu já era uma pessoa identificada. Eu não tinha gênero, digamos assim, eu era uma ex-prisioneira que tinha sido torturada, então não tinha essa história. E até pela minha experiência de vida, eu sou uma pessoa mais dura, entende? Então, quer dizer, óbvio que quando eu comecei a fazer cinema a equipe inteira era de homem, a equipe técnica inteira, inteira. Você tinha, às vezes, uma mulher no figurino ou na produção, mas a maioria era realmente de homens, pessoas que deviam falar horrores por trás, mas na minha frente não falavam.

O cinema é hoje fundamental. Fundamental como todas as artes. Não acho que vá mudar a sociedade, mas acho que ele ajuda as pessoas a pensarem. Então, o que cada uma de nós puder fazer nesse sentido, de ajudar as pessoas a pensarem, é muito bom.

É, é uma coisa muito estranha o cinema. O cinema quando a gente pensa em sala de cinema. Outro dia eu estava brincando com um amigo meu... Você pega, faz um filme para televisão, o filme pode ser visto por dois milhões de espectadores, ninguém fala com você sobre o filme, ninguém nada... Entendeu? Aí você faz um filme que vai para uma sala, que a gente tem um problema de distribuição tremendo, que aí tem mil espectadores, mas sai em todos os jornais, sai crítica aqui, sai não sei quê... Então teu mundinho, quer dizer, a gente é a elite da elite, entendeu? Aí o teu mundinho é atingido, e aí você se sente, obviamente, muito mais recompensado, mas também eu me pergunto até que ponto isso não é fantasioso, por causa dessa discrepância.

*“O Brasil ocupa apenas o 155º lugar no mundo em termos de representação feminina na política. Isso tem uma relação direta com tudo o que aconteceu na gestão Dilma.”*

## LUCIANA PANKE

André Bonsanto Dias  
Alice Lima

---

Com pós-doutorado em Comunicação Política pela Universidad Autónoma Metropolitana do México (UAM-Cuajimalpa), Luciana Panke é professora, há cerca de dez anos, da Universidade Federal do Paraná (UFPR), onde desde 2010 coordena o Grupo de Pesquisa em Comunicação Eleitoral. Conferencista internacional e consultora no Brasil e na América Latina, é autora dos livros *“Lula, do sindicalismo à reeleição: um caso de comunicação, política e discurso”* (2010), publicado também em castellano e *“Campañas electorales para mujeres: retos y tendencias”* (2015), ampliado e publicado também em português. Em 2016 foi eleita uma das doze mulheres mais influentes da Comunicação Política pelo The Washington Academy of Political Arts & Sciences e recebeu, em Washington (EUA), o Victory Awards, que é considerado o “Oscar do Marketing e da Comunicação Política”.

---

### **|Você define o impeachment de Dilma Rousseff como um golpe? Por quê?**

Não tenho certeza se a palavra “golpe” seja a melhor expressão para o que ocorreu no País em 2016. Ainda que tenhamos pouca informação confiável sobre os bastidores, o que a gente viu nesse período de destituição da presidenta Dilma foi uma desconstrução de seu governo, perceptível pela articulação de um partido e seus aliados para tirar da presidência outro grupo político. Esse processo de desconstrução ocorreu ainda antes de 2014. Acredito que ele foi, inclusive, fortalecido de certa maneira a partir das jornadas, das marchas e protestos de 2013. Aqueles protestos levaram para a rua uma pauta que abrangia não apenas o governo federal, mas que acabou sendo responsabilizado por questões não concernentes a ele. Isso ajudou bastante nesse processo que a gente pode chamar de desconstrução do governo Dilma. Além da falta de apoio para governar, talvez pelo próprio modo de fazer política, o governo virou alvo dos protestos. Também, a impressão que tenho é de que o grupo usurpador aproveitou o fato de ter uma mulher na presidência para executar o plano de destituição de seu governo. Tenho sérias dúvidas se teria ocorrido o mesmo

episódio se o País ainda estivesse sob o comando de Luiz Inácio Lula da Silva, o que nos mostra como a forma de fazer política está muito relacionada às questões de gênero. O Brasil, como a maioria dos países latinos, não está acostumado com uma mulher no comando, como é possível ver na tabela abaixo, citada no meu livro “Campanhas Eleitorais para Mulheres” (2016). E, para completar, o tempo entre o sufrágio feminino e a eleição da primeira mulher presidente aqui, é de 78 anos. O maior na América Latina até agora onde já se teve presidência feminina.

#### Presença das mulheres na câmara dos deputados da América Latina

PAÍS	LUGAR NO MUNDO	POSIÇÕES	MULHERES	PORCENTAGEM
BOLÍVIA	2°	130	69	53,1%
CUBA	3°	612	299	48,9%
MÉXICO	7°	500	212	42,4%
EQUADOR	9°	137	57	41,6%
NICARÁGUA	11°	92	38	41,3%
ARGENTINA	28°	257	92	35,8%
COSTA RICA	32°	57	19	33,3%
EL SALVADOR	35°	84	27	32,1%
PERU	52°	130	36	27,7%
REP DOMINICANA	58°	190	51	26,8%
HONDURAS	65°	128	33	25,8%
COLÔMBIA	93°	166	33	19,9%
PANAMÁ	101°	71	13	18,3%
URUGUAI	117°	99	16	16,2%
CHILE	121°	120	19	15,8%
PARAGUAI	123°	80	12	15,0%
VENEZUELA	128°	167	24	14,4%
GUATEMALA	130°	158	22	13,9%
BRASIL	155°	513	51	9,9%
BELIZE	180°	32	1	3,1%
HAITI	187°	92	-	0,0%

#### |Qual a participação da mídia nesse processo? Dê exemplos.

Primeiramente é preciso definir o que consideramos como “mídia”. Eu vou me referir àquilo que diz respeito à imprensa, à cobertura jornalística dos fatos, partindo do pressuposto de que o jornalismo faz um enquadramento da notícia, ao destacar determinados aspectos em detrimento de outros. O jornalismo tem, portanto, uma importância fundamental na construção da opinião pública e o enfoque dado pela imprensa, - muitas vezes apresenta uma “sub-representação” da mulher -pode variar de acordo com o que cada cultura percebe como sendo o seu papel em determinada sociedade e, conseqüentemente, como isso é reproduzido. A sub-representação

significa a mulher virar manchete por atributos físicos, escândalo pessoal, ser aliada a algum homem do que ser destacada por seus méritos profissionais, por exemplo.

Voltemos à questão das manifestações de 2013. Se sistematicamente é transmitido pela imprensa, pelos meios de comunicação com mais visibilidade, um posicionamento que criminaliza qualquer tipo de manifestação ou que vá reforçando a responsabilidade do governo federal, minimizando a responsabilidades das outras esferas, isso com certeza vai favorecer um processo de deslegitimação. Porque é uma coisa sistemática, sutil, quando uma cobertura mostra sempre uma imagem de Dilma bastante nervosa, por exemplo, no sentido pejorativo. Tudo isso acaba favorecendo que apenas aspectos negativos sejam expostos. Não sei de Dilma saía pouco de Brasília ou se não havia cobertura de sua presença junto à população, por exemplo. A impressão que dava é de ela estar isolada, inclusive midiaticamente. O que foi possível perceber também com relação ao fortalecimento do PMDB, midiaticamente falando. A gente via Michel Temer sempre bastante blindado, como algumas reportagens antes mesmo da votação do impeachment já, de certa maneira, considerando-o como novo líder, antecipando um resultado. Isso aí a gente pode dizer que é realmente uma forma de condução da opinião pública e aumento da pressão popular.

Outra questão que me chamou bastante atenção foi a forma como a imprensa fez a cobertura das manifestações, a favor e contra a presidente Dilma. Mesmo quando as manifestações favoráveis a seu governo tinham maior adesão se mostrava o contrário, já que algumas emissoras utilizavam enquadramentos que as retratavam sempre de forma limitada. Pessoas favoráveis ao governo Dilma eram muitas vezes “invisibilizadas” e, é importante destacar, que o silenciamento acaba influenciando também este processo. Destaco também a cobertura da Lava Jato, com a maior visibilidade dada ao PT nos casos de corrupção, ainda que PSDB, PMDB e vários outros partidos tivessem seus nomes citados nas investigações. A gente sabe que há uma forma de argumentação que é a de unir a pessoa ao seu grupo, portanto a imagem de Dilma estava vinculada o tempo inteiro com o grupo do PT, tendo como consequência uma associação: “se o PT está sendo citado pela Lava Jato, o PT é corrupto. A presidente pertence ao PT, portanto ela também é corrupta.”

Então houve esse tipo de julgamento. Isso tem um peso enorme, mesmo sem o nome dela ter sido citado diretamente em nenhum processo. Nem agora e muito menos na época do Impeachment. A impressão que dava quando a gente via as manifestações de rua era “fora a corrupção, fora Dilma corrupta”, sendo que a destituição dela não foi por causa disso. O que aconteceu foi muita desinformação. Portanto eu considero que os meios de comunicação massivos tiveram um papel fundamental no sentido de dar informações bastante recortadas, bastante picadas para a população. E se a população não busca outras fontes de informações, acaba aceitando essa versão e a coisa fica por isso mesmo.

**|Em algum aspecto você acha que a questão de gênero foi relevante junto à imprensa e à opinião pública a influenciar a cobertura do processo de impeachment? Dê exemplos.**

Sim. Podemos citar algumas capas de revista para fazer essa comparação. A primeira é de Fernando Collor de Melo quando estava próximo de julgarem seu processo de impeachment. Ele continua olhando firme para a câmera, com uma

iluminação que continua o projetando como líder, mesmo na véspera da votação. Já Dilma, na véspera da votação do seu impeachment, estava com outro tipo de expressão. A publicação a chama de solitária, ela está bastante sisuda, olhando para o lado. Então já houve uma diferenciação: ele como homem permanecia líder e de cabeça erguida. Ela, enquanto mulher, não.



Há também capas da *Istoé* e da *Veja* nas quais aparecem Temer como um grande líder sem que ele fosse o presidente ainda. Ou, por exemplo, uma capa em que Dilma aparece como líder, mas como líder do mensalão. Em outra capa ela aparece riscada com a legenda “fora do baralho”, um silenciamento. A gente sabe que uma das formas de violência simbólica contra a mulher é silenciá-la e aqui a capa usa exatamente esse recurso. Também há casos de *memes* bastante fortes que circularam na ocasião com referência, por exemplo, à questão sexual: “Dilma não transa, mas fode o Brasil todo”. Eu não me lembro de ter visto em momento algum qualquer mensagem de teor sexual para homem nesse sentido. Estas coberturas e posicionamentos realmente acabam refletindo o machismo, a misoginia que muitas vezes a gente vê na imprensa.



**| Você identificou algum aspecto de misoginia – aqui definido como ódio ou aversão às mulheres – na relação que a mídia, os políticos e o Judiciário estabeleceram com Dilma Rousseff?**

Vamos seguir este argumento da representação pelas capas. Dilma, por exemplo, foi comumente ridicularizada por ter sido apresentada como uma mulher nervosa, a mulher que é louca. Agora, quando é o homem que está ali, a fúria é vista

como algo positivo. O homem fica másculo, poderoso. Essa é uma questão de gênero fundamental para a gente destacar. Outra questão, que vimos em uma pesquisa sobre os comentários no Instagram de Dilma Rousseff durante a campanha de 2014, é que as críticas direcionadas a ela têm teores, na maioria das vezes, machistas e sexistas, com forte apelo à sua aparência, a questões sexuais e diversos xingamentos que a caracterizam como “puta”, “vadia”, “louca”, “anta”. Provavelmente com um homem isso não aconteceria.



Como vimos no gráfico mais acima, o Brasil ocupa apenas o 155º lugar no mundo em termos da representação feminina na política. Isso tem uma relação direta com tudo o que aconteceu na gestão de Dilma e em seu processo de afastamento. A questão cultural no caso do machismo está presente em nosso País de uma maneira bastante velada. Culpabilizar a vítima quando a mulher é estuprada, por exemplo. Ou dizer que lugar de mulher não é na política. Ou que a mulher nervosa é aquela “mal amada”. Esses discursos norteiam não só a forma que a mulher é visibilizada na política, mas também como outras mulheres e homens votam.

As relações na política também podem ser vistas como um caso de misoginia, já que a forma como ela é praticada aqui é muito ligada à negociação, jantares, encontros fora do horário da atividade política institucionalizada. Esse tipo de encontro a gente não via publicizado no governo Dilma. Agora na gestão Temer, sem nenhuma mulher no escalão principal, a gente vê direto a cobertura midiática mostrando almoços, jantares dele com outros políticos. Essa forma do fazer política, de negociação paralela, não ocorre de maneira tão aberta e de fácil percepção. Acredito que isso influenciou sim aspectos de misoginia, de preconceito dos políticos em relação a ela, com críticas a sua forma de gestão ou de levar a vida pessoal. Isso deve ter mexido inconscientemente com vários homens que tiveram a formação machista por verem uma mulher no cargo máximo, uma mulher mandando, tomando decisões. Quando entra uma mulher separada, que não tem nenhum homem falando por ela ou em nome dela, ela é vista de maneira pejorativa, como se fosse grosseira, ou que não sabe negociar. Como não a conheço pessoalmente, não sabemos até que ponto o rumor de ela ser uma pessoa antipática é verdadeiro. O que sabemos é que esse modo de fazer política, com certas negociações e diplomacias, a gente não viu, pelo menos midiaticamente.

**|Você considera que o impeachment de Dilma Rousseff terá algum impacto na participação feminina na política? Em que sentido?**

Eu acho que é muito provável que outras mulheres sejam questionadas com algo do tipo: “já tivemos uma presidente que não deu certo, ela era uma experiência que poderia ter sido diferente, mas não foi”. A gente vê uma radicalização da opinião pública de maneira tão forte, tão assustadora. Por um lado tem a pauta de questionar a presença feminina na política, que está cada vez mais em voga. Vejo também diversos *memes* que desqualificam Dilma, menosprezam toda a história dela e isso vindo de mulheres e homens com formação. Então tem dois caminhos aqui: um deles é que em determinado momento a mulher seja mais questionada, o que piora a nossa situação. A gente precisa trabalhar o triplo, se qualificar mais para ser tão respeitada quanto um homem. As mulheres têm que continuar se esforçando cada vez mais. Outro caminho é a mulher estar disposta a ser intimidada cada vez mais.

Mas por outro lado, se conseguirmos que as mulheres se articulem, se unam, se fortaleçam, poderemos pensar na possibilidade de que elas continue representando uma mudança na forma de fazer política, independente do que aconteceu com Dilma agora. A pergunta em si já é machista. Quantos homens presidentes a gente teve até agora? E algum deles foi questionado como “fulano foi chamado de corrupto, fulano teve que sair do governo, fulano se matou?” Alguém questionou se isso iria influenciar para que outros homens entrassem na política? Não. Então acho que tem duas questões aí que podem ser possíveis. Eu continuo defendendo aquilo que está no meu livro (PANKE, 2016): nós, enquanto sociedade, temos que trabalhar para a naturalização da presença da mulher em cargos de liderança, seja na política, seja no setor privado. Trabalhar para a igualdade de homens e mulheres, para o equilíbrio. Liberdade de participação, de manifestação. Vamos demorar alguns anos para chegar lá, para que isso ocorra. Mas se continuarmos firmes, a gente alcança.

**|Considerações finais**

Outro dado importante a se destacar é que essa questão do questionamento feminino, da misoginia e do machismo ocorre em toda América Latina, como vi na pesquisa do meu livro. Cristina Kirchner na Argentina passou por situações muito parecidas à Dilma, por exemplo. No Brasil, enquanto nossa primeira recebeu o destaque por ser “bela, recatada e do lar”, a atual primeira-dama argentina, Juliana Awada, foi elogiada pela imprensa local por sua elegância e atitude empreendedora, mesmo que deixando sua carreira bem sucedida para trabalhar na gestão do marido. Infelizmente esse tipo de questionamento de mulheres em cargos de liderança não acontece apenas em nosso continente. Acompanhamos recentemente os casos na campanha de Hillary Clinton à presidência dos Estados Unidos. Só agora o País tem uma candidata realmente forte disputando o cargo. Antes eram candidatas sem visibilidade. E ela está sendo questionada pelo fato de ser mulher constantemente.

*“A grande mídia [...] não conseguiu engolir que uma mulher estivesse naquele lugar de comando, que pudesse ser forte, ser mais forte que muitos homens à sua volta.”*

## MAÍRA CARVALHO

Ursula Betina Diesel

---

Maíra Carvalho é uma mulher, jovem, dedicada ao âmbito cultural de nosso País, de olhar transversal e articulado. Maíra é vencedora do Kikito de Melhor Direção de Arte (2015), com o longa-metragem *O Último Cine Drive-in*, além outros prêmios. Diretora de arte e produtora, graduada em História e Mestre em Comunicação pela UnB, com a dissertação “Construções Imaginárias da Velhice Feminina no Cinema Brasileiro Contemporâneo”; pós-graduada em História e Estética do cinema pela Universidade de Valladolid (Espanha) e em História da Arte pela Faculdade de Artes Dulcina de Moraes (DF), é, também, professora universitária. Atua produções audiovisuais e espetáculos teatrais. É sócia-fundadora da Quartinho Direções Artísticas.

---

### **| Você define o impeachment de Dilma Rousseff como um golpe? Por quê?**

Eu não teria dúvidas em afirmar que foi um golpe. Algo que me marcou muito em 2014, quando a Dilma teve aquela vitória apertada, foi que minha mãe, um mês depois, falou: “eles vão derrubar a Dilma”! Minha mãe tem 74 anos, já viveu um golpe e tinha esse pânico. Eu, então, respondi: “Não, mãe; calma, isso não vai acontecer! Nossa democracia está consolidada, acredito nas nossas instituições, por mais que sejam apenas 20 anos de democracia, já estão consolidadas; temos uma Justiça no País!”. A voz da experiência tinha razão, e eu “quebrei a cara”. Esse golpe vem sendo traçado há algum tempo, e, mesmo não sendo jurista, dá pra perceber a fraqueza do processo. Pularam etapas previstas na lei, anteciparam as votações no Senado, e várias outras coisas indicam a fragilidade do processo, o quanto não é legal. Os próprios golpistas - faço questão de chamar de golpistas mesmo – não deixam dúvidas de que foi um golpe! Eu não saberia citar toda a legislação pra justificar minha certeza, teria que estudar, mas eu afirmo isso a partir da sensação do golpe sendo traçado ao longo dos últimos anos. Tentaram dar o golpe em Lula, se eu não me engano, em 2007, mas não conseguiram, assim como tentaram na Venezuela. Isso é muito recorrente na América Latina; e agora eles conseguiram, encontraram uma brecha e conseguiram, infelizmente.

**|Qual a participação da mídia nesse processo? Dê exemplos.**

Antes de falar da mídia, só queria fazer uma ressalva, me referirei aqui à grande mídia, à mídia convencional. Gostaria de deixar isso claro, pois hoje, com o advento da internet, temos diversos blogs, portais e canais alternativos que vêm fazendo uma cobertura jornalística crítica, plural e, a meu ver, mais sensata.

Acho que a mídia tem uma participação importantíssima na criação da imagem de que o Brasil estava em uma crise profunda. Era impressionante: havia uma discrepância grande entre o Brasil que a gente via nos restaurantes e aeroportos lotados, nas longas filas de supermercado, e o Brasil que estaria em crise profunda, que aparecia nos jornais, tanto na mídia impressa quanto nos telejornais. Não que o Brasil estivesse vivendo uma ótima fase, mas, a meu ver, o que se pintava era desproporcional à realidade. A grande mídia impregnou a crise na cabeça das pessoas e colocou a responsabilidade dela toda em um partido, o PT, como se fosse uma crise isolada do mundo inteiro, omitia a relação com a crise internacional. A mídia alimentou esse clima de “temos de tirar o PT” pelo Brasil! Acusaram a Dilma de crime de responsabilidade fiscal articulados com o MPU, como se este crime fosse o desencadeador da crise; criou-se um clima de catástrofe no Brasil, que gerou essa mobilização, as pessoas de verde amarelo, resgatando noções do século passado, de comunistas comedores de criancinhas! Fizeram a cama pró-golpe, prepararam tudo articulados ao legislativo e ao judiciário; depois, ficou explícito que a mídia grosseiramente deu o golpe junto com todos esses que aí estão. Ficou gritante! Após o golpe, o governo Temer está investindo até 1000% a mais do que se investia antes em publicidades em grupos que os apoiaram; é tão claro! Não sei como conseguem continuar se autodenominando jornalistas depois disso; não há ética, não há princípios, não há nada além de um comércio barato. Lembro também de quando vazaram os áudios da conversa entre Lula e Dilma; o Jornal Nacional virou uma transcrição de áudios! Eu olhava aquilo e falava: “o que tem demais nisso? nesse diálogo deles?” A meu ver, não havia nada que fosse, por exemplo, desmoralizante para um político ou para uma presidenta do País, mas cada frase era frisada e interpretada como se houvesse um crime. Por outro lado, mais recentemente (maio 2016), temos a divulgação dos áudios entre Romero Jucá e Sérgio Machado, com informações claras de corrupção, importantíssimas e muito pesadas. Aquilo, pra mim, seria motivo pro Brasil inteiro parar, pois gritava na nossa cara: “olha o golpe sendo instaurado!” E o que fez a grande mídia? Expôs como se fosse nada; o Jornal Nacional não fez a transcrição como tinha feito na ocasião dos áudios de Lula e Dilma. Posteriormente, não deram visibilidade a opiniões divergentes à dos que apoiaram o golpe, legitimaram o processo, não o questionaram. Então, nesses momentos, a coisa fica gritante. A parcialidade das grandes emissoras de TV, revistas e jornais não é assumida, mas é explícita. Seriam vários os exemplos.

**|Em algum aspecto você acha que a questão de gênero foi relevante junto à imprensa e à opinião pública a influenciar a cobertura do processo de impeachment? Dê exemplos.**

Uma das primeiras teóricas a discutir a questão de gênero e analisar os papéis sociais, a sociedade e a mídia, não se restringindo apenas à rivalidade masculino e feminino, vendo as diferentes possibilidades de femininos e masculinos, e,

principalmente, a diversidade feminina, foi Teresa De Laurentis. Abria-se espaço para uma visão mais ampla em relação aos universos de gêneros e às distinções dentro de um mesmo gênero, diferentes olhares femininos. A classificação em gêneros masculino ou feminino, segundo a autora, funciona como uma forma de rotulação do indivíduo, na qual suas ações passam a ser alvo de cobranças e devem corresponder a expectativas pré-constituídas relacionadas a cada um deles. Mas, as pessoas possuem as suas complexidades, que não correspondem, necessariamente às expectativas dos demais e da mídia. Acho importante recorrermos à sua análise ao pensar no caso do Brasil e creio que é fundamental voltarmos um pouco à cobertura da mídia desde o início do mandato da Dilma. Acho que a questão de gênero se evidencia desde o início, quando Dilma foi eleita, e a imprensa se recusava a chamá-la de presidenta, que era a denominação que ela preferia, mesmo o nome presidente cabendo para ambos os gêneros. A recusa era justificada com argumentos dos mais tolos, como a afirmação de que essa palavra não existia no dicionário; uma bobagem! Se você tem, pela primeira vez na história do País, uma presidenta, por que não chamá-la assim? Ali já ficou claro o desrespeito quanto à necessidade de afirmação do gênero! Lembro-me de outros momentos, em questões menos discutidas e mais disseminadas na nossa cultura, como, por exemplo, quando se coloca em pauta discussões sobre aspectos físicos da presidenta. Dilma teve um processo de perda de peso, durante o mandato, e quando ela estava acima do peso, isso era motivo de críticas; quando ela emagreceu, se comentou que ela estava preocupada com a beleza. Se compararmos com o Lula – para citarmos um membro do mesmo partido –, quando a mídia o expunha fazendo exercícios, falavam que ele estava cuidando da saúde, mas quando a Dilma era mostrada andando de bicicleta, ela estava preocupada com a beleza. A cobertura midiática é explicitamente enviesada e tenta rotular as pessoas em relação a seus gêneros, que entendem como sinônimo de sexos. Nessas coisas, que parecem pequenas, mas não são, se vê o quanto o machismo está impregnado em tudo. A presidenta não era uma mulher que estava em um desfile de moda; não era uma modelo; não é por esse crivo que ela deveria passar.

Outro ponto muito comum na crítica às mulheres é a questão emocional. A de Dilma foi sempre colocada à prova. Diziam: “é uma mulher muito brava; ela bate a mão na mesa; ela é muito rígida, muito exigente...”. Talvez se espere que uma mulher seja doce, suave, condescendente e maternal. Este é o estereótipo reforçado pela mídia. As mesmas afirmações que se faziam em relação ao comportamento de Dilma feitos a um homem numa posição equivalente de comando seriam tidas como um elogio, seriam características bem-vindas, sinal de firmeza. Mas se for mulher, não! A mulher é descontrolada. Já ao final do mandato de Dilma, a opinião pública dizia que ela “é uma mulher que não aguenta pressão, louca, descontrolada”, o oposto da mulher firme antes criticada. Chegaram ao cúmulo de, às vésperas do golpe, produzirem uma capa da Isto É com uma foto do seu rosto com uma expressão forte, boca e olhos arregalados em um nítido grito, com a manchete “As Explosões Nervosas da Presidente”. Depois, descobriu-se que a foto tratava-se do momento em que a Dilma comemorava um gol na Copa, em 2014. Este é só um dos exemplos, houve vários. Ficou muito explícito como tentavam dizer, via aquela imagem, que ela não tinha condições emocionais de continuar no cargo. Uma mulher como Dilma, que sobreviveu a câncer, tortura e etc., ser chamada de descontrolada... Desde 2013, Dilma enfrentava

a pressão de milhões de pessoas nas ruas, críticas ao seu governo e estimuladas pela mídia. Ela se manteve firme e com dignidade. Tem uma frase linda dela - “Prefiro o barulho da democracia ao silêncio da ditadura.” Ela já deu provas de que é uma mulher forte, na trajetória de vida dela, mas a mídia traçou essa imagem, de uma mulher que não tinha condições de estar ali. Ou melhor, ela é uma mulher, portanto não tem condições de estar ali. É o que se lê. Já a primeira dama, Marcela Temer, sim, ela está onde a mídia quer que ela esteja, em segundo plano, uma mulher que se coloca como frágil, dependente, mãe, dona de casa, caridosa, mas que ignora o que é inclusão social e nem pensa em políticas públicas, ou seja, “bela, recatada e do lar”. A grande mídia, enquanto expressão do poder, não conseguiu engolir que uma mulher estivesse naquele lugar de comando, que pudesse ser forte, ser mais forte que muitos homens à sua volta.

É evidente que no caso do golpe contra Dilma, a motivação não era apenas o machismo, mas o fato de ela ser mulher foi usado como tática de fragilização de sua figura; por isso, penso que Dilma só sofreu o golpe por ser uma mulher.

**|Você identificou algum aspecto de misoginia – aqui definido como ódio ou aversão às mulheres – na relação que a mídia, os políticos e o Judiciário estabeleceram com Dilma Rousseff?**

Penso que há uma tênue linha gradativa entre machismo e misoginia. Nem todo machista é misógino, mas todo misógino é machista. O machismo no Brasil é disseminado e às vezes menos identificável, mas a misoginia é explícita, grotesca. Ocorre-me um exemplo claro de misoginia, quando fizeram um adesivo com uma mulher de pernas abertas, com o rosto de Dilma, que era colado na entrada dos tanques de combustível de carros, em clara alusão a um estupro. Era uma campanha crítica aos altos custos da gasolina. Aquilo foi de um nível absurdo de misoginia, foi incentivado pela mídia, que exibiu muito essa imagem sem a condenar. Se o Judiciário fez alguma coisa em relação a isso, não se ficou sabendo. Há uma morosidade do Judiciário para responder a esse tipo de crime; para mim essa morosidade é conivência. Quando uma ministra do STF, presidenta atual do STF, Carmem Lúcia, fala que a denominação “presidenta” está incorreta, afirmando a postura da mídia, ela está sendo conivente; ela como uma mulher também numa posição de poder, a meu ver, deveria ter um posicionamento feminista e ativo.

Quanto a políticos, lembro agora de um momento ocorrido durante a sessão de votação do processo de impeachment na Câmara, no dia 17 de abril, quando o Deputado Jair Bolsonaro (PP) citou o torturador de Dilma, o Coronel Ustra. Ali fica explícita a misoginia, porque há relatos de que Dilma foi torturada de uma forma muito específica pra mulheres. Ali foi cometido um crime, um ataque violento inclusive à nossa Constituição. Milhares de denúncias foram feitas ao Ministério Público por causa desse pronunciamento. Mas, o deputado continua impune!

**|Você considera que o impeachment de Dilma Rousseff terá algum impacto na participação feminina na política? Em que sentido?**

A Dilma ter sido eleita presidenta do Brasil foi uma grande conquista. Eu tinha muitas dúvidas de que um País tão machista, como o Brasil, votasse em uma mulher para a presidência. Mas me parece que a força do Lula era tão grande que ele

conseguiu possibilitar isso, sem querer tirar a importância e poder de Dilma no processo. Mas, ela não era uma figura conhecida (ou, pelo menos, não era popular) na época de sua primeira eleição, apesar de ter sido Ministra do Governo Lula. Alguns analistas dizem que Lula errou na escolha da Dilma, mas acredito que por outros aspectos, não pelo fato de ser mulher. Nesse sentido, acho que foi uma escolha corajosa e que promoveu um avanço para a nossa sociedade. Pois na política se trabalha com representatividade, com representação e com imaginários. Uma menina que nasce num momento em que se tem uma presidenta do País não vai ter aquele mesmo receio que eu tive: será que o Brasil consegue votar em uma mulher pra esse cargo? Uma menina que vê que a gente teve uma presidenta pode pensar: sim, eu também posso ser presidenta do Brasil um dia. Acho que o fato de a Dilma ter sido derrubada dessa forma, com um golpe, pode ter dois dobramentos. Um, pessimista, de as meninas pensarem: é, realmente eu não posso estar nesse lugar; o outro, otimista, de que eles derrubaram uma mulher, então nós precisamos lutar contra isso. Acredito mais no segundo. Cada vez mais se vê meninas se destacando nos movimentos estudantis. Uma das grandes vozes do movimento estudantil atual é a Carina Vitral, que se destaca e tem circulação no alto escalão político. Tem também o exemplo da estudante secundarista, do Paraná, Ana Júlia, que se destacou no movimento de ocupações das escolas contra a PEC-241. Também vejo outras mulheres feministas se destacando no cenário nacional da política convencional como a Senadora Gleisi Hoffmann e a Deputada Jandira Feghali, e várias mulheres que saíram à frente e levantaram a bandeira feminista. Acho importante que sejam mulheres se destacando na reação contra o golpe e contra um governo explicitamente excludente da participação feminina. Foi um golpe em todas nós!

Nesse sentido, eu sou otimista, porque se temos, por um lado, todas as dificuldades de lidar com a realidade de retrocessos que se instalam, por outro lado, acredito que isso vai despertar um interesse por política em mais mulheres. Infelizmente foi uma série de episódios negativos, tristes, que levaram a esse levante das mulheres, e ele vem crescendo. Sinto que isso está se reestruturando de outra forma agora, pela facilidade de comunicação proporcionada pela internet e, mais especificamente, pelas redes sociais. A repercussão de um estupro, por exemplo, ganhou outras proporções e estabeleceu uma relação direta inclusive de denúncia nesses meios. A grande mídia brasileira nunca soube falar sobre estupro, costuma criminalizar a vítima e diminuir a gravidade do crime e a perversidade dos agressores. Via redes sociais, temos hoje movimentos feministas contra estes posicionamentos, que “viralizam” via hashtags, como #primeiroassedio, #meuinimigosecreto. Estes movimentos sofrem perseguições e são violentamente atacados, mas são cada dia mais fortes. Tem-se falado, inclusive, de primavera feminista. Eu diria até que talvez, mais à frente, este momento seja denominado por historiadores como uma terceira onda feminista. A primeira foi na luta pelo direito ao voto, na década de 1920; e a segunda nos anos 1970.

### **| Considerações finais**

Desde minha graduação, em História, já percebia que a parte cultural era a que mais me interessava. Nela se estudam os costumes, o imaginário, as representações... E é perceptível que as mudanças culturais são as mais lentas. Por vezes, tem-se uma

mudança na legislação, como, por exemplo, o sufrágio universal aqui no Brasil em 1932, mas até hoje há uma enorme dificuldade de representatividade de participação efetiva da mulher no espaço político. É difícil, ainda, chegar ao mínimo de 30% de mulheres candidatas e, muito mais, aos 30% de mulheres eleitas. A Câmara Federal tem menos de 10% de representantes mulheres. As mudanças culturais são muito lentas. Temos mais de 80 anos de direito ao voto, porém essa conquista ainda não refletiu com a mesma velocidade na vida pública do nosso País.

Pensar que o aborto ainda é crime, mesmo sabendo-se estatisticamente que esta é uma questão de saúde pública e que mata milhares de mulheres por ano, que o estupro é motivo de piadas, inclusive no Congresso Nacional, dentre outras coisas, nos mostra o quanto a justiça, a grande mídia e os políticos brasileiros são omissos em relação às questões de gênero e coniventes com o machismo.

Por isso, acredito que o Brasil ainda vá se manter como um País de cultura machista por algumas décadas, infelizmente. Eu venho de uma família de mulheres fortes, independentes, que trabalharam dentro e fora de casa e sofreram por não aceitarem os *assujeitamentos* que lhes eram impostos. Mas, que conquistaram muitas coisas por sua insistência. Porém, percebo que as meninas que estão com 20 anos hoje sentem menos o peso do machismo do que nós sentíamos; eu senti menos do que minha mãe, e minha mãe sentiu menos do que minha vó.

Creio que apesar dos retrocessos que têm se evidenciado, estamos conseguindo manifestar as questões que nos afetam, e isso está transformando a nossa sociedade e influenciando a mídia, mesmo que lentamente. É fácil notar que grande parte das mulheres hoje não se constrange mais em relação aos seus desejos sexuais, que se colocam como mulheres *desejantes* e desejadas. Antes a regra era ser apenas a “bela, recatada e do lar”, hoje essa é apenas uma opção dentre várias. Considero fundamental o papel da mídia nessas conquistas: quanto mais mulheres falarem e escreverem, forem ouvidas e evidenciadas, mais nos aproximaremos de um País menos injusto e com mais equidade de gêneros.

*“O fato de termos uma mulher presidente mudou a forma como as meninas compreendiam as possibilidades de uma mulher no Brasil.”*

## **MÁRCIA CRISTINA BERNARDES BARBOSA**

Carine Felkl Prevedello

---

Professora titular, pesquisadora e diretora do Instituto de Física da UFRGS, Márcia Barbosa é uma das principais ativistas nacionais pelo espaço das mulheres na Ciência. Em 2013, recebeu o prêmio L'Oréal-UNESCO (For Women in Science) para Mulheres na Ciência e também o Prêmio Claudia para Mulheres. É membro da diretoria da Academia Brasileira de Ciências, da Sociedade Brasileira de Física e da American Physical Society. É idealizadora do projeto “Lugar de Mulher”, do Instituto de Física da UFRGS, que produz audiovisuais e pesquisas com professoras, profissionais e estudantes das Ciências Exatas, para estimular a participação das mulheres nesta área. Sua pesquisa sobre o comportamento anormal da água foi reconhecida como um importante avanço para a ciência mundial.

---

### **|Você define o impeachment de Dilma Rousseff como um golpe? Por quê?**

O impeachment foi legal, mas não foi legítimo. Ela foi condenada por uma tecnicidade administrativa, porque o congresso votou majoritariamente pelo impedimento. Não houve necessidade de mostrar o crime, mas de ter os votos. Dentro da mesma lógica, o Congresso, por ter maioria, tem o direito de abolir a lei da gravidade sem, no entanto, ter legitimidade para isto. Mas talvez o maior golpe seja ter um vice-presidente eleito com um programa e praticando o programa do partido oposto.

### **|Qual a participação da mídia nesse processo? Dê exemplos.**

Dois atores foram fundamentais no processo. O Judiciário/Polícia Federal e a mídia. O volume, a estratégia e o cronograma de notícias foram desenhados para que o golpe ocorresse. As manifestações pró-impeachment ganharam espaço mídia onde o seu volume e impacto era exagerado. As pró-Dilma foram suprimidas, diminuídas e os atores e pessoas conhecidas que apoiaram a presidente foram estigmatizados. Gostaria de lembrar que na história do País esta não é a primeira vez que o poder econômico via mídia assume o controle. O episódio da morte do Getúlio foi orquestrado pela classe dominante via mídia, a deposição do Collor igualmente.

**|Em algum aspecto você acha que a questão de gênero foi relevante junto à imprensa e à opinião pública a influenciar a cobertura do processo de impeachment? Dê exemplos.**

O fato de ela ser mulher foi um instrumento importante do processo. Durante o governo constrói-se a imagem da mulher fria, pavio curto, impulsiva e sem habilidades de se comunicar. Durante o processo gera-se um processo de isolamento, comum em mulheres que detém o poder. Obviamente isso tudo temperado com comentários sobre peso, roupas. Finalmente a construção do contraponto: Marcela, a mulher que sabe o seu lugar.

**|Você identificou algum aspecto de misoginia – aqui definido como ódio ou aversão às mulheres – na relação que a mídia, os políticos e o Judiciário estabeleceram com Dilma Rousseff?**

Dois aspectos foram marcantes: que toda a mulher no poder é solitária, infeliz e descontrolada (notem que usaram para Dilma, mas igualmente com a presidente da Petrobrás e todas as ministras), e que mulheres não sabem administrar (assim como Dilma, a presidente da Petrobrás, Graça Foster).

**|Você considera que o impeachment de Dilma Rousseff terá algum impacto na participação feminina na política? Em que sentido?**

O fato de termos uma mulher presidente mudou a forma como as meninas compreendiam as possibilidades de uma mulher no Brasil. Nas redações do edital Fazendo a Igualdade de Gênero do CNPq, isso se tornava claro. Antes de Dilma, as redações eram sobre Joana D'Arc, depois passaram a ser sobre Dilma. No campo da política a briga será ainda maior, pois houve um patrulhamento não somente da Dilma, mas de diversas outras lideranças políticas. Teremos que resgatar esta autoestima perdida e ao mesmo tempo brigar para não se instalar uma *marcelização* do universo feminino nacional.

**|Considerações finais**

O grupo que assumiu a Presidência e o Congresso está determinado a trazer o Brasil de volta para o único projeto de País que a elite econômica conhece: a escravatura. No entanto, o Brasil de hoje não é o Brasil do FHC. Hoje temos uma universidade, um setor público e um meio empresarial com maior diversidade. Esta diversidade é o nosso diferencial para a transformação de um País produtor de *commodities* para produtor de Ciência, Tecnologia e Inovação. Quem diz isso não sou eu, mas as grandes multinacionais que já descobriram que ambientes mais diversos produzem mais e melhor. Obviamente em curta escala vamos ter retrocessos, mas o caminho ainda será para frente. O pobre entrou na universidade e gostou. Só vai sair de lá quando for doutor.

*“Resistir é preciso e deve ser um ato criativo.”*

## MÁRCIA TIBURI

Rose May Carneiro

---

Márcia Tiburi é uma filósofa atuante que tem contribuído em diversos veículos de comunicação sobre questões que envolvem política, gênero, estudos culturais, mídia e consumo. Por meio de um discurso erudito e, ao mesmo tempo, coloquial, ela consegue envolver o público com textos que versam sobre a importância de se discutir, sem melindres, alguns assuntos polêmicos e cotidianos. É uma pensadora feminista, uma pessoa de grande notoriedade que conquistou o respeito da academia e do grande público. Escreveu para várias revistas e jornais e desde 2008 é colunista da Revista Cult. É professora do Programa de Pós-Graduação em Educação, Arte e História da Cultura da Universidade Mackenzie, professora convidada da Fundação Dom Cabral. Realiza palestras sobre filosofia, ética e educação e temas relacionados.

---

### **|Você define o impeachment de Dilma Rousseff como um golpe? Por quê?**

Tecnicamente, no sentido estrito do ato técnico aplicado para afastar Dilma Rousseff do seu cargo, trata-se de “impeachment”, mas no sentido prático, tornou-se evidente, algumas vezes nas palavras dos próprios perpetradores da ação, que não havia crime algum, sequer aquele de responsabilidade, e que a presidenta deveria ser afastada de qualquer maneira, pois não havia condições políticas para que se mantivesse. Ora, que condições ausentes eram essas? Aquelas que justificam o golpe contra ela. Dilma Rousseff era carta fora do baralho neoliberal, ou peça incômoda no jogo de xadrez dos poderes que servem ao capitalismo que assistimos desde sua reeleição. O golpe é neoliberal. Por isso, dá-se em nome do poder do capital nas mãos de poucos, do capitalismo financeirizado, da prática de rentismo na lógica de quem pode mais chora menos. No estágio cínico em que se encontra a política brasileira, dizer impeachment foi também um eufemismo para a violência contra a democracia, a eleição. Mas isso não foi algo abstrato. O interesse em jogo é econômico, o Brasil é paraíso fiscal e natural. Sua condição de colônia se renova e o povo que não pensa nas formas contemporâneas de escravização segue dócil.

### **|Qual a participação da mídia nesse processo? Dê exemplos.**

Exemplos não faltam. Há todo um conluio midiático, com os três poderes tradicionais, mas também com o poder corporativo. Ora, a mídia faz parte do poder

corporativo. Além disso, ela atua na esfera simbólica, no modo de pensar, de sentir e de agir da população. Ela tem “força de lei” no seu sentido genérico: a mídia concebe, decide e executa. É um poder muito completo. Digamos que os meios de comunicação de massa são hoje em dia o efeito máximo do poder no momento em que os poderes em geral se especializam e, ao mesmo tempo, se esvaziam. Não há mais poder judiciário, legislativo ou executivo que exista ou sobreviva sem a mídia. Ora, quem conhece o sentido do espetáculo, sabe que tudo obedece a ele. Nesse sentido, falar em exemplos é o que menos importa diante do “modelo” que está em jogo. E o jogo é bem sujo, pois é o da enganação, da administração da fé, do modo de pensar, de sentir e de agir das pessoas. A população fará exatamente o que a televisão mandar como há muito tempo. Exceções apenas confirmam a regra.

**|Em algum aspecto você acha que a questão de gênero foi relevante junto à imprensa e à opinião pública a influenciar a cobertura do processo de impeachment? Dê exemplos.**

Em muitos aspectos. Escrevi um texto chamado “A máquina misógina e o fator Dilma Rousseff na política brasileira” justamente para avaliar tudo isso. Remeto à leitura, mas posso adiantar que se trata de um golpe de estado generalizado contra a representação feminina na política. A imediata exclusão de todas as mulheres do ministério do golpe, o fim de ministérios e secretarias ligadas a gênero e raça são manifestações da política colonial, inevitavelmente machista e racista.

**|Você identificou algum aspecto de misoginia – aqui definido como ódio ou aversão às mulheres – na relação que a mídia, os políticos e o Judiciário estabeleceram com Dilma Rousseff?**

Em “A máquina misógina e o fator Dilma Rousseff na política brasileira” escrevi que:

O que aconteceu com Dilma Rousseff nos faz saber que o poder violento do patriarcado não se volta apenas contra as mulheres, mas contra a democracia como um todo, sobretudo na sua versão cada vez mais radical intimamente relacionada com as propostas do feminismo como luta por direitos ao longo do tempo. O que aconteceu com Dilma Rousseff nos ensina a compreender o funcionamento de uma verdadeira máquina misógina, máquina do poder patriarcal, ora opressor, ora sedutor, a máquina composta por todas as instituições, do Estado à família, da Igreja à escola, máquina cuja função é impedir que as mulheres chegassem ao poder e nele permaneçam. Dilma Rousseff é a personagem que está em jogo hoje em dia no Brasil e será necessariamente incluída em nossa história como uma grande heroína. É em torno de sua figura que todo um sistema de práticas sedimentadas vem sendo desmontado. É em torno dela, figura central, que se desenvolvem todas as estratégias que movem a política no Brasil hoje.

Nesse sentido, a meu ver, não se trata de “algum aspecto”. Por meio de uma leitura feminista da questão é o todo do poder o que está em jogo. O poder é em si machista, ele é patriarcal. O que vivemos foi um processo contra a democracia e contra uma presidenta. O fundamento do processo foi machista e misógino. Isso quer dizer que a questão terrível que está em cena é o retorno do mais arcaico fundamento do poder contra a sua versão mais aberta e democrática representada por uma mulher

como Dilma Rousseff, de esquerda, guerrilheira e, sobretudo, honesta. A honestidade de Dilma, uma qualidade contra o poder tradicional e, nesse sentido, radicalmente feminista, foi motivo para que ela sofresse o que sofreu.

No artigo que citei acima, escrevi que: o governo não representativo de Michel Temer enuncia-se como uma espécie de ditadura do *pater potestas*, de uma soberania tirânica que subjuga e exclui o povo dos processos governamentais. Seu governo dá espaço apenas ao homem branco capitalista, coronelista e colonialista e exclui, nesse gesto, a imensa população marcada por toda sorte de diferenças. Michel Temer vem a representar um poder de caráter antiquado. A extinção de ministérios e a retirada de representantes negros e mulheres, em outras palavras de todos os subrepresentados que se tornam agora absolutamente não representados, é a prova do tom da política atualmente imposta como um velho jogo de linguagem. Ora, quando dizemos jogo de linguagem, queremos dizer dos processos discursivos, mas não só. Tudo o que é simbólico, imaginário, todo o campo das representações, está em questão no que é dito e no que é feito, mas também no que é encenado.

**|Você considera que o impeachment de Dilma Rousseff terá algum impacto na participação feminina na política? Em que sentido?**

Certamente. Agora voltamos ao século 19. Estamos no pior dos mundos. Mas é possível piorar. O clima autoritário define os afetos e as práticas nesse momento. A tendência é que as pessoas se acostumem. Que elas se acomodem. Que os ativistas sobrevivam em pequenas atividades que não colocam em risco o sistema. O uso do medo e do ódio por meio da mídia serviu para isso. Se as mulheres já tinham naturalizado sua aversão ao poder, agora elas nem vão lembrar-se dele. Se o feminismo estava em alta, provavelmente terão baixas agora, pois as condições da luta serão as piores possíveis. Não será espantoso que políticas de cotas e medidas do tipo venham a desaparecer para eliminar indesejáveis.

**|Considerações finais**

Não saberia dizer nada mais otimista nesse momento. Fomos ao fundo do poço político e podemos descobrir que esse fundo era falso e, a partir daí, afundar mais ainda. Ao mesmo tempo, é preciso praticar a esperança, ou seja, agir em nome de uma sociedade mais justa. Nesse sentido, continuaremos sendo feministas em luta. O diagnóstico sobre a situação social e política nos ensina a buscar saídas, teremos que ser criativos em termos de política. Teremos que fortalecer as bases éticas, aquela que funda a subjetividade, da política. Resistir é preciso e deve ser um ato criativo.

*“Cada mulher que ocupa o poder político atrai o olhar desconfiado da imprensa às vezes explícito, mas geralmente sugerido”.*

## **MARIA HELENA WEBER**

Liziane Soares Guazina  
Fabíola Orlando Calazans Machado

---

Maria Helena Weber é professora titular da UFRGS, exerceu a função de coordenadora da área de Ciências Sociais Aplicadas (Comunicação. Ciência da Informação. Museologia) junto a CAPES, foi vice-presidente da COMPÓS - Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação e secretária da COMPOLÍTICA - Associação de Pesquisadores em Comunicação e Política. É doutora em Comunicação e Cultura pela UFRJ e mestre em Sociologia pela UFRGS, onde se formou em Comunicação Social, com habilitação em Relações Públicas e Propaganda. É uma das pioneiras na consolidação da área da comunicação política no Brasil e, ao longo de sua carreira, tem buscado ampliar os espaços de participação das mulheres na pesquisa, na vida acadêmica e na representação docente em diferentes âmbitos de atuação.

---

### **| Você define o impeachment de Dilma Rousseff como um golpe? Por quê?**

Trabalho com as questões da comunicação política, não sou analista política e é desse lugar que opinarei, ou seja, a partir do entendimento das questões que possam estar nessa fronteira.

Entendo o impeachment da presidenta Dilma Rousseff como golpe, porque acompanhei a cobertura da imprensa, as sessões de julgamento e fui convencida pela argumentação que não havia provas suficientes que pudessem incriminá-la a ponto de destituí-la do cargo conquistado por 51,64% dos votos brasileiros, na eleição de 2014. A retórica que marcou a disputa de seu cargo estava marcada pela repetição de acusações passionais e distanciada dos fatos principais demarcados pelas chamadas “pedaladas fiscais”, a má administração das finanças públicas, o desemprego e a paralisação nacional.

As acusações giravam em torno de decisões de ordem político-ideológica e salientavam a postura equivocada da presidenta. Postura que equivalia à situação econômica do País; questões sobre desemprego; sobre dívida pública e outras que sempre permearam qualquer tipo de governança. A sustentação dessas acusações impediu um debate orientado por argumentos em busca de justiça. A defesa da então presidenta Dilma oferecia dados e informações relevantes, mas nada demovia a

decisão tomada antes que os parlamentares ingressassem nas Câmaras decisórias, antes de ir ao plenário, provavelmente, porque a decisão já havia sido tomada por instâncias do lado de fora do Parlamento. E nada os demoveria do voto prometido.

Por outro lado, o Poder Judiciário conviveu com esta distorção e permitiu que o julgamento assim prosseguisse. Foram cumpridos todos os protocolos de julgamento sem comprovação da acusação. Um criminoso teria tido um julgamento mais justo, provavelmente.

Penso em três situações que me permitem entender que tenha sido um golpe institucional, pois é possível identificar a decisão antecipada e a certeza da cassação. A primeira seria a execução do plano que identifiquei, simbolicamente, na comemoração exacerbada e histriônica dos deputados, na Câmara Federal, quando votaram pelo encaminhamento ao Senado, no domingo, 17/4/16, com justificativas agressivas e homenagens passionais vinculadas a religião, família, cônjuges, preconceitos que envergonharam e desqualificaram a política brasileira. O parlamento esteve longe da argumentação racional, da justificativa política desejada por todos que costumam depositar o voto, esperando que esses nos representem, com a dignidade que a república merece. Mas ficou evidente que não era de representação ou de justiça que se tratava.

Na Comissão do Senado, ao contrário do que se esperaria, não houve o debate – próprio das democracias –, mas sim um bate-boca e discursos dirigidos ao próprio grupo. Todas as informações e documentos apresentados pela defesa da presidenta não eram discutidos, eram inúteis à acusação que, publicitariamente, repetia o mesmo discurso como um jogral bem articulado. O impeachment estava decidido na primeira denúncia contra Dilma. Ela deveria sair, independentemente dos argumentos e provas que pudesse oferecer. Não havia um júri. Havia a acusação e a defesa e assim seria votado. O esforço da então presidenta Dilma e do advogado Cardoso no senado é uma peça impar para a justiça e para as análises dos processos políticos de comunicação.

A segunda situação reside nas denúncias em gravações da Operação Lava Jato, onde, explicitamente mostra-se a armação que estava sendo engendrada para a derrubada de Dilma. Nomes e sobrenomes devidamente organizados numa estratégica operação envolvendo os poderes da República, da economia, empresas e, provavelmente, da mídia nativa, como quer Mino Carta. Com esta evidência, o golpe teria sido devidamente preparado e o sucesso garantido. Neste sentido, todas as ações empreendidas pelo governo em sua defesa e pela sociedade seriam naturalmente superadas, boicotadas e não teriam possibilidade de ser votadas no congresso ou de ter chances em algum tipo de pacto nacional. Nenhum dos movimentos desencadeados pelo governo eleito teria sucesso, seria avaliado, ou votado. As manifestações de rua a favor do impeachment, por exemplo, iniciam antes que qualquer proposta possa ser feita pelo governo. Logo após as eleições junto às acusações contra a chapa vencedora.

A marca do governo interno é a terceira situação. Elemento simbólico, a imediata mudança da marca Brasil - tão logo Temer assume o governo enquanto Dilma ainda estava em julgamento -, diz respeito à certeza da derrubada da presidenta pelo grupo que está no poder. A imediata mudança da marca do governo aponta para a certeza de que o poder interino estava sendo construído como permanente. Imediatamente à marca decisões estruturantes começaram a mudar ministérios e

instituições. A indicação era de que Michel Temer seria o presidente. O quase desmonte do Ministério da Cultura e o ataque à EBC são os exemplos mais pontuais. Quero dizer que não precisava aguardar a decisão final sobre a permanência ou não da presidenta. Mesmo no modo interino, o grupo de Temer tinha certeza de que ela não voltaria e, assim, puderam executar as mudanças desrespeitando, ostensivamente, o governo em julgamento e que, em tese, havia sido montado junto com o vice-presidente eleito, Michel Temer. No meu entender, esta foi a informação final sobre o sucesso do golpe em curso.

Simbolicamente, a mudança da marca foi o impeachment de Dilma Rousseff. O argumento sobre a diferença que seria o governo Temer e a sua autoridade interina para mudar o que bem entendesse puxava a pergunta que não precisava de resposta: e se ela não for condenada, tudo voltaria ao que era antes?

Por isto, entendo que tenha sido um golpe sofisticado engendrado entre atores políticos, econômicos e jurídicos, dirigidos por interesses privados, projetos internacionais em longo prazo e apoiado pela mídia de massa. Tomada esta decisão, o Brasil seria submetido a meses de dramatizações em que chegamos a apostar na possibilidade de que a verdade seria o centro do debate público e que haveria um julgamento justo. Hoje esta perspectiva parece ingênua.

#### **| Qual a participação da mídia nesse processo? Dê exemplos.**

Três operações de produção de informação relacionadas às mídias podem ser citadas. Uma vinculada à dita mídia de massa, à imprensa que detêm o poder de visibilidade e legitimidade sobre os acontecimentos e a realidade. A outra operação informativa é executada pelas mídias sociais (redes sociais) que fazem circular opiniões, posições e sentenças sem necessariamente respeitar critérios de *noticiabilidade*, ou apuração da verdade. Em terceiro, se situam os espaços digitais e impressos ocupados pela imprensa alternativa que abrange as duas operações anteriores, mas se posiciona criticamente. Formulo essa tipologia para dizer que todos os espaços foram ocupados pelo acontecimento “impeachment de Dilma Rousseff”, sob diferentes perspectivas técnicas e ideológicas indicando uma participação maciça das mídias e a circulação ininterrupta de textos e imagens. A velocidade e apropriação das informações dificilmente permitirão sua recuperação para pesquisarmos e entendermos todos os níveis dessa participação ativa no julgamento.

Durante todo o processo, a mídia de massa realizou a cobertura que privilegiou o julgamento e a condenação de Dilma Rousseff. Alguns estudos que vêm sendo realizados, já demonstram essa tendência. De um lado cumpriu a função de informar e opinar, na medida em que todos os fatos foram exaustivamente expostos e os enquadramentos dessa visibilidade naturalizaram o impeachment, simplificaram a gravidade da situação e desqualificaram a política e a presidenta eleita. Assim, foram ocupados todos os espaços do jornalismo, entretenimento e até da publicidade com anúncios de empresas em apoio ao impeachment. Desde o momento da eleição de Dilma Rousseff, a pauta parecia orientada pelo questionamento sobre sua capacidade de governar, sua ética e a continuidade do projeto político que aparecem, estrategicamente, misturados às denúncias de corrupção do PT.

Cabe ressaltar a participação ativa das grandes empresas jornalísticas para o impeachment da presidenta, em editoriais contundentes. Outro indicador foi a

colaboração no chamamento das manifestações favoráveis ao impeachment e a respectiva cobertura, bastante diferenciada em relação às manifestações contra o impeachment.

**|Em algum aspecto você acha que a questão de gênero foi relevante junto à imprensa e à opinião pública a influenciar a cobertura do processo de impeachment? Dê exemplos.**

Acho que sob quaisquer circunstâncias políticas, a complexa questão de gênero sempre constitui fator de análise que pode privilegiar as lutas históricas pelo voto, pela ocupação do espaço de representação até as cotas eleitorais definidas pela legislação brasileira. Cada mulher que ocupa o poder político atrai o olhar desconfiado da imprensa às vezes explícito, mas geralmente sugerido. No processo de impeachment de Dilma Rousseff, esta desconfiança aparece no questionamento sobre sua capacidade de governar (os homens governariam melhor); na indicação de seu isolamento e postura (idiosincrasias femininas) e na sua aparência.

Uma mulher no poder parece ativar todos os estereótipos e preconceitos porque, ainda precisa lutar para provar sua capacidade e igualdade. Neste sentido, Dilma Rousseff realiza uma afronta ao País conservador, na medida em que assume o poder com sua história política de guerrilheira; divorciada, sozinha, forte e sem capacidade para a submissão. Explicitamente, a cobertura sobre sua posse como presidenta valorizou muito mais os detalhes e comentários sobre seu traje do que sobre seu discurso.

Durante o processo de julgamento ao qual foi submetida, a citação contínua de seus problemas de postura e de relacionamento sugeriam de que o seu projeto político era avaliado a partir de perspectivas pessoais, desqualificando sua capacidade de governar. A falta de respeito e a ridicularização promovida por fotos e capas da imprensa, assim como as agressões morais das redes sociais indicavam que assim poderia ser feito, pois era sobre uma mulher que se opinava.

Podem ser incluídos exemplos de outras duas mulheres que também foram ridicularizadas e desqualificadas por sua postura e aparência: a advogada de acusação Janaína Paschoal e seu aparente “histerismo” e a senadora Ana Lemos que vestia a “bandeira brasileira” no dia da votação na Comissão do Senado. Ou seja, às mulheres cobra-se a autoridade do discurso e a sua embalagem, algo inimaginável pelos homens em seus ternos e gravatas. Ou seja, a beleza e o silêncio ainda são os atributos desejáveis e impostos às mulheres, mesmo em função pública, política.

**|Você identificou algum aspecto de misoginia – aqui definido como ódio ou aversão às mulheres – na relação que a mídia, os políticos e o Judiciário estabeleceram com Dilma Rousseff?**

A misoginia pode ser identificada em excesso nas redes sociais e explicitamente na edição da revista IstoÉ, de 3 de abril de 2016. É o exercício mais perverso realizado na tentativa de associar a situação política brasileira à incapacidade de governar de Dilma Rousseff, devido a um suposto desequilíbrio mental. A revista estabelece uma relação direta com a rainha Maria I, a Louca, além de tentar descrever sintomas, receituário e terríveis prognósticos sobre a presidenta. Espero que Dilma Rousseff tenha aberto o processo que cabe a este degradante registro dito jornalístico e possa condenar a

revista que, provavelmente, em nome da liberdade de imprensa, agrediu todas as mulheres, ao ratificar preconceitos e características que muito agradariam às fogueiras da inquisição.



**|Você considera que o impeachment de Dilma Rousseff terá algum impacto na participação feminina na política? Em que sentido?**

Acredito que o impacto deve ocorrer. Os resultados das eleições municipais já indicam que a desqualificação da mulher para as lides políticas se fortaleceu. Podemos inferir que as mulheres perderam durante o processo de impeachment, já que a força, a história e a verdade da presidenta Dilma não foram suficientes. Assim, isso pode justificar o afastamento das mulheres em partidos mais conservadores e, portanto, mais masculinizados.

Sob outro ponto de vista, o impacto pode ser exatamente contrário ao argumento anterior. A força e o processo de impeachment dirigido à desqualificação de Dilma Rousseff podem ser usados como chamamento à luta pelo aumento da representatividade das mulheres, especialmente nos partidos que privilegiam o debate sobre gênero, aborto e outros temas sensíveis. A luta de Dilma pode fortalecer os movimentos feministas e a necessidade de representação.

**|Na sua avaliação, qual foi o papel da comunicação pública - particularmente da experiência da EBC - na cobertura sobre o golpe/impeachment de Dilma Rousseff?**

Entendendo a comunicação pública como a existência de um debate público em torno de um tema de interesse público, considero o processo de impeachment de Dilma Rousseff exemplar, porquanto ativou informações, opiniões, coberturas e manifestações da sociedade, mídias, redes, imprensa e outros dispositivos.

Especificamente, em relação à EBC – TV Brasil, o País vivenciou um momento da consolidação desta mídia pública. Paradoxalmente, no período que seu desaparecimento começava a ser articulado pelo interino governo Temer. Através das mídias da EBC, especialmente, TV Brasil foi possível participar do processo de impeachment e ouvir comentários de especialistas que não tinham a preocupação de tomar decisões sobre o futuro da então presidenta. As discussões abrigadas na programação permitiam ao ouvinte entender os diferentes ângulos da problemática do impeachment. A cobertura realizada foi importante por oferecer alternativas ao padrão de comentários Globo News, por exemplo.

A postura da EBC permite retomar o debate sobre audiência. Acredito que a qualidade da televisão pública – como exemplo -, não pode ser comparada à televisão comercial, quanto aos seus índices de audiência. Este não pode ser o parâmetro porque assim se justifica seu fechamento e sua impossibilidade de competir. A

televisão pública importa porque, além de operar em torno de interesses públicos, pode formar seu público, pode ser alternativa. Isso importa e a sua programação tem indicado essa qualidade que incide na criação de novas audiências. Esta força talvez tenha sido identificada pelo Governo Temer e justificado o movimento para sua mudança, que parece ter tanta urgência quanto à solução de problemas econômicos nacionais.

**|A partir de sua experiência como pesquisadora e professora da Comunicação, como você percebe as relações de gênero na carreira acadêmica e na vida pública?**

Minha trajetória acadêmica me permite afirmar que as mulheres entraram definitiva e intensivamente no mundo da pesquisa e do ensino superior, muito recentemente, a partir dos anos 90. O movimento feminista que mudou o mundo a partir dos anos 60, timidamente incidia no Brasil, impedido pelo regime militar, até os anos 80. Obviamente, este ingresso alterou o comportamento das administrações universitárias, dos currículos, da pesquisa e, como salutar consequência, o mundo do trabalho.

As instituições políticas, no entanto, não provocaram o mesmo interesse nas mulheres, ou os masculinos partidos impediram. Não estudo esta temática, mas acredito que Céli Pinto (UFRGS) e Flávia Biroli (UnB), entre outra/os, possam explicitar melhor o processo. A manutenção de conquistas em defesa da mulher, assim como a criação de debates públicos pelo Estado em relação a questões de gênero e à descriminalização do aborto, por exemplo, exigem que a mulher ocupe espaços na política, mas a impressão é que o debate nas instituições políticas pode prescindir da atuação política das mulheres. A pergunta sobre o porquê da ausência da mulher em funções de poder na administração pública, nas instituições públicas e mesmo universitárias, ainda é uma incógnita.

**|O tema gênero não recebeu destaque nos estudos sobre comunicação e política no Brasil até recentemente e, nas campanhas político-eleitorais, tem sido marcadamente evitado ou até combatido. Em sua opinião, quais as principais razões para que isso aconteça e em que medida a falta de discussão ou entendimento sobre as relações de gênero contribui para a pouca visibilidade das mulheres nesses campos?**

Muitas questões nesta pergunta. Elimino algumas, talvez, ao dizer que não concordo que o tema gênero tenha sido “evitado” ou “combatido”. Creio que um tema bastante abordado nos campos da Ciência Política e na Sociologia, inclusive tendo como base a produção midiática. No campo da Comunicação esse tema aparece mais vinculado às análises votadas à publicidade, consumo, ficção, televisão, etc. Em falta, evidentemente, a abordagem transdisciplinar sobre gênero, mídia e política, embora já exista alguma produção (Flávia Biroli e Luís Felipe Miguel). De qualquer modo é fundamental que aprofundemos a temática e pesquisemos mais. Acredito que o Impeachment de Dilma Rousseff nos provocará e levará a essa produção, assim como o tema Collor desencadeou os estudos sobre comunicação e política no País, e acordo com a primeira publicação do gênero realizada pelo Centro Brasileiro de Estudos Latino-Americanos (CEBELA).

*“O corpo, a sexualidade, a fala, o estado civil, tudo era associado a um modo de ser pouco aceitável para sua condição de autoridade presidencial.”*

## **MARIA DO SOCORRO DE SOUZA**

Viviane dos Santos Brochardt  
Samária Araújo de Andrade

---

Primeira mulher eleita presidente do Conselho Nacional de Saúde - órgão do qual esteve à frente, de 2013 a 2015, como representante dos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS)- Maria do Socorro de Souza tem longa trajetória em espaços de participação, mobilização e controle social. Nascida em 1965, em Recife, capital pernambucana, atuou como assessora da Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Estado de Pernambuco (Fetape) e na Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) na área da formação política, gênero e políticas sociais, onde também coordenou projetos de educação em saúde para o controle social e gestão participativa. Mestre em Política Social pela Universidade de Brasília (UnB) e graduada em Filosofia e habilitação em História pela Universidade Católica de Pernambuco, atualmente é pesquisadora da Fundação Oswaldo Cruz e docente da Escola Fiocruz de Governo, Diretoria Regional de Brasília. Atua nos temas saúde coletiva, cidadania e democracia participativa, movimentos sociais, gênero, direitos humanos e desenvolvimento rural.

---

### **|Você define o impeachment de Dilma Rousseff como um golpe? Por quê?**

Sim. Os argumentos jurídicos-parlamentares de crime de responsabilidade, por não cumprir metas fiscais, são apenas falácia. Na verdade, o golpe ocorre porque estávamos construindo no Brasil a terceira tentativa de um projeto desenvolvimentista nacional voltado para o fortalecimento da economia e do mercado interno e para atender as necessidades econômicas e sociais básicas da população brasileira. Embora não se tratasse de um projeto socialista, o social-desenvolvimentismo do governo Lula e governo Dilma incomodava porque parte da elite financeirista e produtiva brasileira preferem investir seus lucros e dividendos no mercado externo transnacionalizado. Esta parte da elite não concorda que o Estado deva regular a economia, redistribuir renda, proteger a soberania do País frente aos países centrais capitalistas. Não precisa ser

Lulista para defender esta tese, basta fazer uma análise da historiografia política brasileira e do contexto político-econômico internacional. Caio Prado Jr. disse, em 1981, que o Brasil, enquanto País, já nasce inserido no centro do capitalismo desde a estratégia portuguesa de colonização das terras brasileiras, porém de maneira subordinada e imerso no circuito da exportação agrícola. A primeira tentativa de desenvolvimentismo nacional industrial ocorreu entre as décadas de 1930-50, com os governos de Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek; a segunda, na década de 1960, com as reformas de base e o presidente João Goulart, com ênfase na Reforma Agrária e Educacional; e em 1989, com o Partido dos Trabalhadores e demais partidos de esquerda, sob a liderança de Luiz Inácio Lula da Silva, que deu ênfase ao enfrentamento da pobreza, da fome e universalização da cidadania e da justiça social. Esta última tentativa – ainda que contraditória e inacabada - durou até o período em que todos ganhavam econômica e politicamente, todos digo: elite política e econômica e classe trabalhadora. No momento em que a crise econômica se agravou, o conflito entre classes recrudescceu, a disputa entre distintos projetos políticos ficou polarizada, passamos a assistir no Brasil uma ferrenha disputa entre centro-esquerda e centro-direita: por um lado o PT, PCdoB, PSol e frações do PDT, do PSB e do PMDB; por outro, PMDB, PSDB, DEM, PPS, PV e outros. O golpe não foi só contra a presidenta Dilma, mas, sobretudo, contra o projeto social-desenvolvimentista em curso desde 2003. Parte da elite brasileira apoiou a política econômica do PT porque também lucrava com os juros altos e a captura de recursos públicos, mas não concordava em dividir parte da riqueza socialmente produzida com a classe trabalhadora por meio dos programas sociais, que redistribuem renda. Como diz o prof. Márcio Pochmann: o golpe é pela disputa do orçamento público.

### **| Qual a participação da mídia nesse processo?**

Grande parte da mídia no Brasil é controlada por grupos econômicos e políticos que têm compromissos com os interesses da elite e o setor privado. A mídia brasileira, sobretudo o sistema Globo de Comunicação, funcionou como um partido aliado do Golpe, com uma narrativa política que reforçava e disseminava parcialmente os argumentos do mercado financeiro e dos poderes Judiciário e Legislativo, associando o governo do PT como único responsável pela corrupção e pela crise econômica no País. Os temas corrupção e crise econômica foram diuturnamente pautados em programas de rádio e TV, em jornais e revistas virtuais e impressos, fomentando um ambiente de crise política e sugerindo, como saída para a crise, o impeachment da presidenta Dilma. As análises políticas e econômicas eram predominantemente direcionadas para o agravamento da situação, desconsiderando o contexto internacional e os interesses dos setores rentistas que lucraram e ainda lucram com a crise. As coberturas jornalísticas e as narrativas dos fatos sobre as mobilizações de rua, pró ou contra impeachment, eram desproporcionais no tempo e no conteúdo. Ressalto, contudo, que há uma crescente alternativa a esta mídia comercial que são os sites, blogs e redes sociais interativas que disseminam ideias e pensamentos contra-hegemônicos e a favor da democracia participativa, valorizando as ações de resistência ao golpe.

**|Em algum aspecto você acha que a questão de gênero foi relevante junto à imprensa e à opinião pública a ponto de influenciar a cobertura do processo de impeachment?**

Totalmente. As relações de gênero são relações de poder e de hierarquia que atribuem às mulheres uma condição social inferior e subordinada aos homens. Há um processo em curso de insubordinação das mulheres a esta condição social, mas não podemos esquecer que no Brasil predomina uma ideologia que produz e reproduz o pensamento de que somos peças secundárias ou relativas no mercado de trabalho, na política, nos espaços de poder e de comando. Isto vem desde a formação social brasileira, marcadamente pela violência praticada pelos colonizadores europeus contra o corpo das mulheres indígenas e negras. Uma prática que se estendeu para dentro da casa grande e da senzala e se ramificou por toda nossa sociedade, inclusive para dentro das estruturas do Estado. Na casa grande, o poder de mando sempre foi dos homens, dos donos do capital e das terras. A mulher, os filhos e a criadagem eram parte constitutiva da casa grande e da senzala, retratando bem o funcionamento do sistema patriarcal. O cargo da presidência no Brasil sempre foi associado ao gênero masculino, por ser o lugar do poder, do mando, da ordem, da elite econômica. Nas entrevistas que faziam com a presidenta Dilma, desde as eleições de 2010, havia uma tácita intenção de desqualificar sua condição de autoridade máxima do País. Chamá-la de presidente ou presidenta virou pauta jornalística. Em 2014, muitas foram as charges grosseiras, fotos de capas de sites, jornais e revistas que replicavam ideias machistas e misóginas relativas à imagem da presidenta. Passou a ser comum exibir e disseminar imagens pejorativas da presidenta Dilma como a presidenta ex-guerrilheira, gorda, não-casada, autoritária e arrogante. Não me lembro de terem feito algo semelhante com a imagem dos presidentes homens, até mesmo do presidente Collor, que também sofreu processo de impeachment. O corpo, a sexualidade, a fala, o estado civil, tudo era associado a um modo de ser pouco aceitável para sua condição de autoridade presidencial. A imagem de uma mulher honesta só foi valorizada no final do processo de impeachment porque não havia nenhuma prova material de que houvesse se beneficiado pessoalmente com esquema de corrupção.

**|Você identificou algum aspecto de misoginia – aqui definido como ódio ou aversão às mulheres – na relação que a mídia, os políticos e o Judiciário estabeleceram com Dilma Rousseff?**

Sim. De parte da mídia dominante havia uma projeção de imagem raivosa da presidenta Dilma, como uma mulher de trato difícil, autoritária, intransigente, incapaz de governar um País imerso numa crise política e econômica, como se estas crises não tivessem nenhuma relação intrínseca com o contexto da crise capitalista internacionalizada; como se a maioria dos parlamentares que compõem o Congresso Nacional tivesse compromisso com interesses coletivos nacionais; ou mesmo como se a questão da corrupção não fosse estruturante e não estivesse submetida ao domínio de grupos privados por dentro da estrutura do Estado brasileiro. De parte dos políticos homens, identificávamos uma intenção de querer cristalizar a ideia de que lugar de mulher na sociedade brasileira não é na política, mas sim na cozinha. Mulher no comando geral do País, jamais! É incompetente, ineficaz, inábil, intransigente, inadequada, despreparada, ultrapassada. Particularmente, fui crítica ao modelo

gerencialista da presidenta Dilma, característica que dava margem à despolitização da luta de classe e distanciamento da perspectiva de implementação de um projeto de sociedade mais democrática e justa iniciado com o governo Lula. Contudo, respeitava sua postura ética na política. Sabemos bem que o golpe iniciou com a tomada das elites, os donos do capital, sob os rumos da economia brasileira, sobretudo com a nomeação do Levy para a pasta do Ministério da Fazenda; seguido do domínio da política com a aprovação da pauta do impeachment no Congresso Nacional; fechando com o desfecho do golpe. Continua, pós-golpe, a onda ideológica de fazer o povo acreditar que o País ficou endividado devido ao excesso e à má gestão dos programas sociais para os mais pobres e ao aumento no acesso da população aos serviços e bens públicos. A crise econômica brasileira não é oriunda dos gastos sociais, até porque, relativo ao PIB, o gasto com pagamento da dívida pública consome 45% de nossas receitas, o repasse para estados e municípios próximo de 10%, enquanto que a saúde, a educação e a assistência social, cada uma responde por menos de 3%. Situação que pode ser agravada com a proposta de emenda à constituição, PEC 55/2016, que ora tramita no Senado.

**|Você considera que o impeachment de Dilma Rousseff terá algum impacto na participação feminina na política? Em que sentido?**

Sim, podendo ser negativo ou positivo. Vou contribuir para que seja positivo, incentivando maior participação das mulheres na política. O governo Temer e o Congresso Nacional não estão fazendo política, que é a prática de fazer diálogos democráticos entre representantes do Estado e da sociedade, visando construir consensos a favor dos interesses da maioria, ou seja, da população. Fora da política não há saída, mas sim acirramento dos conflitos de classe, de raça, de gênero, de geração. Tem sido muito gratificante ver a juventude, em especial as mulheres jovens, assumir o protagonismo das lutas sociais e políticas em defesa da democracia, contra o golpe e contra a PEC 55/2016 [que tramitou na Câmara dos Deputados como PEC 241], entrando na cena política nacional e internacional. A elite brasileira fará questão de escrever na historiografia política que tivemos uma mulher que chegou à presidência do País, mas que foi impedida de exercer sua função por incapacidade de comandar o Brasil. Livros como este [Mídia Misoginia e Golpe] são muito importantes para disputar a narrativa política de como ocorreu o golpe de 2016 no Brasil, dando ênfase às práticas de misoginia que ocorreu no processo do impeachment. Além de um golpe jurídico-legislativo-midiático, ratifico, como disse a ex-ministra Eleonora Menicucci, que também foi um golpe patriarcal com clivagens de gênero, de raça e de classe.

*“Quem dá governabilidade é o povo”.*

## **MARINA ROCHA**

Gislene Moreira  
Juliana Magalhães

---

Marina dirige a Comissão Pastoral da Terra (CPT) em Juazeiro/Bahia. Nasceu na zona rural do município baiano de Casa Nova e teve a família desalojada pela construção da barragem de Sobradinho. Neste processo, se tornou animadora popular e professora. Há mais de 30 anos é uma das mais atuantes e reconhecidas lideranças camponesas do sertão nordestino, tendo sido uma crítica ferrenha da ausência de políticas públicas no enfrentamento das questões da terra e da comunicação nas gestões petistas. Mas, no processo de impeachment, denunciou o retrocesso do golpe para a região semiárida.

---

### **| Você define o impeachment de Dilma Rousseff como um golpe? Por quê?**

Para mim, o impeachment foi um golpe porque foi desrespeitado o direito do voto da população. Dilma Rousseff foi eleita pelo voto popular e meia dúzia de senadores e deputados retirou o poder dela como Presidenta da República. A gente entende que todo esse processo do afastamento de Dilma da presidência, já vinha sendo arquitetado desde antes das eleições.

Quando ela foi eleita, a gente sabia que havia um desgosto por parte da elite brasileira e, principalmente, daqueles com quem ela e Lula se aliaram. Eles se aliaram com interesses muito grandes, fazendo com que o governo perdesse sua identidade. Ao invés do PT se aliar aos movimentos sociais, ao povo brasileiro, eles fizeram alianças com a classe dominante, representantes desses partidos que afastaram Dilma. E ela serviu por algum tempo para essa elite. Mas, a classe dominante nunca aceitou que alguém do campo popular tivesse acesso a direitos. Eles perceberam que a classe popular estava acessando alguns direitos, mesmo a gente reconhecendo que os governos Dilma e Lula não foram os governos que esperávamos.

A gente tem críticas em relação à questão agrária, a reforma agrária não avançou. Também não avançaram no reconhecimento a terra como direitos das comunidades tradicionais, faltou política de regularização desses territórios... No meio ambiente foi aprofundada a destruição da natureza com a implantação de diversos investimentos, como mineração, agronegócio, entre outros. Mas, nada justifica a retirada de uma pessoa que está assumindo uma função pública, através do voto, por um grupo de pessoas que se aproveitou para destituí-la.

Mesmo havendo uma rejeição da população, eles teriam que ter esperado as novas eleições se quisessem assumir a direção do País. Foi toda uma articulação montada pela elite brasileira, inclusive articularam muitos grupos tanto da classe média, como pessoas pobres que foram enganadas, para fazer todo esse movimento para favorecer o impeachment de Dilma. O interesse do impeachment não eram as pedaladas fiscais, a gente sabe que não tinha nenhuma questão grave que fizesse com o que a presidenta fosse destituída. O que estava em jogo era os direitos do povo brasileiro, principalmente, das populações mais pobres. E isso foi muito evidente na última campanha eleitoral, esse ódio contra os nordestinos, a mulher, os homossexuais, os negros, os pobres. Sobretudo, em relação aos nordestinos.

Com a articulação, mobilização e pressão do povo nordestino, principalmente, a partir do conhecimento e entendimento de que a região semiárida necessitava de políticas de convivência com o clima e não das práticas do combate à seca - a qual nós éramos vistos somente como miseráveis - o povo foi se assumindo enquanto cidadão. Essa imagem de miserável, de pobreza, estava sendo superada e, neste processo, os trabalhadores estavam conquistando direitos, dentre estes, os direitos em relação a ter acesso a algumas tecnologias de convivência com o Semiárido<sup>20</sup>. Isso foi muito forte, nesse processo todo.

Nos anos da gestão petista, tivemos acesso também a outras políticas que até então não havia e que a gente não tinha. À universidade pública, por exemplo, aqui na nossa região temos agora Universidade Federal do Vale do São Francisco. Então, isso gerou todo um clima de revolta, de ódio, e esse clima foi articulado por essa elite branca e rica. É como se os nordestinos não tivessem direito a ter acesso a essas políticas. E foram tão poucas né?! Isto gerou todo um ódio, principalmente, porque desde a eleição de Lula, que era um nordestino, a visão do Nordeste foi ficando diferente. Vale ressaltar que não foi um presente dos governos. Houve luta, mas também certa abertura, para que as comunidades, o povo em geral, acessem essas políticas públicas. Nesse sentido, o impeachment traz uma perda muito grande. Primeiro, em nível nacional, todo o povo brasileiro, principalmente, os mais pobres.

Já se previa que com a entrada de Michel Temer na Presidência do País, ele iria implementar essa retirada de direitos. Seja de direitos trabalhistas, previdenciários, a criminalização dos movimentos sociais, tudo isto estava previsto, ele nunca negou. Agora estamos vendo a aprovação da PEC 241<sup>21</sup>, que o pessoal chama “PEC da maldade”, “PEC da morte”, que limita as verbas para saúde e educação.

Nós, nordestinos, não somos diferentes dos outros povos, e a gente sabe, por exemplo, que as entidades ligadas a Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA), que trabalham com a implantação de várias tecnologias de convivência com o Semiárido e com a reflexão para que o semiárido seja entendido de forma positiva e produtiva,

---

<sup>20</sup> Ideia-projeto que contrapõe a lógica da “região-problema”, constituída pelo discurso do combate à seca. Movimentos sociais e outras organizações da sociedade civil vêm produzindo e propagando ações, nas últimas décadas, que mostram que os territórios semiáridos são viáveis, produtivos e que os problemas enfrentados pela população dessa região são decorrentes da ausência de políticas públicas e não do clima.

<sup>21</sup> Proposta de Emenda Constitucional que cria um teto para os gastos públicos e que pretende congelar as despesas do Governo Federal, apenas corrigidas pela inflação, por até 20 anos.

estão com o funcionamento ameaçado. Com o limite dos gastos públicos, quem sai perdendo não são as elites, é o povo. E nós, nordestinos, que sempre estivemos em último plano, nós somos os mais atingidos.

Com a chegada de Temer, de forma não decidida pela população, a tendência é piorar. O golpe no Estado brasileiro não é o único, em outros países da América Latina também vem acontecendo isso, mas a forma mais descarada é essa nossa, que vem com o pretexto de “acabar com a corrupção”. Quem vai sofrer, quem está sofrendo é a população. O povo ainda não sentiu de fato na pele, mas a tendência é piorar a situação.

**| Qual a participação da mídia nesse processo? Dê exemplos.**

Uma das forças principais que influenciaram no impeachment de Dilma foi o papel da mídia, da grande mídia. Foi muito claro, desde o início, quando começou a se falar das pedaladas fiscais, a forma como foi apresentada a possibilidade do impeachment, principalmente, pela Rede Globo e, depois, incorporada pelas outras grandes empresas de comunicação. Ficou clara a forma como os jornalistas falavam, se posicionavam, a gente percebe que isso tudo foi tramado. A mídia e a elite brasileira se articularam. Ela sempre teve esse papel.

No golpe militar, a imprensa teve um papel muito grande, principalmente, a Rede Globo. Agora não ia ser diferente e, por incrível que pareça, a forma foi muito descarada. A forma como a mídia se apresentava em defesa do impeachment. A gente percebia bem claramente, a termos de exemplo, as coberturas das manifestações pró e contra impeachment. Nas manifestações a favor, parecia que toda a população brasileira estava se manifestando, já nos atos contrários a retirada de Dilma, era como se não tivesse meia dúzia de pessoas.

Em certos momentos, a mídia foi até desmascarada, como em um grande ato em defesa da democracia, que aconteceu na Avenida Paulista, em São Paulo, em que os telejornais só começaram a transmitir a manifestação no final, quando muitos manifestantes já tinham ido embora. Percebeu-se aí que havia toda uma mentira. Por outro lado, a gente percebeu que nas redes sociais houve um contraponto, porque as pessoas tinham direito de dizer o que queriam, falavam o que queriam e se posicionavam contrário ao impeachment.

Entretanto, a grande mídia teve um papel muito importante nesse processo, principalmente, do lado a favor do impeachment, porque a televisão ainda tem um poder e um respaldo muito grande. Mesmo aquelas pessoas que não compreendiam completamente o que estava acontecendo, se posicionavam favoráveis ao impeachment, reproduzindo o discurso dos meios de comunicação. A mídia trabalhou de uma forma muito forte para dá a impressão de que todo mundo era favorável ao impeachment e, por isso, os deputados e senadores estavam “respaldados pela população” para votar a favor do impeachment.

**| Em algum aspecto você acha que a questão de gênero foi relevante junto à imprensa e à opinião pública a influenciar a cobertura do processo de impeachment? Dê exemplos.**

Vivemos em um País machista. Dilma chegou à presidência, mas, quando começou aquele período em que ela foi perdendo a credibilidade, sobretudo, a partir das mobilizações de junho de 2013, foi ficando bem claro ali esse preconceito, pois muitos falavam que o governo não estava dando certo porque foi uma mulher que estava no comando. As falas dos deputados, sobretudo, aqueles que se pronunciavam contrários a Dilma, antes e durante o impeachment, sempre foi de desmoralizar a presidenta, e a gente entende muito bem que isso é por conta de ser uma mulher.

De forma mal utilizada, nas redes sociais também eram compartilhadas muitas imagens de preconceito contra a presidenta, e, conseqüentemente, contra todas as mulheres. De uma forma indireta, o que eles diziam sobre a presidenta Dilma, a gente sabe que estava atingindo todas nós brasileiras. Ninguém nunca engoliu a mulher assumir alguma função nessa sociedade. Ninguém não, a elite branca, machista, que só pensa em se dar bem no governo não vai gostar que uma mulher tenha uma função de destaque, principalmente, o cargo de dirigente do País. A elite ficou calada por um tempo, mas, quando houve o momento exato de se manifestar, é evidente que foi só aumentando esse ódio de classe, raça e gênero. Eu sentia e muitas mulheres também se sentiam impactadas pela forma como Dilma era tratada, pelo desrespeito enquanto mulher.

**| Você identificou algum aspecto de misoginia – aqui definido como ódio ou aversão às mulheres – na relação que a mídia, os políticos e o Judiciário estabeleceram com Dilma Rousseff?**

A gente percebeu que havia um ódio, primeiro porque era mulher, e, depois, por ter participado de todo aquele processo contrário à ditadura militar, em que Dilma foi vítima. São duas características que eram usadas para retirar dela o direito de “ser gente”, ser cidadã e presidenta do Brasil: ser comunista - como chamavam - e ser mulher. Além disso, colocaram muitos apelidos e predicados à postura de Dilma, por ser separada, pelo jeito dela, a forma de se arrumar, parecia que ela não estava dentro dos padrões de uma presidenta.

Apareceram muitas falas, inclusive nas redes sociais, de muita humilhação, não só contra ao trabalho de Dilma enquanto presidenta, mas enquanto pessoa, mulher, por estar assumindo aquela posição. Pela forma que as pessoas falavam, ali não era o lugar dela, ela tinha que ficar na cozinha. Ou então, servindo. Se tivesse assumindo alguma função política deveria ser servindo aos deputados, ao presidente, mas não ocupar a função de coordenar, dirigir um País. A gente ouvia muitos discursos, aqui mesmo na nossa região, do tipo “se fosse Lula isto não estaria acontecendo”. Outras culpavam claramente a situação do governo pelo fato dela ser mulher: “também, uma mulher no governo!”.

A gente também percebe essa questão do machismo muito forte nas comunidades tradicionais, as de fundo de pasto<sup>22</sup>, sobretudo nas quais eu atuo. Nesses

---

<sup>22</sup> Comunidades presentes nas regiões Norte e Oeste do estado da Bahia, caracterizadas, principalmente, pelo uso coletivo da terra ao fundo de suas casas para criação de animais “à solta”, geralmente caprinos e ovinos. Além da coletividade, esses grupos são marcados por relações de parentesco, predominância da religiosidade católica e preservação de tradições. A falta de regularização dos territórios se constitui como a principal ameaça a esse modo de vida sertanejo.

grupos, a mulher também ainda tem um papel subalterno, por mais que seja ela que esteja na luta, organizando, mobilizando, ela só desempenha essa função, os papéis de coordenação, geralmente são os homens que assumem. O papel da fala, de representação ainda é muito forte a participação do homem.

De uns dois anos pra cá, nesse meio das comunidades tradicionais, isso tem melhorado muito. A participação das mulheres vem aumentando, a partir do envolvimento dos jovens, as jovens mulheres já vão assumindo de forma diferente essa função de coordenação. Na medida em que elas se assumem como lideranças, o modo de atuar é diferente. Mas, entre as mulheres mais velhas, o papel delas ainda é dentro de casa, a função da rua, de ir representar, ir para o debate, falar em público, negociar com órgãos públicos é função do homem.

Há vários relatos em reuniões em que elas dizem assim “não vou pra reunião porque meu marido vai”, ou então, “tô aqui representando meu marido, porque ele não pode tá”, como se as questões da terra, da organização popular, fosse somente do homem. Qual mulher que nunca sofreu machismo? Além de a gente ser machista, porque fomos criadas no sistema patriarcal, nós carregamos o machismo no nosso coração, na nossa mente, na nossa cabeça. Por mais que a gente lute contra ele, volta e meia a gente se pega com atitudes machistas.

Como eu sempre venho participando de movimentos populares, uma das coisas que aprendi muito, desde o início, quando eu participava das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) foi o papel da mulher, papel enquanto negra. Sobretudo quando comecei a atuar na Pastoral da Juventude do meio Popular, porque a gente tinha formação, que nos ajudava a assumir a identidade da gente, enquanto pobre, mulher, negra.

A direção da CPT é praticamente de homens, mesmo em nível nacional. Isso é uma coisa que a gente vê nos movimentos em geral, mas, que a gente atua e precisa ter uma atuação dentro na nossa entidade porque ainda é muito forte o machismo. Quando eu cheguei à CPT era macho e branco, a maioria era homem do Sul ou estrangeiro. Depois foi melhorando, hoje a gente vê muitas mulheres, pessoas negras, inclusive mulheres, mas, é um processo ainda que está caminhando. A gente não tá concordando com isso, nós da CPT não concordamos com isso. O machismo já é assunto do debate dentro do conjunto da pastoral, não só entre as mulheres, mas, é um processo ainda muito lento de igualdade de gêneros na nossa entidade. Não só na pastoral, mas a gente sabe que na Igreja como um todo.

**|Você considera que o impeachment de Dilma Rousseff terá algum impacto na participação feminina na política? Em que sentido?**

A gente já percebeu na indicação dos ministros de Michel Temer. Inclusive, o Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos foi abolido. Por muito brigar, pela movimentação e repercussão, ele colocou uma mulher para assumir função no governo. A gente percebe que a forma como esse grupo que está assumindo a direção do País trata as mulheres, e o jeito de se posicionar dos deputados que votaram a favor do impeachment de Dilma, é contrária à ascensão das mulheres.

Essas políticas pequenininhas que existiam, programas de empoderamento das mulheres, vão todas por água abaixo. Pode ser que ainda aconteça alguma coisa de hoje para amanhã, nesse primeiro ano. O Temer está querendo uma boa repercussão porque está com a popularidade baixa, sobretudo por conta da PEC 241. Então, ele

pode inventar, criar artifícios para tentar enganar a parcela da população que ainda continua a favor das mulheres, da saúde, da educação. Alguns dizem, inclusive, que ele vai querer calar os movimentos sociais, pautando a questão da reforma agrária.

Pode ser que ele tente calar o povo por um período, só para poder implementar as políticas que está querendo, de destruição dos avanços que houve, mas a gente não acredita de jeito nenhum que esse governo possa contribuir com o processo de emancipação das mulheres, nem de jovens, negros e pobres. É de destruição total de tudo que nós conquistamos.

### **| Considerações finais**

Um trabalhador estava em uma reunião na comunidade e disse: “Nós vivemos num País de incerteza”. Nós não sabemos o que vai acontecer com a luta, com o povo. A gente está percebendo a criminalização de movimentos sociais e tudo indica que a organização popular - aqueles que são contrários à forma como está sendo dirigido nosso País - vai sofrer perseguição, e muito.

Por outro lado, a gente percebe que houve uma desmobilização das lutas. Apesar de existirem, de nunca terem parado, as lutas ficaram muito fragilizadas e fragmentadas. Achava-se que um País dirigido por alguém do PT, o “governo nosso”, eles iriam fazer por nós. O Partido dos Trabalhadores não acreditava que só com esses grupos haveria sustentação, então resolveu buscar alianças para governabilidade e a gente sabe que quem dá governabilidade é o povo.

Mas, a gente acredita que seja retomada essa luta que foi enfraquecida. Estamos percebendo isso muito forte hoje com os estudantes, os jovens. Se eles de fato assumirem essa luta de articulação para defender os interesses das populações, os direitos e os excluídos. Os jovens têm o poder de mobilização de toda classe pobre, a classe que está excluída. A sociedade pode ser sensibilizada novamente e retomar o seu papel de luta por um Brasil que seja de brasileiros e não da elite.

Essa questão do Brasil não é isolada do mundo. O governo Temer e as elites fazem parte de todo um modelo internacional, um sistema, e o Brasil está nesse sistema. Parece que a Dilma não estava assumindo todos os compromissos deliberados por esse sistema e, por isso, ela já cumpriu sua função e teve que sair, para dar lugar a um que seja pior, que destrua tudo que o está impedindo a implantação desse sistema capitalista, de forma mais perversa. E o Temer está fazendo muito bem esse papel.

A gente tem que se preocupar, mas, por outro lado também, está ficando mais claro para a sociedade que seus direitos estão sendo retirados. E quando os trabalhadores, quando o povo em geral, começa a perceber que está sendo explorado, há mais possibilidade de rearticulação e de mobilização para transformação. Por enquanto, nós vivemos em um momento muito nebuloso, não se sabe ainda se a população toda vai reagir ou se serão apenas grupos, grupinhos isolados em cada local. Enquanto ficarmos divididos, separados, seremos esmagados. Mas, eu acredito, como agente pastoral e militante desde adolescente, que o povo vai se mexer, se mobilizar. Nós vamos dar a volta por cima, o povo vai dar a volta por cima.

*“Nós enfrentamos no processo de deposição da Dilma no Brasil, a expressão máxima de uma nova categoria de violência contra as mulheres, que eu estou chamando de violência política sexista.”*

## **MARLISE MATOS**

Mariana Prandini Assis

---

Marlise Matos é graduada em Psicologia pela UFMG, Mestra em Teoria Psicanalítica pela UFRJ, e Doutora em Sociologia pelo Instituto Universitário de Pesquisas - SBI/IUPERJ. Atualmente é Professora Associada do Departamento de Ciência Política da UFMG, Coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher e do Centro do Interesse Feminista e de Gênero, e colunista semanal do Jornal da Rádio Educativa UFMG, com o programa "Gênero e Feminismo". Como pesquisadora, Marlise tem investigado os feminismos e as relações de gênero no Brasil e na América Latina, a avaliação de políticas públicas, de representação e participação políticas, os movimentos sociais e as minorias e o comportamento político de mulheres. Ela é uma das acadêmicas pioneiras dos estudos de gênero e das mulheres na Ciência Política brasileira, tendo contribuído fundamentalmente com estudos sobre a representação das mulheres no parlamento e seu impacto legislativo. Além disso, ela detém ímpar acúmulo teórico em teoria política feminista, o que faz com que suas análises sejam, a um só tempo, precisas e sofisticadas. Seu exame do impeachment da presidenta Dilma Rousseff nos oferece importantes elementos não apenas para compreender a misoginia caracterizadora do evento, mas também seu impacto futuro na vida das mulheres brasileiras.

---

### **| Você define o impeachment de Dilma Rousseff como um golpe? Por quê?**

Eu não tenho nenhuma dúvida de que o impeachment da presidenta Dilma Rousseff foi um golpe; um golpe de múltiplas e complexas camadas entrelaçadas, de dimensões que a gente ainda vai compreender ao longo do tempo. Mas eu identificaria o golpe pelo menos em três grandes vertentes: foi um golpe parlamentar; foi um golpe jurídico e constitucional e também foi um golpe midiático. Por que um golpe parlamentar? A instauração do processo de impeachment, com o recebimento da denúncia na Câmara dos Deputados pelo então presidente Eduardo Cunha, foi em si já um movimento, uma atitude de retaliação e vingança do Eduardo Cunha em relação ao

governo, que já indicava essa forma arbitrária, autoritária do presidente da Câmara agir, usurpando do seu poder, da sua autoridade como presidente, descumprindo inúmeros procedimentos formais, atropelando o próprio regimento interno e as regras de tramitação dos processos. Por inúmeras vezes, para aprovar suas pautas, o Deputado em questão agiu verdadeiramente como um rolo compressor, passando por cima de procedimentos importantes. Já era algo que vinha sendo denunciado, já havia se configurado até um movimento nas ruas, o conhecido “Fora Cunha”. É impossível não relacionar essa decisão a uma vingança política pelo fato do PT ter anunciado, um dia antes, que votaria a favor da sua cassação no Conselho de Ética. Então, o próprio recebimento da denúncia já mostra um enviesamento do representante na Câmara, e na posição que ele estava de presidente, ele retaliou o governo com a instauração desse impeachment. Por isso e também pelo mal-estar gerado quanto às formas e procedimentos e as medidas que ele vinha tentando implementar à força na própria Câmara, impedindo inclusive a tramitação de vários projetos e de demandas do governo, então esse mal-estar já ficou instalado de maneira decisiva, evidenciando claro desvio e abuso de poder. Também foi um golpe em função da surdez dos parlamentares em relação aos argumentos da defesa da presidenta. Vários, a imensa maioria deles, ignorou solenemente os argumentos da defesa, as testemunhas da defesa. Portanto, não houve, como a gente pode observar, na tramitação do processo na Câmara, argumentos substantivos que configurassem crime de reponsabilidade, e isso culminou naquela sessão surreal, inesquecível, do dia 17 de abril que foi a votação em que os próprios parlamentares traziam a público a sua família, o seu estado, a mãe, os seus filhos, Deus etc. para justificar os seus votos a favor do impeachment. Impossível não mencionar também a fala do Deputado Bolsonaro que se destacou: ele nomeou o Ustra, que, segundo ele, foi o “terror” da Dilma Rousseff. Tratava-se do Coronel Brilhante Ustra, um torturador reconhecido publicamente, que esteve à frente do DOI-COD na época em que a Dilma Rousseff esteve presa em São Paulo. Essa sessão foi um verdadeiro circo de horrores e o processo prosseguiu no Senado, onde deveria afinal ter sido a instância em que os argumentos seriam disputados e se daria ao menos uma sessão pública para se discutir, de fato, a configuração (ou não) do crime de responsabilidade, mas isso também não aconteceu. Está claro que o golpe de 2016 é/foi um golpe de estado diferenciado (já que não houve enfrentamento a um regime autoritário e nem houve, dado o golpe, a emergência no poder de um regime exatamente desta natureza), mas, mesmo assim foi um golpe por que: 1) foi realizado contra um projeto de governo democraticamente eleito (desrespeitando o princípio da vontade da maioria eleitoral) e não contra um regime autoritário/ditatorial; 2) foi um golpe restrito à retirada do poder da Chefe do Poder Executivo e apenas por motivações políticas, (não tendo havido evidencia concreta de mobilização de massa que demonstrasse cabalmente a insatisfação da população com o projeto em curso antes do golpe; as mobilizações ocorridas tiveram um viés claramente oportunista e midiático); 3) mesmo se considerássemos que tenha havido (o que eu não considero) mobilizações efetivamente de massa de insatisfação populacional, o governo em curso não estava se recusando em dialogar com as demandas desses “grupos”, pelo contrário, conduziu parte de suas ações na direção de incluir e internalizar as “demandas” que foram sendo apresentadas; 4) o governante que assumiu, o vice Michel Temer, não pode ser considerado um líder que detenha grande respeitabilidade e reconhecimento

de seu trabalho político pela maioria da população do País, pelo contrário, era considerado até um “vice decorativo” e o que se seguiu foi a transferência de poder numa direção governativa quase oposta ao projeto que havia sido eleito anteriormente; 5) o governo que se seguiu, mesmo não gozando da efetiva legitimidade das urnas porque, justamente, rompeu com o projeto de governo da escolha maioria do País que elegeu a Presidenta Dilma Rousseff, impôs uma agenda de profundos retrocessos de direitos (especialmente sociais, mas não só) que está sendo abertamente rechaçada hoje por parcelas significativas da nossa população. Esses são os principais motivos lembrados agora, mas, com certeza, podem e devem haver outros.

Esclareço então que não existe uma definição única para os golpes de estado na teoria democrática. Para alguns, um golpe de estado ocorre "quando os militares, ou alguma parte/seção militarizada, volta o seu poder coercivo contra o ápice do próprio estado, se estabelece lá e o resto do Estado termina por obedecer às suas ordens, começando-se um novo Regime"<sup>23</sup>. Mas esta definição exclui, por exemplo, os golpes de Estado perpetrados por outros atores do Estado, diferentes dos militares e também exclui as revoluções, que são definidas como episódios onde atores/as não estatais são os/as é que promovem a mudança de regime. Portanto, esse é um campo aberto ao debate teórico e à investigação empírica na Ciência Política brasileira e mundial. Também é possível distinguir golpes de estado que se direcionam para o Estado como um todo ou apenas para uma parte dele: o Chefe do Poder Executivo (como foi, de fato, o nosso caso aqui no Brasil em 2016). Desta forma, o projeto de governo que assumiu, após a deposição (ilegal e exclusivamente política) da Presidenta Dilma Rousseff, impôs uma agenda reformista de estado que suprime direitos fundamentais básicos como saúde e educação que vão de encontro aos anseios da maior parte da população brasileira.

O golpe foi golpe também por seus abertos elementos de ilegalidade: os senadores também foram surdos às testemunhas e aos argumentos de defesa, aos pareceres do Ministério Público Federal e da Advocacia Geral da União. Assim, havia vários documentos evidenciando a não existência do crime de responsabilidade para as duas denúncias apresentadas: as “pedaladas” e os créditos suplementares e, mesmo assim, o impeachment foi aprovado com imensa maioria, revelando o posicionamento político definitivo, e já claramente decidido, na direção de realmente construir essa ruptura que, em minha opinião, é uma ruptura legal também. Foi um golpe jurídico contra a Constituição brasileira e contra os eleitores brasileiros, os 54 milhões e meio de pessoas que votaram, que depositaram a sua confiança e o seu voto em um governo e na presidenta Dilma Rousseff. Somos um País presidencialista e a figura do presidente ocupa essa posição máxima; só se depõe um presidente em caso limite ou de configuração de crime de responsabilidade. Houve a deposição sem a configuração de crime de responsabilidade e isso é, em minha opinião, um golpe contra a CF/88 e também contra os próprios eleitores, contra o direito político de eleger e de ver o seu voto garantido legalmente, de ver o governo eleito ocupar o poder pelos 4 anos que estão previstos na própria legislação brasileira. Assim, foi um golpe também contra os eleitores. E por que ele também foi jurídico? Infelizmente, ao longo de todo o processo

---

<sup>23</sup> Charles Sampford, *Coups d'Etat and Law*, in *Shaping Revolution* 164 (E. Attwooll ed., 1991).

de impeachment na Câmara, mas isso se acentuou ainda mais no Senado, quando ele passa a ser presidido pelo próprio presidente do STF, Ricardo Lewandowski, que é a instituição, por princípio guardião da Constituição Federal de 1988, a gente também observou um silêncio completamente injustificado do STF. Durante vários momentos, o STF foi instado a se posicionar, inclusive em relação às situações de arbítrio no contexto da Câmara, quando da condução do procedimento de modo abusivo por Eduardo Cunha. E ele também se silenciou em inúmeros outros momentos. Não houve qualquer resposta do STF sobre o descumprimento da CF/88 e foi sacramentado o processo pelo próprio STF, sob a presidência do Lewandowski. Foi produzido um impeachment de uma presidenta que depois, no final, naquela cena muito estranha, pouco transparente, muito suspeita, se divide a pena de dois tipos de crimes, como se houvesse dois crimes, sendo que não havia sequer a prova de um deles e a proposição de duas penas diferentes: a perda do mandato e não perda dos direitos políticos. Tudo evidentemente esdrúxulo, suspeito e golpista. Não há dúvida de que foi um golpe sim, por esses vários motivos que eu destaquei, e certamente devem haver outros. Foi evidente, óbvio e gritante o descumprimento de todas as regras básicas do tal “devido processo legal”. Realmente, todo processo de impeachment da Dilma é absolutamente enviesado e tendencioso, do seu começo até o seu fim; foi realizado para colocar outra plataforma governativa à frente do País e para impedir que a investigação e punição dos inúmeros crimes identificados pela Lava Jato seguissem seu curso. E a história vai observar isso. Daqui a alguns anos, quando a gente se debruçar sobre esse processo de impeachment, a gente vai ter algo mais preciso, as pessoas terão esses documentos à sua disposição e poderão dar a atenção devida e argumentar nessa direção, de quanto esses procedimentos foram todos absolutamente descumpridos, com o silêncio daqueles que deveriam intervir. A omissão dos vários atores, nesse sentido, é uma forma de agir, no sentido de produzir uma ilegalidade e uma ruptura constitucional como, de fato, foi a deposição, uma deposição violenta, sobretudo contra aqueles e aquelas que votaram legitimamente e elegeram pela segunda vez uma presidenta.

**|Qual a participação da mídia nesse processo? Dê exemplos.**

A mídia participou do processo de maneira explícita, orquestrada, instrumentalizada, e por isso esse é também um golpe de características midiáticas. Como eu vinha dizendo, é um golpe jurídico, parlamentar e midiático. Mas quanto ao papel da mídia, eu quero primeiro destacar a importância da mídia para a democracia. Mesmo para os autores liberais, como o Roberto Dahl, que é um clássico da poliarquia, a mídia tem uma função social e política importante. Dahl elenca como uma das principais características da poliarquia (que é a existência de uma democracia em larga escala) a necessidade de pluralismo de fontes de informação, e as fontes de informação passam nessa atual sociedade da informação pelas mídias, sejam as mídias tradicionais, sejam as novas mídias. Este é, portanto, um dos requisitos de qualquer democracia, porque isso consubstancia o direito de toda pessoa de se informar, de formar as suas convicções e as suas opiniões a partir de fontes plurais de informação. E o que a gente vê hoje no Brasil está muito distante desse tipo de direito, da possibilidade de exercício desse direito, porque simplesmente a mídia que temos no Brasil, especialmente a mídia televisiva e a mídia impressa, age de maneira descarada e aberta em defesa de nossas elites econômicas e de interesses partidários seletivos. Essas mídias

colaboraram não apenas com o golpe de 2016 no Brasil, mas vêm se construindo, ao longo do tempo, e nesses últimos anos isso vem se acirrando, vem se acelerando, numa ameaça à própria democracia inclusiva no País. Em minha opinião, a mídia opera no Brasil, eu acredito mesmo, dentro do próprio sistema capitalista para controlar e conduzir as massas. Mas há pessoas que estão numa oposição em que têm alguma capacidade de crítica e discernimento desse processo, que a identificam, na forma vulgar, como o “partido da imprensa golpista”. É uma mídia oligarquizada, controlada por poucos grupos familiares, que já fazia oposição antes a um projeto governativo de esquerda, depois se “alinhou” durante os governos do PT, e quando encontrou a oportunidade, passou a abertamente demonizar o PT e seu governo, passou a demonizar a Dilma e a demonizar o Lula. Eu vou lembrar aqui, e vou começar de 2005, do Mensalão, e como foi a cobertura espetacularizada do Mensalão, culminando com o julgamento em 2012, no STF, sendo transmitido ao vivo pela Globo News. Não apenas a mídia espetacularizou todos os eventos relacionados ao mensalão, como também se manteve silente com relação ao mensalão tucano, aqui em Minas Gerais. Aqui em Minas, Eduardo Azeredo foi acusado (e foi condenado também) por ter se utilizado de um esquema montado pelo mesmo empresário Marcos Valério para desvio de verbas para campanha. Valério está preso pela condenação no mensalão federal, no governo de Lula, mas nada disso apareceu na mídia brasileira. Tivemos comprovação, dados e informações da participação e da existência dos mesmos tipos de crimes de que havia sido acusado o governo petista, acusações também de um mesmo esquema de corrupção aqui em Minas Gerais, e não houve qualquer cobertura. Houve até a condenação de um senador da república, Eduardo Azeredo, pelo mesmo tipo de procedimento aqui e não houve qualquer visibilidade ou tratamento pela mídia de uma forma geral. É possível que ninguém tenha ouvido falar do Mensalão Tucano. Gostaria de salientar ainda que havia um entendimento disseminado na sociedade brasileira, inclusive pelos próprios meios de comunicação do País, e isso é possível encontrar em qualquer busca que se fizer dos jornais escritos, de que como a oposição ao governo do PT “era fraca”, que a mídia deveria fazer esse papel. Em 2010, tivemos as eleições, o Lula termina o seu segundo mandato e Dilma Rousseff é eleita. Já nessa época, a mídia promoveu o que alguns chamam de “terceiro turno”, com alegação de fraude nas urnas eletrônicas, o PSDB pedindo ao STF que a recontagem de votos e depois que a Dilma não tomasse posse, questionando a lisura do processo e a eleição da chapa (e esse processo está no STF até hoje com o Gilmar Mendes sentado em cima dele), dentre outras acusações. Começaram a forjar, a partir de 2010, de maneira sistemática, continuada, orgânica mesmo, uma cobertura jornalística no sentido de convencer que o Brasil estaria à beira do caos econômico, em plena vivência de uma crise social profunda, em plena crise política sem precedentes, e aí começaram a chamar a atenção e a construir esse cenário de que a corrupção era o problema “número um” do Brasil, que as empresas e as instituições políticas teriam sido assaltadas por uma onda, uma horda de corruptos que estariam “sangrando o dinheiro da nação”, demonizando o tempo todos os governos petistas, como se tivesse sido ele, o PT, o primeiro partido da história brasileira a inventar a corrupção, a troca e a barganha políticas e como isso se não fosse uma realidade brasileira e mesmo uma decorrência perversa do presidencialismo de coalizão no Brasil. Isso depois vai culminar na Operação Lava Jato. Além disso, a mídia atuou de modo sistemático para disseminar o ódio de classe no

País. O ódio dos moradores do Sul/Sudeste contra o povo do Nordeste e do Norte, insuflando o ódio dos trabalhadores de colarinho branco em relação aos operários, aos trabalhadores das fábricas, insuflando o ódio dos profissionais liberais contra o próprio governo. Aqui eu relembro outra forma em que isso ganhou visibilidade pública pela mídia quando, a partir de 2013, depois das Jornadas de Junho, a Dilma trouxe sua proposta do Programa Mais Médicos, e a mídia cobriu esse evento de maneira completamente distorcida, mostrando apenas a manifestação dos médicos brasileiros, todos de roupinha branca, mandando os médicos de volta pra Cuba, xingando o governo, dizendo que a saúde do Brasil estava na mão de “comunistas”, desqualificando a medicina cubana e a chegada de outros médicos ao País. Então, essa é uma luta de ódio produzido também entre classes pelas mídias brasileiras. A imprensa televisiva, mas também o jornalismo, a imprensa escrita, incentivou esse ódio de classe, chamando atenção para o fato de como o aeroporto estava engarrafado, a empregada doméstica agora tinha direitos, poderia comprar um carro, poderia entrar na faculdade. Isso tudo ganhou uma visibilidade absurda, distorcendo a realidade dos fatos numa única direção e produzindo uma disseminação do ódio na cultura e na sociedade brasileira. E isso também se dá na Lava Jato. A cobertura da Operação Lava Jato e tudo o que houve de manipulação em relação a ela. A conexão entre a Operação Lava Jato, o jornalismo, as grandes empresas, o PSDB, o PMDB, os próprios juízes, esse juiz Moro, uma figura midiaticamente produzida como “o salvador”, o herói, que vai extirpar esse câncer da corrupção do governo brasileiro, e a forma como o próprio procedimento do Ministério Público nesse caso é absolutamente tendencioso. É impressionante como essa operação ganha tamanha visibilidade. Só para mencionar um último exemplo, a forma absolutamente espetacular em que se deu a primeira detenção, ou melhor, a tentativa de prisão do Lula, a tal “condução coercitiva”. Às quatro horas da manhã a imprensa já estava toda lá na porta da casa dele, aguardando, filmando em tempo real, televisionando toda a operação, um verdadeiro espetáculo midiático. Por outro lado, quando da prisão do Eduardo Cunha, quase ninguém viu, ninguém assistiu, não havia a imprensa lá fotografando, filmando o tempo todo e transmitindo em tempo real. É algo muito impressionante, não é possível deixar de identificar a participação comprometida da mídia brasileira no golpe de 2016 no Brasil. Qualquer pessoa que tenha um mínimo de discernimento consegue ver isso.

**|Em algum aspecto você acha que a questão de gênero foi relevante junto à imprensa e à opinião pública a influenciar a cobertura do processo de impeachment? Dê exemplos.**

Eu também não tenho dúvida que a questão de gênero é uma das camadas que dão a marca, uma marca muito significativa também, a esse golpe de 2016, esse atentado contra a democracia brasileira. E eu acho importante chamar a atenção para isso, porque essa é uma das camadas mais invisibilizadas nesse processo tão intrincado e complexo: a gente aponta as ilegalidades, a participação do poder judiciário, a participação da mídia de uma forma geral, mas essa é uma saliência que eu acho muito bem-vindo que a gente possa também dar destaque, porque o Brasil pratica, como talvez as pessoas ainda não saibam, uma das piores taxas de representação de mulheres no mundo. No mundo todo, a média de representação de mulheres gira em torno de 25% a 27%, ou seja, ainda é muito baixa, mas no Brasil essa representação é

de 9%. Porque é importante chamar muita atenção para esse ponto? Porque essa é uma informação que a mídia também não se dispõe a divulgar no País. Finalmente a gente conseguiu eleger pela primeira vez uma mulher à figura máxima, ao cargo máximo do País, que é a Presidência da República. E foi instantâneo, moto contínuo. Essa presidenta se elegendo, ela imediatamente começa a sofrer ataques. Aliás, eu diria que começa até antes da própria eleição da Dilma Rousseff. Eu vou lembrar aqui a disputa que se deu em torno do Terceiro Plano Nacional de Direitos Humanos, o PNDH3, em que houve uma disputa sobre a questão do aborto e a concessão que foi feita no nosso Plano em relação ao aborto, revelando já naquele momento as alianças dos setores conservadores, como a igreja católica, as igrejas pentecostais e o próprio governo. E porque essa é uma questão central? Porque esse tema retornou nas eleições de 2010, com a eleição de Dilma Rousseff e ela escrevendo uma carta pública para esses grupos conservadores declarando, de própria voz e punho, que não tocaria na legislação do aborto no Brasil. Isso já revela a maneira como gênero, como uma variável, começava a atravessar o processo político, porque nenhum outro governante, em nenhum outro momento da história brasileira, foi instado a se manifestar dessa forma tão contundente sobre o aborto em uma campanha presidencial. Claro que tivemos nessa mesma eleição de 2010 o caso do José Serra, que foi trazido à tona, e nesse debate foi perguntado por seu posicionamento. Ele declarou publicamente ser contra o aborto por "valores cristãos" e que achava absurda a interrupção da gravidez em quaisquer circunstâncias. Depois disso apareceram publicamente ex-alunas de sua mulher Monica Serra, contando a história de que a própria mulher dele já tinha declarado para elas ter feito um aborto. Mas a mídia encobriu, disfarçou e silenciou sobre esse fato também. Ou seja, isso apareceu em outra campanha, mas não do mesmo modo, fazendo com que um presidente ou um candidato a presidente tivesse que assinar um documento declarando publicamente que não faria qualquer mudança na legislação brasileira que estabelece as previsões para o abortamento. Esse é um ponto que não dá para esquecer no processo que culminou no impeachment da presidenta. O outro ponto a ser dado destaque aqui pode parecer trivial, mas não é. Refiro-me ao fato de que ela pediu para ser chamada de presidenta, com "a" no final, e isso gerou, no dia seguinte de sua eleição, todo um conjunto de enfrentamentos, até mesmo da própria mídia. Houve chacota de que ela estaria cometendo um erro de português e foi necessário que professores de português viessem a público para dizer que, "olha, não há erro, é correto o uso de presidenta, no feminino". Isso já apontava a afronta que parece ser para determinados setores da sociedade brasileira ter uma mulher na presidência do País; e isso em um sistema patriarcal, em uma sociedade e um estado que se organizam de forma patriarcal. A mera presença de uma mulher, esse fato é indicado pela tentativa de apagamento do feminino no substantivo, era ameaçadora. E é impossível não mencionar a forma como a Dilma foi tratada ao longo desse período, mas especialmente no seu segundo mandato. Essa forma agressiva, as construções e as ações configuram, no meu entender, a presença explícita de violência política sexista: adesivos distribuídos aludindo ao estupro nas manifestações, faixas e cartazes, vários deles com imagens e textos grotescos com dizeres e imagens misóginas, sexistas e humilhantes, xingamentos em campos de futebol, bater panelas quando ocorriam as falas oficiais na televisão e a televisão atentamente cobrindo e publicizando tudo. É realmente evidente que estava sendo questionado, através da

presença da figura de Dilma na presidência, um elemento que eu tenho chamado, como feminista teórica e acadêmica, e sobre o qual tenho publicado nos últimos anos, que é o fenômeno de patriarcalização/despatriarcalização do Estado. Gênero entra também aqui como uma variável importante tanto na presença de cobertura da mídia quanto também na realização efetiva do próprio golpe. Despatriarcalizar o Estado significa criar mecanismos institucionais que se atentem e se direcionem para a efetivação dos direitos das mulheres, criar, de fato, políticas públicas para reverter a condição histórica da opressão e subordinação das mulheres no Brasil. E, por decorrência, quando essa experiência de mudança estatal se dá, termina-se também por reconhecer que o Estado brasileiro é sim, afinal, patriarcal e de que esse é um lugar por onde começar a produzir mudanças políticas e sociais, a partir de dentro do próprio estado. Então, o golpe é contra isso também. É contra esse processo que foi muito aprofundado nos governos do PT, e sua confrontação ou mesmo a tentativa de invisibilizar, e as ameaças em fazer desaparecer essas conquistas (como de fato veio a ocorrer quando o governo Temer assumiu) é de um machismo e de uma misoginia evidentes que servem para silenciar as conquistas das mulheres e fazê-las retornar de maneira efetiva ao lugar de “belas e de recatadas”. Então, o que a gente está vivendo neste momento, eu considero como a construção de esforços consistentes de repatriarcalização do Estado brasileiro. O retorno do primeiro-damismo, daquela figura de esposa linda de homem político, de cara de anjo, que foi a Marcela Temer, louvada e reverenciada pelas mídias ao apresentar o programa “Criança Feliz”, toda de azulzinho, isso é um verdadeiro desprezo à inteligência de qualquer pessoa, mas especialmente à inteligência e à luta das mulheres deste País. Como também o foi outro episódio para o qual eu quero chamar atenção, que foi a fala da Bia Doria (“Me sinto povo”), no contexto da eleição de seu marido playboy milionário à prefeitura de São Paulo. Verdadeiramente um escárnio. E, por último, um terceiro exemplo, que é a apresentação pública do primeiro programa da repaginada Secretaria de Política para Mulheres, hoje comandada pela ex-deputada Fátima Pelaes, que é o programa “Menina, Moça e Mulher”, que acolherá jovens entre 10 e 19 anos em “situação de vulnerabilidade”. Esse programa é outra violência que transforma aquilo que foi construído nesse período, como é o caso da Casa da Mulher Brasileira, em algo semelhante a uma também repaginada “escola de princesas”, escancarando para o mundo este esforço do Estado brasileiro de conduzir a mulher ao seu lugar de “bela, recatada e do lar”. Trata-se daquilo que mencionei há pouco como tentativa de repatriarcalização do Estado brasileiro, silenciando os avanços e retroagindo, ao insistir nos papéis tradicionais e nas funções maternais e cuidadoras das mulheres de uma forma aberta, escancarada. Então, se isso não é misoginia, se isso não é enraizamento do patriarcado no Estado, sinceramente, eu não sei mais o que é.

**|Você identificou algum aspecto de misoginia – aqui definido como ódio ou aversão às mulheres – na relação que a mídia, os políticos e o Judiciário estabeleceram com Dilma Rousseff?**

Como eu já adiantei na pergunta anterior, a misoginia da mídia fica evidente a partir da análise de reportagens, notícias, fotografias, material que eu venho coletando para documentar a minha pesquisa sobre violência política sexista no Brasil. Por exemplo, é evidente a violência nas charges publicadas em vários jornais. No dia 08 de

março deste ano, foi publicada pelo Jornal O Globo uma charge em que a Dilma vestia uma roupa laranja, com um alzo em preto com uma faca apontada para decapita-la. Esse foi o “presente” do Jornal O Globo para as mulheres brasileiras no dia 08 de março de 2016. Eu poderia ficar aqui horas dando vários outros exemplos. Durante a Copa das Confederações, o coro entoado nos estádios, mandando a Dilma ir para aquele lugar, isso nunca aconteceu na história do Brasil. Outro exemplo que eu quero dar aqui é de uma fotografia da Dilma queimando, essa agora da Copa das Confederações, tirada pelo fotógrafo Guga Sampaio e publicada na Folha de São Paulo, em maio desse ano. O fotógrafo obteve o ângulo do rosto da Dilma atrás da chama olímpica, e o título da matéria que acompanhava a foto era: “Dilma inflama”. Trata-se de montagem evidente para ridicularizar a figura da Dilma e essa estratégia ocorreu por várias vezes, sequenciadas, tornando-se quase uma rotina. É impossível não ver aqui a metáfora da queima da bruxa, impossível. Exibir e valorizar uma fotografia como essa é apelar para a uma metáfora que está há séculos no imaginário e no inconsciente coletivo brasileiro e mundial. E a referência é sempre em relação à mulher, àquela mulher, é colocar a misoginia como uma razão das mídias a favor de uma razão de Estado, de um Estado patriarcal que, como comentamos nas perguntas anteriores, de fato, “decapitou” a presidenta de seu mandato. Então, houve inúmeras outras coisas absurdas que a mídia promoveu. A revista IstoÉ publicou, na sua edição de 01 de abril de 2016, uma reportagem de capa com o título em letras garrafais: “Uma presidente fora de si”, com matéria assinada por Débora Bergamasco e Sérgio Pardella. Os supostos jornalistas relatam que antes da votação do impeachment na Câmara Federal, a petista teria se “descontrolado” e “gritava” com todos e “perdia o controle” com frequência, abertamente descrevendo-a como aquela mulher histérica, autoritária, bitolada, emocionalmente perdida, comprometida ou desequilibrada. Dilma recorreu à justiça nesse caso da capa da IstoÉ, que reconheceu o erro das publicações e também a indenização e o direito de resposta, que está garantido na Constituição brasileira. Ainda nesse mesmo mês, a revista Veja publicou - observe como é realmente impossível não ver como gênero é um operador importante do impeachment de 2016 e a mídia teve um protagonismo importante nisso -, uma reportagem desta vez sobre a Marcela Temer. O alvo dessa reportagem é também a Dilma, indiscutivelmente. O título da matéria de capa era “Bela, recatada e do lar”. O texto da reportagem fazia um milhão de elogios ao fato da Marcela ser discreta, falar pouco, usar saia na altura do joelho, confrontando abertamente, explicitamente, a outra reportagem da Revista IstoÉ e mesmo a figura de mulher aguerrida, forte, mostrando como uma mulher não deveria se comportar na política (aliás, ela nem deveria estar na política, sendo o lugar reservado a ela, preferencialmente, o de primeira dama), que é a figura da Dilma na política. Era exatamente como se dissessem, não só para a Dilma, mas para todas as mulheres brasileiras: o bom mesmo, o certo mesmo é a mulher esposa, a primeira-dama, aquela está por “trás do grande homem”. E, finalmente, tivemos também a publicação, também pela revista Veja, logo após a votação do impeachment no Senado, de uma reportagem com o título “Tchau Querida”, e o subtítulo dizendo assim: “com o impeachment de Dilma e a queda do Cunha, o Brasil tem uma chance histórica de fazer uma limpeza inédita na vida pública”. Ou seja, se isso não for misógeno, o que mais é? Um homem no lugar da Dilma não teria sua capacidade política, de gestora ou de liderança política continuamente questionados dessa maneira e por esses motivos,

ou ainda teria sido alvo de ataques tão violentos. É sim, abertamente, machismo e misoginia considerar que, se uma mulher fica nervosa, ela é “descontrolada”, “histérica”, “louca” e caso um homem sinta ou demonstre o mesmo, ele ser identificado apenas como “fraco” ou “impotente”.

Em relação aos próprios políticos, eu acho que a gente tem que salientar aqui o lugar, que é um lugar impossível ainda no Brasil, um lugar que não foi estabilizado em nosso País, que é o do respeito e da aceitação, ao fim da construção mesmo da voz pública política das mulheres. A mulher na política brasileira ocupa verdadeiramente um lugar impossível. Por que eu estou chamando a atenção para isso? Porque ela ficará oscilando entre esses dois polos: ou ela é a recatada e a cuidadora, delicada e mãezinha, ou ela é a autoritária, truculenta, agressiva, enlouquecida. Eu acho que essa é mesmo uma forma misógina de se relacionar com a mulher no espaço da política. É como se tivéssemos que escolher apenas entre estas duas opções que efetivamente são absurdas: ou a mulher é entendida como a cuidadora, havendo certa discriminação dessa voz pública quando o próprio político impõe à mulher que o lugar dela é ocupar posições que estão historicamente associadas ao mundo privado e do cuidado; ou ela é desqualificada na política por ser “histérica” ou “louca”. Não existiriam outras experiências, outros conteúdos e significados para a voz pública política feminina? Nós nunca vimos uma mulher conduzindo a mesa diretora da Câmara dos Deputados. Se isso não é discriminação, é o que? Mesmo havendo um número muito menor de mulheres representantes, hoje esse número está em torno de 45, não é possível que dentre essas 45 mulheres não exista uma que tenha capacidade e habilidade de chegar a esse lugar de proeminência. São os partidos políticos que deliberam e decidem sobre isso, e há uma misoginia evidente nesse processo, há misoginia dentro dos partidos políticos também. Eu me lembro de uma das muitas das entrevistas que fizemos com candidatas e depois com deputadas mulheres eleitas, e do relato de uma das deputadas federais, a Jandira Feghali. Esse para mim é um exemplo claro do quão misógina ainda é a instituição Câmara dos Deputados e mesmo outras instituições políticas do nosso sistema político, como os partidos. A Jandira ficou grávida ao longo do seu primeiro mandato, em 1991, e a mesa diretora da Câmara pediu que ela tirasse licença por motivo de doença porque não havia previsão no Regimento Interno de licença-maternidade. Ela, médica, se recusou a retirar uma licença por doença porque estava grávida, e solicitou à Mesa-diretora que alterasse o Regimento Interno da Câmara para se adequar à Constituição. Jandira foi, então, a primeira parlamentar a exigir o cumprimento desse direito à licença maternidade na Câmara de Deputados do Brasil, um direito consagrado na CF/88. Com relação à Dilma, é grave o que a gente vê quanto à oscilação para a qual eu chamava atenção: se ela se apresentasse uma mulher frágil, uma “bela, recatada e do lar”, não chegaria e nem deveria chegar/estar na Presidência da República, porque a Presidência exige liderança, pulso firme, assertividade, que são características consideradas apenas masculinas. Quando as mulheres revelam esse tipo de liderança, elas são automaticamente taxadas de agressivas, autoritárias, mandonas, “gerentonas” ou descontroladas. Então, a Dilma é o exemplo clássico desse não lugar de uma voz pública feminina forte na liderança política de um País. E isso é discriminação e no meu entendimento também é uma forma de violência. Ela não pode ser uma liderança forte, ela é uma “louca descontrolada”, uma histérica, uma mulher fora do padrão, porque age de maneira

“autoritária”, e não pode ser reconhecida como tendo um tom afirmativo, como têm os líderes homens: essa voz e esse tom são apenas deles. O “Tchau Querida”, no dia da votação do impeachment na Câmara também, escrito naqueles cartazes e verbalizado pelos deputados com todo o sarcasmo e escárnio, também é uma forma de violência política. Ele constitui outra evidência empírica da aversão desses homens àquela mulher e ao lugar que ela ousou ocupar. Na verdade, significa abertamente a aversão às próprias mulheres no exercício da política. Quanto à interação com o poder judiciário, se ele não foi um ator objetiva e abertamente misógino, e eu não tenho mesmo muitos exemplos ostensivos disso como os que eu vi e estou coletando em relação aos políticos, ele foi, com certeza, omisso e conivente, ao não proteger um mandato legítimo, o que deveria acontecer dentro de sua missão constitucional, fazendo valer os direitos que estão assegurados na Constituição de 1988. Eu não me lembro de exemplos abertos do poder judiciário em relação à discriminação de gênero com relação a Dilma, além de um episódio que quero salientar aqui. A ministra Carmem Lúcia, ao assumir a presidência do STF, fez questão de, mais uma vez, reiterando o que a imprensa já havia feito, tirar o ‘a’ de presidenta. Seu comentário foi: “Eu fui estudante e eu sou amante da língua portuguesa. Acho que o cargo é de presidente, não é não?” Foi assim que ela se dirigiu a Ricardo Lewandowski, quando este perguntou com qual das duas formas ele deveria chamá-la. Escárnio mais uma vez e violência. Impossível não identificar, em mais esse lamentável episódio, o que estava na cabeça dela: o entendimento de que a Dilma seria “burra”, não seria suficientemente educada e não conheceria as regras do português. Ali talvez a gente possa identificar, desta vez também no STF, na figura da Ministra Carmen Lúcia, um episódio de misoginia, em que ela toma um posicionamento que é o mesmo da mídia misógina brasileira em relação à presidenta, de não tratá-la como presidenta, insistindo se chamar por presidente.

**|Você considera que o impeachment de Dilma Rousseff terá algum impacto na participação feminina na política? Em que sentido?**

Eu não só considero que vai ter como já teve. Nós tivemos eleições agora em outubro e, infelizmente, houve já uma queda no número de mulheres eleitas. Para mim, que venho pesquisando este tema há mais de 10 anos, e venho acompanhando a dificuldade que é o processo e o alcance de sucesso eleitoral das mulheres, eu tinha a expectativa de que esses números fossem cair muito mais do que de fato ocorreu. Mas a realidade é que o Brasil apresenta os piores números de representatividade feminina na América Latina, estamos num piso mínimo mesmo se comparadas ao mundo, a gente perde para todos os países latino-americanos, por exemplo. Estamos no ranking mundial em uma posição absolutamente vergonhosa, 148º lugar em mais de 190 países. O Brasil pratica taxas de representação de mulheres mais baixas do que países árabes, do que o Afeganistão e a Arábia Saudita. Para algumas pessoas, é um fato inexplicável porque estamos nessa condição. Para mim, não é inexplicável, porque venho pesquisando isso há muito tempo, investigando, tentando compreender o impacto de uma situação de sub-representação das mulheres na própria democracia brasileira. Eu queria chamar a atenção para o fato de que isso não é um problema das mulheres em nosso País, isso deveria ser entendido como um problema democrático, um problema da democracia brasileira, do sistema político e partidário brasileiro que

têm sido sistematicamente incapazes de inserir mulheres. A inclusão política e o pluralismo político são princípios fundantes da própria democracia. Então, de fato, eu acredito que a mensagem que sobressai, e não é nenhuma mensagem subliminar, é uma mensagem óbvia, explícita, uma mensagem para as próprias mulheres: estão vendo no que deu? O que vai ficar no imaginário público, no imaginário e inconsciente coletivo nosso é que o povo elegeu uma mulher e deu nisso aí, deu no impeachment dela, deu no fracasso. Então, fica essa sensação de que houve um fracasso, de que houve um erro dela, que ela estava em um lugar onde não deveria estar. Eu acho que isso é exatamente o contrário do que a gente precisaria reforçar nesse País, pois esse procedimento e essa interpretação reforçam o movimento de exclusão das mulheres da agenda política do País e, com certeza, vão contribuir para afastar ainda mais mulheres desse exercício. Então, de fato, o que eu acho que fica para a participação política feminina no Brasil do processo de impeachment da Dilma é essa situação que declara abertamente uma condição de misoginia, por tudo o que a gente discutiu anteriormente, e que os partidos políticos e o Estado brasileiro são patriarcais e excluem as mulheres. Por isso também precisamos de uma reforma do sistema político brasileiro, porque o que temos é um sistema e uma cultura que operam e funcionam a partir de forças e valores enraizadamente patriarcais. Passa-se a ideia de que as mulheres não podem ocupar esse espaço, esse é o lugar do homem, que não é o lugar das mulheres. A partir de minhas entrevistas com mulheres candidatas, ouvi histórias de que, quando elas anunciam suas candidaturas, os maridos, os colegas de trabalho, perguntam: Como? Quem vai te ajudar? Quem vai cuidar das crianças? Como você vai conduzir essa candidatura? E quando são os homens que declaram suas candidaturas, a postura é completamente distinta. Eles escutam: Nossa, que legal, que bacana! Como eu posso te ajudar? Então, é mesmo cheio de dificuldades, é uma verdadeira corrida de obstáculos o processo da eleição de uma mulher no Brasil. Obstáculos que existem de fato em múltiplos níveis e em sucessivas camadas e que não se encerram quando a mulher é efetivamente eleita, e o caso de Dilma Rousseff passa à história política do País como absolutamente emblemático disso. E eu acho que o exemplo do impeachment, do golpe de 2016, é uma facada muito, muito dolorosa, na pequena conquista que é termos mais mulheres ocupando os espaços de poder e de decisão, e por isso também é lamentável o que nos aconteceu. Os números já estão ruins, eles já caíram na eleição imediatamente posterior e o pior, eu acho que esse golpe vai reforçar justamente o tipo de perfil de mulheres que a gente não gostaria que fossem aquelas mulheres mais eleitas no Brasil. Há principalmente dois perfis de mulheres que entram na política: um é o daquelas que entram em virtude do capital político de suas famílias, são as esposas, são as filhas de homens políticos, portanto, herdaram um capital político anterior de alguma figura masculina emblemática na/da política, e o outro perfil são aquelas mulheres aguerridas, que vem dos movimentos sociais, dos espaços de lideranças locais, sindicais etc. E infelizmente, se você olhar o perfil das candidatas que se elegeram nessas últimas eleições, há muito mais semelhança com esse primeiro perfil, das mulheres com um capital delegado de seus “parentes” ou “padrinhos” homens. Há exceções, como é o caso de Belo Horizonte, em que saímos de um quadro muito ruim de uma única mulher na Câmara de Vereadores e agora foram eleitas quatro mulheres. Duas delas com perfil daquele segundo tipo, de mulheres aguerridas, uma delas a candidata mais votada na cidade, pela primeira vez uma mulher negra, que

é a Aurea Carolina. Assim, há exceções, mas essa continuará sendo uma guerra e continuará sendo muito desigual em relação às mulheres que estão em disputa. E as mulheres precisam muito saber disso também. Os partidos têm pouquíssimo interesse nas candidaturas das mulheres e continuam dando muito pouco apoio a elas ao longo das campanhas, e talvez sejam quem mais objeta e obstaculiza a entrada das mulheres na política brasileira hoje, juntamente com o problema também grave do financiamento de campanhas.

### **| Considerações finais**

Nós enfrentamos no processo de deposição da Dilma no Brasil, a expressão máxima de uma nova categoria de violência contra as mulheres, que eu estou chamando de violência política sexista. Nós temos tantas outras formas de violência contra as mulheres: a violência física, a violência corporal, moral, psicológica, e a gente acrescenta agora outra, que não dá mais para ser ignorada no nosso País, que é a violência política sexista, a violência política exercida contra a figura da mulher ocupando o poder. Quero lembrar aqui que esse é um debate recente, mas que começa a se estabelecer em outros países na América Latina. A própria OEA – Organização dos Estados Americanos aprovou, em 2015, uma Declaração denunciando e visando enfrentar esse tipo de violência, a “Declaración Sobre La Violencia Y El Acoso Políticos Contra Las Mujeres”, firmada em Lima (Peru), no dia 15 de novembro de 2015. A Bolívia, por exemplo, tem já legislação que visa realizar o enfrentamento dessa forma de discriminação e violência contra as mulheres, que é a “Ley n. 243 contra el acoso y violencia política hacia las mujeres”. Assim, o caso da Dilma Rousseff, a sua chegada à Presidência da República e a forma como ela foi arrancada, violentamente, desse lugar, toda essa trajetória, é um exemplo do quão violento é o sistema político, a sociedade e a cultura política desse País em relação às mulheres que buscam ocupar os espaços de poder e de decisão. Essa é uma consideração para a qual eu queria chamar a atenção aqui neste final da nossa conversa. Já era claro para mim, a partir de minhas pesquisas anteriores, que havia uma verdadeira corrida de obstáculos para as mulheres no campo da política parlamentar, que as mulheres sofriam de formas muito específicas, discriminações, preconceitos e opressões, quando se candidatavam. E depois também, quando eram eleitas, porque elas eram relegadas no parlamento a posições que são, pelos seus parceiros e colegas deputados e senadores homens, o “lugar das mulheres”, que são as Comissões de Seguridade Social e Família, a Comissões de Educação, Comissões de Defesa dos Direitos da Mulher, dos Direitos das Pessoas com Deficiência, ou da Pessoa Idosa, ou seja, o lugar dela como cuidadora, que é o espaço legítimo do privado feminino sendo repetido no espaço público. Contudo, agora não dá mais pra falar só em obstáculo e discriminação, eu acho que a violência se configurou abertamente, com o que aconteceu com a Dilma, e eu como socióloga e cientista política, a nomearia de violência política sexista mesmo, pois o que assistimos (e eu já o vinha constatando em outras pesquisas) foram estratégias ostensivas de desprezar, anular, impedir, obstaculizar ou restringir os direitos políticos da presidenta, bem como de nos fazer recuar no tempo e nas conquistas, tentando-se repor, num movimento orquestrado e intencional de repatriarcalização estatal, a figura das “belas, recatadas e do lar”. Esse não é, definitivamente, o lugar da voz política e da voz pública das mulheres brasileiras no século XXI.

*“O que nós temos que parar pra pensar é que a misoginia é um discurso contra a democracia. Porque a democracia é sinônimo de igualdade, e se nós temos uma sociedade machista, nós não temos uma sociedade democrática”.*

## **MICHELINE RAMOS DE OLIVEIRA**

Carlos Golembiewski

---

A professora Micheline tem 45 anos, é formada em Psicologia e uma defensora da causa feminista no Brasil. Durante o Doutorado em Antropologia Social defendido na UFSC em 2009, se internou por 30 dias num presídio feminino no interior de Santa Catarina. Seu objetivo foi mostrar a realidade das mulheres encarceradas no nosso País. Atualmente é professora no Mestrado em Políticas Públicas da Univali, em Itajaí, e também dá aulas em diferentes cursos da instituição. No aniversário de 10 anos da Lei Maria Penha, comemorado este ano, participou de inúmeros eventos sobre o tema. Nesta entrevista, afirma que a ex-presidente Dilma Rousseff foi vítima de um golpe político, jurídico e parlamentar. E que uma parte da sociedade brasileira vive na era do patriarcado e não aceitou que uma mulher fosse eleita presidente do Brasil duas vezes.

---

### **|Você define o impeachment de Dilma Rousseff como um golpe? Por quê?**

Eu tenho clareza que essa palavra golpe vem sendo muito discutida e penso que seja muito importante nós fazermos uma desconstrução dessa palavra. Nós irmos à raiz dela pra tentarmos entender e responder essa questão. Se nós formos à raiz deste conceito, nós vamos perceber que um golpe é algo que você faz sem justa causa, que você faz de maneira leviana e que você faz de maneira corriqueira, que acontece todos os dias, cotidianamente, um golpe é realizado aos poucos. Ele é realizado não só na cena que nos aparece, mas também nos bastidores. Nesse sentido, percebo sim que houve um golpe, pra mim o Impeachment é um golpe. Ele é um golpe parlamentar, um golpe elitista e também penso que seja um golpe da mídia hegemônica. Não de uma mídia geral, mas de uma mídia hegemônica, não democrática, que acaba fazendo dos seus consumidores, reféns, no sentido de não mediar uma reflexão crítica. Mas, ao contrário, de gerar confusão, de gerar mentiras por meio de fatos. Gosto de citar o Tribunal Internacional da Democracia que ocorreu no Rio de Janeiro em julho. Nesse tribunal, vários especialistas fizeram uma leitura estrutural de tudo o que está ocorrendo em nosso País. Eles chegaram à conclusão que estruturas políticas foram

utilizadas nesse processo para derrubar um governo que estava legitimado pela população, pelo voto. Então, foi um golpe e um processo que se deu juridicamente e politicamente. Se nós fizermos uma leitura econômica e política, as pedaladas fiscais nunca foram consideradas crimes. Então, eu diria que foi um golpe e um processo que desrespeitou de forma grandiosa a nossa Constituição.

**| Qual a participação da mídia nesse processo? Dê exemplos.**

A mídia hegemônica, das grandes tevês abertas, das revistas semanais, promoveu a polarização social e política. E isso foi grave porque, de uma maneira ou de outra, incentivou um discurso do ódio. Informações truncadas, críticas generalizadas, falta de uma informação clara, falta de fatos, falta de ética total. E assim, uma confusão muito grande entre o processo de Impeachment e a Operação lava-jato. Eu concordo com os analistas que dizem que a grande mídia promoveu um verdadeiro *reality show* em cima do impeachment. Houve uma “novelização” (dramatização) do episódio. Eu acredito que isso seja muito grave.

**| Em algum aspecto você acha que a questão de gênero foi relevante junto à imprensa e à opinião pública a influenciar a cobertura do processo de impeachment? Dê exemplos.**

A mídia foi crucial nesse processo. Houve sim uma influência das questões de gênero, concordo com a filósofa Márcia Tiburi, quando ela diz que ocorreu um “estupro político”. E, nesse sentido, a mídia influenciou. A Dilma Rousseff, como mulher, é um corpo que se tornou objeto de desejo do patriarcado. E aqui não falo no desejo de homens. Mas, daquele que você quer destruir o corpo daquela que se “empodera”, daquela que vai contra toda uma relação já estipulada, construída e estruturada hierarquicamente, onde o machismo prevalece. A gente percebe isso na fala de um “Bolsonaro”, quando ele exaltou (durante o voto), o coronel Ustra (militar que participou das sessões de tortura na ditadura). E a gente percebe que a mídia retirou de cena o nome “Dilma Rousseff”. Ela sempre era chamada de “aquela mulher”. O nome dela, por exemplo, não aparecia mais nas capas das revistas semanais. Tem alguns exemplos emblemáticos. A capa da Revista Isto é, não sei se vocês estão lembrados, que se tornou mote dessa questão de gênero, onde aparece a Dilma como se ela estivesse berrando. E a capa fala que é uma explosão nervosa da presidente. É uma imagem dela de boca aberta, como se ela fosse uma fera. E essa capa, essa reportagem, estava comparando a Dilma Rousseff, a Maria Louca. É como se a presidente estivesse tendo um “surto de descontrole”. Aliás, essa é uma ideia que foi vinculada às mulheres desde o século XIX pela própria Medicina e por uma determinada Psicologia que acaba também diagnosticando as mulheres. E isso resulta no que acontece hoje, uma medicalização de mulheres, onde elas são percebidas como “descontroladas” quando acabam desempenhando um papel que não é esperado pela sociedade. A gente pode perceber isso, em contraponto, na capa da Veja, que falou da atual esposa do presidente da República: a bela, recata e do lar. Quer dizer, é isso que se espera de uma mulher. Então, se uma mulher não é bela, recata e do lar, recebe críticas. E críticas cruéis. Isso apareceu largamente na mídia. O jornal O Estado de São Paulo, por exemplo, publicou a imagem da ex-presidente em chamas, passando a ideia de que ela se tornou uma fera. E isso é muito complicado. Porque, então, uma mulher

não pode se “empoderar”, não pode berrar, que logo isso é sinônimo de loucura. Se ocorre com um homem é porque ele é forte, tem força.

**|Você identificou algum aspecto de misoginia – aqui definido como ódio ou aversão às mulheres – na relação que a mídia, os políticos e o Judiciário estabeleceram com Dilma Rousseff?**

Isso ficou claro em todos os lugares. A gente percebia no processo, agora não tão mais forte, mas camuflado, dentro das instituições como a família, a escola, a igreja, o quanto houve esta crítica e esse repúdio à figura de uma mulher feminina no poder. Ainda mais que ela foi eleita duas vezes. Ela foi reeleita e isso gerou mais ódio. A misoginia é um discurso. E como fala Michel Foucault, todo discurso opera e, nesse caso, é um discurso do machismo, do ódio contra as mulheres. E, ele está, como falei antes, relacionado ao patriarcado que ainda é estruturante na sociedade brasileira. O que nós temos que parar pra pensar é que a misoginia é um discurso contra a democracia. Porque a democracia é sinônimo de igualdade, e se nós temos uma sociedade machista, nós não temos uma sociedade democrática. Então, o discurso da misoginia é um discurso contra a democracia. Isso é muito importante, nós temos que ter essa clareza. Então, essas instituições que eu já mencionei, traz no seu alicerce o que tolhe as mulheres, as impede de chegarem ao poder. Que dizer, nesse caso, o machismo é sinônimo de poder. Há um ódio idiossincrático, porque ele não tem justificativa. Não que o governo da Dilma Rousseff, não tenha tido erros, equívocos. Não, que ela não tenha sido incompetente em alguns momentos. Só que isso não justifica esse discurso de ódio, esse discurso machista, misógino contra a democracia.

**|Você considera que o impeachment de Dilma Rousseff terá algum impacto na participação feminina na política? Em que sentido?**

É importante a gente entender que hoje, o nosso parlamento tem apenas 10% de mulheres. Está implícito na nossa história o machismo. Se você se diz feminista, você é violentada. Ao menos violentada simbolicamente como fala Pierre Bourdieu. Então, temos que entender como fala Simone de Beauvoir, que não se nasce mulher, tornar-se mulher. E isso ocorre a partir de padrões culturais, e o nosso padrão diz que mulheres não são sinônimos de poder. Então, assim, a Dilma foi banida do governo, lançada para fora. Foi “desimpoderada”, porque representa a diferença, principalmente a diferença de gênero. E é uma mulher que contrapõe um padrão cultural de comportamento ditado para as mulheres, então, por isso foi banida. Isso quer dizer que, esse fato deixa muito claro que, provavelmente o futuro das mulheres na política foi maculado, foi violado. Isso é um fato histórico muito grave.

**|Considerações finais**

Primeiro, nós temos que combater densamente a misoginia. Quando nós combatermos legitimamente a misoginia, nós estaremos diante a democracia. Isso é muito importante. Às vezes, as pessoas desvinculam a questão de gênero à Democracia. Nós não podemos fazer essa desvinculação. Há um entrelaçamento entre essas duas esferas. Se nós conseguirmos isso, teremos relações fundadas na equidade, nós conseguiremos enfim, exercitar a nossa autoridade. Temos que lutar todos os dias, homens, mulheres e qualquer outra orientação de gênero. Temos que ser feministas,

no sentido de lutarmos por direitos iguais. Isso é fundamental. Fica um convite, às grandes instituições, à própria mídia, sejamos feministas em todos os sentidos. Precisamos viver, conviver e experimentar a democracia, algo que ainda infelizmente, não conseguimos.

*“Ainda vivemos numa sociedade machista, racista e classista que despreza as mulheres, duvida da nossa capacidade e inteligência, constrói armadilhas motivadas pelas questões de gênero e misoginia.”*

## **NILMA LINO GOMES**

Luciana de Souza Ramos

---

Nilma Lino Gomes é professora da graduação e pós-graduação da FAE-UFMG. Tornou-se a primeira mulher negra do Brasil a comandar uma Universidade pública federal, ao ser nomeada reitora da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), em 2013. Tem se posicionado, frequentemente, na luta contra o racismo no Brasil. Em 2 de outubro de 2015 foi nomeada pela presidente Dilma Rousseff para ocupar a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) e posteriormente, o novo Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos, que uniu as secretarias de Políticas para Mulheres, Igualdade Racial, Direitos Humanos. Permaneceu no cargo até o dia do afastamento de Dilma pelo Senado Federal.

---

### **| Você define o impeachment de Dilma Rousseff como um golpe? Por quê?**

Sim, para mim o impeachment da Presidenta eleita Dilma Rousseff foi um golpe. E não foi qualquer golpe. Foi um golpe parlamentar, midiático, jurídico, fundamentalista, de raça, classe, gênero e com uma orientação heteronormativa. Essas características do golpe estão explicitamente representadas na foto do governo golpista, um dia após usurpar definitivamente o poder.

A complexidade desse golpe está na articulação de forças conservadoras, grupos religiosos, midiáticos, empresariais, na suposta “neutralidade” do judiciário e na composição homogênea de raça, gênero e classe da equipe ministerial.

Trata-se de um alinhamento dessas forças e grupos em nível internacional. Basta ver a ofensiva da direita na Europa, na América Latina e os seus efeitos no continente africano. Basta entendermos o efeito da expansão econômica e política da China e o que isso tem significado para os países desenvolvidos, principalmente, os EUA.

Os países que conquistaram uma política de Estado contra hegemônica ao capitalismo global, que se alinharam internacionalmente no eixo da cooperação Sul-

Sul, estão sendo pressionados, tensionados e seus governos democráticos “golpeados” das mais diversas formas. Um novo contexto de dominação política, econômica e cultural está se configurando no mundo e as forças capitalistas querem minar as políticas sociais impondo uma pauta de ajuste fiscal e econômico. Querem a retomada da primazia do Estado neoliberal nos países onde este perdeu força ao longo dos últimos 15 anos. O golpe brasileiro está, portanto, dentro de um contexto macro e micro, global e local.

E por que afirmo que não se trata de um impeachment como está previsto na Constituição Federal? Porque em momento algum se comprovou que a presidenta Dilma tivesse cometido um crime de responsabilidade fiscal. Portanto, os argumentos de que o impeachment seria pelo “conjunto da obra”, como afirmaram alguns parlamentares, não se sustenta juridicamente.

Essas características do golpe disfarçado em impeachment puderam ser observadas desde a disputa do segundo turno das eleições. Ao clima de ódio e intolerância alimentado pelo partido perdedor, somou-se o ódio destilado nas redes sociais pelos opositores ao PT e à presidenta, criando um clima propício para arquitetar o golpe disfarçado em impeachment. Além disso, todas as medidas destruidoras implementadas pelo governo golpista, assim que tomou posse, em relação às políticas sociais dos governos Lula e Dilma só reforçam que a questão não estava com a condução da presidenta, mas, sim, com o projeto de sociedade, de governo e de Estado que ela representava: um estado democrático e de Direito e não um Estado neoliberal, como temos visto, nos últimos meses.

#### **| Qual a participação da mídia nesse processo? Dê exemplos.**

Vejo nesse processo a participação de dois tipos de mídia que chamarei aqui de mídia hegemônica e mídia não hegemônica.

A mídia hegemônica contribuiu na propagação do ódio e da intolerância. E confundiram os cidadãos e cidadãs. Posso dizer que elas construíram o ambiente sociocultural do golpe em nível nacional ao “entrar” nas casas dos brasileiros e brasileiras seja via noticiários televisivos, de rádio, revistas, Facebook, Twitter e outros meios. As reportagens adquiriram um tom inquisidor das ações do Governo Federal, reforçando a ideia do impeachment. Em momento algum a mídia hegemônica explicitou para a população que a situação arquitetada pelos parlamentares e grupos do poder não se encaixava naquilo que a constituição previa como impeachment.

Somente as mídias sociais, não hegemônicas, de caráter progressista e alguns veículos mais convencionais de informação narraram os fatos de forma verídica. Mas sabemos que o seu alcance é menor. Por isso, os brasileiros e brasileiras, na sua maior parte, não tiveram oportunidade de comparar as narrativas, indagar as fontes, questionar pela ausência de provas e entender todo o processo.

Não se fez mais cobertura das ações do executivo. Quando estas eram realizadas, sempre eram de forma muito rápida em se tratando das políticas sociais e de maneira muito extensa quando se tratava de assuntos polêmicos ligados ao governo federal e ao PT. Isso proporcionou distorções e acabou por imprimir no imaginário social e político que a saída da presidenta Dilma seria a solução política para a crise política e econômica do País. A mídia hegemônica também isolou a situação econômica

do Brasil como se fosse uma situação de má administração e não como consequência de uma crise internacional que está afetando vários países do mundo.

A própria imagem da presidenta Dilma e as realizações do governo federal desde o início do segundo mandato foram desaparecendo, aos poucos, até serem invisibilizados. A mídia hegemônica construiu uma relação estreita entre a Operação Lava Jato, a corrupção nos partidos ligada a Petrobrás, o PT, as acusações ao Lula e a gestão da presidenta Dilma, bem como as demais ações do Executivo.

Tratou de forma indevida, junto com parte do judiciário, o lugar da presidenta Dilma como chefe de Estado, por exemplo, divulgando gravações telefônicas de suas conversas em rede nacional, o que é impensável como um tratamento dispensado a uma chefe de Estado, destacando mais uma vez o caráter misógino do Golpe.

Na sua versão impressa, revistas chegaram a publicar capas sensacionalistas, com reportagens fraudulentas, inclusive, misóginas e machistas que mereceram a entrada com ação na justiça por parte da Presidenta.

Foi tão forte a ofensiva midiática que conseguiu nublar a inocência da Presidenta, comprovada no seu próprio julgamento no Senado, pela perícia do Senado e Ministério Público. A mídia hegemônica construiu previamente a imagem da presidenta Dilma Rousseff como culpada.

Não podemos nos esquecer de que junto com a mídia hegemônica tivemos uma ação de difamação da Presidenta, do seu governo e do PT pelas redes sociais favoráveis ao golpe.

Em contraposição, importante destacar a participação importantíssima das mídias chamadas alternativas, principalmente Mídia Ninja, que se notabilizou como um espaço de comunicação e difusão de informação qualificada e comprometida em noticiar o caráter golpista do Impeachment. Mas posso destacar também alguns espaços de difusão contra hegemônica como O Cafezinho, Carta Capital, Caros Amigos, Brasil de Fato importantes na difusão de análises de conjuntura sobre o Golpe.

Precisamos repensar a concessão dos meios de comunicação, pois há uma visível desigualdade no acesso e, conseqüentemente, na difusão de informações contra hegemônicas e comprometidas com o esclarecimento sobre o momento político e econômico em que vivemos.

**|Em algum aspecto você acha que a questão de gênero foi relevante junto à imprensa e à opinião pública a influenciar a cobertura do processo de impeachment? Dê exemplos.**

Certos veículos impressos da mídia hegemônica desencadearam uma série de capas e reportagens tendenciosas, sem provas, fazendo ligações entre a Lava Jato, a corrupção da Petrobrás, o executivo, o PT e a presidenta. Isso comprometeu a imagem da presidenta Dilma Rousseff e fez uma enorme confusão na cabeça da população.

Algumas capas de revistas chegaram a expressar explicitamente a misoginia e questão de gênero atribuindo a situação política e econômica do País à forma da Presidenta conduzir os trabalhos do executivo, à sua personalidade, atribuindo a ela características de descontrole emocional que a sociedade machista relaciona como se fosse algo natural às mulheres e ao universo feminino.

Certos jornalistas de alguns veículos midiáticos chegaram ao cúmulo de associar a forma de ser e de agir da Presidenta às questões da sexualidade. Associavam a

Presidenta, ora com “qualidades femininas”, ora com “qualidades masculinas” que verbalizavam ser incompatível com a gestão pública, a falta de governabilidade e de gestão das crises junto ao Congresso. Os discursos políticos e noticiários construíram a ideia de que a presidenta não tinha competência para administrar o País, o que demonstra o caráter misógino do golpe.

Desde o início do seu primeiro mandato, quando Dilma Rousseff solicitou que a chamassem de Presidenta, como uma demarcação de gênero que inclusive é possível dentro da língua portuguesa, a mídia hegemônica teceu críticas e tentou criar uma polêmica sobre isso.

De uma maneira geral, o tratamento desrespeitoso e ofensivo dado pela mídia hegemônica ao se referir à presidenta Dilma e os seus feitos durante todo o tempo em que governou demonstraram o machismo brasileiro e a misoginia presente nos espaços de poder.

**|Você identificou algum aspecto de misoginia – aqui definido como ódio ou aversão às mulheres – na relação que a mídia, os políticos e o Judiciário estabeleceram com Dilma Rousseff?**

Como já foi dito anteriormente, certas revistas de grande circulação fizeram capas e reportagens que associavam a presidenta a um estado de descontrole emocional e sexual, o que é próprio do machismo e da misoginia.

Durante a sessão de admissibilidade do impeachment pela Câmara dos Deputados, os grupos de oposição adotaram a frase “tchau querida!”, como um deboche à imagem da presidenta/mulher e a relação profissional desta com o ex-presidente Lula.

Além disso, certo deputado federal, durante o seu voto, homenageou o comandante Ustra, reconhecido torturador durante o período da ditadura militar, e um dos torturadores da própria Presidenta quando esta atuava na militância de esquerda contra o golpe militar de 1964.

Quanto ao judiciário, a sua própria omissão, optando por opinar somente sobre o rito e não sobre o mérito do fraudulento processo de impeachment já demonstra a tendência dos homens abandonarem as mulheres em situações conflituosas nos setores de trabalho e lugares de poder. Além disso, nenhuma mulher do judiciário, dentro da liberdade que a posição lhe proporciona, emitiu qualquer opinião de solidariedade à Presidenta em situações de ataque da mídia e do Congresso Nacional relacionadas com a questão de gênero, mesmo em momentos desvinculados do processo de impeachment.

**|Você considera que o impeachment de Dilma Rousseff terá algum impacto na participação feminina na política? Em que sentido?**

Esse impacto já foi comprovado pela diminuição de mulheres eleitas nas últimas eleições municipais. Além disso, do ponto de vista do imaginário econômico, político e social machista, racista e sexista, a forma como o golpe disfarçado de impeachment se deu reforçou o pensamento machista de que a política e, mais especificamente, o executivo, são lugares para os homens como se a eles fossem inerentes à frieza emocional, a competência e a forma de negociação escusa que muitos quiseram que a

presidenta Dilma adotasse. Honrada e eticamente, ela nunca aceitou isso, o que me orgulha muito como mulher e gestora pública.

Contudo, embora os dados das últimas eleições tenham refletido a diminuição na participação das mulheres, verifica-se um aumento no processo de empoderamento político das mulheres que sustentaram durante todo o processo de golpe manifestações nas ruas, mobilização e articulações de discussão do caráter golpista do impeachment.

Ações massivas de mulheres no Brasil todo foram testemunhadas por todos nós, e um exemplo do reflexo de que, para nós mulheres, entender o caráter misógino do golpe, só nos fortalece e empodera para os enfrentamentos que precisarão ser feitos, e a grande participação e protagonismo das mulheres nos processos de ocupação das escolas e Universidades contra a PEC 241-55.

### **| Considerações finais**

Uma das principais diferenças entre homens e mulheres na política diz respeito a oportunidades e tratamento igual e a adoção de princípios éticos.

Como o poder, na maioria das sociedades, é um lugar masculino, branco e com orientação heteronormativa as negociatas, as articulações escusas, os assédios e a corrupção, construídos historicamente nesse campo, passaram a ser entendidas como qualidades masculinas. Hoje são compreendidas, como fortes componentes do universo político, empresarial e midiático, ocupado majoritariamente pelos homens no contexto das desigualdades sociais, raciais e de gênero.

Os movimentos sociais feminista, de mulheres, de mulheres negras e LGBT são os principais atores políticos e sociais que fazem essa denúncia e desvelam essa situação para a sociedade.

As mulheres no poder, nessa concepção machista e racista, são vistas como inferiores e sofrem os mais terríveis tipos de assédio moral e sexual.

Quando as mulheres tornam público esse comportamento machista e misógino dos homens, disputando com eles posições de poder, recusam-se a agir como eles desejam e deles divergem, tornam-se fonte de ódio, de desejo, de disputa. Encontram nos homens não os seus parceiros, mas verdadeiros opositores e algozes que se aproveitam das desigualdades de gênero e da pouca presença de mulheres em lugares de poder e decisão para tentar inferiorizá-las, subjugar-las, desrespeitá-las e, até mesmo violentá-las física e psicologicamente.

Há outra história que se esconde por detrás do processo de golpe disfarçado em impeachment sofrido pela presidenta Dilma Rousseff. Uma história da relação de poder em uma sociedade machista, racista e classista que despreza as mulheres, duvida da nossa capacidade e inteligência, constrói armadilhas motivadas pelas questões de gênero e misoginia. Lamentavelmente, são os mesmos conteúdos da cultura do estupro e da violência contra a mulher, porém, com roupagem refinada, na maioria das vezes, de terno e gravata.

*“Esperar que se respeite uma mulher política num cargo importante no Brasil é algo complicado. Volta e meia há comportamentos que traem o respeito às questões de gênero”.*

## **RACHEL MORENO**

Lizely Borges

---

Psicóloga pela Universidade de São Paulo (USP) e especialista em Sexualidade Humana e Dinâmica do Movimento Expressivo no Instituto Sedes Sapientiae. Atua desde 1974 pelas causas e direitos das mulheres, em diversas pautas. Autora do livro *A Beleza Impossível*, obra que aborda a intersecção das questões de gênero com a mídia. A partir de ações judiciais contrárias à mercantilização do corpo da mulher pela publicidade, bem como a incitação à violência pelos meios, passou a propor o diálogo entre pautas da comunicação e das mulheres nos coletivos e movimentos. Integrou a Campanha pela Ética na TV, o Observatório da Mulher, a equipe do Programa Direito de Resposta e participou da construção da 1ª Conferência Municipal e Estadual de São Paulo e da Nacional de Comunicação (2009). Integra a Red de Periodistas con Visión de Género criada em 2011 e colaborou para formar a Red de Periodistas de las Américas con visión de género, no mesmo ano.

---

### **| Você define o impeachment de Dilma Rousseff como um golpe? Por quê?**

Acredito que sim. Ela foi afastada por um crime que não cometeu, que não representa crime nenhum. Tais crimes foram praticados por presidentes anteriores e foi legitimado depois de ter sido afastada [dois dias após o impeachment, o Congresso sancionou lei que autoriza as pedaladas fiscais]. Órgãos nacionais e internacionais atestaram o não cometimento de crime. Na verdade, foi um golpe montado para afastá-la e tentar com que a ordem institucional organizada por um parlamento mais conservador que tivemos nos últimos anos, mais a justiça que se posicionou de forma tendenciosa, e finalmente com apoio da mídia, que repercutia só as notícias que interessada – com a força destes três segmentos acabou-se montando esse golpe que foi internacionalmente rejeitado.

### **| Qual a participação da mídia nesse processo? Dê exemplos.**

Quando a gente tem um monopólio e oligopólio da mídia a mídia acaba restringindo as suas funções, que seria democratizar o acesso à comunicação, a duas

ações: a gerar uma posição política com relação ao governo e a criar consumidores para seus anunciantes. No Brasil temos seis a nove famílias que são donas da maior parte dos meios de comunicação e que decidem o que vamos ver e o que não vamos ver, e o que vamos pensar a respeito do que eles decidem nos mostrar. Temos acompanhado há algum tempo as manchetes que são veiculadas. Notícias que incriminam a esquerda, as pessoas que eles consideram “perigosas” tem uma repercussão constante na mídia. Em compensação se você tem uma denúncia que pega todos os partidos políticos no máximo aparece uma nota de rodapé, uma vez e nunca mais, como se não tivesse nada. Temos denúncia inclusive da Operação Lava-Jato em que aparecem todos os partidos, no entanto aparecem nos meios apenas denúncias que tratam do Partido dos Trabalhadores (PT) e dos ex-presidentes Lula e de Dilma Rousseff. Isso se faz presente também na cobertura de possíveis candidatos das eleições de 2018, com a tentativa de queimar a imagem dos possíveis concorrentes que tem uma chance de questionar o sistema que eles tentam implementar. Durante o processo de impeachment, esta postura dos meios se fez presente ainda com mais intensidade.

**|Em algum aspecto você acha que a questão de gênero foi relevante junto à imprensa e à opinião pública a influenciar a cobertura do processo de impeachment? Dê exemplos.**

Foi relevante o tempo todo. Resgatando a postura das pessoas durante a Copa do Mundo, eu nunca vi xingamentos tão terríveis por parte da classe média e alta que estava nos estádios assistindo aos jogos, eu nunca vi palavras de tão baixo calão inclusive na própria mídia, eu nunca cheguei a ver coisas como aqueles adesivos que colocavam no carro com Dilma de pernas abertas, absolutamente vergonhoso. E várias matérias caracterizam Dilma como histérica, como autoritária ou destacando suas roupas. Eles não falaram da forma de se vestir de nenhum homem presidente nem homem autoridade do jeito que se permitiram falar da Dilma pelo fato dela ser mulher. Uma das consequências que temos que mostra a coerência desta atitude é, depois da Dilma ser afastada e Michel Temer assumir, é ele ter nomeado um “machistério”. Nós temos um ministério constituído exclusivamente por homens brancos, o que é um absurdo. Isso mostra o quanto eles depreciam as mulheres, os negros, a diversidade. De uma forma geral, a cobertura do processo de impeachment não fazia críticas de que Dilma não sabia governar pelo fato de ser mulher, mas por ser quem ela é, críticas à sua tendência política. A crítica era de modo geral: gastava demais, gastava com Bolsa-Família. E aí você tem, dependendo do veículo de comunicação, alguma palavrinha discriminatória em algum veículo mais sério ou uma matéria de capa de revista ou jornal que resolve impactar no início da semana, como aconteceu com a Revista Veja e Globo, e que repercute pelos outros veículos e redes, como se fosse um movimento orquestrado. O tempo todo ocorre, de forma consistente, mas é certamente diferente do que ocorreria ao tratamento dado a um homem em mesma posição.

**|Você identificou algum aspecto de misoginia – aqui definido como ódio ou aversão às mulheres – na relação que a mídia, os políticos e o Judiciário estabeleceram com Dilma Rousseff?**

Esperar que se respeite uma mulher política num cargo importante no Brasil é algo complicado. Volta e meia há comportamentos que traem o respeito às questões de gênero – fazendo xingamentos, reduzindo as pautas, de maneira que é muito difícil para as mulheres que ocupam esses cargos terem um tratamento respeitoso e igualitário em relação às suas figuras públicas. Parece que a presença da mulher nestes espaços incomoda. Sobre os Poderes vimos que eles mostraram um comportamento tendencioso. Vimos, por exemplo, o tratamento dado a Eduardo Cunha [ex-presidente da Câmara de Deputados, cassado por acusações de corrupção e por mentir ao depoimento à CPI Petrobrás sobre contas no exterior] foi dado tanta contemporização, apesar de comprovados seus crimes aos quais ele era acusado. Ou por que o Aécio [Neves, senador pelo PMBD] tem cinco processos pela Operação Lava-Jato não foi incomodado, por que o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso que comprou o direito à reeleição também não foi incomodado, ou seja, esses políticos, homens todos que foram acusados de uma série de coisas, não estão sendo acompanhados para aprofundamento das investigações. No caso da Dilma foi diferente, foi algo persistente.

**|Você considera que o impeachment de Dilma Rousseff terá algum impacto na participação feminina na política? Em que sentido?**

Com pesquisas eu percebi que nos anos anteriores de alguma maneira as mulheres eram rotuladas em uma reserva de legitimidade, algo um pouco ingênuo. Consideraram que já que a mulher é capaz de administrar qualquer orçamento doméstico e fazer o equilíbrio necessário para segurar as pontas, ela com certeza saberia manter o orçamento nacional do mesmo jeito. Havia também uma ideia de que a mulher não rouba e é mais confiável. Isso até certo tempo atrás. Depois que Dilma se elegeu passamos a ter crianças e adolescentes dizendo que queriam ser presidentas quando crescessem, coisa do imaginário que não existia antes. Na última eleição [eleições de 2016 para prefeito e vereadores] tivemos apenas 20% como vereadoras, distante dos 30%, cota que achamos minimamente desejado. Acabamos perdendo. Sabemos que nem sempre mulheres votam em mulheres, mas as mulheres em tempos indecisos costumam ser a mais indecisas porque querem sempre, até a última hora, olhar no olho do candidato e sentir que está falando a verdade a ela e não uma promessa eleitoral. Essas mulheres também não se manifestaram, talvez tenham perdido um pouco da fé nas eleições. Tivemos um índice de abstenção enorme.

**|Considerações finais**

Nós temos batalhado nos movimentos sociais, em sua diversidade, para a realização de atividades de reflexão sobre imagem das mulheres nos meios de comunicação. Temos países, como o Canadá, por exemplo, que tem a leitura crítica da mídia na escola. Isso acompanha desde os primeiros anos de ensino até a faculdade. Particularmente é importante essa formação para as crianças porque a gente sabe que elas levam um tempo para a construção da percepção do que é real e o que é imaginário, o que é propaganda, tanto que um menino de três ou quatro anos que ganhou uma fantasia de super-homem se jogou pela janela crente de que iria voar. Então é preciso dar uma leitura crítica desde pequeno, assim como ter uma leitura crítica de modo geral por parte de todos. Nesse sentido tinha um papel importante a inclusão das questões de gênero nos planos de educação, derrubado pela bancada

evangélica sob argumento de que isso estimulava a pedofilia. Mas é fato que agora estão estimulando pais a denunciar professores ou a escola que abordam e a questão de gênero. A isso se soma a Proposta da Escola sem Partido e a Reforma do Ensino Médio [Medida Provisória 746/2016]. Nós temos o poder da nossa voz junto às mulheres, de falarmos boca a boca. Esse poder tem concorrido com o poder da mídia que faz uma mensagem e repercute várias vezes para milhões de pessoas ao mesmo tempo, então é muito desigual, mas nós temos que usar os meios que temos. Enquanto isso, podemos usar os meios alternativos, como a internet, antes das tentativas de imposição de restrições. Este espaço é interessante porque permite que junte pares e reforce pensamentos e organize ações. Claro que não é suficiente e não tem a mesmo alcance da grande mídia, mas é algo que dispomos. E a outra coisa é discutir a Constituição que assegura direitos de expressão e comunicação.

*“No caso de Dilma, o apelo machista foi uma das cartas mais sujas que mídia jogou para conseguir vencê-la.”*

## **RITA FREIRE**

Mariana Martins de Carvalho

---

Aos 59 anos, a jornalista e militante feminista Rita Freire estava na presidência do Conselho Curador da Empresa Brasil de Comunicação (EBC) quando da edição da Medida Provisória nº 744/2016, que alterou a Lei de criação da Empresa, eliminando o órgão, considerado o mais importante e estreito laço de participação entre a Empresa e a sociedade. O colegiado, que tinha poderes deliberativos, dentre os quais a cassação do mandato do Diretor-Presidente da Empresa, era responsável por zelar pelos princípios e objetivos da comunicação pública. Esse tipo de conselho representa um dos instrumentos necessários para que uma empresa de comunicação seja efetivamente pública. A Medida Provisória foi uma das primeiras ações do governo interino de Michel Temer após o afastamento da Presidenta Dilma Rousseff pelo Senado Federal.

---

### **| Você define o impeachment de Dilma Rousseff como um golpe? Por quê?**

Para a nossa democracia, a nossa já fragilizada confiança nas instituições, particularmente na Justiça, para o nosso respeito às regras eleitorais, sim, foi e está sendo um golpe tremendo. Ainda com sérias consequências pela frente. Se havia dúvidas para alguns setores que apoiaram o impeachment, confiando na imprensa, essas dúvidas foram afastadas com as medidas políticas e econômicas adotadas pelo novo governo. Essas políticas jamais seriam aprovadas em um programa eleitoral e só puderam ser implantadas por um caminho alternativo, ilegítimo, pré-acordado entre os setores que se alinharam a um projeto ultra elitista para o País.

Isso, sem falar nas evidências das gravações vazadas, nos pareceres sobre as acusações feitas à presidenta Dilma Rousseff, no desmembramento da votação do impeachment por não haver razão para a cassação dos seus direitos políticos. E também no confronto entre a dignidade com que ela se dirigiu ao Congresso e as posturas lastimáveis de parlamentares que não sabiam sequer por que estavam votando.

Ficou claro, desde a eleição de Dilma, que o resultado não foi aceito pela oposição. Somado a isso tivemos a eleição de parlamentares sem base, carregados por legendas financiadas com dinheiro de empresas ou das igrejas, deputados que não

deviam nada aos eleitores (sequer os conheciam), mas sim aos financiadores, entre eles o próprio então presidente da Câmara, o deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ), que orquestrou o início do impeachment e hoje está preso. Quando o debate sobre as coberturas da EBC aconteceu no Conselho, nós orientamos que todos os parlamentares fossem convidados ao debate, que pudessem falar por si, para que a população avaliasse seus interesses, sua postura. Foi um autorretrato que só se viu de fato na votação da Câmara.

Permaneceram asseverando a legitimidade do novo governo aqueles setores que participaram, colaboraram para o impeachment ou as pessoas que têm, ideologicamente, um pensamento político de extrema direita, de aposta em um governo duro, disciplinador e excludente. São os segmentos que apoiam o uso da força para desocupação de escolas, por exemplo. E há os que acreditam no discurso de que é preciso cortar gastos sociais para sanear o Estado dos males da corrupção. Aqui, há um contingente grande da população que se somou ao impeachment por acreditar no que ouviu dizer, mesmo não fazendo sentido algum. Para isto, colaboraram o uso programado das redes sociais, especialmente a propagação do ódio que revestiu o sentimento anti PT.

**| Qual a participação da mídia nesse processo? Dê exemplos.**

A mídia tem trabalhado pela retomada do governo pela direita desde que Lula ganhou a primeira eleição. O escândalo do mensalão foi explorado como propaganda partidária de oposição, em vez do que uma cobertura para cobrar apuração, responsabilidades, punição, e aprofundamento das investigações para os vários partidos viciados em um sistema político corrompido. Há uma geração que cresceu ouvindo a repetição cotidiana das palavras mensalão, corrupto, ladrão, sempre e somente associadas ao PT. É uma geração que não tem culpa de querer livrar-se disso, e a mídia fez questão de não mostrar o caminho necessário da transparência e imparcialidade da justiça. Sempre foi algo trabalhado de forma partidarizada: o PT é a corrupção, e ponto.

O eleitorado resistiu e recolocou Lula e depois Dilma, mas nesse caminho, houve de um lado o desencanto com a quantidade de concessões feitas pelo governo petistas aos velhos adversários, especialmente à mídia e os bancos, a percepção de que as bondades do governo não eram acompanhadas de mudanças estruturais, o choque sincero da esquerda com a corrupção revelada, e, sobre tudo isso, dois fatores inevitáveis: uma nova geração que cresceu sob esse bombardeio e desesperança; e uma nova classe média que teve acesso ao consumo, mas não à informação, ao debate, à formação. Quem disse a ela o que se passava na política foi a mídia partidarizada. Deu no que deu.

**| Em algum aspecto você acha que a questão de gênero foi relevante junto à imprensa e à opinião pública a influenciar a cobertura do processo de impeachment? Dê exemplos.**

Os interesses da imprensa no impeachment de Dilma não estavam no fato dela ser mulher, mas sim na própria sobrevivência de um sistema de comunicação obsoleto, porém poderoso por ser oligopolizado, desregulado. E a imprensa usou todas as cartas

para continuar assim. No caso de Dilma, o apelo machista foi uma das cartas mais sujas que mídia jogou para conseguir vencê-la.

Primeiro, há um aspecto cultural profundo, de uma sociedade patriarcal, em que o caminho para emancipação social é confundido com o de obter aceitação pela elite no poder, e não de questionar seus privilégios históricos. Eles não foram questionados pela mídia durante todo o processo de impeachment. E a nossa elite é branca, machista, racista, que faz o seu filtro de aceitação pela “meritocracia”, válida apenas para os outros. E totalmente excludente. É uma elite dependente da mão de obra barata, esforçada e servil e da mulher hiper erotizada, para uso como objeto, ou então *bela, recatada, do lar* para efeito decorativo do poder masculino. E a nossa presidenta não era nada disso, a começar pelo fato de ser uma mulher ocupando a Presidência da República.

A mídia sempre procurou recolocá-la no papel de dona de casa, para, a partir daí, entendê-la como presidenta. Foi assim a primeira entrevista de Dilma à Rede Globo, na primeira eleição, para explicar como cuidaria de uma casa tão grande como o Palácio.

Para a população mais progressista, o governo Dilma tinha todo tipo de problemas, difíceis de tolerar depois da batalha ferrenha para reelegê-la. Mas para a mídia, não eram os problemas relativos aos compromissos não cumpridos que interessavam, mas as características pessoais, frequentemente caricaturadas.

Além disso, houve muita predominância das poucas mulheres parlamentares na defesa de Dilma, na Câmara, no Senado, com comportamentos fortes e marcantes. E isso motivou comportamentos nunca antes adotados em relação a elas, tendendo a enquadrá-las em um modelo admissível de mulher para a sociedade que manipula o a todo tempo sua autoestima.

No primeiro dia do julgamento do impeachment, a senadora Vanessa Grazziotin, uma das mais ferrenhas defensoras da presidenta Dilma naquela sessão, foi entrevistada pelo O Globo, com direito a vídeo e matéria escrita. O assunto: por que ela estava usando aquela roupa com grandes margaridas amarelas?

Outra novidade foi o dia em que o deputado Cassio Cunha Lima, em meio a um debate tenso com as senadoras Gleisi Hoffmann e Vanessa Grazziotin, tentou enquadrá-las com uma ordem: “Se acalmem, meninas”, tratamento que surpreendeu e indignou as parlamentares.

### **|Você identificou algum aspecto de misoginia – aqui definido como ódio ou aversão às mulheres – na relação que a mídia, os políticos e o Judiciário estabeleceram com Dilma Rousseff?**

O que foi aquela capa da revista IstoÉ, no início de abril, retratando a presidenta como uma louca desesperada, com a expressão de um quadro de Edvard Munch [O Grito, 1893]? As frases da publicação eram as mesmas sempre usadas para desqualificar as mulheres que reagem a injustiças, tidas como descontroladas. A revista vaticinou que Dilma estava sem “condições emocionais” para governar.

O caso da IstoÉ não foi não isolado. Houve situações tão ou mais graves na mídia, aceitas pelos políticos – tanto que essas mídias não foram punidas. Em 2015, no mês das mulheres, acho que no próprio 8 de março, o jornal O Globo publicou na capa uma charge em que a presidenta aparecia ajoelhada, vestida de laranja, ao lado de um

homem em cena semelhante às propagandas do Estado Islâmico ao divulgar o terror das decapitações. Ao invés de se indignar, o juiz federal Alexandre Infante postou em sua conta no Twitter, que Dilma teria assinado a lei de maior punição ao feminicídio em “causa própria”.

A Revista Época publicou um artigo inaceitável especulando como seria o corpo nu da presidenta Dilma, se ela teria perdido o erotismo, como argumento para refletir sobre a qualidade do seu governo. Foi tão grave que a revista tirou o artigo do ar e lavou as mãos. A culpa era do articulista. Pronto.

Ainda este ano, o jornal Correio Popular repetiu o mesmo crime, ao publicar matéria com o título “Uma Pessoa para Namorar Dilma”. O texto sugeria literalmente que ela arrumasse alguém dividir a cama, acariciar o seu corpo, e deixasse o governo para ser mãe e avó.

Esse comportamento durante o impeachment fez escola. As redes sociais também foram utilizadas de forma estratégica, por grupos financiados, em um momento em que as pessoas estavam ainda menos prevenidas para a propagação do ódio e preconceitos pela internet. Um processo que infelizmente continua. O Brasil foi inundado de vídeos, *memes* e todo tipo de exploração misógina.

Essas provocações dialogavam com reações mais bárbaras da população, que vimos nos adesivos desrespeitosos ou no coro orquestrado durante a abertura da Copa do Mundo, que mandou uma presidenta da República tomar no cu. Esse desrespeito não nasce do nada. Você planta, cultiva e estimula. E isto no Brasil se faz com mídia.

### **|Você considera que o impeachment de Dilma Rousseff terá algum impacto na participação feminina na política? Em que sentido?**

Já teve. Lembro-me da primeira posse de Dilma na Presidência, com tantos sinais de que as mulheres teriam seu espaço. Em um dia de chuva, as seguranças que corriam acompanhando o carro aberto da presidenta pela primeira vez eram mulheres. Enquanto transcorria a cena, as redes sociais despejavam rancor contra os nordestinos – culpados de votarem nela, contra as mulheres e os pobres. Alguns posts defendiam que houvesse um franco atirador na multidão. Outros diziam que o seu governo não chegaria ao fim.

Mas ela impôs o tratamento como presidenta, com “a”, e trouxe várias ministras para o governo. Aos poucos assistimos ao massacre da equidade e mesmo Dilma deixou esses rigores na composição do governo no tratamento para lá.

E nós vimos a cara do governo instalado após seu afastamento, sem mulheres, e agora vimos o resultado das eleições. Foi progressivo, no Senado, de 81 cadeiras, apenas 11 são ocupadas mulheres. E a última renovação foi menos representativa que a anterior.

Não se mexe com o regime de um País sem um trabalho de fortalecimento das bases que podem sustentar a mudança. O atual governo, em visível sintonia com o Congresso e o Judiciário em tudo que está acontecendo no País, é machista, é retrógrado, é autoritário, é serviçal a uma elite econômica, a um sistema financeiro e a interesses corporativos internacionais, que espoliam os que permitem. Para se sustentar, foi preciso plantar lentamente, essa passividade diante do assalto, essa servidão consentida aos senhores da Casa Grande, e usar como escudo aqueles setores da sociedade que se inspiram nas elites sem nunca chegar perto delas. E reproduzem

seus valores patriarcais, dos quais são as vítimas mais submissas. Os mais pobres de alma não suportaram uma mulher firme, de um partido de centro esquerda, na Presidência. Eles bateram panelas com vontade, acho que nas próprias cabeças.

Acho que as mulheres que estão nos espaços de luta política, de resistência aos retrocessos, já deram mostrar da sua indignação, nas artes – Sônia Braga, Eliane Café; no Congresso – as parlamentares citadas, e também Jandira Feghali, Luiza Erundina, Fátima Bezerra, e outras; no movimento social, no movimento negro, estudantil, no feminismo que se amplia cada vez mais com as novas gerações, e terão muito a fazer pela frente. Terão de lutar pelo lugar na política e pelo direito a uma comunicação democrática antissexista, e para tudo isso, pela autonomia da comunicação pública.

### **| Considerações finais**

Não sei se vêm ao caso. Só uma consideração: o que estamos vivendo no Brasil não está separado da onda de conservadorismo no mundo e de um ciclo em que os recursos escasseiam e os interesses corporativos e financeiros precisam reorganizar suas fontes. O autoritarismo se estabelece para impor exclusões em massa, cultivando junto à docilidade dos espoliados, que reproduzem dominações nos seus microssistemas de poder. Aqui, nos EUA, nos países da América Latina, a ameaça do fundamentalismo político é escandalosa. E a mídia tem trabalhado para ajudar a abrir esse caminho.

*"Nós, mulheres do campo, fomos muito mais atingidas do que se possa pensar. Só com luta e organização das mulheres a gente pode tentar reverter alguma coisa, mas é retrocesso geral. Acho que a gente voltou 30, 40 anos atrás."*

## **ROSÂNGELA PIOVEZANI CORDEIRO**

Viviane dos Santos Brochardt  
Samária Araújo de Andrade

---

Rosângela Piovezani Cordeiro é feminista, agricultora, uma das dirigentes do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) e integrante da coordenação da Via Campesina. Nascida há 54 anos no Paraná, conhece desde muito cedo o que é lutar pela terra. Aos 11 anos migrou com a família para o Paraguai, em busca de um pedaço de chão para plantar. Em 1980 retornou ao Brasil. Militante pelos direitos das mulheres camponesas, fez disso sua bandeira de luta. Em 2003, passou a coordenar o escritório nacional do MMC. Atualmente estuda Direito Agrário na Universidade Federal de Goiás (UFG), curso que integra o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera), e continua, como ela mesma diz, "vivendo da roça", de onde sempre tirou seu sustento.

---

### **|Você define o impeachment de Dilma Rousseff como um golpe? Por quê?**

Eu considero um golpe. É uma articulação bem pensada pelos setores mais conservadores e neoliberais. Eu não tenho dúvida que isso é uma estratégia não só de dentro do País, mas de fora também. Podemos ter muitas críticas, como eu tenho, aos Governos Lula e Dilma, porém a conquista real de algumas políticas é imperdoável para a burguesia brasileira, para o setor do capital brasileiro. Então, [para eles] era preciso parar isso e não havia outra forma que não o golpe, que foi de uma maneira muito truculenta. Também, com um congresso conservador como está aí, era muito fácil manejar e levar a cabo esse golpe.

### **|Qual a participação da mídia nesse processo?**

A mídia brasileira é um quarto poder nesse País, manipula a população para onde quer e para o projeto deles. A mídia colocou em evidência a ideia de que existe muita corrupção no Brasil, como se não existisse antes, e passou a colocar que a política econômica estava equivocada. Eu tenho a impressão que é um atentado contra toda a esquerda e aos movimentos sociais, mas especialmente por ser uma mulher

[presidenta], a mídia trabalhou muito isso: a incompetência, a perda na economia. Então, a mídia manipulou muito bem isso, aparentando ao povo que a corrupção só existia agora e que não havia controle. [Nos Governos do PT] houve uma abertura grande, inclusive para o próprio sistema de Justiça. A Polícia Federal atuou com muita tranquilidade, ao contrário de agora, quando se vê que ela tem um alinhamento político em sua condução. A gente teve uma autonomia de fiscalização, de punição, e a mídia explorou isso. Outro aspecto é que a mídia não suporta pobre, não suporta negro, não suporta gay, não suporta mulheres. Então as políticas inclusivas dos Governos do PT começam a incomodar, porque tem mais gente entrando nas universidades, porque o povo que estuda tem condição de refletir, de fazer intervenção, e a mídia é muito casada com a oligarquia.

**|Em algum aspecto você acha que a questão de gênero foi relevante junto à imprensa e à opinião pública a ponto de influenciar a cobertura do processo de impeachment?**

Se você olhar objetivamente, não, mas muita coisa saiu como uma afronta, e no imaginário popular, em um País machista e conservador como o nosso, isso tem muito significado, desde aquelas pinturas nos carros (refere-se a adesivo colado sobre tanque de combustível dos veículos, com imagem de mulher de pernas abertas e rosto da presidenta Dilma Rousseff. Ao abastecer o carro, a pistola das bombas de combustível insinuava um estupro). Por mais que Dilma tenha sido uma pessoa superforte; pela postura nas respostas que deu ao Congresso, de uma capacidade intelectual, de uma clareza política muito grande; eles atacavam como se, por ser mulher, ela não tivesse condições, competência de governar o País e administrar a economia. Fica muito claro como a mídia reforça o papel da mulher, a exemplo da mulher do Temer [Marcela Temer], uma mulher do lar, doce, cuidadosa, protetora, como que para dizer: "esse é o papel". Então, simbolicamente a mídia constrói o papel da mulher, e não é um papel de direção, de condução, de pensar e implementar nada. Fica muito evidente isso quando, logo em seguida ao golpe, se coloca uma mulher delicada. Para mim isso é um recado muito direto.

**|Você identificou algum aspecto de misoginia – aqui definido como ódio ou aversão às mulheres – na relação que a mídia, os políticos e o Judiciário estabeleceram com Dilma Rousseff?**

Penso que sim. Por exemplo, quando no Congresso brasileiro um deputado diz "Não te estupro porque você não merece ser estuprada" [ameaça do deputado Jair Bolsonaro (PP/RJ) à deputada Maria do Rosário (PT/RS)]. Isso é um atentado direto ao ser mulher. A minha avaliação é que se fosse um homem no lugar de Dilma, dificilmente a mídia e o próprio STF [Supremo Tribunal Federal] a tratariam como trataram. Não tratariam outra autoridade da forma tão truculenta como Dilma foi tratada. Não consigo ver falas diretas a ela, mas muitas insinuações para ir formando opinião, para que outros falem.

**|Você considera que o impeachment de Dilma Rousseff terá algum impacto na participação feminina na política? Em que sentido?**

A gente viveu mais de 500 anos para eleger uma primeira mulher dirigente de nosso País e ela não consegue terminar seu mandato. Isso é um recado muito direto dizendo: "Oh, o papel das mulheres não é ser dirigente de nada". Por outro lado, é evidente o corte nas políticas, fechamento das secretarias das mulheres, que começa pelos estados, e nos ministérios, a nível nacional. Hoje a gente não tem onde dialogar, o Governo não tem uma pasta própria das mulheres, os espaços de diálogos e formulação de políticas foram rompidos. O Fórum de Enfrentamento à Violência Doméstica, onde havia a participação da sociedade, não existe mais. A Diretoria de Políticas para as Mulheres, que existia no Ministério do Desenvolvimento Agrário, não existe mais. Vários espaços para os quais a gente levava as nossas pautas, reivindicações, onde colocava para o Governo as nossas questões, não existem mais. Hoje, se você quiser discutir alguma pauta com o Governo, tem que ser com os homens. Em um diálogo com o Governo, com 12 homens na mesa, eu questionei isso e disseram: "Procura lá o setor de direitos humanos, lá se resolve a questão das mulheres". Tudo o que tinha de atenção às mulheres, de políticas, de documentação, de enfrentamento à violência, de crédito... Isso não existe mais. Isso tudo reforça o patriarcado, onde o homem branco é o chefe. Posso afirmar que, da forma como a política eleitoral brasileira é conduzida, dificilmente temos mulheres nos representando, especialmente mulheres da classe trabalhadora. O sistema impede isso. Não se discute a participação das mulheres, dos negros, dos índios, da comunidade LGBT. Não existe financiamento público de campanha. Então, quem tem acesso a ser candidato são pessoas que têm alguma condição financeira ou têm algum poder de articulação com empresários. É muito difícil a gente chegar a ter mulheres eleitas. O que se vê é a pouca participação de mulheres. Nosso Congresso é extremamente masculino. Acredito que isso é um problema não só dos partidos conservadores, mas também dos partidos de esquerda. O sistema político brasileiro leva a isso. Se não enfrentarmos uma reforma estruturante no sistema político eleitoral a gente não reverte isso. E o que é mais dolorido, inclusive nos partidos de esquerda, é ver muitas mulheres sendo usadas para complementar as cotas. E não é com uma reforma por dentro do Congresso que a gente vai resolver isso. Precisamos de uma reforma profunda no sistema, que tem que discutir questão de listas e de financiamento público de campanha. O problema está na raiz do sistema.

### **| Como o golpe impacta nas relações e na vida cotidiana das mulheres, especialmente das mulheres trabalhadoras rurais?**

A gente sabe que nosso País é capitalista, patriarcal e machista. A gente tem a compreensão, enquanto Movimento de Mulheres Camponesas, que, ou a gente discute o trabalho, a produção e a renda das mulheres, ou a gente não vai conseguir o reconhecimento das mulheres enquanto sujeitas no País. Tudo o que a gente vinha conseguindo, com muita dificuldade - porque não foi fácil - como um programa especial de documentação para as mulheres, a titularidade conjunta da terra, a Lei Maria da Penha aprovada, as unidades de enfrentamento à violência doméstica, ter crédito especial para as mulheres, ter política de compra da produção de alimentos voltada para as mulheres, política de produção de alimentos nos quintais... Hoje isso tudo é incerto, não é prioridade. Para quem está no comando, seja do MDA, seja na Casa Civil, essa não é a pauta. Então nós, mulheres do campo, fomos muito mais

atingidas do que se possa pensar. Penso que, se a gente ainda estava brigando para implementar alguma coisa que se tinha conseguido na lei, mas que na prática estava muito longe, agora [com o golpe] é quase impossível. Não há onde buscar, não tem onde existir, não tem onde se amparar para existir. Só com a luta mesmo e com a organização das mulheres a gente pode tentar reverter alguma coisa, mas é retrocesso geral. Acho que a gente voltou 30, 40 anos atrás, infelizmente.

**| Que caminhos possíveis os movimentos sociais, especialmente os movimentos de mulheres, podem construir a partir de agora?**

Uma das coisas muito interessantes no campo que a gente já vinha debatendo, articulando, é o Encontro Unitário, que é para além da Via Campesina, uma articulação de organizações do campo, junto a Fetraf [Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar], a Contag [Confederação Nacional dos Trabalhadores Na Agricultura]... Houve encontro com cinco mil pessoas, a gente tem pautas em comum e, nesse momento, a gente precisa da unidade. Em nível nacional tem uma articulação muito interessante com a Frente Brasil Popular e com o Povo sem Medo. Desde o processo da mobilização, em 2013, que se vem construindo essa articulação, especialmente das frentes, onde estão as diversas organizações do campo e da cidade e organizações feministas também. Eu acho isso de extrema importância, dialogar com a classe trabalhadora desse País, seja do campo seja da cidade, porque o retrocesso em políticas e direitos é geral, não é só para o campo. Não adianta eu ficar cuidando do meu quintal e do meu direito. Há um retrocesso na pauta da classe trabalhadora desse País e a gente precisa ter articulação, ações conjuntas, elaboração conjunta. Acho que isso é fundamental.

**| Considerações finais**

Para nós, mulheres do campo, a pauta da previdência é fundamental e muitos benefícios foram conquistados com muita luta, como o enquadramento e a vinculação do salário mínimo. O que está desenhado no projeto Ponte para o Futuro, do Temer, é de corte. Nas pensões, já tivemos retrocesso ainda antes do Temer assumir, e o fim das pensões por morte atinge as mulheres da classe pobre. Para mim, uma das piores coisas, que vai atingir não só os benefícios, mas a renda de pequenos municípios, é mexer na previdência pública em nosso País, que inclusive é modelo para diversos países. As falas sinalizam para grandes retrocessos na saúde, na educação, especialmente na previdência, como igualar a idade de homens e mulheres para efeito da aposentadoria, desvincular salário mínimo do benefício, igualar campo e cidade... São pautas para as quais já há uma articulação dos movimentos sociais para a luta. Nesse momento, por exemplo, as mulheres do campo e da cidade estão se articulando para fazer um seminário para discutir os impactos da reforma sobre as mulheres.

*“Os brasileiros não escolheram o projeto político desenvolvido pelas forças golpistas que se alojaram no poder.”*

## **SAMANTHA VIZ QUADRAT**

Muriel E. P. Amaral

---

Para Samantha Viz Quadrat, o País passa por um retrocesso, com traços semelhantes ao ocorrido em outros momentos da história por golpes de estado. Uma especialista sobre estudos de ditadura e autoritarismo, a professora do Departamento de História da Universidade Federal Fluminense (UFF) e pesquisadora do CNPq analisa que o golpe aconteceu com o aval das forças legislativas e judiciárias brasileiras, além da forte contribuição midiática durante o processo para a ascensão do atual governo federal. Ela ainda aponta que o golpe foi resultado da participação maciça de vários segmentos sociais que também legitimaram a sua ocorrência e que ocasionou o impeachment, mas que outras consequências estão por vir.

---

### **| Você define o impeachment de Dilma Rousseff como um golpe? Por quê?**

O impeachment, apesar de previsto na Constituição, é um processo político traumático. Entre os meses que antecedem a abertura do processo e seu julgamento com as apresentações da acusação e da defesa do presidente ou presidenta, o País vive um clima de forte instabilidade política que atinge também os aspectos econômicos e sociais diante das incertezas do que teremos pela frente. É traumático principalmente porque a sociedade não é consultada sobre uma decisão que nem sempre se trata de um consenso na maioria da população. Devemos lembrar que não votamos nas pessoas, mas nos projetos políticos que foram divulgados, questionados e debatidos em uma campanha eleitoral. O impeachment é também a revogação desse pacto democrático celebrado nas eleições. Nesse sentido, o que vimos recentemente no Brasil pode ser caracterizado como golpe, pois representou um repúdio a esse pacto e a ascensão de um grupo e de seu projeto ao poder, ambos preteridos pela sociedade nas quatro últimas eleições presidenciais. Os brasileiros não escolheram o projeto político desenvolvido pelas forças golpistas que se alojaram no poder. Isso não é pouca coisa e não deve ser deixado de lado ou visto como algo menor. Considero que urge discutirmos a lei que assegura o impeachment. É legal, mas é um processo legítimo ao substituir um projeto por outro sem consulta popular? É legal, mas não é legítimo também a partir da ausência de crimes de responsabilidades da presidenta que não

teve seus direitos políticos cassados? Foi um processo claramente político e pouco preocupado inclusive com a lei nacional do impedimento. No caso de 2016, chama ainda atenção o grande apoio manifestado por diversos setores da sociedade brasileira tanto a favor quanto contrário ao impedimento. O que demonstra a necessidade de um debate ainda maior sobre esse tipo de condução política. O impeachment recente está sendo um processo traumático, como falei anteriormente, somos testemunhas e enfrentamos fraturas políticas e sociais que levarão anos para serem recompostas. Estávamos acostumados na América Latina a golpes civil-militares bastante comuns na região nos anos de 1960 e 1970. Contudo, desde o golpe ao presidente do Paraguai, Fernando Lugo, em 2012, o que temos acompanhado é uma mudança na estratégia de conquista do poder de forças políticas e econômicas derrotadas no pleito popular sob o verniz da legalidade.

**| Qual a participação da mídia nesse processo? Dê exemplos.**

A mídia, representada pela grande imprensa e grupos como, por exemplo, Folha de São Paulo, O Estado de São Paulo e Grupo Globo, teve um papel decisivo no golpe ao fomentar diariamente em editoriais impressos e na TV (no caso da rede Globo) a desconfiança e o ódio não apenas ao governo da presidenta Dilma Rousseff, como também ao Partido dos Trabalhadores (PT) e à própria esquerda brasileira. Essa grande imprensa encontrou em seu caminho uma direita desavergonhada e desejosa por "sair do armário". Foi o que vimos nas manifestações a favor do impeachment, onde era possível ler faixas pedindo a intervenção militar, contra Cuba e alusão à ditadura militar. As coberturas dessas manifestações ocuparam amplamente o noticiário desses grupos, com entradas minuto a minuto em todo território nacional. Além disso, sobre as ações da Justiça, houve uma seletividade não apenas do poder judiciário, quanto da própria imprensa na escolha do que seria mais noticiado: quais seriam os investigados mais noticiados, a forma de redigir as manchetes ocultando nomes de partidos como PSDB, principalmente, dentre outros. Não vimos também um debate mais crítico e consistente ou a condenação às ações do poder judiciário que desrespeitariam leis com o intuito de passar uma parte do "Brasil a limpo". O vazamento de conversas e a escuta em telefones de advogados (onde se viola o pacto de privacidade do profissional com seu cliente) geraram as cenas mais vexatórias da imprensa na história recente do Brasil como a encenação da conversa entre a presidenta Dilma e o Lula em pleno Jornal Nacional, Rede Globo. Nem mesmo o caso do voto do deputado Jair Bolsonaro a favor do impeachment citando o reconhecido violador dos direitos humanos, Carlos Brilhante Ustra, mereceu alguma crítica na imprensa. Não temos a ilusão de que a imprensa não escolha um lado, mas devemos observar que muitas vezes ao escolher esse lado ou aquele outro a mídia trabalhe com boatos, divulgue notícias que apresentam teores que não são verídicos para depois fazer uma correção pequena.

Isso demonstra que temos uma "imprensa com partido", para parafrasear o Projeto Escola sem Partido que tentam impor à educação nacional. Daqui a alguns anos talvez seja possível acompanharmos um *mea culpa*, como vimos as empresas Globo fazerem sobre seu apoio à ditadura civil-militar, ao abrir o acervo do jornal de maneira online.

Ao mesmo tempo, acho importante ressaltar que temos uma mídia alternativa cada vez mais forte e interessante. A internet tem sido extremamente importante para

contrapor a versão que a grande imprensa divulga. Grupos e/ou coletivos como Jornalistas Livres e Mídia Ninja quebram, ainda que em pequena escala, mas em ascensão, a hegemonia dos grupos tradicionais.

**|Em algum aspecto você acha que a questão de gênero foi relevante junto à imprensa e à opinião pública a influenciar a cobertura do processo de impeachment? Dê exemplos.**

Sem dúvida alguma! A mídia desde o lançamento do nome da então ministra Dilma Rousseff como a escolhida do presidente Lula para a sua sucessão demonstrou que não estava pronta para a ascensão de uma mulher ao cargo máximo do País. Insinuações sobre sua orientação sexual e sua vida amorosa foram pontos de pauta naquele início, mas vimos que Dilma Rousseff conseguiu se impor sobre sua vida privada. No entanto, não eram os únicos aspectos. O preço das suas roupas, além da análise das mesmas, e dos custos com profissionais como maquiadores e cabeleireiros estiveram sempre na ordem do dia.

Com quem ela iria ao dia da posse, com quem moraria no palácio residencial ou quem a acompanharia nas cerimônias oficiais ocuparam boa parte do olhar da imprensa. Em todo o período em que esteve à frente da presidência, Dilma foi retratada como uma mulher durona, característica admirada em lideranças masculinas. Durante o processo de impeachment, a presidenta foi apresentada como alguém desequilibrada, histérica, autoritária e que estava tratando de maneira humilhante e aos gritos os subordinados e pessoas próximas. Isso foi retratado em capas como da *Isto é*, cuja matéria era “As explosões nervosas da presidente Dilma”, em que uma foto da Dilma, quando ela estava em um jogo de Copa do Mundo, de 2014, foi alterada para representar uma mulher descontrolada à frente do País.

**|Você identificou algum aspecto de misoginia – aqui definido como ódio ou aversão às mulheres – na relação que a mídia, os políticos e o Judiciário estabeleceram com Dilma Rousseff?**

Acredito que isso foi mais presente na mídia e nos políticos do que no Poder Judiciário. Com o senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), ex-candidato a vice na chapa de Aécio Neves, declarando que “não quero o impeachment, quero ver a Dilma sangrar”, constatamos que a misoginia encontrou o seu auge na votação do impeachment no Congresso Nacional. Deputados e deputadas com cartazes com a frase “tchau, querida”, uma frase usada por Lula numa conversa telefônica com Dilma. No dia da votação, deputadas foram hostilizadas; o deboche ao votar e os aplausos demonstram esse aspecto. Além disso, não podemos desprezar a bancada religiosa e conservadora no Congresso. Infelizmente, não podemos negar que essa misoginia encontra-se em várias parcelas da sociedade que chegou a imprimir e comercializar um adesivo para colar no carro próximo ao tanque de combustível. No adesivo, a presidente foi retratada com as pernas abertas, assim, para quando o carro fosse abastecido, simularia um ato sexual. Um gesto perverso e repugnante do ponto de vista da representação do gênero.

**|Você considera que o impeachment de Dilma Rousseff terá algum impacto na participação feminina na política? Em que sentido?**

Acredito que a história será justa com a presidenta Dilma. Mesmo com todos os erros do seu governo, inclusive em políticas para as mulheres, o simbolismo de ela ter ocupado o cargo máximo do País não será perdido. Dilma soube enfrentar todo o processo com valentia e coragem. A sua ida ao Senado para fazer a sua própria defesa por horas com tranquilidade e segurança incentiva o empoderamento feminino e a sobriedade. Em seu governo, várias mulheres ocuparam cargos importantes como ministérios e secretarias. Em sua defesa, deputadas e senadoras como Jandira Feghali, Kátia Abreu, Gleisi Hoffmann, Vanessa Grazziotin, Fátima Bezerra, Ângela Souza não se calaram dentro do legislativo. Grazziotin ainda enfrentou manifestantes contrários a ela em voos. Num momento em que o feminismo avança no Brasil, o impeachment da Dilma pode ser lido como um recado para todas as mulheres sobre o nosso empoderamento e participação na vida pública do País. Não é ao acaso a forma como a atual primeira dama Marcela Temer é apresentada como "bela, recatada e do lar" e o governo golpista não ter mulheres entre os seus principais quadros.

#### **| Considerações finais**

Acredito que levaremos um tempo como sociedade para recompor o tecido social pelas disputas pelo ódio e intolerância que se instalaram a partir das eleições de 2014. Hoje vemos amigos e familiares que não se falam mais por conta da política, professores perseguidos, médicos se recusando a atender por divergências partidárias entre outros episódios desgastantes. Foi aberto um espaço para o crescimento de uma extrema direita conservadora que se apresenta com projetos preocupantes como o "Escola sem Partido". Além disso, os episódios recentes mostram a urgência de uma discussão séria sobre a regulamentação da mídia, algo que já deveria ter sido feito. Inventar notícias, fundamentar boatos, não ouvir a todos e não valorizar os elementos democráticos não é o papel que esperamos de quem tem a obrigação de informar. Quanto às mulheres, vejo um momento de transformação profunda. Apesar de toda crítica sem nenhuma base e muitas vezes arraigada em preconceito que tem sido feita ao feminismo, vejo meninas cada vez mais jovens se interessando pelo tema, buscando leituras e coletivos de todos os tipos. Isso tem gerado questionamentos de toda ordem; é uma busca por uma maior inserção na política (vista aqui de maneira mais ampla) e nos direitos das mulheres.

*“O mundo está muito feio. É agressivo. Esses jovens vão ter que fazer alguns acordos que sejam temporários, pelo menos, para poderem sobreviver. Senão, a gente vai para o mundo do Leviatã. É uma crise de civilização.”*

## **SILKE WEBER**

Sheila Borges  
Christianne Alcântara

---

Com quase 50 anos de vida dedicados a formar jovens na Universidade Federal de Pernambuco, Silke Weber é referência nos campos da sociologia, educação e política. É professora emérita da UFPE e permanente do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da mesma instituição. É doutora em Sociologia pela Université René Descartes e pós-doutora pelas Universidades de Bremen, de Paris V, e de *London School of Economics and Political Sciences*. Integrou os comitês da Fundação Carlos Chagas, Fundação Ford, CNPq, CAPES, SBPC, ANPOCS e SBS. Foi secretária de Educação de Pernambuco nos governos de Miguel Arraes (1987/1990 e 1995/1998). Fez parte do Conselho Nacional de Educação (1996 a 2001), da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (2003) e da Comissão Técnica de Avaliação e de Acompanhamento (CTAA) do INEP, órgão do Ministério da Educação (2007/2011). Nesta entrevista, define-se: “sou uma pessoa humana”. É a partir desse olhar que interpreta os fatos e fenômenos sociais. Não concorda com as feministas que definem o golpe também como uma questão de gênero. Reconhece que houve um processo de desconstrução agressiva da imagem da presidente, em que a mídia teve um papel central, mas não o atribui à misoginia. Embora considere que a retirada, por meio de um impeachment, da primeira mulher a ocupar a Presidência do Brasil seja simbólica. Destaca que os meios de comunicação brasileiros têm se dedicado a doutrinar, quando o cidadão espera ser informado. Por fim, acredita que o outro precisa ser respeitado precisamente por ser diferente.

---

### **| Você define o impeachment de Dilma Rousseff como um golpe? Por quê?**

Com certeza, foi um golpe. Pra mim, realmente, foi um golpe, mas que não começou agora. Isso começou com a disputa de dois projetos de sociedade. Na realidade, a eleição de 2014 foi uma tentativa de retomada de um projeto que tinha sido, digamos, posto em xeque na eleição do presidente Lula e na sua reeleição. E pela

eleição de Dilma. Então, isso é muito claro. Isso foi urdido há muito tempo. A questão era ver como iriam fazer. Encontraram um caminho que foi a famosa pedalada fiscal, o grande mote que conseguiu organizar as forças para levar ao processo de impeachment como vimos. Bastante midiático, totalmente suportado pela televisão, em especial pela Rede Globo.

**|A senhora afirma existirem dois projetos de sociedade. O que estaria por trás, na essência, seria uma luta de classes?**

Não sei se é luta de classe. É um conceito complicado. Acho que foi isso o que a mídia tentou fazer. A mídia tentou dizer que o que existia era a luta dos ricos contra os pobres. Parece-me que é muito mais complexo do que isso. Na realidade, essa disputa está pautada em um projeto de sociedade que pretende muito mais operacionalizar as políticas no sentido de garantir o lucro, de garantir uma inserção internacional. Contra outro projeto que, eu diria, é muito mais inclusivo. Os governos do PT tentaram viabilizar um projeto que era de inclusão da grande maioria. Por outro lado, eu não sei até que ponto também – essa é uma crítica que eu faço ao próprio governo Lula – de uma ênfase dada ao consumo. A inclusão baseada no consumo. Posso até ser injusta ao dizer isso, na medida em que a gente tem “n” outras iniciativas... Por exemplo, no que diz respeito à questão educacional, especialmente no tocante à educação profissional e à superior que claramente provocaram mudanças incríveis neste País. O crescimento das universidades federais, com o processo de interiorização... Isso terá uma repercussão importante em longo prazo. Não sei até que ponto esse processo terá continuidade. É nesse sentido que digo que são projetos diferentes. Não é luta de classe. É reduzir muito o debate. Parece-me exatamente que, por um lado, são políticas que viabilizam o social e, por outro, a ideia é viabilizar fundamentalmente o lucro. Pontualmente, existe a questão de classe também.

**|A questão da educação foi um ponto importante para que esse processo (o golpe) fosse deflagrado?**

Certamente. Na medida em que você multiplica as oportunidades para muitos, você está tirando as oportunidades que já estavam pré-definidas para poucos. Além disso, enquanto tivemos uma proposta de inclusão social, a partir de uma visão democrática de sociedade, nós nos deparamos com um elemento central: o respeito às diferenças. A partir dessa perspectiva, a questão racial e a questão das diferenças sexuais se impuseram de uma forma muito forte. Muito forte no sentido de que esse era um movimento que existia dentro do País, mas que foi sistematizado em políticas, como a questão das cotas. Você tinha iniciativas, como a da UERJ (Universidade Estadual do Rio de Janeiro), da própria UnB (Universidade de Brasília). Você tinha iniciativas várias, mas, como política de Estado e como lei, ainda não. As ações afirmativas são exemplos concretos desse processo de construção democrática. É uma sinalização importantíssima no sentido de um projeto de sociedade democrática, que implica em inclusão. Um projeto aponta para isso. O outro projeto (na educação) vai ser o de competição. Quer dizer, é outra forma de pensar. Eu acredito que quando você é movido pela competição, que é um caminho possível para a educação, é totalmente diferente de você ser movido pela concepção de que a educação é um direito humano.

Todos têm direito à formação humana. São esses sinais que mostram quando você tem projetos de sociedade distintos.

**| Quem se posiciona a favor do golpe argumenta que não houve golpe porque tivemos a formalidade do rito do impeachment. A democracia passa a ser meramente retórica neste projeto que se instala?**

Não sei se é retórica. A democracia passa a ser formal. O discurso é de uma democracia formal. Mas a democracia não é apenas a democracia formal. A democracia implica uma democracia social, uma democracia participativa. E a gente está engatinhando na vivência democrática. No entanto, um dos elementos da democracia é o respeito ao voto. O que houve foi justamente, nesse sentido, um golpe. É o fato de que foi desrespeitada a vontade do povo brasileiro. Não digo que Temer não teve voto. Ele teve voto, sim. O vice é eleito com o presidente, mas houve um rompimento. Tanto que Temer foi o grande aglutinador do projeto “Ponte para o futuro” (referindo-se ao documento lançado pelo PMDB com um projeto que se diferenciava do projeto do governo Dilma). Temer foi eleito com um projeto e rompeu com ele ao longo do processo. Temer rompeu com o projeto que foi submetido ao escrutínio eleitoral. Quem traiu o voto foi o então vice-presidente. Ele foi o ponta de lança dessa traição.

**| A senhora disse que o golpe começou lá atrás. Ele começou a ser gestado após o resultado das urnas?**

Os representantes da oposição a Dilma estavam certos de que iriam ganhar. Todos sabiam que o Brasil estava dividido em dois. Nesse sentido, digo que o golpe foi urdido antes. Ela não teve apoio para fazer nada daquelas consultas que seu governo propôs, após as manifestações de 2013. Dilma já não tinha apoio do Congresso.

**| Sobre as manifestações de 2013, existe uma teoria de que havia um movimento internacional para desarticular o governo brasileiro...**

Não gosto muito da concepção conspiratória. Não gosto porque ela é muito fácil. Muito simples. Porque acho que a gente vai para o imperialismo norte-americano e discorre sobre todas as consequências. Acho que é muito mais complexo. Inclusive, a gente viu que as manifestações de 2013 começaram com o movimento Passe Livre e cresceram a ponto de perdermos totalmente o controle. Todas as demandas foram aglutinadas lá. Por outro lado, do mesmo jeito que nasceu, morreu. As manifestações passaram a ter outro caráter. As manifestações passaram a ser contra Dilma ou a favor de Dilma. Contra Lula ou a favor de Lula. As manifestações de 2015 tiveram outro caráter. Elas eram mais claras, inclusive. Algumas, até violentas.

**| A partir dessas ponderações, poderíamos dizer que as manifestações de 2013 foram o divisor de águas?**

Parece-me que isso é um ponto importante, mas não sei se é o divisor de águas porque ela ainda foi eleita depois disso. Ela foi eleita em 2014. No meu ponto de vista, estava em ebulição. Dependendo da conjuntura, elas se manifestavam ou se recolhiam. Depois da eleição, entretanto, você tem as grandes questões. Em fevereiro, a disputa da presidência da Câmara, imediatamente após a posse. Eduardo Cunha é eleito.

Depois, a convocação de Joaquim Levy para o ministério que dá uma tônica econômica totalmente inesperada, sem nenhuma explicação. Aquela proposta era a de Aécio, que havia perdido a eleição. Aí, acho que houve um erro de avaliação. Deveria ter sido explicado ao País o que mudou. Até ontem, era um discurso e a partir de agora é outro? Havia novos elementos na conjuntura internacional que poderiam explicar? Por que, em um espaço de dois meses, muda-se um discurso e muda-se uma prática?

**| Qual foi a participação da mídia neste momento?**

A mídia cobrou, mas Dilma não respondia. Isso a tornou vulnerável. O que me deixou impressionada foi o desmonte de uma imagem pública. Ela era considerada alguém competente, do ponto de vista administrativo, gerencial. Reta e austera. O que se tentou fazer foi torná-la de certa maneira o bobo da corte. A mídia a chamou de mentirosa. Uma mídia chamar uma presidente de mentirosa é muito grave. Ela foi reiteradamente apresentada (para a população) como mentirosa. A mentira já era o projeto (não começou com a questão das pedaladas). O problema começou com a nomeação do ministro da Fazenda. A grande questão é que teria que ter sido explicado ao povo brasileiro sobre a crise brasileira e a internacional.

**| A desconstrução da imagem foi a principal participação da mídia no golpe?**

Certamente. A mídia foi um instrumento. O tempo inteiro chamava a atenção para o índice de popularidade que estava decrescendo. O partido também não a apoiou. O próprio vice-presidente escreveu aquela carta – antes do documento “Ponte para o futuro” – pra dizer que ele próprio era uma figura decorativa. Ali, Temer disse que estava desembarcando. Ela não teve apoio nenhum. Ela ficou só até o final. Quer dizer, ela ficou com Luiz Eduardo Cardoso.

**| Nessa participação da mídia no golpe, você pode dar exemplos?**

Para mim, o exemplo mais patente é a Globo News. Por acaso, liguei um dia desses. Estava passando o programa Manhattan Connection. O Diogo Mainardi falando que para ele só interessava derrubar Dilma. Ouvi isso e desliguei. Só o fato de alguém ter a capacidade de, do lugar que ele estava, dizer uma coisa dessa... Acho que dá toda a dimensão do que ocorreu realmente. Para mim, não há mais limite. Eu acho que você vê isso na imprensa, de forma geral, mas, particularmente na televisão.

**| Quando nomeou o ministro da Fazenda (e começou a ser chamada de mentirosa pela mídia), Dilma traiu os eleitores?**

Foi um choque. Mas havia tanto em jogo... Os movimentos sociais tiveram participação e presença, mas, na medida em que tiveram muita participação e presença, eles não foram politizados, por outro lado. Houve reverberação de toda a movimentação social, mas só que quando você institucionaliza algumas demandas, como, por exemplo, a secretaria que tratava da questão racial, há consequência do ponto de vista da mobilização.

**| Desmobiliza?**

Não sei se desmobiliza totalmente, mas, enfim, os limites se tornam mais claros.

**|O movimento social surge para fazer a crítica. Quando existe um governo que o representa, o movimento passa a ser vitrine. No caso do movimento estudantil, por exemplo, houve uma cooptação?**

Não sei, porque o movimento estudantil tem todo outro elemento. Há a questão do individualismo que perpassa a juventude. Você tem movimentos estudantis que continuaram lutando em favor de todas essas mudanças, pelo menos os que representavam a União Nacional dos Estudantes (UNE). Não sei se isso significa que eles foram cooptados. A diferença é que talvez eles não tenham precisado lutar para que alguns temas fossem incorporados pela política. Ou seja, aqueles temas já faziam parte da política, do projeto político, do projeto de sociedade daquele governo.

**|Aparentemente, por um lado, o poder fez mal aos movimentos sociais. Temos visto uma série de medidas, como a PEC 241, a MP do Ensino Médio... Parece que os movimentos sociais não sabem mais ir para as ruas?**

Talvez. Não sei se a gente continua esperando as mesmas formas de luta, quando elas agora deveriam ser outras. Talvez. Ir para a rua, com certeza, é uma forma de luta. Agora, de qualquer maneira, acho que a gente tem uma resposta. Talvez não tenhamos a resposta na mesma intensidade que antigamente. Ou a resposta não seja proporcional às ações que estão sendo adotadas. Acho que é muito mais uma questão de intensidade do que de não-resposta. Parece-me que há uma infinidade de iniciativas de Norte a Sul do País. Seja via manifesto, seja via movimentação de rua, seja via ocupação de escola. Atualmente, temos “n” formas de manifestações. Temos outras formas de mobilização, inclusive, que não existiam em outros tempos, que são as redes sociais. Deixamos de ter uma direção exata. Você tem “n” direções. O “estar contra”, o “estar cético” e o “não estar concordando” mobilizam. Mas, não é algo orgânico. Não é mais um partido que chama. Pelo menos, por enquanto. Pode ser até que isso retorne, mas não me parece que hoje é isso. Mas é de qualquer lado. Não tem um lado que esteja conseguindo ter essa direção. A própria direção é fluida. Há todo um contexto que muda com as formas de participação.

**|Pode-se dizer que o PT, por toda fragilidade em que se encontra atualmente, perdeu a capacidade de mobilizar? Foi desferido um golpe contra o partido também ou principalmente?**

De certa maneira, tenta-se destruir também a imagem dele. Todas as interpretações que se tem em relação às eleições levam à conclusão de que foram eleições em que se consagrou a destruição do PT. Acho que eles estão vulneráveis. O partido está em estado de choque. É o que me parece. Ele não encontrou por onde reagir. Um dos elementos que ele teria que fazer é a autocrítica. Não se pode fazer de conta que as coisas não aconteceram. Se o partido é vítima ou agente, não sei. Mas a análise tem que ser feita.

**|Na sua visão, houve vários golpes e não só um: contra o governo, contra o PT, contra a imagem de Dilma?**

Com certeza. Sobretudo, contra Lula. Ele é o representante máximo de todo esse projeto. Isso está muito claro. Não sei se poderíamos chamar de vários golpes,

mas talvez seja o caso. Essa desconstrução toda. A gente estava focando em Dilma, mas a desconstrução da imagem dela é a desconstrução da imagem de Lula, que a indicou. É a desconstrução da imagem do PT, que deu suporte. Já se tentou fazer isso na época do mensalão, na época da reeleição de Lula... A conjuntura era outra. A conjuntura internacional e a brasileira. Ele conseguiu, não só ser reeleito, como eleger Dilma.

**| Quando se fala nesse ponto, houve esse momento de Lula, relativo ao mensalão, e o momento recente de Dilma. O processo de desconstrução de imagem, da forma como foi feita, está relacionado a uma questão de gênero?**

Acho que era a imagem da presidenta, se for o caso... Entretanto, não sei se seria diferente com um homem na Presidência. É difícil separar, mas não me parece que a misoginia teria sido o grande móvel da desconstrução da imagem de Dilma. Para mim, a questão era a imagem profissional, política e, digamos, institucional de alguém que tinha sido eleito. Não vejo muita a questão de gênero. Pode ter uma repercussão, mas não foi o grande móvel.

**| Mas, foi um aspecto relevante?**

Não tenho uma posição clara sobre isso. Fico muito na dúvida porque não vejo. Vejo realmente que a desconstrução era a de uma imagem de alguém que foi eleita para dirigir o País durante algum período. Então, o que foi feito foi justamente contra esse alguém. Não sei se teria sido assim se esse alguém fosse um homem.

**| Poderíamos dizer, por exemplo, que esse impeachment é um recado enviado às mulheres? O recado de que o espaço público não é um espaço feminino, que o lugar da mulher é o do privado?**

Essa interpretação é a interpretação que as feministas gostariam de fazer, mas eu não compartilho dessa visão. De jeito nenhum. Eu concordo que certamente a questão de gênero interfere, mas não acho que ela foi o móvel. A questão de gênero não ficou cristalizada. A desconstrução partiu do aspecto da incompetência. Foi tudo mais nesse outro nível. Terminou chegando, inclusive, à questão da personalidade. Do mesmo jeito que você tem agora, de certa maneira, a personalidade de Eduardo Cunha sendo colocada em xeque. É isso que está em evidência também. Não é porque ele é homem, não é uma questão de gênero. São traços de personalidade. A própria Dilma apontou nessa direção, mas, não sei se compartilho. Não vejo assim.

**| Lembrando o caso da matéria de capa da Isto é, na qual se traçou um perfil de Dilma como desequilibrada e histérica, a senhora não considera que, se fosse um homem, seria diferente?**

Para mim, a questão é da personalidade, como estão fazendo com Eduardo Cunha. Ele é colocado como irascível, ameaçador, frio.

**| Apesar de não considerar o fator misógino preponderante, a senhora não concorda que não se pode deixar de levar em conta que todo o processo retirou do poder a primeira mulher eleita para ocupar a Presidência da República?**

Isso é simbólico. Simbólico, é. Dilma usou muito isso.

**|Esse episódio simbólico não pode desestimular a participação feminina no campo político?**

Não sei se tem uma relação de causa e efeito. A participação política da mulher ainda é muito reduzida no Brasil. Você veja que não adiantou de nada ter estabelecido cotas partidárias. Acho que isso já faz parte da própria experiência brasileira. Essa participação política efetiva da mulher ainda é algo que precisa ser conquistado. Não faço essa associação de impeachment com o fator de gênero. Tem tantos outros fatores... Esse pode até ser. Dilma acha que o fato de ser mulher seria um elemento central para o golpe, mas não sei se eu concordaria com ela.

**|De qualquer forma, a senhora não afirmou que nunca viu uma desconstrução de imagem de uma figura pública nessa dimensão?**

Eu não vi como cidadã. Para dizer isso com mais propriedade, teríamos que fazer uma comparação com Collor, por exemplo. Com Collor, pesou mais a questão do caçador de marajá, do grande salvador da pátria... A desconstrução da imagem dele foi sendo feita nesse sentido. Depois houve a questão da corrupção como elemento central. Apropriação de dinheiro público. Acho que é preciso analisar esses dois eventos políticos do impeachment que a gente viveu. No caso de Dilma, o mote foi a pedalada fiscal e se construiu toda a argumentação em função disso, da pedalada fiscal, do crime de responsabilidade. Costuraram-se os argumentos em função disso. Buscavam-se provas, as mais diversas... Depois, do outro lado, todas essas provas são desconstruídas e se demonstra que isso não se sustenta. A disputa será da argumentação, da narrativa. Quem ganha é a coalizão. Quem define o processo é quem oferece as benesses advindas do fato de se ter votado favorável ao processo de impeachment. É o desdobramento desde então.

**|Quando a senhora lembra o impeachment de Collor e o de Dilma, só reforça o papel central que a mídia desempenha?**

Foi um ator importante no sentido de que a mídia, de certa maneira, manipulou a opinião pública o tempo inteiro. Para mim, não há mais limite no tratamento de figuras públicas, de representantes. Eu acho que você vê isso na imprensa de forma geral. É uma forma muito pouco civilizada. Perderam o limite.

**|Há uma crise de civilidade?**

Das regras de convivência social, de processo civilizatório... Eu me assusto. Espera-se uma apuração dos fatos. É um elemento central. Você precisa, pelo menos, oferecer os dois lados. A imprensa passou a ser uma instituição propagandística. Fazer propaganda de uma proposta. É isso, no final de tudo.

**|A imprensa teria virado um partido, para alguns pesquisadores, no sentido de usar o veículo para se posicionar, sem deixar claro que está se posicionando...**

A imprensa avocou para ela as tarefas institucionais que não são dela. Você quer coisa mais complicada do que os espetáculos das sessões do julgamento do mensalão? Você precisa ter limite. Diz-se que é democrático porque o cidadão tem acesso e transparência, mas isso torna algumas instituições muito vulneráveis. Você não precisa ficar horas e horas mostrando todo o processo. Eu me incomodo. Não é que eu queira

esconder nada. Entretanto, tudo vira espetáculo. A mídia vira um grande agente de espetáculo para dramatizar.

**|A política vira entretenimento?**

Não sei se vira entretenimento, mas acho que é muito mais um veículo de difusão de ideias próprias, que uma determinada corrente defende. Talvez seja um partido. Não está claro. A imprensa deveria democratizar a informação. Os estudos da década de 70 mostram que, de repente, não era tão objetivo assim. Basta ler Eliseu Verón, com suas análises de discurso e de semiótica.

**|A expectativa do cidadão comum é a de receber a informação para que ele possa, a partir de várias opiniões, formar a sua própria opinião. Não é isso o que acontece?**

Parece-me que não. Você não tem as várias visões. Você só tem uma.

**|Seria uma clara manipulação?**

Ou uma doutrinação praticamente. Você tem todo o tempo um ponto de partida que organiza a argumentação em função de buscar adeptos. Não há uma contraposição, um contraditório. É preciso mostrar o outro lado. Mas, se você pega o jornal, você vê uma posição monolítica. Só tem um lado.

**|O Brasil na verdade tem falhado na condução de uma política de comunicação consistente. Lula chegou a acreditar que a TV Globo fosse uma aliada. A verdade é que não avançamos na comunicação pública...**

Há essa crítica. Eu tive a experiência de viver no exterior. Fico pensando a referência do Le Monde. Tinha sempre a contraposição. As questões eram claramente colocadas o tempo todo. Você, leitor, é quem vai buscar mais elementos. Fui formada nessa escola. De repente, você se vê doutrinada. Procuo o maior número de fontes possível. É o que posso fazer. Leio a imprensa brasileira, mas faço o contraponto com a internacional. É muito mais complicado, mas você precisa ter várias fontes. A mídia internacional não apresenta uma única visão. Tivemos uma mídia alternativa no tempo da ditadura, lá em 64. Foi o tempo que apareceu mais mídia alternativa. Você tinha o Correio da Manhã, Última Hora, Pasquim, Opinião. Existia um movimento de resistência forte. Hoje, temos Caros Amigos, Piauí, Carta Capital. Há algumas fontes para fazer o contraponto.

**|Atualmente, a mídia alternativa se faz nas redes sociais?**

Sim. A gente antigamente esperava a mídia estrangeira pelo correio ou no aeroporto. Hoje, temos instantaneamente pela internet. Temos mais possibilidades e é mais complexo também.

**|Após esse processo de impeachment, a sensação é de que o desgaste continua. Se o impeachment seria o remédio, então não houve a cura?**

Você veja que cada vez tem medida para frente e para trás. Você observa o que está sendo dito pela imprensa em relação ao Congresso. A ideia desse governo é arranjar uma forma de se sustentar. Há uma instabilidade. Você não tem projeto. Tem um jogo de interesses que muda a cada dia. Todas as medidas, pelo menos aquelas que

eu acompanho mais de perto, têm ida e volta. Mesmo aquelas que já chegaram a termo. Voltam. Justamente porque o apoio é fluido. Foi naquele instante. Já não é no instante seguinte. A gente está em um clima de instabilidade, não pela forma de chegada (de Temer à Presidência). O que não existe é apoio maciço, como Lula teve, como Dilma teve no primeiro mandato.

**|É a crise da representatividade ou a crise da democracia representativa?**

Temos todas as crises. A democracia representativa está em crise. Por outro lado, a democracia participativa não se efetiva e não se sabe como fazer.

**|É nesse clima de instabilidade que as forças conservadoras estão retornando de forma intensa...**

Sou pouco otimista em relação ao nosso futuro próximo por tudo isso. A gente não tem nem um mínimo de acordo em relação àquilo que poderia tornar uma convivência tolerável entre as pessoas. Tem um clima de ódio muito forte que não é só local. Você tem agressão o tempo inteiro. Agressão a projetos. Agressão a pessoas. Atualmente, você tem dificuldade até de conversar sobre perspectivas porque imediatamente alguém vai lhe chamar de alguma coisa e não quer mais conversar com você. É muito complicado. O mundo está cindido mesmo. Aí você tem dificuldade de fazer projeto. Você tem que ter um mínimo de acordo temporário. Não sei se a gente consegue fazer. Estou muito assustada com o nível de intolerância. As pessoas não falam. Elas gritam. E não são argumentos racionais. São ações agressivas, passionais. Evita que você faça uma discussão no mínimo reflexiva. Isso me apavora. Você é a favor ou contra e ponto. Não é assim. É tudo mais complexo. Tem todo um caminho aí para você ser a favor ou contra. Temo muito pelos próximos anos. A gente só vai intensificar essa instabilidade. Todo mundo vai querer ir embora... A classe média, a juventude. Ninguém quer só fazer intercâmbio e voltar. Quer ir pra ficar. E aí, onde está o Eldorado? A Europa está com aquela tragédia com os imigrantes. O mundo está muito feio. É agressivo. Esses jovens vão ter que fazer alguns acordos que sejam temporários, pelo menos, para poderem sobreviver. Senão, a gente vai para o mundo do Leviatã. É uma crise de civilização. Na hora que há o acirramento entre contrários, isso vem à tona. A questão é respeitar o outro por ser diferente. Essa é a questão.

**|A senhora já ocupou cargos no Poder Executivo, já esteve nos processos decisórios. Quando a senhora viu o isolamento de Dilma, chegou a se identificar? Já passou por momentos semelhantes?**

Sempre respeitei e admirei Dilma por ela representar bem o papel de presidente até o fim. Ela foi corajosa até o fim. Foi se defender. Fez todo o caminho. Ela foi íntegra do começo ao fim. Ela foi muito consciente do papel institucional dela. Logo que assumi a secretaria (de Educação no governo de Miguel Arraes), houve uma loucura nesse estado (em Pernambuco) porque começamos a debater a indicação de diretor de escolas. Todo dia, tinha passeata. Todos os dias, a pasta estava nos jornais. Amigos me chamaram e perguntaram como eu estava. Eu disse que eu estava bem. A secretária estava sendo criticada. Eu, não. Só não quero que um dia despreguem a minha visão. Silke está aqui. Eu tinha clareza de meu papel. Eu estava gerindo algo que era maior do que eu. Eu fazia uma separação.

**| Em algum momento, sentiu-se discriminada por ser mulher?**

Não. Nunca. É uma pergunta que pra mim é difícil. Lembro que tinha 25 anos quando estava na França, respondi um questionário feito por um psicólogo social muito influente, que perguntava quem eu era. Aí eu respondi: eu sou uma pessoa humana. Depois, escrevi que era mulher. Depois, que era brasileira. Mais tarde, como estagiária, participei da apuração desses mesmos questionários. Quase ninguém dizia que era pessoa humana. Eu digo: a primeira coisa que eu sou é uma pessoa humana. Continuo pensando da mesma forma. Então, eu sou uma pessoa de uma determinada geração, de um gênero determinado e com uma oportunidade determinada, mas eu sou uma pessoa. Pra mim, é difícil ver a questão de gênero. Perguntaram pra mim, na ADUFEPE (Associação dos Docentes da UFPE), quando a gente criou a ADUFEPE, se existia essa questão de gênero. Eu respondi que fazer a universidade era o que nos congregava. Era em função disto que a gente discutia o papel da universidade na sociedade brasileira. O que era necessário para ter uma universidade comprometida com a sociedade? A minha perspectiva é essa. A questão central é a pessoa humana, o fazer alguma coisa, de alguma forma, com as diferenças, com as possibilidades, com os choques, com os conflitos, com os acertos, com os erros, independentemente de gênero.

*“Podia arriscar aqui uma profecia sobre o passado: se ela fosse um homem, não teria sido impedida. No fim das contas, ser uma mulher foi a gota d’água.”*

## SÍRIO POSSENTI

Luciana Salazar Salgado

---

Cronista polêmico, escreve colunas semanais há mais de vinte anos, tendo publicado parte importante desse material no Terra Magazine até seu fechamento, quando assumiu a entrada autônoma na blogosfera (blogdosirioblog.wordpress.com). Professor Titular no IEL/Unicamp, Sírio tem longa trajetória de estudos do humor e sobre a circulação midiática de enunciados políticos, entre os quais estão suas reflexões sobre as paráfrases que sustentam termos cruciais na atual conjuntura, convocados por semânticas distintas, conforme as diferentes comunidades discursivas. Citado em diversas vertentes teóricas, portador de distinções institucionais, é um escritor profícuo, com publicações que passam por revisões epistemológicas de fôlego e uma farta divulgação científica, que se ocupa tanto da formação política de professores quanto do cultivo de espaços de debate presenciais e digitais.

---

### **|Você define o impeachment de Dilma Rousseff como um golpe? Por quê?**

Se o processo de *impeachment* de Dilma Rousseff foi um golpe? Eu não tenho dúvida nenhuma em dizer que sim. Podemos nos basear em vários dados, fatos e fontes para dizer isso. Por exemplo, lendo jornais, pelo menos desde a metade do ano passado [2015], logo se constatava que havia gente comentando ou resenhando livros sobre os novos golpes na América Latina. Lamento muito não ter recortado o artigo de um colombiano que trabalha na Argentina e que analisa esses novos golpes na região; tratava basicamente dos casos de Honduras e Paraguai, golpes sem intervenção militar, sem nenhuma mudança aparente da ordem política ou jurídica, que simplesmente tiram um presidente e colocam outro.

Em Honduras havia um tipo de argumentação: Zelaya<sup>24</sup> estaria pretendendo permanecer mais tempo no poder, e teria chances de ganhar no Congresso, como

---

<sup>24</sup>José Manuel Zelaya Rosales, presidente eleito da República de Honduras, exerceu o cargo de 27 de janeiro de 2006 a 28 de junho de 2009.

Fernando Henrique fez no Brasil<sup>25</sup>. No Paraguai, encontraram um problema a partir do qual processaram Lugo<sup>26</sup>, e o *impeachment* se deu em um dia, o Senado paraguaio destituiu Lugo em um processo que durou um dia!

Era, segundo a referência que se fazia em resenhas variadas, um “golpe político”. Descreviam-se “golpes parlamentares” como uma nova modalidade de golpe.

Eu tinha lido, antes, no dicionário político de Bobbio e outros<sup>27</sup>, que o verbete “golpe” tem uma história – como todas as palavras, na verdade. Ocorrem mudanças do sentido da palavra “golpe” que dependem de circunstâncias históricas e políticas em que ele ocorre. Há, ali, um exemplo muito interessante: todo mundo lê, em História Geral, que houve uma Noite de São Bartolomeu na França, durante uma guerra religiosa complicada; Catarina de Médicis mandou matar líderes huguenotes, e esse verbete descreve o fato como um “golpe”. Mas o que é mais impressionante, é que um analista político e parlamentar como Sahid Farah descreve como “golpe”, por exemplo, o Pacote de Abril de Geisel, e cita mais meia dúzia de mudanças que a ele se seguiram – por exemplo, as mudanças no poder judiciário e a instituição do senador biônico... E olhe que Said Faraht – que não é nenhum petista! – lista todos esses fatos como “golpes”. Abre o verbete retomando definições de “golpe de Estado” de diversos dicionários:

A expressão *golpe de Estado* está dicionarizada como “mudança violenta ou ilegal de governo (Oxford Concise Dictionary), “subversão da ordem constitucional” (Aurélio), “violação deliberada das formas constitucionais por um governo, uma assembleia, um grupo de pessoas que detêm a autoridade” (Larousse); ou “a súbita e forçada substituição de um governo” (Webster’s New Tenty Century Dictionary). Reduzido a termos mais simples, golpe de Estado configura a substituição de um poder do Estado por outro, por métodos não constitucionais, com ou sem uso de violência física (p. 455).

Além de citar essas definições, menciona características e casos que (mesmo sem golpes de interpretação), podem incluir o processo ocorrido no Brasil. Por exemplo, “o golpe de Estado *parte de um dos poderes do Estado contra outro*” poderia aplicar-se a casos em que o Legislativo “derruba” o Executivo (talvez o caso atual caiba nesta descrição).

Entre os golpes havidos no Brasil, o mesmo autor (que foi ministro do general Figueiredo, note-se), cita o AI-5 (dezembro de 1968), “sucessivos golpes de Estado, consubstanciados nos atos institucionais 12, 13, 14 e 15, todos de 1969” (p. 456), e é aí

---

<sup>25</sup>Menção ao modo de articulação política que levou à reeleição de Fernando Henrique Cardoso: em 4 de junho de 1997, a emenda da reeleição foi aprovada pelo Senado; em 1998, FHC foi reeleito presidente da República Federativa do Brasil.

<sup>26</sup>Fernando Armindo Lugo de Méndez, eleito presidente do Paraguai, exerceu o cargo de 15 de agosto de 2008 a 22 de junho de 2012.

<sup>27</sup>Bobbio, N. et al. (1986). Dicionário de Política. Brasília: UnB, 1986. p. 545-547.

que acrescenta “os golpes de Estado do presidente Ernesto Geisel [nunca tratados como golpes!], em abril de 1977, através de duas emendas à Constituição”, os casos mencionados acima. Antes, havia considerado “golpe” a decisão de Auro de Moura Andrade, então presidente do Senado, declarando vaga a presidência da República em 1964.

No programa Roda Viva de 4/7/2016<sup>28</sup>, o historiador Leandro Karnal, embora não tenha tomado posição clara sobre o processo contra Dilma, disse (em torno do 16º minuto) que o Brasil é um País no qual houve uma sucessão de golpes. E enumerou: Independência, maioria de D. Pedro II, República, 1891, 1930, 1937, 1945, 1954 (tentativa em 1955). Não mencionou 1964, sabe Freud por quê! Mas disse, então, que “o Brasil é o País do golpe”. Vê-se, portanto, que o sentido da palavra pode variar bastante.

Se todos esses exemplos podem ser considerados *golpes* de alguma maneira – em momento nenhum Farhat diz que se trata de metáfora ou qualquer coisa desse tipo –, isso tudo indica que a palavra “golpe” designa, hoje, vários tipos de movimento. E que o tal “pronunciamento”, que é o golpe considerado típico da América Latina, com militares, tanques nas ruas, suspensão de *habeas corpus*, de direito de reunião etc., é hoje uma excrescência<sup>29</sup>. Ninguém mais ousa fazer esse tipo de coisa – provavelmente ninguém ouse... – porque os países perdem prestígio, perdem negócios, empresas globalizadas não querem ficar a reboque de governos e de países que, digamos assim, mudam de poder a cada momento... Então o golpe militar típico, clássico, perdeu prestígio. É péssima peça publicitária. Mas encontraram-se outras maneiras de destituir governantes.

“Golpe” tem sentidos de *trama*, de *armadilha*, registrados em dicionários como o Aurélio, por exemplo, ou o Houaiss. Então o que houve no Brasil foi um golpe. Há cientistas políticos que corroboram a tese de que houve um golpe. E, enfim, se formos olhar nos dicionários cujos verbetes foram redigidos antes deste golpe, antes do que houve no Paraguai e mesmo antes do que houve em Honduras, incorporariam esses acontecimentos como exemplos de golpe tranquilamente, dadas as acepções que compilam.

Mas é verdade que, quando se diz “golpe”, muitos ainda pensam em militares na rua. E é claro, também, que hoje isso não é mais necessário. Esse seria o golpe prototípico, há golpes que não são prototípicos. São golpes que poderiam ser chamados de “golpe branco”, “golpe político”, “golpe parlamentar”... Mas é golpe.

---

<sup>28</sup> Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=JmMDX42jOoE>, último acesso em 01/11/2016.

<sup>29</sup> Em todo caso, não devemos desconsiderar episódios como o ocorrido em 12 de março de 2016, quando a Polícia Militar invadiu, portando metralhadoras, a subsele do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, em Diadema, onde ocorria uma reunião do PT (Cf. entre outros, <http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,pm-invade-reuniao-pro-lula-em-diadema,10000020913>, último acesso 01/11/2016). Ou, mais recentemente, quando a Polícia Militar interrompeu uma apresentação teatral do espetáculo Blitz, da Trupe do Olho da Rua, na Praça do Povo em Santos – SP (Cf. entre outros <http://www.redebrasilatual.com.br/educacao/2016/10/esta-na-hora-de-acabar-com-esta-brincadeira-diz-beto-richa-7290.html>, último acesso 01/11/2016). Casos amplamente divulgados, estes episódios põem uma questão sobre os moldes do direito a reunião vigente.

Não se trata de opinião pessoal, simplesmente. Lendo quem escreve por aí... Um jornalista como Elio Gaspari, por exemplo, escreveu que houve golpe e também cita acepções do Houaiss para sustentar isso. Os que querem dizer que não houve golpe ficam perguntando coisas como “cadê as armas?”, “cadê os tanques na rua?”, “não está todo mundo com liberdade de associação?”, “o noticiário não é livre?”, “a própria presidente Dilma não está voando pra cá e pra lá, embora esteja ameaçada de *impeachment*?”, “como pode ser um golpe, se ela viaja no avião do governo, mora no palácio?”, e assim por diante... Enfim, quem diz que isso não é um golpe quer dizer de fato que não é golpe militar, com tanques na rua, etc., como foi 1964, por exemplo. Esse foi um tipo de golpe que hoje seria excepcional, talvez impossível. Até o Papa Francisco andou falando em “golpe blando”, referindo-se a golpes não violentos...

Agora, tem uma história esse golpe. Pode-se mostrar que não foi uma coisa repentina. Ele foi preparado, como todos os golpes. Sobre o de 1964, por exemplo, há certa unanimidade quanto a ele ter começado em 1954: iam dar o golpe contra o Getúlio Vargas, mas seu suicídio pôs a população contra o movimento, então tiveram que esperar alguns anos; foram preparando, preparando, forjando rebeliões... tentaram impedir o Jango de assumir em 61, e finalmente, em 64, deram o golpe clássico.

Golpes são preparados. Os golpistas se reúnem, não sejamos ingênuos. Industriais, banqueiros, outros conservadores... – ou não, conforme contra quem seja o golpe – analisam a conjuntura. Às vezes, a espera do momento propício é grande, pode demorar um ano, dois, três, quatro... Eu penso que esse golpe contra Dilma Rousseff pode ser historiado rapidamente da seguinte maneira, sem considerar diversas falas contra Dilma antes, quando ela foi candidata pela primeira vez, e difundiu-se, entre outras, a ideia de que ela era “um poste”, não tinha “carreira política”, portanto não poderia ser presidente... Enfim, sem contar isso (embora isso acabe indo para a conta), vamos pensar nas eleições de 2014. O debate durante a campanha eleitoral já era desmerecedor ou deslegitimador de Dilma, tanto por parte de Aécio Neves (PSDB), e dos que estavam diretamente ligados a ele, quanto por parte da Marina Silva (Rede Sustentabilidade), que acusaram incessantemente a campanha de Dilma de ser “violenta”, “grosseira”, “injusta”, “antiética”... um monte de coisas que já eram formas de enfraquecer o mandato dela.

No dia da eleição, todo mundo estava esperando que Aécio ganhasse: eu estava vendo isso na TV, provavelmente havia vazamento, porque alguns comentaristas diziam que já havia um resultado, que já tinha gente embarcando para Brasília. E quando foram abertas as urnas do Acre foi aquela esfriada geral, porque aí Dilma apareceu na frente, 0,5%, 1%, não lembro bem, mas já apareceu na frente, e quanto mais urnas iam sendo abertas onde não havia horário de verão, ou o fuso era outro, mais aumentava a diferença entre Dilma e Aécio. Lá pelas seis da tarde, Aécio liderava, porque as urnas foram abertas do sul para o norte. Quando chegou a vez do Norte, ele perdeu. E quando o resultado final saiu, via-se na cara dos apresentadores uma enorme decepção. Espalhou-se, já naquela altura, um vídeo de um comentarista desses menos influentes, que têm menos assistência, de um canal “menor”, SBT ou Rede TV, algo assim, em que uma jornalista já falava em *impeachment* – a palavra “*impeachment*” apareceu já nessa noite.

Também há o fato de que Aécio Neves nunca aceitou o resultado. Houve o pedido para analisar as urnas, para a recontagem de votos, depois o episódio sobre as contas de campanha sob suspeição... Só que tudo isso foi sendo superado e ficou demonstrado que, se é verdade que Dilma ganhou “por pouco”, como dizem alguns, Aécio perdeu por *bastantinho*. O fato é que não houve aceitação desse resultado. Depois, houve um período em que ficou parecendo que as coisas se estabilizavam, até que engrossaram a partir de fevereiro, com a eleição do deputado Eduardo Cunha (PMDB) para a Presidência da Câmara.

Porém não houve de fato tranquilidade em momento algum. Há uma reportagem no *Estadão*, exatamente do dia 16 de abril<sup>30</sup>, que é a véspera da votação na Câmara dos Deputados sobre a aceitação do pedido de *impeachment*, que narra as reuniões de um grupo, composto fundamentalmente por oitos deputados que se autodenominavam G-8 – esse “G” é de *geriátrico*, porque são deputados mais velhos, mais antigos –, coordenado por um ex-senador do Piauí, Heráclito Fortes. As reuniões eram feitas na casa dele, que providenciava o vinho, a comida, coisas desse tipo... Resumidamente: nesse lugar se articulou o processo de impedimento. Isso fica muito claro quando a matéria noticia que, durante um ano, foram chamados especialistas para explicar como funciona um *impeachment*; os deputados tinham aulas sobre o conteúdo jurídico, mas também de comportamento, sobre como portar-se na Câmara quando essa discussão aparecesse. Nelson Jobim, por exemplo, foi um jurista convidado para dar uma aula sobre *impeachment*, diz essa matéria. Isto é, desde janeiro, antes da posse da nova legislatura e antes da eleição de Cunha para presidir a Câmara dos Deputados, portanto, já havia um grupo de políticos, basicamente de deputados, organizados para dar um golpe, para dar esse golpe.

Então a preparação não só vem de uma data anterior, mas ela é também explicitamente organizada a partir de abril de 2015.

Essa narrativa do jornal (não como uma denúncia, mas como um registro) desmente qualquer hipótese como “foi por causa das contas reprovadas”... Houve a reprovação das contas, que constituiu mais um pretexto... o Tribunal de Contas votou o parecer em 20 minutos! Normalmente uma sessão dessas dura cinco ou seis horas, cada ministro dá o seu voto relativamente longo. Neste caso, o relator foi breve – seu parecer era conhecido há tempo! – e todos os ministros votaram celeremente, a decisão foi unânime... Não consideraram o fato de que antes erros parecidos tinham ocorrido...

Mas desconsideremos o Tribunal de Contas, embora ele tenha fornecido o gancho a partir do qual se construiu a justificativa jurídica ou administrativa para ancorar a ideia de *impeachment*. A narrativa das reuniões desse grupo de deputados é, para mim, o que mostra cabalmente um golpe organizado – e a matéria foi publicada pelo *Estadão*, ou seja, por um jornal que sempre se posicionou como contrário ao governo de Dilma Rousseff, sempre clamou pelo seu *impeachment*.

Então, houve a articulação dos parlamentares, a eleição de Eduardo Cunha e também a comemoração efusiva das revistas, dos jornais impressos e seus portais e da televisão de modo geral. De fato, parecia que era menos a vitória de Cunha do que

---

<sup>30</sup> Disponível em <http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,g-8-do-impeachment-teve-reunioes-durante-um-ano,10000026435>, último acesso 01/11/2016.

uma derrota de Dilma que importava. Claramente se comemorava a derrota de Dilma. Acho que muita gente já sabia quem era Cunha e talvez pensasse que não era o melhor para estar ali, mas ficava evidente que o importante era que Dilma fosse derrotada.

Aí começa uma epopeia particular, digamos assim. Havia tudo aquilo que acontecia na Câmara, aquela quantidade enorme de votações que Eduardo Cunha promoveu, pautas regressivas... Fez uma reforma política que resultou péssima, ficou pior do que era antes. E estive o tempo todo abordando temas complicados do ponto de vista do governo, do PT – como a questão da maioria penal. Fomentou sempre discussões desse tipo, em que ficava explicitado que o que Dilma representava de alguma maneira ia sendo peremptoriamente derrotado, num movimento sucessivo de perdas. E mesmo os rearranjos econômicos que ela propôs, com um ministro que, enfim, de certa maneira vinha do outro lado, mesmo essas votações pelo ajuste ela perdia.

Creio que houve, nessa epopeia, um erro brutal de Dilma Rousseff, mas não sei o quanto ela podia ter feito outra coisa...: nomear Michel Temer para a Secretaria de Relações Institucionais. Temer levou com ele Padilha, que era da Secretaria de Portos. Eles mapearam todos os cargos que poderiam ser preenchidos, e reservaram para preencher agora, depois do golpe, como vimos.

A partir daí, ele pôde articular com a Câmara dos Deputados, com o Congresso todo um jeito de afastar Dilma da presidência. Tinha mapeado todos os cargos, tinha o que negociar. Penso que a indicação de Temer para esse posto também foi um fator importante dessa construção que resulta no golpe. Tanto que, não muito tempo depois, apareceu a famosa “carta do Temer” se queixando de ser um vice-presidente decorativo<sup>31</sup>. Não era para vazar, se disse, mas vazou, e era uma manifestação de Temer de que, enfim, esse lugar em que ele estava não era suficiente.

Mais ou menos nessa época, o PMDB fez um programa de tevê em que aparecia na tela final um Temer em primeiríssimo plano, como se ele fosse um grande herói, uma grande personagem. Era uma espécie de anúncio de que ele seria o próximo presidente.

Ou seja, a narrativa do *Estadão*, de que havia reuniões sistemáticas na casa do tal deputado [Heráclito Fortes], soma-se à carta vazada de Temer. E logo se lança o documento Uma Ponte para o Futuro, do PMDB, que aparecia, na época, como uma espécie de confirmação de que o PMDB estava assumindo um programa partidário parecido com o do PSDB – fundado na privatização, na reforma do Estado, no Estado mínimo etc. Muita gente viu, afinal, que o PMDB tinha um programa, e que ele é

---

<sup>31</sup> Documento supostamente confidencial vazado em dezembro de 2015, em que o então vice-presidente reclama uma condição ativa no governo, autorreferindo-se como “vice decorativo”. Fundamentalmente, depois de uma espécie de mote – “Verba volant, scripta manent” [as palavras voam, os escritos permanecem] –, insiste no fato de não haver confiança por parte de Dilma Rousseff. Num “desabafo que já deveria ter feito há muito tempo”, diz: “sei que a senhora não tem confiança em mim nem no PMDB, hoje, e não terá amanhã.” A íntegra do documento pode ser encontrada em muitos sites, blogs e outras plataformas. Por exemplo, em: <http://www.opopular.com.br/editorias/politica/em-carta-a-dilma-temer-afirma-ser-vice-decorativo-1.1002247>, último acesso 01/11/2016.

neoliberal. Só que, na verdade, esse documento já era um programa de governo a ser implantado em curto prazo – não para o futuro! – como se viu depois.

Há até uma confissão de Temer (não se sabe o quanto é intencional ou não) registrada na sua viagem recente a Nova York para uma reunião da ONU: no final de um encontro com empresários, ele deu uma entrevista em que aparece a declaração contundente de que ele tinha sido um vice-presidente decorativo e, então, o PMDB tinha apresentado um programa de governo que, não tendo sido aceito, levou ao desdobramento de uma articulação que resultou na sua chegada à presidência. Em muitos portais de notícias, de diferentes matizes, se pôde ler o que está registrado no site do Palácio do Planalto > Presidência da República:

(...) Quem estiver exercendo a Presidência da República deverá fazê-lo na sua plenitude. E por isso mesmo que, embora ainda no período da interinidade, o que nós fizemos foi exata e precisamente, levar adiante projetos [que] julgávamos indispensáveis ao País. Indispensáveis, que como dito aqui, nós estamos na vida pública há algum tempo, há muitíssimos meses atrás, dez, doze meses, nós lançamos - até eu ainda vice-presidente -, lançamos um documento chamado Uma Ponte para o Futuro. Porque nós verificávamos que seria impossível o governo continuar naquele rumo e até sugerimos ao governo que adotasse as teses que nós apontávamos naquele documento chamado "Ponte para o Futuro". Como isso não deu certo, não houve adoção, instaurou-se um processo que culminou agora com a minha efetivação como Presidência da República. (...)<sup>32</sup>

Enfim: vendo o vídeo dessa entrevista, isso fica bastante claro. Houve uma articulação para sua chegada ao poder, e ela decorreu da recusa de um programa de governo formulado, parece, pelo PMDB. Se isso não é um golpe, o que é? Tem que haver tiros?

Houve uma conspiração, uma trama, que resultou em um golpe.

E também houve, mais recentemente, a confissão do senador Cristovam Buarque, de que Dilma Rousseff foi tirada do cargo por causa do que ele refere como PEC do Teto<sup>33</sup>. Em diversos sites e blogs se reproduziu o texto de que extraímos o excerto abaixo (de 24 de outubro de 2016, escrito por Kiko Nogueira), cujo conteúdo é recuperável nos arquivos da TV Senado:

---

<sup>32</sup> Disponível em <http://www2.planalto.gov.br>, último acesso 30 de outubro de 2016. Uma das poucas matérias que cobriram esse episódio, e que arrola diversos documentos correlatos, pode ser encontrada no portal The Intercept, em matéria do dia 23 de setembro de 2016, disponível em <https://theintercept.com/2016/09/23/grande-midia-ignora-confissao-de-temer-exceto-por-acusacao-falsa-de-colunista-do-estado> (último acesso 1/11/2016).

<sup>33</sup> Proposta de Emenda à Constituição n. 55 de 2016, referida como PEC DO TETO DOS GASTOS PÚBLICOS, texto completo disponível em <http://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/127337> (último acesso 1/11/2016).

(...) Cristovam falava da “credibilidade necessária do governo” para a PEC 241 ser efetivada.

— Essa credibilidade não vem da cara do Temer. A cara do Temer é a cara da Dilma, gente. Ficaram dez anos juntos, conta ele.

— Pra que vocês mudaram, então?, devolve Gleisi [Hoffmann]. Pra que fizeram o impeachment?

— Pela PEC do Teto, que a senhora não quer votar.

Gleisi pondera o óbvio: se esse projeto fosse posto em votação por qualquer candidato, ele não seria eleito. “Desculpe”, é o máximo que Buarque consegue responder.

Aparentemente, o senador sabia de tudo o que estava acontecendo, e talvez tenha sido parte da conspiração. Outras falas públicas dele corroborariam isso. Seu voto pelo *impeachment* no Senado inclusive.

É interessante notar que não houve qualquer repercussão disso na grande mídia. Indícios de que o golpe estava articulado entre muitos, de esferas diferentes, sobre as quais a mídia não quer falar.

#### **| Qual a participação da mídia nesse processo? Dê exemplos.**

A mídia, em linhas gerais, essa dita *grande mídia* que está citada nas coisas ditas acima, ficou eufórica com a possível vitória do Aécio Neves na eleição de 2014, e muito chateada, diminuindo a vitória de Dilma Rousseff, sempre enfatizando o que referia como “pequena diferença”. Ficou eufórica na sua comemoração explícita da vitória de Eduardo Cunha para presidir a Câmara dos Deputados, e com a mesma euforia comemorou todas as derrotas do governo nessa casa. Eventualmente, parecia que só noticiava, mas o tom era eufórico. E também houve a cobertura das manifestações contra o governo, que eram mostradas como se fossem de fato eventos nacionais de importância (a emissora que não cobria a campanha pelas eleições diretas fez cobertura eufórica e extensiva das manifestações contra o governo, só dessas). A cobertura era anunciada desde a véspera e começava cedo: às 8h, 9h da manhã, as câmeras estavam lá, filmando a av. Paulista, por exemplo, alternando planos abertos e fechados, produzindo sempre efeitos positivos: quando tinha pouca gente, plano fechado; quando tinha bastante gente, aberto, para mostrar o tamanho das manifestações, a quantidade de gente aglomerada.

E a cobertura seguia durante todo o dia, com vários jornalistas e “especialistas” comentando quem era que estava na rua, que eram manifestações sem os partidos políticos (o que se punha como uma qualidade legitimadora da manifestação), enfim, que era de fato “a população” que saía às ruas. Havia ênfase em testemunhos colhidos ao longo do dia, sempre com declarações “contra a corrupção” e os outros tópicos que estavam no ar.

Isso sem falar no noticiário de todos os dias! O noticiário dedicado à Operação Lava Jato, conduzida por esse juiz do Paraná, o Moro, era uma sessão de condenação

diária – com ou sem base, com ilação ou não – do governo Dilma, ou mesmo do PT, o partido que ela representava no governo.

Tudo isso minou o governo dela. O que fez com que muitos deputados, ao votar na sessão da Câmara, desconhecêssem os dois itens que o próprio Supremo Tribunal Federal decidira que deviam ser as únicas razões para constar no parecer, e votaram “pelo conjunto da obra”, “contra a corrupção”, “contra o desemprego”, etc. etc. Uma ladainha que não passava nem perto das razões jurídicas que se produziram na documentação que dava seguimento ao processo. Não sei o quanto essas manifestações na rua motivaram os deputados a votar, a gente nunca pode saber isso diretamente, mas um deputado, sabemos, está interessado em ganhar a próxima eleição, então, se ele viaja para o seu estado no final de semana e tem a percepção de que a base se pôs contra o governo Dilma, ele volta disposto a votar pelo *impeachment*. A mídia fabricava em boa medida essa “percepção”.

Esses votos que explicitaram que era “pelo conjunto da obra” ou “contra o desemprego” ou “contra a corrupção”... mostram que o noticiário e a cobertura das manifestações da população são ingredientes do golpe; a maneira como cada uma dessas coisas é reportada, esmiuçada, comentada é um ingrediente do golpe. Ninguém votou por causa das alegadas pedaladas fiscais ou coisa semelhante. Raramente havia quem dissesse algo como “aquí a presidente violou a Constituição”; os deputados votavam “contra isso que está aí”, “contra o PT”. A cobertura das manifestações, principalmente na Rede Globo de Televisão, era a promoção dessas “razões”.

E, por exemplo, enquanto o *Estadão* pedia claramente o *impeachment* em seus editoriais, a *Folha de S.Paulo* pedia a renúncia, porque achava menos traumático. Mas comemorou, também, a saída de Dilma. Por *impeachment* ou não, com golpe ou não. Comemorou.

Acompanhava seus editoriais um noticiário todo desequilibrado. Os colunistas, com raras exceções, trabalhavam pela ideia do *impeachment*. Uma coisa que chamou muito a atenção foi a mudança de tom dos editoriais do *Estadão*. O tom característico era o de um jornal conservador, discreto, aparentemente objetivo. E, de repente, o tom dos editoriais era algo tipo Datena: palavras pesadas, adjetivos carregados... O *ethos* do *Estadão* mudou completamente, parecia um jornal militante, enraivecido. É tradição desse jornal tomar posição em eleições presidenciais, pelo menos, mas não no tom em que fez a campanha contra Dilma durante todo o ano passado, um tom virulento.

Tanto os editoriais, o noticiário, quanto os colunistas em sua maioria, trabalhavam pelo afastamento de Dilma. Na *Folha de S.Paulo* não precisaria nem enumerar... São conhecidos seus rumos... Demétrio Magnoli, Reinaldo Azevedo... Até Ruy Castro, que deixou de falar de música e de botecos, etc., e começou a falar em corrupção... Isso mesmo: havia novidades no mercado, não se sabia que Ruy Castro era tão interessado por política, porque isso nunca tinha aparecido antes; de repente, ele começou a escrever contra Lula, contra o PT... São coisas sintomáticas. Se um colunista como Ruy Castro fala disso, é porque é disso que se tem que falar, porque a posição a assumir é essa...

Tudo isso colaborou para a construção de uma quase unanimidade pelo *impeachment*.

A exceção eram alguns blogs que a grande mídia gosta de chamar de “sujos”, porque teriam publicidade do governo – quando a maior parte da grana ia para os

grandes aglomerados: é só ver os números. A imprensa tradicional foi chamada de golpista por muita gente. *GLOBO* virou *GOLPE* em vários *memes*, visualmente, com uma mexida nas letras e no logo da empresa; o símbolo da Globo virou uma espécie de olho que tudo vigia... A difusão dessas peças de humor eventualmente revelava que havia uma crença disseminada de que a imprensa era golpista. Esta imprensa que Paulo Henrique Amorim chama de PIG em seu blog *Conversa Afiada: o Partido da Imprensa Golpista*.<sup>34</sup>

Tenho a impressão – não me dediquei a observar isso – de que a grande mídia nunca se preocupou com atividades jornalísticas de grupos como Mídia Ninja, Jornalistas Livres etc. Houve uma construção genérica de uma “mídia suja”, dizia-se que parte dela vivia de dinheiro do governo, etc. É como se se dissesse: “quem está a favor do governo são só esses blogs sujos, esses que são comprados pelo governo”. Não houve uma preocupação, creio, em combater o que esses grupos noticiavam ou comentavam; a grande mídia simplesmente não se ocupou de combater essa outra versão, outras versões. Fez a sua. Dedicadamente.

Vale a pena mencionar a cobertura internacional. A imprensa internacional tratou majoritariamente o processo de *impeachment* como algo no mínimo questionável, alegando causas despropositadas ou procedimentos desproporcionais. E muitos veículos chamaram diretamente de *golpe*. Em matérias e colunas, mas também, por exemplo, em charges como a do *Le Monde* parisiense, que circulou muito. Nela, Dilma aparece sob a mira de um tanque de guerra cujo cano é um jornal enrolado, e lê-se, logo abaixo: “*Ceci n’est pas un coup d’état*” [isto não é um golpe de Estado].<sup>35</sup> Ou seja: alguém diria que não é um golpe, desses com tanques, mas a imprensa está lá atirando contra Dilma: é um golpe midiático; em vez do canhão, a mídia. Houve uma percepção internacional de que a mídia nacional era uma grande responsável pela disseminação da ideia de que Dilma estava errada, tinha errado (sem que se esclarecesse no quê, por quê) e que, portanto, o *impeachment* era legítimo.

Isso favoreceria a hipótese do recall, digamos. Um expediente legítimo que existe em alguns lugares. Na Califórnia, por exemplo, Schwarzenegger foi destituído depois de dois anos de mandato. O recall é alguma coisa entre o parlamentarismo e o presidencialismo. No meio do governo faz-se uma consulta para ver se a população quer que o governo continue. De fato, na velocidade em que os processos se dão hoje, a probabilidade de que alguém consiga ficar no mandato por esse mecanismo é pequena. Se houver um recall, em geral cai. Mas não tem recall no Brasil, essa é que é a questão. Para ser constitucional, o afastamento de Dilma tinha que ser por razões poderosas, fortes, previstas na Constituição. E isso não aconteceu.

---

<sup>34</sup> Ver <http://www.conversaafiada.com.br/pig>, último acesso 1/11/2016.

<sup>35</sup> A viralização da charge (de agosto de 2016) permite que seja encontrada facilmente na internet comentada em diversas línguas. Por exemplo, no Boletim Carta Maior, em texto assinado por Flávio Aguiar, disponível em <http://cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/A-longa-tradicao-de-golpes-brancos-no-Brasil/4/36086>, ou na Agência Jovem de Notícias, onde se reproduz, também, uma imagem que lista “Por que foi um golpe em 10 tópicos”, muito reproduzida também à época, disponível em <http://www.agenciajovem.org/wp/evidencias-do-golpe-senado-cassa-o-mandato-de-dilma/>, último acesso 01/11/2016.

Houve matérias de grande repercussão, como algumas da rede Al Jazeera, que organizou em seu portal um conjunto de notícias e comentários sob a tag /Dilma Rousseff/, que reúne um registro assíduo de fatos ligados ao *impeachment*. Há inclusive uma reportagem sobre a Rede Globo, apresentada como altamente influente no processo: “Brazil: Globo's power to influence /We look at how the media giant applies its influence across Latin American news outlets and current events. [Brasil: o poder de influência da Globo / Como a gigante da mídia exerce sua influência sobre os portais de notícias latino-americanos e sobre os acontecimentos do momento]”<sup>36</sup>.

A mídia internacional, chamemos assim, considerando que há coisas muito diferentes, foi muito evocada aqui no Brasil por quem dizia que havia um golpe. Dizia-se “a nossa mídia não fala, mas se a gente lê os alemães, os franceses, os latino-americanos, se a gente ouve a Al Jazeera, etc., entende que há um processo de golpe”. Há também aquele premiado norte-americano, Glenn Greenwald, colunista do jornal britânico The Guardian e membro da equipe do portal The Intercept, que acabou sendo referido por jornais brasileiros, por exemplo, o Estadão, como “defensor da causa petista” ou coisas do gênero. Ele denunciou internacionalmente o golpe. Foi entrevistado várias vezes por veículos diferentes. Fato: se a mídia internacional fosse a nossa fonte, todo mundo diria que houve um golpe no Brasil. Porque, na pior das hipóteses, eu poderia achar que “golpe” não era a palavra adequada, ou que ainda não era propriamente um golpe, mas saberia que as razões alegadas para o processo contra Dilma prosseguir eram bastante frágeis. Essa era a versão mais generosa em relação ao processo de *impeachment*. Havia outras mais duras.

Portanto, de certa maneira, o brasileiro que dizia haver um golpe em curso se sentia reforçado pelo fato de correspondentes internacionais cobrirem o que acontecia, considerando que as razões alegadas eram insuficientes para derrubar uma presidente.

Importa lembrar também que muitos chefes de Estado ainda não se manifestaram publicamente. Alguns reconheceram, outros não reconheceram o governo instalado com o *impeachment*. Por exemplo, Obama ainda não ligou para Temer, Putin não conversou com ele quando estiveram ambos na China... Parece que nessas reuniões internacionais Temer tem sido posto meio de lado, como as delegações que o representam. No dia 24 de outubro, numa reunião em Genebra, quando a representação brasileira no Conselho de Direitos Humanos da ONU começou a fazer sua apresentação, dezenas de pessoas se retiraram da plenária, em protesto contra o governo ilegítimo brasileiro<sup>37</sup>.

É preciso que se diga que muitas dessas informações chegam em fragmentos por meio das redes sociais, sem uma fonte clara e institucional, sem muito filtro, possibilitando difusão das coisas mas também exigindo que se trabalhe para decidir o que é isso, de onde vem, como foi recortado... Já nos portais que compõem a chamada blogosfera, que muitas vezes são a fonte dessas coisas que circulam nas redes sociais, é interessante notar que não inventam: eles vão às fontes, pesquisam, recolhem

---

<sup>36</sup> Ver <http://www.aljazeera.com/topics/people/dilma-rousseff.html>, último acesso 1/11/2016.

<sup>37</sup> Há diversos registros dessa cena, em diferentes plataformas. Por exemplo, em <https://www.youtube.com/watch?v=xYz5NLjGtAs>, último acesso 1/11/2016.

documentos, checam. Por exemplo, noticia-se que Temer assinou um decreto em que nomeou mais servidores do que demitiu (demitiu cerca de 4 mil dizendo que enxugava a máquina de governo e nomeou 7 mil...), e oferece-se a referência do documento. Esse tipo de notícia dá uma fonte, um documento oficial, que se pode encontrar. A heterogeneidade das informações é possível se se leem dois ou três desses blogs – sendo que muito frequentemente um remete ao outro, cita matérias do outro, complementa-as –, mas sempre dão a possibilidade de ir às fontes primárias.

E tem o Facebook, onde muita gente compartilha matérias que dão uma versão diferente da narrativa predominante sobre o que está acontecendo no País. Pode-se ler lá uma lei, um decreto, coisas desse tipo, e não da maneira oficial ou publicada na grande mídia. Por exemplo, essas coisas sobre a diminuição de vagas nas Universidades, sobre a qual o Ministério da Educação fez uma portaria<sup>38</sup>, alegando que essa portaria só corrobora a autonomia das universidades, pois, se elas quiserem diminuir as vagas, podem diminuir. Mas alguns dizem: “vejam só o MEC diminuindo as vagas”. Pode-se concordar ou não, confrontar as duas manchetes e, então, decidir ler a matéria, que oferece caminhos para encontrar o texto legal e tirar suas conclusões. Se apenas se assiste a Globo, não há essa possibilidade, não há incentivo a esse tipo de atividade – de ir às fontes, aos documentos que se comentam. No máximo dizem que fulano foi ouvido e disse esta ou aquela coisa, uma espécie de contraditório declarado, mas o documento não aparece.

Às vezes, sobretudo entre grupos de classe média, se se comentam coisas que vão à contracorrente das conversas cotidianas consagradas, alguém pergunta qual é a fonte do que está sendo dito e, se se responde que é a blogosfera, por exemplo, é preciso, para legitimá-la, lembrar que ela é em grande parte produzida por jornalistas que já trabalharam na *Folha*, na *Veja*, na *Globo*... Essas rubricas, paradoxalmente, legitimam essas vozes – pelo menos nesses grupos. E aí se pode pensar que esses jornalistas ou fugiram de se prostituir (alguns avaliam assim), ou foram demitidos porque não se alinhavam automaticamente... É possível pensar que são jornalistas que não têm dinheiro para fundar uma revista, abrir um jornal... Então eles se valem dessas novas plataformas.

Aí vem a pergunta: e quem financia? Várias fontes. Havia, em muitos desses blogs, entre as vinhetas publicitárias, propagandas do governo federal (que Michel Temer já cortou; aliás, uma das primeiras coisas que ele fez como presidente foi cortar a verba publicitária de blogs e aumentar a destinada a Globo, etc.<sup>39</sup>). A questão é que, quando eles fazem uma denúncia, eles fazem a denúncia e apresentam a prova, as

---

<sup>38</sup> Cf. <http://portal.impresanacional.gov.br/destaques/ddo/ministerio-da-educacao-1476401284.19>, último acesso 1/11/2016.

<sup>39</sup> Em 2015, Dilma Rousseff cortou R\$ 591,5 milhões do gasto com propaganda federal em jornais e revistas, mantendo os investimentos na internet. Em 2016, o corte iniciado em 12 de maio de 2016, com a suspensão do patrocínio da Caixa Econômica Federal (CEF) ao 5º Encontro Nacional de Blogueiros e Ativistas Digitais, que ocorreu na semana seguinte em Belo Horizonte, era uma medida abrupta, já que o contrato de apoio havia sido assinado quatro meses antes. Agora, cerca de R\$ 2 bilhões serão destinados exclusivamente à mídia tradicional, a chamada grande mídia. (Cf. registros do clipping FNDC; por exemplo: <http://www.fndc.org.br/clipping/a-blogosfera-contra-o-golpismo-midiatico-950803>(último acesso, 1/11/2016).

referências – que são recuperáveis, que podemos ir checar. Por exemplo, quando um desses blogs denunciou que Fernando Henrique Cardoso tinha comprado o apartamento que ele tem em Higienópolis subfaturado, a matéria dizia quem vendeu, por quanto, por que caminhos entre parentes e conhecidos, com base numa avaliação de mercado e mostrando a escritura. Não dizem que “FHC tem um apartamento x” (como com Lula...): com base em documentação, contam a história do imóvel.

**|Em algum aspecto você acha que a questão de gênero foi relevante junto à imprensa e à opinião pública a influenciar a cobertura do processo de impeachment? Dê exemplos.**

A questão de gênero influenciou o processo de *impeachment*. Mas não diretamente, cruamente. Nunca. Ninguém ousou dizer uma coisa do tipo “é uma mulher, então tem que ser demitida”, “é uma mulher, então é incapaz”, “é uma mulher, então não dá conta”... Mas indiretamente, muito. O tempo todo, quase.

Muitos termos, muitos predicados que foram empregados para se referir a Dilma assumiam uma força diferente do que assumiriam se fosse para se referir a um homem. Por exemplo: “autoritária”. Um homem ser *autoritário* pode ser considerado ruim por ser antidemocrático, qualquer coisa desse tipo; mas acusar uma mulher de ser *autoritária* soa mais grave por causa da suposição de que as mulheres são submissas, portanto o autoritarismo é nelas uma excrescência absoluta. Num homem, isso pode ser um grau, algo masculino, “um tanto a mais”, mas em uma mulher soa como algo errado, que não faz sentido, que fere a natureza, é um desequilíbrio.

Em muitos momentos essa ideia de uma “Dilma desequilibrada” apareceu. Foi frequentemente apresentada como nervosa, como alguém que tratava mal os aliados, como grosseira... Uma revista, a *Isto É*, soltou uma manchete: “As explosões nervosas da presidente” (de 1º. de abril de 2016), com uma imagem de Dilma supostamente gritando, irada. A matéria interna intitulava-se “Uma presidente fora de si”. Essa matéria foi retomada em muitos casos como prova cabal de seu “desquilíbrio”, de seu “descontrole”. E distribuíram-se várias montagens como, por exemplo, dessa capa com a famosa foto de Dilma Rousseff jovem, em situação de julgamento pelos militares que escondem seus rostos, com dizeres como “Os apelos misóginos da revista IstoÉ”. Mas também circulou uma montagem que colocava ao lado dessa capa uma capa de revista com um governante, um homem, que era referido como sendo “durão”, “firme”, capaz de segurar as rédeas...

Uma capa como essa, que irriga os discursos que predicam Dilma como “nervosa”, imediatamente é associada a TPM. Já há uma memória que dá sustentação a essa semântica de “nervosa”. Há algum tempo, talvez não se falasse em TPM, talvez houvesse algum enunciado meio misterioso, do tipo “parece que está menstruada!”, eventualmente até se podia dizer de um homem muito irritado que “parece que está naqueles dias!”, mas não tinha essa caracterização específica - TPM - que nos últimos anos tem sido considerada mais seriamente, como um efeito da menstruação ou de um estado que leva a determinadas variações, e não como uma espécie de doença de que algumas mulheres padeceriam. A TPM, que então, a sério, é entendida como um estado efetivo, natural, que tem características que variam entre as mulheres, por esse traço semântico de uma eventual sensibilidade maior, eventualmente acompanhada de experiências físicas como dores de cabeça etc., não é uma doença. Mas quando se

insiste na “Dilma nervosa”, a própria disseminação da informação sobre TPM associa isso a uma coisa que “é de mulher”, e que é complicado que uma pessoa que esteja num cargo como a Presidência do País seja suscetível a essa “sensibilidade maior”, porque afinal ela tem de ser “ponderada”, como se diz para marcar a oposição a esse nervosismo reiteradamente estampado.

Acho que essa maneira de tratar Dilma Rousseff como autoritária, isto é, *nervosa, irritada, pouco paciente* – termos que são variantes, que se retomam em alguma medida, que são paráfrases uns dos outros – é sub-repticiamente associada à TPM, portanto a essa “estranha condição de mulher”.

Então, embora ninguém diga, nunca, “é uma mulher, portanto X” / “é uma mulher, portanto Y”, isso está sempre insinuado. E quando aparece uma capa como essa que acabamos de comentar, que mostra, com todos os elementos que elencamos, uma mulher agressiva, configura-se uma forma poderosa de associar *mulheridade a incapacidade de exercer um poder como esse*, que exige equilíbrio. Eu não saberia dizer quanto, e qual é o percentual da população que é afetado por esse tipo de noticiário, mas certamente atrás do biombo das pessoas que reclamaram de Dilma – essa mulher que, parece, era preciso detestar diretamente, pessoalmente – estava sempre essa memória.

Eu me lembro de ter lido durante campanhas eleitorais declarações de candidatos ou de assessores sobre a dificuldade de debater com uma mulher: “se você é franco, duro, corre o risco de parecer machista; por outro lado, você não pode deixar que ela bata em você, senão você perde”... É uma situação à qual os homens não estavam acostumados. A sociedade não está acostumada. Se eu debato com você, mulher, duramente, “como se você fosse um homem”, as pessoas vão achar que eu estou sendo agressivo, que eu não deveria ser assim com uma mulher... E isso indica o quê? Não que os homens estão cheios de dedos, indica que eles não sabem o que fazer. O que no fundo é uma maneira de dizer que não se consideram iguais. Ou que a sociedade não considera que são iguais. Portanto, se tiver que haver debate franco, vão dar “vantagem” para a mulher... Supõe-se algum tipo de proteção com isso... Uma proteção que, portanto, seria necessária...

Então, o fato de Dilma Rousseff ser uma mulher, mais ou menos diretamente, mais ou menos insinuadamente, teve muito efeito nessa avaliação que se fez dela, do governo, do processo. Imaginemos um homem que tivesse o temperamento que é atribuído a Dilma, a alegada “pouca experiência política” da Dilma... Será que ele seria tratado do mesmo jeito? Minha aposta é que não. Nunca haveria uma capa do tipo “As explosões nervosas do Bolsonaro”. Difícil imaginar. Basta lembra que o “aquilo roxo” de Collor nunca foi avaliado negativamente... Pelo contrário (era um [X], porém macho!) – quase não importava o preenchimento de [x], o segmento “porém macho” afiança que sua macheza estava acima de tudo.

Este é um tema tratado com luva de pelica. Mas às vezes a coisa vinha à tona. No governo Dilma, as políticas para as mulheres floresceram e se multiplicaram. Isso deve ter despertado certa raiva. Sem contar que colocou mulheres em ministérios e secretarias muito relevantes (Casa Civil, Meio Ambiente, Desenvolvimento Social e Combate à Fome), sem contar a Cultura, a Igualdade Racial, etc.).

Na atual conjuntura, o tema da mulher e o do negro são dois lugares de divisão poderosa da sociedade, que tornou complicado simplesmente falar o que se pensa.

Ninguém vai para um lugar público dizer “os negros são inferiores”, mas na prática muitas pessoas se comportam como se essa fosse uma verdade. Em relação à mulher, a mesma coisa. Não necessariamente inferior em termos intelectuais – acho que isso mudou bastante, hoje não se crê mais nisso –, mas na capacidade de exercer certos cargos em função de traços que seriam “da natureza”. Isso está na cabeça de muitas pessoas, mesmo de gente progressista...

Acho, sim, que o fato de Dilma ser mulher atraiu muita oposição. Especialmente se se pensar nesse Congresso absolutamente misógino. Quando a gente lembra aqueles senhores de cabelo acaju, aquelas gravatas esquisitas, na sessão de 17 de abril berrando “pela minha mulher, pelo meu filho, pela minha mãe...”, como não pensar que são anti-Dilma por ela ser uma mulher?

Lamentavelmente, o fenômeno é muito mais complicado do que já poderia ser uma luta de homens *versus* mulheres. Se o embate fosse entre homens e mulheres, ele seria mais delimitado, sua superação seria, talvez, facilitada. O complicado é que há mulheres machistas, uma mulher enciumada do sucesso obtido por outra nesse contexto que oprime o sucesso de mulheres...

Isso se estabeleceu também ao comparar-se a imagem de Dilma com a de outras mulheres que fizeram sucesso, digamos assim, nesse ambiente político, como Vanessa Grazziotin, Gleisi Hoffmann... Mais próximas, digamos, de um estereótipo de mulher que a mídia valoriza, que são, segundo esse estereótipo cultivado, “mais femininas”. Essas aí são lidas como altivas, impressionam por suas falas combativas, são mulheres admiráveis. A diferença entre elas que este discurso sublinha é uma coisa pesada.

Quando, no início de seu primeiro mandato, surge a questão em torno do termo *presidenta*, estabelece-se uma divisão entre os que aderem e os que não aderem e não só do ponto de vista de uma política imediata, partidária, mas, mais amplamente, entre os que recusam essa condição escancarada: uma mulher na presidência da República. Com isso, é claro que se abriu um flanco. Dilma agiu corretamente, do ponto de vista político. É histórica a ocorrência de uma mulher na presidência (no Brasil!), e ela decidiu marcar isso. Mas abriu um flanco, porque o que ela encontrou de machistas ou de ignorantes que ficaram doídos com isso! E muitos acharam, então, que ela estava inventando moda e impondo práticas. Aí já se construiu um argumento para acusá-la de *inadequada porque impositiva* – ou de impositiva porque inadequada... Disseminou-se muito rapidamente na mídia, com muitos programas comentando longamente, que ela estava *impondo* um modo de tratamento. Isso se virou contra ela.

Ainda estes dias, na universidade, encontrei no almoço uma colega de outra área, que eu não via há muito, e o marido dela veio me cumprimentar efusivamente e entabulou uma conversa sobre esse tema, sobre ser ou não correto dizer *presidenta*. Falou que era absurdo impor por lei, eu disse que não havia imposição legal, e que era uma forma prevista na língua, perfeitamente regular; ele disse “mas isso não existe”, e eu falei “existe, está documentado, está nos dicionários, está na gramática e, me desculpe a franqueza, quem conhece um pouco o campo sabe que a palavra não foi inventada”...

Mas é claro que tem o lado político, além do gramatical. A pessoa pedir para ser chamada de *presidenta* não é inventar uma forma linguística, mas é agredir os homens

porque eles acham que as mulheres não deviam fazer isso. O fato é que os homens acham que as mulheres não deviam fazer isso. Enfim: ela está correta politicamente, mas é uma intervenção forte num lugar-comum, e as pessoas podem até aceitar que quem muda uma língua é a sociedade, mas não uma pessoa, por decreto – como se ela tivesse mudado a língua! Claro, também não aceitam “pega os peixes”... Se não aceitam “presidenta”, que está consagrado nas gramáticas e nos dicionários! Não conhecem a língua... Ficam achando, por isso, que uma mulher tentou impor um vocábulo – e aí vem uma face específica do que se vai chamar de autoritário: “até na língua ela foi querer intervir!”.

O fato cristalino é que ela pediu para ser tratada como mulher, e muita gente não suportou isso. Então foram procurar aquilo que no imaginário é “o defeito da mulher”. Ou ela é nervosa ou ela é incompetente nesse traquejo político específico. E aí é ela, não necessariamente qualquer mulher. Como se dizia que ela era “um poste”, isso foi usado contra ela: uma mulher sem experiência política, fazendo esse tipo de imposição antipática. E depois, ainda por cima, ela é estatizante, etc. Junta tudo que pode ser lido como “autoritário”. Se não fosse mulher, talvez essas coisas passassem mais facilmente. Podia arriscar aqui uma profecia sobre o passado: se ela fosse um homem, ela não teria sido impedida. No fim das contas, ser uma mulher foi a gota d’água. O que tem de gente que nunca ouviu falar em decreto, em economia, etc., mas que não quer de jeito nenhum a forma *presidenta* não está no gibi! Por ignorância. Surgiu, nessa conjuntura, também a questão de valorizar protocolos, que se costuma dizer que Dilma quebrou... Por exemplo, houve ministros que reclamaram de ela nunca ter despachado com eles, que o Lula fazia isso, que “ela podia mostrar um carinho...” Veja que expectativa do feminino adocicado...

Tem outra coisa que seria preciso abordar com mais vagar, mas que apenas registro aqui: do Lula se criticava muito o “não saber português direito”, e na Dilma se critica uma “confusão”, diz-se que ela não consegue juntar pedaços da frase... Foi isso que se consagrou como “o dilmês”: muitas falas dela são organizadas em tópico e comentário, e quem pensa como a gramática tradicional – sujeito, verbo, complemento – acha que são frases mal construídas. Claro que quem estuda o tema “tópico e comentário”, muito comum na língua falada, reconhece isso como coisas absolutamente normais, que todos dizemos em boa medida. Mas como, neste caso, se julga com uma régua muito estrita, isso permite construir a ideia de que Dilma é uma pessoa “confusa”. O que, por exemplo, no interrogatório havido no Senado, se desfaz<sup>40</sup>. Que ela não é confusa já tinha ficado bem claro em um evento mais antigo, quando confrontou o senador Agripino Maia sobre não mentir quando foi torturada. Se isso é ser confusa, eu também quero...

Eu não tenho nenhuma certeza de que isso esteja associado ao feminino ou à mulher, mas, em termos de memória discursiva, há velhos chavões segundo os quais o homem é *lógico* e a mulher é *sensível*, *intuitiva*, que não deixam de ser uma agulhada nesse ponto: “talvez ela fale assim por ser mulher”. Ninguém diria, por exemplo, que ela tem uma fala “petista”; ninguém diria que é uma fala “feminina”, mas dizem que é

---

<sup>40</sup>A TV Senado disponibiliza uma versão da Sessão Extraordinária de 29 de agosto de 2016 aqui: <https://www.youtube.com/watch?v=qI0sGrZ6Jyc>, último acesso 01/11/2016.

uma fala “confusa”, que não junta as partes da frase. Não deixa de ser algo lateral que pulsa ali: o homem é racional, e a mulher é não-racional.

Enfim, podemos dizer que há muitos indícios de que o tratamento dado a Dilma Rousseff foi muito pautado no fato de ela ser mulher. Se não há afirmações diretas e claras sobre isso, é porque estamos numa época em que essas coisas não podem ser ditas assim, sob pena de sanções jurídicas, inclusive. O que também é um indício do modo como isso aparece: essa coerção sobre discursos fóbicos em relação às mulheres se organizou muito nos últimos governos, com leis, programas, campanhas, políticas para as mulheres. Eleonora Menicucci, entre as ministras, foi uma figura que se impôs em muitos ambientes em que não havia brecha antes. Movimentos feministas e correlatos ganharam espaço nessa gestão. De algum modo, ficou menos simples falar publicamente, à moda antiga, sobre o tema.

O fato de ninguém dizer “é uma mulher na presidência, não quero ser mandado por ela” ou coisa do tipo, é um indício: numa cultura machista, isso poderia aparecer muitas vezes, de muitos modos, não fossem as coerções jurídicas, legais. Dizia-se, por exemplo, “eu não quero ser mandado por um *operário*”, “não quero ser mandado por um *analfabeto*”... Isso as pessoas diziam tranquilamente. Mas dizer que não se quer um presidente *negro* ou uma *mulher*, isso não se diz mais, as pessoas não ousam dizer, porque é complicado na atual conjuntura.

**|Você identificou algum aspecto de misoginia – aqui definido como ódio ou aversão às mulheres – na relação que a mídia, os políticos e o Judiciário estabeleceram com Dilma Rousseff?**

Considerando o que foi dito acima, não sei dizer se existe nesse processo alguma coisa do tipo ódio ou aversão às mulheres. Porque nada é muito direto, francamente assumido – pelo menos em público. Mas de maneira alusiva, certamente. Fortemente. Se se leem as redes sociais, no entanto, as coisas ficam mais claras.

**|Você considera que o impeachment de Dilma Rousseff terá algum impacto na participação feminina na política? Em que sentido?**

É difícil prever no quê o *impeachment* de Dilma Rousseff (que foi um golpe parlamentar, lembremos) impacta na participação de mulheres na política. Inclusive por causa da atual velocidade de circulação das informações, que mostra que há um tempo vivido muito diferente do tempo da política.

Parece que se trata muito mais de considerar um fracasso de atores sem experiência política do que de mulheres. Pelo menos à primeira vista.

A ideia do “poste”, por exemplo, pode ser evocada com força: “ah, era um poste, por isso o fracasso, não soube lidar com o Congresso”... Muita gente diz que ela caiu por não ter base no Congresso. Aí vem a cadeia semântica: “como ela é autoritária, desequilibrada, não sabe negociar, acabou caindo”. Foi muito frequente a retomada comparativa: Lula sabia fazer muito disso, era amável, sabia fazer bem a acolhida de todos, assumia o compromisso firmado com entusiasmo... Fernando Henrique também era considerado muito receptivo – prometia, depois esquecia, mas a pessoa saía satisfeita da reunião...

Então não acredito que o acontecimento prejudique as mulheres eleitoralmente, como também não creio que a eleição dela tenha ajudado mais

mulheres a se elegerem. Não penso que houve mais mulheres candidatas porque a presidência era ocupada por uma mulher. E não creio que a queda dela vai produzir algo como “acho melhor a gente não pôr outra mulher”. Arrisco a ideia de que pensem: “é melhor não pôr outra pessoa sem experiência política”. Mas, em termos de cultura, é possível que lá no fundo bata um sininho que retome a ideia de que “não queremos pessoas irritadas, que podem perder o equilíbrio”, etc. E isso se junta com “coisas de mulher”.

Estou pensando nas mulheres que já citamos acima, também na deputada Érica Kokay ou na senadora Regina Sousa, que tiveram atuações combativas nos plenários a que pertencem. São todas essas *mulheres valentes*. Acho que ninguém diria que elas são agressivas. São mulheres sobre as quais os homens diriam “puxa, olha como são articuladas”; não tem “dilmês”, elas são claras; não são agressivas, são duras.

A minha avaliação, portanto, é que diriam algo como “não vamos pôr de novo uma mulher sem experiência política”. Mas é preciso que se diga: não sei se evitariam “um homem sem experiência”. Aí, dizendo isso, a gente se dá conta de que, de novo, há um conjunto de memórias que permitem achar que se pensa que um homem sem experiência, por sua “natureza”, pode vir a dar conta: é moldado para postos de comando, tem uma racionalidade típica, etc.

Faz diferença um homem sem experiência política e uma mulher sem experiência política. A tradição trancou as mulheres na esfera privada; a falta de experiência delas é atávica, segundo esse raciocínio. O homem é chamado à vida pública por definição, pode – e talvez mesmo deva, em nome de sua masculinidade – adquirir rapidamente o traquejo da política, a grande, a pública. Daí vem as associações: elas se irritam mais facilmente, elas são menos estáveis... Todos esses lugares comuns que podem ser evocados.

Há um ponto interessante a considerar aí. Retomemos casos como o episódio em que a então ministra Kátia Abreu jogou uma taça de vinho em José Serra em um jantar de políticos, em dezembro de 2015: houve muita repercussão nas redes sociais. A ministra se justificou: “Reagi à altura de uma mulher que preza sua honra. Todas as mulheres conhecem bem o eufemismo da expressão ‘namoradeira’<sup>41</sup>, convocando esses discursos laterais que põem a mulher em posição ambígua: ela é poderosa porque atrai homens, mas é também desqualificada porque não se preserva. A resposta pública de José Serra permite que se sustente essa leitura: “Foi uma brincadeira com intenção de elogio, mas foi mal recebida<sup>42</sup>”.

Só uma cultura machista permitiria essa “brincadeira”, só uma cultura que dá suporte ao questionamento diante dessas “brincadeiras” atávicas permitiria que a reação da senadora não fosse posta como descabida ou desequilibrada. Em nome de sua honra, é aceitável que uma mulher reaja contundentemente. A senadora reagiu e não foi considerada irritadiça ou coisa que o valha, porque, afinal, tratava-se da sua

---

<sup>41</sup>Ver, por exemplo, a retomada do episódio no portal Uai: [http://www.em.com.br/app/noticia/politica/2015/12/10/interna\\_politica,716024/katia-abreu-joga-vinho-em-jose-serra-ao-ser-chamada-de-namoradeira-e.shtml](http://www.em.com.br/app/noticia/politica/2015/12/10/interna_politica,716024/katia-abreu-joga-vinho-em-jose-serra-ao-ser-chamada-de-namoradeira-e.shtml), último acesso 1/11/2016.

<sup>42</sup>Ver, por exemplo, a retomada do episódio no portal Uai: [http://www.em.com.br/app/noticia/politica/2015/12/10/interna\\_politica,716111/serra-diz-que-quis-elogiar-katia-abreu.shtml](http://www.em.com.br/app/noticia/politica/2015/12/10/interna_politica,716111/serra-diz-que-quis-elogiar-katia-abreu.shtml), último acesso 1/11/2016.

honra, ou seja, de uma mulher que não admite esse tipo de brincadeira, porque não é “isso”. Não é possível saber se Kátia Abreu pensou isso ou aquilo, mas em termos de reação pública – leia-se midiática – do episódio, o que poderia ser chamado de reação intempestiva, exagerada, etc., tem um substrato cultural que permite o entendimento de que uma mulher honrada, que não é “namorada”, não deixaria passar um comentário desses. Sua reação é, portanto, legítima, não é tresloucada ou desequilibrada.

Se se disser a um homem que ele é muito “namorado”, ele pode negar, dizer que não se trata disso, principalmente se for recém-casado, como era o caso da senadora, mas não creio que ele se sentiria ofendido, que jogaria vinho em quem dissesse isso. Provavelmente não.

Aí está isso que se poderia chamar de “coisa de mulher”. No caso, a reação da senadora é lida como indignação por uma questão de honra, que uma mulher deve preservar, no final das contas... No caso de Dilma Rousseff, não é disso que se trata, ela é lida como intempestiva, irritada. Mesmo que alguém pudesse dizer “ah, mas a Kátia Abreu mostrou também que não tem controle”, isso seria desculpado, porque ela foi ofendida. Ela se pôs como uma mulher que tem princípios.

Quero frisar esse contraponto: uma mulher que é considerada por sua reação justa (isto é, que se apoia em valores que devem ser defendidos por uma mulher honrada, segundo certa tradição definidora dessa honradez) e uma mulher que foi considerada desequilibrada, confusa.

Há um porém, como se diz. Creio que não se possa, de nenhum modo, desconsiderar Dilma “acuada”, ali no interrogatório de quase 13 ou 14 horas, quando ela mostrou que não é nem confusa, nem despreparada, nem se descabela. Literalmente, inclusive, sobretudo se a compararmos com a advogada responsável pela acusação... Foram todas essas horas de interrogatório, e ela permaneceu muito firme e paciente. Quem acha que ela é confusa, que reveja o áudio daquela Sessão Extraordinária do Senado. Podem acusá-la – como muita gente fez e segue fazendo – de repetir explicações, mas o que ela fazia diante da flagrante repetição das perguntas?

O que nos permitiria levantar a hipótese de que ou os senadores não conseguiam entender o que se dizia tão claramente, reiteradas vezes – e aí caberia verificar se por deficiência ou incapacidade –, ou que não queriam entender, nem sequer ouviam o que ela respondia. Perguntavam de novo e de novo as mesmas coisas. Possivelmente, cada um tinha um único interesse: cada um procurava garantir que sua pergunta fosse filmada, que acusasse Dilma e que pudesse ser reproduzida depois nas redes. Não se tratou de uma sessão em que havia discussão, debate ou qualquer coisa que pudesse alterar a sentença. A sentença estava previamente decidida. O jogo era como cada um ia aparecer ali, na TV. E o que se verificou é uma enorme paciência dela para explicar mil vezes aquilo que ela já tinha dito.

Acuada, ela apareceu como paciente e forte. Demandou-se, inclusive, um preparo físico incomum para lidar com aquela jornada. Uma potência indiscutível. E talvez isso também incomode: ela não se desmanchou, não cedeu nem fisicamente... Como seria de se esperar (como esperavam?) de uma mulher... Como pode uma pessoa não desabar sabendo que vai perder? Porque a situação não era modificável a partir do depoimento que seria feito. Ela sabia que estava produzindo um registro

histórico, um documento, não propriamente uma defesa. Ela falava para a História, não para aqueles interlocutores desinteressados.

Sobre as mulheres e a política, então, o que obviamente acho que vai recuar (com a PEC do Teto, que não é só “do Teto”) é o que vem por aí como pauta regressiva, que já começou com Eduardo Cunha presidindo a Câmara e parece que vai se estender: a eliminação de várias secretarias de alto valor simbólico – da Igualdade Racial, da Mulher, etc. Muitas ações e lugares institucionais estão desaparecendo. Isso é terrível porque o que se está dizendo com isso é que aquele espaço que tinha sido aberto para discussão, criação e implementação de políticas típicas de gênero, por exemplo, não é necessário, pode ser suprimido, deixar de ser pauta. E não adianta propor como pauta no âmbito de uma secretaria no Ministério da Justiça, por exemplo.

Dilma não inventou as políticas para as mulheres. Essas secretarias foram criadas no governo Lula, fazem parte da pauta das esquerdas, ele nomeou sempre mulheres para elas, diga-se. Mas a queda de Dilma coincide com a queda dessas pautas, dessas políticas. Então, a saída dela pode não prejudicar a eleição de outras mulheres, mas decerto vai prejudicar as mulheres de modo geral, com a perda desses espaços...

### | Considerações finais

Gostaria de mencionar brevemente duas coisas que merecem ser desenvolvidas.

Primeiramente... Não acompanhei de perto o caso Dilma Bolada<sup>43</sup>, que teve grande repercussão sempre, com debates desencadeados mesmo entre os apoiadores da presidenta, mas penso que ele é digno de nota.

Antes de tudo, é preciso dizer que há um problema na recepção do humor no Brasil. Não é infrequente que ele seja recebido um tanto literalmente, digamos. Então as pessoas podem não se dar conta de que esse homem que faz a Dilma Bolada está fazendo uma brincadeira, de que sua voz fala por essa personagem. Claro que pode ser uma brincadeira grossa, fina, analisável assim ou assado, mas antes de qualquer coisa é uma brincadeira, é humor. Ele não está dizendo “a Dilma é assim”. Aparentemente, ele está exagerando certa leitura da Dilma, essa personagem pública. Mas com isso, esse humor do Dilma Bolada, embora possa parecer simpático numa determinada conjuntura – quem é muito caricaturado se torna, muitas vezes, simpático (até porque dialoga com essas caricaturas) –, mostra que ela é apreendida como essa mulher grosseira, que fala muito palavrão, que reage estupidamente. Ela é apresentada assim num texto humorístico incrivelmente hiperbólico. Fato. Mas ela é apresentada assim. Eventualmente, esse lado dela, caricaturado desse jeito, sendo bastante disseminado, pode ter predominado como traço característico. Então, a leitura de autoritária, etc. tem nessa versão humorística uma espécie de confirmação, corrobora-se a impressão de que “a Dilma é assim, só estou exagerando um pouco”.

Finalmente, tem o Diário da Dilma<sup>44</sup>, que mostra uma Dilma doméstica, evocando a sabedoria da mãe (com coisas do tipo “não se deve abrir a geladeira sem

---

<sup>43</sup> Fundamentalmente uma página no Facebook, criada por Jeferson Monteiro, que se apresenta como de um personagem fictício, que se descreve assim: Sou linda, sou diva, sou Presidenta Eleita. Sou Dilma!!! (Ver <https://www.facebook.com/DilmaBolada>, último acesso 1/11/2016).

roupa, senão se pega friagem”) ou então registrando que ela conversou, por exemplo, com a ministra da Casa Civil, que lhe deu uma ótima receita para tirar mancha de roupa, ou então que esquece coisas como o nome do ministro da Saúde, pouco interessada que está em alguma coisa que não diga respeito a si mesma, focada nas questões imediatas da vida cotidiana, relapsa com o que é da ordem do seu mandato.

Embora seja um texto de humor, uma presidente evidentemente não faz isso – ainda que possa, sim, se preocupar com coisas do tipo jogar tranca numa sexta-feira à noite com as amigas (com “as meninas”, conforme a referência que se faz às ministras nesse Diário), ou, por estar nervosa, tomar uma lata de sorvete inteira, embora qualquer pessoa possa fazer tudo isso... –, a reiteração dessa imagem pode dar a impressão de que ela é antes de tudo uma mulher, uma mulherzinha comum, mais que uma presidente da República. Incapaz para o cargo? Isso pode passar sub-repticiamente.

Esse tipo de humor não caricatura Dilma Rousseff em um evento de Estado, em uma situação pública, mas caricatura o caráter da Dilma, sobretudo no confinamento da sua vida doméstica – o lugar da mulher na tradição machista. Tratava-se de caricaturar um “Dilma, mulher do lar”, e não exatamente que cuida do lar, mas que, nesse âmbito, precisa de ajuda para fazer as coisas mais banais – uma pessoa, no fim das contas, pouco capaz, que está sempre ocupada com miudezas...

Assim, voltamos aos discursos sobre mulheres serem afeitas a essa escala de problemas: miúdos, do dia a dia, da emoção, da vida doméstica, privada, íntima, que se põem como inverso das coisas públicas de grande importância.

Não sei quanto o humor define votos, por exemplo. Mas o humor é uma forma de retomar o que as pessoas pensam, coisas que costumam dizer... Aí, com esses exemplos, tem-se uma construção do tipo “ela é essa mulher irritadiça e que devia ficar cuidando dessas coisas; por que ela não fica tirando mancha de roupa em vez de querer mandar na economia de um País?”. Esse estar no lugar errado explicaria sua irritação. Problema que, então, seria fácil resolver: basta tirá-la desse lugar.

E houve todas aquelas ocorrências com expressões baixas, como os xingamentos constantes de “vaca”, houve o “vai tomar no cu” no Maracanã, na abertura da Copa das Confederações, e aquele adesivo hediondo que fizeram com uma imagem dela de pernas abertas, para ser colocado na abertura do tanque de gasolina... Essas falas e essa representação indicam muito desse desejo, de que ela fosse tratada assim. Que fosse violada. Penetrada com o cano da bomba de abastecimento de combustível – uma representação do pênis do estuprador (bem maior, diga-se, uma das fantasias, talvez). Em suma, algo como “já que é uma mulher, então vamos fodê-la”.

Se Groddeck<sup>45</sup> tiver razão, no inconsciente de muitas pessoas pulsava algo desse tipo. E, lembremos, há vários sentidos para “foder”: tirar da presidência fica, aí, homologado em alguma medida com tirá-la dessa pose, da posse desse lugar de

---

<sup>44</sup> Seção da Revista Piauí, publicada pela Editora Abril, que satirizava a presidente desde 2011 até a última edição da coluna humorística em junho de 2016 (número 117) e saiu em livro pela editora Companhia das Letras em 2014.

<sup>45</sup> Autor de “O livro dISSO” (São Paulo: Perspectiva. 1988), ainda mais radical do que Freud, parece, sobre as maquinações do inconsciente.

comando, subjugá-la, sujeitá-la. Uma coisa violenta. E parece que foi uma mulher que mandou fazer os tais adesivos...

*“(...) apesar dos golpistas recusarem a denominação de ‘golpe’ e à medida que ele se aprofunda que se torna cada vez mais evidente as reais intenções e seus desdobramentos no Brasil.”*

## **TÂNIA MARIA BESSONE**

Muriel E. P. Amaral

---

Há mais de vinte anos, Tânia Maria Bessone se dedica ao ensino e pesquisa de História. Atualmente é professora do Departamento de História da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) e pesquisadora CNPq. Sua área de atuação é em pesquisa sobre leitura e cultura no século XIX. Entre as suas mais recentes publicações é a organização do livro “Historiadores pela Democracia. O Golpe de 2016: a força do passado”. Ela junto às professoras e pesquisadoras Hebe Mattos e Beatriz Mamigonian organizaram a obra, que conta com a participação de vários historiadores brasileiros e estrangeiros, que versa sobre posicionamentos e reflexões que elucidam para a concretização e as inferências ocorridas para que o golpe fosse realizado.

---

### **| Você define o impeachment de Dilma Rousseff como um golpe? Por quê?**

Sim, defino como um golpe. No livro “Historiadores pela Democracia. O Golpe de 2016: a força do passado”, editado pela Alameda (2016) e organizado por Hebe Mattos, Beatriz Mamigonian e por mim, procuramos demonstrar, através de uma cronologia e da reunião de textos de historiadores, estudiosos e textos de manifestos, como foi urdido esse golpe com características amplas, como uma espécie de projeto, que pode ser bem explicitado no texto premonitório de Luiz Felipe de Alencastro. Houve também a participação do Legislativo, do Judiciário e da mídia que, no entanto, depois de terem desrespeitado os resultados das urnas e a eleição legítima de Dilma Rousseff, tudo fizeram para dar a ele [golpe] uma aparência de respeito aos rituais democráticos. No entanto, apesar dos golpistas recusarem a denominação de “golpe” e à medida que ele se aprofunda que se torna cada vez mais evidente as reais intenções e seus desdobramentos no Brasil. A aprovação da PEC 241 evidencia como o desmonte do pacto social firmado pela Constituição de 1988 está sendo desmontado, mesmo sem ser a proposta aprovada nas urnas, inclusive até a vitória de Dilma nas últimas eleições.

**| Qual a participação da mídia nesse processo? Dê exemplos.**

Vou citar alguns episódios e volto a mencionar as reflexões presentes na cronologia e nos textos que compõem o livro “Historiadores pela Democracia”. Destaco o tratamento dado pela imprensa às jornadas de 2013 e suas demandas, as manchetes negativas sobre Dilma, o PT e as decisões e articulações da presidenta durante parte de seu mandato que nos estudos do laboratório de Ciências Políticas do IESP/UERJ gerou o site “Manchetômetro”, no qual ficam demonstrados os altos índices de manchetes negativas contra tudo que era produzido pelo governo Dilma. Acrescento outros momentos bem claros, tais como os “vazamentos” diários de gravações e delações premiadas contra o governo, Lula e PT, sem cessar. A condução coercitiva de Lula, ápice da pressão em prendê-lo, o empenho da mídia e seu conhecimento prévio de ações semelhantes e prisões “interessantes” e interessadas, a cobertura maciça das votações na Câmara e no Senado, sendo a da Câmara a mais escandalosa sob o ponto de vista do fundo e da forma, com destaque para a escolha de um domingo, quando é notório que os deputados empenham-se em reservar seus calendários de trabalho no máximo a três dias durante a semana em Brasília. E esses são apenas os exemplos que considero mais explícitos.

**| Em algum aspecto você acha que a questão de gênero foi relevante junto à imprensa e à opinião pública a influenciar a cobertura do processo de impeachment? Dê exemplos.**

Considero que sim, uma vez que todo discurso e narrativa da oposição à presidenta Dilma, até na discussão conceitual do uso dos termos presidente e/ou presidenta para sua denominação, já representa uma inflexão no apoio ou reconhecimento de sua legitimidade no cargo, apesar de ter sido vitoriosa em eleições legítimas, nas quais alcançou cerca de 54 milhões de votos. A evidência que mais chama a atenção no discurso pós-golpe e nas ações decorrentes dele, a meu ver, é na “resposta” contundente do vice-presidente, atual presidente, ao ter explicitado e menosprezado em suas decisões todos os avanços em relação às questões de gênero e sua representatividade, e ter varrido todos esses princípios na formação/arranjo de seu Ministério. A equipe do ministério é formada apenas por homens brancos e representantes ultraconservadores das velhas elites políticas brasileiras, a configuração dos ministérios deixa bem clara a opção por essa linha de pensamento e ação: só homens no poder e só os “da turma”. Destaco também a campanha na mídia em geral contra a figura feminina de Dilma com xingamentos, agressões e baixarias nunca vistas em relação à figura de um/uma presidente/presidenta no Brasil.

**| Você identificou algum aspecto de misoginia – aqui definido como ódio ou aversão às mulheres – na relação que a mídia, os políticos e o Judiciário estabeleceram com Dilma Rousseff?**

Sim, e acrescento às minhas observações anteriores que essa misoginia atingiu também setores da sociedade, envolvendo lideranças religiosas de direita e outros setores conservadores, ultraconservadores e da direita em geral que veem o papel da mulher como algo menor e que tem que ser tutelado, pois às mulheres não caberia decidir questões fundamentais, prerrogativas dos homens, consideradas por esses

grupos como os “cabeças”, nos modelos de legislações anteriores no Brasil que sempre os conceituavam, por exemplo, como “cabeças do casal”.

**|Você considera que o impeachment de Dilma Rousseff terá algum impacto na participação feminina na política? Em que sentido?**

A participação feminina na política brasileira tem sido diminuta e eleger uma presidenta foi uma demonstração de força e confiança na mulher que, no entanto, não se preservou. O golpe foi um retrocesso bem evidente. Em termos de representatividade feminina na política, seja em cargos legislativos, executivos ou mesmo no judiciário (que tem aprovado um número significativo de mulheres em cargos públicos por concursos) considero que temos muito que avançar, lutar e agir, pois o número de mulheres é por demais insignificantes, tanto em termos proporcionais à população feminina quanto em participação efetiva, por exemplo, dentro dos partidos políticos ou em cargos de importância social e econômica mais ampla.

Acrescento que ao organizarmos a publicação do livro “Historiadores pela Democracia” procuramos dar uma marca, em papel, afinal um livro representa um registro histórico de grande durabilidade, daquilo que já era discutido pela Hebe Mattos, Beatriz Mamigonian e diversos outros profissionais, acadêmicos, intelectuais de diversos cursos de graduação e licenciaturas, e interessados em geral. No site “Historiadores pela Democracia”, desdobramento de questões anteriores levadas pelo grupo “Conversas de Historiadores” e sistematizados em textos, depoimentos e outras mídias no *tumblr* que reuniu na web todas as participações que tivemos na nossa luta pela manutenção da Democracia no Brasil.

**|Considerações finais**

O golpe tem se aprofundado e demonstrado que a tomada de poder é para definir uma política neoliberal das mais predadoras e contrárias à plena soberania do País. Quando decidimos pela publicação do livro tínhamos, consciência da importância em participar nos debates que buscavam ampliar a importância desse tipo de debate para a Democracia. Agora, à medida que o golpe se aprofunda e que os direitos dos trabalhadores estão sendo ceifados, as riquezas nacionais ameaçadas, no que representam para a nossa soberania e o equilíbrio dos poderes, estão por um fio. Percebo como devemos manter uma atitude proativa em relação ao título que resume nossa luta: Historiadores pela Democracia. A luta pela democracia é uma tarefa diária e uma construção que temos que tentar preservar, já que é ainda muito frágil no Brasil.

*“Muitos discursos não teriam sido entoados pelos defensores do impeachment caso o processo fosse para retirar um homem da Presidência.”*

## **VANESSA GRAZZIOTIN**

Dorivândia Ribeiro Torres Nome

---

De Videira (SC), Vanessa Grazziotin mudou-se para Manaus aos 15 anos. Iniciou militância no CA da UFA. Como líder estudantil lutou pela democratização das universidades, atuou na defesa dos direitos da mulher e dos direitos humanos. Fez campanha pela anistia ampla, geral e irrestrita e pelas Diretas Já. Elegeram-se vereadora por Manaus em 1988, sendo reeleita em 1992 e 1996. Foi a deputada federal mais votada no Amazonas na eleição de 1998. Conquistou o cargo de Senadora em 2010 e cumpre mandato até 2019. A Senadora teve participação ativa em todo o processo de impeachment. Fez discursos marcantes na Comissão Especial e no Plenário, em algumas situações, criticou a forma machista como alguns colegas tratavam a questão. Acabou sofrendo misoginia.

---

### **|Você define o impeachment de Dilma Rousseff como um golpe? Por quê?**

Sem dúvida nenhuma. A Constituição é muito clara no que se refere aos motivos possíveis de se afastar uma presidente ou presidente. O artigo 86 não admite outras interpretações. O que houve este ano foi o afastamento de uma presidenta sem que tenha se provado nenhum dos crimes de responsabilidade previstos.

### **|Qual a participação da mídia nesse processo? Dê exemplos.**

Foi central. A reverberação por parte da mídia da condenação pelo “conjunto da obra” permitiu criar as condições políticas para que a maioria circunstancial que se formou pudesse afastar a presidenta. São inúmeros exemplos, afinal de contas, desde 2015, praticamente todas as capas de revistas semanais e grandes jornais em alguma medida trazem menções ao impeachment.

### **|Em algum aspecto você acha que a questão de gênero foi relevante junto à imprensa e à opinião pública a influenciar a cobertura do processo de impeachment? Dê exemplos.**

Eu acredito que sim. O fato de a presidenta ser uma mulher permitiu que o noticiário vez ou outra transpirasse sexismo e misoginia. O exemplo mais absurdo foi a capa da IstoÉ que inventou uma crise explosiva da presidenta, utilizando uma foto dela de um jogo de futebol.

**|Você identificou algum aspecto de misoginia – aqui definido como ódio ou aversão às mulheres – na relação que a mídia, os políticos e o Judiciário estabeleceram com Dilma Rousseff?**

Como te disse, vez ou outra isto surgia de forma velada. Muitos discursos não teriam sido entoados pelos defensores do impeachment caso o processo fosse para retirar um homem da Presidência.

**|Você considera que o impeachment de Dilma Rousseff terá algum impacto na participação feminina na política? Em que sentido?**

Infelizmente sim, além de ter sido retirada irregularmente da Presidência, o ministério golpista tem a forte simbologia de não ter uma mulher no primeiro escalão. Os resultados das eleições deste ano já mostram que houve uma redução nos espaços de poder.

**|Considerações finais**

Eu agradeço a entrevista e acredito que esta obra é importantíssima para entender o grave período histórico que estamos vivendo. Certamente a análise que você estão fazendo irá permitir que tenhamos uma visão clara dos motivos do impeachment e o papel que a mídia teve.

*“Penso que o maior complicador do processo foi a traição da base aliada, em especial do PMDB. Os políticos que atuaram nos governos de Lula e Dilma simplesmente articularam ao lado da oposição, a favor do impeachment”.*

## **VERA LUCIA MICHALANY CHAIA**

Carla Montuori Fernandes  
Genira Chagas

---

Doutora em Ciências Políticas pela Universidade de São Paulo (USP) e Livre Docente pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). É vice-coordenadora do Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais, da PUC-SP, com estudos na área de Comunicação Política, Comportamento Político e Política Brasileira. Possui 2 livros, 7 organizações e 23 capítulos de livros de publicados. É coordenadora e pesquisadora do Núcleo de Estudos em Arte, Mídia e Política (NEAMP) da PUC-SP. Coordena a pesquisa “Lideranças Políticas no Brasil: características e questão institucional”, financiada pela Fapesp para o período de 2013 a 2018. Também é Pesquisadora do CNPq. A julgar pelo capital intelectual e pela área de atuação acadêmica, a professora Vera Chaia possui as credenciais apropriadas para refletir sobre o tema.

---

### **|Você define o *impeachment* de Dilma Rousseff como um golpe? Por quê?**

Eu considero um golpe. Um golpe parlamentar, já que toda articulação da oposição ao governo da ex-presidente Dilma Rousseff e ao PT foi para resultar nesse final de mandato, por meio do *impeachment*. O então vice-presidente Michel Temer foi preparando o rompimento político com o governo quando enviou a carta-desabafo a Dilma, em 7 de dezembro de 2015. Aos poucos, os ministros foram entregando os cargos que ocupavam no governo petista. Foi uma ruptura muito bem articulada. O *impeachment* foi muito bem arranjado e o detonador foi essa carta. O Temer foi essencial nessa articulação. O ex-presidente Lula, tardiamente, foi chamado para tentar salvar o governo, o que ocasionou outra crise política.

A oposição que foi composta pelo PSDB, DEM e PMDB, como os principais arranjadores do golpe, não se entenderam no sentido em fazer uma articulação junto à ex-presidente Dilma. Além disso, não compreenderam e não apoiaram o governo em suas medidas de ajuste fiscal, principalmente no segundo mandato, quando

denunciaram que ela estaria agindo sem o apoio do Congresso Nacional. Houve uma resistência do parlamento em relação a então presidente, não apoiando nenhum projeto encaminhado durante o segundo governo, lembrando que o grande opositor era o deputado Eduardo Cunha, do PMDB, então presidente da Câmara dos Deputados. Isso fez com que ela não só perdesse apoio parlamentar, mas todo o trabalho também foi realizado no sentido de mostrar a incompetência política de Dilma. Ou seja, a acusação se dava não somente no sentido das famosas “pedaladas fiscais” – que juridicamente e politicamente não existiram, do ponto de vista dos opositores ao *impeachment*. É importante ressaltar que a mídia foi fundamental para desacreditar e desqualificar a ex-presidente Dilma e o governo do PT enquanto base de sustentação.

**|Qual a participação da mídia nesse processo? Dê exemplos.**

Ela teve uma participação efetiva e muito competente. Houve uma presença ostensiva da mídia se posicionando contra o governo Dilma, contra o PT, contra as medidas propostas pela então presidente. Isso foi reforçado tanto pela imprensa escrita, de modo geral, quanto pelos telejornais, pelos programas de debates e pela posição política de várias emissoras de TV. Aqui é importante destacar a *TV Globo*, como uma peça fundamental nesse processo, a *revista Veja* com sua postura crítica com relação ao PT e a ex-presidente. As importantes manifestações contra o governo, realizadas a partir de 2015, foram divulgadas e incentivadas pela grande imprensa, principalmente pelo *Grupo Globo*, que se posicionou a favor das manifestações e contra o governo Dilma.

**|Em algum aspecto você acha que a questão de gênero foi relevante junto à imprensa e à opinião pública a influenciar a cobertura do processo de impeachment? Dê exemplos.**

Quando a ex-presidente Dilma assumiu o primeiro mandato, ela já começou a encontrar resistências pelo tipo de personalidade que possui. Uma mulher, quando assume um cargo político, tem que se posicionar de maneira mais firme que os homens. Se ela não se posiciona firmemente, com uma postura crítica e sabendo o que ela está falando, isso se torna um aspecto negativo. No caso da ex-presidente Dilma, seu passado de luta armada e resistência à ditadura militar, sua postura rigorosa, mais técnica e pouco articuladora foi muito criticada, do ponto de vista da imprensa de um modo geral. Um cargo administrativo, como a Presidência da República, exige um mínimo de articulação, temperamento conciliador, que não condizem com as características da ex-presidente. É preciso ser uma liderança forte, mas, ao mesmo tempo, ter habilidades para negociar e dialogar com a base parlamentar. Acredito que o fato de ser mulher e ser durona, fez com que ela perdesse o apoio de uma parcela do eleitorado e principalmente de sua base parlamentar. Ela necessitava de um grupo de articulação para fazer a ponte entre o executivo e o legislativo. As escolhas dela foram malsucedidas, sobretudo no segundo mandato. Com relação à imprensa, o fato de ela não conseguir se expressar e nem articular o discurso contribuiu para desqualificá-la. Ela era uma técnica, não era uma política. Nesse sentido, além de ser mulher, teve um trabalho exaustivo no sentido de romper com suas próprias características. Ou seja, ela não era articuladora, não fazia jantares para políticos e não se envolveu com deputados e senadores. Esse foi o grande equívoco, diante de um parlamento que conclama

articulações. Dificilmente ela conversava com os parlamentares. Em determinados momentos é preciso ser firme, mas também conciliador. Houve uma incapacidade dela e do grupo político de fazer essa articulação. O PT cometeu erros, sim, não podemos negar, mas houve uma superexploração desses erros pela imprensa.

**|Você identificou algum aspecto de misoginia – aqui definido como ódio ou aversão às mulheres – na relação que a mídia, os políticos e o Judiciário estabeleceram com Dilma Rousseff?**

Sem dúvida. Acho que há uma aversão às mulheres e vemos isso na composição do atual ministério do Presidente Michel Temer. É como se a mulher não tivesse a capacidade de gestora, de administradora. O que de certa maneira provocou a saída de Dilma Rousseff. A posição da imprensa, de modo geral, é de desqualificar a mulher. Em todos os cargos, a mulher sempre tem de provar qualidades, mais do que o homem. No cargo administrativo, tem-se que mostrar competência. Imagina na presidência onde os olhos estão voltados para a presidente. Um sério problema, também, foi o setor de comunicação de Dilma. Faltou traquejo do grupo político ligado a presidente na comunicação. A Secretaria de Comunicação funcionou mal, do ponto de vista de ressaltar algumas qualidades da presidente para a imprensa. Ela não fazia pronunciamento, não saía do palácio. Só começou a sair quando as denúncias surgiram. Supostamente, se Dilma tivesse começado a reagir antes, quando começou a ser criticada, acredito que o desfecho seria outro. Não se tratava somente de responder aos ataques, mas fazer proposições, entrar em contato com a imprensa, com parlamento, fazer as articulações via jantares, almoços. Esse é um jeito da política brasileira conquistar seus espaços. Não adianta dar cargos. Vários ministros do governo de Temer foram ministros dela. Houve uma traição enorme do PMDB, base parlamentar que num primeiro momento apoiou Lula e depois a Dilma.

Retomando a questão da misoginia, a mídia vai mostrar certa aversão a Dilma, às vezes estampadas em capas de revistas semanais, como a publicada pela *Revista IstoÉ*, em fevereiro de 2016, com a chamada “As explosões nervosas da Presidente”, cuja imagem insinua uma presidente histérica e descontrolada. A própria sociedade civil a rechaçou em eventos públicos, como na abertura da Copa do Mundo, utilizando palavras de baixo calão, comportamento poucas vezes visto quando se trata dos homens. Houve uma falta de respeito total, não só com a ex-presidente, mas com a autoridade da República. Os xingamentos foram uma afronta à democracia. Não houve clima para debate. E esse clima permanece, sem que a oposição atual possa se manifestar. Com relação ao judiciário, a questão também é complicada. A maioria dos ministros do Supremo Tribunal Federal foi escolhida pelo governo do PT e isso não foi revertido em apoio político a Dilma. Houve um distanciamento entre eles, também pela pressão da imprensa, de modo geral. Em vários momentos, o Supremo não atendeu os apelos e reivindicações da Presidente e ela perdeu muito. Quando foi divulgada a conversa telefônica dela com o ex-presidente Lula, com permissão do juiz Sérgio Moro, ficou caracterizada perda de autonomia e de respeito com os assuntos particulares. O que eu acho complicado e nós estamos vendo, é a parcialidade da justiça. Em alguns casos, como o de Eduardo Cunha, o julgamento foi demorado. Em outros, o julgamento é mais rápido. É difícil equacionar a atuação do Supremo Tribunal Federal e da Polícia Federal.

**|Você considera que o *impeachment* de Dilma Rousseff terá algum impacto na participação feminina na política? Em que sentido?**

Não saberia dizer o impacto que o *impeachment* poderá ter na participação feminina na política. Na cidade de São Paulo, nas eleições municipais de 2016, tivemos a presença de Marta Suplicy (PMDB) e de Luiza Erundina (PSOL), porém elas já possuem uma trajetória na política. Mas não sei se haverá uma grande renovação. O que vimos no processo de *impeachment* foram lideranças que estão presentes na política a partir de suas bases dentro dos partidos. Cito o caso da Jandira Feghali, cuja origem é dentro do PCdoB. Mas também não existe nada de novo nesse processo. Cito, ainda, o caso da Mara Gabrilli, do PSDB, que começou a sua atuação política em uma Organização Não-Governamental (ONG), criada por ela após sofrer um acidente em que ficou tetraplégica. Mas não há nenhuma outra mulher que possa assumir o papel de presidente, pelo menos em 2018. Talvez a Marina Silva, da Rede Sustentabilidade. Mas ela está fragilizada após a derrota do partido nas últimas eleições. Uma personalidade política que se destacou, mas foi muito criticada pela imprensa, foi a Gleisi Hoffmann, do PT. Ela tem postura política. Mas são mulheres já formadas, com longa participação na vida política brasileira. Renovação mesmo eu não acredito que teremos em curto prazo.

**|Considerações finais**

É lamentável a forma como se desenrolou esse processo de *impeachment* no Brasil. Espantaram a incapacidade do governo e do PT em reagir àquele momento e a força política da oposição ao governo Dilma. Penso que o maior complicador do processo foi a traição da base aliada, em especial do PMDB. Os políticos que atuaram nos governos de Lula e Dilma simplesmente articularam ao lado da oposição em favor do *impeachment*. Parece aquela história dos ratos que saem primeiro para não afundarem juntos com o navio. A vida política dos que saíram será reescrita de outra maneira. Não vão falar que eles ocuparam esses cargos, que tiveram responsabilidade na vida política e nas propostas econômicas também.

Na outra ponta, não se pode ignorar que a Operação Lava-Jato influenciou muito o processo. O poder judiciário adquiriu tamanha autonomia e independência, frente a todo processo democrático, que gerou uma prepotência do poder judiciário e do juiz Sérgio Moro. Não que ele não tenha acompanhado o processo de uma maneira correta, mas acho que em determinados momentos alguns partidos foram prejudicados em detrimento de outros. Algumas delações premiadas foram feitas e o acolhimento dessas denúncias foi recepcionado em diferentes direções. Acho que esse é um elemento seríssimo. Quando o Eduardo Cunha foi preso, não havia outra saída. Ele tinha que ser preso. Até porque a opinião pública e a imprensa cobravam essa prisão. A demora dessa prisão em ocorrer foi um caso de parcialidade do poder judiciário. A relação da imprensa com a Polícia Federal também demonstra essa parcialidade. Alguns vazamentos ocorreram e foram incorporados nos processos, outros não. O vazamento de Sérgio Machado (ex-senador pelo PSDB), que fala de José Sarney (PMDB), de Romero Jucá (PMDB), de Michel Temer (PMDB) não foi aprofundado. Enquanto outras delações foram tomadas na íntegra. O judiciário parece escolher os políticos que vai condenar. Com tudo isso, estamos acompanhando um

retrocesso na vida política brasileira. Os projetos que estão sendo encaminhados mostram que a política continua a mesma. Vale o fisiologismo. Essa PEC-241 (institui novo regime fiscal), já aprovada na Câmara dos Deputados, é uma lástima frente às possibilidades dos governantes. Estamos vendo cortes nas bolsas de estudos, limites na atuação dos órgãos de pesquisa, a discussão da escola sem partido. A não renovação e a presença ostensiva de evangélicos na política é também um agravamento dessa questão.

*“Talvez a confiança de alguns no ajuste seja uma confiança (sempre demasiada) na masculinidade, na figura do homem (supostamente) heterossexual.”*

## VIVIANE VERGUEIRO

Luana Rosário

---

Viviane Vergueiro é pesquisadora do Grupo de Pesquisa Cultura e Sexualidade – CUS/UFBA, onde pesquisa cultura, sexualidade, contemporaneidade, gênero e feminismo sob perspectiva decolonial. Professora do Instituto de Humanidades, Artes e Ciências – IHAC/UFBA. É uma militante-transfeminista-pesquisadora. Nela, em uma reflexividade crítica ímpar, essas dimensões não se apartam da constituição da subjetividade e identidade. Protagonista dessas dimensões, sua visão sobre *Misoginia e Golpe* é perpassada pela interseccionalidade entre gênero, classe e raça-etnia. Ouvir Viviane sobre o golpe é voltar nossa atenção ao feminismo, à resistência e à multiplicidade.

---

### **| Você define o impeachment de Dilma Rousseff como um golpe? Por quê?**

Considero que sim, devido à inexistência de um efetivo crime de responsabilidade cometido pela presidenta. E, neste 'efetivo', estou pensando nas assimetrias presentes na caracterização política do impeachment de Dilma em comparação a outros atos similares, bem como nos interesses econômicos e brutalidades políticas que vão dando pistas para os motivos de tal ruptura institucional.

### **| Qual a participação da mídia nesse processo? Dê exemplos.**

A participação da mídia no processo deve ser pensada, creio, dentro de seu papel econômico mais amplo, como um setor econômico altamente concentrado e fundado sobre bases políticas questionáveis (enquanto concessões profundamente antidemocráticas), e como um elemento de promoção e invisibilização de perspectivas políticas. Entre legitimar um impeachment sem crime, não colocar as tragédias de Belo Monte e Mariana em pauta, e abafar manifestações e ocupações de escolas e universidades e ruas e campos, parece haver nexos econômicos importantes a se compreender, na esfera dos meios de comunicação.

Nesse sentido, o suporte da mídia à legitimação do impeachment da presidenta Dilma Rousseff se insere no contexto da ascensão de poderes econômicos relacionados

a fundamentalismos religiosos e do punitivismo racista de programas policiais que retroalimentam seguranças públicas, ocupações de favelas e genocídios. Creio que situar a mídia nisso tudo que é apagado cotidianamente nos ajuda a perceber continuidades (Belo Monte é inaugurada dias antes da saída de Dilma, por ex.) e aprofundamentos de violências em tempos pós-golpe.

**|Em algum aspecto você acha que a questão de gênero foi relevante junto à imprensa e à opinião pública a influenciar a cobertura do processo de impeachment? Dê exemplos.**

Certamente, a dimensão de gênero afeta a maneira como pessoas políticas são noticiadas e presentes na opinião pública e na imprensa. Desde a primeira eleição de Dilma, recordo-me da percepção sobre ela, uma mulher de amplo trânsito político, como mero 'poste' de Lula, além de reflexões inúteis sobre sua sexualidade, enfim.

Creio que no processo de impeachment, um aspecto de gênero que me pareceu marcante foi a desaprovação de Dilma com base na sua falta de pulso para governar. Em que pesem todas as críticas (às esquerdas) que possamos fazer a ela, é importante a reflexão de gênero sobre como mulheres e feminilidades são tidas como posições incapazes de tomada de decisão, especialmente em tempos de crise econômica. Raewyn Connell, socióloga pesquisadora sobre masculinidades, aponta para as relações entre neoliberalismo e gênero ao notar como masculinidades são construídas como o gênero ideal para decisões drásticas e impiedosas. A legitimação do golpe em torno dessas construções me pareceram intensas, ao posicionar o ilegítimo (e vice-presidente na articulação petista) Temer como alguém necessário para 'arrumar a casa para enfrentar a crise': se ninguém sério pode pensar que este cenário é menos atravessado por corrupções que o anterior, talvez a confiança de alguns no ajuste seja uma confiança (sempre demasiada) na masculinidade, na figura do homem (supostamente) heterossexual.

**|Você identificou algum aspecto de misoginia – aqui definido como ódio ou aversão às mulheres – na relação que a mídia, os políticos e o Judiciário estabeleceram com Dilma Rousseff?**

Em diversos momentos, aspectos misóginos me pareceram estar presentes nestas relações, e os elementos que me vêm à mente primeiro são a avaliação política da presidenta Dilma a partir de aspectos emocionais e de sua sexualidade. Capas de revista, secundarização de sua figura, ridicularização de seu processo de impeachment ('tchau querida'), podem ser alguns aspectos a serem destacados como símbolos desta misoginia.

**|Você considera que o impeachment de Dilma Rousseff terá algum impacto na participação feminina na política? Em que sentido?**

Já teve impactos, não somente em termos de representatividade (sempre aquém do necessário), mas também em termos de institucionalidade, do esvaziamento de espaços dedicados a políticas públicas voltadas a mulheres. Para além disso, todo processo de golpe em direitos trabalhistas, previdenciários, é um golpe nas condições materiais de existência das mulheres e grupos marginalizados, tendo portanto impacto sobre suas formas de participação política. Em sentidos político-eleitorais, não saberia

inferir sobre impactos do impeachment sobre a participação feminina, mas sinto que é um debate que precisa ser enfrentado, inclusive nas esquerdas, de forma mais efetiva.

### **| Considerações finais**

Espero ter contribuído para um diálogo sobre misoginia e golpe, dentro de minhas limitações. Nestas considerações, quero somente enfatizar a importância de localizarmos interseccionalmente as preocupações com o período pós-impeachment: entre as populações trans e travestis, por exemplo, que obtiveram conquistas precárias e visibilidade nos últimos anos, torna-se importante manter a autocrítica ativa para perceber quem destas populações poderá estar mais vulnerabilizada e sujeita a violências. É nas intersecções, de classe e raça-etnia entre outras, onde geralmente estão as respostas a esta análise.

## | AS ORGANIZADORAS

**Elen Cristina Gerales** é jornalista e mestra em Comunicação pela Universidade de São Paulo, doutora em Sociologia pela UnB, é professora-adjunto III da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília, onde atua no curso de Comunicação Organizacional, e pertence ao seu Núcleo Docente Estruturante. Membro efetivo do Programa de Pós Graduação de Comunicação da FAC/UnB, leciona a disciplina Metodologia e orienta estudantes de mestrado e doutorado. Pertence à linha de Políticas de Comunicação e Cultura e coordena o Laboratório de Políticas de Comunicação da UnB. É vice-coordenadora do GT Políticas e Estratégias de Comunicação da Intercom. Suas linhas de interesse são Lei de Acesso à Informação, Políticas de Comunicação e Comunicação Pública. E-mail: [elenger@ig.com.br](mailto:elenger@ig.com.br)

**Juliano Domingues da Silva** é jornalista pela Universidade Católica de Pernambuco (Unicap) e cientista social pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Obteve os títulos de doutor e mestre em Ciência Política pela UFPE. Capacitou-se em campanha eleitoral pelo Ray C. Bliss Institute of Applied Politics (The University of Akron, Ohio, USA), por meio do International Campaign Fellowship, com bolsa do Departamento de Estado dos EUA, durante as eleições presidenciais 2016 naquele País. Estudou, ainda, análise de tomada de decisão pela UCLA Anderson School of Management (University of California, Los Angeles). É professor na Universidade Católica de Pernambuco vinculado ao Centro de Ciências Sociais (CCS), onde também exerce a função de coordenador do curso de Jornalismo. Como pesquisador, dedica-se à investigação sobre gênese e evolução institucional, principalmente no campo do institucionalismo histórico aplicado à análise de políticas públicas. A partir desse enfoque, tem pesquisado, sobretudo, a relação entre Democracia e Mídia. Atualmente, Juliano Domingues da Silva é o coordenador do Grupo de Pesquisa Políticas e Estratégias de Comunicação da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (Intercom) e desenvolve pesquisa de pós-doutorado vinculado ao Centro de Estudos Avançados em Democracia Digital da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Seu projeto integra a agenda de investigação do Grupo de Estudos de Comunicação, Política e Redes Digitais (CP-Redes). Ao longo dos últimos doze anos, dedicou-se ao jornalismo audiovisual, área em que já desempenhou as funções de repórter, produtor e editor, com passagens pela TV Golfinho (Fernando de Noronha), TV Asa Branca (Caruaru), TV Globo (Recife) e TV Cultura (São Paulo). Participa, quinzenalmente, do programa CBN Total (Rádio CBN Recife) e do programa Folha Política (Rádio Folha de Pernambuco) como colaborador/debatedor. Exerce, ainda, jornalismo opinativo com a publicação de artigos a cada duas semanas na seção de Opinião do Jornal do Commercio (Recife, PE). E-mail: [juliano\\_domingues@hotmail.com](mailto:juliano_domingues@hotmail.com)

**Liliane Maria Macedo Machado** possui graduação em Jornalismo pela Universidade Federal de Goiás (1987), mestrado em História pela Universidade de Brasília (1999) e doutorado em História pela Universidade de Brasília (2006). Tem experiência como repórter e redatora no Jornal de Brasília e Correio Braziliense e como assessora de

imprensa em órgão público. Desde agosto de 2011 é professora adjunta da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília. Na função de pesquisadora, desenvolve estudos concernentes aos seguintes temas: comunicação e cidadania, comunicação e legislação, jornalismo e sociedade, cinema e estudos feministas e de gênero. Na graduação ministra as disciplinas de Legislação e Direito à Comunicação, Ética e Legislação em Publicidade e Propaganda, Oficina de Texto e Legislação, Desenvolvimento e Produção de Projetos. E-mail: [profliliane@globo.com](mailto:profliliane@globo.com)

**Tânia Regina Oliveira Ramos** possui graduação em Letras pela Universidade Federal de Santa Catarina, mestrado e doutorado em Literaturas de Língua Portuguesa pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Atualmente é Professora Titular e coordena o núcleo Literatura e Memória da UFSC, núcleo com projetos aprovados pela FAPESC e CNPq. Faz parte da Coordenação Geral da Revista Estudos Feministas e do Conselho Editorial das revistas, UniLetras, Mafuá Ciências e Letras, Literatura Hoje, Signótica e Anuário de Literatura. É professora de Literatura Brasileira e Estudos Literários nos Cursos de Graduação e Pós Graduação em Letras e Literatura na UFSC. Atua, pesquisa e publica nas linhas de pesquisa História e Memória, escritas de si e gênero. E-mail: [taniareginaoliveiramos@gmail.com](mailto:taniareginaoliveiramos@gmail.com)

**Vanessa Negrini** é doutoranda em Políticas de Comunicação, pela Universidade de Brasília - UnB; bacharel em Comunicação Organizacional pela Universidade de Brasília - UnB (2013); membro do grupo de pesquisa Laboratório de Políticas de Comunicação – LAPCOM. Tem mais de 15 anos de atuação em assessorias de comunicação, com foco político-organizacional, gestão de crises e planejamento, sobretudo em entidades de classe. Premiada com trabalhos no Prêmio Nacional de Comunicação e Justiça, 2010 e 2011, nas categorias Endomarketing, Modernização da Justiça e Projeto Temático. Elaborou estratégias e coordenou a comunicação de campanhas eleitorais para prefeito municipal, deputado distrital, presidentes de associações de classe e membro de Tribunal Superior. Foi editora da Revista Prisma, da Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal (ADPF). Autora do livro Comunicação Organizacional em Entidades Representativas de Classe (Editora Baraúna, 2014) e a Mulher e a Justiça (Amagis/DF, 2016). E-mail: [negrini.vanessa@gmail.com](mailto:negrini.vanessa@gmail.com)

## | AS ENTREVISTADORAS E OS ENTREVISTADORES

**Adriano Warken Floriani** é jornalista, doutorando em Comunicação (linha Jornalismo e Sociedade) pela Universidade de Brasília (UnB), mestre em Comunicação e Informação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), especialista em projetos sociais (UFRGS), tem experiência acadêmica e profissional atuando nas seguintes áreas: mídia e cidadania, reportagem e edição, assessoria de comunicação e comunicação organizacional. E-mail: [awfloriani@gmail.com](mailto:awfloriani@gmail.com)

**Alice Lima** é jornalista graduada pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e mestranda em Comunicação na Universidade Federal do Paraná (UFPR). Desenvolve pesquisas na área de comunicação política, com foco em gênero e campanhas eleitorais. Sob a orientação da professora doutora Luciana Panke, atualmente pesquisa estratégias eleitorais de candidatas à presidência do Brasil expostas no Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral (HGPE). E-mail: [alice.lima1@hotmail.com](mailto:alice.lima1@hotmail.com)

**Alice Mitika Koshiyama** é professora sênior, docente da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP), Mestre em Ciências da Comunicação (ECA-USP), Doutora em Literatura Brasileira (FFLCH-USP) e Livre-Docente em Jornalismo (ECA-USP), Pesquisadora de comunicação, cidadania, história do jornalismo, ensino de jornalismo; gênero, feminismo, ongs feministas, Cármen da Silva jornalista e feminista. E-mail: [almitika@gmail.com](mailto:almitika@gmail.com)

**Aline da Silva Souza**, graduanda em Jornalismo pela Universidade Federal de Sergipe, interessada pelo campo da Política da Comunicação Pública e Políticas Públicas e Democratização dos Meios de Comunicação de Massa. Procura investigar em seu Trabalho de Conclusão de Curso o Monopólio dos Meios ligados à Comunicação Pública em Sergipe. E-mail: [silvalinepa@gmail.com](mailto:silvalinepa@gmail.com)

**Álvaro Benevenuto Jr.**, doutor em Ciências da Comunicação (Unisinos, 2005) e estágio pós-doutoral em Comunicação (UCB, 2014). Coordenador de Jornalismo da UCS (Caxias do Sul), integra o corpo docente permanente do PPG em História; professor adjunto de Jornalismo Audiovisual e de Produção Audiovisual; pesquisador sênior. Foi coordenador do Grupo de Pesquisa Conteúdos Digitais e Convergências Tecnológicas da Intercom. E-mail: [afmbenej@ucs.br](mailto:afmbenej@ucs.br)

**André Bonsanto Dias** é doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense (UFF). Mestre em Comunicação pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Foi pesquisador da Comissão Nacional da Verdade (2014) e professor colaborador no Departamento de Comunicação da UFPR (2012-2013). É autor do livro “O presente da memória: usos do passado e as (re)construções de identidade da Folha de S. Paulo, entre o “golpe de 1964” e a “ditabranda” (2014). E-mail: [andrebonsanto@gmail.com](mailto:andrebonsanto@gmail.com)

**Bárbara de Oliveira** é graduada em Enfermagem e Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Ciências e Tecnologia da FCE da Universidade de Brasília. Pesquisadora nas áreas de gênero, sexualidade e saúde, contando atualmente com uma pesquisa sobre transexualidade, ativismo e sistemas de saúde a partir de uma etnografia realizada no Distrito Federal. Orientanda de Rosamaria Carneiro. E-mail: [barbara.7.oliveira@gmail.com](mailto:barbara.7.oliveira@gmail.com)

**Caio Cardoso de Queiroz** é doutorando em Comunicação e Cultura Contemporâneas na Universidade Federal da Bahia, onde desenvolve pesquisas sobre ética profissional e jornalistas da “Blogosfera Progressista”. É mestre pelo mesmo programa, onde defendeu a dissertação “Vigilante sob suspeita: O monitoramento e a avaliação da Imprensa Tradicional pela ‘blogosfera progressista’”. E-mail: [caiocardosode@gmail.com](mailto:caiocardosode@gmail.com)

**Carine Felkl Prevedello**, jornalista, doutora em Comunicação, diretora da TV Campus, emissora de televisão pública da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM/RS), pesquisadora em democratização da Comunicação, integrante do Grupo de Pesquisa CEPOS (Comunicação, Economia Política e Sociedade). E-mail: [carineprev@gmail.com](mailto:carineprev@gmail.com)

**Carla Montuori Fernandes** é doutora em Ciências Sociais, com ênfase em Comunicação Política pela PUC-SP. É Docente do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura das Mídias da Universidade Paulista (UNIP). Possui pesquisas na área de comunicação, poder e liderança política. É autora do livro “A liderança de Dilma Rousseff na imprensa internacional”, 2012, editora Porto de Ideias. E-mail: [carla.montuori@ig.com.br](mailto:carla.montuori@ig.com.br)

**Carlos Golembiewski**, jornalista, professor no Curso de Jornalismo e no Mestrado em Políticas Públicas na Univali, Itajaí, SC. Dr. Comunicação Social, PUC/RS. Coordenador do Projeto de Extensão Casulo que produz o programa de TV Olhares Universitários com o foco voltado para as ações de Cidadania, Educação e Meio Ambiente. E-mail: [carlosinterligado@yahoo.com.br](mailto:carlosinterligado@yahoo.com.br)

**Carlos Peres de Figueiredo Sobrinho** é doutor em Sociologia pela UFPE, Mestre em Comunicação Social também pela UFPE e Jornalista. Pesquisador nas áreas de Sociologia e Comunicação, com ênfase nas áreas de “Comunicação e Política” e Teorias do Jornalismo, orientando suas pesquisas para as interfaces entre o jornalismo e política. E-mail: [carlospfs@gmail.com](mailto:carlospfs@gmail.com)

**Carolina Vicentin** é jornalista, especialista em Bioética pela Universidade de Brasília (UnB) e em Marketing Digital pelo Centro Universitário lesb. Trabalhou nas redações do Jornal do Brasil, do Correio Braziliense e do Metro Jornal e na Secretaria de Comunicação da UnB. É consultora do Sebrae, colunista do site Metrôpoles e repórter da Revista AzMina, onde também colabora para o setor educacional. E-mail: [carolsssv@gmail.com](mailto:carolsssv@gmail.com)

**Christianne Alcântara** é jornalista concursada da Assembleia Legislativa de Pernambuco, mestra em Ciência Política, com extensão em Comunicação e Poder. Foi diretora de Comunicação Social e chefe do Departamento de TV da Alepe. É assessora técnica da Comissão de Educação e Cultura da Alepe. Ministrou disciplinas na graduação e na pós-graduação de Relações Públicas, Jornalismo e Publicidade e Propaganda. Autora de artigos sobre representação e ativismo nas redes sociais. Concentra suas pesquisas nas áreas de democracia representativa, discurso político e comunicação institucional. E-mail: [christiannealcantara1@gmail.com](mailto:christiannealcantara1@gmail.com)

**Cláudia Regina Lahni** é jornalista, com doutorado em Ciências da Comunicação (USP) e pós-doutorado em Comunicação (UERJ). Lésbica, feminista, é Professora Associada na Facom-UFJF. Foi coordenadora do GP Comunicação para a Cidadania da Intercom. Com a Profa.Dra. Daniela Auad com quem é casada, coordena o Flores Raras – GP Educação, Comunicação e Feminismos (FACED-UFJF-CNPq). E-mail: [lahni.cr@gmail.com](mailto:lahni.cr@gmail.com)  
<http://www.ufjf.br/educacomunicafeminismos/>

**Criselli Montipó** é doutoranda e mestre em Jornalismo pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). É jornalista pelo Centro Universitário de União da Vitória (UniuV) e professora da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR) em que atua, entre outros, na orientação de monografias e produtos jornalísticos. Suas pesquisas têm como foco narrativa jornalística, cidadania e direitos humanos. E-mail: [criselli@gmail.com](mailto:criselli@gmail.com)

**Denise Teresinha da Silva**, Professora Associada da Universidade Federal do Pampa, Doutora em Ciências da Comunicação pelo PPGCC/Universidade do Vale do Rio dos Sinos, com doutorado sanduíche na Universidad Autónoma de Barcelona. Líder do GP Fos, coordena o Núcleo de Estudos e Produção em Fotografia da Unipampa, vice-coordenadora do GP Comunicação para a Cidadania da Intercom. E-mail: [denise\\_dts@yahoo.com.br](mailto:denise_dts@yahoo.com.br)

**Dione Moura** é professora da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília, possui doutorado em Ciências da Informação pela UnB e mestrado em Comunicação pela mesma instituição. Tem experiência na área de Comunicação, com ênfase em jornalismo científico e ambiental, atuando principalmente nos seguintes temas: jornalismo e sociedade, jornalismo e meio ambiente, comunicação, jornalismo científico e mobilização. Foi presidenta da SBPJor entre 2011 e 2013. E-mail: [dioneoliveiramoura@gmail.com](mailto:dioneoliveiramoura@gmail.com)

**Dorivândia Ribeiro Torres**, bacharel em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo, especialista em Ciência Política, pela Universidade de Brasília (UNB). Realizou projetos de pesquisa com foco na ditadura militar no Brasil e trajetória e atuação política de dirigentes sindicais. E-mail: [vandiart@gmail.com](mailto:vandiart@gmail.com)

**Érica Daiane da Costa Silva**, especialista em Ensino da Comunicação Social e bacharel em Comunicação Social – Jornalismo em multimeios pela Universidade do Estado da Bahia; Licenciada em História pela Universidade de Pernambuco – UPE; Idealizadora e

coordenadora de Projetos voltados para educomunicação, militante pela democratização da comunicação e professora de Comunicação Social. E-mail: [ericadaianecosta@gmail.com](mailto:ericadaianecosta@gmail.com)

**Fabíola Orlando Calazans Machado** é professora adjunta da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília (UnB), pesquisadora dos grupos “Imagem, Tecnologia e Subjetividade” e “Cultura, Mídia e Política”, bem como do Núcleo de Estudos sobre Mídia e Política (NEMP-CEAM) da UnB. Áreas de interesse: mídia, tecnologia, televisão, subjetividade, corpo, narrativa e política. E-mail: [fabiola.calazans@gmail.com](mailto:fabiola.calazans@gmail.com)

**Fernanda Eda Paz Leite** é formada em Comunicação e Multimeios. Cursa mestrado em Estudos Contemporâneos das Artes na Universidade Federal Fluminense (UFF). Pesquisa o trabalho de mulheres cineastas na cidade do Rio de Janeiro e também é documentarista. E-mail: [fernanda.eda@hotmail.com](mailto:fernanda.eda@hotmail.com)

**Fernanda Martinelli** é professora da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília, possui doutorado em Comunicação e Cultura pela ECO/UFRJ e mestrado pela mesma instituição. É integrante do NEMP (Núcleo de Estudos sobre Mídia e Política), da Coordenação Interdisciplinar de Estudos Contemporâneos (CIEC-UFRJ/CNPq) e do Grupo de Pesquisas Cultura, Mídia e Política (CNPq). Participa do grupo Mulheres da UnB. E-mail: [nandamartinelli@yahoo.com.br](mailto:nandamartinelli@yahoo.com.br)

**Gabriela Santos Alves**, doutora em Comunicação e Cultura (ECO-UFRJ), professora do Departamento de Comunicação Social e do Programa de Pós Graduação em Comunicação e Territorialidades da UFES e feminista. Áreas de interesse acadêmico: feminismo e cultura audiovisual. E-mail: [gabrielaalves@terra.com.br](mailto:gabrielaalves@terra.com.br)

**Genira Chagas** é doutora em Ciências Sociais, com ênfase em Comunicação Política pela PUC-SP. Atua como jornalista na UNESP. É pesquisadora do NEAMP-SP. E-mail: [genirachagas@uol.com.br](mailto:genirachagas@uol.com.br)

**Gerson Luiz Scheidweiler Ferreira** é doutorando e mestre pela Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília (UnB). Graduou-se em Publicidade e Propaganda pela Universidade Positivo (UP), em Curitiba, e atualmente é professor do Curso de Comunicação Social da Universidade Católica de Brasília (UCB) e assessor de comunicação da Secretaria da Mulher da Câmara dos Deputados, onde também desenvolve campanhas e estudos sobre gênero e participação política feminina. E-mail: [scheid.gerson@gmail.com](mailto:scheid.gerson@gmail.com)

**Gislene Moreira** é professora da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), onde coordena o curso de Jornalismo em Multimeios da Chapada Diamantina. É doutora em Ciências Sociais pela Flacso-México e investiga temas ligados a movimentos sociais e políticas de comunicação. E-mail: [ggomes@uneb.br](mailto:ggomes@uneb.br)

**Heloisa Bayerl**, estudante de graduação em Comunicação Organizacional pela Universidade de Brasília. E-mail: [heloisa.bayerl@gmail.com](mailto:heloisa.bayerl@gmail.com)

**Ismália Afonso da Silva** é jornalista, especialista em Políticas Públicas pela Universidade de Brasília (UnB) e mestra em Gênero, Sociedade e Políticas pela Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (Flacso) - Argentina. Consultora na área de gênero, editou as publicações: Trilhas feministas na gestão pública (2010); Políticas públicas para a igualdade: balanço de 2003 a 2010 e desafios do presente (2011); 12 anos do Orçamento Mulher (2015). E-mail: [ismalia.afonso@gmail.com](mailto:ismalia.afonso@gmail.com)

**Janara Kalline Leal Lopes de Sousa** é jornalista (2000) e mestre em Comunicação (2003), pela Universidade de Brasília (UnB). Fez Doutorado em Sociologia (2009), na linha de pesquisa Educação, Ciência e Tecnologia, também pela UnB, e, em 2008, fez estágio de doutoramento na Universitat de Barcelona, em Barcelona, na Espanha. Atualmente, é professora-adjunta do curso de Comunicação Organizacional e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação, da Faculdade de Comunicação, UnB. No PPGCOM, atua na linha de pesquisa Políticas de Comunicação e Cultura. Também é membro do grupo de pesquisa LapCom - Laboratório de Políticas de Comunicação. Suas áreas de interesse são: governança da internet, direito à comunicação, direito à informação, liberdade de expressão, políticas de comunicação e Lei de Acesso à Informação. Atualmente, está fazendo pós-doutorado sobre o papel da sociedade civil na governança da internet, no Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CESC), Universidade do Minho, Portugal. E-mail: [janara.sousa@gmail.com](mailto:janara.sousa@gmail.com)

**Juliana Magalhães**, jornalista pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Atua em setores de comunicação de organizações populares e na defesa da democratização dos meios de comunicação na região do Vale do São Francisco. Atualmente trabalha com telejornalismo educativo. E-mail: [jmm.lopass@hotmail.com](mailto:jmm.lopass@hotmail.com)

**Kátia Maria Belisário**, doutora em Jornalismo e Sociedade pela Universidade de Brasília(UnB),mestre pela Universidade Politécnica da Califórnia, Estados Unidos, e graduada em Comunicação Social pela Universidade Federal de Minas Gerais. Foi servidora do Ministério do Desenvolvimento e Combate à Fome - MDS, em cargo gerencial, e Assessora de Comunicação da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial – ABDI. É professora adjunto da Universidade de Brasília, Doutora. Pesquisadora em Gênero com diversos capítulos de livros e artigos publicados na área de gênero e misoginia no Brasil e exterior, destacando-se os seguintes, sendo mais recente o artigo Questão de Gênero: Representação Política e Representação de Gênero em Portugal e no Brasil, publicado IN: GUAZINA,Liziane & ARAÚJO, Bruno (orgs). Diálogos Lusófonos em Comunicação e Política. E-mail: [Katia.belisario@gmail.com](mailto:Katia.belisario@gmail.com)

**Laís Ferreira Oliveira** é mestranda em comunicação na UFF, com ênfase em Estudos do Cinema e do Audiovisual. Bacharela em Comunicação Social pela UFMG(2016). É membra do Laboratório de Pesquisa e Experimentação em Imagem e Som (KUMÃ), no

IACS da UFF. É co-diretora, co-roteirista e co-ditora do curta-metragem O nome é uma coisa d\_ outr\_. E-mail: [lais.ferreira@gmail.com](mailto:lais.ferreira@gmail.com)

**Lauana Sento Sé Vieira Santos**, Historiadora e Jornalista pela Universidade do Estado da Bahia (Uneb). Já atuou na comunicação de organizações populares como a Comissão Pastoral da Terra (CPT-Juazeiro/Ba) e o Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada (Irpaa). E-mail: [launase@hotmail.com](mailto:launase@hotmail.com)

**Lizely Borges** é mestranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade de Brasília (2016), linha Políticas de Comunicação e Cultura. Especialista em Organização do Trabalho Pedagógico (2014) e bacharel em Comunicação Social - Jornalismo (2005), ambas pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Desenvolve pesquisas sobre participação política, instituições democráticas e políticas de comunicação. E-mail: [lizely.borges@gmail.com](mailto:lizely.borges@gmail.com)

**Liziane Guazina** é professora da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília, possui doutorado em Comunicação pela FAC/UnB e mestrado pela mesma instituição. É líder do NEMP (Núcleo de Estudos sobre Mídia e Política e do Grupo de Pesquisas Cultura, Mídia e Política (CNPq). Participa do grupo Mulheres da UnB. E-mail: [liziane.g@uol.com.br](mailto:liziane.g@uol.com.br)

**Luana Rosário** é feminista, doutora e mestre em Direito Público pela Universidade Federal da Bahia. Professora assistente de Direito Constitucional na Universidade Estadual de Santa Cruz - UESC. Editora da Diké. Líder do Grupo de Pesquisa Jurisdição Constitucional, Democracia e Hermenêutica. E-mail: [lpdrosario@uesc.br](mailto:lpdrosario@uesc.br)

**Luciana de Oliveira** é doutora em Sociologia e Política pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e atualmente é professora e pesquisadora no Programa de Pós-Graduação e no curso de graduação em Comunicação Social da mesma instituição. É líder do grupo de pesquisa Corisco: Coletivo de Estudos, Pesquisas Etnográficas e Ação Comunicacional em Contextos de Risco. [lucyoli@hotmail.com](mailto:lucyoli@hotmail.com)

**Luciana de Souza Ramos** é doutoranda em Direito pela Universidade de Brasília, Advogada Popular membro da Rede Nacional de Advogados e Advogadas Populares e do coletivo de gênero Marietta Baderna. Secretária Nacional de Ações Afirmativas do Ministério das Mulheres, Da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos do governo eleito da Presidenta Dilma. E-mail: [luciana.adv.mab@gmail.com](mailto:luciana.adv.mab@gmail.com)

**Luciana Salazar Salgado** é professora, coordena o grupo Comunica – inscrições linguísticas na comunicação e sua pesquisa focaliza a mediação editorial que preside as lógicas hegemônicas de distribuição dos discursos no embate com ações de resistência características do atual período. Página de apoio: [lucianasalazarsalgado.wordpress.com](http://lucianasalazarsalgado.wordpress.com). E-mail: [lucianasalazar@ufscar.br](mailto:lucianasalazar@ufscar.br)

**Luiz Claudio Ferreira**, o entrevistador, é jornalista e professor universitário. Passou por redações de veículos impressos e eletrônicos. Fez mestrado em Comunicação, no ano

de 2011, quando estudou as coberturas dadas aos desastres naturais das enchentes. Atualmente, faz o doutorado em literatura, também na UnB, onde estuda o papel do personagem em biografias e documentários. E-mail: [luizclaudioferreira01@gmail.com](mailto:luizclaudioferreira01@gmail.com)

**Luísa Martins Barroso Montenegro** é doutoranda da linha de Políticas de Comunicação e de Cultura da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília. Graduou-se em Comunicação Organizacional na mesma instituição, em 2014. Foi aluna de Iniciação Científica no período de 2012 a 2013. Atualmente faz parte do grupo de pesquisa "Laboratório de Políticas de Comunicação - LaPCom". Tem interesse nas áreas de Radiodifusão Pública, Cidadania, questões de gênero e étnico-sociais. E-mail: [luisambmontenegro@gmail.com](mailto:luisambmontenegro@gmail.com)

**Marcela Prado Mendonça**, mãe, jornalista, mestra em Comunicação (PPGCOM-UFS), pesquisadora da apropriação das novas tecnologias da informação e comunicação (TIC's) pelos movimentos sociais e dos novos repertórios de ação coletiva. Atualmente é jornalista do Programa de Educação Ambiental com Comunidades Costeiras, Bacia Sergipe e Alagoas (PEAC) onde trabalha com assessoria de comunicação e educomunicação. E-mail: [marcelapradomendonca@gmail.com](mailto:marcelapradomendonca@gmail.com)

**Marcelle Cristine de Souza** é jornalista graduada em Comunicação Social pela UFMS (Universidade Federal de Mato Grosso do Sul) e mestranda no Prolam-USP (Programa de Pós-graduação em Integração da América Latina da Universidade de São Paulo), com pesquisa sobre jornalismo, aborto e abuso sexual infantil na América Latina. E-mail: [marcelle.souza@usp.br](mailto:marcelle.souza@usp.br)

**Mariana Martins de Carvalho** é jornalista, doutora em Comunicação pela Universidade de Brasília (UnB). Associada do Intervezes - Coletivo Brasil de Comunicação. Trabalhou como assessora de movimentos sociais, repórter do Observatório do Direito à Comunicação e professora substituta da UnB. Trabalha com os temas da comunicação pública, democratização da comunicação e direito à comunicação. Atualmente é Gestora em Comunicação Pública da Empresa Brasil de Comunicação (EBC). E-mail: [marimartins.pe@gmail.com](mailto:marimartins.pe@gmail.com)

**Mariana Prandini Assis** é bacharela em Direito e Mestra em Ciência Política pela UFMG. Hoje é doutoranda em Política pela New School for Social Research, de onde também recebeu um M.Phil na mesma área. Em sua tese, Mariana discute os sucessos e as limitações da categoria jurídica "direitos humanos das mulheres" na esfera legal transnacional. Como advogada popular e ativista, Mariana está envolvida nas lutas feministas por justiça de gênero no Brasil. E-mail: [marianaprandini@gmail.com](mailto:marianaprandini@gmail.com)

**Michelly Santos de Carvalho** é doutora em Sociologia da Comunicação pela Universidade do Minho, Portugal. Professora, Assessora de Comunicação e Pesquisadora da Faculdade Ademar Rosado, onde coordena o Laboratório Maria da Penha e o Núcleo de Estudo, Pesquisa e Extensão em Gênero "Lélia Gonzalez", o qual realiza pesquisas e extensão sobre gênero, mídia e violência contra a mulher. Professora Substituta da Universidade Estadual do Piauí. E-mail: [michellyscarvalho@gmail.com](mailto:michellyscarvalho@gmail.com)

**Muriel E. P. Amaral** é doutorando em Comunicação pela Universidade Estadual Paulista, bolsista Capes, mestre pela mesma instituição e pesquisador contra o golpe. Desenvolve pesquisa sobre representações midiáticas acerca das sexualidades e as relações existentes com as manifestações de poder e política, e processos de midiaticização. E-mail: [murielamaral@yahoo.com.br](mailto:murielamaral@yahoo.com.br)

**Natália Oliveira Teles** é doutoranda de Comunicação da Universidade de Brasília (UnB); bacharela em Comunicação Organizacional pela Universidade de Brasília (2014). Tem experiência na área de Comunicação, com ênfase em Comunicação Organizacional. Suas áreas de interesse são a representatividade negra na TV pública brasileira. E-mail: [nataliaots@gmail.com](mailto:nataliaots@gmail.com)

**Noêmia Félix da Silva** é doutoranda em comunicação pela Universidade de Brasília (2012) com pesquisa na área de jornalismo e meio ambiente e sobre as questões socioambientais. Mestre em Comunicação e Política pela UnB (2005). Especialista em História pela UFG (2002) e graduada em Jornalismo pela Universidade Federal de Goiás (1998). E-mail: [noemiafelix@terra.com](mailto:noemiafelix@terra.com)

**Pâmela Rocha Vieira**, jornalista, aluna do Programa de Pós Graduação em Comunicação e Territorialidades da Universidade Federal do Espírito Santo (Poscom Ufes) e feminista. Tem como objeto de dissertação, especificamente, a misoginia sofrida por Dilma Rousseff no contexto do processo de impeachment. E-mail: [pamelarochavieira@gmail.com](mailto:pamelarochavieira@gmail.com)

**Patrícia Bandeira de Melo** é doutora em Sociologia e pesquisadora titular da Fundação Joaquim Nabuco. Professora do Mestrado em Ciências Sociais para o Ensino Médio (MPCS). É autora do livro “Histórias que a mídia conta: o discurso sobre o crime violento e o trauma cultural do medo” e organizadora do livro “O Financiamento do Cinema: os níveis de intervenção estatal na produção mundial”. Tem pesquisas em mídia e crime, cinema e educação. E-mail: [patricia.bandeira.melo@hotmail.com](mailto:patricia.bandeira.melo@hotmail.com)

**Patrícia Cunegundes Guimarães** é mestranda do PPG FAC/UnB e Escrita, e bolsista da Rede Latino-Americana de Justiça de Transição. É jornalista, formada em 1997 pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Trabalhou no jornal Gazeta Mercantil de 1995 a 2003. Entre 2003 e 2015 atuou como produtora editorial de diversas publicações, entre elas a Revista Direitos Humanos, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. E-mail: [patriciacunegundes@gmail.com](mailto:patriciacunegundes@gmail.com)

**Paula Lopes** é graduada em Comunicação Social pela UFMG e mestranda no Programa de Pós-Graduação em Comunicação na mesma instituição. Integra o grupo de pesquisa Corisco e, atualmente, estuda a imagem das presidentas Dilma Rousseff, Cristina Kirchner e Michelle Bachelet no contexto midiático latino-americano. Seu interesse é por teorias feministas e a interseção entre mulheres, política e mídia. [cpaulalopes@gmail.com](mailto:cpaulalopes@gmail.com)

**Rosamaria Carneiro** é professora da Universidade de Brasília, Doutora em Ciências Sociais pelo IFCH-Unicamp. Pesquisadora nas áreas de gênero, sexualidade, movimentos feministas e de mulheres, políticas públicas, marcadores sociais da diferença e saúde. É autora de *Cenas de parto e políticas do corpo* (Fiocruz, 2015). E-mail: [rosacarneiro@unb.br](mailto:rosacarneiro@unb.br)

**Rose May Carneiro** é professora adjunta da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília, cineasta, fotógrafa, feminista e pesquisadora da linha Imagem e Som. Em sua graduação, na FAAP, em SP, produziu um curta-metragem "O pequeno manual de Eva" que mostrava os inúmeros papéis sociais de uma mulher. Já no mestrado, na Unb, pesquisou o filme "O bandido da luz vermelha" (1968) e, por meio do viés da semiótica da cultura, analisou o mito da marginalidade, dentro de um período histórico (ditadura) e inúmeros fenômenos culturais contidos nele. No doutorado, pesquisou os três primeiros *road movies* do cineasta alemão Wim Wenders e alguns temas tangenciados por eles, tais como: viagem, identidade e incomunicabilidade. Atualmente, leciona as disciplinas História do Cinema, Direção I, Bloco II e Linguagem Cinematográfica. E-mail: [rosemay@unb.br](mailto:rosemay@unb.br)

**Ruth de Cassia dos Reis** é graduada em Comunicação Social pela Universidade Federal do Espírito Santo (1981), mestre em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo (1996) e doutora em Comunicação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2002). É professora da Universidade Federal do Espírito Santo, Departamento de Comunicação Social, desde 1990, ministrando disciplinas na área de Comunicação e Jornalismo para o Curso de Graduação em jornalismo. Atua como professora colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Territorialidades. Tem experiência na área de Comunicação, com ênfase em Jornalismo, Editoração e Comunicação Organizacional, atuando principalmente nos seguintes temas: comunicação, jornalismo, Comunicação organizacional. E-mail: [ruthdosreis@gmail.com](mailto:ruthdosreis@gmail.com)

**Samária Araújo de Andrade**, jornalista, professora e pesquisadora de Comunicação da UESPI – Universidade Estadual do Piauí, é doutoranda em Comunicação pela UnB, Mestra em Comunicação pela UFPI e graduada em Jornalismo por esta última instituição. Integra o Grupo de Pesquisas Comum, dedicado aos estudos de Economia Política da Comunicação e da Cultura e é membro do Conselho editorial da Revista Revestrés. E-mail: [samaria.andrade@hotmail.com](mailto:samaria.andrade@hotmail.com)

**Sheila Borges** é professora adjunta do Núcleo de Design e Comunicação do Centro Acadêmico do Agreste da UFPE. Jornalista e publicitária, é doutora em Sociologia, mestra em Comunicação e especialista em História Contemporânea. Desenvolve pesquisas sobre comunicação e política, sociologia disposicional, cultura participativa e mídias sociais. É autora do livro "O repórter-amador: uma análise das disposições sociais motivadoras das práticas jornalísticas do cidadão comum". Trabalhou por 20 anos em veículos de comunicação impresso, on-line e radiofônico. E-mail: [sheilaborges12@gmail.com](mailto:sheilaborges12@gmail.com)

**Taís Coutinho Arruda** é estudante de Jornalismo da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR), participante do programa de Dupla Diplomação com a Universidade de Vic (UVic), na Catalunha. Sua pesquisa monográfica abordou a representação feminina nos portais de notícias Gazeta do Povo e La Vanguardia. E-mail: [tais.c.arruda@gmail.com](mailto:tais.c.arruda@gmail.com)

**Ursula Betina Diesel** é professora de Publicidade e Propaganda e orientadora de TCCs e de vários PICs, inclusive indicados a prêmio no Congresso de Iniciação Científica do DF, como “PIC - O transexual em cena: como ele é retratado atualmente no cinema em nível mundial” (2010) e “Mensagens pela (e pela) cidade: a humanização de Brasília via intervenções visuais” (2016); Mestre em Comunicação Social – Semiótica, pela UNISINOS – RS; coordenou o Ciclo de Debates “Viva a Democracia”, no 1º/2016, no UniCEUB. E-mail: [ursuladiesel@gmail.com](mailto:ursuladiesel@gmail.com)

**Viviane dos Santos Brochardt** é jornalista, mestre em Comunicação pela UnB, doutoranda em Comunicação pela mesma universidade, onde também leciona a disciplina de Comunicação Comunitária. Integra os grupos de pesquisa do Laboratório de Políticas de Comunicação (LapCom) e de Comunicação Comunitária, ambos da UnB. Trabalhou por 17 anos em redes e organizações da sociedade civil, sendo parte desse tempo em organização feminista pelos direitos reprodutivos das mulheres e em rede de organizações rurais. Contribuiu para a construção da rede de comunicadores e comunicadoras populares do Semiárido e do GT de mulheres da Articulação no Semiárido Brasileiro (ASA), da qual foi coordenadora de comunicação por sete anos. E-mail: [vi.dt@hotmail.com](mailto:vi.dt@hotmail.com) e [vivianebrochardt13@gmail.com](mailto:vivianebrochardt13@gmail.com)

**William de Araújo Correia**, 21 anos, é estudante de Comunicação Social com habilitação em Jornalismo da PUC Goiás e aluno da iniciação científica. No 7º período do curso, prepara monografia sobre a mudança de discurso editorial adotada pela Folha de São Paulo durante a transição do governo Dilma-Temer e suas áreas de interesse incluem Política e Economia na sua relação com o jornalismo. E-mail: [williamcorreia95@gmail.com](mailto:williamcorreia95@gmail.com)

## | A CAPA, por Lula Marques



**A**s imagens escolhidas para ilustrar a capa de Mídia, Misoginia e Golpe, não poderiam ser simplesmente adequadas esteticamente. Há uma história de resistência, engajamento e militância por trás da escolha do autor das imagens: o repórter fotográfico **Lula Marques**. Natural de Brasília, Lula Marques trabalhou durante 11 anos no jornal Correio Brasiliense e por 26 anos na Folha de S. Paulo, onde coordenou o Departamento de Fotografia. Com foco na cobertura política, Lula Marques acompanhou de perto os presidentes da Nova República e importantes fatos ocorridos no Congresso Nacional, como a Constituinte de 1988 e o impeachment de Collor. Durante a cobertura do processo contra a presidenta Dilma Rousseff, Lula Marques se destacou pela denúncia do Golpe. Em sua página nas redes sociais, publicou um depoimento em que apontou a responsabilidade da mídia e a misoginia no meio:

*“Os coleguinhas fotógrafos não querem ser chamados de golpistas. São golpistas, sim, e agora aguentem as consequências! Quando começou todo o processo do impeachment, eu era a única voz entre os fotógrafos que cobrem o Palácio do Planalto que dizia que era um golpe. Chegava todos os dias para trabalhar e, em alto e bom som, soltava um “bom dia, mídia golpista!”. Ouvei muita piadinha dentro do Planalto e no Congresso dos fotógrafos machões, homofóbicos, preconceituosos, arrogantes e misóginos. A misoginia ajudou a derrubar a primeira mulher eleita deste País. Se fosse um homem no lugar dela, não teria passado pelo o que a Dilma passou. Ouvei também dos coleguinhas jornalistas que eu estava remando contra a maré; que era maluco por ser uma voz solitária no meio daquele massacre midiático. Agora não querem ser chamados de golpistas? São golpistas e a nossa imprensa está na lata de lixo da história. Quando estavam “batendo” na presidenta Dilma, não queriam saber o que viria depois, agora aguentem as consequências de terem que ir para as ruas e serem escrachados durante as coberturas das manifestações contra o governo golpista, contra a mídia golpista e contra os corruptos que ajudaram a colocar no poder. Aguentem e paguem pelas mentiras ditas, mentiras fotografadas e por terem ajudado a derrubar uma presidenta eleita com mais de 54 milhões de votos. Não é por acaso que a credibilidade da imprensa vai ladeira abaixo. Os leitores/eleitores estão cobrando. Não venham com a desculpa de que são trabalhadores e a culpa é dos donos dos jornais. Vocês são os jornalistas que estiveram na linha de frente, na hora de buscar as informações e sabiam muito bem o que seus editores queriam e fizeram direitinho para manterem seus empregos. Não tentem arrumar um culpado pelos seus erros, vão ser chamados de golpista, sim.”*

